



Volume I - Texto

Morte, memória e identidade. Uma análise
das práticas funerárias de *Bracara Augusta*

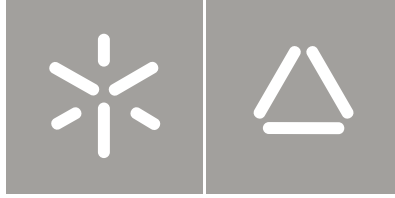
Cristina Maria Vilas Boas Braga

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sob a forma de Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/98413/2013), financiado pelo Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) e comparticipados pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cristina Maria Vilas Boas Braga

Morte, memória e identidade. Uma análise
das práticas funerárias de *Bracara Augusta*

Volume I - Texto

Tese de Doutoramento
Ramo do conhecimento em Arqueologia, especialidade
Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

DECLARAÇÃO

Nome: Cristina Maria Vilas Boas Braga

E-mail: cristina_arqueo@hotmail.pt

Título:

Morte, memória e identidade. Uma análise das práticas funerárias de *Bracara Augusta*

Orientador:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Ramo de Conhecimento/ Área de especialização: Arqueologia, especialidade Arqueologia da Paisagem e do Povoamento

Ano de conclusão: 2018

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO.

Universidade do Minho, ____/ ____/ 2018.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, ____ de _____ de _____

Nome completo: _____

Assinatura: _____

ÍNDICE

Agradecimentos	ix
Resumo	xiii
Abstract	xiv
Lista de abreviaturas	xv
Lista de figuras	xvi
Lista de gráficos	xxii
Lista de tabelas	xxiii

INTRODUÇÃO	26
-------------------	-----------

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO, PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

1. Evolução teórico-metodológica dos estudos da morte do mundo clássico	28
1.1 As concepções da morte e o funeral	28
1.2 A Nova Arqueologia e a Arqueologia da Morte	33
1.3 A revolução do saber: o século XXI	41
1.4 O estudo das necrópoles romanas em Portugal	49
2. Contextualização histórica e estudo das necrópoles romanas de Braga	54
2.1 A ocupação pré-romana da região de Braga	55
2.2 A cidade romana: fundação e urbanismo alto-imperial	59
2.3 A cidade tardoantiga e alto-medieval	63
2.4 A periferia urbana e as paisagens funerárias	65
3. Problemática e objetivos da análise das práticas funerárias de <i>Bracara Augusta</i>	72
4. Metodologia e processamento dos dados	74

PARTE II – OS DADOS E A SUA ANÁLISE: OS NÚCLEOS DAS NECRÓPOLES ROMANAS E TARDOANTIGAS

1. A necrópole da Via XVI	85
2. A necrópole da Via XVII	87
2.1 Núcleo de S. Vitor (SV - 1950)	87
2.2 Núcleo de S. Vitor (BRA00SV)	90
2.2.1. Caracterização	90
2.2.2. Análise das estruturas funerárias	92
2.3 Sepultura da Avenida Gomes Marechal da Costa (AGMC67)	94
2.3.1. Caracterização	94

2.3.2. Análise da estrutura funerária	95
2.4 Sepultura da Avenida Gomes Marechal da Costa (AL68AGMC)	96
2.4.1. Caracterização	96
2.4.2. Análise das estruturas funerárias	97
2.5 Núcleo do Convento dos Remédios/Largo Carlos Amarante (LCA82)	97
2.5.1. Caracterização	97
2.5.2. Análise das estruturas funerárias	98
2.6 Núcleo do Carlos Amarante (LCA2012)	100
2.6.1. Caracterização	100
2.6.2. Análise das estruturas funerárias	100
2.7 Núcleo da Av. Liberdade (BRA94AL)	101
2.7.1. Caracterização	101
2.7.2. Análise das estruturas funerárias	102
2.8 Núcleo da Cangosta da Palha (BRA87CP)	104
2.8.1. Caracterização	104
2.8.2. Análise das estruturas funerárias	113
2.9 Núcleo do túnel da Av. da Liberdade (TAVL)	144
2.9.1. Caracterização	144
2.9.2. Análise das estruturas funerárias	150
2.10 Núcleo da Interligação do túnel da Av. Liberdade (ITAVL)	169
2.10.1. Caracterização	169
2.10.2. Análise das estruturas funerárias	173
2.11 Núcleo do Quarteirão CTT- Liberdade Street Fashion (CTT/LSF)	186
2.11.1. Caracterização	186
2.11.2. Análise das estruturas funerárias	203
2.12 Núcleo da Senhora-à-Branca (SB2012)	297
2.12.1. Caracterização	297
2.12.2. Análise das estruturas funerárias	299
3. A necrópole da Via XVIII	301
3.1 Núcleo da Av. Central (BRA94AC)	301
3.1.1. Caracterização	301
3.1.2. Análise das estruturas funerárias	303
3.2 Núcleo da rua de Souto/Benjamim Peixoto (BRA07RS)	307
3.2.1. Caracterização	307
3.2.2. Análise da estrutura funerária	307
3.3 Núcleo da Av. Liberdade n°745 (BRA04AL745)	308
3.3.1. Caracterização	308
3.3.2. Análise das estruturas funerárias	308

4. A necrópole da Via XIX	309
4.1 Núcleo do Logradouro da Câmara Municipal de Braga (BRA96LCM)	310
4.1.1. Caracterização	310
4.1.2. Análise das estruturas funerárias	311
5. A necrópole da Via XX	313
5.1 Núcleo da Rua do Caires (RC79-81)	316
5.1.1. Caracterização	316
5.1.2. Análise das estruturas funerárias	319
5.2 Núcleo do túnel de Maximinos (RC2000)	328
5.2.1. Caracterização	328
5.2.2. Análise das estruturas funerárias	331
6. A necrópole da Via Braga-Tongóbriga	341
6.1 Núcleo da Rodovia (BRA82C)	341
6.1.1. Caracterização	341
6.2.2. Análise das estruturas funerárias	343
6.2 Núcleo dos Jardins da Misericórdia (BRA96/98JMIS)	346
6.2.1. Caracterização	346
6.2.2. Análise das estruturas funerárias	347
7. Espaços intermédios (Via XVIII e Via XIX)	350
7.1 Núcleo da Conde de Agrolongo (anos 40)	350
7.1.1. Caracterização	350
7.2 Núcleo da rua Abade Loureira	351
7.2.1. Caracterização	351
7.2.2. Análise das estruturas funerárias	354

PARTE III – OS RITUAIS FUNERÁRIOS, AS ESTRUTURAS, OS ESPÓLIOS

E OUTRAS MATERIALIDADES

358

1. O ritual de cremação em Braga	358
1.1 Estruturas primárias e secundárias	361
1.1.1. A tipologia dos depósitos secundários	361
1.1.2. Os <i>ustrina</i>	370
1.1.3. Os elementos de sinalização	373
1.1.4. Os edifícios funerários	377
1.1.5. As estruturas de tipo indeterminado	387
1.2. O espólio funerário dos contextos de cremação	389
1.2.1. As cerâmicas	390
1.2.2. Os vidros	402
1.2.3. As moedas	404

1.2.4. Os metais	407
1.2.5. Os objetos de adorno	409
1.2.6. Outros objetos	411
2. O ritual de inumação em Braga	413
2.1. Estruturas primárias	423
2.1.1. A tipologia de sepulturas de inumação	423
2.1.2. Os elementos de sinalização	436
2.1.3. As estruturas de tipo indeterminado	438
2.2. O espólio funerário das inumações	439
2.2.1. As cerâmicas	440
2.2.2. Os vidros	442
2.2.3. Os metais	442
2.2.4. As moedas	443
2.2.5. Os objetos de adorno	444
3. As estruturas em honra aos defuntos: os cenotáfios	445
4. A epigrafia funerária e a monumentalização da morte	448
4.1. Os suportes e as suas características	450
4.2. A antroponímia e sociedade bracaraugustana	460
5. Os vestígios arqueobotânicos das necrópoles	466
5.1. O material carpológico: contextos e identificação	467
5.2. O material antracológico: contextos e identificação	471
5.3. Outras evidências arqueobotânicas	478
6. Antropologia e Arqueologia: dados preliminares do estudo antropológico	478

PARTE IV – MORTE, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM BRAGA ENTRE FINAIS DO SÉCULO I a.C. E O SÉCULO VII **494**

1. O registo arqueológico do mundo funerário romano	494
2. Topografia funerária das necrópoles	501
3. Elementos identitários dos agentes sociais	517
4. Evolução dos rituais e as suas materialidades	537

CONSIDERAÇÕES FINAIS **560**

BIBLIOGRAFIA **572**

AGRADECIMENTOS

Apesar de se tratar de um trabalho individual, não posso deixar de destacar todos aqueles que comigo partilharam alguns momentos desta caminhada.

O meu primeiro agradecimento é endereçado à Professora Manuela Martins, minha orientadora. O meu obrigado por mais esta oportunidade não menos importante do que aquelas que me tem permitido crescer como pessoa, arqueóloga e investigadora. Agradeço-lhe a sua constante perspicácia, astúcia e postura científica fundamentais para que este trabalho chegasse a bom porto, bem como as suas observações sempre pertinentes que foram para mim um importante estímulo e constante aprendizagem. Sinto-me uma privilegiada por ter a oportunidade de escavar e estudar o passado da minha cidade, aquela onde nasci e cresci, participando ativamente num projeto com 40 anos de duração.

À Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) agradeço o enquadramento institucional e todo o apoio prestado, principalmente no acesso à informação, no livre uso das instalações e no manuseamento dos equipamentos. Aos funcionários dessa mesma casa o meu obrigado não só por simplificarem os problemas, a organização da informação e dos dados, mas também pela amabilidade. Agradeço à Natália Botica, ao Paulo Bernardes, à Guilhermina Bonjardim e ao Dr. José Manuel o apoio prestado. Não posso deixar de destacar o papel da Clara Rodrigues que me auxiliou sempre, sem nunca me negar nenhum pedido, tal como não posso esquecer o Eurico Machado com o seu sentido de humor particular. Não posso deixar de destacar o papel do Doutor Luís Fontes que há alguns anos para cá me tem incutido o sentido de querer fazer sempre mais e melhor, com sentido de responsabilidade e profissionalismo. Agradeço-lhe também os seus esclarecimentos e opiniões, a confiança que tem demonstrado pelo meu trabalho e por me ter dado sempre a liberdade de questionar. Ao Doutor José Meireles Baptista, que foi meu professor, não posso deixar de ser grata pelos ensinamentos que me irão acompanhar para o resto da vida. Não posso ainda deixar de frisar os contributos de investigadores e arqueólogos que nunca deixaram de responder às minhas dúvidas, Carla Martins, Mário Cruz, David Mendes e Rui Morais, muito obrigada pela colaboração.

Aos meus companheiros bolseiros – Mafalda, Mário, Bruno, Francisco, Luís S., Sofia, Fernanda e Maurício, obrigada pelo vosso estímulo. A alguns deles, e eles sabem quem são, não posso deixar de agradecer os desabafos e o companheirismo que permitiram desanuviar nos dias mais carregados e cansativos e por nunca se recusarem a ajudar. Ao Luís Marado, pessoa com quem aprendi muito, o meu agradecimento pela disponibilidade, abertura e postura ética. Uma palavra de especial agradecimento à Raquel, à Catarina e à Juliana, por depositarem em mim a sua confiança e por não aparecerem só nos momentos bons.

Agradeço ainda à Helena e ao Mendes que foram uma importante base de apoio sem se fazerem notar! Não me esqueço dos conselhos, dos incentivos e do vosso entusiasmo, nem me esqueço das gargalhadas carregadas de sinceridade! Não posso esquecer o Eurico Loureiro que mesmo longe não deixou de me auxiliar!

Ao Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) agradeço o enquadramento e apoio logístico. Aos colaboradores deste centro de investigação, na pessoa da Carla Xavier, agradeço a forma ágil como me auxiliou na resolução de inúmeras burocracias. Uma palavra especial ao Instituto de Ciências Sociais (ICS), pelo enquadramento institucional e pelo apoio prestado pelas funcionárias Sofia Oliveira e Susana Martins.

Um agradecimento especial à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), instituição que me concedeu a bolsa permitindo o desenvolvimento deste trabalho num período de regates, cortes, desinvestimento e insatisfação.

Ao Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa (MDDS), fico grata pela abertura de portas e por me fazerem sentir em casa. Agradeço particularmente à Dra. Maria José que sempre se mostrou muito diligente face aos meus múltiplos pedidos, bem como me sinto grata à Dra. Isabel Silva, ao Manuel Santos e à Marta Ferreira pela vossa disponibilidade. Não posso deixar de fazer um agradecimento particular à Clara Lobo; nunca me esquecerei do seu carinho e das suas meigas palavras “recorda um bom momento e sorri”.

Ao Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), agradeço a cedência da documentação arqueológica e a ajuda de todo o pessoal do gabinete, especialmente ao João Rui, ao Miguel, ao Alberto e ao David que sempre me trataram com simpatia. Deixo um especial agradecimento ao Dr. Armandino Cunha pela sua pronta disponibilidade, diligência e pelo desimpedido acesso à informação.

Deixo o meu especial reconhecimento à administração do Liberdade Street Fashion (LSF), que sempre me recebeu muito bem. Destaco o papel do Dr. José Alberto que sempre me dirigiu palavras encorajadoras e de incentivo. Agradeço também à equipa de segurança do mesmo espaço que me fez sentir à vontade, onde não posso esquecer a Isabel que esteve sempre disponível com um sorriso e uma palavra amiga.

Apesar de os nossos caminhos se terem cruzado há relativamente pouco tempo, não posso deixar de mencionar o papel do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (InBio-CIBIO), local onde encontrei uma equipa de investigadores competentes, motivados e bem-dispostos. O meu obrigado ao João Tereso, à Cláudia Oliveira, à Maria e ao Luís, e, especialmente, àquele com quem trabalhei mais de perto, ao Filipe Vaz, o meu sincero agradecimento pelas partilhas, discussões e ensinamentos que em muito engrandeceram este trabalho.

Penso ser este o espaço para deixar o meu reconhecimento um grupo de pessoas em particular que sem me conhecerem, demonstraram sempre a sua abertura e colaboração perante os meus pedidos de bibliografia especializada – Professora Maureen Carroll, Professor John Pearce, Doutora Helena Jiménez Vialás, Doutora Elisa Garcia Prósper e Doutor Carlos Pereira.

Aos meus amigos de sempre: ao Jorge, companheiro de todas as horas, obrigada pela tua serenidade e incentivo permanente, sei que partilho contigo mais do que um trabalho. Não me esqueço de ti José Nuno, que nunca estiveste longe e nunca te esqueceste de mim, obrigada pela tua amizade sincera. Não devo, nem posso esquecer as minhas companheiras de tantas lutas, minhas amigas do coração que aceitaram as minhas ausências sem nunca me deixarem de

receber com um abraço apertado, que ouviram nos meus silêncios e adivinhavam angústias sem nunca as expressar, a vocês minhas queridas “irmãs” Gisela e Clara, sou grata pela vossa amizade incondicional e desinteressada. Obrigada por me deixarem participar nas vossas vidas principalmente nestes últimos anos tão cheios de luz e de novas existências!

Já se diz há muito tempo que os últimos são sempre os primeiros e não tenho dúvida disso. Família, obrigada por nunca me deixarem de chamar à razão ao mesmo tempo que me davam muito mimo! Não posso deixar de enaltecer o amor incondicional da minha Mãe, dos meus irmãos, do meu cunhado e dos meus sobrinhos que fazem de mim uma pessoa feliz. Sou grata por serem o meu porto de abrigo a quem recorro tantas vezes!

Agora à “minha família”, aquela da qual não abduco e que me viu sentada durante semanas em frente ao computador quando deveria estar num dia solarengo a jogar futebol! Meus amores para a vida toda, Tomás e Nuno, obrigado pelo vosso amor, paciência, compreensão e desprendimento.

Numa tese com este particular tema não posso deixar de mencionar os que já cá não estão, também eles fazem parte da minha história. Ao longo deste trabalho muitas vezes os recordei! Avós extremosos e amigos queridos que já cá não se encontram; eu sei que estão sempre por aqui... pelo menos enquanto vos recordar, eu sei que sim!

A todos a minha sincera gratidão!

RESUMO

O trabalho que apresentamos teve como principal objetivo a reconstituição das vivências da morte e das práticas sociais em torno dos contextos funerários romanos, partindo de uma análise detalhada das evidências materiais recuperadas pelas escavações das necrópoles de *Bracara Augusta*. Para tal foram considerados os dados provenientes de 22 núcleos de necrópoles distribuídas em torno do espaço suburbano da cidade romana e tardo-antiga. Foi nossa intenção estudar detalhadamente cada conjunto sepulcral, compreendendo o tipo de estruturas que lhe estavam associadas e como se organizava cada um dos espaços de enterramento nos distintos períodos cronológicos. Esta tarefa, num outro nível de análise, permitiu entender os ritmos de uso de cada núcleo de necrópole (descontinuidades/continuidades, pausas/retomas), em articulação com a importância estratégica dos eixos viários romanos a que se associavam, potenciando a recriação da topografia dos diversos espaços fúnebres (organização, disposição das sepulturas/construções, natureza dos rituais, variações cronológicas). Articulando essa análise com os dados da epigrafia funerária foi possível abordar o tema da(s) sociabilidade(s) da morte, bem como a evolução das práticas funerárias. Procedemos ainda a um estudo sistemático dos conjuntos votivos, não só de forma a afinar a cronologia de construção e de uso desses espaços, mas também com o intuito de reconhecer eventuais marcas rituais patentes nas peças, executando, simultaneamente, tarefas de categorização e de reconhecimento dos diversos tipos de construções funerárias. Por esta via, considerando que as necrópoles se constituem como lugares privilegiados para apreciar as mudanças culturais, procuramos reconhecer os fenómenos de assimilação ou resistência cultural subjacentes às práticas funerárias que possam elucidar sobre o processo de aculturação das populações indígenas ao longo do século I e compreender como a comunidade cívica urbana assimilou as novas práticas funerárias durante a Antiguidade Tardia, associadas à disseminação do Cristianismo. Para este estudo foram ainda tidos em conta os dados de natureza antropológica, carpológica e antracológica que permitem um conhecimento mais objetivo sobre as características dos procedimentos funerários.

ABSTRACT

The work we now present aims to reconstitute the experiences of death and the social practices surrounding roman funerary contexts, through the detailed analysis of the material evidence recovered in the excavations of *Bracara Augusta* necropolises. Data from 22 necropolises nuclei distributed in the surrounding suburban space of the roman and late roman city were considered. The detailed study of each set of graves was carried out, in an endeavor to understand the type of structures associated with it and how each burial space was organized in different chronological phases. This task allowed, at a different level of analysis, to understand the rhythms of use (discontinuity/continuity; paused/resumed activity) of each necropolis nucleus and their relationship to the strategic importance of the associated roman roadways, which enabled the topographic recreation of the different funerary contexts (organization, placement of graves/structures, nature of rituals, chronological variation). By coordinating this analysis with funerary epigraphy data, it was possible to approach the sociability (ies) of death, as well as the evolution of funerary practices. The systematic study of the votive sets was accomplished, aimed not only at refining the chronology of the construction and use of these spaces, but also at identifying ritual markings potentially displayed in the objects, while recognizing and categorizing different types of funerary constructions. Thus, given that necropolises are preferential contexts when it comes to identifying cultural change, cultural assimilation or resistance phenomena which underlie in the funerary practice we sought to perceive the acculturation process of indigenous populations throughout the 1st century and understand how the urban civic community incorporated new funerary practices during Late Antiquity, associated to the dissemination of Christianity. This study also considered anthropological, carpological and anthracological data, which more objectively quantify funerary practice traits.

Lista de abreviaturas

2ArchIs	Sistema de Informação Arqueológica de <i>Bracara Augusta</i>
AL	Abade da Loureira
Ach. ou ACH.	Achado
Aprox.	Aproximado
AC	Avenida Central
AL	Avenida da Liberdade
ARSW	African Red Slip Ware
BPB	Biblioteca Pública de Braga
CIBIO	Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos
CMB	Câmara Municipal de Braga
CEN	Cenotáfio
Cons.	Conservado
CP	Cangosta da Palha
C(s)	Cremação(ões)
CTT/LSF	Quarteirão CTT/Liberdade Street Fashion
D.	<i>Digesto</i>
DSP	Derivada de sigillata paleocristã ou gálica tardia
EE	Elemento epigráfico
E./nº.	Estrutura número
ES	Elemento de sinalização
Est.	Estimado
Ext.	Exterior
Extr	Extremidade
GACMB	Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga
IM	Imaculada Conceição (Avenida)
InBIO-CIBIO	Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos
Ind. ou Indeterm.	Indeterminado
I(s)	Inumação(ões)
Inv.	Inventário
ITAVL	Interligação com o Túnel da Avenida da Liberdade
JMIS	Jardins da Misericórdia
LCM	Logradouro da Câmara Municipal
LJP	Largo João Penha
LSF	Liberdade Street Fashion (Centro comercial)
LRA	Late Roman Ânfora
LRC	Late Roman C
M	Mausoléu
Máx.	Máximo (a)
MEM	Memorial
Min.	Mínimo (a)
MDDS	Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa
MCSB	Museu do Cabido da Sé de Braga
MPXII	Museu Pio XII
NE	Nordeste
NNE	Nor-nordeste
NNO	Nor-noroeste
NA	Núcleo arqueológico
Nº	Número
NMI	Número mínimo de indivíduo(s)
NO	Noroeste
OSO	Oés-sudoeste
ONO	Oés-noroeste
R	Recinto funerário
ROD	Rodovia
RC	Rua do Caires

SB	Senhora-à-Branca
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SE	Sudeste
SO	Sudoeste
SEP.	Sepultura
S/nº	Sem número
SSE	Sul-sudeste
SSO	Sul-sudoeste
SV	São Vitor
TAVL	Túnel da Avenida da Liberdade
TSHT	<i>Terra sigillata</i> hispânica tardia
TSI	<i>Terra sigillata</i> itálica
U	<i>Ustrinum</i>
UAUM	Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
UE(s)	Unidade(s) estratigráfica(s)
Vis.	Visível

Lista de figuras

Figura 1 – Capitais conventuais do NO da Península Ibérica (Base cartográfica: World Terrain Base - Sources: Esri, USGS, NOAA).	56
Figura 2 – Aspeto atual da Fonte do Ídolo, com representação 3D do santuário (©UAUM, Clara Rodrigues – UAUM).	57
Figura 3 – Alguns moldes de sítila do Ex-Albergue Distrital (Morais, 2006).	58
Figura 4 – Cadastro romano e vias romanas na periferia de <i>Bracara Augusta</i> (Carvalho, 2008).	60
Figura 5 – Malha urbana de <i>Bracara Augusta</i> e rede viária (Base cartográfica: cobertura aerofotogramétrica 2000).	61
Figura 6 – Achados funerários encontrados em Braga (Fontes, 2009).	69
Figura 7 – Posicionamento aproximado das sepulturas associadas à via XVI, com a referência à quinta dos Avelares e de Urjães.	87
Figura 8 – Localização da Cangosta de Torneiros e dos setores de necrópole de S.Vitor no mapa de Goullard (1883/84).	89
Figura 9 – Pormenores das sepulturas encontradas em 1957 em S. Vitor (Pinto e Athaide, 1957).	90
Figura 10 – Localização da I107 na planta da escavação (©UAUM).	96
Figura 11 – Localização das duas sepulturas do Largo Carlos Amarante (1981).	98
Figura 12 – Pormenor fotográfico da sepultura C131 (©MDDS).	99
Figura 13 – Vista de pormenor da estrutura U056 (©UAUM).	100
Figura 14 – Aspeto do corte estratigráfico da <i>ustrinum</i> nº095 (©UAUM).	101
Figura 15 – Vista geral do local onde foram identificadas as sepulturas da Av. da Liberdade (©MDDS).	102
Figura 16 – Aspeto geral da área da Cangosta da Palha (©UAUM).	105
Figura 17 – Organização dos lotes funerários do sector da Cangosta da Palha – Fase X.	107
Figura 18 – Representação dos módulos dos lotes funerários relativos à Fase IX, assinalados a verde.	108
Figura 19 – Corte topográfico do sector da Cangosta da Palha, entre os séculos V- VII.	109
Figura 20 – A verde a localização das fossas subretangulares, possivelmente associadas a elementos de sinalização.	111
Figura 21 – a. Elemento laterício, possível base de elemento sinalizador. b. Vestígios do sistema de cobertura e de localização da sepultura (©MDDS).	112
Figura 22 – Pormenor da sepultura C132 em corte (©MDDS).	113
Figura 23 – Aspeto da estrutura I030 (©MDDS).	114
Figura 24 – Pormenor gráfico da sepultura I031 (©MDDS).	115
Figura 25 – Localização em planta da I032 acompanhado da fotografia de campo (©MDDS).	115
Figura 26 – Aspeto de campo da sepultura I033 (©MDDS).	116
Figura 27 – Localização da sepultura I036 na planta com aspeto da estrutura em campo (©MDDS).	117
Figura 28 – Posicionamento e pormenor da estrutura I038 durante escavação (©MDDS).	118

Figura 29 – Posicionamento e aspeto da estrutura I040 (©MDDS).	119
Figura 30 – Vista geral da estrutura I043 após a escavação (©MDDS).	120
Figura 31 – Localização e aspeto da I045 aquando a sua escavação (©MDDS).	121
Figura 32 – Aspeto da sepultura em fase de escavação (©MDDS).	122
Figura 33 – Posicionamento e aspeto geral da I048 (©MDDS).	122
Figura 34 – Levantamento fotográfico da sepultura I049 (©MDDS).	123
Figura 35 – Perspetiva geral da sepultura I054 (©MDDS).	124
Figura 36 – Aspeto geral da sepultura I055 (©MDDS).	125
Figura 37 – Vista geral da sepultura I057 (©MDDS).	126
Figura 38 – Perspetiva geral da estrutura I058 (©MDDS).	126
Figura 39 – Pormenor fotográfico da sepultura I060 (©MDDS).	127
Figura 40 – Vista parcial da sepultura da I062 (©MDDS).	128
Figura 41 – Vista geral da estrutura I063 em campo (©MDDS).	129
Figura 42 – Aspeto da sepultura I064 (©MDDS).	129
Figura 43 – Vista geral da I065 com a sua localização em planta (©MDDS).	130
Figura 44 – Perspetiva geral da estrutura I068 (©MDDS).	131
Figura 45 – Aspeto geral da sepultura I069 em campo (©MDDS).	131
Figura 46 – Vista geral da sepultura I070 (©MDDS).	132
Figura 47 – Aspeto da estrutura I071 (©MDDS).	132
Figura 48 – Perspetiva de pormenor da sepultura I072 (©MDDS).	133
Figura 49 – Vista geral da sepultura I073 (©MDDS).	133
Figura 50 – Pormenor da sepultura I074 (©MDDS).	134
Figura 51 – Vista de pormenor da estrutura I075 (©MDDS).	135
Figura 52 – Perspetiva geral da estrutura I076 (©MDDS).	135
Figura 53 – Fotografia de pormenor da sepultura I080 (©MDDS).	137
Figura 54 – Perspetiva geral da estrutura I081 (©MDDS).	137
Figura 55 – Pormenor fotográfico da sepultura I082 (©MDDS).	138
Figura 56 – Vista geral da estrutura I083 (©MDDS).	139
Figura 57 – Fotografia de pormenor da sepultura I086 (©MDDS).	141
Figura 58 – Pormenor fotográfico da estrutura I087 (©MDDS).	141
Figura 59 – Pormenor do único vestígio da caixa em tijolo da sepultura I088 (©MDDS).	142
Figura 60 – Pormenor da estrutura I097 em corte (©MDDS).	142
Figura 61 – Aspeto geral da estrutura I098 durante a escavação (©MDDS).	143
Figura 62 – Aspeto de algumas das sepulturas registadas em corte (©MDDS).	143
Figura 63 – Pormenor fotográfico do depósito secundário C039 (©UAUM).	150
Figura 64 – Pormenor fotográfico da estrutura C124 (©UAUM).	150
Figura 65 – Levantamento fotográfico da sepultura C125 (©UAUM).	151
Figura 66 – Pormenor da urna do depósito secundário C126 (©UAUM).	151
Figura 67 – U048 durante em fase de escavação (©UAUM).	154
Figura 68 – Pormenor do U061 em corte (©UAUM).	154
Figura 69 – Pormenor gráfico relativo ao U063 (©UAUM).	155
Figura 70 – Aspeto do U064 em campo (©UAUM).	156
Figura 71 – Pormenor do estado de conservação da casca de sobreiro detetado no U065 (©UAUM).	156
Figura 72 – Perspetiva geral do U066 em campo (©UAUM).	157
Figura 73 – Pormenor da estrutura U067 (©UAUM).	157
Figura 74 – Pormenor gráfico relativo à estrutura U069 (©UAUM).	158
Figura 75 – Vista geral do U070 (©UAUM).	158
Figura 76 – Pormenor fotográfico da estrutura U071 (©UAUM).	159
Figura 77 – Vista em corte da estrutura U074 (©UAUM).	160
Figura 78 – Aspeto da estrutura U076 em corte (©UAUM).	161
Figura 79 – Localização do U079 com a respetiva foto de campo (©UAUM).	162
Figura 80 – Estrutura U082 com a respetiva foto de campo (©UAUM).	163
Figura 81 – Aspeto de pormenor da área de cremação n°083 (©UAUM).	163
Figura 82 – Aspeto da estrutura U085 (©UAUM).	164
Figura 83 – Vista de pormenor da U086 em fase de escavação (©UAUM).	165
Figura 84 – Vista de pormenor da estrutura I087 (©UAUM).	165

Figura 85 – U088 em processo de escavação (©UAUM).	166
Figura 86 – Aspetos geral da estrutura U089 (©UAUM).	166
Figura 87 – Aspeto da estrutura U090 (©UAUM).	167
Figura 88 – Posicionamento da estrutura U091 com a respetiva foto de campo (©UAUM).	168
Figura 89 – Localização e aspeto geral da U093 em campo (©UAUM).	169
Figura 90 – Distribuição das estruturas a norte da Via XVII - Fase V.	172
Figura 91 – Aspeto da sepultura C022 em campo (©UAUM).	174
Figura 92 – Vista da C108 em corte (©UAUM).	174
Figura 93 – Aspeto geral do corte do depósito secundário C109 (©UAUM).	175
Figura 94 – Perspetiva geral da sepultura C110 em fase de escavação (©UAUM).	175
Figura 95 – Vista geral da sepultura C114 (©UAUM).	177
Figura 96 – C115 em fase de escavação (©UAUM).	177
Figura 97 – Aspeto geral da C116 (©UAUM).	178
Figura 98 – Perspetiva geral do corte estratigráfico da C117 (©UAUM).	179
Figura 99 – Aspeto do corte da sepultura C118 (©UAUM).	179
Figura 100 – Pormenor da sepultura C119 em corte (©UAUM).	180
Figura 101 – Vista geral do depósito secundário C120 (©UAUM).	180
Figura 102 – Vista de pormenor da C122 em corte (©UAUM).	181
Figura 103 – Aspeto da estrutura U038 no decurso da intervenção (©UAUM).	183
Figura 104 – Vista geral do U055 (©UAUM).	184
Figura 105 – Aspeto do contexto funerário U057 (©UAUM).	185
Figura 106 – Levantamento fotográfico de campo do U058 (©UAUM).	185
Figura 107 – Aspeto da estrutura U059 em fase de escavação (©UAUM).	186
Figura 108 – Localização dos núcleos arqueológicos preservados <i>in situ</i> .	187
Figura 109 – a. Vaso correspondente à urna encontrada na SEP.LXXX (nº inv.2009.0393 ©UAUM).	
b. Vaso de largo bordo encontrado descontextualizado no núcleo CTT/LSF (nº inv.2009.0383 ©UAUM).	188
Figura 110 – Estruturas em negativo associadas aos Grupo 1 - Fase II, núcleo CTT/LSF (©UAUM).	190
Figura 111 – Conjunto de evidências que denunciam desmontagem das calotes graníticas (©UAUM).	191
Figura 112 – Aspeto geral das distintas preparações da Via XVII (©UAUM).	192
Figura 113 – Pormenores construtivos o espaço artesanal com os restos de produção associados ao fabrico de vidro (©UAUM).	200
Figura 114 – Fossilização da Via XVII na cartografia de Braga.	202
Figura 115 – Pormenor gráfico da estrutura CEN003 (©UAUM).	204
Figura 116 – Aspeto geral da sepultura C001 (©UAUM).	204
Figura 117 – Pormenor do estado de conservação da urna (©UAUM).	206
Figura 118 – Aspeto da C006 com respetiva localização em planta (©UAUM).	206
Figura 119 – Aspeto geral da sepultura C015 em campo (©UAUM).	210
Figura 120 – C016 em fase de escavação (©UAUM).	210
Figura 121 – Aspeto geral da estrutura C017 após a sua escavação (©UAUM).	211
Figura 122 – Vista geral da sepultura C019 (©UAUM).	211
Figura 123 – Vista geral da sepultura C021 (©UAUM).	212
Figura 124 – Pormenor do corte da sepultura C024 (©UAUM).	213
Figura 125 – Um dos levantamentos fotográficos da sepultura C029 (©UAUM).	215
Figura 126 – Vista geral da sepultura C032 (©UAUM).	216
Figura 127 – Aspeto da sepultura C033 em campo (©UAUM)	217
Figura 128 – Perspetiva da sepultura C035 (©UAUM).	218
Figura 129 – Pormenor do estado de conservação da urna da sepultura C037 (©UAUM).	219
Figura 130 – Vista geral da estrutura em campo C038 (©UAUM).	219
Figura 131 – Vista geral da C040 em fase de escavação (©UAUM).	220
Figura 132 – Aspeto geral da sepultura C042 (©UAUM).	221
Figura 133 – Aspeto da C043 em campo (©UAUM).	221
Figura 134 – Vista geral da sepultura C043 (©UAUM).	222
Figura 135 – Aspeto da sepultura C048 em fase final de escavação (©UAUM).	224
Figura 136 – Pormenor do corte da sepultura C051 (©UAUM).	225
Figura 137 – Vista geral da sepultura C052 (©UAUM).	226
Figura 138 – Aspeto do corte estratigráfico da sepultura C053 (©UAUM).	226
Figura 139 – Aspeto da urna da sepultura C054 em fase de escavação (©UAUM).	227

Figura 140 – Aspeto geral da C056 em fase de escavação (©UAUM).	228
Figura 141 – Vista geral da sepultura C059 (©UAUM).	229
Figura 142 – Aspeto da sepultura C062 (©UAUM).	231
Figura 143 – Aspeto do corte da C064 (©UAUM).	232
Figura 144 – Aspeto da C066 em corte (©UAUM).	233
Figura 145 – Aspeto da C067 durante a escavação (©UAUM).	233
Figura 146 – Aspeto de pormenor do púcaro que serviu de urna na C068 (©UAUM).	234
Figura 147 – Perspetiva da sepultura C069 (©UAUM).	234
Figura 148 – Aspeto da C074 em campo (©UAUM).	236
Figura 149 – Aspeto geral da sepultura C075 (©UAUM).	237
Figura 150 – Aspeto da sepultura C076 (©UAUM).	237
Figura 151 – Perspetiva da estrutura C077 (©UAUM).	238
Figura 152 – Pormenor do corte da sepultura C078 (©UAUM).	238
Figura 153 – Pormenor da sepultura C079 (©UAUM).	239
Figura 154 – C081 durante os trabalhos arqueológicos (©UAUM).	239
Figura 155 – Corte estratigráfico da sepultura C082 (©UAUM).	240
Figura 156 – Aspeto geral da sepultura C084 em corte (©UAUM).	241
Figura 157 – Vista geral da sepultura C087 (©UAUM).	242
Figura 158 – Aspeto geral da sepultura C088 (©UAUM).	243
Figura 159 – Aspeto da sepultura C089 em campo (©UAUM).	243
Figura 160 – Pormenor do corte da sepultura C096 (©UAUM).	245
Figura 161 – Aspeto do corte da sepultura C099 (©UAUM).	246
Figura 162 – Perspetiva geral do corte C101 (©UAUM).	247
Figura 163 – Aspeto do corte da estrutura C103 (©UAUM).	248
Figura 164 – Vista de pormenor do corte da sepultura C104 (©UAUM).	248
Figura 165 – Aspeto da sepultura C026 no decurso da escavação (©UAUM).	249
Figura 166 – Aspeto da caixa em material laterício ES002 (©UAUM).	253
Figura 167 – Perspetiva geral da sepultura I003 (©UAUM).	255
Figura 168 – I005, em fase de escavação (©UAUM).	256
Figura 169 – Vista parcial do leito da sepultura I006 (©UAUM).	256
Figura 170 – Perspetiva geral da cobertura da sepultura I010 (©UAUM).	259
Figura 171 – Aspeto geral da sepultura I012 (©UAUM).	261
Figura 172 – Posicionamento da I013 com perspetiva geral da sepultura (©UAUM).	261
Figura 173 – Aspeto geral da sepultura I016 (©UAUM).	263
Figura 174 – Vista parcial da sepultura I018 (©UAUM).	264
Figura 175 – Fase final de escavação da sepultura I019 (©UAUM).	265
Figura 176 – Pormenor da estrutura I020 (©UAUM).	265
Figura 177 – Pormenor fotográfico da sepultura I024 (©UAUM).	267
Figura 178 – I025, em fase final de escavação (©UAUM).	269
Figura 179 – Evolução do recinto R05, ao longo das Fases IV, V e VI.	274
Figura 180 – Aspeto geral da estrutura U002 (©UAUM).	276
Figura 181 – Pormenor da estrutura U003 em corte (©UAUM).	276
Figura 182 – Aspeto geral do U005 (©UAUM).	277
Figura 183 – Vista geral do contexto U007 (©UAUM).	277
Figura 184 – Pormenor fotográfico da estrutura U008 (©UAUM).	278
Figura 185 – Aspeto da estrutura U009 (©UAUM).	278
Figura 186 – Perspetiva do <i>ustrinum</i> n°011 (©UAUM).	279
Figura 187 – Aspeto parcial da estrutura U013 (©UAUM).	280
Figura 188 – Registo de campo relativo ao corte estratigráfico do U014 (©UAUM).	281
Figura 189 – Pormenor fotográfico da estrutura U015 (©UAUM).	281
Figura 190 – Fase inicial de escavação da estrutura U016 (©UAUM).	282
Figura 191 – Pormenor do depósito primário de cremação U017 (©UAUM).	282
Figura 192 – Aspeto parcial da estrutura U020 (©UAUM).	283
Figura 193 – Pormenor da estrutura U021 (©UAUM).	284
Figura 194 – Aspeto do <i>ustrinum</i> U023 em campo (©UAUM).	285
Figura 195 – Vista parcial do depósito primário U024 (©UAUM).	285

Figura 196 – Perspetiva parcial da estrutura U025 (©UAUM).	286
Figura 197 – Aspeto geral da área de cremação U027 (©UAUM).	287
Figura 198 – Perspetiva geral da estrutura U028 (©UAUM)	287
Figura 199 – Aspeto do corte do contexto U029 (©UAUM).	288
Figura 200 – Pormenor fotográfico do U031 (©UAUM).	289
Figura 201 – Vista parcial da área de cremação U032 (©UAUM).	289
Figura 202 – Pormenor fotográfico da estrutura U033 (©UAUM).	290
Figura 203 – Perspetiva geral do contexto U034 (©UAUM).	290
Figura 204 – Aspeto do U036 em campo (©UAUM).	291
Figura 205 – Localização e aspeto geral do U037 (©UAUM).	291
Figura 206 – Pormenor fotográfico da estrutura U041 (©UAUM).	292
Figura 207 – Vista da estrutura U042 na fase final de escavação (©UAUM).	293
Figura 208 – Perspetiva geral da estrutura U043 (©UAUM).	293
Figura 209 – Pormenor do <i>ustrinum</i> U044 em corte (©UAUM).	294
Figura 210 – Pormenor da estrutura U045 em plano (©UAUM).	294
Figura 211 – Aspeto da estrutura U047 em corte (©UAUM).	295
Figura 212 – Registo gráfico relativo ao depósito primário U049 (©UAUM).	295
Figura 213 – Pormenor da estrutura U050 em corte (©UAUM).	296
Figura 214 – Aspeto do contexto U051 em corte (©UAUM).	296
Figura 215 – Aspeto geral do contexto funerário U053 (©UAUM).	297
Figura 216 – Aspeto geral da sondagem intervencionada no largo da Senhora-à-Branca (©GACMB).	298
Figura 217 – Sepultura I117 em fase de escavação (©Cunha, 2014: Foto 9).	299
Figura 218 – Pormenor da sepultura I118 (©Cunha, 2014: Foto 16).	300
Figura 219 – Pormenor das sepulturas I119 e 120 (©Cunha, 2014: Foto 18).	301
Figura 220 – Contexto em que decorreu a intervenção arqueológica, com pormenor da sondagem (©MADDS).	302
Figura 221 – Ara aos deuses <i>Viales</i> , descoberta no largo de S. Francisco (Cunha <i>et al.</i> , 2005: 154).	303
Figura 222 – Perspetiva geral da estrutura IND001 (©MDDS).	304
Figura 223 – Vista de pormenor do espólio identificado <i>in situ</i> no U106 (©MDDS).	305
Figura 224 – Aspeto geral da co contexto U105 (©MDDS).	306
Figura 225 – Perspetiva geral da sepultura I121 (©MDDS).	306
Figura 226 – Aspeto do local onde decorreram os trabalhos arqueológicos (Cunha, 2008: Foto 135).	307
Figura 227 – Aspeto da I122 em fase de escavação (Cunha, 2004: Foto n°21).	309
Figura 228 – Vista geral da I123, Qd.515 (Cunha, 2004: Foto n°20).	309
Figura 229 – Perspetiva de pormenor de um dos locais onde se identificou uma sepultura (©GACMB).	311
Figura 230 – Perspetiva da estrutura C139 (©GACMB).	312
Figura 231 – Aspeto em campo da estrutura IND004 (©GACMB).	312
Figura 232 – Pormenor da estrutura em fase de escavação IND012 (©GACMB).	313
Figura 233 – Pormenor da sepultura I176 (©GACMB).	313
Figura 234 – Localização das áreas com achados funerários avulsos. a. Base cartográfica Mapa de F. Goullard 1883/1884; b. Base cartográfica Mapa de José Teixeira de 1910; c. Base cartográfica Carta de Braga 2002-2013.	315
Figura 235 – Aspeto das distintas áreas intervencionadas em 1979-1980 na rua do Caires: a. zona 79C e 80C; b. zona 80B; c. zona 80/81C; d. zona 80E (©UAUM).	317
Figura 236 – Aspeto da sepultura C138 em campo (©UAUM).	320
Figura 237 – Vista geral da sepultura I135 (©UAUM).	324
Figura 238 – Sepultura I143, vista em corte (©UAUM).	324
Figura 239 – Estrutura funerária I145 em corte (©UAUM).	325
Figura 240 – <i>Ustrinum</i> n°098 em corte, com pormenor do espólio (©MDDS).	326
Figura 241 – Pormenor de distintas áreas onde decorreu a intervenção arqueológica do túnel de Maximinos (©GACMB).	328
Figura 242 – Aspeto geral do <i>rudus</i> de uma possível via (©GACMB).	329
Figura 243 – Pormenor fotográfico da sepultura I092 (©GACMB).	333
Figura 244 – Estrutura I094 escavada parcialmente (©GACMB).	334
Figura 245 – Perspetiva da sepultura I099 (©GACMB).	335
Figura 246 – Perspetiva geral da sepultura I150 (©GACMB).	336
Figura 247 – Pormenor da sepultura I0153 (©GACMB).	337

Figura 248 – Vista geral da I0160 (©GACMB).	338
Figura 249 – Posicionamento da sepultura I163 (©GACMB).	339
Figura 250 – Aspeto da sepultura I167 em campo (©GACMB).	340
Figura 251 – Aspeto geral do local onde apareceram as sepulturas (©MDDS).	343
Figura 252 – Pormenor da sepultura I137 (©MDDS).	344
Figura 253 – Aspeto da I138, aquando da sua escavação (©MDDS).	344
Figura 254 – Pormenor da estrutura I139 (©MDDS).	345
Figura 255 – Perspetiva geral da sepultura I140 (©MDDS).	345
Figura 256 – Aspeto geral do alçado norte da I141 (©MDDS).	346
Figura 257 – Aspeto geral da área intervencionada nos jardins da Santa Casa da Misericórdia (©MDDS).	347
Figura 258 – Mapa da Fonte de Pão de Trigo e Mapa Primaz com a malha cadastral romana atual e a localização do núcleo da Abade Loureira.	352
Figura 259 – Corte estratigráfico da área de intervenção arqueológica na rua Abade da Loureira.	353
Figura 260 – Pormenor da estrutura funerário I172, vista em corte (©UAUM).	355
Figura 261 – Aspeto das inumações nº173 e 174 em corte (©UAUM).	356
Figura 262 – Pormenor do recorte lateral do U022 (©UAUM).	372
Figura 263 – Pormenores das estelas funerárias em contexto de reutilização na necrópole (©UAUM): a. Estelas reutilizadas na via; b. Estelas nas paredes de dreno; c. Estelas em valas de extração de saibro.	375
Figura 264 – Vestígios de possível cobertura em material perecível na C003 (©UAUM).	375
Figura 265 – Sistemas de cobertura em pedra dos <i>ustrina</i> : a. U072 (©UAUM); b. U018 (©UAUM).	377
Figura 266 – Conduta de libação da C085 (©UAUM).	377
Figura 267 – Lotes para a implantação dos mausoléus nas Fases IV e V.	379
Figura 268 – Variação na modelação dos lotes dos mausoléus na Fase VI. 3888	
Figura 269 – Pormenor da sapata UE3604 (©UAUM).	380
Figura 270 – Aspeto das três anforetas do núcleo CTT/LSF em campo e após tratamento laboratorial (©UAUM e autora).	389
Figura 271 – Vistas de pormenor dos distintos defeitos de fabrico da urna da sepultura C027 (©autora).	392
Figura 272 – Pormenor da perfuração localizada no fundo da jarra – C013 (©autora).	393
Figura 273 – Abertura de um orifício na parede de uma urna, com pormenor do ponto de impacto – C062 (©autora).	393
Figura 274 – Perfuração localizada na parede da urna com detalhe do ponto de impacto – C065 (©autora).	394
Figura 275 – Espólio do U104, respetivamente: a. 1997.1345; b. 2011.1312 c. 2001.1313; d. 2001.1311; e. 2011.1352 (©MDDS).	396
Figura 276 – Duas lucernas sem qualquer marca de uso: a. 2009.0726; b. 2009.0264 (©autora).	398
Figura 277 – Lucernas com marcas de exposição prolongada ao fogo: a. Lucerna da U021; b. objeto encontrado no U066 (©autora).	398
Figura 278 – Conjunto de lucernas recolhidas nos meados do século XX (©MDDS).	401
Figura 279 – Objetos cremações quebrados intencionalmente recolhidos dos interiores das urnas e dos enchimentos de carvão dos depósitos secundários (©autora e MDDS).	402
Figura 280 – Unguentário piriforme e taça encontrados no interior de urnas, já partidos. Ao centro, o aríbalo encontrava-se no aterro de um depósito secundário de cremação (©autora).	404
Figura 281 – Elementos metálicos identificados nos depósitos secundários ou primários (©autora).	408
Figura 282 – Objetos metálicos das necrópoles de Braga. a. Faca em ferro do U073 (©autora); Estrigil recuperado no U084 (©MDDS).	409
Figura 283 – Peças de adorno: a. Conta em faiança egípcia do U041; b. Possível brinco e anel da C014; c. anel de bronze da C076 (©autora).	411
Figura 284 – Fragmentos de pente de <i>Buxus sempervirens</i> (Oliveira <i>et al.</i> ; 2018, Anexos: Figura 10).	412
Figura 285 – Vestígios de duas placas de osso trabalhado na C063 (©autora).	413
Figura 286 – Fragmento de resto de fauna com decoração incisa, U042 (©autora).	413
Figura 287 – Progressiva ocupação nas fases tardias de novos setores de necrópole da Via XVII.	419
Figura 288 – Localização das sepulturas de inumação no núcleo CTT/LSF na Fase IX e X.	420
Figura 289 – Relação da distribuição das diversas sepulturas de inumação da Via XX.	422
Figura 290 – Pormenor das três inumações possivelmente associadas a indivíduos infantis (CTT/LSF).	423
Figura 291 – Aspeto parcial do piso em <i>opus signinum</i> identificado no núcleo de S. Vitor, em 2000.	438
Figura 292 – Pormenor do pote do CEN004 (©MDDS).	446

Figura 293 – CEN002, pote acompanhado do espólio que se encontrava no interior (©autora).	446
Figura 294 – Vista geral da estrutura em campo com pormenor do púcaro (©UAUM e autora).	447
Figura 295 – CEN004: a. localização de uma das moedas no interior do pote (©MDDS); b. aspeto do conjunto de espólio cerâmico no interior do pote (©MDDS).	448
Figura 296 – Símbolos associados aos ofícios dos defuntos (©MDDS).	452
Figura 297 – Pormenores de algumas rosetas presentes nas estelas funerárias de Braga (©MDDS).	453
Figura 298 – Aspeto dos motivos geométricos e foliáceos presentes nas estelas (©MDDS e ©UAUM).	453
Figura 299 – Elementos decorativos com conotação astral gravados em peças provenientes e existentes nos povoados castrejos da área do <i>conventus bracaraugustanus</i> : a. Parte traseira da estátua de guerreiro de S. Julião (Vila Verde - ©MDDS); b. Elemento arquitetónico do castro de Stº Ovídeo; c. Pedra Formosa do balneário sul da Citânia de Briteiros (Jantarada, 2016).	454
Figura 300 – Aspeto de algumas representações astrais das estelas funerárias de Braga (©MDDS e ©UAUM).	455
Figura 301 – Peças em vidro encontradas em Braga em que surgem rosetas hexapétalas (Cruz, 2009a:106).	456
Figura 302 – Distâncias entre a via e as estelas identificadas nos núcleos CTT/LSF, ITAVL e TAVL.	457
Figura 303 – Posicionamento das estelas nº 016, 020 e 028 em relação ao eixo viário e os possíveis lotes.	457
Figura 304 – <i>Stemma</i> do epitáfio de <i>Pinarea</i> e <i>Paugenda</i> (Redentor, 2011: 192).	462
Figura 305 – À esquerda, endocarpo de <i>Prunus pérsica</i> . À direita: endocarpo e semente de <i>Prunus avium</i> (ambos do U007) (Oliveira <i>et al.</i> , 2018, Anexos: Figuras 4 e 7).	468
Figura 306 – Conjunto de cascas de noz do U071 (Oliveira <i>et al.</i> , 2018: Figura 16).	468
Figura 307 – Em cima, esquerda: fragmento de escama de <i>Pinus pinea</i> (U036); em cima, à direita: metade de cotilédone de pinhão (<i>Pinus pinea</i> , U021); em baixo, endocarpo e semente (<i>Pinus pinea</i> , C025). (Oliveira <i>et al.</i> , 2018, Anexos: Figuras 2, 3 e 5).	470
Figura 308 – À esquerda, vista transversal de fragmento de pseudogálbula de <i>Cupressus sempervirens</i> do U057, acompanhado de um fragmento atual completo da mesma espécie (Oliveira <i>et al.</i> ; 2018, Anexos: Figura 6).	471
Figura 309 – Pormenor do fragmento de bugalho, C073 - UE4124 (Oliveira <i>et al.</i> ; 2018, Anexos: Figura 1).	477
Figura 310 – Pormenor dos níveis 2 e 3 da decapagem do conteúdo da urna da C025 (©UAUM).	484
Figura 311 – Pormenor dos níveis de escavação 2 a 4 da urna da C007 (©UAUM).	485
Figura 312 – Único levantamento fotográfico da escavação da urna da C010 (©UAUM).	486
Figura 313 – Aspeto dos níveis de escavação 1 a 3 da urna da C063 (©UAUM).	487
Figura 314 – Fragmentos de fauna: a. Possíveis presas de javali (C007); b. Metacarpo de porco (U042); c. Resto de fauna, indeterminado (C010); d. Presas de javali (C111); e. Presa de javali (C048); f. Possíveis restos de ave (ES003) (©autora).	492
Figura 315 – Etapas dos procedimentos funerários detetados em <i>Bracara Augusta</i> .	541
Figura 316 – a. Pormenor do vaso do povoado do Lago (©MDDS); b. Aspeto da abertura intencional do pote do balneário pré-romano de Braga (©MDDS); c. pormenor da lucerna da rua Afonso Henriques (©MDDS).	554

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Relação entre as sepulturas e orientações, por fase de ocupação – RC2000.	336
Gráfico 2 – Total de urnas por formas e por fase cronológica.	391
Gráfico 3 – Relação do número de estruturas funerárias por fase.	416
Gráfico 4 – Relação percentual dos tipos de sepulturas de inumação e material empregue.	434
Gráfico 5 – Relação do total de inumações e espólio funerário.	440
Gráfico 6 – Distribuição absoluta das espécies mais frequentes por fase (Oliveira <i>et al.</i> , 2018, Figura 6).	472
Gráfico 7 – Frequência relativa dos táxones mais frequentes detetados nos contextos funerários estudados (Oliveira <i>et al.</i> , 2018, Gráfico 3).	473
Gráfico 8 – Distribuição dos ossos por região anatómica - interior da urna da C025 (Marado, 2018: Ilustração 3).	484
Gráfico 9 – Distribuição dos ossos por região anatómica - interior da urna da C007 (Marado, 2018:	

Ilustração 1).	485
Gráfico 10 – Distribuição dos ossos por região anatómica na urna C010 (Marado, 2018: Ilustração 2).	486
Gráfico 11 – Dispersão dos ossos por região anatómica na urna C063 (Marado, 2018: Ilustração 4).	487
Gráfico 12 – Distribuição do número de sepulturas de cremação/ inumação por fase de utilização das necrópoles.	538

Lista de tabelas

Tabela 1 – Relação das moedas nos depósitos de cremação e por núcleo.	405
Tabela 2 – Relação da orientação das sepulturas de inumação por fase.	418
Tabela 3 – Relação das moedas nas sepulturas de inumação.	444
Tabela 4 – Relação entre estatuto jurídico dos indivíduos e as vias.	466
Tabela 5 – Relação dos vestígios osteológicos faunísticos identificados.	490
Tabela 6 – Frequência da detecção de espólio nos depósitos secundários de cremação.	539
Tabela 7 – Frequência da detecção de espólio nos contextos primários de cremação.	539

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho centrou-se no estudo da evolução dos rituais funerários desde o início da ocupação da cidade de *Bracara Augusta* até ao período suevo-visigótico, procedendo-se a uma análise detalhada de todos os núcleos das necrópoles que foram identificados até ao momento, de forma a evidenciar as suas particularidades rituais. Pretende-se sequenciar os momentos correspondentes à prevalência das práticas crematórias em relação ao ritual de inumação, identificar os distintos períodos de uso dos espaços de necrópole e, finalmente, definir as estratégias de ocupação destas zonas ao longo do tempo. Assim, incluímos neste estudo um total de 22 setores integrados em diferentes necrópoles, que se encontram agrupados mediante a associação com os eixos viários principais que ligavam a cidade com o seu território imediato e com as áreas mais periféricas. Para este trabalho, foram considerados 138 depósitos secundários de cremação, 107 *ustrinae*, 177 estruturas de inumação, quatro mausoléus, nove recintos funerários, cinco elementos de sinalização, quatro cenotáfios, um memorial e 54 suportes epigráficos.

Foram apreciados para análise todos os espaços de necrópole de cronologia romana e tardo-antiga identificados em Braga, desde os anos 50 do século XX, intervencionados do ponto de vista arqueológico até ao ano de 2016, sob a responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e do Gabinete da Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB). Incluímos igualmente na nossa avaliação os núcleos de necrópole encontrados de forma fortuita, cuja identificação não teve origem em trabalhos de escavação arqueológica.

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro partes principais, por sua vez subdivididas em vários tópicos de análise.

Após o bloco introdutório, segue-se a Parte I. Num primeiro nível de análise enunciamos um breve historial dos estudos das práticas funerárias e da Arqueologia da Morte desde o século XIX à atualidade. O segundo ponto inclui um apartado de análise sobre as características urbanas de *Bracara Augusta*, onde se apontam os principais traços do seu urbanismo, desde o período fundacional ao suevo-visigótico e se assinalam particularidades relativas à rede de povoamento preexistente, bem como se efetua um breve historial sobre os estudos das necrópoles na cidade. A terceira e quarta subpartes consubstanciam-se numa apresentação da problemática e dos objetivos do nosso trabalho, bem como da metodologia adotada para a elaboração do mesmo.

A Parte II corresponde à parte mais extensa da tese, pois integra a descrição de todos os núcleos de necrópole e as estruturas funerárias reconhecidas a partir da revisão dos cadernos de campo. Para cada núcleo foi elaborado um historial no qual se descreve o enquadramento da descoberta de cada um dos locais que o constituem. Sempre que tal foi possível, procedemos a uma análise das especificidades de cada núcleo por fase de utilização.

A Parte III corresponde ao bloco de análise das estruturas funerárias e dos espólios que lhe estão associados. Encontra-se dividida em seis subpartes. Na primeira descrevem-se as tipologias dos contextos de cremação, seguida da análise dos espólios funerários associados. O segundo ponto está reservado à descrição das tipologias relativas às estruturas funerárias de inumação, seguindo-se a exposição do mobiliário funerário encontrado. O terceiro é dedicado à apresentação das estruturas associadas às homenagens dos defuntos. Segue-se, no quarto ponto, uma breve avaliação sobre os suportes epigráficos de cariz funerário conhecidos, de forma a valorizar o conteúdo da informação textual e como a mesma nos permite abordar o tema da sociabilidade da morte. No quinto ponto procedemos a uma análise dos dados arqueobotânicos recolhidos nas escavações com o intuito de valorizar a forma como estes dados potenciam a reconstrução mais aproximada das práticas funerárias bracaraugustanas e um conhecimento mais aprofundado sobre a seleção de elementos vegetais introduzidos nos contextos de comemoração fúnebre. Ainda que a abordagem corresponda a uma análise preliminar, pretendemos realizar no sexto ponto uma aproximação aos aspetos biológicos da população urbana e à forma como tais dados nos permitem compreender as exéquias fúnebres.

Por último, a Parte IV refere-se à discussão dos resultados. Nela procuramos elaborar uma avaliação geral dos dados tendo em conta quatro grandes linhas de análise: os processos pós-deposicionais e a sua influência sobre a preservação dos espaços de necrópole; a topografia funerária de *Bracara Augusta* e a sua evolução; os indivíduos, a forma como geriram os espaços funerários e como assimilaram as novas formas de ritualizar a morte e; por fim, o contributo das mais distintas categorias de espólios funerários e a forma como os mesmos potenciam a aproximação às distintas vivências da morte.

Reservamos um segundo volume para a apresentação da parte gráfica da tese em que constam os apêndices cartográficos, as fichas de estruturas funerárias avaliadas e os anexos que ajudam a clarificar e ilustrar as análises presentes nas partes que acabámos de descrever.

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO, PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

1. Evolução teórico-metodológica dos estudos da morte do mundo clássico

1.1 As concepções da morte e o funeral

Grande parte do universo e imaginário romanos em torno da morte foi herdado dos gregos, sendo diversas as perspectivas em torno das concepções da morte entre os romanos, que variam consoante o pensamento filosófico que as enquadra, onde se confrontavam as posições ora defendidas pelos epicuristas, ora pelos estoicos, embora ambas se interessassem por garantir a serenidade e a paz, aligeirando o medo de enfrentar o momento da morte. Pese embora o tema da morte ter sido discutido e debatido segundo os pontos de vista mais racionais, a realidade da “passagem” ao universo dos *Manes* era algo que preocupava o indivíduo, fosse ele o mais ilustre senador romano ou o mais simples camponês, pelo que os rituais funerários se constituíam como uma forma de tornar mais sereno o momento de separação entre os vivos e os seus defuntos (Guiral Pelegrin e Zarzalejos Prieto, 2010: 438).

Os indivíduos vivenciavam certamente a morte de forma diferenciada, mas o universo funerário romano era regido por determinados procedimentos rituais, muitas vezes especificados do ponto de vista legal. A regra romana obrigava a que os espaços destinados à implantação de sepulturas se localizassem nas áreas extramuros, regra essa que se encontra generalizada em todos os locais abrangidos pelo Império romano.

John Bodel classifica esta segmentação entre necrópole/cidade como o estabelecimento de um autêntico “cordão sanitário” (2014: 177), que visaria o afastamento dos enterramentos para as áreas suburbanas. A morte era vista como algo nefasto, perturbador e incomodativo, para além de acarretar o risco da putrefação, da contaminação dos solos e do receio da propagação de incêndios às habitações (Hope, 2007: 130; Retief e Cillers, 2005: 129; Sevilla Conde, 2014: 43). Contudo, não devemos descurar o facto de a morte provocar sentimentos de inquietude, pressupondo uma desestabilização e rutura no equilíbrio familiar e social do grupo ao qual pertencia o defunto, pelo que tinha que ser afastada e tratada de forma célere, com vista à reposição da ordem (Vaquerizo Gil, 2007: 135).

Estas considerações estão em conformidade com a opinião dos autores clássicos, como Cícero, que menciona expressamente o risco de propagação do fogo das piras em relação às construções. Séneca comentou que a “(...) *morte tem também mau cheiro (...)*”, enquanto São

Isidoro tece comentários em torno das questões de higiene e salubridade do espaço urbano (Abascal Palazón, 1990: 221; Hope, 2009: 154-214).

Por imperativo legal estabelecido na lei das Doze Tábuas, de 450 a.C., “*nenhuma inumação ou cremação pode decorrer dentro da cidade*” (*Lex XII tabularum*, X, 3). Por isso, era obrigatório separar de forma clara e inequívoca o local dedicado à sociabilidade quotidiana dos habitantes, que era por excelência a cidade, palco de múltiplas atividades político-administrativas, de maneira que o espaço reservado às práticas fúnebres e comemorações anuais em honra dos defuntos teria de decorrer na necrópole (Abascal Palazón, 1990: 220; Toynbee, 1971:73; Vaquerizo Gil, 2011: 198).

São conhecidas outras disposições posteriores à *Lex Duodecim Tabularum*, que reiteram sempre as proibições relativas ao enterramento no espaço urbano, reforçando o carácter periurbano das práticas funerárias e a integridade da urbe. Algumas cidades produziram mesmo legislação própria de forma a reforçar a necessidade de afastamento das estruturas funerárias, tal como aquela que parece estar inscrita nas tábuas de bronze encontradas na cidade espanhola de Osuna, datadas do século I, onde se estabelece a localização das piras: “(...) *ninguém deve construir um novo ustrinum no local onde um morto já foi enterrado, nem a menos de 500 passos da cidade. Quem contrariar esta regulamentação deve ser condenado a pagar aos colonos de Genetiva Julia 5,000 sestércios e deve ser processado e condenado (...)*” (Hope, 2007: 130, *apud Lex Coloniae Genetivae Iuliae seu Ursonensis* 73,4).

Na ausência de uma muralha, a barreira divisória entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos seria materializada pela delimitação do *pomoerium* que funcionaria como barreira. Esta separação de espaços significaria para uma determinada comunidade o triunfo da ordem sobre o caos, essência do conceito de *civilitas* nas palavras de Helena Jiménez Viálas (2015: 66).

Para alguns investigadores a preocupação com a salubridade suplantava a razão cultural relacionada com a demarcação do *pomoerium*, espaço sagrado onde não se deveria guerrear ou enterrar e no qual se deveria homenagear os deuses que protegiam a cidade e os vivos. Assim, havia que projetar um espaço dedicado aos Manes e afastar a morte para um local onde a mesma seria lembrada em momentos próprios para o efeito (Anderson, 1997: 321; Borg, 2011: 51; Hope, 2009: 155; López Quiroga, 2010: 21; Toynbee, 1971: 73; Tranoy, 2007: 119).

A disposição das sepulturas junto às vias, formalizando autênticas *viae sepulchrales*, e a proximidade com o núcleo urbano facilitariam não só o controlo e gestão do espaço de necrópole, como também permitiriam à cidade exercer uma proteção mais eficaz sobre o espaço funerário.

De forma a evitar saques, destruições e vandalismos, a lei romana determinava que as sepulturas se convertessem em espaços sagrados e invioláveis, considerados *loci religiosi* desde o momento da sua fundação (Caetano, 2002: 315; Lepetz e Van Andringa, 2011; Lindsay, 2000: 167; Nogales Basarrate e Márquez Pérez, 2002: 114; Vaquerizo Gil, 2007: 139).

Na legislação romana, o direito sepulcral destacar-se-ia do direito civil, uma vez que a sepultura era entendida como um local consagrado e eterno, onde a vontade do defunto se convertia numa lei sagrada no qual não se deveria interferir. Assim, tanto era considerada sagrada a sepultura de um cidadão romano como a de um escravo, ainda que o enterramento só pudesse acontecer em local autorizado e próprio para o efeito. Adquire carácter sacro o lugar onde repousam os restos ósseos de um defunto, espaço esse que serviria também para conservar a memória do mesmo. Situação contrária ao que acontecia com um cenotáfio que não servia para enterrar qualquer tipo de resto mortal (Remesal Rodríguez, 2002: 371-372).

As imposições legais, para além das razões mencionadas, eram elaboradas de forma a evitar o enterramento indiscriminado realizado em locais pouco apropriados. Com efeito, as fontes clássicas mencionam casos em que os corpos eram “descartados” ou abandonados, atraindo a curiosidade dos animais que se alimentavam.

Na mentalidade romana da morte, o indivíduo deveria ser enterrado de forma adequada, assegurando os seus parentes que o “espírito”, inquietado por falta de uma sepultura, não voltasse para atormentar os vivos (Hope, 2007: 242).

Segundo a lei, o local onde se encontrava uma sepultura não poderia ser vendido, nem tampouco seria possível alienar o espaço ou a propriedade em que estavam implantadas estruturas funerárias. Seria obrigação dos herdeiros a manutenção, cuidado e guarda da sepultura, muito embora a lei romana estabeleça uma série de critérios para que o abandono generalizado das sepulturas não acontecesse (Abascal Palazón, 1990: 226).

Era nas necrópoles que deveria ocorrer a maior parte dos rituais e práticas funerárias de carácter público (*funus*), apesar de a parte inicial do ritual ter lugar no âmbito doméstico. Porém, a necrópole transformava-se no local por excelência das cerimónias de evocação do defunto.

Numa perspetiva mais antropológica, o conjunto de práticas e gestos, de ordem oral ou física, tinha como primordial objetivo o reforço das relações intergrupais e entre os indivíduos e os grupos. A partilha de valores, símbolos e signos permitiria aos múltiplos agentes o reforço dos seus laços e das relações sociais. Por sua vez, a participação em atos rituais possibilitava a partilha de uma série de conceitos, ideias e objetos (Bourque, 2000).

Segundo Greg Woolf, a participação de um indivíduo num determinado processo ritual contribuía de forma ativa na crescente transformação e interiorização do “eu”, sendo o ritual funerário um dos atos que contribuiriam para a transformação da identidade social dos indivíduos, gerando sentimentos de pertença com o meio em que se inseria (2013: 149). Desta forma, era possível fortalecer o sentido de identidade pessoal entre o indivíduo e a sua comunidade, ajudando na formatação das atitudes e comportamentos de cada um dos intervenientes. Por outro lado, a realização de determinados procedimentos rituais, pela sua repetição e ciclicidade anual, visava a promoção e a criação de veículos de transmissão de valores, de forma a preservar a coesão social, mas também a manter viva a memória do passado, facto que transformava as necrópoles em locais privilegiados (Marco Simón, 2013). Assim, a localização das sepulturas junto às vias permitiria que os defuntos fossem lembrados de forma quotidiana pelos utilizadores dos eixos viários, evocando de forma inadvertida os nomes dos epitáfios colocados de frente para a via. Por seu turno, os mausoléus e outras construções funerárias, pela sua monumentalidade, sugeriam também a existência de indivíduos destacados no seio de uma cidade, assumindo-se os edifícios como símbolos essenciais para a legitimação do poder, protagonismo e importância de um determinado grupo familiar.

Os diversos retratos das vivências em torno da morte, descritos pelos autores clássicos, relatam os comportamentos decorridos em universos domésticos onde invariavelmente se narram os factos associados aos mais abastados, sendo raras as descrições relativas aos funerais dos mais pobres. Ainda assim, sabemos quais seriam os principais momentos que constituíam o ritual funerário e o que deveria ocorrer segundo a norma romana.

A ritualização em torno da morte iniciava-se antes de a mesma ocorrer efetivamente. Ainda o indivíduo, jovem, adulto ou idoso, não tinha falecido e já se evocava o seu nome (*conclamatio*). A família vestia de preto e havia que sinalizar a fachada da casa, adornando a entrada com ramos de cipreste para que a restante comunidade fosse avisada que a morte havia chegado a determinada residência, atormentando a família de alguém que se achava já morto.

De seguida, havia que tratar dos preparativos. O corpo deveria ser lavado, ungido e vestido pelo *pollinctor*, com a função de assegurar a conservação do cadáver (García Prósper, 2015: 60). O corpo, segundo as fontes clássicas, poderia estar exposto para as homenagens mais privadas até um máximo de sete dias, o que implicava redobrados cuidados com o tratamento contínuo do cadáver. O átrio era ornamentado pelos escravos e haveria de se acautelar a reserva do lote de terreno na periferia da cidade, para aí se mandar construir a sepultura. Fosse heranças

familiares ou pertenças do morto, selecionavam-se algumas peças para acompanhar o defunto na passagem ao outro mundo. Logo que possível, elaborava-se a máscara funerária, peça que seria exposta no peristilo da *domus* da família para que o familiar fosse lembrado diariamente (Hope, 2009: 69). A partir deste momento, a dor deveria ser visível, fosse pela falta de cor das roupas, adornos e jóias, pela barba pouco aparada dos membros masculinos, ou ainda pela ausência de pintura nos rostos das matronas. Tudo deveria ser lúgubre (Vaquerizo Gil, 2011a: 99; Hope, 2009: 122). Após a exposição do morto, havia que trasladar o corpo para o espaço de necrópole. Para a procissão fúnebre (*pompa funebris*), o organizador (*dissignator*) teria a função de contratar distintos profissionais, cujas tarefas estariam bem estabelecidas. Conhecem-se os pregoeiros (*praeco*), com a função de anunciar publicamente o funeral, as carpideiras (*praeficae*), os músicos (*tibicines* e *aulos*), os carregadores e coveiros (*fossores*) (Toynbee, 1971: 46).

Embora seja amplamente aceite que a Lei das Doze Tábuas proibia o enterramento no interior do espaço do *pomoerium*, existiam algumas exceções. No interior das casas, era permitido que os recém-nascidos, com menos de 40 dias, fossem sepultados junto aos beirais dos telhados, próximo aos espaços abertos, normalmente designados de *subgrundaria*, cuja evidência se encontra já documentada em *Uxama*, *Celsa* e Lérida (Garcia Prósper, 2015: 65; Vaquerizo Gil, 2007:137).

Quanto mais destacado fosse o indivíduo ou a sua família, mais elogios em espaços públicos eram lidos em honra do defunto, pelo que a procissão poderia incluir passagens pelo *forum* para a leitura do elogio fúnebre (*laudatio funebris*), onde se enfatizavam as virtudes e honras do defunto (Hope, 2007: 100; Vaquerizo Gil, 2011a: 100). Já na necrópole, poderia decorrer a cremação ou a inumação, documentadas no mundo romano. A eleição de um rito em relação ao outro resultaria da opção dos indivíduos, que seria partilhada e aceite pelo grupo social à qual pertenciam (Vaquerizo Gil, 2011: 208).

Se porventura a família optasse pela cremação, havia, por um lado, que adquirir grandes quantidades de madeira e, por outro, encontrar quem assegurasse a contínua e permanente combustão do corpo. Uma má cremação ou uma inumação mal cumprida constituía um dos maiores medos para um romano, sendo comuns as descrições dos autores clássicos que ridicularizavam a situação. A combustão de um corpo seria um processo demorado, durante o qual se preparava o banquete funerário, realizado na fase final da cremação, podendo mesmo concretizar-se rituais libatórios, como o derrame de vinho sobre as cinzas (Hope, 2007: 131).

Após estes momentos, os ossos poderiam ser recolhidos para o interior de um contentor ossuário, a colocar na fossa preparada pelo *fossor*. Dentro ou fora da urna, havia de ser deposto o espólio funerário que acompanhava o defunto na sua nova morada. A urna, depois de selada, seria sobreposta pelos carvões retirados da pira. Segundo o hábito romano, era colocada uma estela funerária junto à sepultura para que todos soubessem pela sua leitura quem ali estava sepultado e a que família pertencia, sendo o indivíduo lembrado sempre que o seu nome fosse pronunciado por alguém que ao passar na via lia e relia o texto epigráfico.

Alguns dias depois, era tempo de proceder a rituais de purificação da casa e da família e, igualmente, de realizar cerimónias de homenagem ao morto (Hope, 2007: 231).

Os elementos suprarreferidos são, genericamente, os passos rituais mais descritos e documentados pelos autores romanos. Na medida em que alguns factos são narrados de forma bastante idêntica, é consensual pensar-se que uma parte destes rituais era efetivamente executada por diversos grupos sociais por todo o Império, replicando comportamentos e formas de atuação que os aproximava da norma romana.

Porém, pese embora o valor desta informação, as linhas de investigação atuais vêm acrescentar uma série de pontos de interrogação a estes discursos padronizados sobre as cerimónias e os funerais em época romana. Assim, são diversas as dúvidas que surgem. Quantos dias era exposto o defunto? A máscara funerária seria sempre elaborada? A procissão funerária teria sempre lugar? Quanto custaria o lote de cremação? Neste mesmo lote estaria incluído o *locus* religioso? Em todos os funerais realizava-se o banquete? Todos os funerais seriam acompanhados de banquete? Haverá diferenças rituais entre crianças e adultos? Se há, quais são elas? Qual seria a forma dos rituais dos mais pobres? Seriam diferentes? Seriam iguais? Quem pagava o funeral e a sepultura? No mundo romano, as práticas funerárias eram estandardizadas, não havia particularidades rituais? Se há, quais são elas?

Estas são algumas das questões que os investigadores colocam atualmente quando se confrontam com a descrição destes gestos e práticas funerárias, transmitidas pelas fontes literárias, às quais a arqueologia tem procurado responder nas últimas décadas.

1.2 A Nova Arqueologia e a Arqueologia da Morte

A Arqueologia da Morte está intimamente relacionada com a corrente da Nova Arqueologia que surge nos inícios dos anos 60 do século passado em reação à forma como até então a disciplina arqueológica se desenvolvia, ainda muito vinculada aos modelos historicistas e

nacionalistas desenvolvidos a partir da segunda metade de oitocentos numa Europa a viver os dramas do nacionalismo e da procura de uma “raça pura” que justificasse a existência de um grupo étnico “culturalmente superior”. O objeto arqueológico, o artefacto, a peça, era por excelência o elemento representativo de uma determinada cultura, *item* primordial para a identificação de “tribos” ou “grupos étnicos”. A descoberta de determinada peça, em associação com elementos relativos à sua dispersão geográfica, permitia tecer considerações acerca da influência de um grupo cultural em relação a outro. A narrativa dos discursos arqueológicos destacava sistematicamente o conceito de cultura arqueológica, na qual o artefacto serviu muitas vezes para justificar o avanço biológico de determinados grupos étnicos em relação a outros, designados “culturalmente passivos” (Trigger, 1992: 63-65).

A prática e análise arqueológicas desenvolviam-se segundo uma lógica puramente descritiva, onde o objetivo da investigação era puramente classificatório, passando a análise subsequente pelo estabelecimento de comparações tipológicas entre os materiais.

No que concerne ao estudo dos contextos funerários, o foco centrava-se nos espólios. Com efeito, os objetos eram o símbolo por excelência da representação das produções associadas a um determinado grupo social. Estas peças, encontradas em ambiente selado, ofereciam uma oportunidade única para a associação crono-etnográfica, com vista ao estabelecimento de uma “cultura arqueológica” (Vicent García, 1995: 17). Admitia-se então que seria possível particularizar cada cultura a partir dos artefactos a ela associados (ritos funerários ou formas de habitação), pelo que a seriação dos espólios permitiria estabelecer os limites geográficos da sua influência, bem como a sua duração temporal. No que concerne ao aspeto funerário, julgava-se ser também possível identificar uma “cultura” através do enquadramento tipológico não só dos materiais, mas também pela forma de construir a sepultura ou pela forma de tratar os corpos (Trigger, 1992: 170; Vicent-García, 1995: 17).

Nesta lógica de catalogação de tudo o que era produzido por um determinado grupo cultural, também seria possível elencar os costumes e as crenças funerárias. O ritual funerário transforma-se num dos campos de avaliação para a identificação de determinada “cultura arqueológica”, permitindo perceber qual a origem dos indivíduos, como e por onde se movimentavam, avaliando as suas formas de interação (Trigger, 1992: 172; Vicent-García, 1995: 17).

Nos anos 60/70 do século XX, surge a Nova Arqueologia (denominada também de Arqueologia Processual ou Sistémica) como reacção à visão excessivamente simplista da

arqueologia histórico-culturalista que não explicava os processos que potenciavam a mudança cultural. Esta nova corrente foi impulsionada pela introdução de novos conceitos desenvolvidos por L. Binford, onde a base da investigação residia na explicação do conceito de cultura – “(...) *Culture is viewed as the extra-somatic means of adaption for the human organism*” (1962: 218). Assim, a cultura transformava-se num sistema que se reajustava e readaptava após a ocorrência de determinados acontecimentos que provocavam uma série de desequilíbrios nos diversos subsistemas de regulação do sistema social, como o campo tecnológico, social e ideológico. Nesta lógica, os processos de alteração e transformação cultural estavam sobretudo condicionados pelo meio ambiente, realidade externa do grupo humano (Hernando Gonzalo, 1992: 20; Gutiérrez Lloret, 1997: 96; Lull e Picazo, 1989: 6; Johnson, 2000: 42).

A emergência da Nova Arqueologia associa-se à necessidade de tornar a Arqueologia numa disciplina científica, através de uma metodologia rigorosa, relegando para segundo plano observações simplistas. O conceito básico deste novo guião metodológico recai sobre os raciocínios hipotético-dedutivos, onde através da observação, teste e comprovação de diversas hipóteses seria possível a formulação de diversas leis que, interligadas, permitiriam a obtenção de teorias gerais. Uma vez que o modelo teórico das ciências sociais era questionado, foi adotado o modelo usado pela disciplina antropológica. A ideia passava por explicar e compreender quais os fatores que desencadeavam os processos de alteração cultural, de modo a ser possível o estabelecimento de regularidades que os explicassem. Este método permitia criar vínculos e explicações entre o registo arqueológico e as sociedades do passado (Binford, 1968: 271; Johnson, 2000: 79; Vicent-García, 1995: 18).

O registo arqueológico e os materiais nele encontrados apresentavam-se a partir de então como elementos constituintes das relações materiais que deveriam ser quantificadas de forma sistemática. A avaliação das variáveis e a sua seriação permitiram o aperfeiçoamento das técnicas de investigação, tendo sempre como objetivo elevar a prática arqueológica à categoria de ciência exata. Com David Clarke, a vertente analítica da Arqueologia atinge o seu expoente máximo, recorrendo a um rigoroso procedimento metodológico, renunciando-se à ligação entre a Arqueologia e a História. O investigador tinha como preocupação a definição de categorias associadas ao universo material e o estabelecimento dos princípios da hierarquia de povoamento propondo para tal o uso dos modelos explicativos da Geografia e das Ciências Naturais (Gutiérrez Lloret, 1997: 101-103). De forma a tentar diminuir o fosso entre os comportamentos e as suas consequências materiais, Binford recorreu à Etnoarqueologia, acreditando que seria possível aos

arqueólogos inferir por analogia que certos comportamentos ou interações culturais produziam determinados resultados materiais. Os investigadores podiam determinar regularidades na formação e organização espaço-temporal da documentação arqueológica. Com as designadas teorias de médio alcance, tentava-se mediar a relação de duas entidades, a estática (associada ao registo arqueológico) e a dinâmica (relação entre os agentes sociais do passado) (Abad Mir, 2006: 11-12; Johnson, 2000: 73-77)

Esta nova perspectiva de aproximação ao passado começou a desenhar-se a partir de 1971 com a obra de James Brown "*Approaches to the Social Dimensions of Mortuary Practices*", que parece constituir-se como o ponto de partida para o desenvolvimento da designada Arqueologia da Morte, reforçada por L. Binford com "*Mortuary practices: their study and potential*", a par da tese de doutoramento do antropólogo Arthur Saxe (Chapman, 2003: 306-307).

A variabilidade funerária (rituais, sepulturas, espólios) encontrava-se intimamente relacionada com a estrutura social da qual o defunto estava dependente, uma vez que o ato funerário era também considerado como uma ocorrência altamente condensadora dos aspetos sociais (Chapman, 2003: 306; Vicent-García, 1995: 19).

Como explica Matthew Johnson, o arqueólogo tanto pode encontrar um reduzido número de sepulturas, articuladas a um importante espólio funerário e associadas ao mesmo grupo social, como pode identificar um conjunto de estruturas funerárias, mais numeroso, desta vez com agregações de espólio mais pobres. A partir destes dados estáticos inferimos que estamos perante grupos sociais que se individualizam e distinguem pela sua condição social. Como tal, podem ser considerados dados dinâmicos do passado. Esta conclusão é proposta porque se presume uma relação de alcance médio entre a quantidade de espólio funerário e o estatuto do defunto (2000: 73).

Na perspectiva da Arqueologia da Morte, o indivíduo assume o papel de protagonista, o que levou L. Binford a utilizar o termo de "*social persona*" (1971: 17). Todos os indivíduos desempenham um conjunto de papéis sociais que lhes conferem identidade social, papéis esses que se alteram e se substituem ao longo da vida pelas distintas relações entre grupo e indivíduo. Ora, quanto mais destacados eram os papéis sociais do defunto, mais ritualizado seria o funeral, uma vez que o grupo pretendia destacá-lo dos restantes agentes sociais. Por consequência seria possível perceber a posição social do defunto pela identificação e recuperação das evidências rituais encontradas em contexto funerário. A variabilidade de "*social persona*" detetadas numa necrópole era o reflexo da heterogeneidade social do grupo, pois, no momento do funeral, o grupo

seleciona os papéis mais significativos que o indivíduo desempenhou. Por essa razão, nos espaços sepulcrais encontra-se uma multiplicidade de evidências funerárias, reveladoras da grande diversidade de estatutos dos indivíduos aí sepultados. Quanto mais complexo era o grupo social, mais expressiva seria a diferenciação, pois existiria um tratamento diversificado dos indivíduos (Chapa Brunet, 1990: 17).

Por outro lado, numa perspetiva mais materialista, o ritual funerário era visto como uma atividade que pressupunha um determinado tipo de investimento e dispêndio de energia. A categoria social do defunto e a forma como se havia posicionado socialmente – a sua posição hierárquica – seriam perceptíveis pelo modo como os elementos se combinavam e associavam dentro do contexto funerário. O gasto de energia empregue na execução de tarefas rituais seria proporcional à posição social que o indivíduo teria assumido durante a vida (Lull e Picazo, 1989: 14; González Villaescusa, 2001: 32).

A partir de então, a Arqueologia da Morte passou a considerar um diferente número de elementos de análise, presentes no registo arqueológico, de forma a conseguir percecionar todas as particularidades da estrutura social e como a mesma poderia estar plasmada no contexto funerário. Portanto, não é estranho que a partir de então se fizesse recurso dos métodos quantitativos, aliados a um maior cuidado no processamento dos dados que auxiliariam objetivamente o processo de interpretação (Lull e Picazo, 1989: 9; Vicent-García, 1995: 22-23; Chapman, 2003: 308).

Contudo, como qualquer corrente arqueológica, os movimentos processualistas também foram alvo de críticas por parte de um conjunto de investigadores em que se destacou Ian Hodder, precursor da designada Arqueologia Contextual. Apontava-se, em particular, o excessivo uso das observações etnográficas para formular explicações sobre as sociedades do passado, uma vez que se entendia existirem outros mecanismos e dimensões sociais, como o campo ideológico, político e simbólico, suscetíveis de influenciar a forma como os indivíduos agiam. Em consequência, questionou-se a possibilidade de formulação de explicações capazes de estabelecer a regularidade do comportamento humano numa determinada época ou área cultural (Gutiérrez Lloret, 1997: 111). A adoção de uma “lei geral” não parecia ser aplicável a todos os indivíduos associados a uma mesma realidade cultural, pois cada um percecionaria a realidade exterior de forma diferenciada.

A corrente pós-processualista, para além de colocar ênfase no indivíduo (“*human agent*”), reforça a necessidade de explorar as distintas estratégias interpretativas de modo a ser possível

uma aproximação mais objetiva à realidade passada, através da valorização do significado do objeto (MacGregor, 1994: 80-81). Assim, fruto do desenvolvimento das teorias associadas às Ciências Sociais, o pós-processualismo usou exponencialmente os contributos do marxismo e do estruturalismo, destacando as palavras atitude, significado e simbolismo como elementos de estudo para a compreensão cultural das sociedades passadas (Chapman, 2000: 494).

Ian Hodder definiu cultura como um contexto simbólico, rejeitando a existência de regularidades (ou leis gerais) capazes de explicar os mais diversos comportamentos humanos, independentemente da condicionante tempo e espaço, pois eles eram de tal maneira complexos que escapavam à generalização (Abad Mir, 2006: 20). Importava agora tentar compreender a mentalidade e o processo como os indivíduos poderiam aceitar ou não as normas impostas pelo grupo social. A abordagem sistémica colocava o sujeito como um elemento passivo que absorvia um conjunto de modelos sociais, sem conjeturar a possibilidade de os diversos personagens sociais percecionarem esses mesmos modelos de forma distinta e de lhes atribuir um significado diferenciado (Hodder, 1988: 41-42).

Esta nova linha de abordagem e interpretação do contexto arqueológico contestava a relação imediata entre o registo arqueológico e a estrutura social, uma vez que as evidências materiais detinham um determinado valor e significado no seio de um certo contexto cultural. Por consequência, aos objetos presentes nos contextos funerários seria atribuído um determinado significado simbólico que poderia variar mediante as diversas entidades culturais que manipulavam esses materiais (Chapa Brunet, 1990: 20).

A tarefa do investigador passa por identificar as distintas possibilidades de abordagem e de perceção do mesmo contexto cultural através do reconhecimento do significado dos vestígios materiais, só possível quando se analisam de forma integrada os distintos aspetos de cada conjunto arqueológico, a fim de conseguir fixar as eventuais aceções simbólicas (Hodder, 1991: 33). No entanto, a análise dos vestígios arqueológicos pode produzir diversas interpretações válidas desde que o arqueólogo tenha em conta que o significado de uma prática social pode ser distinto de uma sociedade para a outra. Para além disto, as interpretações sobre o passado estão sempre dependentes do conhecimento de quem as produz e que a interpretação está sempre sujeita ao conhecimento que o próprio arqueólogo detém sobre uma determinada realidade arqueológica (Gutiérrez Lloret, 1997: 111).

São diversos os contributos de investigadores europeus, como P. Ucko e M. Bloch, que alertaram para a excessiva simplicidade das explicações processualistas, para o abuso no recurso

à comparação etnográfica e para a forma como se relacionavam os dados materiais (registo arqueológico) com a organização social das sociedades passadas. As suas apreciações foram realizadas com base nas observações e registo de determinadas práticas funerárias de comunidades africanas e malgaxes. Os autores perceberam que as inferências acerca do estatuto social tendo apenas por base o cruzamento de informações etnográficas e da materialidade arqueológica poderiam levar a conclusões equivocadas (Abad Mir, 2006: 17-18). P. Ucko percebeu, pela observação dos comportamentos funerários das tribos nigerianas e ganesas, que os objetos depositados na sepultura correspondiam a peças de baixo valor comercial, mas, também, que as comunidades optavam por não colocar qualquer tipo de espólio funerário. Já M. Bloch verificou que em determinadas tribos as sepulturas dos indivíduos de estatuto social elevado eram as de pior qualidade que as do restante grupo (Lull e Picazo, 1989: 8). Tais observações colocavam mais uma vez em risco a utilidade da Etno-arqueologia como forma de proporcionar a validação de determinadas propostas interpretativas acerca dos contextos funerários e do estatuto social dos defuntos.

Os pressupostos metodológicos processualistas que permitiriam validar as conclusões de um determinado estudo reuniam duas condições principais: a escavação integral do conjunto funerário, pelo que os dados não deveriam ser parciais, e a necessidade de o grupo social estar sepultado numa única necrópole (Chapa Brunet, 1990: 31). Ora, raramente estas condições poderiam cumprir-se. A título de exemplo, Ricardo González Villaescusa chama a atenção para a realidade das necrópoles romanas, cujo conhecimento depende de vários constrangimentos, designadamente dos decorrentes do carácter limitado das áreas de escavação, sobretudo em meio urbano. Na circunstância, sendo quase impossível a escavação integral de uma necrópole, e sabendo-se que as cidades teriam várias necrópoles, nunca seria possível caracterizar o conjunto da sociedade romana (2001: 33).

A propósito, Robert Chapman alerta para o facto de James Brown, autor de *Approaches to the Social Dimensions of Mortuary Practices*, admitir que algumas das suas observações necessitavam de revisão, principalmente aquelas em que o autor se focava em determinado atributo de *status* social. Outros investigadores levantam a suspeita do tratamento dado aos defuntos depender sempre da forma como os vivos gerenciavam os seus comportamentos perante o momento da morte. Assim, o contexto arqueológico pode não elucidar sobre a existência ou inexistência de distinção social entre os indivíduos, uma vez que os traços relativos às diferenças sociais podem não aparecer plasmados nos contextos de enterramento onde se praticavam os

rituais funerários (2013: 309-310). Na verdade, a ausência de objetos de exceção num dado contexto funerário tanto pode significar que estamos perante uma sociedade igualitária como de um grupo hierarquizado que procura negar, na esfera simbólica, as desigualdades existentes. Deste facto se subentende a dificuldade de generalizar a partir dos dados materiais, sendo, em contrapartida, indispensável estudar cada contexto de forma exaustiva e individual.

Segundo a perspectiva pós-processualista, as sociedades humanas e as suas manifestações materiais, encontradas em contexto arqueológico, são amplamente influenciadas pelo pensamento simbólico, variável de um grupo de indivíduos para outro. Por isso, os dados arqueológicos passaram a ser vistos como elementos representativos da estrutura simbólica de uma comunidade, constituindo-se como um meio para a aproximação à sua organização. Por outro lado, importa ter em conta que os contactos sociais produzem mudanças e alterações nos sistemas de significação dos objetos, mas também das práticas culturais. Esse foi seguramente o caso que terá acontecido na nossa área de estudo, onde a chegada dos romanos a um território já ocupado por grupos sociais com um conjunto de conceitos culturais repletos de significado e que se encontravam amplamente adquiridos pelos indivíduos terá obrigado a mudanças. Estas passaram não só pela adoção de novas simbologias e conceitos culturais como por um exercício de dar significado a novas práticas e aos elementos materiais que as mesmas exigiam, facto que implicava necessariamente um tempo de assimilação e ressignificação.

No quadro da arqueologia pós-processualista, os objetos arqueológicos deixaram de ser vistos como meros reflexos/produtos da adaptação ambiental (Trigger, 1992: 348), constituindo-se como elementos para compreender as relações intergrupais, servindo para disfarçar ou refletir as relações sociais. Por isso, a função da Arqueologia passaria por tornar inteligível o significado simbólico que era projetado sobre os objetos por uma determinada comunidade e num determinado contexto.

No que respeita à Arqueologia da Morte, o objeto funerário transformou-se no símbolo das conceções culturais de um determinado indivíduo ou grupo, permitindo ao arqueólogo tecer interpretações sobre a ideologia fúnebre. Num patamar de interpretação global, estas considerações permitem reconhecer as características das comunidades a partir das suas práticas funerárias, que são também um acontecimento simbólico, no seio do qual os indivíduos promovem interações e potenciam a coesão e o reforço das identidades sociais, pela partilha de ideias, conceitos e significados.

A Arqueologia da Morte coloca a ênfase nas manifestações funerárias como indicador cultural, uma vez que as sociedades antigas projetaram nas distintas práticas funerárias (sepultura, rituais e mobiliários) uma parte relevante da forma como se identificavam perante si próprios e perante os outros. Assim, a identificação das características funerárias de um grupo torna-se num elemento relevante que nos permite conhecer as distintas identidades étnicas dos indivíduos oriundos de substratos culturais preexistentes à presença romana (Bendála Galan, 2015: 33), mas também o modo como essas identidades se alteraram em contacto com os rituais romanos.

1.3 A revolução do saber: o século XXI

A temática em torno das questões da morte do mundo romano conta já com uma grande quantidade de contribuições, verificando-se nos últimos anos um incremento no número de publicações que exibem um crescente investimento na interdisciplinaridade.

Este tema ganhou um interesse mais significativo a partir da década de 70 do século passado, com a obra abrangente de J. M. C. Toynbee, de 1971, que constitui, até hoje, um livro de referência na área. Nesta obra, a investigadora discorre sobre o tema das cerimónias e a sua organização, quais os rituais mais característicos do mundo romano e como os mesmos se alteraram. A autora valoriza ainda as questões relacionadas com as finanças do funeral, os tipos de sepulturas, os monumentos e o mobiliário funerário. Toynbee dedica, igualmente, uma parte do livro às perspetivas relacionadas com a mentalidade romana sobre a morte. Trata-se de uma obra que valorizou os textos dos autores clássicos, assim como a iconografia, na qual é notório que o contributo da arqueologia não é significativo, pese embora a presença de referências pontuais.

No contexto europeu, cabe destacar o trabalho de síntese de Ian Morris, no qual o autor trata o tema dos rituais funerários e a sua relação com a complexa estrutura social grega e romana. Também Steven Bassett editou em 1995 uma compilação de artigos onde, entre outros temas, se analisa as vivências e estratégias dos vivos em relação ao mundo da morte, tanto no mundo rural como nas cidades romanas.

Nos últimos anos, merecem referência os trabalhos desenvolvidos em França, onde, na nossa opinião, a temática do mundo da morte tem conhecido um incremento não só na quantidade, mas também na qualidade da informação publicada, estando bem patente o carácter interdisciplinar das abordagens de análise aos contextos funerários.

Para além de obras em que se reúnem as contribuições científicas de autores de diversas nacionalidades e de diversas especialidades (arqueólogos, antropólogos e historiadores), surgiram outros trabalhos acessíveis ao grande público, no formato de revista.

Em 2009, uma publicação, dirigida por Christian Goudineau, dedicada à valorização dos dados das necrópoles de Lyon, enfatizou a importância dos dados arqueológicos para a melhor compreensão das paisagens funerárias, das arquiteturas funerárias, dos elementos epigráficos, vegetais e zoo-arqueológicos. De mencionar também a emergência de novas linhas de investigação orientadas para a restituição das estruturas funerárias perecíveis, mais concretamente das piras e dos caixões, e para o estudo das marcas rituais presentes no espólio funerário, oferecendo um vasto universo de dados relativos às estruturas encontradas nos contextos de escavação lyoneses. Estas novas perspetivas surgiram como uma consequência do desenvolvimento de distintos projetos de escavação arqueológica em contexto urbano, onde é perceptível a necessidade do cruzamento de diferentes técnicas de escavação de forma a conseguir recuperar novas informações que acrescentem valor e conhecimento sobre o mundo da morte romana.

Haverá igualmente que considerar os contributos de Frédérique Blaizot e Valérie Bel, investigadoras que se têm dedicado ao estudo das práticas e rituais funerários através do cruzamento de dados provenientes da pesquisa e escavação arqueológica, bem como das análises antropológicas.

Deve-se a Frédérique Blaizot (2009) a edição de uma obra na qual são tratados aspetos relativos aos contextos de necrópoles romanas que se encontram num vasto território desde a região centro-oriental ao sudeste da Gália. É notória a necessidade de compreender como se constroem as sepulturas, quais os processos pós-deposicionais associados à sua desagregação e a importância dada ao registo realizado em campo, que, em última análise, potencia as reconstituições dos objetos e o momento da sua deposição. Esta obra, para além de analisar e identificar as mais distintas estruturas associadas à prática da cremação e da inumação, demonstra uma preocupação pela seleção de terminologias mais precisas para a classificação das distintas sepulturas. Trata-se de uma obra densa, em que são feitas comparações tipológicas entre todas as estruturas encontradas no território em análise, acompanhadas de quadros analíticos, dedicando especial atenção à identificação pormenorizada das marcas rituais patentes no espólio funerário, passando pelo estudo dos vestígios arqueobotânicos.

Mais recentemente, Valérie Bel (2016a), em conjunto com outros investigadores, editou uma importante monografia que chama a atenção para todo o conjunto de considerações acerca

das práticas funerárias passíveis de serem obtidas a partir da intervenção arqueológica. O referido volume encontra-se dividido em três partes. Num primeiro capítulo, realiza-se o enquadramento geográfico dos locais escavados entre 1996 e 2003, apresentando-se detalhadamente a metodologia de escavação e o protocolo de escavação das sepulturas. Na segunda parte, os autores apresentam as justificações que estarão na base da implementação dos dois setores de necrópole e abordam a sua relação com os eixos viários. Tratam, igualmente, dos modos de gestão dos espaços funerários e dos sistemas de sinalização de todas as sepulturas identificadas, dedicando ainda um apartado à análise osteológica do material procedente de cremações e inumações, seguido da análise do material zoológico e dos restos vegetais. A última parte é dedicada à inventariação das sepulturas e do material a elas associado, sendo realizada uma síntese onde se cruzam inovadoras informações, entre as quais a verificação da existência de variados e distintos procedimentos funerários em dois espaços contíguos e coetâneos.

Estas autoras têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da temática da morte no mundo romano, não só através dos seus estudos, mas também promovendo a realização de encontros científicos, dos quais cabe referir a concretização de um evento em 2016. O referido encontro deu lugar a uma robusta obra de 731 páginas que contempla várias contribuições relativas à análise do mobiliário cerâmico encontrado em contexto funerário da Gália romana. Exibe três grandes eixos orientadores: a evolução dos modos de depósito das peças nas sepulturas, a seleção dos mobiliários a serem introduzidos nas necrópoles e, finalmente, a função dessas peças nos diferentes momentos rituais. Há inclusivamente duas contribuições com abordagens completamente inovadoras. Uma centra-se no recurso a tecnologias de levantamento fotogramétrico e topográfico, cujos resultados, se cruzados com o exaustivo registo e descrição do mobiliário (em ambiente SIG), permitem a projeção altimétrica e a recuperação do posicionamento original da peça no momento da sua introdução na sepultura (Badey *et al.* 2016). A segunda contribuição refere-se à realização de análises químicas aos depósitos vegetais identificados nas paredes internas nos vasos encontrados em contextos funerários datados da Idade do Ferro e de época romana, de forma a conseguir restituir quais os alimentos selecionados para o banquete funerário (Bel *et al.* 2016).

O mesmo grupo de investigadores, pertencentes à Universidade de Bordéus e ao Institut National de Recherches Archéologiques Préventives, juntamente com antropólogos de renome, como Henry Duda, e investigadores de outras universidades francesas, tem promovido a realização de cursos de formação para profissionais da área da Arqueologia e Antropologia. Assim,

desde 2015, têm vindo a realizar o *Protocole d'intervention en Archéologie Funéraire (PIAF)*, onde para além do contacto com temáticas em torno das estratégias de intervenção em contextos funerários, métodos de registo e técnicas de restituição dos dispositivos funerários, os participantes são confrontados com as problemáticas que influenciam e condicionam os contextos funerários.

Merecem também destaque os recentes trabalhos de investigação da necrópole da Porta Nocera, em Pompeia, cujos responsáveis, William Van Andringa, Thomas Creissen e Henry Duda, têm promovido, desde 2014, um conjunto de escavações de diversos recintos funerários com o objetivo de reinterpretar os contextos relativos às práticas funerárias. Este projeto de estudo, que conta com a colaboração das universidades de Lille e Bordéus, da Escola Francesa de Roma e da Superintendência Arqueológica de Pompeia, tem como objetivo, por um lado, conhecer mais pormenorizadamente o perfil biológico da população romana de Pompeia e, por outro, desenvolver metodologias inovadoras relativas ao registo arqueológico, através da fotogrametria e da escavação dos vasos ossuários em campo, de forma a entender quais os procedimentos ocorridos logo após a cremação do defunto (Van Andringa *et al.* 2014, 2015). O mesmo projeto (*Programme Pompéi - fouille de la nécropole de Porta Nocera (2017-2021): archéologie de la mort et structures sociales*) integra uma vertente pedagógica, contando com um programa de incentivo à participação de doutorados que pretendem especializar-se na área da arqueologia funerária, mantendo a sua forte componente interdisciplinar que visa a correlação dos dados arqueológicos, textuais e antropológicos de forma a reescrever as características funerárias da sociedade pompeiana.

Um dos projetos de estudo dos contextos funerários mais conhecidos da Península Ibérica é o *Espacio y usos funerarios en Corduba*. Tal pesquisa teve como principal objetivo a integração e sistematização da grande quantidade de dados arqueológicos acumulados ao longo dos anos na cidade de Córdoba e teve como diretor Desiderio Vaquerizo Gil. Este investigador tem vindo a editar um extenso número de trabalhos dedicado ao tema da Arqueologia da Morte, analisando a organização dos espaços funerários urbanas, as suas materialidades, questões epigráficas e mentalidade da morte no mundo romano (2007, 2007a, 2008, 2008a, 2008b, 2009, 2010, 2011, 2011a, 2012). Foi igualmente responsável pela realização de um congresso internacional que acolheu, em 2002, diversos investigadores europeus para a divulgação dos novos trabalhos relacionados com o estudo das práticas funerárias do mundo indígena até ao período tardoantigo (Vaquerizo Gil, 2002). As atas, publicadas em dois volumes, contemplam contribuições de autores portugueses, espanhóis, italianos e franceses, tratando dos mais diversos aspetos do mundo

funerário, desde o processo de romanização à formação das identidades (Jiménez Díez, 2002), tipologias de enterramentos (Nogales Basarrate e Márquez Pérez, 2002), estudos sobre a evolução dos espaços de necrópole na longa duração (Caetano, 2002; García Prósper e Guérin, 2002; Jiménez Salvador, 2002), reportando também os resultados do estudo dos sectores de necrópoles cordubenses. É dada igual atenção a temas relacionados com a informatização dos dados (García Ferrer *et al.*, 2002), aos tipos de espólio (García Matamala, 2002; Martín, 2002; Vargas, 2002) e aos estudos da estrutura biológica da população enterrada em *Colonia Patricia Corduba* de forma a perceber o impacto daquilo que é definido como a “*colonización romana*” (Garraida e Cabellos, 2002).

Outra obra a destacar é a monografia editada por Fernando Prados Martínez e Helena Jiménez Viálas, em 2015, que reúne as contribuições de uma série de investigadores, compilando, sob a forma de artigos, a análise das necrópoles de *Baelo Claudia*. Os artigos elaborados inserem-se no âmbito do *projeto Muerte y ritual funerario en Baelo Claudia. Estudio arqueológico y documental de la Necrópolis Oriental (2012-2017)*, onde se pretende a reinterpretação dos dados provenientes de anteriores trabalhos e a divulgação de novos dados obtidos a partir de recentes escavações arqueológicas. A equipa de estudo apoiou-se num conjunto de métodos de análise distintos, descritos como não agressivos, recorrendo aos recursos informáticos e digitais que permitem o estabelecimento de leituras integradoras relativas à paisagem funerária, religião e identidade, com o intuito não só de conhecer mais aprofundadamente a sociedade hispano-romana, mas também de conseguir a reabertura do espaço sepulcral ao público em geral. Os editores contam já com outras inúmeras publicações onde apresentam as particularidades funerárias de *Baelo Claudia*, os resultados das intervenções arqueológicas (Prados Martínez *et al.*, 2012), a análise detalhada das materialidades (Prados Martínez e Jiménez Viálas, 2016), bem como dados sobre a paisagem funerária e a forma como as sepulturas se implantam e distribuem em todos os espaços sepulcrais (Prados Martínez e García Jiménez, 2009; Prados Martínez *et al.*, 2014).

Nos últimos anos temos assistido a um crescimento significativo do número de trabalhos de sistematização e investigação, cujo objeto de estudo se encontra definido pelos espaços de necrópole do período romano e tardoantigo. Neste âmbito, merece referência o recente trabalho de doutoramento de Lucía Fernández Sutilo (2016). Trata-se de um documento extenso, onde se desenvolve a questão da análise das práticas funerárias e da sua reconstituição tendo por base o

estudo dos dados arqueológicos, com o objetivo de perceber a evolução das modalidades de enterramento.

Destacamos também o contributo de González Villaescusa, decorrente da sua tese de doutoramento (2011). O autor apresenta uma extensa compilação de obras relacionadas com o surgimento da designada Arqueologia da Morte e a influência das correntes processualistas na evolução das pesquisas, reflete acerca da importância simbólica dos objetos em contexto funerário. Na sua opinião, a pluralidade dos significados dos signos funerários é exemplificativa da diversidade humana que o Império romano abarcou no vasto território que administrava, o que explica que o meio funerário não pode servir de veículo para o estabelecimento de uma lei geral que explique a organização social das comunidades da Antiguidade.

O tema em torno dos rituais funerários romanos tem vindo igualmente a conhecer um crescente interesse por parte da Antropologia e Bio-Antropologia. Tendo por base a análise minuciosa dos vestígios osteológicos humanos de necrópoles romanas associadas ao ritual de cremação e a núcleos de enterramento tardoantigo, é possível realizar uma aproximação às características biológicas dos indivíduos sepultados. Estes estudos permitem abordar as diagnoses sexuais, a manipulação e processo de tratamento dos corpos dos defuntos, as especificidades e as estratégias do ritual de cremação, as idades e causas de morte e os dados patológicos. Neste contexto, destacamos os contributos de Trellisó Carreño (2001), Miguel Ibáñez (2010), bem como os trabalhos de Alapont Martín com diversos investigadores como Ribera i Lacomba, Bouneau e Mas Hurtuna (2006, 2010, 2015). Relativamente a Llorenç Alapont Martín, este investigador, arqueólogo e antropólogo assumiu recentemente a codireção de um projeto de estudo de uma das necrópoles de Pompeia, na Porta Nola, com o objetivo de conhecer as características dos indivíduos ali sepultados. Este estudo visa ainda pesquisar os aspetos biológicos, as condições de vida e morte da população pompeiana e interpretar os gestos e rituais funerários (2016).

Merece também destaque o trabalho de doutoramento de Elisa García Prósper, defendido em 2015, onde a autora, através das evidências osteológicas, tenta realizar uma aproximação aos rituais e gestos funerários da população valenciana, valorizando a distribuição e a localização das sepulturas, os aspetos de vida e morte dos defuntos e a convivência de diferentes rituais. Para tal, tem em linha de conta aspetos como a análise das tipologias dos enterramentos e as variações entre a ausência/presença dos espólios funerários. A mesma autora tem participado em diversos artigos em que se analisa a evolução das práticas funerárias de *Valentia* entre o Alto Império e o período visigodo (2001), dando a conhecer as características alimentares e bio-antropológicas da

população (García Prósper *et al.*, 2010). A mesma autora tem publicado trabalhos científicos onde elabora protocolos de estudo do material osteológico cremado da *Valentia* e *Saguntum* (Polo Cerdá *et al.* 2009; García Prósper e Polo Cerdá 2007).

Outra obra que se conforma como um livro de atas, cuja edição é da responsabilidade de Francisco Marco Simón, Francisco Pina Polo e José Remesal Rodríguez, tem como título o designativo de um colóquio realizado no ano de 2007 (*Formae Mortis: El tránsito de la vida e la muerte en las sociedades antiguas*). A obra permite-nos saber mais acerca dos processos relacionados com os rituais de morte das sociedades antigas. Nos diversos artigos que contempla, verifica-se o recurso aos textos dos autores clássicos, embora também se valorize o contributo dos dados arqueológicos e da Epigrafia.

Na tentativa de cruzar as informações escritas com as de índole arqueológica, têm surgido alguns contributos científicos importantes no que se reporta ao estudo da perpetuação da memória através dos monumentos funerários, nomeadamente os edifícios e as estelas/placas funerárias, visto serem estes os elementos que medeiam a relação entre os vivos com os mortos (Carroll, 2006, 2007/2008, 2011 e 2011a). O tema da epigrafia funerária tem igualmente contribuído para conhecer melhor o mundo da morte no Império romano, merecendo referência os trabalhos de Jonathan Edmondson (2004), que se tem dedicado ao estudo social da população de Mérida.

O tema da morte no mundo romano foi também tratado por Valerie M. Hope. Numa obra publicada em 2007, a autora compilou e publicou excertos das fontes históricas antigas que considera importantes para a investigação do tema, destacando, todavia, a relevância das evidências arqueológicas para uma necessária validação dos relatos históricos, uma vez que estes apenas refletem os acontecimentos no seio das elites. Já em 2009, a mesma investigadora havia abordado as correntes filosóficas que terão influenciado a mentalidade romana sobre o mundo da morte, descrevendo os momentos mais privados do ritual, designadamente a morte vivida em ambiente doméstico, as regras de luto, a forma como decorriam os funerais e as cerimónias de comemoração e homenagens aos mortos que, no seu conjunto, ajudam a recriar o ambiente em torno das vivências da morte.

Nos últimos anos, a investigação do mundo da morte na sociedade romana e o estudo dos rituais funerários conheceram um incremento notável, em que se destaca o contributo da Arqueobotânica e da Arqueozoologia que permitem conhecer os contextos ambientais em que se moviam as comunidades e criar quadros interpretativos mais vastos sobre o uso e manipulação

de alimentos, os quais assumem um papel preponderante no quadro de desenvolvimento do estudo dos rituais funerários antigos, uma vez que permitem uma reconstituição mais fidedigna dos aspetos mais práticos do funeral (Lepetz e Van Andringa, 2001; Blaizot *et al.*, 2009; Cabanis, 2009; Pigière, 2014; Bel *et al.*, 2016a).

Quer a Botânica, quer a Carpologia têm oferecido um importante contributo para a restituição dos rituais funerários. Com efeito, as análises efetuadas permitem identificar espécies vegetais presentes nos enchimentos das cremações, como as plantas, frutas e leguminosas que foram usadas durante a realização dos funerais, com o objetivo de possibilitar a reconstituição das paisagens agrícolas da Antiguidade e os possíveis intercâmbios de espécies (Šoštarić *et al.*, 2006). Constatamos que em todas as obras mais recentes, relativas à reconstituição das práticas e rituais funerários, se tornou comum o estudo do material vegetal e faunístico (Preiss *et al.*, 2005; Cooremans, 2008; Matterne e Derreumaux, 2008; Figueiral *et al.*, 2010; Deforce e Haneca, 2011, 2012; Livarda, 2013).

Outra importante área de estudo relacionada com os rituais funerários romanos centra-se na análise dos processos de transformação identitária, destacando-se aqueles que se relacionam com as mudanças operadas no meio indígena nos territórios integrados no Império romano e aquelas que se articulam com o mundo tardoantigo. No primeiro caso, estão em causa os primeiros contactos entre romanos e as populações indígenas e os processos de romanização, nomeadamente na forma como a mentalidade romana da morte influenciou as populações autóctones a colocarem em prática e a admitirem como seus alguns dos mais característicos rituais funerários romanos (Hope, 1997, 2001; Alfayé e Marco Simón, 2008; Jiménez, 2008; Tenreiro Bermúdez, 2009; Alfayé, 2012; Woolf, 2013; Pearce, 2015). No segundo caso, quando a inumação passa a ser preponderante em relação à cremação, na sequência da cristianização dos territórios, abordam-se as mudanças do ritual funerário, assumindo o espólio o valor de símbolo de associação cultural, que distingue e diferencia os indivíduos falecidos (Quiroga, 2008; Härke, 2013). Neste contexto cabe destacar a obra de Jorge López Quiroga (2010), na qual o autor sintetiza as questões relativas ao mundo funerário tardo-romano. Para além de apresentar as tipologias de sepulturas e de edifícios funerários, dedica especial atenção à questão da identificação de espólio mais específico encontrado em ambiente funerário e que permite muitas vezes a associação cultural dos defuntos.

1.4 O estudo das necrópoles romanas em Portugal

Os estudos portugueses relacionados com o mundo funerário do período romano sempre revelaram um considerável desfasamento em relação ao panorama de investigação dos restantes países europeus. Na verdade, pese embora o significativo número de trabalhos relativos à descoberta de diversas necrópoles romanas em território português, as abordagens dominantes centram-se na inventariação dos espólios encontrados nas sepulturas, inserindo-se numa linha de investigação fortemente marcada por uma visão historicista e tipológica. Essa abordagem cruza genericamente a extensa bibliografia disponível sobre o tema, desde as primeiras publicações datadas dos inícios do século XX, de que é exemplo um apontamento publicado em 1905, onde se relata o aparecimento fortuito de uma sepultura de inumação elaborado num género descritivo típico da época (Severo, 1905). Uma matriz de análise mais aprofundada está patente nos trabalhos de José Fortes, datados dos inícios do século XX, nos quais se noticia o aparecimento de duas necrópoles em Amarante (Lomba e Vilarinho), e onde, apesar da descrição do espólio ser bastante alongada, não deixa de ser surpreendente a referência pormenorizada, ainda que breve, às características de implantação do espaço funerário, tecendo o autor diversas considerações sobre o ritual de cremação, a estratigrafia e a tipologia de sepulturas (1908 e 1908a), uma perspectiva que não viria a ter continuidade e que só viria a ser retomada nas últimas décadas. Sem pretendermos ser exaustivos no enunciado das inúmeras publicações que dão conta das sucessivas descobertas de necrópoles ou de sepulturas romanas, julgamos, contudo, de destacar algumas descobertas e estudos que nos parecem relevantes para compreender a evolução das investigações sobre as práticas funerárias no nosso país. Entre elas, destacamos as escavações da necrópole de Silveirona, em 1934, da responsabilidade de Manuel Heleno, que, num artigo de jornal, relata o aparecimento de diversas inscrições e a identificação de vestígios osteológicos em bom estado de conservação, tendo a escavação contado com a presença de um antropólogo que se encarregaria do estudo dos ossos. Contudo, a publicação monográfica sobre os dados da intervenção só viria a ser divulgada por Melánie Cunha, em 2008, num trabalho em que a autora tece também considerações sobre a epigrafia, destacando a importância dos hábitos funerários e a contextualização do espólio votivo, por fase de ocupação do espaço sepulcral.

Se a valorização do material osteológico das necrópoles romanas só viria a constituir-se como um desafio na investigação recente, outro tanto não aconteceu com o espólio arqueológico, sobretudo cerâmico, no qual se centraram as atenções dos arqueólogos. Exemplo desta perspectiva é o artigo de Octávio Ferreira e Ruy Andrade (1966), em que se elaboraram cálculos sobre a

percentagem de espólio presente nas diversas sepulturas e se analisam os materiais de construção empregues. Na mesma linha de investigação se inscreve os trabalhos de Jorge Alarcão e Adília Alarcão (1966; 1974) relativos às necrópoles alentejanas escavadas por Abel Viana e à necrópole do Monte Farrobo.

A importância assumida pelo espólio no estudo das necrópoles romanas foi uma constante ao longo do século XX e encontra uma explicação quer no carácter fortuito de muitas descobertas, quer na precariedade de muitas escavações, realizadas sem grande preocupação estratigráfica. Na verdade, a visão historicista e antiquarista que dominou a arqueologia do mundo romano até tempos bem recentes só viria a ser lentamente ultrapassada com o desenvolvimento de metodologias de intervenção arqueológica mais consistentes, em parte impulsionado no quadro de projetos de Arqueologia Urbana que surgiram um pouco por todo o país, a partir dos anos 70 do século XX. Estimulados por uma fase de crescimento e expansão das cidades designadas de “históricas”, começam a desenvolver-se escavações urbanas, de que são exemplo as realizadas em Lisboa, entre os anos 60-70 do século passado, dirigidas por Irisalva Moita, que permitiram a identificação de uma necrópole romana na Praça da Figueira. Em virtude de problemas derivados da gestão patrimonial e de alteração da direção dos trabalhos, os resultados dessa escavação nunca foram divulgados de forma exaustiva, deles existindo apenas uma publicação sumária (Moita, 1968; Moita e Leite, 1986).

O aumento exponencial dos trabalhos arqueológicos nas décadas de 80 e 90 do século XX, associados à arqueologia preventiva, viria a contribuir para um melhor conhecimento do mundo funerário romano, ainda que tenha persistido uma marcada tónica tipológica nos estudos realizados. Mesmo os trabalhos que resultaram de escavações aprofundadas e continuadas dos sítios não escaparam a essa tendência.

Neste quadro insere-se o trabalho de Teresa Soeiro (1984) sobre o contexto funerário da necrópole de Monte Mozinho, as suas sepulturas, estelas e espólios, surgindo, mais tarde, um novo contributo de Teresa Carvalho (2008), no qual a autora apresenta os resultados das intervenções arqueológicas realizadas em duas das necrópoles. Para além dos dados relativos ao espólio e à sua datação, a autora elabora a historiografia das intervenções no local, descreve os contextos sepulcrais e tece considerações sobre a implantação e localização das sepulturas em relação ao povoado.

Não podemos deixar de referir o estudo do um núcleo de necrópole identificado em *Tongobriga*, intervencionado em 1993 (Dias, 1993/94, 1997), em que se apresentam as

tipologias, a identificação dos materiais e sua consequente datação, acompanhados de uma breve análise relativa à localização e implantação do setor escavado.

A excessiva importância dada à tipologia pode ainda ser encontrada em estudos elaborados a partir de dados mais antigos, como acontece com a publicação da necrópole romana de Laboriz, na qual se inventariou o material inédito procedente das escavações de José Fortes e José Pinho (Amaral, 1988/89). Contudo, cabe destacar que, apesar das publicações produzidas nas duas últimas décadas do século XX apresentarem fundamentalmente descrições de espólios, se começa a verificar um maior cuidado nas análises, pelo que se tenta relacionar as envolventes topográficas das necrópoles com as formas de povoamento existentes nas imediações dos espaços de enterramento (Pinto, 1990/91).

Já na segunda metade dos anos 90 do século XX, são conhecidos diversos trabalhos de mestrado que apresentam os dados relativos a diversas necrópoles escavadas em meados das décadas de 50 e 60 do século passado, encontrando-se grande parte deles inéditos e com sistematização praticamente inexistente. Neste contexto, destacamos os trabalhos sobre a necrópole romana de Gulpilhares (Lobato, 1996), a necrópole de Montes Novos, em Penafiel (Pinto, 1996), e a valorização dos dados das necrópoles de Amarante (Portela, 1998). Na década seguinte, surge o trabalho de João Abreu, que agrega a informação relativa às necrópoles romanas do território português, o trabalho de Margarida Monteiro sobre a necrópole romana de Casal de Piano, em Sintra (2003).

Nos finais do século XX começam a surgir os primeiros grandes contributos sistematizadores do universo funerário romano conhecido em Portugal nos quais se tenta aliar ao estudo do espólio e a análise das topografias dos espaços, muito embora as necessárias abordagens integradoras revelem um relativo atraso quando comparadas com o progresso verificado noutros locais, nomeadamente na vizinha Espanha e noutros países europeus. Neste contexto de mudança de paradigma merece menção a publicação dedicada à basílica de Mértola, onde, para além da análise arquitetónica e arqueológica do edifício associado aos cultos paleocristãos, se apresentam os resultados relativos ao espaço funerário em que foram identificadas pouco mais de uma centena de inumações datadas entre os séculos V/VIII. A publicação não deixa de aludir aos objetos indispensáveis associados ao culto dos mortos, sendo apresentados, na parte final, os objetos que integravam os espólios funerários, como os lacrimários e os brincos (Torres *et al.*, 1993: 47-57). Destaque deve ser dado igualmente à tese de doutoramento de Justino Maciel (1996), que se tornou numa referência para se perceber o

contexto de desenvolvimento das religiões orientais no ocidente hispânico desde o século III e o modo como a aceitação de determinados cultos religiosos, bem como a crescente adoção de cultos associados às vivências cristãs, interferiu diretamente na emergência de novas ritualidades da morte.

Nos últimos anos verifica-se um crescimento do número de trabalhos de mestrado e doutoramento que, analisando as particularidades de alguns núcleos de necrópoles de cronologia romana e tardoantiga, incluem estudos antropobiológicos. Caso exemplar é o trabalho para a obtenção do grau de mestre de David Gonçalves (2007), que aborda as estratégias de cremação em época alto-imperial, através da análise dos restos ósseos provenientes de diversas necrópoles de cronologia romana, com o intuito de criar um protocolo de escavação em laboratório das urnas com restos de cremação.

Para o território português, contamos ainda com os contributos de diversos antropólogos cujos trabalhos têm permitido um melhor conhecimento dos pormenores relativos às práticas funerárias, nomeadamente a cremação, de que são exemplo os estudos de Filipa Cortesão (2007), David Gonçalves (Gonçalves *et al.*, 2010) e Teresa Fernandes (Fernandes *et al.*, 2012). Estes trabalhos tiveram como objetivo a restituição dos rituais funerários romanos, com a elaboração de considerações acerca do tratamento dado aos restos osteológicos no momento seguinte à cremação, a sua disposição no interior dos contentores cerâmicos e também nos contextos das sepulturas de inumação.

Neste contexto cabe destacar o estudo da necrópole de Monteiras, em Penafiel, realizado por Teresa Soeiro, em colaboração com Filipa Cortesão, Ana Luísa Santos e Teresa Pires Carvalho, um bom exemplo de uma investigação interdisciplinar, na qual se cruza a informação arqueológica reunida ao longo de mais de uma década de trabalhos arqueológicos, com a valorização dos dados antropológicos e textuais relativos ao *mos romano* conhecido da literatura clássica (Soeiro, 2009/2010).

Apesar destes avanços metodológicos, persistem ainda muitos trabalhos que continuam a valorizar basicamente o estudo do espólio funerário e a tipologia das sepulturas, como é o caso do estudo da necrópole romana da Rouca (Rolo, 2010), ou da dissertação de mestrado de José Monteiro (2012) sobre necrópole romana do Porto dos Cacos.

Um dos mais recentes trabalhos de doutoramento sobre espaços de enterramento foi defendido na Universidade de Lisboa por Carlos Pereira (2014), que elaborou uma análise das necrópoles romanas do Algarve, inventariando diversos sítios arqueológicos, alguns escavados no

século XIX, outros decorrentes de intervenções arqueológicas de emergência. O autor estudou um universo funerário extenso, realizando uma análise dos locais de enterramento do sul de Portugal, entre o período alto imperial e os alvares do século VII, conseguindo elaborar uma ampla descrição dos locais e dos espólios associados a esses mesmos contextos funerários de carácter urbano e rural.

Mais recente é o trabalho de Andreia Arezes, cuja tese de doutoramento, publicada em 2017, trata de forma exaustiva os contextos funerários do mundo tardoantigo identificados em território português. A autora, para além de valorizar os vestígios materiais associados com os espaços de enterramento, que inventaria e descreve, tenta estabelecer uma relação entre as necrópoles e os espaços de povoamento, discorrendo sobre a eventual filiação desses objetos a indivíduos ou comunidades conotadas como “germânicas”.

Merece igualmente destaque a publicação de um conjunto de autores sobre um núcleo de necrópole romana em Lisboa, na rua dos Correeiros, em que elaboram diversos tópicos de análise, desde a investigação do espólio funerário, considerações antropológicas e contextualização da necrópole em relação ao ambiente geográfico, tecendo considerações acerca da topografia do núcleo em relação à cidade de *Olisipo* (Bugalhão *et al.*, 2013).

O crescente interesse que o tema da morte no período romano vem suscitando entre os investigadores portugueses tem uma boa expressão na exposição realizada, em 2009, no Museu Nacional de Arqueologia, com o nome *Sit Tibi Terra Levis – Rituais Funerários Romanos e Paleocristãos em Portugal*, em que se destaca o material procedente das necrópoles da Fraga e de Silveirona, espaços intervencionados até à década de 30 do século XX por José Leite Vasconcelos e Manuel Heleno, respetivamente. A análise do espólio é realizada a par de uma descrição da arquitetura funerária, bem como de considerações acerca dos rituais funerários (Fabião *et al.*, 2008).

Até ao momento não se conhece para Portugal nenhum projeto de investigação que tenha como objetivo principal o conhecimento mais aprofundado sobre os rituais funerários e suas práticas desde o período romano até ao tardoantigo, pelo que na bibliografia dedicada ao tema persistem as publicações sobre espaços de enterramento descobertos por ações fortuitas ou de emergência. Os estudos decorrentes de tais descobertas, ainda que meritórios e indispensáveis, não conseguem transpor a linha de enunciação do espólio e a descrição dos tipos de sepulturas, sendo notória a inexistência de trabalhos onde se relacionem os indivíduos, os locais de enterramento e a análise da evolução das práticas funerárias.

2. Contextualização histórica e estudo das necrópoles romanas de Braga

A cidade *Bracara Augusta* começou a ser arqueologicamente descoberta quando, ainda nos anos 50 do século XX, Braga inicia o seu processo de expansão para fora dos limites do seu centro histórico, descentrado da área urbana romana e localizado no seu quadrante nordeste. Os achados, ainda que encontrados de forma avulsa e descontextualizada, sem recurso a qualquer tipo de escavação ou acompanhamento arqueológico, surgem documentados em diversos artigos de jornal.

O processo de descoberta da cidade intensifica-se ao longo das décadas de 60 e 70, altura em que a falta de acompanhamento arqueológico implicou que amplas áreas da urbe romana, conservadas no subsolo dos espaços agrícolas e das quintas envolventes à atual cidade, fossem destruídas, desencadeando violentos protestos (Martins, 2000: 267; Martins *et al.*, 2013: 81).

De forma a travar este processo de constante destruição, em 1976 foi criado o Campo Arqueológico de Braga, tutelado pela Universidade do Minho, com os objetivos de assegurar a salvaguarda patrimonial e arqueológica da cidade romana, definir uma Zona Arqueológica de Braga e a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM). A UAUM, a partir de 1977, liderou a constituição de uma equipa de arqueologia e assumiu a liderança do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, o primeiro projeto de Arqueologia Urbana do país e que perdura até aos nossos dias, contando com o apoio do Museu D. Diogo de Sousa, revitalizado a partir de 1980, instituição que a partir de então assegura a preservação e musealização dos materiais procedentes das diversas intervenções arqueológicas (Delgado *et al.*, 1989; Martins e Lemos, 1997: 10-14; Martins, 2000: 267; Martins, 2004: 150).

A partir de 1992, com a criação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), é possível um maior controlo sobre os projetos de construção prescrevendo a necessidade de sondagens prévias ou de trabalhos de acompanhamento (Lemos *et al.*, 1995: 54; Martins *et al.*, 2013: 82).

Os trabalhos realizados até hoje acrescentaram um incomensurável valor no conhecimento não só da cidade romana, mas também da cidade medieval e moderna, cujos vestígios recuperados permitem conhecer mais sobre a cidade que foi crescendo sobre si mesma.

As escavações arqueológicas potenciaram a elaboração de múltiplos trabalhos científicos que vão desde o conhecimento do território envolvente e a forma como o mesmo foi gerido e organizado em articulação com a cidade (Carvalho, 2008, 2012, 2016; Martins *et al.*, 2012; Ribeiro e Martins, 2016), aos seus espaços funerários (Martins e Delgado, 1989/90; Braga, 2010,

2014, 2015; prelo; Morais *et al.*, 2013; Morais *et al.*, 2014; Braga e Martins, 2015, 2016), à compreensão das suas características urbanas, dos aspetos da arquitetura dos edifícios públicos e privados (Martins, 2000, 2004, 2005; Garrido Elena *et al.*, 2008; Martins e Ribeiro, 2010; Magalhães, 2010; Martins *et al.*, 2011; Martins *et al.*, 2012; Martins *et al.*, 2013; Ribeiro, 2013; Martins *et al.*, 2016; Martins *et al.*, 2017; Martins *et al.*, 2017a), sobre as atividades comerciais e económicas (Morais, 2004; Amaral, 2007; Cruz, 2009, 2009a, 2011, 2012; Morais *et al.*, 2012; Martínez Peñin, 2015; Martínez Peñin e Martins, 2016), e sobre a evolução da cidade e seu território ao longo do período da Antiguidade Tardia (Fontes, 2008, 2009; Fontes *et al.*, 2010; Ribeiro e Fontes, 2015).

2.1 A ocupação pré-romana da região de Braga

A fundação da cidade romana de Braga insere-se num programa de organização do território promovido por Augusto no final das guerras cantábricas no noroeste hispânico a par da fundação de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, muito embora os dados apontem para a origem civil de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2005: 265) ao contrário de *Asturica* que parece ter tido origem num acampamento (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas, 2002: 24), sendo discutível se o mesmo aconteceu com *Lucus Augusti* (Santos Yanguas, 2009: 375-379).

A nova cidade passa a gerir um vasto território político e administrativo, cuja rede de povoamento anterior se encontrava baseada num conjunto de amplos povoados fortificados (*oppida*), localizados em relevos elevados, provavelmente organizados segundo uma lógica hierarquizada, habitados por distintas comunidades indígenas que geriam e controlavam os recursos ecológicos de forma a assegurarem a sua autossuficiência (Martins, 1990; Martins *et al.*, 2005: 263; Carvalho, 2008: 259; Martins *et al.*, 2017a: 205).

No período correspondente aos últimos dois séculos anteriores à transição da Era, ter-se-á operado uma alteração significativa no quadro social destas comunidades marcada pela passagem de sociedades agrárias segmentadas a sociedades hierarquizadas, por via de um processo de intensificação económica, com implicações na própria estrutura do povoamento e na morfologia interna dos povoados (Martins *et al.*, 2005: 264-265). Porém, estas alterações são mais evidentes no decurso das guerras cantábricas (19 a.C.). Na região do atual Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes Ocidental, a circulação de mercadores e militares origina um movimento que terá levado ao abandono de determinados povoados, observando-se a implantação de novos

eixos de circulação e a fundação de novos espaços habitacionais melhor posicionados do ponto de vista geoestratégico (Carvalho, 2008: 262; Martins, 2009: 184).

A fundação das três capitais conventuais terá ocorrido aquando da presença de Augusto na Hispânia, em torno de 16 a 15 a.C. (Figura 1), num contexto de reorganização provincial da Hispânia, com vista à consolidação da política imperial em que os novos centros urbanos controlariam os novos territórios, o acesso aos recursos e às pessoas. O modelo de gestão de cada capital de *conventus* seria fortalecido pela existência de um amplo sistema integrado de vias que facilitavam o controlo administrativo do seu território onde se integram *civitates* menores (Martins *et al.*, 2005: 265; Dopico Cainzos, 2006: 431-435; Martins, 2009: 182; Martins *et al.*, 2012: 31).



Figura 1 – Capitais conventuais do NO da Península Ibérica (Base cartográfica: World Terrain Base - Sources: Esri, USGS, NOAA).

Sob o epíteto de Augusta, *Bracara* constituiu-se como capital administrativa do *conventus* bracaraugustano, fundada num território com férteis solos, abundantes recursos hídricos e que deveria ser o epicentro de uma rede de vias que cruzavam o território, ligando a cidade a outros núcleos urbanos e assegurando um importante sistema de circulação viária que potenciava as transações económicas, conectando as distintas *civitates* do convento *bracararensis* (Martins, 2009: 182; Martins, 2004: 152). Neste quadro, a implantação na cidade surge como uma forma de fixar a população indígena, que por via do contacto com a cultura urbana romana ia assimilando

e adquirindo novos costumes, criando novas identidades culturais, ao integrar indivíduos do substrato indígena em cargos de destaque.

Os dados epigráficos conhecidos até ao momento demonstram que a população indígena, oriunda de distintos *castella*, constituía o grosso da sociedade urbana, tendo certamente participado de forma ativa no processo construtivo da nova cidade, uma vez que detinha um conhecimento mais apurado do território (Martins e Carvalho, 2016: 242). A componente indígena presente na organização do corpo cívico da cidade encontra-se bem documentada a partir dos dados de natureza epigráfica (Martins *et al.*, 2012: 35; Martins e Carvalho, 2016: 223-224; Martins *et al.*, 2017a: 206). A sua leitura parece indicar que alguns dos indivíduos oriundos dos mais distintos castros terão exercido cargos relacionados com a gestão da cidade como capital conventual, mais concretamente em funções relacionadas com o culto imperial (Carvalho, 2008: 98; Martins, 2009: 190).

Neste contexto, gostaríamos de destacar a Fonte do Ídolo, espaço de veneração e culto, obra da qual foi patrono *Celicus Fronto*, imigrante, cuja figura togada surge representada juntamente com um nome de origem indígena, também associada a uma divindade indígena, ilustrando da melhor forma a relação sincrética e dialética vivida entre dois grupos culturais distintos (González Ruibal, 2006: 602; Elena Garrido *et al.*, 2008: 52). De referir que o primeiro investimento relativo à monumentalização deste espaço reporta-se à intervenção arquitetónica da sua fachada, segundo conceitos da arquitetura clássica, que terá ocorrido num momento coincidente com o período fundacional da cidade (Figura 2).



Figura 2 – Aspeto atual da Fonte do Ídolo, com representação 3D do santuário (©UAUM, Clara Rodrigues – UAUM).

Outro exemplo que demonstra de forma inequívoca a presença de indivíduos oriundos do substrato indígena já nos momentos fundacionais da cidade corresponde aos moldes de sítula

encontrados no espaço ocupado pela *domus* do Ex-Albergue Distrital, localizada num dos quarteirões situados a norte do espaço onde se localizaria o *forum* da cidade (Martins *et al.*, 2012: 44; Morais, 2006: 41). Trata-se de moldes bivalves, em cerâmica, de placas de bronze e armelas (Figura 3), decorados com motivos geométricos, constituídos por elementos em SSS, limitados por bandas horizontais com decorações em espinha e linhas de pérolas dispostas na horizontal, com paralelos identificados no castro de Santo António, Afife e em Castelo do Neiva (Martins, 1998: 25-26). Estas peças foram datadas por Manuela Martins entre os finais do século I a. C. e os meados do século I da nossa era, encontrando-se em relação com outros materiais, como TSI (*terra sigillata* itálica), paredes finas, fragmentos de produções indígenas e ânforas, procedentes de níveis associados à implantação da cloaca, datada da época de Cláudio/Nero (1988: 27). Estes dados arqueológicos parecem comprovar a existência de instalações de âmbito artesanal, localizadas em espaços próximos onde se iriam implantar os grandes edifícios públicos da cidade, funcionando como áreas de apoio aos programas construtivos (Martins *et al.*, 2012: 44-45; Martins *et al.*, 2017a: 209). Estas instalações corresponderiam a instalações móveis, construídas com materiais perecíveis, muito antes de se operar a petrificação das construções que apenas se generaliza na época flávia (Martins e Carvalho, 2016: 228). No entanto, também na área a sul do *forum*, encontram-se identificados vestígios que parecem estar associados com instalações de tipo artesanal, relacionadas com a fundição de metal, como bronze ou ouro (Martins *et al.*, 2012: 44).

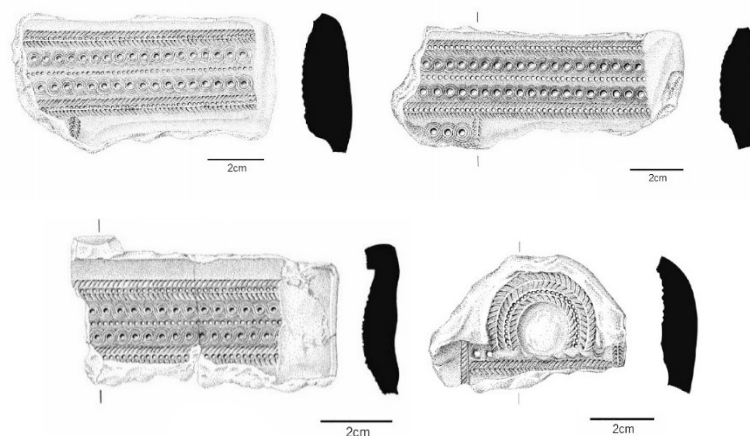


Figura 3 – Alguns moldes de sítula do Ex-Albergue Distrital (Morais, 2006).

2.2 A cidade romana: fundação e urbanismo alto-imperial

A cidade de *Bracara Augusta* implantou-se numa zona aplanada de uma pequena colina, designada de Alto da Cividade, a uma cota de 199m de altura, controlando uma extensa área de território, situada no interflúvio dos rios Cávado e Este, numa região onde eram abundantes os recursos hídricos, destacando-se a qualidade dos solos agrícolas e a dominância do granito (Lemos, 1998: 5; Carvalho, 2008: 240; Martins e Carvalho, 2017: 728).

Esta disponibilidade de recursos permitia o conseqüente desenvolvimento das atividades agrícolas e piscícolas, bem como o estabelecimento de *ateliers* de produção cerâmica através da exploração dos barreiros existentes na bacia do Cávado, até aos caulinos existentes nas zonas costeiras. A exploração das manchas de florestas e mato fornecia madeira para combustível e construção, bem como a abundância e variedade do granito regional facultava boa matéria-prima para erguer os necessários edifícios públicos e privados da cidade (Martins e Ribeiro, 2010: 13; Ribeiro, 2010: 27).

A gestão de tão vasto território levou desde muito cedo à estruturação do cadastro rural, identificado através de ações de prospeção sistemática e da descoberta de dois cipos gromáticos, com uma malha orientada 16° NNO, numa região com cerca de 320km², com uma modelação em centúrias de 20 x 20 *actus* (Figura 4). Esta centurição encontra-se fortemente articulada com a fundação da cidade, mas também com a projeção da rede viária que atravessava um território onde se implantar as *villae* que dominavam os locais de exploração agrícola dos vales, os *vici*, as *mansiones* e as *mutationes*, consolidando desta forma a matriz de povoamento romano (Carvalho, 2008: 320-321; Martins e Carvalho, 2016: 239; Martins e Carvalho, 2017: 736).

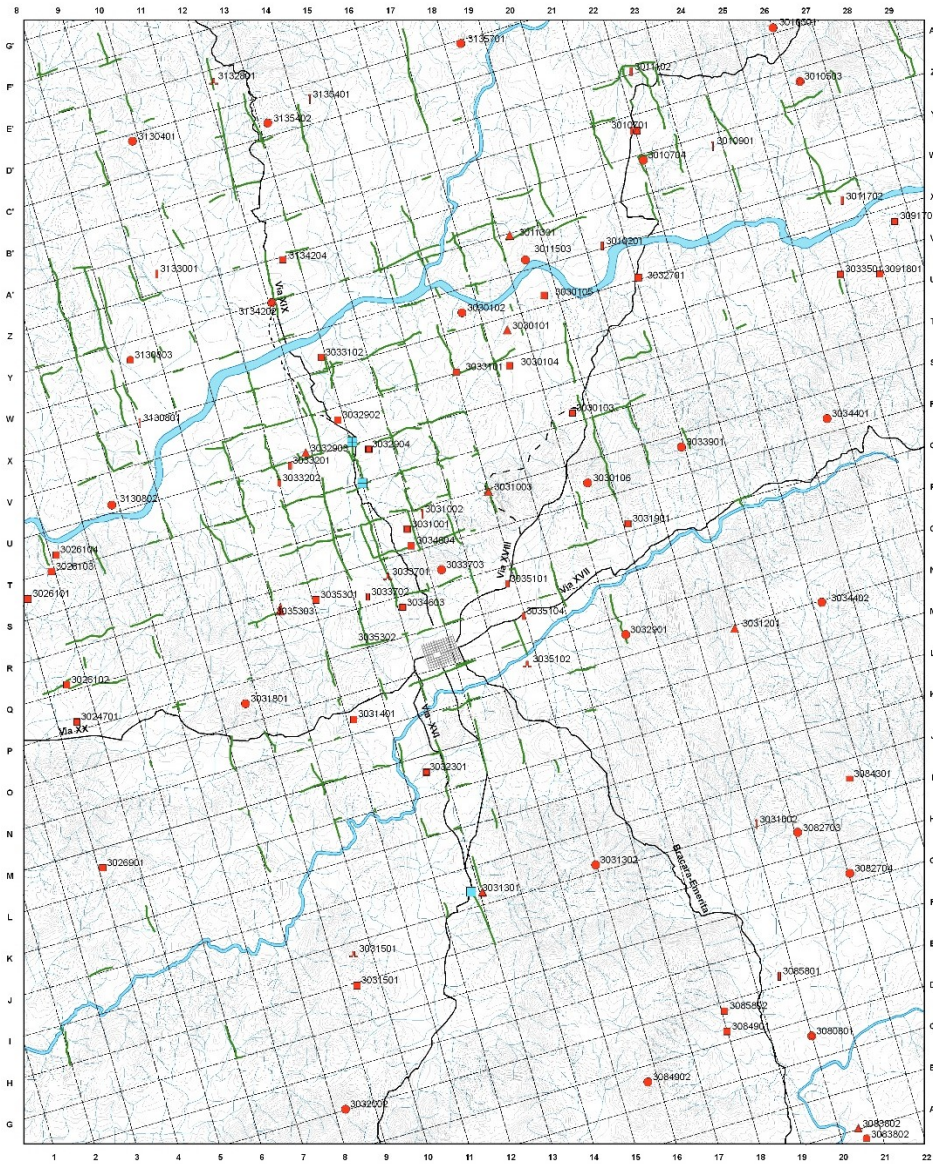


Figura 4 – Cadastro romano e vias romanas na periferia de *Bracara Augusta* (Carvalho, 2008).

Os dados arqueológicos potenciados pelas diversas escavações realizadas permitem atestar a materialização de uma malha ortogonal (Figura 5), orientada N/NO-S/SSE, que permitiu a organização do espaço urbano segundo um plano geométrico, com o estabelecimento de ruas perfeitamente delimitadas, de importância principal (cardo e decumano máximos) ou secundária (ruas), estabelecendo-se pelo seu cruzamento uma série de quarteirões onde se viriam a instalar as futuras *domus*, segundo o modelo clássico da casa de átrio e peristilo, ou só de peristilo, decoradas por mosaicos e pinturas (Magalhães, 2010; Martins *et al.*, 2012: 38). Tendo por referência os vestígios arquitetónicos relativos às *domus*, o traçado das ruas e a localização de alguns edifícios públicos, foi possível a restituição dos valores dos quarteirões destinados aos edifícios privados com 120 pés, nos sentidos N/S e E/O, valor que equivale a 1 *actus* (35,52 m x

35,52 m), embora se admita que este valor fosse ligeiramente inferior nos quarteirões que limitavam os eixos principais da cidade, devido à sua maior largura (Martins e Carvalho, 2016: 228; Martins e Carvalho, 2017: 732).

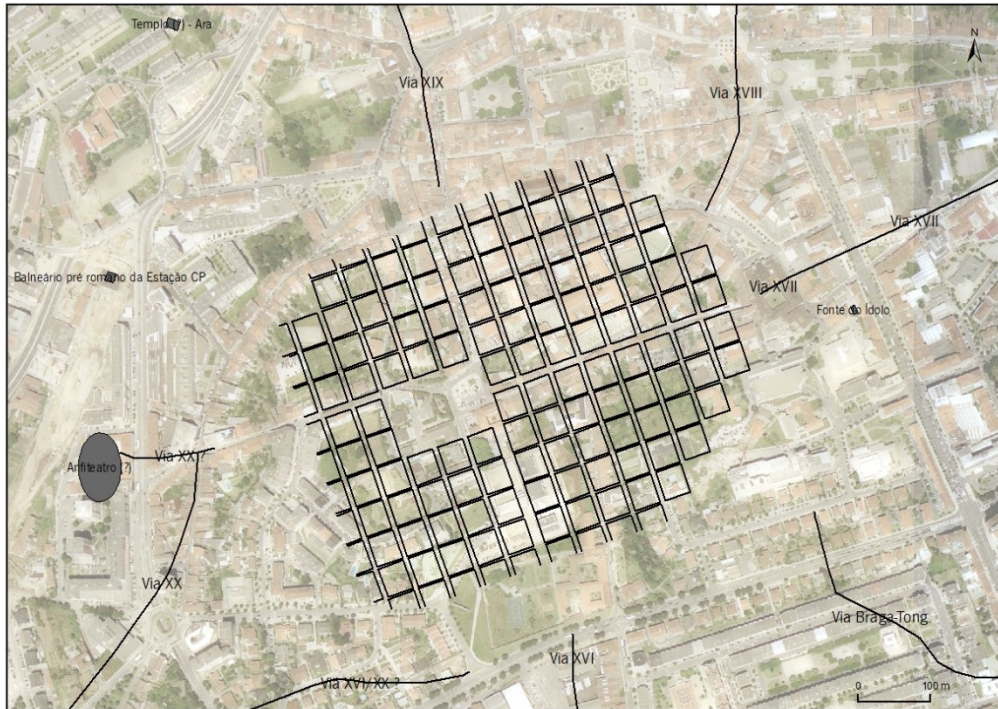


Figura 5 – Malha urbana de *Bracara Augusta* e rede viária (Base cartográfica: cobertura aerofotogramétrica 2000).

O espaço urbano era o local onde se assegurava a representação do poder de Roma sobre o território, garantido através do culto imperial, documentado pela epigrafia que ornamenta um conjunto de monumentos erguidos a Augusto e a membros da família imperial, entre os quais se encontra um pedestal de estátua cilíndrico, recolhido na capela Senhor dos Lirios, em Semelhe.¹ O monumento é dedicado a Augusto pelos *bracaraugustani* no dia do aniversário do legado da província da Hispânia Citerior, *Paulus Fabius Maximus*, encontrando-se datado entre 3 e 2 a.C.²

¹ O achado encontra-se referenciado a um espaço localizado a cerca de 2,5km a oeste da cidade romana, onde poderá ter existido uma *villa*, que Helena Carvalho julga datar dos inícios do século I d.C. (Carvalho, 2008: 270). No entanto, a natureza da peça permite supor que a mesma possa ter sido deslocada da cidade, pois o local óbvio para a sua localização seria o *forum* da cidade.

² A peça encontrada em Semelhe pertence a um conjunto de monumentos identificados em locais próximos da cidade romana (Martins, 2017: 254; Redentor, 2011, vol.I: 396), inclusivamente outros pedestais em forma de coluna, um dos quais dedicado ao *Genius Caesaris*, datado de 2-4 d.C., e um outro em honra do *Genius Augusti*, datado de 15 a.C. – 14 d.C (Redentor, 2011, vol.II: 119).

(Carvalho, 2008: 270). Um outro monumento,³ que parece também constituir-se como um exemplo de culto à figura e família imperial, é aquele que os bracaraugustanos dedicam a *Agrippa Postumus*, apresentado como neto do Imperador. Estes elementos sugerem a presença na cidade de indivíduos conhecedores da cultura romana e de uma comunidade indígena, que se designava pelo nome da cidade, perfeitamente envolvida em atos cívicos e religiosos (Martins e Carvalho 2016: 224).

A partir de então, a cidade é dotada de equipamentos variados, muito embora sejam escassos os vestígios que podem ser atribuídos a construções edificadas entre o período augustano e júlio-cláudio, com a exceção do edifício pré-termal, de uma *domus* referenciada para o local onde atualmente se encontra o MDDS, em que se descobriram pavimentos de *opus tessellatum* bicromático, com composição geométrica, que foram datados do período de Augusto. A este período deverá também recuar o edifício pré-termal escavado na Colina da Cidade (Martins, 2005), tal como alguns silhares detetados em vários locais da cidade, que parecem assinalar os limites dos quarteirões num período anterior às construções das *domus* (Martins e Carvalho, 2016: 225).

Nos primeiros momentos, certamente que a cidade deveria comportar edifícios cujas soluções construtivas poderiam passar por simples armações em madeira, facilmente desmontáveis, às quais irão suceder imponentes *domus*, que começam a ser erguidas a partir de meados do século I (Martins *et al.*, 2012; Martins e Carvalho, 2016: 229). O facto é que a sobreposição contínua de estruturas nos períodos posteriores à época flávia torna difícil a tarefa de recuperação dos vestígios mais antigos.

Até ao momento, a maior parte dos edifícios públicos e privados de Braga data da época flávia e dos inícios da fase antonina, com destaque para a monumental construção do teatro romano, imediatamente a poente do *forum* administrativo, num espaço contíguo às termas do Alto da Cidade (Martins, 2005: 9; Martins *et al.*, 2013: 43).

Tendo por referência os vestígios arquitetónicos relativos às *domus*, o traçado das ruas e a localização de alguns edifícios públicos, foi possível a restituição dos valores dos quarteirões destinados aos edifícios privados com 120 pés, nos sentidos N/S e E/O, valor que equivale a 1 *actus* (35,52 m x 35,52 m), embora se admita que este valor fosse variável e se aplique aos lotes

³ Pedestal granítico de uma possível estátua honorífica dedicada ao filho do tenente de Augusto, *M. Vipsanius Agrippa*. Por morte do pai em 12 a.C., *M. Agrippa Postumus* é adotado pelo Imperador em 4 d.C.. Para Armando Redentor, o monumento deverá ser anterior ao momento da adoção pois a inscrição menciona o pai biológico, apresentando o indivíduo como neto de Augusto. O mesmo autor propõe a data de 12 a.C. a 4 d.C. (2011, vol.I: 398).

de terreno para construção nas áreas próximas aos eixos urbanos principais, pelo que os quarteirões nas áreas limítrofes do centro urbano romano seriam ligeiramente menores (Martins e Carvalho, 2016: 228).

2.3 A cidade tardoantiga e alto-medieval

O protagonismo económico e político de *Bracara Augusta* manteve-se no século IV, após a sua promoção a capital da *Gallaecia* na sequência da reforma administrativa das províncias ocidentais levada a cabo por Diocleciano. Tal facto terá contribuído para o ambiente de forte dinamismo económico que se verifica nesse período, relacionado com a remodelação registada em quase todos os edifícios públicos e privados (Martins *et al.*, 2012). A nível público cabe destacar que o maior investimento se concentrou na construção da muralha da cidade, erguida entre finais do século III/inícios do IV, cuja edificação parece estar enquadrada num programa político determinado por Roma, uma vez que no mesmo período são construídas outras muralhas do mesmo tipo, designadamente em Lugo e Astorga (Lemos *et al.*, 2002: 614). A construção desta imponente estrutura terá implicado, a prazo, alterações da configuração urbana da cidade romana, transformada num recinto fechado, cujo acesso ao interior só era possível através de algumas portas (Martins, 2009: 202).

A muralha de Braga, identificada do ponto de vista arqueológico em distintos tramos, possibilitou o conhecimento das suas características construtivas, bem como a confirmação do seu traçado, avançado por José Teixeira em 1910 (Lemos *et al.*, 2002: 613). O estado de conservação da estrutura era desigual nos distintos pontos onde foi identificada. No quadrante SE da cidade romana, na zona do Fujacal e do antigo Hospital, detetaram-se dois poderosos muros que delimitavam o miolo da muralha composto por blocos de grande dimensão. Neste local, a largura da muralha oscila entre os 5 e os 6 metros de largura, exibindo um aparelho irregular que resulta já de remodelações datadas das fases medieval e moderna, períodos em que terá funcionado como muro de contenção dos terraços agrícolas. Foram também identificados vários torreões, de morfologia semicircular, na zona do Museu da Sé de Braga e na Rodovia (Lemos *et al.*, 2002).

Outros edifícios públicos foram incluídos neste programa de remodelação urbanística. É o caso do complexo termal do Alto da Cividade, construído nos inícios do século II, que sofreu uma remodelação nos finais do século III/inícios do IV, com a criação de uma nova área quente na

parte oeste do edifício (Martins, 2005; Martins *et al.*, 2012: 59). Também o teatro romano parece ter sido desafetado no século IV, pelo que a sua pedra poderá ter sido utilizada na edificação da muralha, apesar de se registar uma ocupação secundária com características artesanais em espaços anexos ao muro perimetral e no interior da basílica norte do edifício (Martins *et al.*, 2015).

Relativamente à arquitetura privada, verifica-se um generalizado processo de remodelação das *domus*, com a construção a avançar sobre os pórticos, desaparecendo as tabernas viradas ao exterior, aumentando-se as áreas das casas. Outra característica que se evidencia é o facto de quase todas as casas se encontrarem agora dotadas de balneários privados (*balneum*), estando estas remodelações associadas à renovação dos programas decorativos. Os compartimentos são agora igualmente decorados com estuques pintados a revestir as paredes e mosaicos nos pavimentos, como parece ter acontecido na *domus* da Escola Velha da Sé e na *domus* de Santiago (Martins *et al.*, 2012: 60, Martins *et al.*, 2016: 40). Estas novas características dos espaços domésticos certamente que colocaram questões relacionadas com o uso dos eixos viários. Seguramente que a ocupação dos pórticos terá ditado, em determinados casos, o fecho de algumas ruas por manifesta redução do espaço disponível para o trânsito diário.

Durante o século V, na sequência da ocupação sueva, a cidade de Braga torna-se capital do reino, afirmando-se como “*sedis Bracarensis*”, espaço de destaque do cristianismo do Noroeste Peninsular. Mesmo sob domínio suevo, a cidade parece não perder o seu dinamismo mantendo vigente o modelo de organização e administração de origem romana, sobrevivendo a malha ortogonal numa parte significativa da cidade. A vitalidade da urbe é ainda ilustrada pela construção de uma série de edifícios com conotação religiosa que surgem ora dentro do espaço urbano, ora fora dele (Fontes *et al.*, 2010: 256).

A este momento associa-se a construção do templo paleocristão identificado na Sé de Braga que parece ter assumido as funções de polo religioso e político, anteriormente desempenhadas pelo *forum* romano. Em torno da cidade, numa periferia mais alargada, começam a ser construídas novas basílicas, cujas edificações não perdem nunca a relação com os eixos viários, como acontece por exemplo com a basílica de S. Pedro de Maximinos e de S. Vicente (Fontes, 2009: 280; Ribeiro e Fontes, 2015). A cerca de 3km a SE da cidade é construído, no monte da Falperra, sobre o povoado fortificado, um edifício palatino, com um templo paleocristão anexo (Fontes *et al.*, 2010: 256).

Aparentemente a cidade mantém-se ativa do ponto de vista económico. Ainda que de cronologia tardoantiga, conhecemos, através dos dados arqueológicos, a existência de uma oficina

de vidro que terá laborado entre os séculos IV a VI. Esta construção artesanal encontra-se associada a dois fornos, construídos em distintos momentos de uso deste espaço que seria diretamente servido pela Via XVII (Cruz, 2012).

No que concerne às cerâmicas, verifica-se a reprodução de peças oriundas dos circuitos de importação, patente no reconhecimento de formas gálicas tardias (DSP), africanas (ARSW), focenses (LRC) e hispânicas (TSHT – *terra sigillata* hispânica tardia), cuja produção data dos finais do século IV até aos finais do século VI (Martínez Peñin e Martins, 2016: 56).

A cidade conservou o seu protagonismo político, administrativo e eclesiástico, mesmo após a invasão visigótica, em 585, mantendo o seu substrato populacional e a articulação com o seu território. Na periferia começam a surgir pequenos aglomerados populacionais em clara associação com igrejas, basílicas e mosteiros, construídos por iniciativa privada ou por ordem do bispo, mais uma vez implantados junto aos principais eixos viários de fundação romana que após o século VII perdem a sua importância como áreas sepulcrais (Fontes *et al.*, 2010: 257; Fontes, 2008).

2.4 A periferia urbana e as paisagens funerárias

Não foi só a cidade que foi alvo de planeamento ortogonal, o mesmo tendo acontecido com o território que foi objeto de um programa cadastral reconhecido pelo menos até cerca de 19,5Km no sentido N/S, por 23km E/O, onde a cidade é sem dúvida o elemento central (Carvalho, 2008: 238). Componente importante da articulação entre a cidade, a periferia e o mundo rural foi o sistema viário que, para além de ligar *Bracara Augusta* às suas congéneres capitais conventuais, permitia a ligação a outros núcleos de povoamento que se estruturavam ao longo dos principais eixos, pelo que as vias se constituem como elementos determinantes da formação da paisagem e do ordenamento do território (Carvalho, 2016; Carvalho, no prelo).

Referenciadas no Itinerário de Antonino, são conhecidas as quatro vias que confluíam à Braga romana: a sul a Via XVI (*Bracara – Cale – Olisipo*), a nascente a Via XVII (*Bracara – Aquae Flaviae – Asturica*), a norte a Via XIX (*Bracara – Lucus Augusti*, por Prado e Tui), e a poente a Via XX (*Bracara – Asturica per loca marítima*). A Via XVIII ou Via Nova sairia a nordeste da cidade e, a avaliar pela grande quantidade de miliários encontrados, terá sido construída durante o período flávio, surgindo como uma alternativa à Via XVII, servindo uma região onde a atividade mineira se encontrava em franca expansão (Lemos, 2002). Outra via que não surge referenciada em qualquer

fonte é o eixo que estabelecia a ligação *Bracara Augusta – Tongobriga – Egitania*, mas cuja saída se localizará a SE da cidade, passando pelo Monte da Falperra, Caldas das Taipas e Caldas de Vizela (*Oculis Calidarum*), importantes núcleos termais que podem ter-se conformado como *vicus*⁴.

Em Braga, conhecem-se alguns caminhos designados como “*viae privatae*” que deveriam dar acesso às instalações rurais, nomeadamente a *villae* situadas em locais próximos da cidade. São exemplo disso, a calçada identificada na rua Capitão Alberto Matos, no quadrante NO da cidade, e os vestígios de pavimentos reconhecidos nos terrenos do Mosteiro da Visitação, encontrados nessas imediações (Lemos, 2002: 112-119).

O que nos revelam os dados arqueológicos é que as vias romanas começaram a estruturar-se desde muito cedo, aproveitando as ligações viárias usadas já pelas populações indígenas. Tal encontra-se documentado no Quarteirão dos CTT e na intervenção do Túnel da Avenida da Liberdade. Ambas as intervenções, ocorridas em 2009, permitiram o reconhecimento de pisos em terra batida, bastante concrecionados com pequenos seixos rolados, aos quais se sucedem as preparações clássicas do *rudus* e *statumen* que formavam a Via XVII, com cerca de 7m de largura, servida pelos respetivos valados laterais dispostos a norte e a sul. Além disso, no interface entre estas duas realidades arqueológicas foram recuperados um numisma com *caetra* (nº inv.2008.0798)⁵, um fragmento de TSI de fabrico oriental e restos de cerâmica de fabrico indígena, materiais que acabam por ser significativos, não só porque demonstram a convivência entre duas tradições culturais distintas, mas também porque comprovam o intercâmbio de bens e produtos que se fazia já em momentos coincidentes com a fundação da cidade (Martins *et al.*, 2009: 65).

Às vias surgem também associados elementos de epigrafia votiva encontrados no espaço extramuros, muito embora, atualmente, se desconheça o paradeiro da maior parte dos mesmos. São conhecidas quatro aras dedicadas a divindades viárias, entre as quais se destaca aquela que foi descoberta, em 1991, no largo de S. Francisco. Trata-se de uma ara em granito dedicada aos *Lares Viales* por *Caius Iulius Saturninus* que, pela sua localização, deverá estar relacionada com a saída da Via XVIII (Cunha *et al.*, 2005).

⁴ Em Caldas das Taipas surge uma inscrição honorífica dedicada a Trajano, gravada num penedo e datada do ano 103 d.C. Já em Caldas de Vizela, num lintel de quase 3m de comprimento, surge uma inscrição votiva oferecida por T. Flavio Arquelau Claudiano, legado do imperador, datada do século III (Carvalho, 2008, vol. II: 41-44).

⁵ Moeda de *Augustus*, datada de 26-25 a.C.. No reverso exibe um escudo *caetra* e no anverso a cabeça de Augusto para a esquerda, entre caduceu e palma. Agradecemos a informação cedida pelo Dr. David Mendes.

A periferia da cidade era também o espaço onde se situavam as áreas oficinais. O desejado afastamento destes locais em relação à cidade surge devido ao perigo de alastramento do fogo, indispensável para a laboração de algumas destas artes, cujos testemunhos denunciam o fabrico de peças metálicas e de vidro. Se o afastamento das atividades artesanais do centro permitia conservar a sua integridade, tinha também a vantagem de facilitar o acesso e o escoamento dos produtos que saíam dos espaços oficinais, uma vez que se encontravam próximos das vias. Tal parece estar documentado nos vestígios encontrados na Casa do Poço, a SO da cidade (Cruz, 2011: 85-86).

A disposição das necrópoles junto às vias é também produto de um ordenamento tipicamente romano, onde cada espaço estava associado a uma função específica, situação que contrasta com o grande desconhecimento que temos relativamente às práticas funerárias pré-romanas, presumindo-se, contudo, que o espaço destinado ao enterramento não se encontrava por norma afastado do espaço doméstico. González Ruibal afirma mesmo que não existem necrópoles propriamente ditas, pelo que o tratamento dos defuntos poderia assumir diversos tipos de soluções. Uma primeira passaria pela cremação, desconhecendo-se o local de implantação das sepulturas, em que o enchimento resultante dessa ação seria depositado em lugares com água corrente como ribeiras ou rios, naquilo que designa de “*ritos acuáticos*”. Uma segunda hipótese admite que os defuntos eram expostos ao ar livre, selecionando-se posteriormente partes ósseas que seriam depositadas junto das unidades habitacionais do povoado (González Ruibal 2006: 570). O mesmo autor considera que para a área circunscrita pelo *conventus bracaugustanus* existiriam fossas que poderiam servir como sepulturas, referindo-se concretamente ao castro de Meirás, na Corunha, Espanha, e ao povoado do Lago, em Amares, Portugal. No entanto, haverá que ter em conta que a falta de evidências osteológicas, que inviabiliza a realização de observações mais precisas, poderá resultar da acidez dos solos. Ainda assim, o autor chama a atenção para a inequívoca importância da área doméstica para as populações indígenas, espaço por excelência para a criação de vínculos entre os vivos e os seus antepassados. A integração dos mortos no povoado seria uma forma de manterem laços com os seus ancestrais, estreitando a sua filiação ao povoado (González Ruibal, 2006: 576).

Já a conceção romana da morte e do destino a dar aos defuntos era bem distinta, principalmente no que respeita à disposição e organização dos espaços sepulcrais. Com efeito, a morte era símbolo de poluição e havia que ser afastada dos olhares dos vivos.

Em Braga, até à data, não se conhece na área do espaço urbano qualquer tipo de vestígio de carácter funerário. Mesmo em período baixo-imperial e suevo-visigótico, não se identificaram, até ao momento, evidências de estruturas funerárias no interior da cidade. O estabelecimento das necrópoles bracaraugustanas parece assim respeitar com admirável precisão os limites do espaço urbano, mantendo-se a prática de enterrar localizada nas áreas extramuros, com as necrópoles a permanecerem em uso ao longo de largos períodos de tempo (Martins e Delgado, 1989/90: 175). Todavia, têm surgido referências, pouco ou nada fundamentadas, que mencionam a existência de sepulturas de cremação no interior da cidade, mais precisamente no Seminário de Santiago, na ala virada para a rua D. Afonso Henriques (Sousa, 1973: 18; Sevilla Conde, 2014: 63). O argumento ou a suspeita de que deveriam existir “*algumas incinerações*” neste local, que se dispõe imediatamente a nascente do *forum*, não nos parece ter qualquer fundamento, uma vez que as extensas escavações que têm sido realizadas em diferentes setores da cidade, designadamente a nascente do *forum*, ao longo dos últimos 42 anos, nunca permitiram encontrar qualquer enterramento.

À imagem de Roma, as necrópoles bracaraugustanas dispunham-se na periferia da cidade, ladeando os principais itinerários viários. Quem acedia à cidade ficaria a conhecer desde logo os seus mortos, mesmo antes de contactar com os vivos.

O abandono das necrópoles de fundação romana só acontece em torno dos finais dos séculos VI/VII, quando se estruturam as primeiras basílicas paleocristãs, localizadas numa periferia mais alargada da cidade, consideradas por Luís Fontes como “*novos pólos de referência cristãos*” (Fontes, 2008: 168). De facto, existem algumas evidências que nos permitem associar enterramentos aos novos espaços de culto, como é o caso da placa funerária que se encontra patente na sacristia da Igreja de S. Vicente (Figura 6a), de um sarcófago, encontrado na Sé de Braga, mau grado ser problemática a sua proveniência, suspeitando-se que tenha sido descoberto nos terrenos localizados a sul da necrópole que se dispunha a sul da cidade (Figura 6b), e dos dois fragmentos em vidro com a representação do crismón, provenientes da periferia da cidade, mais concretamente de uma área localizada a norte da necrópole da Via XVII (Figura 6c), e num espaço a sul da necrópole da Via XX, em Maximinos (Figura 6d e 6e) (Sousa, 1973: 25; Costa, 1997: 97; Fontes, 2009; VV. AA., 2017: 164-165).



Figura 6 – Achados funerários encontrados em Braga (Fontes, 2009; Costa, 1997; ©MDDS).

Atualmente encontram-se documentadas seis necrópoles romanas em Braga, cujo conhecimento é desigual, uma vez que delas conhecemos apenas alguns núcleos de sepulturas, pontualmente escavados. Tendo por base os conhecimentos disponíveis não podemos deixar de associar a implantação destes espaços sepulcrais às saídas dos eixos viários já referidos (Apêndice 1).

Assim, relacionados com a passagem da Via XVI, encontram-se diversas notícias de achados avulsos, certamente articulados com a necrópole da Rodovia, que seria servida pela via *Bracara-Emerita* por *Tongobriga*, eixo que igualmente possibilitaria o acesso ao núcleo de enterramento tardio dos Jardins da Misericórdia. A NE, ligados à passagem da Via XVIII, surgem o núcleo de necrópole da Avenida Central e a área de cremação encontrada na rua do Souto. Em relação estreita com a saída ponte da cidade (via XVI/XX e Via XX), encontra-se referenciado o núcleo de necrópole da rua do Caires, descoberto nas intervenções arqueológicas dos anos de 1979/80 e 2000. A necrópole da Via XVII é a melhor conhecida até hoje, tendo sido objeto de um maior número de trabalhos arqueológicos, com destaque para os realizados, em 1987, no núcleo da Cangosta da Palha e, em 2008-2009, no núcleo dos CTT/LSF, TAVL e ITAVL. No entanto, a esta necrópole associa-se um outro conjunto de oito setores escavados, cujos trabalhos

arqueológicos permitiram conhecer melhor os diversos ritmos de uso e ocupação deste espaço ao longo de sete séculos.

Os espaços de necrópole da cidade romana de Braga são mencionados e referenciados pelo menos desde 1594, quando os geógrafos Georg Braun e Franz Hogenberg elaboram a primeira planta da cidade – “*Noua Bracarae Avgvste descriptio*”, localizando junto à periferia da cidade as áreas onde se presumia terem existido espaços de enterramento de cronologia romana. Até ao momento, não existem dados que nos permitam saber se já no século XVI eram já conhecidas estruturas funerárias. No entanto, as primeiras referências escritas a elementos funerários surgem com Jerónimo Contador de Argote, no século XVIII, a quem se deve a descrição de diversas estelas funerárias que surgem espalhadas em torno da periferia imediata da cidade de Braga, situação que nos permite, através da referência da sua proveniência, associar o suporte epigráfico ao núcleo de necrópole respetivo (Argote, 1732/1734, 1738).

Imbuído de um espírito humanista, José Teixeira, num apartado dos seus manuscritos de 1910, que designa de “*Fora de Muralhas*”, apresenta diversos achados de cariz funerário, depreendendo-se que as estelas funerárias que descreve foram encontradas na periferia da cidade (Teixeira, 1910). Pouco tempo depois, em 1918, José Leite Vasconcelos refere uma série de achados afetos a contextos de enterramento, alguns dos quais já apontados anteriormente por José Teixeira, como é o caso das estelas encontradas junto ao Convento dos Remédios e do Hospital de S. Marcos, que pertenceriam à necrópole da Via XVII, bem como a estela encontrada no alicerce do Arco da Porta Nova, que pela localização poderia pertencer à necrópole da Via XIX, bem como as epígrafes funerárias depositadas no quintal da Casa do Avelar, que estariam associadas à Via XVI (1918: 358-359).

Em 1957, Sérgio Pinto e Alfredo de Athaíde enunciam num artigo o aparecimento de um núcleo de necrópole em S. Vitor, Braga. Este documento, apesar do recurso excessivo ao comparativismo tipológico, fornece considerações acerca da implantação topográfica do espaço funerário e da sua possível relação com um eixo viário próximo, que seria a Via XVII. Ainda que breves, são publicados apontamentos relativos a observações de índole antropológica (Pinto e Athaíde, 1957).

Ainda na década de 50-60, são divulgadas as estelas romanas de Braga, dadas a conhecer pelo cónego Arlindo da Cunha, não só em revistas, mas também na forma de notícias que vai publicando nos jornais da cidade, anunciando inclusivamente o aparecimento de novos núcleos de necrópoles (Cunha, 1953; Nunes e Oliveira, 1988).

Mais tarde, já nos finais da década de 60 do século XX, vemos surgir artigos onde se noticia o aparecimento não só de achados avulsos, mas também de sepulturas identificadas na Avenida da Liberdade, onde se verifica a importância dada à descrição do espólio funerário (Sousa, 1966; Sousa, 1968). A par destes artigos, o cônego Arlindo da Cunha manteve a sua missão informativa, continuando de forma recorrente a noticiar nos jornais da cidade de Braga os diversos achados associados às necrópoles romanas (Cunha, 1963a, 1967, 1971).

A partir dos finais dos anos 70 do século XX, o panorama associado à recuperação e estudo dos contextos arqueológicos altera-se significativamente para a cidade de Braga, com a criação de uma unidade de investigação dependente da Universidade do Minho (UAUM) e que lidera, desde 1977, aquele que continua a ser o primeiro projeto de arqueologia urbana em Portugal (Lemos *et al.*, 1995: 54; Martins *et al.*, 2013: 81). A partir desse momento, esta unidade de investigação chama a si a responsabilidade de escavar, estudar e promover a divulgação dos resultados relacionados com o passado arqueológico e histórico da cidade.

O conhecimento arqueológico das necrópoles romanas de Braga inicia-se no início dos anos 80 do século XX com as escavações realizadas na Rua do Caires, que deram a conhecer várias sepulturas que se integram na necrópole associada à Via XX. Ainda na mesma década é identificado um conjunto de sepulturas na Rodovia, que foram intervencionadas e escavadas em contexto de emergência, sendo igualmente escavados dois núcleos da necrópole da Via XVII, cujos resultados foram publicados por Manuela Delgado. Referimo-nos à sepultura que foi escavada no Largo Carlos Amarante e à intervenção de emergência ocorrida no núcleo da Cangosta da Palha (Delgado *et al.*, 1987).

Os resultados conjuntos destas intervenções deram origem a um extenso artigo publicado por Manuela Martins e Manuela Delgado, em 1989/90, sobre os contextos de enterramento romano e tardoantigo identificados em Braga, no qual se faz uma primeira síntese interpretativa sobre as necrópoles bracarenses, estabelecendo-se uma sequência tipológica de sepulturas aliada à análise de espólio encontrado. Na mesma data é revisto e publicado o *corpus* das inscrições funerárias romanas bracarenses (Tranoy e Le Roux, 1989/90).

Nas décadas seguintes, em distintos espaços próximos do atual centro histórico, nas obras promovidas pela entidade municipal, são levadas a cabo diversas intervenções de acompanhamento arqueológico que permitiram recuperar vários núcleos arqueológicos, como é o caso dos setores da Avenida Central, no ano de 1994, e da rua do Caires, em 2000.

Entre 2008-2010, foi intervencionado um amplo espaço de necrópole da Via XVII (CTT/LSF, Túnel da Avenida da Liberdade e Interligação), numa área de cerca de 8000m², escavação da responsabilidade da UAUM. No decurso das investigações e após a publicação dos relatórios de escavação, no ano de 2010, foi elaborada pela signatária uma tese de mestrado, defendida na Universidade do Minho, na qual se procedeu a uma análise mais aprofundada daquele núcleo da necrópole da Via XVII, procurando-se evidenciar as particularidades rituais encontradas (Braga, 2010).

Desde então, têm sido publicados diversos trabalhos que sublinham os aspetos rituais sinalizados nas necrópoles de *Bracara Augusta*, em que se abordam aspetos relacionados com a topografia e o local de implantação das necrópoles, as especificidades rituais, sociabilidades e práticas sociais em torno dos contextos da morte; análise dos espólios, marcas rituais patentes nos espólios funerários, ou sobre as questões da musealização de espaços funerários (Braga, 2010; 2011; 2014; 2015; 2017; Braga e Martins, 2015 e 2016; Martins *et al.*, 2012; Morais *et al.*, 2013; Fontes e Braga, 2014/2015).

Apesar de não se centrar especificamente nas questões da epigrafia funerária, merece ser destacado o trabalho de doutoramento elaborado por Armando Redentor, defendido em 2011, no qual são analisadas em detalhe, entre muitas outras, as inscrições funerárias bracarenses conhecidas até então. O autor elabora igualmente considerações acerca da onomástica e das possíveis origens geográficas dos indivíduos homenageados nos mais diversos textos epigráficos considerados, avaliando as formas de comemoração e autorrepresentação dos indivíduos, demonstrando o valor do hábito epigráfico romano quando se pretende estudar os aspetos sociais em torno da morte, sem dúvida um campo de estudo fundamental na hora da valorização de algumas particularidades rituais em torno do funeral romano.

3. Problemática e objetivos da análise das práticas funerárias de *Bracara Augusta*

Num primeiro patamar de análise situa-se o conjunto de dados disponíveis, tendo em vista conhecer as práticas funerárias da cidade romana de *Bracara Augusta* a partir da valorização dos dados arqueológicos que se constituem como o material de base da nossa pesquisa, os quais serão confrontados com os conhecimentos adquiridos em outras regiões do Império.

O registo arqueológico acumulado ao longo de cerca de 40 anos de investigação na cidade de Braga, no âmbito do projeto “Salvamento de *Bracara Augusta*”, da responsabilidade da UAUM,

permite agora a inter-relação de distintos parâmetros de análise que podem ser observados em perspectivas mais abrangentes e catalisadoras de novas interpretações que visam o conhecimento das concepções e vivências da morte por parte de uma comunidade urbana na longa duração.

Numa fase inicial do nosso trabalho, considerámos que seria possível o reconhecimento dos padrões de enterramento tendo por base o cruzamento dos dados relativos à análise dos contextos funerários, dos seus mobiliários e dos dados de natureza antropológica que foram recolhidos na escavação. Contudo, o estado de fragmentação dos vestígios ósseos, principalmente daqueles que se encontram associados aos contextos de cremação, limitou consideravelmente a nossa abordagem, pois é reduzido o número de sepulturas estudadas. Ainda assim, não deixámos de integrar neste trabalho os resultados preliminares do estudo ósseo de alguns dos depósitos secundários obtidos até ao momento. A quase nula representatividade de material osteológico associado aos contextos de inumação também não permite o reconhecimento de diagnoses sexuais, nem tão pouco a estimativa apurada e objetiva das idades de morte. Todavia, é nossa intenção procurar encontrar linhas de análise que permitam valorizar os dados relativos ao estudo dos depósitos vegetais introduzidos nos contextos de comemoração fúnebre, cujas evidências, recuperadas no decurso das intervenções arqueológicas, foram recentemente alvo de apreciação e divulgação.

Consideramos igualmente indispensável para uma correta avaliação dos rituais funerários de *Bracara Augusta* a análise dos mobiliários funerários, não só porque os mesmos nos potenciam o balizamento cronológico fundamental dos contextos conhecidos, mas também porque se tratam de elementos que representam um dos aspetos mais característicos da morte no período que nos propomos estudar. A partir da manipulação dos conjuntos mobiliários funerários e das observações que realizámos, foi possível a identificação de algumas marcas singulares presentes em distintas partes das peças funerárias que julgamos estarem relacionadas com o desenrolar de diferenciados procedimentos rituais ocorridos no decurso dos funerais.

O nosso estudo visou também a recriação da topografia dos espaços funerários como forma de reconhecer as características de uso e organização de cada um dos núcleos escavados. Aliado a este tópico julgamos possível a identificação das formas de organização interna das áreas de enterramento, por fase de ocupação/utilização, tendo em vista identificar a existência de recorrências ou alterações na forma de gerir as “cidades dos mortos” da cidade romana de Braga.

Num patamar mais elaborado pretendemos reconhecer os processos de transformação cultural evidenciados nas necrópoles e nos rituais funerários, associados aos seus primeiros

momentos de utilização, num período coincidente com os momentos iniciais da ocupação da cidade, durante os quais se documenta a adoção de práticas funerárias romanas por parte de populações indígenas instaladas na área urbana. Por outro, pretendemos compreender as alterações relativas às manifestações funerárias datadas da transição do século III para o IV, numa fase em que se opera uma mudança no que concerne às opções relativas à seleção do ritual funerário e que se caracteriza pela progressiva diminuição da prática da cremação, preterida pela inumação que se tornará dominante nos séculos seguintes.

Assumindo-se que as expressões funerárias, onde integramos a estrutura da sepultura e sua localização, o monumento funerário e o espólio podem ser valorizadas como narrativas de memória e como práticas de construção identitária, procuraremos compreender o modo como a população indígena, que se fixou na cidade, apreendeu a prática romana de visibilizar a morte e quais os sinais de “resistência” que o registo arqueológico aparente revelar. Também a caracterização das sepulturas em relação com os dados obtidos pela avaliação dos aspetos organizativos dos espaços funerários das necrópoles permitirá valorizar a evolução das práticas funerárias na transição para a Antiguidade Tardia.

Com o nosso trabalho pretendemos interpretar e valorizar os dados arqueológicos de um modo interdisciplinar, convocando as fontes literárias e epigráficas, a interpretação antropológica e as análises arqueobotânicas, tendo em vista contribuir para a caracterização das especificidades das práticas funerárias de *Bracara Augusta* na longa duração, capazes de nos permitir valorizar os processos de mudança cultural e de construção identitária num âmbito regional inserido no contexto da parte ocidental do Império romano.

4. Metodologia e o processamento dos dados

Para a realização deste trabalho tivemos que implantar um conjunto de procedimentos com vista à sistematização dos dados, à sua análise e posterior interpretação.

Nos momentos iniciais, procedemos a uma extensa recolha bibliográfica, de forma a nos inteirarmos do estado da investigação da temática não só em Portugal, mas também nos contextos onde as questões das práticas funerárias se encontram mais desenvolvidas. Para tal, procedemos à consulta de um conjunto vasto de informação que se encontrava disponível em formatos muito diversificados, tais como teses, monografias, artigos, catálogos de exposição, notícias de jornal e relatórios de escavação, que se articulam com várias temáticas relacionadas com a arqueologia

do ritual e da morte no mundo romano e com questões de ordem metodológica e teórica que valorizam a mudança cultural e a construção das identidades regionais. Além disso, não descartámos a leitura de estudos relativos a análises arqueoantropológicas que nos elucidam sobre a reconstituição da posição dos defuntos nos contextos de cremação e inumação. Valorizámos também os trabalhos incidentes sobre os vestígios arqueobotânicos e antropológicos que nos fornecem uma perspetiva ambiental e ritual dos contextos funerários identificados pela arqueologia.

De forma intercalada com a primeira etapa de trabalho, iniciámos a seleção e abordagem dos contextos arqueológicos das necrópoles romanas de Braga. Foram considerados válidos para o nosso trabalho todos os locais que referenciavam o aparecimento de estruturas funerárias de cronologia romana e tardoantiga das diferentes necrópoles urbanas, em estreita relação com a periferia da cidade romana. Nesta nossa seleção, decidimos não incluir um núcleo de necrópole associado à Via XVII, identificado na rua 25 de Abril, provavelmente de cronologia baixo-imperial e suevo-visigótica, uma vez que a intervenção arqueológica apenas terminou em abril de 2017, encontrando-se o relatório e o tratamento do grande volume de informação numa fase inicial. Já em maio de 2018 foram identificadas duas sepulturas na rua do Alferes Alfredo Ferreira que pelas mesmas razões do conjunto de sepulturas que acabamos de referir não foram incluídas neste trabalho. Ainda assim, foram considerados para estudo e revisão dos cadernos de campo 22 núcleos de necrópoles identificados entre os finais da década de 50 do século XX e o ano de 2016.

De forma a melhor organizar a informação, optámos por associar os dados de cada núcleo de necrópole à passagem das vias romanas de importância principal ou secundária. Assim, os vestígios funerários dos diferentes núcleos estão articulados com a passagem das vias XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e via *Bracara – Emerita* por *Tongobriga*. Por dificuldade de associação entre alguns setores funerários e os eixos viários, decidimos criar um agrupamento, que designámos de “espaços intermédios Via XVIII e Via XIX”, que integra um conjunto de sepulturas difíceis de atribuir às necrópoles conhecidas, anteriormente sistematizadas por Manuela Martins e Manuela Delgado (1989/90) (Apêndice 1).

Após a seleção da amostra, cujos dados se encontravam arquivados na UAUM e no GACMB, foi necessário proceder à análise dos cadernos de campo, de modo a reavaliar o estado da informação. Pudemos assim verificar que os dados se encontravam tratados de forma pouco uniforme, o que obrigou a uma revisão da totalidade da informação existente, com o intuito inicial de sistematizar a informação recolhida e de procurar matéria que ainda não se encontrasse

relatada. O manuseamento dos dados foi sem dúvida imprescindível uma vez que o processo nos permitiu conhecer em pormenor as estruturas escavadas, possibilitando, paralelamente, eventuais retificações dos dados.

Verificámos que as intervenções arqueológicas mais antigas, principalmente as que antecedem a década de 90 do século XX, tinham sido realizadas segundo o sistema de complexos, pelo que foi necessário proceder à transposição desta informação para o sistema de unidades estratigráficas.

De referir que não nos limitámos apenas a tratar apenas a informação relativa às sepulturas ou aos espólios, tendo sido sequenciada a totalidade dos dados registados, pelo que foi necessário individualizar e caracterizar todos os contextos estratigráficos, designadamente valas de saque, fundações, aterros e enchimentos de nivelamento, paredes, interstícios de parede, ataúdes, lastros, coberturas, alçados e posicionamento de achados. Cada entidade estratigráfica foi devidamente identificada em ficha própria e individual, onde foram descritas as características de cada unidade sedimentar ou construtiva.

A etapa seguinte consistiu na fase de análise de todas as estruturas funerárias, renomeadas consoante o tipo de ritual ou a estrutura funerária, procedimento que resultou da consulta dos cadernos de campo, nos quais foram detetadas nomenclaturas muito diversas. Assim, verificámos que, em determinados casos, duas estruturas distintas haviam recebido apenas um número de sepultura enquanto outras nem mesmo haviam sido identificadas como sepulturas. Outras foram classificadas como monumentos funerários, pelo que não receberam qualquer tipo de numeração específica. Deparámos-nos ainda com situações em que à mesma sepultura tinham sido atribuídos dois números distintos, enquanto noutras a numeração das sepulturas havia sido feita por sondagem arqueológica e não em numeração sequencial. Dadas estas diversas situações, tornou-se necessário proceder a uma renumeração dos contextos funerários, ainda que se tenha mantido a menção dos designativos de campo que acompanham a descrição de cada uma das entidades consideradas, sendo igualmente referidos nas tabelas anexas. De referir que, quando decidimos proceder a uma nova numeração, optámos por agrupar as estruturas por tipo de sepultura ou tipo de monumento, permitindo dessa forma uma mais rápida perceção quanto à natureza dos contextos, sejam eles sepulturas de cremação, inumação ou outro tipo de estruturas.

Consideramos como depósitos secundários todas as sepulturas de cremação, com ou sem urna, onde os enchimentos resultantes do processo de cremação foram sujeitos a

remobilização. Assim, a preceder a numeração árabe de cada estrutura incluímos o prefixo “C”. Mantemos a ordem alfabética, pelo que, de seguida, surgem as estruturas que parecem ser indicativas da existência de cenotáfios, com a designação “CEN”, as estelas encontradas *in situ* surgem referenciadas com o prefixo “EE” e as estruturas que serviram para sinalizar sepulturas com as letras “ES”. Com as restantes estruturas, ocorreu o mesmo processo. As sepulturas de inumação surgem identificadas com a letra “I”, os mausoléus surgem com a letra “M”, os recintos funerários com a letra “R” e os locais onde de forma inequívoca ocorreu a cremação (*ustrinum*) apresentam o prefixo “U”.

A informação relativa ao conjunto das estruturas sujeitas a inventariação foi introduzida em tabelas específicas construídas em Microsoft Excel, em que para cada tipo de estrutura individualizada se estabeleceu um conjunto de dados que variam mediante a especificidade da estrutura. Apesar de existirem parâmetros de análise comuns, como a referência ao número de campo, arqueossítio, sondagem, cronologia, fase e número de estrutura, foi necessário considerar critérios mais específicos. Para as cremações e para os *ustrina*, consideramos importante assinalar a referência ao tipo de elemento de cobertura da urna, tipo de urna, dimensões totais das caixas/ covas, dimensões das valas de implantação e existência de elementos de sinalização. Para as inumações foi especificado o tipo de cobertura, dimensões das valas, indicação da presença de caixões ou padiolas, medidas dos vãos interiores (quando aplicável), e determinação das áreas úteis e totais.

De forma a facilitar a consulta da informação, e tendo em conta a especificidade de cada estrutura funerária, foram elaboradas fichas em que se reúne a informação relativa ao número de campo, o acrónimo, o estado de conservação, as suas coordenadas geográficas, as unidades estratigráficas associadas, as transcrições epigráficas (só para os suportes epigráficos), as dimensões, as formas, os tipos de materiais, aparelhos e as áreas úteis (no caso dos mausoléus e recintos), bem como os elementos de localização relacionados, a cronologia e a fase de construção. Foram igualmente consideradas entradas para a descrição sucinta dos vestígios osteológicos e arqueobotânicos (quando os mesmos existem), para as UEs e para o espólio. Cada ficha é composta por duas partes, uma primeira descritiva, onde constam os tópicos mencionados, seguida de um apartado gráfico que apresenta a informação de campo (planimétrica e gráfica) e as fotos do espólio. De forma a não sobrecarregar a parte textual, remetemos para o catálogo final as fichas das estruturas funerárias consideradas mais pertinentes, numeradas e seriadas sequencialmente, independentemente do tipo de estrutura, e cuja referência aparece em texto.

Finalizada a tarefa de análise dos cadernos de campo, foi elaborado o Diagrama de Harris para cada sector de necrópole. Seguiu-se a fase de informatização dos dados, em que procedemos ao carregamento do sistema de informação da UAUM - 2ArchIs, de forma a ser possível a gestão articulada da informação.

Em paralelo com esta primeira etapa de trabalho, procedemos à inventariação do espólio depositado no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MDDS), onde se encontrava parte do espólio encontrado nas escavações mais antigas. Além disso, sempre que tal se considerou necessário, procedemos à lavagem, marcação e levantamento fotográfico do material cerâmico proveniente das escavações. Para a elaboração desta tarefa, contámos com a colaboração de um conjunto de arqueólogos especialistas, como a Doutora Raquel Peñin e o Doutor Jorge Ribeiro, que nos ajudaram a estudar e a datar o material cerâmico que ainda não tinha sido alvo de análise. A informação cronológica de alguns numismas, nomeadamente aqueles que foram recuperados nas intervenções de 2008-2010, nos setores de necrópole da Via XVII, foi gentilmente cedida pelo Dr. David Mendes⁶, uma vez que esses dados se encontram a ser tratados no âmbito da sua tese de mestrado. Para os mesmos núcleos de necrópole, contámos igualmente com a preciosa análise dos materiais vítreos que nos foi cedida pelo Doutor Mário Cruz.⁷ O cruzamento deste avultado conjunto de dados permitiu a datação e associação das sepulturas a distintas fases de uso dos espaços de necrópoles.

De forma a assegurar que não se perdiam documentos originais pertencentes ao arquivo da UAUM e do GACMB, procedemos à digitalização de todas as fotografias, algumas ainda em formato analógico; procedimento idêntico foi seguido em relação à maior parte dos desenhos e plantas que se encontravam arquivados junto da informação e registos de campo. Sempre que necessário, estes elementos gráficos foram melhorados e tratados com recurso ao software Adobe Photoshop.

Posteriormente, foi vetorizada toda a informação, com recurso ao software AutoCad, tendo sido tratados os elementos gráficos de cada sepultura e de cada estrutura. Todos os planos foram georreferenciados em relação às quadriculas de cada intervenção e em relação à base cartográfica georreferenciada do edificado atual de Braga. Este procedimento, para além de nos permitir o correto posicionamento das estruturas funerárias, facultou a produção final de plantas por cada

⁶ Agradecemos ao Dr. David Mendes a cedência dos dados bem como todos os esclarecimentos prestados.

⁷ O nosso agradecimento ao Doutor Mário Cruz que nos disponibilizou a totalidade da informação por ele estudada, bem como a cedência da informação em formato digital.

núcleo escavado, potenciando conseqüentemente a elaboração das plantas finais das necrópoles de *Bracara Augusta*.

Para além dos planos e alçados, considerámos importante o posicionamento de todos os achados referenciados a cada sepultura. Com efeito, a localização de cada objeto é fundamental por vários motivos. Em primeiro lugar, porque fornece uma imagem de conjunto acerca dos contextos de deposição das peças selecionadas para integrar os espólios funerários. Por outro, a sua disposição acaba por nos permitir obter determinadas pistas sobre a forma como podem ter decorrido determinados procedimentos rituais associados ao funeral.

Sempre que tal foi necessário, após a obtenção de plantas georreferenciadas, trabalhámos essa informação em contexto SIG, com vista ao cruzamento de informação cartográfica antiga com a localização dos espaços de necrópole. Para tal, recorremos ao ArcGis que possibilita o cruzamento e sobreposição de distintos mapas já alvo de tratamento prévio.

Para a execução dos quadros tipológicos relativos às sepulturas e às restantes estruturas, contámos com a colaboração da técnica de informática Clara Rodrigues (UAUM) que produziu as reconstituições 3D de cada um dos tipos de estruturas funerárias, com recurso ao software 3D StudioMax.

Após o tratamento e digitalização de todos os elementos gráficos, foram inventariados todos os elementos epigráficos de cariz funerário conhecidos para a cidade de Braga, na sua grande maioria recuperados de forma avulsa. A proximidade entre o local da recuperação de cada elemento e a necrópole permite-nos associar as epígrafes e as placas aos distintos núcleos. Para cada elemento foi elaborada uma ficha em que se discrimina a proveniência, a necrópole associada, o local de depósito, o tipo de suporte, a leitura e a tradução, a sua caracterização, considerações onomásticas, acompanhadas de outras relativas ao estatuto, origem dos defuntos e seus dedicantes, dimensões, datação e respetivos elementos gráficos.

No que concerne aos monumentos epigráficos, importa referir que, por diversos motivos, não avançámos com a elaboração de qualquer proposta tipológica, seguindo-se basicamente as nomenclaturas usadas pelos epigrafistas que abordaram o *dossier* epigráfico de Braga (Tranoy e Le Roux, 1989/90; Redentor, 2011). Nunca é demais salientar que estas peças constituem uma importante expressão do comportamento funerário romano que permite compreender a sociedade e identidade dos diferentes elementos que a compunham. Além disso, as epígrafes encontram-se articuladas com os processos de monumentalização dos espaços de necrópole, correspondendo aos elementos de localização mais perenes e duradouros, cuja utilização se prende com as

conceções relacionadas com as vivências da morte e com a necessidade de alguns segmentos da população expressarem o seu protagonismo ou linhagem, num padrão comportamental que se conhece pela designação de 'hábito epigráfico' (MacMullen, 1982 *apud* Redentor, 2011, vol. I: 62).

As restantes estruturas funerárias foram objeto de sistematização aprofundada, tendo sido elaborados diferenciados quadros tipológicos atendendo à especificidade da estrutura e do ritual à qual a sepultura estava associada. A cada tipo de estrutura foi atribuída uma numeração independente, de forma a possibilitar a integração de outros subtipos, sempre que se verifiquem determinadas especificidades ou alterações construtivas.

Conscientes de que o espólio se constitui como um elemento essencial no estudo dos rituais funerários, procedemos à identificação dos conjuntos de mobiliário funerário, valorizando-se não só aqueles que foram encontrados e posicionados *in situ*, mas também todos os objetos recuperados de forma isolada, encontrando-se, portanto, descontextualizados.

É nosso entendimento que as peças manipuladas e inseridas em contexto sepulcral se constituem como veículos de informação, não só de âmbito cronológico, essencial para datação das estruturas e do uso dos espaços, mas também para compreender os distintos momentos do ritual funerário. Nessa medida, será conveniente reforçar a ideia de que não foi nosso objetivo fazer uma análise das produções das peças e respetivos circuitos comerciais, por considerarmos que tal abordagem deve constar de um estudo mais detalhado que considere a análise das cerâmicas, vidros, ou outros objetos que compõem os espólios funerários.

A avaliação das peças permitiu identificar determinadas marcas, como a obliteração/quebra intencional de partes dos objetos pertencentes aos espólios funerários ou ainda a abertura deliberada de orifícios, sinais distintivos que nos informam sobre as especificidades dos rituais dos habitantes da cidade romana e tardoantiga. Procurámos ainda analisar estas evidências em associação com o contexto de depósito da peça e a posição em que o objeto foi encontrado, tendo em vista identificar os distintos momentos que formalizavam as cerimónias fúnebres. Com efeito, as peças assumiam-se como elementos fundamentais na realização das exéquias, pelo que se afigurou indispensável perceber o modo como esses objetos eram manipulados.

No quadro de estudo das práticas funerárias romanas e tardoantigas, há três parâmetros de análise que nos parecem marcantes, designadamente as análises antropológicas, antracológicas e carpoantracológicas, que nos permitem uma abordagem multidisciplinar defendida no quadro de uma correta investigação da Arqueologia da Morte. Pese embora termos

acompanhando de perto, e de forma participativa, todos os procedimentos desses estudos, pudemos contar com a colaboração indispensável de um conjunto de especialistas nessas áreas de forma a proceder à identificação de aspetos mais específicos relacionados ora com o reconhecimento dos caracteres anatómicos dos vestígios osteológicos, ora com o reconhecimento das espécies vegetais que foram introduzidas no decurso dos rituais de cremação.

O estudo antropobiológico, realizado nos laboratórios da UAUM, foi da responsabilidade do bioarqueólogo Doutor Luís Miguel Marado, bolseiro da UAUM. No que concerne ao estudo do material ósseo, o conjunto existente reporta-se na totalidade às intervenções realizadas no Quarteirão dos CTT/LSF (CTT/LSF), Túnel da Avenida da Liberdade (TAVL), bem como no espaço da interligação entre ambos (ITAVL) (Martins *et al.* 2010; Fontes *et al.* 2010a; 2010b), onde foi detetado um amplo e extenso setor de necrópole articulado com a passagem da Via XVII.

O material em questão, depositado desde então no MDDS, havia sido alvo de uma primeira análise realizada por Ana Sousa, em 2009, que se limitou genericamente à escavação do material osteológico no interior das urnas. De forma a dar seguimento às análises, foi necessário o transporte de parte do material osteológico para a UAUM, ainda que faseadamente, tendo sempre em atenção os avanços da sua inventariação. Esta nova etapa de estudo, apenas iniciada em 2017, teve por objetivo o aprofundamento de aspetos relacionados com as estratégias de cremação e de recolha dos ossos para o interior das urnas, bem como avaliar o estado de conservação e, sempre que possível, recuperar dados acerca das características biológicas dos defuntos (ver Parte III, Ponto 6).

No que respeita ao estudo carpológico, este teve lugar nos laboratórios do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (InBIO-CIBIO), e foi realizado pelo bolseiro de doutoramento da FCT, Dr. Filipe Vaz⁸ e pela Dra. Cláudia Oliveira⁹, bolseira de investigação da UAUM (2017/2018), num trabalho coordenado pelo Doutor João Tereso. Gostaríamos de realçar que foi sempre nossa preocupação acompanhar e colaborar nos trabalhos, de forma a conhecer e entender minimamente como se realizam as práticas laboratoriais necessárias para o manuseamento e gestão das centenas de amostras consideradas para análise.

⁸ Investigador do CIBIO, com tese de doutoramento "Gestão de recursos lenhosos no Noroeste Peninsular durante a Época Romana: uma abordagem arqueológica e etnobotânica" (SFRH/BD/99930/2014)

⁹ Investigadora do CIBIO e Mestre em Ecologia, Ambiente e Território pela Universidade do Porto, com a tese "Towards a calibration of the Lichen Potential Biodeteriogenic Activity: the case of the schist in the Upper Douro Valley (NE Portugal)"

Para se iniciar o estudo do material arqueobotânico carbonizado, completamente inédito, foi necessário, numa primeira fase, transportar todas as amostras do MDDS para a UAUM. Em conjunto com o Dr. Filipe Vaz, durante os anos de 2015 e 2016, procedemos à flutuação dos sedimentos que ainda não haviam sido sujeitos a tal intervenção. Assim, foi identificado um conjunto com mais de três centenas de amostras de material carbonizado que foi submetido a subsequentes procedimentos laboratoriais no InBIO-CIBIO. Pretendeu-se saber mais acerca dos recursos lenhosos e dos carpo-restos identificados, de forma a tentar evidenciar determinados aspetos das práticas funerárias, tais como as estratégias de armazenamento, as espécies vegetais selecionadas e sua relação com os procedimentos fúnebres, bem como os recursos alimentares consumidos no decurso das cerimónias de comemoração e homenagem aos defuntos.

Tendo em conta que os trabalhos laboratoriais associados a estas duas especialidades se iniciaram em momentos distintos, que os objetos de análise apresentavam especificidades diferenciadas, exigindo distintas metodologias de intervenção, e que as equipas constituídas para a sua análise agregaram um número desigual de pessoas, optámos por efetuar uma seleção do material a estudar de forma a possibilitar o cruzamento dos dados relativos à pesquisa antropológica e botânica das sepulturas consideradas. Assim, para o efeito foi selecionado um conjunto de 31 amostras prioritárias, escolhidas com base em dois parâmetros de análise: o tipo de sepultura e cronologia. No que concerne ao tipo de sepultura, foram selecionados 21 depósitos de cremação, cinco inumações, contabilizando-se ainda sete *ustrina*. De modo a verificar a existência de aspetos distintos mediante o período cronológico, foram selecionadas amostras datadas entre o período de transição da Era e os séculos V a VII.

No que concerne ao faseamento dos distintos períodos de uso da necrópole da Via XVII, optámos por manter as fases já estabelecidas aquando das escavações realizadas em 2008/2009 e 2016 que cobrem diferentes setores (CTT/LSF; TAVL e ITAVL). Trata-se do núcleo de necrópole melhor conhecido até ao momento, cuja sequenciação estratigráfica, bem definida, permitiu estabelecer um total de dez momentos de uso daquele espaço como área sepulcral, que sofreu uma ocupação ininterrupta entre os últimos decénios do século I a.C. e os séculos V/VII (Martins *et al.*, 2009; Fontes *et al.*, 2010a; 2010b; Braga, 2010). Assim, partindo desta informação decidimos estender o mesmo faseamento ao conjunto dos núcleos conhecidos de outras necrópoles que foram analisadas. Dessa forma, a Fase I corresponde ao uso do espaço como área sepulcral durante a Idade do Bronze, a Fase II ao período anterior a Augusto, a Fase III ao período a transição da Era/inícios do século I, a Fase IV aos meados do século I, a Fase V à segunda

metade do século I, a Fase VI ao século II, a Fase VII aos finais do século II/inícios do século III, a Fase VIII à segunda metade do século III/inícios do século IV, a Fase IX aos séculos IV/V e, por último, a Fase X aos séculos V/VII.

PARTE II – OS DADOS E A SUA ANÁLISE: OS NÚCLEOS DAS NECRÓPOLES ROMANAS E TARDOANTIGAS DE BRAGA

Os espaços de enterramento que iremos descrever encontram-se agrupados em sete necrópoles que, pela sua localização, se associam à passagem não só dos eixos viários principais que ligavam *Bracara Augusta* a outras cidades da Hispânia, mas também às vias secundárias que saíam da cidade (Apêndice 1).

A necrópole da Via XVI é mal conhecida, ao contrário da necrópole da Via XVII para a qual se possui um conjunto mais significativo de dados, resultante de um maior número de intervenções arqueológicas encontrando-se associada a 12 núcleos de enterramento. Já às necrópoles da Via XVIII e da Via XVI/XX apenas podemos atribuir, respetivamente, três e duas áreas de enterramento. Por sua vez, a necrópole da Via XIX apenas se encontra referenciada por um núcleo de enterramentos, enquanto a necrópole associada à Via secundária *Bracara-Tongobriga* é conhecida a partir de dois núcleos escavados.

Na periferia norte da cidade romana foram ainda identificadas duas áreas de necrópole, cuja localização torna difícil determinar com rigor a sua associação a qualquer dos eixos viários conhecidos, situação semelhante àquela que ocorre com uma área funerária localizada entre a Via XVIII e a ponte pela Via XIX.

A exposição que se segue, na qual iremos analisar os núcleos conhecidos das diferentes necrópoles de *Bracara Augusta*, obedece a um modelo idêntico. Começamos por fazer uma identificação dos núcleos das necrópoles e das vias associadas, ordenando-se cada um dos espaços pelo ano de intervenção, apresentando-se seguidamente as razões que justificaram a realização de trabalhos arqueológicos, sendo identificada a entidade responsável pelo registo. Segue-se a descrição sumária das características de cada núcleo, onde se inclui uma exposição mais pormenorizada de todas as estruturas funerárias identificadas, agrupadas por ordem alfabética e sequencial. Nesse sentido, foram considerados como descritores os seguintes elementos: as dimensões, a orientação, os materiais empregues, a referência das unidades estratigráficas identificadas e a enunciação do espólio associado. Por último, e a partir dos dados disponíveis, avançamos com a datação de cada estrutura funerária. Será conveniente mencionar que, apesar de muitos destes espaços se encontrarem em locais contíguos, motivo que explica a existência de designações comuns (ex.: Carlos Amarante 1981 e Carlos Amarante 2012), os procedimentos de registo e o tipo de intervenção revelam-se por vezes muito distintos, facto que

justifica que sejam apresentados de forma individual. Para cada estrutura é referido o apêndice ou ficha em que surgem com pormenores gráficos de cada contexto funerário, informação que pode ser consultada no volume II. Todavia, nas situações em que não foi realizada a ficha da sepultura, imediatamente a seguir à descrição de cada estrutura é incluída uma foto.

Não será demais voltar a mencionar a forma como foram sequenciados os contextos funerários. Já referimos que a preceder a numeração árabe surgem os designativos de “C” para as sepulturas de cremação, a designação “CEN” para cenotáfios, “EE” para estelas *in situ*, “ES” para elementos de sinalização, “I” para as sepulturas de inumação, “M” para mausoléus, “R” para recintos funerários e “U” para os *ustrina*. A numeração dos mais distintos contextos funerários não respeitou nenhuma ordem específica. Cada estrutura funerária foi numerada e estudada à medida que se encontrava reunida e disponível a totalidade da informação dos cadernos de campo, por essa razão é que no corpo de texto as estruturas não se encontram descritas sequencialmente. Por uma questão de facilidade de consulta as fichas relativas aos mais diversos contextos funerários, inseridas no volume II, encontram-se ordenadas por ordem alfabética e numérica.

1. A necrópole da Via XVI

Tal como acontece com as restantes saídas viárias da cidade romana, às quais se encontram associados conjuntos variáveis de sepulturas, também a saída sul, que corresponde a um eixo viário que ligaria *Bracara Augusta* a *Olisipo*, com passagem por *Cale* (Lemos, 2002: 102; Carvalho, 2008: 195), deveria ter associado um núcleo funerário. Não dispomos sobre ela qualquer tipo de documentação arqueológica, mas tão só notícias e relatos escritos que assinalam a hipotética descoberta de sepulturas e suportes epigráficos de cariz funerário, encontrados nos terrenos da família Jácome de Vasconcelos, proprietária dos terrenos localizados a sul da cidade desde a época de seiscentos. Já em meados do século XVIII, D. Jerónimo Contador de Argote refere que, para além de colunas, capitéis e “*pedras deste género, lavradas com summa perfeição, achadas junto às casas de André Jacome de Sousa*” (hoje Casa do Avelar), foi encontrada uma sepultura “*feita de cal, e tijolo, e dentro hum caixaõ de chumbo, o qual guardava huma ambula de vidro chea de cinza.*” (1738: 76). O local referido pelo autor assume, neste contexto, uma grande relevância, já que esta casa nobre se encontra precisamente sobre a projeção do traçado da muralha romana que marcaria o limite do espaço urbano e o início do espaço de necrópole. Infelizmente, as referências conhecidas são vagas e não permitem apurar com exatidão o sítio em

que se terá encontrado a sepultura referida, nem tão pouco o local de depósito do caixão de chumbo, nem quais as suas características. Jerónimo Contador de Argote reporta-se “às casas”, o que não serve de referencial locativo fidedigno na hora de proceder a um exercício de aproximação ao local em que se encontraria a dita estrutura funerária. Por outro lado, haverá sempre que ter em conta a probabilidade de a sepultura não corresponder a uma estrutura funerária romana ou tardoantiga. Outro pormenor que não podemos deixar de mencionar é o facto de ser possível que a referida sepultura se localizasse numa área mais afastada do que aquela que atualmente é ocupada pela referida casa senhorial, pelo que a referência “às casas” poderá de facto corresponder aos terrenos pertencentes à quinta em que se inseria a casa, os quais, a avaliar pela cartografia do início do século XX, seriam bastante vastos.

Questão não menos problemática é a da procedência das estelas funerárias que são consideradas como pertencentes a esta necrópole (Tranoy e LeRoux, 1989-90). Na verdade, o arquivo da Casa do Avelar demonstra que a família Jácome de Vasconcelos, detentora do referido solar, era, em 1680, proprietária da Quinta de Urjães (Arquivo Distrital de Braga, 2010), vasto terreno localizado a 172m para poente da referida casa. Ambos os terrenos surgem representados e delimitados no mapa de 1910, de José Teixeira, onde é possível constatar que as extremidades setentrionais se dispunham sobre o hipotético espaço de necrópole. Assim, as epígrafes hoje depositadas na Casa do Avelar podem muito bem resultar de uma recolha efetuada nos terrenos pertencentes da família, sendo perfeitamente exequível que as sepulturas associadas se localizassem numa área próxima à extremidade sul do limite da Quinta do Avelar, portanto, já afastada da área da muralha (Figura 7).

Ao longo das últimas décadas do século XX são reportados diversos achados de cariz funerário nas imediações do referido espaço. Assim, conhece-se uma sepultura, referida por Rigaud de Sousa, junto à cerca do Convento da Conceição, no lado sul, que seria uma cremação, sem qualquer espólio (Sousa, 1973: 16). Já em 1971, o Cónego Arlindo da Cunha, através de uma notícia de jornal, referencia o aparecimento de “*restos de sepulturas romanas*” no local onde funcionavam as antigas oficinas da Livraria Cruz, a sul da atual Avenida da imaculada Conceição (Cunha, 20/10/1971).



Figura 7 – Posicionamento aproximado das sepulturas associadas à Via XVI, com a localização das quintas dos Avelares e de Urjães (Base cartográfica: Carta de Braga 2002 e 2013).

2. A necrópole da Via XVII

2.1 Núcleo de S. Vitor (1950)

Este núcleo engloba um conjunto de sepulturas identificado em 1957 no decurso de trabalhos de terraplanagens num edifício pertencente à Câmara Municipal, junto à rua Martins Sarmiento, localizado cerca de 100m a sul da atual Igreja de S. Vitor. O artigo onde se publicaram os resultados da escavação é da autoria de Sérgio Pinto e Alfredo de Athaide e nele se inclui uma breve análise antropológica das ossadas encontradas numa das sepulturas. Esta nota inovadora para a época revela a existência de três indivíduos com idades entre os seis anos até à idade adulta, não se precisando a faixa etária devido às deficientes condições de preservação do material osteológico (1957: 111). Contudo, mantém-se a dúvida se se tratou de uma inumação coletiva ou múltipla.

A publicação apresenta uma planta que localiza a intervenção (Apêndice 2a), muito embora não se tenham posicionado as sepulturas, sobre as quais pouco sabemos. De facto, não temos confirmação do número exato de estruturas identificadas, que presumimos serem quatro, nem conhecemos em profundidade as suas características construtivas, que são apenas genérica e brevemente enunciadas.

As sepulturas dispunham-se perpendiculares a um desaparecido caminho, designado por “Cangosta de Torneiros”, que, segundo os autores, num dos seus lanços postos a descoberto, apresentava “*ainda grande quantidade de lajedo de aspeto semelhante ao que se vê nas estradas romanas*” (Pinto e Athaide, 1957: 108). Este caminho poderá corresponder a um *diverticulum* romano que seria perpendicular à Via XVII⁸ (Figura 8). Estes elementos viários devem ter perdurado ao longo de toda a Idade Média, mantendo-se em funcionamento até aos inícios do século XX, período em que a área suburbana é altamente afetada pelo crescimento urbano que impõe uma profunda remodelação dos caminhos antigos (Lemos, 2001: 23; Carvalho, 2008; Ribeiro e Martins, 2016).

Muito embora não seja possível recuperar informações detalhadas das sepulturas, podemos, todavia, enunciar alguns dos seus atributos. Trata-se de estruturas com comprimentos variáveis entre os 2 e os 1,40m, larguras que não ultrapassam 0,50m e alturas compreendidas entre os 0,36 e os 0,60m. Nas paredes parecem ter sido aplicados tijolos presumivelmente de tipo *lydion* (0,44 x 0,30 x 0,05m).

⁸ Informação gentilmente cedida pelo Doutor Luís Fontes e que constará do relatório final da intervenção da rua 25 de Abril onde recentemente foi identificado um núcleo de necrópole articulado com a passagem da Via XVII (Fontes, no prelo). Neste trabalho, optámos por usar esta nova proposta de traçado, dado que o novo tramo detetado se encontra confirmado do ponto de vista arqueológico.



Figura 8 – Localização da Cangosta de Torneiros e dos setores de necrópole de S. Vitor no mapa de Goullard (1883/84).

No que respeita às coberturas, para além de lajes graníticas sub-retangulares, visíveis nas fotografias que acompanham o artigo (Figura 9), não se percebe se foram empregues três bases de coluna como elementos de fecho. Faz-se igualmente referência a ladrilhos e tégulas empregues nos lastros das sepulturas, muito embora se desconheça a frequência de utilização deste material no conjunto das sepulturas (Pinto e Athaide, 1957: 107). Há também notícia da existência de um fragmento de estela, com a representação de uma figura humana, que deveria recobrir uma sepultura, mas essa ligação não foi apurada (Fontes *et al.*, 2009a, vol. II: 80; VV. AA, 2017: 156).



Figura 9 - Pormenores das sepulturas encontradas em 1957 em S. Vitor (Pinto e Athaide, 1957).

Os autores do artigo que descreve as sepulturas avançam com uma proposta para a sua datação, num contexto entre os séculos IX/X, proposta essa que foi estabelecida a partir da correspondência tipológica e estilística entre as sepulturas encontradas em S. Vitor e as estruturas detetadas nas cidades espanholas de Corunha e Pontevedra (Pinto e Athaide, 1957: 108-109). Porém, convém recordar que no contexto bracarense são já conhecidas sepulturas com caixas em tijolo, com características análogas aos exemplares encontrados em S. Vitor, datadas da Antiguidade Tardia, entre os séculos V/VII. Por outro lado, a cerca de 45m para norte do núcleo escavado em 1957, viria a ser identificado um outro, intervencionado no ano 2000, que foi atribuído aos séculos IV/V.

Assim, a cronologia das sepulturas escavadas em 1957 configura-se controversa, cabendo sublinhar que a discordância relativa à sua datação havia já sido colocada por Mário Barroca, numa troca de informação com Avelino Jesus da Costa, considerando o primeiro autor que as sepulturas de S. Vitor deveriam estar associadas a um contexto cronológico mais recuado, provavelmente dos séculos IV/V, alicerçando a sua opinião nas características construtivas, orientação e inexistência de espólio (Costa, 1997: 103-104).

2.2 Núcleo de S. Vitor (BRA00SV)

2.2.1. Caracterização

Este núcleo, tal como o anteriormente descrito, encontra-se localizado, em linha reta, a cerca de 1052m da saída nascente da cidade romana, localização que definiria o limite entre o espaço urbano e o rural, onde se começaram a erigir os primitivos templos cristãos na Antiguidade Tardia. O facto de incluirmos este núcleo no conjunto das necrópoles romanas urbanas prende-se

com a imprecisão do limite entre a cidade e a sua periferia rural e com a circunstância da localização das *villae* romanas se encontrar a uma distância entre 1,5Km e 3Km da área urbana, como refere Helena Carvalho no seu estudo do cadastro romano de *Bracara Augusta* (2008: 290). No entanto, muito embora se tenham recuperado várias colunas, descritas como romanas, nas traseiras da atual igreja (Lemos, 2001: 23), não foi possível documentar quaisquer evidências de carácter habitacional de tipo *villa* para este local. Outra hipótese que poderia justificar a localização deste núcleo de necrópole, num espaço tão afastado da cidade, passa pela possibilidade de aí ter sido edificada uma basílica, cuja construção poderá ter estado associada a um espaço de necrópole anterior. Ora, também não existe qualquer tipo de evidência arqueológica que corrobore tal suposição. Aliás, face à documentação antiga, datada do ano de 899, Avelino Jesus da Costa propõe a localização da primitiva igreja de S. Vítor para o local onde esta se encontra ainda hoje, mantendo o designativo de “S. Vítor-o-Velho” (Costa, 1997: 103). Assim, face aos dados arqueológicos disponíveis consideramos plausível que os referidos núcleos se integrassem na necrópole da Via XVII, ainda que se possa vir a verificar que se relacionassem com qualquer tipo de instalação rural, ou religiosa, cuja importância justificasse a implantação de um conjunto vasto e diversificado de sepulturas nas suas imediações. Na verdade, reconhecemos que ainda há muito a fazer e a descobrir sobre a periferia urbana de Braga, principalmente no que concerne à evolução das distintas estratégias de organização do espaço.

A identificação deste conjunto de sepulturas ocorreu entre os meses de julho e outubro de 2000, na sequência de sondagens realizadas pela UAUM, em colaboração com o GACMB, que assegurou a execução técnica dos trabalhos, no âmbito de uma intervenção preventiva numa área considerada com potencial arqueológico. As estruturas funerárias foram identificadas no decurso de uma obra de carácter particular, no lado poente da rua Martins Sarmento, no prédio nº 194-204, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico. O reconhecimento de estruturas desencadeou a necessidade de se efetuar uma escavação arqueológica, que permitiu exumar um pavimento em *opus signinum* (Lemos, 2001: 11-12). Este piso compacto (UE0041), descrito como de boa qualidade, recobria parcialmente uma das sepulturas identificadas. A sua função e o tipo de estrutura a que estaria associado são desconhecidos, visto não se terem identificado quaisquer muros ou paredes delimitadores capazes de conformar algum tipo de compartimento, sendo a sua cronologia igualmente desconhecida, dada a ausência de materiais associados. Podemos estar perante vestígios de um edifício que selava e apropriava uma determinada área sepulcral, como um mausoléu, ou perante uma estrutura, de natureza distinta, que selava, por via desta

construção, um espaço funerário anterior que, segundo Francisco Sande Lemos, poderia corresponder a um templo que rasaria a Via XVII (2001: 15).

Em 2017 foi identificado um novo segmento da Via XVII que impôs o estabelecimento de uma nova proposta de traçado para aquele eixo viário (Fontes, no prelo), pelo que reconhecemos como provável que a via interceptasse o núcleo de sepulturas identificadas em 1957, agora reconhecido como disposto no lado sul da via, bem como o que foi escavado em 2000, que se localizaria no lado norte da mesma. A via romana, que correria a cerca de 25m para sul em relação à anterior proposta, encontrar-se-ia articulada com a passagem de um *diverticulum* romano, fossilizado pela 'Cangosta de Torneiros', o qual, na prática, corresponderia a um testemunho do cadastro romano que rasaria a poente o núcleo de sepulturas em análise.

No nível associado ao abandono do piso de *opus signinum* (Lemos, 2001: 11-12), foram encontrados materiais de cronologia tardoantiga, datados entre os séculos IV/VI, onde se identificaram cerâmicas cinzentas tardias de produção local. Destacamos que nos enchimentos sob a preparação não se recolheram quaisquer materiais que permitissem apurar uma datação mais precisa para o pavimento (Lemos, 2001: 15).

O conjunto sepulcral anterior ao pavimento de *opus signinum* integrava um total de sete sepulturas (Apêndice 2b), aparentemente associadas ao ritual de inumação, algumas já perturbadas, com orientações O/E (4) e OSO/ENE (3). As referidas sepulturas foram apenas escavadas parcialmente, sendo difícil datá-las, dado que os aterros de enchimento identificados nos vãos interiores das sepulturas parecem resultar de ações de saque ou de abatimento posteriores à utilização das sepulturas. Nos enchimentos das inumações nº101 e 102, apenas se identificam materiais bem datados, atribuídos aos finais do século I/inícios do século II. As restantes sepulturas não forneceram qualquer tipo de material, pelo que se torna impossível a sua datação. Não é igualmente possível estabelecer uma relação estratigráfica segura entre as diversas estruturas funerárias identificadas, pois não existem perfis estratigráficos que permitam determinar essa correspondência. Pese embora todas as limitações apresentadas, julgamos que tal núcleo funerário da necrópole da Via XVII será de cronologia tardia.

2.2.2. Análise das estruturas funerárias

1101 (SEP.I – Apêndice 2b; Ficha nº155)

Estrutura orientada OSO/ENE, cujas paredes foram construídas com recurso a pedra de média e pequena dimensão (UEs0045 e 0046), formalizando um aparelho irregular, em que as

juntas entre os blocos são colmatadas com pedra miúda e fragmentos de material laterício. Apesar da parte sul da estrutura se encontrar destruída é possível estimar as suas dimensões com 2,14 x 0,77 x 0,60m. A vala aberta sobre o substrato rochoso apresentava 2,51m de comprimento, por 1,76m de largura, verificando-se a existência de um aterro de pedras agregadas por argamassa que funcionava como tardo das paredes. No enchimento do interior da sepultura (UE0062) apenas se registaram cerâmicas comuns romanas de fabrico grosseiro, com pastas micáceas, de cronologia alto-imperial. De forma a regularizar o topo das paredes foi colocada uma fiada de tijolos que permitiu o assentamento de uma cobertura da qual não existe registo. O leito (UE0021) é formado por tijolos, na sua maioria de tipo *lydion*, sendo notório o reaproveitamento de material, onde fragmentos de material laterício colmatam os cantos (Tipo 6g). Os elementos que permitem a datação desta estrutura são praticamente inexistentes, apesar de sabermos que o pavimento que a recobre possa ter sido construído num momento associado ao início da Antiguidade Tardia. Ainda assim, a sua atribuição cronológica rigorosa permanece por apurar.

I102 (SEP.II – Apêndice 2b; Ficha nº156)

A parte escavada da sepultura corresponde sensivelmente à metade nascente da estrutura, formalizada com caixa de tégulas e tijolos, conservada numa altura de 0,85m. Com orientação O/E, exhibe um sistema construtivo semelhante àquele que se identifica para a I101. Nas paredes foram aplicadas tégulas, fincadas na vertical, com os rebordos voltados para as paredes da vala (UEs0028, 0029 e 0030), que não assentavam no leito, também composto por tégulas com o rebordo voltado para baixo (UE0031). Entre as tégulas das paredes e a vala identificou-se um enchimento de pedras miúdas à mistura com material laterício fragmentado (Tipo 4c). No enchimento de nivelamento do interior da sepultura (UE0062), junto ao lastro, foram encontrados alguns materiais, designadamente uma pedra de anel, um fragmento de vidro de forma indeterminada (séculos I/II), um fragmento de TSH, da forma Drag. 27 (segunda metade do século II) e um fragmento de cerâmica de paredes finas da Bética, datado do período flávio. Trata-se de uma estrutura de cronologia indeterminada.

I103 (SEP.III – Apêndice 2b)

Sepultura em cova simples, de morfologia retangular (Tipo 1a), escavada quase na sua totalidade, faltando apenas a extremidade este. A parte visível apresenta 1,88m de comprimento

e uma largura de 0,88m, não ultrapassando os 0,37m de altura. Encontra-se orientada O/E, e por não ser possível a sua datação mantém-se com cronologia por apurar.

I104 (SEP.IV – Apêndice 2b)

Estrutura não escavada, de cronologia indeterminada, tendo apenas sido detetada a sua extremidade poente (Tipo 1a?).

I105 (SEP.V – Apêndice 2b)

Sepultura em cova simples, de planta retangular (Tipo 2a), aberta no substrato rochoso, orientada O/E. Apenas é visível numa extensão de 1,38m, tendo 0,70m de largura e 0,56m de altura. Na bordadura sul, identificam-se fragmentos de telhas (UE0007), provavelmente associados ao sistema de fecho da sepultura, dada a disposição dos elementos situados à mesma cota, colocados no sentido de orientação da caixa. Não se exumaram quaisquer materiais no seu interior, pelo que a sua cronologia é indeterminada.

I106 (SEP.VI – Apêndice 2b)

Apesar de não ter sido totalmente escavada, verifica-se que esta sepultura se encontrava orientada OSO/ENE, possuindo as seguintes dimensões: 2,09 x 0,64 x 0,54m. Trata-se de uma cova simples, de forma retangular (Tipo 1a), aberta na alterite granítica, sem materiais associados.

I107 (SEP.VII – Apêndice 2b)

Sepultura em cova simples, aberta no substrato rochoso, de morfologia retangular (Tipo 1a), sem materiais associados e de cronologia indeterminada. Com uma orientação O/E, apresentava as seguintes dimensões: 2 x 0,58 x 0,27m.

2.3 Sepultura da Avenida Gomes Marechal da Costa (AGMC67)

2.3.1. Caracterização

Muito embora o largo João Penha tenha servido de referencial para o posicionamento aproximado de um conjunto de achados, na verdade eles foram identificados no decurso das obras de construção de um novo edifício no lado poente da antiga Avenida Marechal Gomes da Costa, atual Avenida da Liberdade. Um desses achados corresponde a uma sepultura, encontrada em

27-6-1967, a qual, dada a informação gráfica elaborada por Eduardo Pires de Oliveira e Manuel Torres Gomes (Oliveira e Torres, 1967/1968: 1-2; Apêndice 3), pode ser localizada num antigo logradouro situado onde hoje se encontra o edifício comercial GoldCenter. A sepultura encontrava-se já parcialmente destruída aquando da sua descoberta. Pouco tempo depois o Cónego Arlindo da Cunha noticiou o aparecimento de duas urnas e de um fragmento de unguentário, achados que não foi possível associar à sepultura (Cunha, 2-7-1967).

Existem ainda referências a lucernas e potinhos referenciados ao mesmo local (n°inv.1991.1537/1538/1552/1645/1646/1648/1649/1650/1652) descobertos de forma dispersa numa ampla área, na primeira metade do século passado, a cerca de 50m a norte do largo João Penha, correspondente a um espaço central do lado poente da avenida Marechal Gomes da Costa, onde hoje se localiza o prédio n°682-706, da Avenida da Liberdade (Sousa, 1966: 167-172). Pela datação das lucernas, percebemos que também este espaço foi usado como necrópole durante vários séculos, visto tratarem-se de lucernas de volutas, tipo Loeschcke V, de produção local, datadas dos séculos I/II, ao contrário das lucernas de canal aberto atípico, também de produção local, datadas do período baixo-imperial (Martins e Delgado, 1989/90: 95-96; Morais, 2004 vol. II: 325-356; Figura 10).

2.3.2. Análise da estrutura funerária

C091 (SEP.I – Apêndice 3c; Ficha n°047)

Estrutura em caixa de tijolo (Tipo 8a), associada ao ritual de cremação, orientada OSO/ENE. As paredes conservadas eram compostas por tijolos de tipo *longum semipedale* (com variantes 0,40 x 0,14 x 0,04m e 0,42 x 0,15 x 0,04m – UEs0002 e 0003). O leito era formado por tijolos do tipo *lydion* pelo menos na parte conservada (UE0004). Apresentava 1,85m de comprimento total, por 0,91m de largura, conservando uma altura que não deveria ultrapassar os 0,62m, embora sejam desconhecidos os seus dados altimétricos. O vão interior, a avaliar pelos vestígios conservados, teria cerca de 1,52m x 0,60m. Não se recuperaram os elementos de cobertura e, no interior da sepultura, foi identificado um enchimento de cinzas, carvão e osso queimado (UE0001), ao qual estavam associados uma asa, em bronze, de possível balsamário (n°inv.1991.0883), uma placa de ferro (n°inv.1991.3096) e um objeto de forma indeterminada, em cerâmica comum fina de forma indeterminada, mas eventualmente pertencente a uma taça (n°inv.1991.0745) (Delgado *et al.*, 2009: 78). A estrutura está datada do século II (Fase VI), admitindo-se que possa ser posterior.

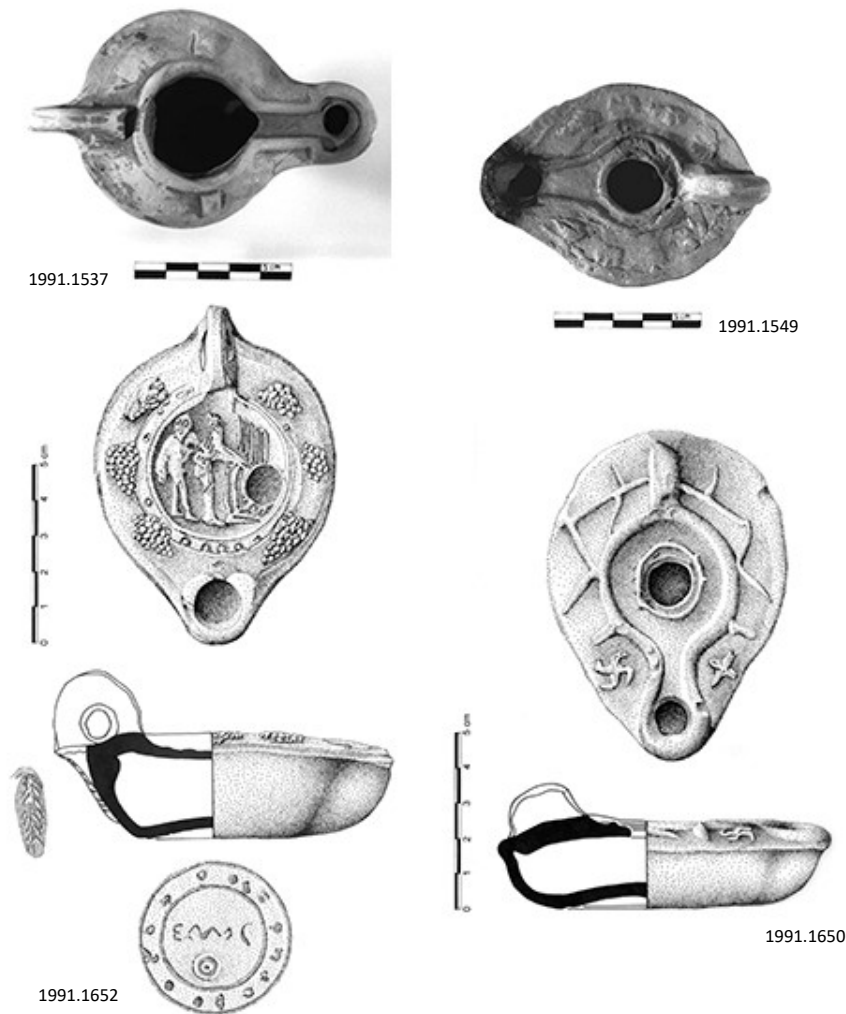


Figura 10 – Algumas das lucernas recolhidas nos prédios nº682 – 706, da Avenida da Liberdade (©MDDS).

2.4 Sepultura da Avenida Gomes Marechal da Costa (AL68AGMC)

2.4.1. Caracterização

A estrutura apareceu em contexto de obra, sem qualquer acompanhamento arqueológico e foi registada por Rigaud de Sousa a quem se atribuiu a autoria dos croquis e esboços existentes. Apesar de ser difícil o seu posicionamento, sabemos pelas palavras do mesmo autor que a sepultura se localizaria a cerca de 11m para este da estrutura identificada em 1967 (C091), provavelmente a uma cota mais baixa, mas naquele que seria o mesmo tabuleiro (Sousa, 1968: l.1). Ainda assim, as informações de que dispomos não são conclusivas de forma a possibilitar o seu correto posicionamento (Apêndice 3). As observações realizadas permitiram concluir que a extremidade norte da caixa de tijolo já havia sido destruída aquando da edificação de um prédio

localizado a norte (Sousa, 1968: II.2). No manuscrito ao qual tivemos acesso, percebe-se também que o enchimento do interior da sepultura seria composto por terras de matriz arenosa, sem qualquer vestígio de carvão ou espólio (Sousa, 1968: III.3).

2.4.2. Análise das estruturas funerárias

I142 (SEP.I – Apêndice 3b; Ficha nº004)

Caixa em tijolo orientada NNO/SSE. Apresenta apenas 0,64m de comprimento conservado, por 0,53m de largura. O leito era composto por tijolos do tipo *lydion* (UE0001), tal como as paredes, que exibiam materiais distintos. A parede oeste (UE0002) assentava sobre o leito, ao contrário do lado nascente (UE0003) que repousava sobre a superfície da vala. Encontrava-se implantada numa vala de secção linear, ou em U reto, bastante profunda, com 1,15m de altura, por 0,91m de largura. Deverá constituir-se como uma sepultura de Tipo 4a(?), muito embora se desconheça os elementos correspondentes ao sistema de fecho. Não foi recuperado qualquer espólio, pelo que a sua cronologia permanece incerta (Fase VI a X).

2.5 Núcleo do Convento dos Remédios/Largo Carlos Amarante (LCA82)

2.5.1. Caracterização

A descoberta destas sepulturas, em junho de 1981, ocorreu em resultado dos trabalhos de desaterro dos terrenos anteriormente ocupados pelo Convento dos Remédios, demolido em 1911, onde se pretendia a construção de um novo equipamento comercial denominado Shopping de Santa Cruz (Martins e Delgado, 1989/90: 98; Apêndice 4, Figura 11). Apesar de uma das estruturas funerárias se encontrar já destruída por ação mecânica (C131), foi possível escavar integral e cuidadosamente outra sepultura (C130), localizada a cerca de 1m para sul da primeira (Martins e Delgado, 1989/90: 98). As sepulturas identificadas neste local encontram-se a cerca de 35m a norte do núcleo dos CTT/LSF (ver Parte II, ponto 2.11).



Figura 11 – Perspetiva geral das sepulturas aquando da sua descoberta, em 1982 (©MDDS).

2.5.2. Análise das estruturas funerárias

C130 (SEP.II – Apêndice 4b; Ficha nº062)

Sepultura em caixa, em excelente estado de conservação, orientada OSO/ENE, composta por um leito formado por um nível de tijolos (variante do tipo *bipedales*: 0,74 x 0,60m) e paredes em tijolo (Tipo 8b). Ao nível das paredes a técnica de assentamento dos tijolos é distinta. Com efeito, na base, o tijolo encontra-se disposto na lateral do leito, nível sobre o qual foram colocadas três fiadas de tijolos (variantes do tipo *lydion* 0,46 x 0,32m), dispostos na horizontal. Sobre estes tijolos repousavam as lajes de cobertura (UE0019), formadas por três blocos graníticos de grandes dimensões de talhe e forma irregular. Externamente, a caixa apresenta as seguintes dimensões: 2,52 x 1,28m. Tendo em conta a cota do topo das coberturas, a sepultura teria 0,58m de altura máxima. O vão interior, com 1,78m de comprimento, 0,60m de largura, por 0,43m de altura, encontrava-se preenchido na totalidade por um enchimento composto por carvões, cinzas e ossos carbonizados (UEs0026 e 0027), acompanhado de um luxuoso conjunto de espólio votivo que se encontrava disposto junto às paredes, sendo composto por quatro copos (nºinv.1991.0600/0601/0602/0603), dois unguentários quadrangulares, em vidro, dois do tipo candelabro (nºinv.1991.0605/0606/0608/0609), uma moeda de Cláudio (nºinv.1991.1094), um unguentário, em cerâmica comum fina (nºinv.1991.0604; Martins e Delgado, 1989/90: 181, nº41), duas contas (nºinv.1991.0654/0655), cinco alfinetes de tocado revestidos em folha de ouro, um alfinete em osso e duas cabeças de alfinete em ouro

(n°inv.1991.0651/0652/0653/0656/0657/0658/ 0659/0662), um brinco (n°inv.1991.0660), dois anéis (n°inv.1991.0610/0661), três jarros (n°inv.1991.0611/0614/0615), um *acus* (n°inv.1991.1707) e um fragmento de uma taça de vidro (n°inv.1992.0982). Foi também individualizado um conjunto de diversos elementos metálicos, essencialmente pregos (n°inv.1991.0566 e n°inv.2015.0714/0715/0716/0717; Delgado, 1984: 181-184; Martins e Delgado, 1989/90: 102-103; Cruz, 2009, vol. III: 195; Lourenço, 2012: 139-430). Convém mencionar que todas as peças deste conjunto não apresentavam vestígios de marcas do fogo, nem deformações denunciadoras de exposição a altas temperaturas, apesar de alguns dos bordos dos jarros e o pé do unguentário se apresentarem mutilados. O mobiliário permite datar a sepultura da segunda metade do século II ou posterior, posicionando-a na Fase VII.

C131 (SEP.I - Apêndice 4b; Figura 12)

Caixa orientada SO/NE, bastante destruída, conservando-se apenas a sua extremidade nascente. Ainda assim foi possível perceber que se tratava de uma caixa de tijolo (Tipo 8a), em que as paredes (UEs0011 e 0012) foram construídas com recurso a tijolo do tipo *longum semipedale* (0,45 x 0,14m). O material laterício aplicado encontra-se disposto na horizontal, formando um total de sete fiadas que não assentavam no leito. A base da sepultura era constituída igualmente por tijolo do qual apenas restava um elemento (UE0013), não tendo nenhum elemento relativo ao fecho da estrutura funerária. O vão interior da sepultura parecia estar preenchido por um enchimento de cinzas e carvão (UE0010), o qual forneceu apenas elementos metálicos. A relação estratigráfica desta estrutura com a C130 (SEP.II) permite atribuí-la à Fase VII.



Figura 12 – Pormenor da sepultura C131, em corte e plano (©MDDS).

2.6 Núcleo do largo Carlos Amarante (LCA2012)

2.6.1. Caracterização

No decurso do programa da Câmara Municipal de Braga “Regenerar Braga”, em 2012, foram executados vários trabalhos de melhoria das infraestruturas de saneamento existentes no largo Carlos Amarante. Os trabalhos previam ainda a reabilitação do piso de circulação e a requalificação das estruturas de iluminação (Fontes *et al.*, 2015).

Dada a necessidade de se proceder à instalação de novas drenagens, foram realizadas escavações arqueológicas prévias, cujas sondagens foram implantadas em distintos locais do referido largo. Para além de diversas estruturas de cronologia moderna, foram detetadas duas estruturas funerárias relacionadas com o ritual de cremação, escavadas e registadas pela UAUM (Apêndice 4). O local onde se detetaram as sepulturas corresponde a uma plataforma situada a cerca de 15m de distância a norte do núcleo do CTT/LSF (ver Parte II, ponto 2.11).

2.6.2. Análise das estruturas funerárias

U056 (Apêndice 4d; Figura 13)

Cova simples, implantada no substrato rochoso, já bastante destruída, onde apenas se identificou parte da sua extremidade nascente (Tipo 10a). Estaria orientada NO/SE. A estrutura foi identificada em cerca de 1m de extensão, por 0,12m de profundidade, a avaliar pelo contorno da vala reconhecida em perfil. Do enchimento de cinzas e carvões (UE0001), que preenchia a totalidade da vala, apenas foi recuperado um fragmento de cerâmica comum romana. A estratigrafia subsequente não forneceu qualquer tipo de material que permitisse atribuir uma cronologia aproximada à estrutura (Fase III a X?).



Figura 13 - Vista de pormenor da estrutura U056 (©UAUM).

U095 (Apêndice 4c; Figura 14)

Cova simples, de perfil em U, pouco profunda, já cortada pela implantação de uma sapata de cronologia moderna, embora se encontre rasgada no saibro (Tipo 10a). Pela planimetria da mancha rubificada (UE0083), é possível perceber que estaria orientada NO/SE. Do aterro de carvões (UE0082) que recobria o fundo da vala foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos, dos quais destacamos um fragmento de fundo de lucerna de produção local romana e uma parede de cerâmica cinzenta tardia, igualmente de produção local, datada dos séculos V/VII, o que permite atribuir a estrutura à Fase X.



Figura 14 - Aspeto do corte estratigráfico da *ustrinum* n°095 (©UAUM).

2.7 Núcleo da Av. Liberdade (BRA94AL)

2.7.1. Caracterização

O núcleo aqui apresentado foi intervencionado pelo GACMB no decurso das obras de construção de uma passagem subterrânea na Avenida da Liberdade, em Braga, no ano de 1994 (Apêndice 5; Figura 15). De referir que a descoberta de estruturas funerárias ocorreu em paralelo com o espaço que designámos de Avenida Central (ver Parte II, ponto 3.1). Este núcleo de sepulturas encontra-se numa zona intermédia, localizada a 177m a sul do conjunto de sepulturas da Avenida Central, associada à passagem da Via XVIII e a cerca de 200m a norte da passagem da Via XVII.

A intervenção teve carácter de emergência, o que explica que quando a equipa de arqueologia pôde intervir algumas estruturas já se encontravam destruídas por ação das máquinas, tendo sido apenas sumariamente registadas. Porém, os trabalhos permitiram a

identificação e escavação de novas estruturas funerárias (*ustrinum*), todas associadas ao ritual de cremação, distanciadas cerca de 54m entre si, formalizando a existência de duas áreas distintas. O primeiro conjunto, situado a norte, era formado pela sobreposição das estruturas U107 e U111, a uma cota de 182,60m, enquanto o segundo, composto também por diversas áreas de cremação (Us106, 108 e 109), se concentrava sul, à cota de 181,60m, dispondo-se de forma paralela entre si (Apêndice 5c e 5d). O material exumado das estruturas em causa permitiu a definição de dois momentos de uso: um primeiro datado dos séculos I/II (Fase V e VI) e um outro momento posterior datado dos séculos II/III (Fase VI e VII).



Figura 15 – Vista geral do local onde foram identificadas as sepulturas da Av. da Liberdade (©MDDS).

2.7.2. Análise das estruturas funerárias

CEN004 (SEP.VIII – Apêndice 5b; Ficha nº003)

Apenas identificada em corte, esta estrutura corresponde a uma caixa com paredes de tégula e leito em tijolo, aparentemente reaproveitado (UEs0033 e 0034), mal conservada, com cerca de 0,37m de largura visível (Tipo 1a). No seu interior, foi depositado um pote votivo (nºinv.1994.0733), de grandes dimensões, que continha um conjunto de espólio composto por três púcaros, em cerâmica comum fina, típicos dos contextos funerários de *Bracara Augusta* (nºinv.1994.0972/0975/0976), três numismas (nºinv.1995.0527/0528/0529), uma bilha em cerâmica comum (nºinv.1994.0973), quatro tigelas em cerâmica comum grosseira (nºinv.1994.0965/0966/0967/0971), duas lucernas de produção local, uma tipo Dressel 20,

outra Loeschcke V (n°inv.1994.0969/0974; Morais, 2004, Vol. III: 307 e 357), e duas lucernas de canal ou *Firmalampen*, atípicas, datadas dos finais do século I / primeira metade do século II (n°inv.1994.0968/0970; Esteves, 2016: Est.049/050), o que nos permite atribuir esta estrutura à Fase VI.

U019 (SEP.VI – Apêndice 5c)

Orientada NNO/SSE, esse contexto corresponde a uma cova simples, pouco profunda, com 1,44m de comprimento por 0,69m de largura (Tipo 10a), na qual foi identificado um aterro de cinzas e carvões (UE0028). Por correlação estratigráfica atribuímos esta estrutura à Fase IV.

U106 (SEP.I – Apêndice 5d; Ficha n°206)

Cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, apenas visível em 0,95m de extensão, com uma largura de 1,02m. Apresentava um enchimento composto por cinzas, carvões e ossos cremados (UE0019), delimitado por pequenas manchas avermelhadas, conservadas de forma descontinuada. O conjunto de espólio votivo era formado por uma lucerna de volutas, forma Loeschcke IV, de produção centro-italica, datada da segunda metade do século I (n°inv.1994.0732; Morais, 2005, vol. III: 304; Nunes, 2016: Est.016), duas galhetas, praticamente completas, em vidro de cor esverdeada, datadas dos séculos II - III (n°inv.1994.0730/0731; Cruz, 2009, vol. II: 87), um púcaro em cerâmica comum fina (n°inv.1994.0896) e uma jarra em cerâmica comum fina com revestimento de aguada (n°inv.1994.0897; Morais *et al.*, 2009: 74). Foram igualmente recolhidos diversos elementos metálicos (n°inv.1995.0582/0583). As datações das peças vítreas encontram-se em consonância com a datação proposta para os objetos cerâmicos, pelo que atribuímos a implantação da estrutura à Fase VII.

U107 (SEP.VII – Apêndice 5c)

Cova simples, da qual apenas se registou a extremidade nascente de uma cova simples, pouco profunda, orientada NNO/SSE (Tipo 10a), que preserva uma extensão máxima de 1,64m, onde os carvões assentam sobre uma mancha rubificada (UEs0030 e 0038, respetivamente). Foi identificado um potinho de cerâmica cinzenta fina polida datado da segunda metade do século I – século II, pelo que atribuímos a implantação desta estrutura à Fase VI (n°inv.1994.0729; Delgado *et al.*, 2009: 22).

U108 (SEP.II – Apêndice 5d)

Cova simples, orientada OSO/ENE, paralela à estrutura U106 (Tipo 10a), em que é perceptível uma vala com 1,15m de largura máxima, na qual se encontravam depositados um depósito de carvões, cinzas e ossos carbonizados (UE0021). Atribuímos o contexto funerário à Fase VII por correlação estratigráfica com o U106.

U109 (SEP.III – Apêndice 5d)

Pela curvatura da extremidade poente, é possível perceber que se trata de uma cova simples, pouco profunda, orientada OSO/ENE, localizada a norte do U106, com 0,91m de largura (Tipo 10a), que circunscrevia o aterro resultante da cremação (UE0017). Atribuímos a estrutura à Fase VII, por relação com o U106.

2.8 Núcleo da Cangosta da Palha (BRA87CP)

2.8.1. Caracterização

No ano de 1980, numa intervenção limitada a três pequenas sondagens (D1 a D3), implantada no canto SO do logradouro limitado a este pela rua Dom João Cândido de Novais e Sousa (antiga Cangosta da Palha) e a sul pela rua do Raio, foi detetado um canto de uma estrutura de funcionalidade desconhecida. Decorrente desta intervenção não foram identificadas quaisquer sepulturas (Apêndice 6). Já em setembro de 1987, no mesmo espaço acima descrito, correspondente às traseiras do edifício dos Congregados da Universidade do Minho, iniciaram-se trabalhos de desaterro com o objetivo de construir um parque de estacionamento e um espaço gimnodesportivo (Martins *et al.*, 1989/90: 105). Quando os técnicos da UAUM e do MDDS visitaram o local perceberam, pela observação dos cortes, que uma parte significativa das sepulturas havia já sido destruída pela ação das máquinas, estimando o arrasamento de cerca de 300 sepulturas. Após a intervenção destas entidades junto da Universidade do Minho foi possível suspender os trabalhos de forma a se escavar cuidadosamente as restantes estruturas funerárias, verificando-se que as sepulturas melhor preservadas se concentravam na metade setentrional do terreno (Delgado *et al.*, 1987: 179 – 180; Apêndice 6, Figura 16).

A nossa análise foi efetuada a partir das estruturas funerárias devidamente escavadas e identificadas, embora estejamos conscientes que a identificação e estudo da totalidade de

sepulturas que foram destruídas, principalmente na extremidade sul do terreno, nos permitiria elaborar outra leitura.

De uma área de cerca de 2600m², apenas foi possível intervencionar 350m², permitindo a identificação de 62 sepulturas de inumação e apenas uma outra, associada ao ritual de cremação. Este núcleo corresponderá a um setor de necrópole da Via XVII, localizado na plataforma norte do eixo viário, onde se organizou um espaço de enterramento que terá sido utilizado entre os finais do século II e o século VII.

De destacar o facto de este ser o único núcleo em que é possível verificar que existe uma clara tendência de as sepulturas associadas a cronologias tardoantigas se apresentarem orientadas O/E e na variante OSO/ENE, facto documentado num total de 53 estruturas, situação distinta da que se verifica para as sepulturas datadas do século III a inícios do século IV em que apenas se assinalam três inumações orientadas N/S e uma OSO/ENE.



Figura 16 – Aspeto geral da área da Cangosta da Palha (©UAUM).

Apesar de se verificar uma grande variedade tipológica de sepulturas, com as suas variantes, é notório o recurso a caixas construídas com material laterício (tipos 3 a 5), onde se individualizaram estruturas que exibiam aparelhos mistos (tipo 6), embora sejam preponderantes os tipos mais simples, constituídos por covas abertas no solo, sem revestimento ou sistema de cobertura. O Tipo 1a é o mais frequente com 27,4%, seguido do Tipo 1c com 22,6% e do Tipo 2a com 6,5%.

As dimensões das caixas sepulcrais ou das covas são também bastante distintas, variação essa que estaria dependente da estatura dos defuntos. Ainda que possam ser limitadas as observações através das dimensões das sepulturas, julgamos que as que apresentam vãos interiores entre 0,88 e 1,12m de comprimento se encontrariam associadas a enterramentos infantis. No que respeita à sua localização verifica-se que não terá existido uma seleção específica de um local vocacionado exclusivamente para a implantação de sepulturas infantis. Assim, as quatro estruturas com dimensões reduzidas (I029, 038, 070 e 076) surgem dispersas e afastadas entre si.

Todas as restantes valas apresentam dimensões variáveis, com vãos interiores que chegam a atingir os 2,30m, registando-se um mínimo de 1,20m de comprimento, pelo que podem corresponder a enterramentos de adultos jovens ou simplesmente de adultos. Todavia, não é possível tecer qualquer tipo de consideração de âmbito antropológico dada a inexistência de evidência de vestígios ósseos.

Pela análise dos cadernos de campo e sucessivo tratamento digital da informação, foi possível elaborar uma aproximação às dimensões das áreas de enterramento. Optámos por iniciar a tarefa usando as sepulturas atribuídas à Fase X, período ao qual se encontram associadas mais estruturas funerárias, num total de 43 (Figura 17; Apêndice 9). De seguida, apurámos as áreas úteis brutas de cada uma das sepulturas, selecionando a medida da estrutura que apresentava a maior área útil de terreno (I077), com 3,30m²; aliando este parâmetro com a orientação dessa mesma sepultura. Assim, obtivemos um lote de 3 x 1,6m (4,8m²) que corresponderá a uma medida romana de 10 pés de comprimento, por cerca de 5,5 pés de largura. Após a replicação desse polígono retangular, correspondente ao espaço de enterramento, foi possível verificar uma certa coerência entre a localização das restantes sepulturas e a malha que definiria as áreas dos lotes.

Todavia, verificámos que o módulo não poderia ser aplicado de forma constante e regular. A modelação altera-se de oito em oito metros, no sentido N/S, registando ainda uma variação no sentido E/O de cerca de 1,50m.

Apesar de não se verificar uma oscilação topográfica que justificasse esta alteração do módulo e posicionamento dos lotes, verificámos que essa variação permite o encaixe uniforme das sepulturas em cada lote, para o mesmo período de utilização, ainda que se observe um ou outro desajuste em relação à área disponível para a implantação de seis estruturas funerárias cuja localização não encaixa na malha dos lotes.

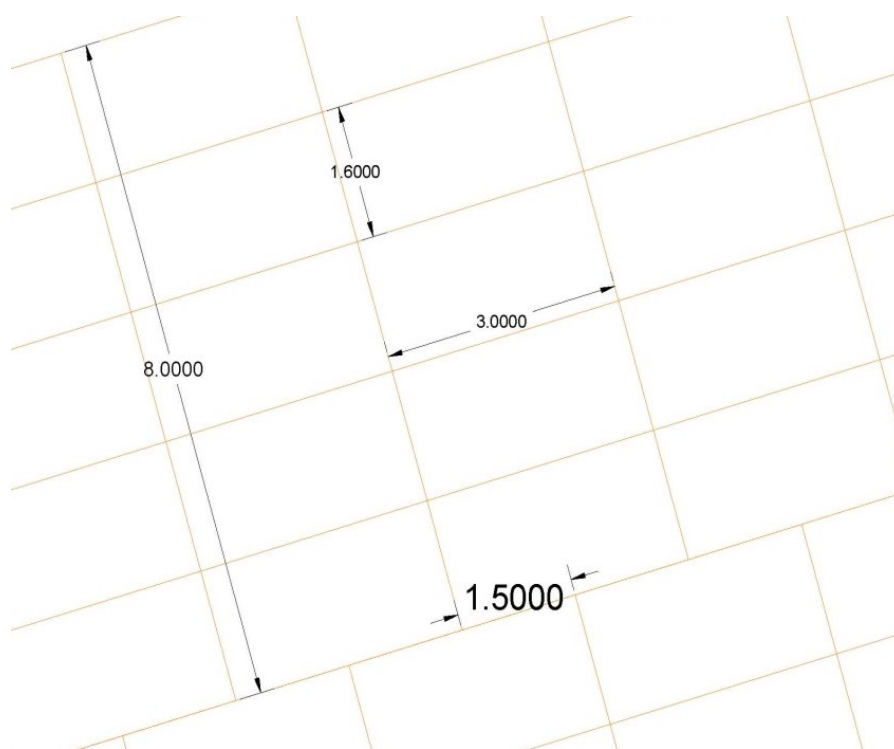


Figura 17 – Organização dos lotes funerários do sector da Cangosta da Palha – Fase X.

A delimitação dos lotes para a Fase IX foi realizada de acordo com a mesma metodologia (Figura 18; Apêndice 8). A sepultura que serviu de ponto de partida para a determinação da maior área ocupada foi a I062, com 3,35m². Dado que as dimensões das áreas brutas são praticamente idênticas de uma fase para outra, mantivemos a medida correspondente à parcela de enterramento. Conseguimos verificar a existência de uma ligeira alteração referente ao posicionamento dos lotes. Com efeito, através da malha retangular é possível constatar uma variação de cerca de 0,80m no sentido E/O, entre a retícula recuperada para a Fase IX e a que obtemos para a Fase X.

Para a Fase IX, apenas contamos com um total de 15 sepulturas, quase todas localizadas no topo do tabuleiro norte, parecendo que praticamente todas as sepulturas encaixam nas parcelas de enterramento propostas. A sepultura I030, localizada na parte central da área intervencionada, a cerca de 18m de distância das sepulturas implantadas no tabuleiro norte, parece também encaixar na malha dos lotes proposta para os séculos IV/V, não se verificando, portanto, alterações no padrão de posicionamento do módulo dos lotes.



Figura 18 – Representação dos módulos dos lotes funerários relativos à Fase IX, assinalados a verde.

No que concerne às condições topográficas, a avaliar pela variação altimétrica das distintas sepulturas, é possível perceber a existência de dois tabuleiros distintos (norte e sul), com variações de cota entre os 185 e os 187,37m. Este facto permite-nos supor que, ao contrário do que se passava no núcleo do TAVL e dos CTT/LSF (ver Parte II, pontos 2.9 – 2.11), esta área deveria organizar-se em plataformas (Braga e Martins, 2015: 22).

A distribuição das sepulturas em diferentes níveis é o testemunho da adaptação do espaço funerário ao desnível natural do terreno, que seria bastante mais expressivo na primeira linha de sepulturas implantadas, num espaço que corresponde sensivelmente aos primeiros 18m a partir do local onde se estima a passagem da via (Figura 19), dada a diferença de 2,15m entre a mesma e o primeiro terraço conservado (Braga e Martins, 2015: 22). Decorrente do desaterro mecânico realizado na área correspondente à extremidade sul do terreno (área que deveria ser contígua à via), não se efetuou o devido acompanhamento arqueológico, pelo que não nos é possível conhecer qual a estratégia adotada de forma a contornar o desnível topográfico existente entre o eixo viário (cota aproximada de 183,35m) e o espaço de enterramento. Ainda assim, a visualização da totalidade do terreno disponível para a implantação das sepulturas a partir da via romana não seria desimpedida e livre de constrangimentos, características que reconhecemos já para outros núcleos da mesma necrópole.

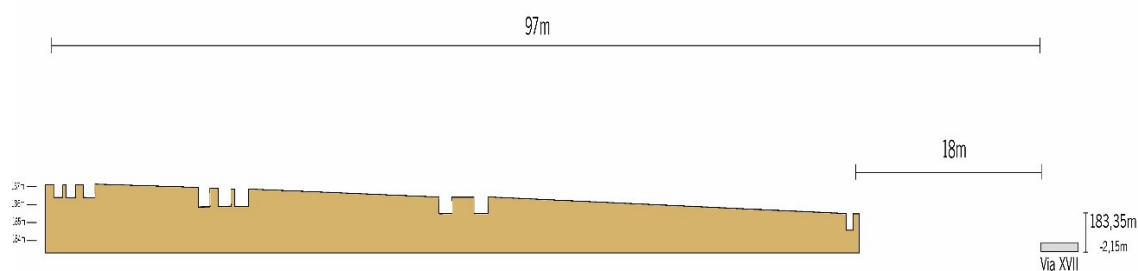


Figura 19 – Corte topográfico do sector da Cangosta da Palha, entre os séculos V- VII.

A transposição do desnível poderia ser suplantada pela existência de um caminho secundário, cujo acesso poderia ser feito através do eixo viário principal, que deveria ser rampeado, permitindo a entrada para o interior do espaço de necrópole. É provável que o caminho designado como Cangosta da Palha, que surge representado no mapa de Goullard, de 1883/1884, como Travessa dos Congregados, possa ter origem num *diverticulum* romano, eixo secundário que permitiria interligar os espaços de necrópole entre a Via XVII e aqueles que se encontravam a norte, mais próximos da Via XVIII.

No que concerne à distribuição das sepulturas verifica-se um duplo afastamento das estruturas de cronologia tardoantiga. Se por um lado estas se encontram mais concentradas em espaços mais afastados da saída nascente da cidade, por outro, também se procura implantar as sepulturas em espaços mais periféricos em relação à via, onde as estruturas mais afastadas se encontram a cerca de 92m para norte da passagem da Via XVII. Este relativo afastamento dos enterramentos em relação à via romana permite-nos levantar a hipótese de que a área ocupada pela necrópole seria bastante ampla, o que dificulta o conhecimento da sua real extensão e impede a perceção dos seus limites físicos. Por esta razão, e sabendo que se identificaram em corte sepulturas que não foram escavadas, localizadas na extremidade norte do terreno analisado, supomos que o limite setentrional daquilo que seria a área de influência da necrópole da Via XVII, a dada altura, mesclar-se-ia com as sepulturas associadas ao sector de necrópole relacionado com a Via XVIII, como é o caso das estruturas analisadas na Parte II, ponto 3.1.

No tabuleiro norte do terreno, numa área de 175m², é possível constatar a concentração de sepulturas num reduzido espaço, todas elas atribuídas à Fase X (Apêndice 9). Neste local, as estruturas sobrepõem-se de forma parcial, mantendo uma manifesta contiguidade. Ainda assim, a implantação da estrutura mais recente não comprometeu as sepulturas precedentes. Por este

motivo, julgamos estar na presença de uma tentativa de manutenção de um espaço sepulcral, onde os indivíduos sepultados poderiam, eventualmente, estar relacionados por laços de parentesco. Esta contiguidade ou sobreposição entre estruturas funerárias acontece mesmo em fases distintas, sugerindo, em algumas situações pontuais, que havia a necessidade de duas sepulturas ocuparem exatamente o mesmo lote de terreno, o que provocou um certo desfasamento relativo à ocupação do lote. Em determinado momento, é compreensível que fosse árdua a tarefa de respeitar a medida dos lotes, quando aí se inserem duas sepulturas. Outro motivo que reforça a nossa suspeita, é o facto de considerarmos estranha a necessidade de proximidade entre as sepulturas de inumação, que necessitavam de áreas relativamente desafogadas para a sua fundação, quando nas imediações existiriam lotes de terreno disponíveis, livres e sem impedimentos construtivos.

A manutenção de parcelas de enterramento provavelmente só seria possível através da existência de elementos de sinalização das sepulturas. Todavia, não foram detetadas, neste sector, quaisquer epígrafes funerárias, colocadas *in situ* ou em contexto de reutilização, remobilização ou reaproveitamento.

A análise dos cadernos de campo permitiu verificar a existência de pequenas valas, de morfologia muito semelhante entre si, formalizando covas pouco profundas, de forma sub-retangular, com cantos arredondados, localizadas junto das sepulturas (Figura 20). Dada a sua proximidade com determinadas sepulturas, estas estruturas em negativo podem perfeitamente constituir-se como vestígios de valas de implantação de determinados elementos de referência das sepulturas, possivelmente em material perecível.

Uma dessas valas parece ter sido realizada “à medida” para a colocação de um elemento laterício, de secção em U reto, semelhante aos tijolos usados em canalizações (ES005 – Figura 20). Julgamos que o vão do interior desse tijolo terá servido de base de encaixe para uma outra peça (em material pétreo, laterício ou orgânico) que identificasse o lote ou o indivíduo aí sepultado, servindo de elemento de referência do *loculus*. O tijolo em causa encontra-se numa área central entre várias estruturas de inumação, datadas da Fase X, numa área onde não se encontraram vestígios de outras sepulturas, nem posteriores, nem anteriores (Figura 21a).

Ainda no que concerne aos elementos de sinalização, existe uma outra sepultura que apresentava na superfície uma estrutura tosca, da qual apenas se conservou um nível de elementos pétreos, à mistura com fragmentos de material de construção (Figura 21b). O alinhamento dos blocos a sul sugere que esta estrutura possa ter funcionado como base para a

colocação de um elemento pétreo com alguma envergadura, entretanto desaparecido. Por outro lado, esta “sapata” serviria uma segunda função, que passava por dificultar o saque ou acesso à sepultura que se encontrava sob ela.



Figura 20 – A verde, localização das fossas sub-retangulares, possivelmente associadas a elementos de sinalização.

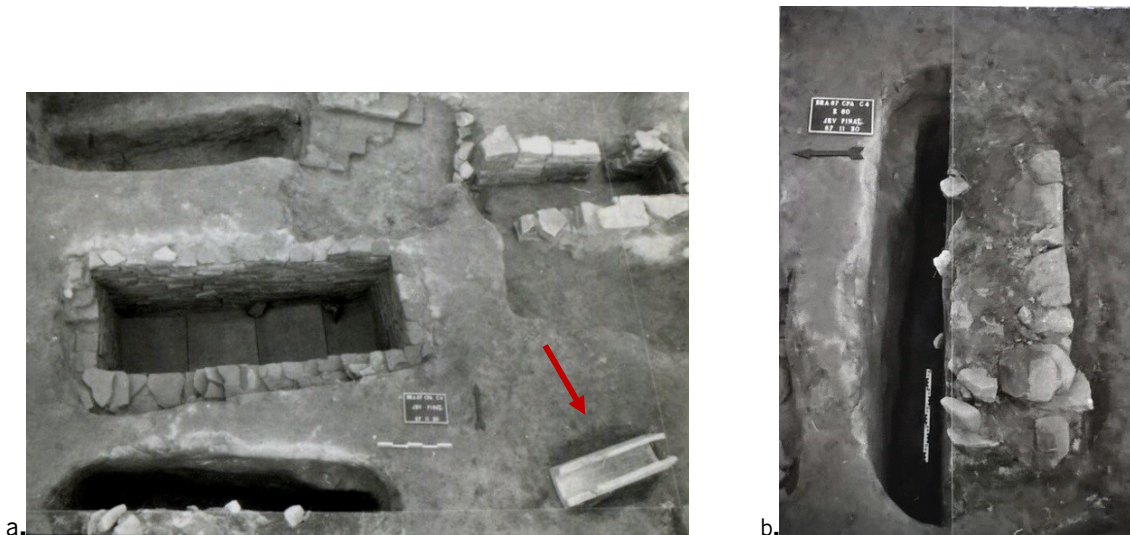


Figura 21 – a. Elemento laterício, possível base de elemento sinalizador. b. Vestígios do sistema de cobertura e de localização da sepultura (©MDDS).

A partir do tipo de elementos metálicos recuperados, quantidade ou sua representatividade, posicionamento e sua variação altimétrica, foi possível perceber a existência de dois tipos distintos de estruturas de transporte e deposição dos defuntos no interior dos vãos das sepulturas.

Neste sector de necrópole verifica-se o recurso a caixões de madeira, sendo ainda perceptível a decomposição da matéria orgânica, com os pregos e ferragens a apresentarem variações de cota entre os 0,20 e os 0,51m. Por outro lado, a recuperação de pregos em menor quantidade, com variações de cota pouco expressivas, entre os 0,02 e os 0,10m, sugere igualmente a utilização de padiolas. Na maior parte dos casos, o defunto terá sido colocado sobre o lastro da cova, aparentemente sem elementos de adorno ou de vestuário, face à sua nula recuperação. Pela total falta de evidências osteológicas, também não nos é possível perceber se os defuntos seriam amortalhados ou se foram sujeitos a qualquer tipo de tratamento. Na sepultura I042, verificámos a existência de uma padiola que provavelmente seria dotada de suportes na base, semelhantes a pés, que se encontrariam posicionados nos cantos e no centro da superfície em madeira. Os recortes foram identificados na alterite granítica, o que sugere a existência de socos colocados na base da padiola.

2.8.2. Análise das estruturas funerárias

C132 (E69 – Apêndice 7b; Figura 22)

Trata-se de uma cova apenas identificada em corte, de secção em U aberto (Tipo 1b), com uma extensão máxima de 1,14m. O enchimento era composto por dois níveis: um primeiro, composto por carvões e cinzas depositados no fundo da cova, sobreposto por um enchimento constituído por misturas de terras com elevada concentração de carvões. Do nível da base foram retiradas duas peças, um copo em cerâmica cinzenta fina polida (n°inv.1991.0808), datado da segunda metade do século I (Morais *et al*, 2009: 22) e um pote em cerâmica comum grosseira (n°inv.1991.0806), cuja forma nos remete para o universo das urnas funerárias encontradas em setores de necrópole vizinhos. Pelo espólio associamos a sepultura a um período de utilização em torno do século II (Fase VI).



Figura 22 – Pormenor da sepultura C132 em corte (©MDDS).

ES005 (Ficha n°123 – Apêndice 9c; Ficha n°123)

Elemento de canalização, tijolo em U reto, com 0,81m de comprimento por 0,25 de largura, orientado OSO/ENE (Tipo 2a). Encontra-se implantado numa cova simples, pouco profunda, onde apenas metade do tijolo se encontrava enterrado. Parece constituir-se como uma base de suporte de um elemento locativo para sinalização de uma sepultura ou de um conjunto de estruturas de enterramento que se encontram em seu redor, pelo que a atribuímos ao período de utilização datado dos séculos V/VII.

I029 (E1 – Apêndice 9c; Ficha n°138)

Sepultura orientada O/E, de secção triangular, construída com recurso a tégulas aplicadas no leito, com rebordos voltados para o vão interior (UE0089). Os limites laterais e das extremidades da sepultura eram compostos por tijolos do tipo *lydion* e *longum bessale* (UEs0085, 0086, 0087,

0088 e 0287). Foram também identificados ímbrices que fecham o topo da estrutura (UE0084), cuja fiada assenta sobre as arestas dos elementos laterícios das paredes (Tipo 3a), apresentando as seguintes medidas máximas: 1,15 x 0,47 x 0,32m. Apesar de encaixada numa vala pouco profunda, supomos que o limite superior estivesse acima da cota de circulação da necrópole. Não apresenta espólio associado, contudo, ainda que limitados pelas características tipológicas, atribuímos a estrutura à Fase X(?).

I030 (E3 – Apêndice 8c; Figura 23)

Sepultura de secção retangular, correspondente a uma caixa formalizada com tégulas, usadas como revestimento lateral e como cobertura da estrutura (Tipo 4b – UEs0332, 0333, 0334 e 0339). Encontrava-se orientada OSO/ENE e estava conservada apenas em 0,46m de comprimento, uma vez que foi destruída pelas máquinas. Na parte visível é possível constatar um vão interior de 0,69m de largura, com uma altura máxima de 0,61m. No interior, para além do enchimento resultante da infiltração (UEs0337 e 0338), foi recuperado o posicionamento de nove pregos (n°inv.1991.6935), cuja variação faz supor a existência de uma padiola. Com as devidas reservas, atribuímos esta sepultura à Fase IX(?), por comparação tipológica com estruturas detetadas em outros sectores da mesma necrópole.



Figura 23 – Aspeto da estrutura I030 (©MDDS).

I031 (E4 – Apêndice 9d; Figura 24)

Cova simples com 2,22 x 0,60m, bastante profunda, com 1,08m (Tipo 1a). Apresentava uma orientação NE/SO. Na parte conservada, em que foi possível a sua escavação, recuperou-se um total de 11 pregos (n°inv.1991.6936/6937), provavelmente pertencentes a uma padiola (UE0438). Associados aos enchimentos das sepulturas (UEs0341 e 0342) foram identificados

fragmentos de cerâmica de produção local de cinzentas tardias (séculos V/VII) e um exemplar de uma ânfora africana (séculos IV/V), o que nos permite propor uma cronologia tardia para a estrutura funerária (Fase X).



Figura 24 – Pormenor gráfico da sepultura I031 (©MDDS).

I032 (E5 – Apêndice 9c; Figura 25)

Cova simples, de morfologia sub-retangular, com 2,22 x 0,91 x 0,71m (Tipo 1a), orientada OSO/ENE. No vão interior da vala foram posicionados diversos elementos metálicos (nº inv.1991.6893), concentrados em quatro extremidades, registando-se variações de cota de 0,28m, associados provavelmente a um caixão de madeira (UE0416). Pela correlação estratigráfica, atribuímos esta estrutura à Fase X.



Figura 25 - Localização em planta da I032 acompanhado da fotografia de campo (©MDDS).

I033 (E6 – Apêndice 8b; Figura 26)

Estrutura simples com 2,26 x 1,38 x 1,07m (Tipo 1a), orientada OSO/ENE, formada por uma cova simples, de morfologia sub-retangular, apresentando um arredondamento expressivo nos cantos. No enchimento, que preenchia a totalidade da vala (UE0099), não foram detetados achados metálicos, o que sugere a deposição do defunto sobre o leito da mesma. Pela sua relação com as demais estruturas funerárias, atribuímos esta estrutura à Fase IX.



Figura 26 – Aspeto de campo da sepultura I033 (©MDDS).

I034 (E7 – Apêndice 8b; Ficha n°139)

Cova simples, orientada OSO/ENE, reconhecida numa extensão máxima de 1,95m, com 0,87m de largura e 0,55m de altura. A cobertura (UE0103), bem conservada, era constituída por quatro tégulas dispostas na horizontal, já fragmentadas, cujas extremidades se sobrepunham parcialmente, assentando os elementos laterícios no ressalto lateral da vala (Tipo 2a). A correlação estratigráfica permite datar a sepultura da Fase IX.

I035 (E8 – Apêndice 9c; Ficha n°140)

Estrutura arrasada, orientada OSO/ENE. Ainda assim, foi possível atestar a existência de uma vala com 2,20 x 1m. Relativamente às paredes, apenas se conservavam as últimas fiadas na sua extremidade nascente, sendo compostas por tijolo em claro reaproveitamento (UEs0109, 0110 e 0111). O leito (UE0130) era constituído por um bloco granítico com 0,83 x 0,41m, possivelmente um elemento de ombreira de uma janela (Tipo 5g). A partir dos dados estratigráficos, julgamos ser possível atribuir a sepultura à Fase X.

I036 (E9 – Apêndice 8b; Figura 27)

Trata-se de uma cova simples, sem revestimento, de morfologia retangular (Tipo 1a), com 1,68 x 0,76 x 0,74m, orientada OSO/ENE. Foi possível reconhecer uma mancha relativa à decomposição do elemento de transporte em madeira (UE0415), tendo sido igualmente recuperado o posicionamento de um conjunto de elementos metálicos, concentrados nas extremidades poente e nascente da vala. No enchimento do interior (UE0134), para além de diversos fragmentos de cerâmica de produção romana (comum finas, comuns e aguadas), foi identificado um fragmento de um fundo de cerâmica de engobe vermelho tardio, datado dos séculos IV/V (Fase IX).

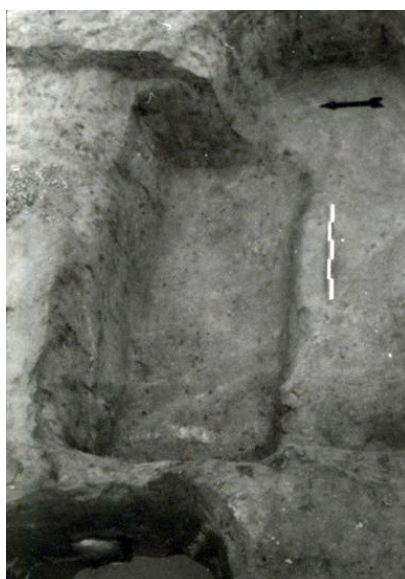


Figura 27 – Localização da sepultura I036 na planta com aspeto da estrutura em campo (©MDDS).

I037 (E10 – Apêndice 9c)

Cova simples, orientada OSO/ENE, apenas reconhecida na sua metade nascente, conservando uma largura de 1,17m (Tipo 1a). Pela inexistência de elementos metálicos, supomos que o defunto foi depositado sobre o lastro. Propomos a atribuição da estrutura à Fase X (?).

I038 (E11 – Apêndice 9c; Figura 28)

Vala de reduzidas dimensões, com 1,20 x 0,5 x 0,30m, de morfologia retangular (Tipo 1a), orientada OSO/ENE. No vão interior foram encontrados 16 pregos (n°inv.1991.6896), com variações de apenas 0,10m, provavelmente associados a uma padiola (UE0414). Sem elementos que permitam datar com segurança a estrutura, por relação com as demais, propomos a associação da mesma à Fase X.



Figura 28 – Posicionamento e pormenor da estrutura I038 durante escavação (©MDDS).

I039 (E12 – Apêndice 8b; Ficha nº141)

Orientada OSO/ENE, trata-se de uma estrutura cuja cova, de grandes dimensões (2,48 x 1,16 x 1,12m), apresenta um rebordo lateral que define um encaixe para o assentamento da cobertura, composta por telhas com os rebordos voltados para baixo, já fragmentadas e em claro abatimento, mais pronunciado na parte central (UE0123). Nas extremidades nascente e poente, foram colocadas duas telhas, dispostas na vertical (UEs0125 e 0126), que serviram também de suporte para a cobertura (Tipo 4e). Sob o sistema de fecho foi individualizado um enchimento de matriz limo-arenosa (UE0129), associado a fenómenos de infiltração, no qual foram reconhecidos vestígios de matéria orgânica em decomposição, articulados com elementos metálicos (nº inv.1991.6897), que formalizariam uma padiola (UE0417). Propomos a atribuição da sepultura à Fase IX.

I040 (E13 – Apêndice 9c; Figura 29)

Estrutura orientada OSO/ENE, em mau estado de conservação, praticamente reduzida ao canto SE. É possível verificar que se trata de uma sepultura cujas paredes seriam compostas por um aparelho misto que integrava tijolos e pedra granítica (Tipo 6d). O limite nascente era formado por um bloco granítico, de forma retangular, disposto na vertical (UE0211), que encostava à parede sul, constituída por fragmentos de material laterício reaproveitado (UE0212). Dos restantes elementos não foi registado qualquer vestígio. A vala com 2,21m de comprimento conservava uma altura que não excedia os 0,50m. Pela correlação estratigráfica, julgamos ser possível atribuí-la à Fase X.



Figura 29 – Posicionamento e aspeto da estrutura I040 (©MDDS).

I041 (E38 – Apêndice 9c; Ficha n°142)

Estrutura em caixa de tijolo, relativamente bem conservada, orientada OSO/ENE, com as seguintes dimensões máximas: 2,23 x 1,20 x 0,85m (Tipo 6e). Em todas as paredes (UEs0216, 0217, 0218 e 0219) os aparelhos exibem fiadas pouco regulares, com os tijolos dispostos na horizontal, em que é evidente o reaproveitamento de peças fragmentadas, intercaladas com tijolos do tipo *lydion* e suas variantes, formando, alternadamente, as primeiras quatro ou cinco fiadas. Estes elementos sobrepunham as fiadas da base, constituídas por blocos graníticos, de forma sub-retangular e subquadrangular, de talhe pouco cuidado. As paredes assentavam na alterite granítica, não se evidenciando resquícios do leito. No lado nascente, restam dois elementos laterícios, um dos quais da variante *sesquipedale* (0,47 x 0,48m), que talvez possam constituir-se como o vestígio da cobertura. No interior do vão da sepultura foram encontrados elementos metálicos (n°inv.1991.6910), mais concentrados no lado nascente (17) que no lado poente (4), talvez pertencentes a uma padiola. Propomos a associação da sepultura à Fase IX (?).

I042 (E15 – Apêndice 9c; Ficha n°143)

Trata-se de uma caixa, orientada OSO/ENE, que encosta à sepultura identificada como I029, conservada em 2,44 x 1,17 x 0,73m. A base de assentamento das paredes corresponde a uma preparação de argamassa de saibro, de cor amarelada (UE0213), que suportou a colocação dos tijolos dispostos na horizontal. A avaliar pelas últimas fiadas conservadas, as paredes deveriam organizar-se em fiadas regulares. Contudo, detetamos a aplicação de tijolos do tipo *longum semipedale* na parede norte (UE0197), ao contrário da parede sul (UE0204) que era composta por tijolos do tipo *lydion* e que servia de divisória entre esta sepultura e a estrutura contígua (Tipo

8b). A avaliar pelos elementos abatidos no interior do vão (UE0195) o sistema de fecho desta sepultura era constituído por blocos graníticos, de forma retangular (1,12 x 0,42 x 0,12m), bem talhados, um dos quais claramente em reaproveitamento, apresenta a inscrição *QVAR* (UE0207). O vão destinado à colocação do defunto media 1,94 x 0,60m. Ai foram posicionados diversos elementos metálicos (n.º inv.1991.6904). Não apresentava leito, pelo que a padiola terá sido colocada diretamente sobre a alterite granítica, sobre a qual foram escavadas pequenas fossas circulares, localizadas nos quatro cantos do vão individualizando-se uma quinta depressão, localizada sensivelmente a meio do leito. Estas depressões sugerem que a padiola teria pés de suporte. Na verdade, esta solução permitiria também criar uma folga entre o fundo da estrutura e o contentor de transporte, de forma a possibilitar a recolha dos elementos que viabilizam a descida do defunto. Esta evidência poderá denunciar a utilização de um *lectus funebris* para a deposição do defunto. Pela sua correlação estratigráfica com os demais enchimentos de nivelamento, julgamos ser possível a atribuição desta sepultura à Fase X.

I043 (E16 – Apêndice 8b; Figura 30)

Cova simples, de morfologia retangular, orientada OSO/ENE, com 2,44 x 0,9 x 0,47m. Encontrava-se em mau estado de conservação, embora ainda fosse perceptível a existência de um tijolo, do tipo *lydion*, ao nível do leito (Tipo 2c). Não foi recolhido qualquer tipo de espólio cerâmico ou metálico, propondo-se a associação à Fase IX.



Figura 30 – Vista geral da estrutura I043 após a escavação (©MDDS).

I044 (E17 – Apêndice 9c; Ficha nº144)

Cova simples, de grandes dimensões, com 2,31 x 1,53 x 1,41m, com perfil em degrau, orientada OSO/ENE. Apresentava um sistema de fecho formalizado por duas fiadas de tégulas justapostas (UE0191), colocadas na horizontal, apoiadas no rebordo lateral da cova (Tipo 2a). Na zona central, as tégulas da cobertura deveriam assentar sobre o caixão de madeira, também ele sugerido pela recuperação de 46 pregos (nºinv.1991.6908), localizados em torno dos limites da vala. Pela sua correlação estratigráfica atribuímos a sua implantação num momento entre os séculos V/VII (Fase X).

I045 (E18 – Apêndice 9c; Figura 31)

Cova simples, orientada OSO/ENE, sem revestimento (Tipo1a), com 2,06 x 1 x 0,39m. Sepultura associada à Fase X.

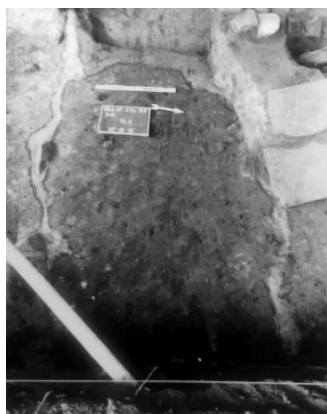


Figura 31 – Localização e aspeto da I045 aquando a sua escavação (©MDDS).

I046 (E19 – Apêndice 8c; Figura 32)

Cova simples, orientada O/E, sem revestimento, com 2,05 x 0,90 x 0,54m (Tipo 1a). Os achados metálicos (nºinv.1991.6887) apenas se encontravam preservados na extremidade nascente da vala, onde o seu posicionamento e variação altimétrica sugere a colocação de um caixão com cerca de 0,50m. Associámos esta estrutura funerária à Fase IX.



Figura 32 – Aspecto da sepultura em fase de escavação (©MDDS).

I047 (E20 – Apêndice 8b; Ficha n°145)

Estrutura em caixa de tijolo à mistura com blocos graníticos, notoriamente reaproveitados e dispostos em fiadas pouco regulares, agregados por argamassa de cor bege (UEs0030, 0031 e 0032), embora a parede oeste já se encontrasse em falta (Tipo 6d). Orientada OSO/ENE, apresentava um vão interior estimado em cerca de 1,77m, com uma largura de 0,44m, conservando uma altura de 0,60m. A cobertura, a avaliar pelo elemento encontrado *in situ* com 0,75 x 0,55 x 0,10m (UE0033), seria composta por blocos graníticos de forma sub-retangular. Não apresentava leito, pelo que as paredes assentavam diretamente na alterite granítica. Também não foram detetados elementos metálicos, pelo que supomos que o defunto terá sido colocado sobre o fundo da sepultura. A estrutura funerária pode ser enquadrada na Fase IX.

I048 (E21 – Apêndice 8b; Figura 33)

Cova simples, de grandes dimensões, com 2,48 x 0,98 x 0,41m, orientada OSO/ENE, sem quaisquer elementos de espólio associado (Tipo 1a). Ainda que seja difícil a sua datação, propomos a atribuição da estrutura funerária à Fase IX.



Figura 33 – Posicionamento e aspeto geral da I048 (©MDDS).

I049 (E22 – Apêndice 9c; Figura 34)

Cova simples, orientada OSO/ENE, com 1,34 x 0,51 x 0,24m.

A solução de cobertura passou pela colocação de três tégulas (UE0200), dispostas na horizontal, apoiadas num ligeiro rebordo registado nas laterais da vala (Tipo 2a). No vão interior, mais curto que a área de implantação da vala (1,20 x 0,40m), foram individualizados elementos metálicos que sugerem a colocação de uma padiola.

Propomos a associação desta estrutura à Fase X(?).



Figura 34 – Levantamento fotográfico da sepultura I049 (©MDDS).

I050 (E23 – Apêndice 9b)

Cova simples, orientada OSO/ENE, apenas visível na sua metade poente, por impossibilidade de se prosseguir com a escavação (Tipo 1a). Conservava 1,37m de comprimento, 1,25m de largura e 0,23m de altura. Pode ser atribuída à Fase X, por correlação estratigráfica com os restantes aterros.

I052 (E27 – Apêndice 9b)

Cova simples, orientada OSO/ENE, da qual apenas foi escavada a sua metade poente: 1,13 (vis.) x 0,87 x 0,27m (Tipo 1a). Encontra-se associada à Fase X, por correlação com os materiais identificados nos restantes enchimentos de nivelamento.

I053 (E28 – Apêndice 9b)

Vala de morfologia oval, orientada OSO/ENE, escavada parcialmente, na sua metade poente. Apresenta as medidas conservadas de 1,08 de comprimento, por 0,98m de largura (Tipo 1b). Por associação com as demais estruturas pode ser integrada na Fase X.

I054 (E29 – Apêndice 9c; Figura 35)

Estrutura em caixa de tijolo já destruída na parte sul. Encontrava-se orientada OSO/ENE e parece ter formalizado uma construção dupla, implantada junto da I042 (Tipo 8b). Ao contrário da estrutura anexa, as paredes assentaram no substrato rochoso. Os tijolos formalizam um aparelho regular com os elementos dispostos em fiadas horizontais (UEs0196, 0202 e 0203). As evidências arqueológicas permitem verificar que se trataria de uma sepultura com um vão interior com 1,90 x 0,66 x 0,58m, na qual não foi possível perceber, com segurança, qual a solução de cobertura. No vão interior, foi detetado um nível de matéria orgânica em decomposição associado a diversos pregos e ferragens (nº inv.1991.6907), que parecem sugerir a existência de um caixão de madeira (UE0194). Pela correlação estratigráfica julgamos ser possível associar esta estrutura à Fase X.



Figura 35 — Perspetiva geral da sepultura I054 (©MDDS).

I055 (E68 – Apêndice 8b; Figura 36)

Cova simples, orientada OSO/ENE, com 2,47 x 0,83(vis.) x 0,76m (Tipo 1a). Encontra-se associada à Fase IX.



Figura 36 – Aspeto geral da sepultura I055 (©MDDS).

I056 (E31 – Apêndice 9c; Ficha nº146)

Cova simples, de morfologia retangular, orientada OSO/ENE, com 1,99 x 0,85 x 0,81m (Tipo 1a). No enchimento do interior (UE0037), foram recuperados diversos pregos, elementos de ferragem, dobradiças e cantoneiras em ferro, concentrados nos cantos e na zona central do vão interior (nºinv.1991.0844/0846-0848/0850-0854 – Martins e Delgado, 1989/90: 117-118), associados a matéria orgânica em decomposição, em que se registam variações de cota de 0,48m coincidentes com a colocação de um caixão de madeira (UE0038). Pela correlação estratigráfica com os restantes enchimentos, é possível atribuir esta sepultura a um período entre os séculos V/VII (Fase X).

I057 (E32 – Apêndice 9c; Figura 37)

Vala com 2,04m de comprimento, por 0,38m de altura. Trata-se de uma estrutura provavelmente dupla, contígua com a identificada como I058. Orientada OSO/ENE, encontrava-se muito destruída, limitada ao arranque sudoeste da parede sul (UE0042), onde se verificava a aplicação de tijolos do tipo *lydion* nas duas primeiras fiadas (Tipo 6d?). Por correlação estratigráfica com os demais aterros, julgamos ser possível atribuir esta sepultura à Fase X.



Figura 37 – Vista geral da sepultura I057 (©MDDS).

I058 (E33 – Apêndice 9b; Figura 38)

Tal como a estrutura anterior corresponde a uma sepultura em caixa de tijolo (Tipo 6d?), orientada OSO/ENE, apenas perceptível pela existência do seu limite sul (UE0044), composto por um alinhamento de tijolos muito fragmentados, assentes num nível de argamassa amarelada (UE0411). A vala apresentava 1,99m de comprimento, por 0,48m de altura. Esta sepultura, em conjunto com a I057, parece conformar uma área funerária que pode ter sido construída simultaneamente. As razões que levam a equacionar esta hipótese resultam do facto do negativo da vala de fundação ser exatamente o mesmo, verificando-se uma relativa coerência construtiva entre as duas estruturas, construídas com recurso à aplicação do mesmo tipo de material. Por relação com a sepultura I057, inserimo-la, igualmente, na Fase X.



Figura 38 – Perspetiva geral da estrutura I058 (©MDDS).

I059 (E34 - Apêndice 7c; Ficha nº147)

Cova simples, de morfologia sub-retangular (Tipo 1a), orientada OSO/ENE, com 2,26 x 0,86 x 0,63m. No enchimento do interior da sepultura (UE0245), foi identificado um conjunto de espólio metálico composto, essencialmente, por cantoneiras e pregos (nºinv.1991.0834 a 1991.0842), que parece estar associado à existência de um caixão de madeira (UE0439), cujo posicionamento revela variações de cota de 0,43m. Foi também recuperado um pote de cerâmica comum grosseira (nºinv.1991.0807), cuja tipologia se assemelha às urnas funerárias onde se depositavam os ossos cremados. Esta peça encontra-se datada da segunda metade do século II (Martins e Delgado, 1989/88: 120; Morais *et al.*, 2009: 88). A estrutura terá sido implantada num momento em torno dos finais do século II/inícios do século III (Fase VII).

I060 (E35 - Apêndice 9c; Figura 39)

Cova simples, com orientação O/E, com de 2,35m de comprimento, cujo vão interior não ultrapassava os 0,70m de largura, por 0,96m de altura (Tipo 1a). Não foram detetados quaisquer achados. A sepultura pode ser atribuída a um horizonte cronológico situado entre os séculos V/VII (Fase X).



Figura 39 – Pormenor fotográfico da sepultura I060 (©MDDS).

I061 (E36 - Apêndice 9c; Ficha nº148)

Estrutura em caixa de tijolo, orientada OSO/ENE, cujo vão interior apresentava as seguintes medidas: 1,77 x 0,51 x 0,61m. As quatro paredes (UEs0229, 0230, 0231 e 0232) são compostas por tijolos reaproveitados, dispostos na horizontal, cujas fiadas são mais regulares nos

paramentos sul e norte que nos restantes (Tipo 5h). O leito era composto por cinco tijolos, variantes do tipo *lydion*, bem conservados (UE0233). O sistema de fecho era composto por um monólito de granito de grandes dimensões (UE0243), com 1,98 x 0,81 x 0,15m, que assentava diretamente sobre as paredes. Na tentativa de tornar estanque o interior do vão verifica-se o recurso a telhas fragmentadas e a pedras graníticas que, simultaneamente, calçam e colmatam espaços vazios entre a cobertura e as paredes. Não foram identificados achados associados à sepultura. Ainda assim, julgamos ser possível datá-la da última fase de uso do espaço de necrópole (Fase X?), dada a relação estratigráfica com os demais aterros.

I062 (E37– Apêndice 8b; Figura 40)

Cova simples, de forma sub-retangular (Tipo 2a), orientada OSO/ENE, com 2,64 x 1,26 x 1,17m. Para a cobertura foram usadas telhas (UE0256), já bastante fragmentadas, com os rebordos voltados para o interior da vala, encontrando-se apoiados nas saliências laterais da cova. No interior do vão foram identificados vestígios de decomposição da matéria orgânica, correspondente ao que terá sido um caixão (UE0439), articulado com o reconhecimento de elementos metálicos cuja variação de cota atingia os 0,32m. Ainda que sem elementos seguros de datação, sugerimos que a mesma seja atribuída à Fase IX (?), encontrando-se sobreposta por estruturas de cronologia posterior.



Figura 40 – Vista parcial da sepultura da I062 (©MDDS).

I063 (E39– Apêndice 9g; Figura 41)

Estrutura orientada NO/SE, em mau estado de conservação, cujo limite noroeste já não se encontrava preservado. Ainda assim, a estrutura era visível em cerca de 1,66m de extensão,

por 0,53m de largura, possuindo uma altura de 0,29m, reconhecendo-se os elementos associados às paredes e cobertura (Tipo 4e). Trata-se de uma caixa construída com material de construção, aplicando-se telhas nas paredes, deitadas lateralmente (UEs0361 e 0362), restando um elemento de cobertura formalizado por um tijolo já fragmentado (UE0368). O material encontrado no enchimento do interior da sepultura, sob a cobertura (UE0368), concretamente uma asa de cerâmica bracarense, uma asa de engobe vermelho, duas paredes de *sigillata* hispânica e um bordo de Drag.37T em TSHT, permite atribuir a sepultura a um período entre os séculos IV/VI (Fase X).



Figura 41 – Vista geral da estrutura I063 em campo (©MDDS).

I064 (E40 – Apêndice 9e; Figura 42)

Cova simples, orientada O/E, apenas visível em cerca de 1,10m de extensão, conservando 1,17m de largura máxima e 0,61m de altura (Tipo1a). Não foram encontrados materiais associados, muito embora pela correlação estratigráfica seja possível enquadrar a sepultura na Fase X.



Figura 42 – Aspeto da sepultura I064 (©MDDS).

I065 (E41 – Apêndice 9e; Figura 43)

Cova simples, de forma retangular, com 2,42 x 1,16 x 0,60m (Tipo 1b). Apresentava-se orientada OSO/ENE, sem materiais associados, sendo possível associá-la à Fase X.

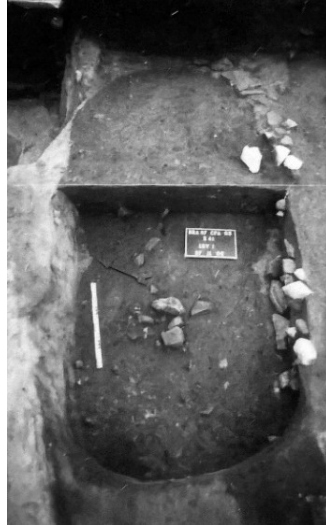


Figura 43 – Vista geral da sepultura I065 (©MDDS).

I066 (E42 – Apêndice 9e)

Cova simples, de reduzidas dimensões (1,16 x 0,55 x 0,55m), orientada OSO/ENE (Tipo 1a). Ainda que não tenham sido encontrados materiais que permitam afinar a sua cronologia, julgamos ser possível a sua atribuição à Fase X(?).

I067 (E43 – Apêndice 9e)

Cova simples, orientada OSO/ENE, já se encontrando em falta a sua extremidade nascente pela sobreposição de outras sepulturas. Era visível em 1,77m de comprimento, mantendo uma largura de 0,83 e uma altura de 0,86m (Tipo 1a). No enchimento do interior, constituído por terras de matriz areno-limosa (UE0315), foram encontrados elementos metálicos (nº inv.1991.6930), em associação com vestígios de matéria orgânica em decomposição que pensamos ter pertencido a um caixão em madeira (UE0316), cujos pregos apresentavam uma variação altimétrica de 0,42m. Estará associada à Fase X.

I068 (E44 – Apêndice 9e; Figura 44)

Cova simples, de morfologia oval, com 1,74 x 1,05 x 0,44m, orientada OSO/ENE (Tipo 1b). Sem material associado, julgamos ser possível o seu enquadramento na Fase X, pela correlação com os restantes enchimentos de nivelamento.



Figura 44 – Perspetiva geral da estrutura I068 (©MDDS).

I069 (E45 – Apêndice 9e; Figura 45)

Trata-se de uma cova simples, orientada NE/SO, de morfologia sub-retangular, visível em 2,10m do seu comprimento, com 1,10m de largura e 0,52m de altura (Tipo 1a). No enchimento do interior do vão (UE0326), em associação com os elementos metálicos (n°inv.1991.6931), foi identificada matéria orgânica em decomposição, provavelmente relacionada com um caixão de madeira (UE0327). No mesmo nível sedimentar foram recolhidos fragmentos de cerâmica de cronologia alto-imperial (paredes finas e cerâmica comum romana), e um fragmento de parede LRC, datado dos séculos IV/VI. Muito embora este material possa ter origem em infiltrações posteriores, admitimos a implantação da sepultura num período coincidente com a Fase X(?)



Figura 45 – Aspeto geral da sepultura I069 em campo (©MDDS).

I070 (E46 – Apêndice 9e; Figura 46)

Cova simples, de morfologia retangular, orientada OSO/ENE, de pequenas dimensões: 1,30 x 0,70 x 0,69m (Tipo1a). No enchimento do interior (UE0328), foram encontrados diversos pregos, concentrados nos cantos da vala, que admitimos estar associados a um caixão de madeira (UE0437). Ainda que sem elementos de datação precisos, admitimos que a estrutura funerária possa ser enquadrada na Fase X(?).



Figura 46 – Vista geral da sepultura I070 (©MDDS).

I071 (E49 – Apêndice 9e; Figura 47)

Cova simples, de morfologia sub-retangular, ainda que os cantos apresentem um arredondamento acentuado (Tipo 1a). Encontrava-se orientada OSO/ENE, sendo visível em 1,38m do comprimento, por 0,68m de largura e 0,62m de altura. No interior do vão da sepultura foram recuperados diversos pregos (n°inv.1991.6933), com uma variação altimétrica de 0,40m, articulados com uma mancha bem perceptível de matéria orgânica em decomposição, de morfologia retangular, que deverá corresponder ao caixão em madeira ali depositado (UE0329). Tal como as demais sepulturas já apresentadas, julgamos ser possível a sua atribuição à Fase X.



Figura 47 – Aspecto da estrutura I071 (©MDDS).

I072 (E50 – Apêndice 8b; Figura 48)

Cova simples, orientada OSO/ENE, bastante arrasada, conservando os vestígios das paredes e do leito (Tipo 4b?). É reconhecida em apenas 1,20m de comprimento, visto que a sua extremidade nascente foi cortada para a implantação da sepultura I061. A parede oeste da sepultura era constituída por um tijolo (UE0273), que assentava sobre o leito composto por duas telhas, com rebordos voltados para o fundo da vala (UE0270). Embora se tenham recuperado três pregos, localizados na extremidade poente, admitimos a colocação de uma padiola sobre o lastro. Atribuimos esta sepultura à Fase IX(?).



Figura 48 – Perspetiva de pormenor da sepultura I072 (©MDDS).

I073 (E51 – Apêndice 9f; Figura 49)

Cova simples, mal conservada, orientada O/E, com 2,24m de extensão, tendo sido apenas possível identificar cerca de 1,22m da sua largura e 0,77m de altura (Tipo 1a). Atribuível à Fase X(?).



Figura 49 – Vista geral da sepultura I073 (©MDDS).

I074 (E52 – Apêndice 9f; Figura 50)

Cova simples, orientada O/E, apenas visível em 0,94m de comprimento, exibindo vestígios de matéria orgânica em decomposição (UE0171), associados a pregos concentrados nos cantos da vala (n°inv.1991.6900). No que concerne à técnica construtiva da sepultura, admitimos que a vala possa ter conhecido um revestimento ao nível das paredes, dada a identificação de telhas dispostas lateralmente (Tipo 4e), funcionando como limite sul da cova (UE0168). Admitimos a associação da estrutura à Fase X(?).

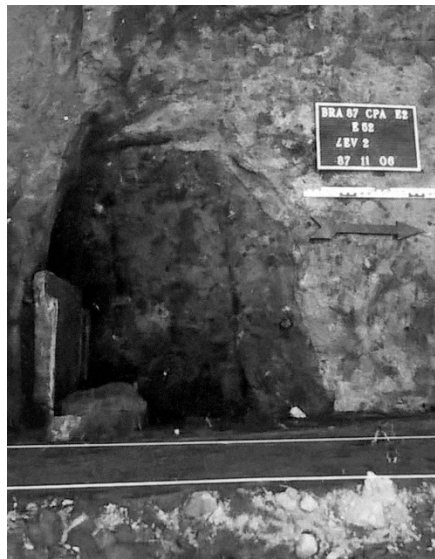


Figura 50 – Pormenor da sepultura I074 (©MDDS).

I075 (E55 – Apêndice 7d)

Cova simples, de morfologia retangular, apenas reconhecida na sua metade setentrional, orientada N/S (Tipo 1a). No vão interior (1,35 (vis.) x 1,12 x 0,78m), foram recuperados alguns pregos (n°inv.1991.6902), coincidentes com a colocação de um caixão em madeira, pela variação altimétrica de cerca de 0,30m entre os elementos metálicos. Julgamos ser possível que a implantação da estrutura possa ter ocorrido entre o século III e o IV (Fase VII). Em conjunto com as I076 e 080, forma um núcleo de estruturas de inumação com uma orientação completamente distinta das demais.



Figura 51 – Vista de pormenor da estrutura I075 (©MDDS).

I076 (E56 – Apêndice 7d; Figura 52)

Cova simples, de forma retangular, com 1,25 x 0,57 x 0,34m, orientada N/S (Tipo1a) que julgamos ser possível a sua atribuição à Fase VIII.

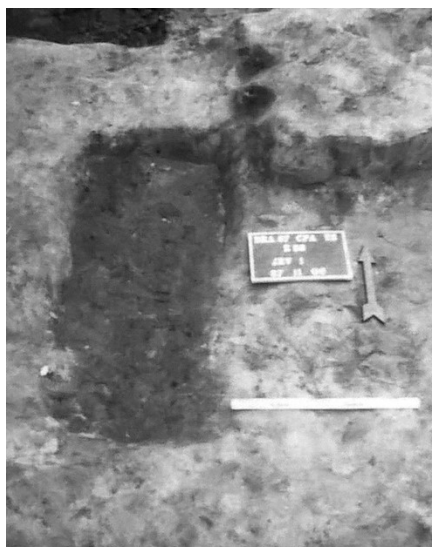


Figura 52 – Perspetiva geral da estrutura I076 (©MDDS).

I077 (E57 – Apêndice 9c; Ficha n°149)

Estrutura em caixa de tijolo (Tipo 5f), em bom estado de conservação, orientada OSO/ENE, implantada sobre uma vala de grande dimensão: 2,69 x 1,23 x 0,89m. Todas as paredes eram compostas por material laterício reaproveitado, disposto horizontalmente, formando fiadas pouco regulares, integrando pontualmente uma ou outra pedra granítica de pequena dimensão (UEs0055, 0056, 0057 e 0064). Apenas as paredes este e oeste assentavam sobre o

leito (UE0063), composto por quatro tijolos do tipo *bipedale*. Para o sistema de cobertura foram selecionados tijolos da mesma tipologia do leito. Pela sua posição parecem ter formalizado uma solução do tipo “falsa cúpula”, onde os elementos laterícios se iriam sobrepondo até se conseguir o fecho total da estrutura (UE0080). No interior do vão foram posicionados e recuperados vários elementos metálicos, compostos por pregos, fechos, cantoneiras e dobradiças (n°inv.1991.0820 a 0833/0845 - Martins e Delgado, 1989/90: 131-132), com variações de cota de 0,34m, coincidentes com a existência de um caixão de madeira (UE0073). Não foi recuperado qualquer outro tipo de espólio funerário. Julgamos possível associar a sepultura à Fase X(?).

I078 (E58 – Apêndice 9c; Ficha n°150)

Estrutura em caixa de tijolo e pedra, orientada O/E, implantada numa vala com 2,01 x 1,11m, conservada apenas em 0,42m de altura (Tipo 6c). Ainda que seja débil o seu estado de conservação, é perceptível a existência de duas paredes norte e sul, compostas por tijolos do tipo *lydion* (UEs0068 e 0069), sendo a mesma tipologia de tijolo aplicado ao nível do leito (UE0071). Para o limite nascente e poente (UEs0067 e 0070), ainda que em derrube, identificou-se uma fiada de pedras miúdas reaproveitadas. Apesar de não se ter encontrado materiais associados, julgamos ser possível atribuir a sepultura à Fase X(?).

I079 (E60 – Apêndice 9c; Ficha n°151)

Cova simples, de morfologia retangular, orientada O/E, com 2,12 x 1,1 x 0,81m. Trata-se de uma sepultura na qual foi detetado, ao nível da superfície, um alinhamento composto por pedra granítica que parece conformar uma espécie de base de assentamento para a colocação de um outro elemento de localização da sepultura ou alicerce (UE0118), entretanto desaparecido. Esta solução construtiva assegurava também que a sepultura mantivesse a sua integridade, impedindo o saque (Tipo 1a). No enchimento do interior da sepultura (UE0077), foram detetados elementos metálicos (n°inv.1991.0813 a 1991.0817 e 1991.0819 – Martins e Delgado, 1989/90: 135), cuja distribuição espacial faz suspeitar a colocação de um caixão de madeira (UE0413) no interior da sepultura. Sem elementos seguros para a sua datação, julgamos ser possível a associação desta sepultura à Fase X(?).

I080 (E61– Apêndice 7d; Figura 53)

Cova simples, de forma retangular, orientada N/S, visível em apenas 0,99m de extensão, com 0,61m de largura e 0,56m de altura máxima (Tipo 1a). Associados aos vestígios de matéria orgânica em decomposição (UE0145), foram posicionados pregos e outros achados metálicos que pertenceram a um caixão de madeira. Pela correlação estratigráfica com as restantes estruturas funerárias detetadas na mesma sondagem, a estrutura estará associada à Fase VIII.



Figura 53 – Fotografia de pormenor da sepultura I080 (©MDDS).

I081 (E62 – Apêndice 9f; Figura 54)

Cova simples, de morfologia sub-retangular (Tipo 1a), orientada OSO/ENE, detetada em apenas 0,88m de extensão, correspondente ao lado poente. Conservava um vão interior com 0,096m de largura e uma profundidade de 0,68m. Não foram recuperados quaisquer achados. Contudo, admitimos que a estrutura possa ter sido implantada num período entre os séculos V/VII (Fase X?).



Figura 54 – Perspetiva geral da estrutura I081 (©MDDS).

I082 (E63 – Apêndice 8b; Figura 55)

Orientada OSO/ENE, corresponde a uma cova simples, de morfologia retangular, com 2,39 x 1,28 x 1,08m (Tipo 1a). No aterro de nivelamento identificado no interior do vão interior da sepultura (UE0075) e concentrados nos cantos da vala foram recuperados diversos pregos e elementos metálicos (n°inv.1991.6891). Pela variação topográfica evidenciada entre os achados metálicos, cerca de 0,35m, admitimos a deposição de um caixão em madeira (UE0412). Pela correlação estratigráfica com outros aterros, atribuímos a implantação da sepultura à Fase IX.



Figura 55 – Pormenor fotográfico da sepultura I082 (©MDDS).

I083 (E64 – Apêndice 9e; Figura 56)

Cova simples, de forma retangular (Tipo 1a), com 1,98 x 0,83 x 0,58m, orientada OSO/ENE. No enchimento do interior do vão (UE0313), foram recuperados diversos pregos (n°inv.1991.6934), em associação com uma mancha de morfologia retangular, correspondente a matéria orgânica em decomposição (UE0311). A variação altimétrica dos elementos metálicos (0,30m), em articulação com a evidência de matéria orgânica, sugere a colocação de um contentor em madeira, tipo caixão. No mesmo enchimento foram recuperados diversos fragmentos de cerâmica, com destaque para uma parede em TSHT, datada dos séculos IV/VI, razão porque atribuímos a sepultura à Fase X.



Figura 56 – Vista geral da estrutura I083 (©MDDS).

I084 (E65 – Apêndice 9; Ficha nº152)

Estrutura em caixa, de morfologia ligeiramente trapezoidal, com uma extensão máxima de 1,82m, largura de 0,87m e 0,45m de altura, orientada ONO/ESE (Tipo 6f). Trata-se de um espaço delimitado por quatro paredes em tijolo, reaproveitado. As duas fiadas superiores eram constituídas por tijolos dispostos na horizontal, que sobrepunham uma fiada de tijolos do tipo *lydion*, dispostos de lado, no sentido do maior comprimento (UEs0387 e 0388). Nas paredes este e oeste, as fiadas superiores de tijolos surgiam sobre um bloco granítico de forma quadrangular (UEs0389 e 0390). O sistema de fecho era composto por blocos de pedra granítica de forma e talhe irregulares (UE0386), colocados diretamente sobre o último nível de tijolos das paredes. O leito integra material laterício tipo tégula, à mistura com outros fragmentos do mesmo material, claramente reaproveitados (UE0391). A sepultura encontra-se implantada sobre um aterro (UE0395) em que foi reconhecida uma grande quantidade de material de cronologia tardia, embora se destaque uma parede em TSHT, datável dos séculos IV/V, uma parede de cerâmica de engobe vermelho tardio (séculos IV/V), uma parede de uma possível Ritt.8t em TSHT (séculos IV/VI) e o bordo de um pote de cerâmica cinzenta tardia (séculos V/VII). Por este motivo, atribuímos a estrutura à Fase X.

Is085 e 089 (E66 e E76 – Apêndice 9g; Ficha nº153)

Estrutura dupla, em caixa de tijolo, orientada ONO/ESE (Tipo 8a). As duas estruturas devem ter sido construídas ao mesmo tempo, pela similitude construtiva das paredes e por partilharem uma parede em comum. O muro divisório é formado por tijolos, tégulas e elementos de aduela dispostos na horizontal, formando um aparelho bastante irregular (UE0345), cuja extremidade poente assenta diretamente num afloramento rochoso. A parede sul da I089 parece reproduzir o aparelho identificado na I084, com as fiadas do topo a serem compostas por tijolos

reaproveitados, dispostos sobre uma linha de quatro elementos laterícios do tipo *lydion*, deitados de lado (UE0346), verificando-se pontualmente a colocação de blocos graníticos de forma retangular. Na I085, a parede do lado poente (UE0252) era formalizada por um tijolo, provavelmente *bipelale*, cujo tarsoz era constituído por um enchimento de pedra granítica. Já a parede do lado oposto (UE0383) era composta por uma pedra granítica, sobreposta por dois tijolos. Ambos os leitos eram constituídos por material laterício, essencialmente reaproveitado, não servindo de base de assentamento das paredes (UEs0347 e 0385). Apesar disto, as caixas apresentam medidas distintas, a I085 com 1,95 x 0,94 x 0,50m é ligeiramente mais curta que a I089 que tem 2,05 x 1 x 0,48m. A solução de cobertura recuperada em ambas as sepulturas era idêntica (UEs0380 e 0381) e passou pela colocação de grandes blocos pétreos em granito, de forma e talhe bastante irregulares, assentes nas paredes laterais. Não foram encontrados elementos metálicos coincidentes com a deposição de qualquer tipo de elemento de transporte, pelo que os defuntos devem ter sido colocados diretamente sobre o leito. Apenas foi recuperada uma esfera lítica (n°inv.2002.0010) na I085 e uma conta de colar, tipo faiança egípcia, na I089 (n°inv.2002.0011). Atribuímos a dupla estrutura à Fase X, não só pela similitude construtiva da I084, mas também porque no aterro que recobre a estrutura (UE0393) foram identificados materiais cerâmicos datáveis entre os séculos V/VII, nomeadamente cerâmica cinzenta tardia.

I086 (E67 – Apêndice 6; Figura 57)

Estrutura em caixa de tijolo, orientada OSO/ENE, com 1,29 x 0,80 x 0,40m (Tipo 4d).

Apesar de sobreposta por várias estruturas funerárias são perceptíveis as quatro paredes compostas por tijolos *bipedales* (UE0222, 0223, 0224 e 0225), que não assentam no leito, também ele composto por tijolos do tipo *lydion* (UE0226). No enchimento do interior da caixa (UE0228), foram posicionados diversos pregos, com uma variação de cota de 0,10m, provavelmente pertencentes a uma padiola. O sistema de fecho era composto por tijolos de tipologia indeterminada, já fragmentados, assentes sobre as paredes laterais. A sua cronologia mantém-se incerta, pelo que não conseguimos apurar a que fase pertence (séculos III a VII?).



Figura 57 – Fotografia de pormenor da sepultura I086 (©MDDS).

I087 (E30 – Apêndice 9c; Figura 58)

Cova simples, orientada O/E (Tipo 1a). Encontrava-se visível numa extensão máxima de 2,38m, com 1,30m de largura e 0,73m de profundidade. Embora não tenhamos elementos seguros para a sua datação, julgamos ser possível a sua atribuição à Fase X(?).



Figura 58 – Pormenor fotográfico da estrutura I087 (©MDDS).

I088 (E75 – Apêndice 9c; Figura 59)

Trata-se de uma sepultura bastante mal conservada, reduzida apenas ao seu limite sul, cuja parede, composta por tijolo reaproveitado (UE0192), se encontrava conservada numa altura máxima de 0,40m por uma extensão de 1,28m. Estaria orientada OSO/ENE. Terá sido desafetada algures entre os séculos V/VII quando é iniciada a construção da área funerária formada pelas sepulturas Is042 e 054.



Figura 59 – Pormenor do único vestígio da caixa em tijolo da sepultura 1088 (©MDDS).

I097 (E97 – Apêndice 6; Figura 60)

Tratar-se-ia de uma estrutura orientada OSO/ENE, da qual apenas foi possível registar aquilo que seria o tardo da parede sul de uma caixa de tijolo, visível em 1,25m de extensão, a qual não foi intervencionada por impossibilidade de prosseguir com os trabalhos de escavação. Fase indeterminada.



Figura 60 – Pormenor da estrutura I097 em corte (©MDDS).

I098 (Apêndice 8; Figura 61)

Trata-se de uma vala da qual apenas resta a sua extremidade nascente. A estrutura encontrava-se orientada OSO/ENE, visível em 1,70m de extensão, apresentando 0,81m de largura e 0,29m de altura máxima. Pode ser atribuída à Fase IX, por correlação estratigráfica.



Figura 61 – Aspecto geral da estrutura I098 durante a escavação (©MDDS).

No decurso do acompanhamento arqueológico foram identificadas diversas estruturas de inumação, visíveis nos cortes estratigráficos. Todavia, com a exceção de algumas fotografias, não foi executado qualquer registo complementar que permitisse saber mais sobre as suas características construtivas, orientação e dimensões. A falta de informações e de pormenores mais objetivos levou a que não as incluíssemos neste trabalho. No entanto, contamos com uma planta, em que se assinala de forma simplista a localização destas sepulturas, o que nos permite considerar que o espaço usado como área sepulcral se estendia 15m para norte das sepulturas identificadas no extremo setentrional, registando-se estruturas funerárias nos cerca de 30m para poente da área intervencionada da Cangosta da Palha (Apêndice 6; Figuras 62).



Figura 62 – Aspecto de algumas das sepulturas registadas em corte (©MDDS).

2.9 Núcleo do túnel da Av. da Liberdade (TAVL)

2.9.1. Caracterização

A intervenção arqueológica decorreu entre os finais de 2008 e ao longo do ano de 2009, abrangendo o espaço de incidência do novo túnel da Avenida da Liberdade (TAVL). A área intervencionada pela UAUM, entidade contratada pela empresa BRITALAR, S.A., para a execução dos trabalhos arqueológicos, incidiu sobre um extenso corredor (232 x 16m), com cerca de 3700m². Porém, o espaço onde se viriam a identificar estruturas funerárias apenas corresponde a uma área com cerca de 1950m², concentrando-se o maior número de sepulturas detetadas na plataforma que se situava norte da Via XVII (Fontes *et al.*, 2010: 5; Apêndice 10).

Dado que já eram conhecidos os achados funerários identificados nos CTT/ LSF, durante o ano de 2008, era expectável que estruturas análogas surgissem nesta área pela relativa proximidade entre os espaços, uma vez que a zona em análise se localizava a cerca de 17m a poente do referido quarteirão.

Apesar de os trabalhos arqueológicos assumirem um carácter preventivo, a equipa era composta por um conjunto de oito arqueólogos, assistentes de arqueólogo e uma antropóloga, que se dedicaram em exclusivo à intervenção arqueológica durante um período de nove meses (Fontes *et al.*, 2010: 5).

Localizadas preferencialmente na plataforma a norte da Via XVII, foram reconhecidas extensas valas, com distintas orientações, de secção em U reto que parecem materializar uma situação em que se terá encanado e direcionado a água superficial para locais específicos (Grupo 2; Apêndice 11). Em determinadas áreas foram detetadas fossas de morfologia circular, de grande dimensão, para as quais confluíam as referidas valas (Fontes *et al.*, 2010: 112). Julgamos que estas valas de morfologia circular e ovalada (Grupo 4; Apêndice 11) eram coincidentes com a existência de locais de desbaste dos afloramentos graníticos. Esta ação estaria relacionada com o objetivo de melhorar a visualização da totalidade da zona de necrópole, desafogando a paisagem e, simultaneamente, aumentar a disponibilidade do espaço útil de enterramento.

Paralelamente, foi possível individualizar outro conjunto de estruturas em negativo, tipologicamente distintas, com orientação O/E e NO/SE, que parecem estar associadas à delimitação do eixo viário romano (Grupo 1; Apêndice 11), realizadas no último quartel do século I a.C. Estas valas em U, com alturas que não ultrapassam os 0,70m, parecem estar também associadas à preparação e delimitação de eventuais ramais viários secundários. Este corredor onde se viria a estruturar a designada Via XVII corresponderia a um caminho prévio à construção

da via, ao qual se associam os pisos térreos identificados durante os trabalhos arqueológicos (Fontes *et al.*, 2010: 109-113).

O eixo viário romano identificado no decurso dos trabalhos arqueológicos, e que se constituiu como o principal fator de dinamização do espaço de necrópole, terá sido implantado num momento datado entre a transição da Era e a primeira metade do século I. A construção da via obedeceu ao sistema padronizado de implantação dos eixos viários romanos principais, tendo-se registado a colocação de um nível composto por blocos graníticos de diversas dimensões (*statumen*), sobreposto por enchimentos constituídos essencialmente por pedra granítica bastante compactados, alternados com depósitos de sedimentos areno-limosos (*rudus*). Porém, não foi possível atestar a presença de qualquer tipo de calçada. As superfícies dos enchimentos de preparação dos diversos pisos apresentavam uma morfologia abaulada, tendo sido identificado um *vallum*, já assoreado, na bordadura norte (Fontes *et al.*, 2010: 114).

Concretizada a construção da via, começaram desde cedo a surgir as primeiras sepulturas, que se consubstanciam fundamentalmente por deposições primárias, materializadas pelas áreas de cremação, registando-se apenas um depósito secundário com urna. Todas estas estruturas datam dos finais do século I a.C. e inícios do século I d. C (Fase III – Apêndice 12).

No relatório de escavação, os autores mencionam a existência de uma estrutura em negativo, de planta quadrangular (Fontes *et al.*, 2010: 63), que, em articulação com as estruturas funerárias, parece estar relacionada com a formação de um recinto funerário (R08), localizado a 8m a norte da via, no interior do qual se identificaram dois *ustrina* (Us067 e 068). Os depósitos identificados no aterro das valas, compostos unicamente pela alternância de sedimentos arenosos e limosos, tipicamente relacionados com ações de assoreamento por ação da água, permitem-nos levantar a hipótese deste recinto ter sido construído a partir de materiais perecíveis, face à inexistência de argamassas ou elementos pétreos de qualquer tipo (Apêndice 12).

Estas primeiras sepulturas e construções surgem sempre em zonas bastante próximas do eixo viário (no máximo 12m para norte), não se registando qualquer tipo de estruturas funerárias na plataforma a sul da Via XVII.

O tipo de estruturas em negativo acima referido, com a mesma secção de vala e com o mesmo tipo de sedimentos nos seus enchimentos, é identificado para o período de utilização da necrópole dos meados do século I (Fase IV – Apêndice 13). A rasar a Via XVII, foi reconhecida uma vala orientada OSO/ENE, que se mantém contínua, desviando para NO, formalizando uma espécie de canto. Não encontramos uma clara associação entre esta vala e as estruturas funerárias

identificadas para a mesma fase, localizadas a 2,15m para norte da estrutura em negativo, relacionadas com a implantação de dois *ustrina* (Us069 e 072). A relação entre todas as estruturas foi interrompida pelas fundações de construções modernas, circunstância que nos impede de esclarecer se a fossa corresponde à delimitação de um novo recinto funerário que se relacionava com a circunscrição de áreas de cremação. As estruturas que acabámos de mencionar localizam-se a norte da via. No entanto, em meados do século I é construído um recinto funerário (R06) na plataforma a sul do eixo viário, do qual apenas foi possível reconhecer uma sapata e um alicerce que se constituíam como os limites nascentes do edifício (UEs1554 e 1687). O alinhamento destas estruturas pressupõe que as mesmas deveriam encostar a um silhar granítico (UE1864), integrado num muro em alvenaria granítica de aparelho irregular, com orientação OSO/ENE e que definia o limite sul do recinto (UE1865).

Exatamente na plataforma oposta, foi detetado o que restava de um muro, orientado NO/SE, composto por pedra granítica de forma e talhe irregulares (UEs0269 e 0985), que parece constituir-se como um elemento delimitador do espaço de necrópole, provavelmente relacionado com a passagem de um eixo viário secundário estabelecendo a ligação entre os espaços de necrópole servidos pela Via XVIII (localizada a norte) e os que se encontravam colocados na bordadura da Via XVII (Fontes *et al.*, 2010: 118).

Na segunda metade do século I (Apêndice 14), assinalamos a construção de um mausoléu (M04), na parte norte da via, de planta quadrada, com 3m de lado, implantado sobre um poderoso alicerce, com cerca de 1m de profundidade, em alvenaria irregular, composto por blocos pétreos afeiçoados (Fontes *et al.*, 2010: 119). A estrutura ocupava um lote de terreno imediatamente junto à via romana, com 10,11m² de área total, tendo sido detetada no seu interior uma estrutura de cremação sem urna (C124). O *ustrinum* n°066 encontra-se também atribuído a esta fase, embora localizado a 17m para norte do eixo viário.

O mausoléu acima referido foi desativado entre os finais do século I/século II (Fase VI - Apêndice 15), por imposição de uma reestruturação do traçado da Via XVII, pois o eixo de circulação é alterado e deslocado para norte, passando a cota de circulação de 180,70m para 180,90m. Esta reforma coincidiu com a construção de um sistema de drenagem que permitia escoar para a plataforma sul da via as águas que se acumulariam na área norte (Fontes *et al.*, 2010: 122-123).

É a este período que se encontra associado o maior número de estruturas funerárias, essencialmente *ustrina* (Us048, 061 a 064, 071, 073 a 079, 086, 090, 093 e 094), localizadas

e concentradas numa área periférica em relação à via romana (54m para norte), claramente em associação com o uso do *diverticulum* já referenciado, que permitia o acesso e uso de espaços livres de estruturas funerárias antecedentes.

Apesar de só terem sido registados em corte, foram reconhecidos quatro *ustrina* a cerca de 84m a norte da Via XVII, demonstrando o amplo uso do terreno disponível. A ocupação dos espaços funerários, topograficamente mais periféricos em relação à via romana, surge como uma manifestação de que as áreas de necrópole eram extensas e que, em determinados momentos, os limites de um ou outro núcleo seriam bastante difusos, chegando mesmo a misturar-se. Muito provavelmente, o referido caminho secundário terá dado origem a novas ramificações viárias de menor importância, estabelecidas sem qualquer intenção construtiva, originando simples pisos de terra batida. Infelizmente, hoje não conseguimos recuperar parte desse microsistema viário, certamente tão ou mais relevante que os eixos viários de importância principal, pois seriam eles que permitiam aos indivíduos aceder aos lotes de terreno mais afastados.

As áreas de cremação acima assinaladas não apresentam uma orientação preferencial, registando-se estruturas orientadas NNO/SSE e OSO/ENE, apesar de em alguns casos não ser possível determinar a mesma.

Merece referência o *ustrinum* nº077 que surge implantado a sul da via, no interior da área delimitada pelo recinto R06, constituindo-se como evidência de que este recinto se encontraria visível e em uso, mantendo-se aí a prática de cremar. Foi ainda detetado um depósito secundário de cremação, sem urna, bastante afastado da via, a cerca de 54m para norte, local em que se regista a existência de distintos *ustrina* (Apêndice 15).

Em finais do século II/inícios do século III (Fase VII - Apêndice 16) assinala-se a quarta reestruturação da Via XVII, registando-se uma nova subida de cota e conseqüente deslocação do eixo viário em cerca de 2m para norte (Fontes *et al.*, 2010: 124). Porém, esta remodelação do eixo, especificamente neste setor de necrópole, não parece ter implicado a desafetação de qualquer estrutura funerária. Tal acontece porque se mantém a tendência de recorrer aos lotes de enterramento localizados em áreas mais setentrionais e, por conseqüência, afastadas da influência imposta pela via romana.

Merece referência o facto de existirem zonas de cremação que surgem literalmente “umas sobre as outras”, em clara relação de sobreposição. Tal situação é documentada pelas estruturas Us083, 088 e 089, cuja distinção apenas foi possível pela identificação de distintos níveis rubificados. Esta aglomeração de *ustrina* dificulta a perceção da separação e delimitação dos lotes

para a cremação, pelo que presumimos que as áreas mais periféricas em relação à via não tivessem uma gestão muito controlada. Ainda assim, admitimos que a sobreposição observada possa não corresponder a um fenómeno fortuito, sem qualquer tipo de intencionalidade, pelo que lançamos a hipótese de estas áreas de cremação se encontrarem associadas a um determinado grupo de indivíduos, relacionados por laços de parentesco ou por um qualquer vínculo social, que deteria um espaço próprio destinado à cremação dos seus pares. Julgamos também que o local poderia estar sinalizado por um qualquer sistema de referência que se terá perdido e do qual não restam vestígios.

O uso deste espaço como área de necrópole, no período compreendido entre finais do século III e os inícios do século IV (Fase VIII - Apêndice 17), encontra-se evidenciado pelo reconhecimento de duas estruturas associadas ao ritual da cremação, com um *ustrinum* (U080) e um depósito secundário sem urna (C125). O *ustrinum* estava localizado na plataforma sul da via (U080), curiosamente integrado na área delimitada pelo recinto R06, pelo que suspeitamos que o edifício se mantivesse em uso ou que parte das estruturas que o circunscriviam se conservassem parcialmente ainda nesta fase. A desafetação do recinto ocorrerá nesta fase, visto que o edifício é recoberto e selado por um piso térreo (UE1616), associado ao total arrasamento dos muros do recinto funerário (Fontes *et al.*, 2010: 127).

Nesta fase, é notório o decréscimo de estruturas funerárias neste setor, não se registando qualquer outra sepultura em toda a área intervencionada.

Para o período datado entre os séculos IV e V (Fase IX - Apêndice 18), apenas há a registar uma única sepultura, agora relacionada com o ritual de inumação (I023), localizada a cerca de 19m para norte da Via XVII, sem qualquer tipo de associação com outras estruturas de carácter funerário.

Para as fases seguintes não foi sinalizado ou identificado qualquer tipo de estrutura funerária, ao contrário do que se verifica para espaços contíguos, como acontece nos CTT/LSF (ver Parte II, ponto 2.11) e na Cangosta da Palha (ver Parte II, ponto 2.8).

No que concerne ao tipo e distribuição de sepulturas, é notória a prevalência do número de *ustrina*, com 35 estruturas identificadas. Em relação às estruturas em cova com ou sem urna, apenas se detetaram quatro sepulturas, face a uma única estrutura de inumação em cova simples.

Nos registos de campo são perceptíveis diversas manchas compostas por carvões, cinzas e osso queimado que não interpretamos como locais onde terá ocorrido a cremação. Consideramos antes que se tratam de acumulações provocadas por processos pós-deposicionais,

eventualmente associados à remobilização de parte dos enchimentos das covas, uma vez que a área era propícia à retenção de água que em determinados períodos de maior pluviosidade deveria transformar a área de necrópole num espaço semialagado. Isso explicaria que nas valas de implantação dos *ustrina*, algumas delas algo profundas, variando entre os 0,30 – 0,50m, apenas subsistisse um fino nível de carvão, ossos e cinzas, delimitado por manchas rubificadas ou frisos de terra calcinada, que preenchiam os fundos das mesmas.

Parece-nos importante assinalar as características relativas à distribuição das estruturas. Apesar de estarmos conscientes que as construções modernas, pertencentes ao Convento dos Remédios, implicaram a destruição de diversos elementos, pelos vestígios recuperados é notória a necessidade de afastar as áreas de combustão para espaços mais distantes da passagem da Via XVII. Se tivermos em conta a planta geral das estruturas (Apêndice 10), é evidente que os *ustrina* surgem a partir dos 17m para norte da via, até um máximo de 84m. Estas estruturas, mais concentradas nos 45m a norte da Via XVII, parecem estar relacionadas com a existência de um caminho secundário que permitia a apropriação de áreas mais interiores do espaço de necrópole.

As estruturas de cremação, em que prevalecem as covas simples sem urna, encontram-se preferencialmente junto ao eixo viário principal, com a exceção da C039, localizada a 53m para norte da Via XVII.

Neste núcleo não foram detetadas estelas funerárias *in situ* conforme ocorre nos setores vizinhos de necrópole. Contudo, foi possível a recuperação de um fragmento de uma epígrafe retirada dos enchimentos da vala de saque do mausoléu identificado junto à via. Trata-se de um bloco granítico, que conserva a parte correspondente ao fim do campo epigráfico, onde se pode ler “H.S.S” (2009.0571; Fontes *et al.*, 2010: 76). Ainda que deslocado, este fragmento denuncia a existência de prováveis lotes onde se teriam sepultado mais do que um indivíduo.

No que concerne ainda aos elementos de localização, apenas reconhecemos a prática de colocação de blocos graníticos dispostos sobre os níveis de cremação (Us069 e 071). Tal parece ser demonstrativo da intenção, por um lado, de assinalar e marcar os locais em questão, permitindo a sua fácil deteção na área de enterramento e, por outro, de impedir que as estruturas fossem sobrepostas por outras, o que permitia salvaguardar a integridade dos *ustrina*.

2.9.2. Análise das estruturas funerárias

C039 (SEP.LV – Apêndice 15b; Figura 63)

Cova simples, possivelmente de morfologia oval, mal conservada, reduzida apenas à sua metade sul (Tipo 1b?), pelo que deveria estar orientada NNO/SSE. Não apresenta qualquer tipo de espólio associado, tratando-se de uma cova com 0,22m de profundidade onde foi depositado um enchimento constituído por carvões, cinzas e material osteológico (UE1951). Encontra-se associada à Fase VI.



Figura 63 – Pormenor fotográfico do depósito secundário C039 (©UAUM).

C124 (SEP.XXVII – Apêndice 14b; Figura 64)

Cova simples, com 0,35m de comprimento, sem urna (Tipo 1a), apenas escavada parcialmente, localizada no interior do mausoléu (M04), em que se identificou um aterro de carvões e ossos cremados (UE1598). Não apresentava qualquer tipo de espólio, porém, por correlação estratigráfica, pode ser associado à Fase V.



Figura 64 – Pormenor fotográfico da estrutura C124 (©UAUM).

C125 (SEP.XXV – Apêndice 17b; Figura 65)

Trata-se de uma cova simples de forma oval (Tipo 1a), com 0,17m de altura. No enchimento de carvões, cinzas e esquirolas de osso (UE1532), foram recuperados diversos elementos metálicos (nºinv.2011.0185), uma lucerna de bico redondo, atípica, de produção local, datada entre os fins do século III/inícios do século IV (nºinv.2009.0154; Esteves, 2016: Estampa nº066) e um pote de cerâmica comum (nºinv.2009.0137). Associamos este depósito secundário à Fase VIII.



Figura 65 – Levantamento fotográfico da sepultura C125 (©UAUM).

C126 (SEP.XXVI – Apêndice 12; Figura 66)

Cova simples, de morfologia arredondada (Tipo 2b), com 0,58 x 0,54 x 0,25m, onde foi identificada a urna funerária (nºinv.2010.0099), em mau estado de conservação. No interior do contentor funerário, para além de restos de ossos cremados, foi encontrado um aro em liga de bronze (nºinv.2009.0674). Trata-se de uma sepultura atribuída aos finais do século I a.C./primeira metade do século I d. C (Fase III), por correlação estratigráfica dos níveis sedimentares.



Figura 66 – Pormenor da urna do depósito secundário C126 (©UAUM).

I023 (SEP.X – Apêndice 18b; Ficha nº136)

Estrutura em cova simples, de morfologia oval, sem qualquer tipo de revestimento (Tipo 1b). Encontrava-se orientada NO/SE, conservando 1,90m de comprimento, por 0,64m de largura e 0,36m de altura máxima. No seu interior foi recuperado um conjunto de nove pregos de ferro (nºinv.2011.0180), que, pela sua posição, julgamos serem proveniente de um contexto de infiltração (UE1048), não se encontrando associados com qualquer tipo de elemento de transporte do defunto, pelo que este terá sido colocado diretamente sobre o fundo. Pela sua relação estratigráfica com as demais estruturas e aterros encontra-se atribuída à Fase IX.

M04 (Apêndice 14b; Ficha nº174)

Edifício contíguo à Via XVII, localizado a norte do referido eixo viário, orientado OSO/ENE. Praticamente reduzido ao seu alicerce, encontrava-se em falta o canto NO. Na metade sul, a sapata conservada era constituída por blocos algo irregulares (UEs1574, 1590 e 1620), dispostos sob os restos das paredes (UEs1077, 1082 e 1551), que, a avaliar pelos poucos elementos conservados, seriam compostos por blocos graníticos bem-talhados, de forma retangular e quadrangular, colocados em fiadas regulares, formando paramentos tipo *opus vittatum*, cujos interstícios eram colmatados por terra (UEs1081, 1082 e 1637). Nas esquinas do edifício e nos paramentos voltados ao exterior, verifica-se a aplicação de dois blocos graníticos, de grande dimensão, de forma retangular, o que reforçaria a parede virada à via. Pelo estado de arrasamento da estrutura não foi possível detetar qualquer zona de entrada. Ocuparia um lote com uma área total de 10,11m² (3,18 x 3,18m), formalizando no interior uma área útil de 4,84m² (2,20 x 2,20m). Trata-se de um edifício implantado na segunda metade do século I (Fase V), coetâneo da C124.

R06 (Apêndices 13b a 17; Ficha nº181)

Recinto bastante extenso, com uma área total de 232,68m², de forma trapezoidal, orientado NNO/SSE, localizado a sul da Via XVII, contíguo ao R05 (ver Parte II, ponto 2.11). No seu interior foram detetados vestígios de um depósito secundário e de *ustrina* (C123, Us038, 077, 079 e 092). Encontrava-se em mau estado de preservação, pelo que apenas foram identificadas partes do seu alicerce, que, no canto NE, era composto por grandes monólitos de granito de forma e talhe irregulares (UE1554), sem qualquer vestígio de muro. Esta infraestrutura encontrava-se no alinhamento de um muro, próximo da extremidade SE do recinto, também ele reduzido a alguns blocos graníticos, de média dimensão, de forma e talhe irregulares, agregados por uma argamassa

de areia, que deveriam compor a primeira fiada da parede (UEs1687, 1688 e 1904). Estes elementos assentavam sobre uma sapata de pedra de média e grande dimensão. A sul, o edifício era limitado por um muro de características idênticas às demais (UEs1644 e 1865). Ambos os muros encostavam a um cunhal formalizado por um monólito de granito, de forma retangular, disposto na vertical, com almofadado nas faces visíveis (UE1864). O muro que limitaria o edifício a norte encontrava-se reduzido a duas fiadas, compostas por pedra granítica, assentes num alicerce de pedra (UE1624 e 1681). Trata-se de um espaço que terá sido construído na segunda metade do século I, funcionando até ao século III (Fase IV – Fase VII).

R08 (Apêndice 12b; Ficha nº183)

Esta estrutura apenas foi identificada pela existência de uma vala contínua, de secção U reto, com 0,28m de profundidade, que planimetricamente define um recinto quadrangular. O enchimento do interior da vala (UEs1263, 1330 e 1363) não permitiu a recuperação de qualquer elemento construtivo, identificando-se apenas um aterro areno-limoso, bastante limpo e homogéneo. Pelas características enunciadas, levantamos a hipótese de o recinto se ter formalizado com base em materiais perecíveis. Orientado NNO/SSE, ocuparia um lote com uma área total de 24,63m², localizado a 8m a norte da Via XVII. No espaço interior, onde se definiu uma área útil de cerca de 14m², foram identificados os Us067 e 068, dispostos de forma paralela entre si.

U004 (SEP.LXII/LXIII – Apêndice 16b)

Cova simples, reduzida à sua extremidade nascente, apenas visível em 1,25m de largura, por 0,26m de altura (Tipo 10a), em que são visíveis nas paredes vestígios de rubificação (UE1976). Do enchimento resultante da cremação (UEs1977 e 1979), apenas foram recuperados quatro pregos de ferro (nºinv.2011.0200). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase VII (finais do século II/inícios século III), por correlação estratigráfica.

U048 (SEP.LXVI – Apêndice 15b; Figura 67)

Estrutura em cova, bem conservada, pouco profunda e de secção retangular (Tipo 10a), com 1,70 x 0,98 x 0,12m, orientada OSO/ENE. Sobre os vestígios de rubificação identificou-se o enchimento resultante da cremação (UE1984). No seu interior foram recuperados inúmeros

objetos metálicos como pregos e uma placa de ferro (n°inv.2011.0202). Não foi recuperado qualquer tipo de espólio. Por correlação estratigráfica pode ser atribuído à Fase VI.



Figura 67 – U048 durante em fase de escavação (©UAUM).

U061 (SEP.I – Apêndice 15b; Figura 68)

Vestígio de zona de cremação (Tipo 10a), bastante mal conservado, apenas perceptível pela marca rubificada associada ao nível de carvões, ossos carbonizados e cinzas (UEs0175 e 0430). Foi ainda recuperado o resto de um potinho em cerâmica cinzenta fina polida, datado da segunda metade do século I (n°inv.2008.0867). Relacionando os dados estratigráficos com a cerâmica encontrada, atribuímos esta estrutura à Fase VI.



Figura 68 – Pormenor do U061 em corte (©UAUM).

U062 (SEP.II/III – Apêndice 15b; Ficha n°194)

Cova de secção retangular, com 0,23m de altura conservada (Tipo 10a). Orientada NNO/SSE, apresentava um bom estado de conservação (1,79 x 1,21m), sendo perfeitamente perceptíveis os rebordos rubificados (UE0419) e o enchimento composto por cinzas, carvões e

ossos calcinados (UEs0406, 0415 e 0418). Foi possível a recuperação de diversos objetos, que parecem ter sido introduzidos num momento posterior à cremação, uma vez que não existem marcas provocadas pelo fogo. Foram identificados dois potinhos em cerâmica comum fina, datados da segunda metade do século I (n°inv.2008.0869/0871), fragmentos de uma jarra da mesma produção (n°inv.2008.0870), um unguentário, incolor, tipo candelabro, de depósito achatado, com a a marca “AVG” na base, retrovertida sob palma, de produção bética, datado entre finais do século I e os inícios do III (n°inv.2008.0872; Fontes *et al.*, 2010: 29), bem como diversos pregos (n°inv.2008.0873/0874). Esta estrutura datará da Fase VI.

U063 (SEP.V – Apêndice 15d; Figura 69)

Estrutura mais perceptível em corte do que em plano. No corte, verifica-se a existência de uma vala simples (Tipo 10a). Orientada NNO/SSE, com 2,56m de extensão, conserva uma altura máxima de 0,20m, em que se reconheceu um depósito de carvões e cinzas (UEs0927 e 0951), delimitado por uma mancha rubificada conservada de forma descontínua, muito ténue. Apenas foram recuperados inúmeros pregos em ferro (n°inv.2011.0177). Esta estrutura poderá ser equivalente à U064, encontrada a 1,20m a sul. No entanto, essa relação não pode ser provada pois as estruturas de cremação foram sobrepostas por um muro de cronologia moderna. Além disso, entre as duas manchas de carvão (UE0927 [U063] e UE0939 [U064]) existe uma diferença altimétrica de 0,10m. Este *ustrinum* encontra-se associado à Fase VI.



Figura 69 – Pormenor gráfico relativo ao U063 (©UAUM).

U064 (SEP.VI – Apêndice 15d; Figura 70)

Estrutura mal conservada, apenas detetada em corte, reconhecendo-se a sua extremidade sul, pelo que não foi possível determinar qual a sua orientação. No nível de carvões, cinzas e ossos

calcinados (UE0939) foram recuperados diversos pregos (n°inv.2011.0178). Poderá corresponder à extremidade sul do U063. Trata-se de uma estrutura integrada na Fase VI.



Figura 70 – Aspecto do U064 em campo (©UAUM).

U065 (SEP.VIII – Apêndice 13b; Figura 71)

Vestígio de área de cremação, cuja orientação original é impossível de apurar (Tipo indeterminado). Para além do aterro de carvões (UE1057), foi possível recuperar a casca carbonizada de um sobreiro (n°inv.2009.0021). A correlação estratigráfica permite atribuir esta estrutura à Fase IV.



Figura 71 – Pormenor do estado de conservação da casca de sobreiro detetado no U065 (©UAUM).

U066 (SEP.IX – Apêndice 14b; Figura 72)

Mancha algo perturbada de carvões, à mistura com cinzas e ossos carbonizados (UE1050), acumulados numa cova simples, com 0,15m de altura (Tipo indeterminado). Embora se apresente conservada em cerca de 1m de comprimento, no sentido N/S, não é seguro de que a estrutura estivesse orientada neste sentido no momento da sua implantação. Do enchimento foram recolhidos os restos de um potinho em cerâmica comum fina e uma lucerna de volutas (n°inv.2009.0003), tipo Loeschcke V, de fabrico local, exibindo uma cena de caça, em que um

leão ataca um cervo, datada dos fins do reinado de Cláudio a inícios do século II (Esteves, 2016: Est.007; Fontes *et al.*, 2010: 62). Pela correlação estratigráfica e pelo material recuperado, atribuímos a estrutura à Fase V.



Figura 72 – Perspetiva geral do U066 em campo (©UAUM).

U067 (SEP.XI – Apêndice 12b; Figura 73)

Cova simples de secção retangular (Tipo 10a), em que se identificou um nível de carvões, cinzas e esquirolas de osso (UEs1461 e 1466). Orientada OSO/ENE, apresentava a bordadura norte delimitada por uma mancha rubificada (UE1460). No seu interior foram encontrados inúmeros elementos metálicos (nº inv.2011.0181), bem como um púcaro em cerâmica comum fina (nº inv.2009.0019). Encontra-se inserida no interior do espaço delimitado pelo recinto R08, pelo que a associamos à Fase III.



Figura 73 – Pormenor da estrutura U067 (©UAUM).

U068 (SEP.XIII – Apêndice 12b; Ficha nº195)

Cova simples, muito bem conservada (Tipo 10a), com 2,21 x 1,13 x 0,42m, percebendo-se claramente a bordadura avermelha (UE1290) que delimitava o enchimento resultante do processo de cremação (UEs1364 e 1465). Ai foram reconhecidos e recuperados os restos de

troncos de madeira carbonizados (n°inv.2009.0021), bem como alguns elementos metálicos (n°inv.2011.0182). Trata-se de um *ustrinum* localizado no interior do recinto R08. A estrutura encontra-se atribuída à Fase III.

U069 (SEP.XIV– Apêndice 13b; Figura 74)

Estrutura da qual apenas se conserva a extremidade setentrional, em que se percebe o limite rubificado (UE1176) que delimitaria uma vala simples de secção retangular, com 1,05m de largura (Tipo 10a). O enchimento de carvões, ossos e cinzas (UE1151) surge recoberto parcialmente por um aterro e pedra granítica, que parece selar a estrutura (UE1149). Não foram recuperados. Porém, pela correlação estratigráfica podemos incluir a estrutura na Fase IV.



Figura 74 – Pormenor gráfico relativo à estrutura U069 (©UAUM).

U070 (SEP.XV – Apêndice 12b; Figura 75)

Cova simples, em mau estado de conservação, com 0,13m de altura, em que ainda era perceptível o aterro resultante da cremação (UE1166), à mistura com algumas manchas rubificadas. Trata-se de uma estrutura datada do período entre os finais do século I a.C. e primeira metade do século I (Fase III).



Figura 75 – Vista geral do U070 (©UAUM).

U071 (SEP.XVI – Apêndice 14b; Figura 76)

Cova simples, orientada OSO/ENE, escavada parcialmente, pelo que apenas era visível em 1,20m de comprimento, registando-se 1,70m de largura por 0,30m de altura máxima (Tipo 10a). Sobre o nível rubificado (UE1769), encontrava-se um enchimento composto por cinzas, carvões e ossos calcinados (UEs1272, 1274 e 1722). Foram recuperados os fragmentos de uma taça de vidro (2009.0697), dois fragmentos de uma lucerna de tipologia indeterminada, de produção centro-italica, com marca *MVNTREPT*, datada da segunda metade do século I (n°inv.2016.0199; Nunes, 2016, Est. 093), e um conjunto de diversos pregos (n°inv.2009.0183). Atribuimos esta estrutura à Fase V.



Figura 76 – Pormenor fotográfico da estrutura U071 (©UAUM).

U072 (SEP.XVII – Apêndice 13b; Ficha n°196)

Estrutura contígua ao U071. Encontrava-se conservada com as seguintes dimensões 1,36 x 0,56 x 0,34m. Estaria orientada NNO/SSE e o seu enchimento de cinzas, ossos cremados e carvões (UE1344) encontrava-se sobre um nível rubificado (UE1308), recoberto por um aterro homogéneo, de matriz areno-limosa, com alguns carvões (UE1299). Tal como a estrutura acima descrita, sobre o aterro que preenchia a cova foi individualizado um nível constituído por blocos graníticos, de dimensão variável, que parecem delimitar a área de cremação. Este nível não apresentava nenhuma estruturação particular, pelo que as pedras deverão ter sido colocadas de forma desordenada. No entanto, parece que esta fruste estrutura serviria uma dupla função: proteger a área onde ocorreu uma cremação e sinalizar o local (UE1149). A mesma estrutura recobria parcialmente o U069. Trata-se de uma estrutura atribuída aos meados do século I (Fase IV), na qual foram recuperados inúmeros fragmentos de pregos de ferro (n°inv.2011.0184).

U073 (SEP.XVIII – Apêndice 15e; Ficha nº197)

Estrutura apenas assinalada em corte, numa extensão de 1,71m. Porém, foi possível perceber que se trata de uma cova simples, pouco profunda (0,06m), em que se individualizou um aterro composto por cinzas, esquirolas de osso e carvões (UE1350). Do enchimento foi recuperada uma peça compósita de fabrico local que designamos como um *kaérnos* (nºinv.2009.0023) e um possível arranque de cabo de uma faca em ferro (nºinv.2009.0672). Pela inexistência de materiais cerâmicos, a datação desta estrutura foi possível através de análises de C14, cuja proposta aponta para “CAL AD 140” (Fontes *et al.*, 2010: 23), pelo que se atribui à Fase VI.

U074 (SEP.XVIIIa – Apêndice 15e; Figura 77)

Tal com acontece para o nível acima descrito, trata-se de uma estrutura detetada em corte, com 12,38m de extensão, que não foi escavada. Ai, foi registada uma mancha de carvões, ossos e cinzas (UE1348), dispostos sobre uma ligeira depressão de apenas 0,06m de altura (Tipo 10a). Trata-se de uma estrutura que pode ser atribuída à Fase VI (?).



Figura 77 – Vista em corte da estrutura U074 (©UAUM).

U075 (SEP.XIX – Apêndice 15e)

Nível de cinzas e carvões, dispostos sobre uma cova simples (Tipo 10a), com 0,23m de altura, apenas detetado em corte e numa extensão de 2,13m, o que nos permite perceber que se trata de um *ustrinum* orientado NNO/SSE. Por correlação estratigráfica pode ser atribuído à Fase VI.

U076 (SEP.XXII – Apêndice 15e; Figura 78)

Nível de cinzas, carvões e ossos cremados (UE1389), disposto sobre uma mancha rubificada (UE1388). Em corte, é perceptível a existência de uma cova com apenas 0,12m de profundidade. Não foi possível a recuperação de qualquer objeto associado a esta estrutura, sendo possível atribuí-la ao século II (Fase VI).



Figura 78 – Aspeto da estrutura U076 em corte (©UAUM).

U077 (SEP.XXVIII=XXX=XXXI – Apêndice 15c; Ficha nº198)

Trata-se de uma cova simples, de secção retangular, orientada NO/SE, que ao contrário das restantes, encontra-se na plataforma a sul da Via XVII, integrada no recinto R06. Encontra-se conservada em 2,26 x 1,71 x 0,12m, tendo sido identificado o nível de enchimento associado ao processo de cremação (UEs1608, 1609 e 1665). Deste aterro, foi recuperada uma tigela em cerâmica comum (nºinv.2009.0802), dois potinhos de cerâmica comum fina, dois pucarinhos (nºinv.2009.0077/0078), duas lucernas (nºinv.2009.0136/0138), ambas de produção local tipo Dressel 20, exibindo as duas a marca “*COPPIRES*”, com uma cronologia dos finais do século I a inícios do século II (Fontes *et al.*, 2010: 81; Esteves, 2016: Est.112 e 113), e um unguentário, parcialmente derretido pela ação do fogo, do período alto-imperial (nºinv.2009.0812). A estrutura encontra-se atribuída à Fase VI.

U078 (SEP.XLIV – Apêndice 15b)

Cova simples, de secção retangular, apenas identificada no seu limite poente, com 0,20m de altura máxima (Tipo 10a) e 1,26m de largura, orientada OSO/ENE. No enchimento de carvões e cinzas (UE1794), disposto sobre o nível rubificado (UE1764), não foi recolhido qualquer tipo de espólio. Por correlação estratigráfica é possível atribuir a estrutura à Fase VI.

U079 (SEP.XXXII – Apêndice 15c; Figura 79)

Cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, apenas visível em 1,26m de comprimento, 0,77m de largura, conservando uma altura de 0,37m. Foram reconhecidos os níveis rubificados e o aterro de carvões (UEs1640 e 1670), onde apenas se individualizaram três pregos de ferro (n°inv.2011.0187). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase VI.



Figura 79 – Localização do U079 com a respetiva foto de campo (©UAUM).

U080 (SEP.XXXIII – Apêndice 17c; Ficha n°199)

Cova simples, orientada NNO/SSE, muito embora apenas tenha sido detetada em corte. Trata-se de uma estrutura que conservava 2,35m de comprimento, por 0,42m de altura. Do aterro de carvões, cinzas e esquirolas de osso cremado (UE1614) foram recuperados um copo e um potinho em cerâmica comum fina, datados de meados do século III (n°inv.2009.0155/0157). A análise dos elementos carbonizados submetidos a C14 encontra-se em concordância com a datação da cerâmica, dada a obtenção da data “CAL AD 250.” (Fontes *et al.*, 2010: 82 – recolha de campo, amostra n°074), o que permite situar a sepultura na Fase VIII.

U081 (SEP.XXXVIII – Apêndice 16b)

Trata-se de uma cova simples, provavelmente orientada OSO/ENE (?), em mau estado de conservação, reduzida a uma mancha de cinzas, carvão e osso carbonizado (UE1843). Deste mesmo aterro foram recuperados um unguentário candelabro, de depósito achatado, de cor verde azulado (n°inv.2009.0457), e um número reduzido de pregos de ferro (n°inv.2011.0189). Por correlação estratigráfica a estrutura pode ser atribuída aos inícios do século III (Fase VII).

U082 (SEP.XXXIX=LII – Apêndice 16b; Figura 80)

Trata-se uma mancha de carvões e cinzas (UEs1810 e 1817), mal conservada, orientada OSO/ENE (?), visível em 1,11m de comprimento, por 0,45m de largura, conservando uma altura não superior a 0,33m. Pela relação estratigráfica foi possível atribuir a estrutura à Fase VII.



Figura 80 – Estrutura U082 com a respetiva foto de campo (©UAUM).

U083 (SEP.XL/XLIX – Apêndice 16b; Figura 81)

Cova simples (Tipo 10a), orientada NNO/SSE, em que apenas se reconheceu o limite sul, identificando-se o enchimento resultante da cremação (UEs1760, 1782 e 1926) e a mancha rubificada (UEs1791 e 1925). A esta estrutura encontra-se associados dois potinhos em cerâmica comum fina (n°inv.2009.0412/0494) e um outro de cerâmica comum, com engobe negro, cuja pasta exibe um polimento acentuado (n°inv.2009.0411). Foram identificados inúmeros pregos de ferro (n°inv.2011.0194). Trata-se de uma estrutura atribuída por correlação com a Fase VII.



Figura 81 – Aspeto de pormenor da área de cremação n°083 (©UAUM).

U084 (SEP.XLI/XLII – Apêndice 16b; Ficha nº200)

Nível de carvões, cinzas e osso queimado (UEs1839 e 1934), circunscrito numa cova simples, com 1,42 x 1,08 x 0,14m (Tipo 10a), orientada N/S. Do enchimento foram recuperados um prato raso de cerâmica comum (nºinv.2009.0413; Fontes *et al.*, 2010: 90), um potinho em cerâmica comum fina, datado dos séculos I / II (nºinv.2009.0418), uma lucerna do tipo Dressel 20, de produção local, em que no disco surge a representação de Hélios em relevo, com marca “PASSI”, datada entre os finais do século I/primeira metade do século II (nºinv.2009.0414; Esteves, 2016: Est.147), um cálice, de vidro, incolor, com fios serpentiformes (Is 86), dos finais do séc. II - inícios do III (nºinv.2009.0419), um objeto em liga de bronze, possivelmente uma pinça, embora se encontre agregada com madeira, osso e ferro (nºinv.2009.0416), um estrígil, em ferro (nºinv.2009.0417), um fragmento de taça, em vidro, incolor, cilíndrica (nºinv.2009.0717), e um grupo numeroso de pregos de ferro (nºinv.2011.0190). Trata-se de uma estrutura datada dos inícios do século III (Fase VII).

U085 (SEP.XLIII – Apêndice 16b; Figura 82)

Trata-se de uma mancha de carvões e cinzas (UE1930), cuja orientação não foi possível averiguar (possivelmente N/S), conservando as seguintes medidas 1,41 x 1 x 0,16m. Não se recuperou qualquer objeto do enchimento, contudo, pela correlação estratigráfica, é possível datar a estrutura da Fase VII.



Figura 82 – Aspeto da estrutura U085 (©UAUM).

U086 (SEP.XLV/XLVI – Apêndice 15b; Figura 83)

Cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, detetada apenas na sua metade poente, conservando as seguintes dimensões: 0,87 x 1,62 x 0,16m. Do enchimento composto por cinzas,

carvões e ossos cremados (UEs1797 e 1808) apenas se exumaram alguns fragmentos de cerâmica, nomeadamente uma tigela, em cerâmica bracarense (n°inv.2010.0042) e cerâmica de engobe vermelho não vitrificável (Fontes *et al.*, 2010: 91), acompanhados de inúmeros pregos (n°inv.2011.0191/0192). Trata-se de uma estrutura datável da Fase VI, dada a sua relação estratigráfica com os demais aterros.



Figura 83 – Vista de pormenor da U086 em fase de escavação (©UAUM).

U087 (SEP.XLVIII – Apêndice 16b; Figura 84)

Cova simples, pouco profunda, orientada OSO/ENE (Tipo 10a). Apresentava-se seccionada sensivelmente a meio, conservando as seguintes dimensões: 1,31 x 0,73 x 0,22m. Apesar de muito esbatidas eram perceptíveis as manchas rubificadas articuladas com um fino nível de material calcinado, de cor cinzenta clara, disposto sob um nível de aterro composto por carvões, cinzas e ossos cremados (UE1775), do qual apenas foi retirado um prego em ferro (n°inv.2011.0193). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase VII.



Figura 84 – Vista de pormenor da estrutura I087 (©UAUM).

U088 (SEP.L – Apêndice 16b; Figura 85)

Mancha de carvões, algo perturbada pela sobreposição de estruturas semelhantes. Ainda assim, é possível verificar a existência de uma cova simples (Tipo 10a), cujas paredes laterais apresentavam vestígios de rubificação. O enchimento de aterro da vala era composto por ossos cremados, cinzas e carvões (UE1780). Não foi recuperado qualquer tipo de espólio. A estrutura está atribuída à Fase VII, por correlação estratigráfica.



Figura 85 – U088 em processo de escavação (©UAUM).

U089 (SEP.LI – Apêndice 16b; Figura 86)

Cova simples, de grandes dimensões, visível em apenas 1,10m de comprimento, conservando 1,74m de largura e 0,12m de profundidade (Tipo 10a). Orientada NNO/SSE, apresentava os limites da vala bem delimitados por um friso rubificado (UE1936), sobre o qual se dispunha o enchimento resultante da cremação (UE1758). Apenas foram posicionados quatro pregos de ferro (nº inv.2011.0195/3186). Trata-se de uma estrutura datada dos finais do século I/meados do século III (Fase VII).



Figura 86 – Aspectos geral da estrutura U089 (©UAUM).

U090 (SEP.LIII – Apêndice 15b; Figura 87)

Cova simples, seccionada sensivelmente a meio, orientada NNO/SSE, conservando as seguintes dimensões: 0,96(vis.) x 1,24 x 0,10m (Tipo 10a). Apesar de muito esbatidas, reconhecem-se manchas de terra calcinada e de cor avermelhada, às quais se sobrepõe o enchimento de ossos cremados, cinzas e carvões (UE1948). Associados à estrutura foram recuperados uma lucerna de canal ou *Firmalampen* – atípica, datada dos finais do século I a meados do século II, com marca “L.V” (nºinv.2009.0485; Esteves, 2016: Est.132), e um fundo de um potinho em cerâmica comum fina (nºinv.2009.0486), acompanhados de um conjunto numeros de pregos de ferro (nºinv.2011.0196). Trata-se de uma estrutura datada do século II (Fase VI).



Figura 87 – Aspeto da estrutura U090 (©UAUM).

U091 (SEP.LIV – Apêndice 16b; Figura 88)

Nível de carvões, cinzas e esquirolas de osso cremado (UE1958), disposto sobre uma vala com 1,63 x 1,08 x 0,06m (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, sem qualquer espólio associado. Pela correlação estratigráfica, atribuímos a implantação da estrutura à Fase VII.



Figura 88 – Posicionamento da estrutura U091 com a respetiva foto de campo (©UAUM).

U092 (SEP.XXIX – Apêndice 16c; Ficha nº201)

Nível de carvões, cinzas e osso carbonizado, com alguma madeira carbonizada bem preservada (UEs1582 e 1596), escavado parcialmente no decurso de um acompanhamento, pelo que não é possível averiguar a sua orientação. Do enchimento foram recuperadas diversas peças como um pucarinho em cerâmica comum, de produção local, cujas paredes exteriores exibem uma ligeira aguada, datado dos finais do século I/segunda metade do século II (nºinv.2009.0156), um cossoiro com grafito (nºinv.2009.0139), uma galheta em vidro, com bico repuxado, de cor verde azulado (tipo Is 88b, AR 169), datada dos séculos II/III (nºinv.2009.0079), uma galheta de vidro, quase completa, mas deformada pelo fogo e muito fraturada, tipologicamente idêntica à anterior (nºinv.2009.0080), um fragmento de unguentário derretido, um fragmento de lucerna (nºinv.2010.0039), um aro em liga de bronze (nºinv.2009.0674) e um conjunto de espólio metálico (nºinv.2011.0186). Trata-se de uma estrutura associada à Fase VII.

U093 (SEP.LVII/LVIII – Apêndice 15b; Figura 89)

Cova simples, de secção retangular, com 0,22m de altura (Tipo 10a), onde se encontrava depositado um enchimento constituído essencialmente por carvões cinzas e ossos queimados (UEs1939 e 1940), circunscrito por manchas rubificadas. Apenas era visível parte da estrutura, orientada NO/SE. Do aterro da vala, foram individualizados alguns elementos metálicos (nºinv.2011.0197). Trata-se de uma estrutura atribuída ao século II (Fase VI), por correlação estratigráfica.



Figura 89 – Localização e aspeto geral da U093 em campo (©UAUM).

U094 (SEP.LIX=LX=LXI – Apêndice 15b)

Devido à ação mecânica das máquinas apenas foi possível escavar a extremidade setentrional da estrutura, orientada NNO/SSE. Identificou-se uma cova simples, sem revestimento (Tipo 10a), em que se reconheceu o enchimento resultante da cremação (UE1967). Foi recolhida uma bilha em cerâmica comum fina (n.º inv.2009.0415), datada dos séculos I/II, e três pregos de ferro (n.º inv.2011.0199/0324G). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase VI.

2.10 Núcleo da Interligação do túnel da Av. Liberdade (ITAVL)

2.10.1. Caracterização

O setor de necrópole em análise foi intervencionado no ano de 2009, num espaço em que estava prevista a ligação entre o túnel subterrâneo da Avenida da Liberdade e o parque de estacionamento do novo edifício construído no Quarteirão dos CTT/LSF (Fontes *et al.*, 2009: 4). A intervenção arqueológica decorreu num espaço com cerca de 650m², muito embora as sepulturas se concentrassem numa área aproximada de 370m² (Apêndice 19). Tal como referimos para o túnel da Avenida da Liberdade, a equipa era constituída por dois arqueólogos, um técnico de arqueologia e uma antropóloga, apoiados por um grupo de trabalhadores afetos à empresa de construção civil.

Os trabalhos de escavação arqueológica iniciaram-se com a decapagem mecânica dos sedimentos de cronologia mais recente, visto que os trabalhos nas áreas contíguas permitiram determinar a cota dos níveis mais tardios da necrópole. A escavação possibilitou a recuperação de um total de 17 sepulturas de cremação, sete áreas de cremação, dois edifícios do tipo mausoléu e dois fragmentos de estelas funerárias encontradas *in situ*.

No que concerne à sucessão ocupacional do espaço, as características já enunciadas para o túnel da Avenida da Liberdade acabam por se repetir nesta área. Todavia, foram registadas algumas particularidades, principalmente no que respeita ao tipo de estruturas identificadas e à sua distribuição.

Os primeiros indícios de ocupação nesta área datam da segunda metade do século I a.C. (Fase I), correspondendo a um nível endurecido, de matriz areno-limosa, sob o qual se recolheram exclusivamente fragmentos de cerâmica indígena. Trata-se do vestígio de um caminho em terra batida (Fontes *et al.*, 2010: 38).

Já à Fase II (último quartel do século I a.C.) está associada a um conjunto de valas abertas sobre o solo natural que, apesar de evidenciarem distintas orientações e secções, apresentavam um tipo de enchimento muito semelhante, caracterizado pela alternância de níveis areno-limosos, demonstrativos da circulação de água que terá potenciado o assoreamento. No entanto, pela sua disposição foi possível verificar que um dos conjuntos de valas estará associado a uma demarcação prévia que precede a estruturação da Via XVII, ao contrário do segundo grupo de valas, cuja funcionalidade permanece por esclarecer, embora se admita que possam ter servido para a delimitação de lotes de terreno, realizada com materiais percíveis (Fontes *et al.*, 2010: 39).

A fase de ocupação seguinte corresponde ao período situado entre a transição da Era e a primeira metade do século I (Fase III – Apêndice 20), que marca o início do uso do espaço como área de necrópole. No ponto de vista tipológico, as sepulturas identificadas correspondem basicamente a depósitos secundários em cova simples, em alguns casos com recurso à colocação de urnas de cerâmica, em cerâmica, recobertas pelo enchimento resultante do processo de cremação (Cs109, 112 e 121). É a partir deste momento que assistimos à estruturação da Via XVII, com a colocação das primeiras preparações que apresentam as mesmas características assinaladas nas áreas vizinhas (Fontes *et al.*, 2010: 42). É perceptível que a via se constitui como um fator de atração para a implantação das sepulturas, tal como acontece nos núcleos de necrópole limítrofes. Localizados a norte da via, encontram-se três depósitos secundários, apenas afastados 1,70m da bordadura norte do eixo viário.

A fase seguinte (Fase IV – Apêndice 21) integra já os vestígios de ocupação correspondentes aos meados do século I, assinalando-se três estruturas, correspondentes a dois depósitos secundários de cremação com urna cerâmica (Cs108 e 123) e um vestígio de *ustrinum* (U057), que mantém estreita relação com o eixo viário. As evidências arqueológicas demonstram

que o recinto R06 (descrito na Parte II, ponto 2.9), murado na primeira metade do século I, é coetâneo com a deposição de determinadas estruturas, tal como acontece com a C123.

Na segunda metade do século I (Fase V – Apêndice 22), regista-se um aumento do número de sepulturas, que é também coincidente com o início do processo de monumentalização deste setor da necrópole. É construído um mausoléu (M02) que rasa a bordadura norte da Via XVII e que se implanta num lote em que foram identificadas as sepulturas mais antigas (Fontes *et al.*, 2009: 44). Associados à utilização deste edifício, individualizaram-se três depósitos secundários de cremação com urna (Cs110, 111 e 113). Nas imediações da construção, reconheceu-se um conjunto composto por nove depósitos de cremação (Cs022, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 122) e cinco *ustrina* (Us054, 055, 058, 059 e 060). Todas estas estruturas funerárias foram identificadas a norte do eixo viário, individualizando-se *ustrina* a mais de 14m de distância a norte da via.

As estruturas que marcam de forma indubitável os locais onde ocorreu a cremação ocupam preferencialmente as zonas mais afastadas do eixo viário, pelo que parece evidente a intenção de remeter as atividades que envolvem fogo e fumo para áreas mais periféricas. O acesso a estes espaços certamente que seria possível através de sistema de caminhos secundários que cruzariam a necrópole (Figura 90). Neste contexto, cabe referir a existência de um nível em terra batida, orientado SE/NO (contrariamente à Via XVII), que parece formalizar um *diverticulum* que facultava o acesso entre a via e os lotes de terreno de relevância menor (Fontes *et al.*, 2009: 45; – Apêndice 19 e 22a). A sul da via, a 11m de distância, foi identificado um *ustrinum* (U038), integrado no espaço circunscrito pelo recinto R06, que se mantém em uso nesta fase.

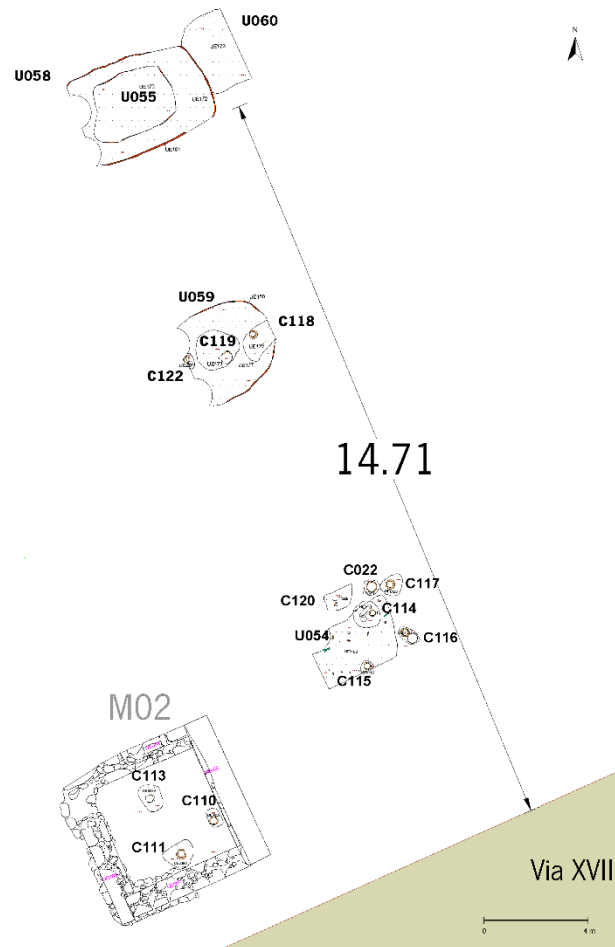


Figura 90 – Distribuição das estruturas a norte da Via XVII - Fase V.

Entre os finais do século I e os meados do século II (Fase VI – Apêndice 23), assinala-se uma importante repavimentação da Via XVII, imposta pela alteração da orientação do eixo viário que determinou o seu alargamento do mesmo em cerca de 1,50m para norte. É exatamente por este motivo que o mausoléu M02 é desativado, construindo-se outro (M03), localizado num novo lote de terreno a cerca de 2m para poente do M02. Não foram detetadas sepulturas coetâneas da utilização do mausoléu, apenas documentado por alguns elementos do seu embasamento. Porém, merece referência o facto de algumas das sepulturas identificadas na fase anterior se encontrarem circunscritas por este edifício, facto que sugere que este monumento funerário efetivasse a apropriação de um determinado lote, concretizando a posse de um terreno funerário por parte de um determinado grupo, que necessitava claramente de se apresentar aos demais por via da homenagem aos seus parentes falecidos.

O processo de monumentalização deste setor da necrópole foi acompanhado da colocação de duas estelas funerárias, posicionadas em frente à fachada sul do mausoléu M03, mau grado apenas terem sido identificadas as suas extremidades inferiores (Fontes *et al.*, 2009: 46-47).

Durante a Fase VII, balizada entre os finais do século II e os inícios do século III, é notória a ausência de estruturas funerárias. Contudo, verifica-se uma nova intervenção sobre o eixo viário que, para além da subida da cota de circulação, concretiza a deslocação da superfície de circulação em cerca de 2m para norte. É precisamente esta alteração de traçado da via que implica o arrasamento do M03 e das estelas funerárias identificadas na fase anterior, exatamente seccionadas à cota dos enchimentos de preparação do novo piso de circulação da Via XVII (UEs0009, 0013 e 0020, 0026, 0027 e 0036 - Fontes *et al.*, 2009: 48).

A partir do século III e até aos séculos VI-VII (Fases VIII a X), para além das novas repavimentações da Via XVII, não foram reconhecidos neste setor de necrópole quaisquer tipos de estruturas funerárias, embora nos núcleos de necrópole vizinhos o espaço se mantenha em uso durante o período mencionado.

Pese embora se evidenciem modificações de cotas associadas às várias repavimentações da Via XVII, em que se regista uma diferença altimétrica na ordem dos 0,80m, entre o início do século I e o início do século III (180,20m – Fase III; 181,00m - Fase VII), tal não impôs uma variação altimétrica suficientemente significativa no que concerne à cota das plataformas disponíveis para a implantação de sepulturas. Assim, o terreno ter-se-á mantido aplanado ao longo das mais de cinco fases de uso funerário. Note-se, a este propósito, que o nível de circulação da via encontrava-se à cota de 180,40m, na segunda metade do século I, registando-se o valor altimétrico de 180,86m para o piso de circulação do *diverticulum* que se identificou a cerca de 29m a norte do eixo viário.

2.10.2. Análise das estruturas funerárias

C022 (SEP.XVI – Apêndice 22b; Figura 91)

Cova simples, apenas reconhecida em corte (Tipo 2a). Apesar da urna em cerâmica comum se encontrar seccionada sensivelmente a meio (UE0211 - n°inv.2009.0462), foi possível recuperar parte do conjunto de material osteológico do seu interior (UE0327 – n°inv.2012.1320). A urna encontrava-se recoberta por um enchimento composto essencialmente por carvões, cinzas e esquirolas de osso (UE0210). Trata-se de um depósito secundário atribuído à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 91 – Aspecto da sepultura C022 em campo (©UAUM).

C108 (SEP.I – Apêndice 21b; Figura 92)

Cova simples, de morfologia arredondada, com 0,52 x 0,48 x 0,10m, com secção em U aberto (Tipo 2b), em que apenas foi possível recuperar o fundo da urna que estaria assente numa parte do enchimento composto por carvões, cinzas e osso (UE0044), que recobriria o contentor funerário em cerâmica (UE0045 – n°inv.2009.0460; UE0319 – n°inv.2012.1344). Para além da urna, foram posicionados diversos pregos em ferro (n°inv.2009.0569). Trata-se de um depósito secundário datado da primeira metade do século I (Fase IV).



Figura 92 – Vista da C108 em corte (©UAUM).

C109 (SEP.II – Apêndice 20b; Figura 93)

Cova simples (Tipo 1a), na qual se depositou o enchimento resultante da cremação (UE0047). Para além da individualização das esquirolas de osso recuperadas do aterro de carvões e cinzas (material osteológico, n°inv.2012.1345) foram individualizados dois copinhos em cerâmica de paredes finas (formas Mayet XXXVII e Mayet XLIII ou XLIV?), datados entre os inícios do século I e o reinado de Tibério-Cláudio (n°inv.2011.0151/0166). Pela correlação estratigráfica foi possível atribuir a estrutura à Fase III (transição da Era-inícios do século I).



Figura 93 – Aspeto geral do corte do depósito secundário C109 (©UAUM).

C110 (SEP.III – Apêndice 22b; Figura 94)

Cova simples, contemporânea do mausoléu M02, de secção em U fechado, de morfologia circular, com 0,37x 0,25 x 0,25m (Tipo 2b). No interior foi depositado um nível de carvões, cinzas e material osteológico fragmentado (UE0059), para além de uma urna funerária (UE0053 - n°inv.2009.0463), que continha um conjunto de ossos cremados (UE0342 - n°inv.2012.1196). No enchimento resultante da cremação, que também recobria a urna, foi identificado um conjunto de pregos em ferro (n°inv.2009.0811) e os restos de um unguentário retorcido pelo fogo (n°inv.2011.0562). Trata-se de uma estrutura associada à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 94 – Perspetiva geral da sepultura C110 em fase de escavação (©UAUM).

C111 (SEP.IV – Apêndice 22; Ficha n°055)

Cova simples, de forma sub-retangular, com 0,58 x 0,39 x 0,25m, de secção em V (Tipo 2a), onde foi depositada uma urna em cerâmica comum grosseira (UE0062 – n°inv.2009.0465),

que continha um conjunto de ossos cremados (UE0341 – n°inv.2012.1312), recoberta por uma tampa, em cerâmica comum grosseira (UE0070 – n°inv.2009.0465), já partida no interior da urna. Sobre a urna foi também identificado um enchimento resultante do processo de cremação, à mistura com terras de matriz arenosa (UE0061 – n°inv.2012.1502). Junto do conteúdo ósseo do interior da urna (n°inv.2012.1312) foi depositado um unguentário quase completo (Is 8, AR 129, T 66a), de cor verde azulado, em forma de gota (n°inv.2010. 0033), datado da primeira metade do século I. Trata-se de uma estrutura associada à Fase V.

C112 (SEP.V – Apêndice 20b; Ficha n°056)

Depósito secundário de cremação, com 0,78 x 0,65m, em cova simples, de secção em U aberto, com 0,29m de altura. A urna que continha os ossos cremados (urna UE0083 – n°inv.2009.0464; aterro do interior da urna UEs0335/0336/0337/0338 - n°inv.2012.1313) encontrava-se encostada à extremidade SE da vala, circundada por um conjunto de blocos graníticos (UE0299), toscamente talhados, que encobriam parcialmente a urna (Tipo 4a). Para o fecho da urna usou-se igualmente uma pedra granítica (UE0082). A urna encontrava-se colocada sobre um fino nível de carvões e cinzas (UE0081), enchimento que também a recobria. Apenas foram individualizados alguns pregos em ferro (n°inv.2010.0101). Trata-se de uma sepultura associada à Fase III (transição da Era/inícios do século I).

C113 (SEP.VI – Apêndice 22b; Ficha n°057)

Cova simples, orientada NO/SE, com 0,55 x 0,42 x 0,54m, de secção em U alargado (Tipo 2b). No interior foi identificada uma urna em cerâmica comum (UE0097 - n°inv.2009.0461) que continha ossos cremados (UE0323 – n°inv.2012.1314), rematada por um fragmento de tijolo que servia de tampa (UE0096). Do enchimento de carvões (UE0098 – n°inv.2012.1503) foi recuperado um unguentário em vidro (Is 8, Ar 129, T 66a), em forma de gota, com base grossa, ligeiramente aplanada, datado do século I (n°inv.2010.0019). Trata-se de um depósito secundário, contemporâneo do M02 e, por isso, atribuído à segunda metade do século I (Fase V).

C114 (SEP.VIII – Apêndice 22b; Figura 95)

Cova simples, de morfologia arredondada, com 0,53 x 0,51 x 0,16m, de secção em U alargado (Tipo 2b). O púcaro em cerâmica comum, que serviu de urna funerária (UE0112 – n°inv.2009.0471), encontrava-se descentrado em relação à vala. A urna foi depositada sobre um

fino nível de carvões que também preenchia a totalidade da fossa (UE0111). Encostado à extremidade NO da urna, foi reconhecido um bloco granítico de forma retangular que parece ter servido como uma espécie de apoio à urna. Este depósito secundário encontra-se associado à segunda metade do século I (Fase V).



Figura 95 – Vista geral da sepultura C114 (©UAUM).

C115 (SEP.IX – Apêndice 22b; Figura 96)

Trata-se de um depósito secundário com urna em cerâmica comum grosseira (UE0113 – n°inv.2009.0469), em que foram depositados alguns ossos cremados (UEs0332, 0333 e 0334 – n°inv.2011.1315). Este contentor foi depositado sobre o fundo de uma vala, de secção em U fechada, conservando uma altura de 0,23m. O enchimento de carvões, cinzas e osso cremado (UE0115) encontrava-se disposto sobre o contentor funerário (Tipo 2a). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 96 – C115 em fase de escavação (©UAUM).

C116 (SEP.X – Apêndice 22b; Figura 97)

Depósito secundário, em cova simples, de secção em U aberto (Tipo 2b). Não foi possível delimitar com clareza a vala de implantação dos dois vasos, em cerâmica comum, encostados um ao outro, recobertas por um enchimento arenoso, de cor acastanhada, com bastantes carvões concentrados. Apenas um dos potes (UE0116 – n°inv.2009.0466) foi classificado como urna funerária, uma vez que no seu interior foi depositada uma grande quantidade de ossos cremados (UEs0321, 0339 e 0340 – n°inv.2012.1316). O outro pote em cerâmica comum (UE0117 - n°inv.2009.0470) encontra-se datado do século I. No seu interior apenas foi identificado um enchimento de infiltração, sem qualquer osso (UE0320). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 97 – Aspeto geral da C116 (©UAUM).

C117 (SEP.XI – Apêndice 22b; Figura 98)

Cova simples, de secção em U alargado, com 0,46 x 0,40 x 0,37m. No seu interior, foi recuperada uma urna em cerâmica comum grosseira (UE0127 - n°inv.2009.0467), contendo ossos cremados no interior (UE0331 – n°inv.2012.1317). A urna estava encostada à parede poente da vala, assente sobre o fundo da fossa e recoberta por uma grande lasca granítica (UE0126). A totalidade da cova encontrava-se preenchida pelo enchimento resultante da cremação (UE0125), do qual se recuperou um unguentário, incolor, piriforme, de pequenas dimensões (Is 6, AR 127), provavelmente importado, com uma cronologia incerta, embora a proposta de datação o posicione nos finais do século I/inícios do século II (n°inv.2010.0022). Esta sepultura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 98 – Perspetiva geral do corte estratigráfico da C117 (©UAUM).

C118 (SEP.XII – Apêndice 22b; Figura 99)

Depósito secundário, de planta sub-retangular, com 0,60 x 0,41 x 0,37m, tendencialmente orientado NO/SE, com secção em U estreito (Tipo 2b). A urna em cerâmica comum (n°inv.2009.0468), com material osteológico no interior (UEs0334, 0325 e 0326 – n°inv.2012.1318), encontrava-se disposta sobre o enchimento resultante da cremação, embora recoberta pelo mesmo enchimento (UE0175). Apenas foram posicionados alguns pregos em ferro (n°inv.2010.0024). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 99 – Aspeto do corte da sepultura C118 (©UAUM).

C119 (SEP.XIV – Apêndice 22b; Figura 100)

Cova simples, de morfologia arredondada, de grandes dimensões 0,85 x 0,76 x 0,26m, com secção em U alargado (Tipo 2b). No fundo da vala foi depositado parte do aterro resultante do processo de cremação (UE0178), sobre o qual foi colocada uma urna em cerâmica comum (UE0191 – n°inv.2009.0472), que albergava a seleção de ossos cremados (UE0330 – n°inv.2012.1319). A urna, ligeiramente tombada sobre o limite SE da vala, foi fechada com recurso a um bloco granítico toscamente talhado (UE0192). Sobre ela foi depositado mais uma

parte do aterro de carvões que preenchia a totalidade da vala. Deste enchimento foram recuperados 14 pregos em ferro (n°inv.2009.0562). Trata-se de uma sepultura datada da segunda metade do século I (Fase V).



Figura 100 – Pormenor da sepultura C119 em corte (©UAUM).

C120 (SEP.XV – Apêndice 22b; Figura 101)

Cova simples, de secção em U alargado, sem urna (Tipo 1a), com 0,79 x 0,65, 0,11m, orientada OSO/ENE, totalmente preenchida por um aterro de carvões, cinzas e esquirolas de osso (UE0208). Foi possível recuperar um unguentário de vidro, porém retorcido pelo fogo (n°inv.2009.0510), acompanhado de um conjunto de elementos metálicos (n°inv.2009.0555). Por correlação estratigráfica com os demais enchimentos foi atribuída à segunda metade do século I (Fase V).



Figura 101 – Vista geral do depósito secundário C120 (©UAUM).

C121 (SEP.XVIII – Apêndice 20b; Ficha n°058)

Trata-se de um depósito secundário, com urna em cerâmica comum (UE0250 – n°inv.2009.0475), tapada por um testó da mesma produção (UE0252 – n°inv.2009.0543), com vala de secção em U aberto (Tipo 2b). O contentor funerário foi depositado sobre a base da fossa,

encaixado numa ligeira depressão e recoberto pelo enchimento de carvões, cinzas e ossos cremados (UE0249). Deste enchimento foram recuperados dois unguentários, um deles completo, incolor (Is 8, AR 129, T 66a), com depósito em forma de gota (nºinv.2009.0476) e, o outro (nºinv.2009.0475), incompleto, provavelmente com depósito em forma de gota. Ambas as formas são típicas de Tibério – Cláudio. Apesar de orientada NNO/SSE, apenas se encontrava conservada a metade nascente da vala, preservando as seguintes dimensões 0,65 x 0,24 (vis.) x 0,22m. Esta sepultura foi atribuída à Fase III (transição da Era/inícios do século I).

C122 (SEP.XX – Apêndice 22b; Figura 102)

Sepultura identificada apenas em corte, afetada pela implantação de pilares de betão relacionados com a construção do túnel subterrâneo. Trata-se de uma cova simples (Tipo 2b), totalmente preenchida pelo aterro resultante da cremação (UE0264 – nºinv.2012.1350). A urna, em cerâmica comum (UE0265 - nºinv.2009.0474), encontrava-se recoberta por um testo em cerâmica comum grosseira (nºinv.2009.0746). Foram também recuperados alguns pregos em ferro (nºinv.2009.0551). Encontra-se associada à segunda metade do século I (Fase V).



Figura 102 – Vista de pormenor da C122 em corte (©UAUM).

C123 (SEP.XXII – Apêndice 21b; Ficha nº059)

Depósito secundário, em cova simples, de morfologia retangular, sem urna (Tipo 1b), orientado OSO/ENE, que recebeu o enchimento relativo aos resíduos de cremação (UE0272). Apenas foi reconhecida a parte nascente da estrutura, pelo que a mesma se conservava em 0,76(vis.) x 0,64 x 0,35m. Do enchimento da vala, apenas foi recuperado um púcaro em cerâmica

comum fina, com uma perfuração na parede, datado da primeira metade do século I (n°inv.2009.0478). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase IV.

M02 (Apêndice 22b; Ficha n°172)

Estrutura orientada OSO/ENE, tipologicamente muito semelhante ao mausoléu M04, identificado na zona do túnel da Avenida da Liberdade. Este edifício encontrava-se implantado na plataforma a norte da Via XVII, conservando apenas o alicerce. De forma intermitente, eram visíveis as primeiras fiadas que marcavam o arranque das paredes (UEs0064, 0065, 0066 e 0067), constituídas por pedra granítica, de forma sub-retangular, talhe irregular e dispostas em fiadas horizontais. No canto SE do edifício era visível um bloco granítico de grandes dimensões (1,13 x 0,26 x 0,34m), que conservava marcas de cunha e parece reforçar um dos limites exteriores do monumento, mais precisamente da parede que serviria de fachada e que se encontrava virada à via. O embasamento (UE0093) era composto por pedra granítica de forma e talhe irregulares, disposta de forma desordenada, com interstícios, colmatados por terra de matriz arenosa, que preenchia a totalidade da vala de fundação, de secção retangular, com cerca de 0,60m de largura por 0,80m de altura. O estado de arrasamento do edifício não permite a identificação das áreas de acesso. Ocuparia um lote de terreno com uma área total de 6,67m², formalizando um espaço com uma área útil de 4,56m². No seu interior implantaram-se as Cs110, 111 e 113, pelo que o edifício se encontra datado da segunda metade do século I (Fase V).

M03 (Apêndice 23b; Ficha n°173)

Edifício mal conservado, reduzido ao seu embasamento. Encontrava-se orientado OSO/ENE, implantado num lote contíguo a poente ao M02, ocupando uma parcela com uma área total de 4,98m². O embasamento (UE0023) era composto por pedra granítica de pequena e média dimensão, sendo visíveis fragmentos de material laterício. Os interstícios foram colmatados por terra. Apresentava-se conservado em cerca de 0,66m de largura, encontrando-se preservado em apenas 0,20m de altura. Coetâneos do edifício são os socos de estela detetados na zona sul do mausoléu, cujos campos epigráficos certamente estariam voltados para a via. Dado o estado de arrasamento, ocorrido ainda em época romana pelo avanço da Via XVII para norte, não foi possível detetar estruturas funerárias contemporâneas da sua utilização, nem tampouco evidências das zonas de entrada/saida. No entanto, trata-se de um monumento funerário construído durante o século II (Fase VI).

U038 (SEP.XVII – Apêndice 22b: Figura 103)

Nível de carvão, cinza e osso queimado (UE0237), delimitado por uma mancha rubificada (Tipo 10a) com 1,50 x 0,96 x 0,05, muito mal conservado, possivelmente orientado OSO/ENE. Trata-se do único *ustrinum* deste setor de necrópole identificado a sul da via romana e integrado no recinto R06, em que se recuperou um unguentário, troncocónico (Is28B), tingido de verde amarelado, datado do último quartel século I/1º quartel do século II (nºinv.2009.0535), fragmentos de uma lucerna, tipo Dressel 20, de produção centro-italica, datada de finais do século I/II (nºinv.2009.0591; Nunes, 2016: Est.047), e um conjunto de 36 pregos em ferro (nºinv.2009.0570). A sua implantação encontra-se atribuída à segunda metade do século I (Fase V).



Figura 103 – Aspetto da estrutura U038 no decurso da intervenção (©UAUM).

U054 (SEP.VII – Apêndice 22b; Ficha nº193)

Cova simples, orientada OSO/ENE, visível em 1,66 x 1,15 x 0,18m (Tipo 10a). Trata-se de uma mancha de carvão e cinzas, à mistura com esquirolas de osso (UEs0107 e 0108 - nºinv.2012.1346), bastante extensa, já algo revolvida pelas estruturas posteriores. Apesar dessa circunstância, foi reconhecido um conjunto de espólio de grande qualidade, composto por um unguentário, de cor verde azulado, de depósito bulbiforme, de base plana e paredes grossas, de produção local ou regional (nºinv.2009.0511 - Is 28), um unguentário inteiro, de cor verde azulado escuro, de depósito bulbiforme, de base plana, gargalo alto e bordo dobrado sobre si (Is 28), com paredes grossas (nºinv.2009.0531), um unguentário fragmentado, embora completo, de depósito bulbiforme, base plana e de paredes ligeiramente mais finas que o restante corpo, gargalo alto e bordo dobrado sobre si (nºinv.2009.0533 - Is28), um unguentário inteiro, com pequeno depósito cónico, base plana sem marca, gargalo alto (nºinv.2009.0534) e, por último, um unguentário completo, com depósito bulbiforme, base plana e gargalo alto (nºinv.2009.0677). Todos os

unguentários descritos têm uma cronologia da segunda metade do século I, à exceção da peça com o n°inv.2009.0534, que se encontra datada do último quartel século I/primeiro quartel do II. Foram ainda identificadas uma pinça em bronze (n°inv.2009.0554), uma conta de colar em vidro (n°inv.2009.0455), um púcaro (n°inv.2009.0536), um jarro (n°inv.2009.0538) e um conjunto composto por inúmeros elementos metálicos, na sua maioria pregos em ferro (n°inv.2010.0102). Trata-se de uma estrutura implantada na segunda metade do século I (Fase V).

U055 (SEP.XIII – Apêndice 22b; Figura 104)

Estrutura em cova simples, de secção retangular (Tipo 10a), apenas visível em 1,69 x 1,21 x 0,07m, orientada OSO/ENE. No interior da fossa, foi reconhecido o aterro composto por carvões, cinzas e osso cremado (UE0170 – n°inv.2012.1347). Do mesmo, foi possível recuperar 17 pregos em ferro (2009.0686). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 104 – Vista geral do U055 (©UAUM).

U057 (SEP.XIX – Apêndice 21b; Figura 105)

Estrutura mal conservada, sobreposta pelo embasamento do mausoléu M03, pelo que não é possível, com segurança, aferir a sua orientação. Foi possível reconhecer um fino enchimento composto pelos resíduos da cremação (UE0232), em associação com uma mancha rubificada (UE0233). A estrutura encontra-se atribuída à Fase IV (primeira metade do século I).



Figura 105 – Aspecto do contexto funerário U057 (©UAUM).

U058 (Estrutura nº05 – Apêndice 22; Figura 106)

Estrutura bem conservada, orientada OSO/ENE, com 2,60 x 1,82, 0,17m, implantada numa cova simples, de secção retangular (Tipo 10a). No seu interior, foi individualizado o enchimento resultante do processo de cremação (UE0172), a par da mancha rubificada que era bem visível ao longo do limite da vala (UE0181). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).

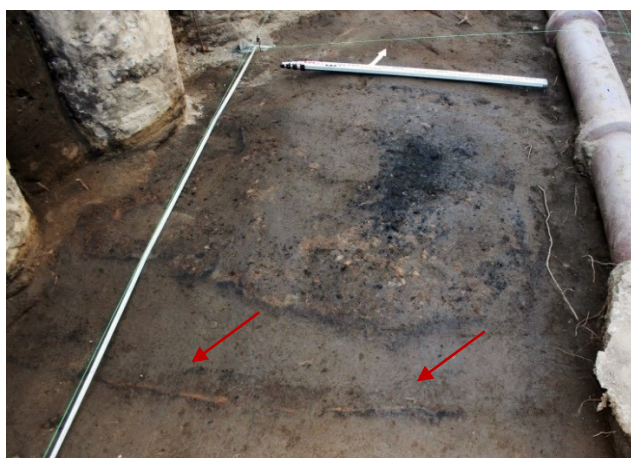


Figura 106 – Levantamento fotográfico de campo do U058 (©UAUM).

U059 (Estrutura nº06 – Apêndice 22b; Figura 107)

Estrutura em cova simples, em que se reconheceu o enchimento resultante do processo de cremação e a respetiva mancha rubificada ao longo da totalidade da vala (Tipo 10a). Encontrava-se preservada em 1,72(vis.) x 1,78 x 0,17m e, embora não tenha sido reconhecida a sua extremidade nascente, estaria orientada OSO/ENE. Trata-se de uma estrutura atribuída à segunda metade do século I (Fase V).



Figura 107 – Aspeto da estrutura U059 em fase de escavação (©UAUM).

U060 (Estrutura nº07 – Apêndice 22b)

Estrutura implantada sobre uma cova simples, parcialmente escavada, pelo que apenas foi possível registá-la em 0,97m de comprimento, por 1,48m de largura, numa altura máxima de 0,06m. No interior da vala foi reconhecido o enchimento de cinzas, osso calcinado e carvões (UE0170). A estrutura está associada à Fase V (segunda metade do século I).

2.11 Núcleo do Quarteirão CTT- Liberdade Street Fashion (CTT/LSF)

2.11.1. Caracterização

O núcleo de necrópole da Via XVII em análise foi identificado no decurso dos trabalhos arqueológicos levados a cabo pela UAUM nos inícios do ano de 2008. Trata-se de um quarteirão com uma área de 5600m², para onde se previa a construção de um edifício comercial, numa obra promovida pela Javere Imobiliária e pelo Grupo Regojo Martins *et al.*, 2009; Fontes e Braga, 2014/2015). A necessidade de construção de um parque de estacionamento automóvel subterrâneo levou à escavação integral da área. Os trabalhos nunca perderam a sua componente preventiva, apesar de a intervenção se ter prolongado ao longo de mais de dois anos. Após os diversos períodos de escavação arqueológica foram executados trabalhos de acompanhamento, não só para acautelar o aparecimento de novas estruturas, que eventualmente poderiam existir no subsolo, mas também para acompanhar os trabalhos de demolição dos edifícios pré-existentes, cujas paredes eram compostas por pedra. A equipa era composta por vinte e um arqueólogos, um antropólogo e dois técnicos de arqueologia, que procederam não só aos trabalhos de campo, executando todas as tarefas de tratamento dos dados em gabinete e laboratório, mas também à informatização do grande volume de informação procedente da intervenção.

O evoluir dos trabalhos permitiu desde cedo comprovar a alta sensibilidade arqueológica do terreno, facto que não era estranho à equipa uma vez que se conheciam já os achados de cariz funerário encontrados na década de 60 do século XX, anteriormente discriminados (ver Parte II, pontos 2.3 e 2.4), e outros mais recentes, identificados em áreas contíguas a este núcleo (ver Parte II, pontos 2.5 a 2.10).

Merece referência a identificação de dois conjuntos de ruínas, cronologicamente distintos, cuja originalidade permitiu que fosse elaborada uma proposta de conservação das estruturas *in situ*, de forma a tornar possível a sua futura visita. Um dos espaços preservados (núcleo arqueológico - NA1; Figura 108) integra sepulturas de inumação, de cronologia tardoantiga, articuladas com a construção de um recinto funerário (R07), cuja descrição também se encontra mais à frente. O segundo núcleo (núcleo arqueológico - NA2; Figura 108) integra as ruínas associadas a um recinto trapezoidal (R05), internamente compartimentado com diversos recetáculos, revestidos com *opus signinum*, que mais à frente descrevemos (Fontes e Braga, 2014/2015).



Figura 108 – Localização dos núcleos arqueológicos preservados *in situ*.

Estes dois espaços foram devidamente acondicionados, de forma a permitir o prosseguimento dos trabalhos de construção do novo imóvel, apesar de não terem sido concluídos

os trabalhos de escavação no núcleo NA1. Só em novembro de 2016, foi possível terminar a escavação desse conjunto de estruturas, momento em que foram intervencionadas as Is009, 022 e 025 e parte do recinto funerário que lhes era anexo. Para além da necessidade de terminar os trabalhos arqueológicos, a intervenção permitiu ainda informar o projeto de valorização, estudo, conservação, interpretação e divulgação de ambos os núcleos que se encontra a ser desenvolvido pela UAUM (Braga *et al.*, 2017).

No cômputo geral, foram identificadas 18 fases de utilização da área, das quais nove correspondem a uma ocupação ininterrupta da área como espaço sepulcral de cronologia romana e suevo-visigótica (Apêndice 24).

Os vestígios mais antigos de ocupação reportam-se a uma sepultura datada da Idade do Bronze (SEP.LXXX – Figura 109a), identificada *in situ*, onde se encontrou um vaso de morfologia troncocónica (n°inv.2009.0393), de fabrico manual, de pasta escura e bastante grosseira, de bordo em aba soerguida, com asa, cuja parede exterior se encontrava decorada com decoração plástica, exibindo alguns mamilos (Martins *et al.*: 2009: 141; Sampaio, 2014: 128). A par deste achado, foram também detetados outros exemplares, datados do mesmo período (n°inv.2009.0383/0409), acompanhados de materiais encontrados em diversos aterros de enchimento (Figura 109b). Hugo Sampaio, na sua tese de doutoramento, admite a possibilidade de ter existido neste espaço uma necrópole constituída por sepulturas planas, datadas da Idade do Bronze Inicial. A proposta é baseada na datação por C14 da pasta de uma das peças encontradas (n°inv.2009.0393), cujo resultado permite atribuir a estrutura ao primeiro quartel do II milénio AC (Sampaio, 2017: 792).



Figura 109 – a. Vaso correspondente à urna encontrada na SEP.LXXX (n°inv.2009.0393 ©UAUM). b. Vaso de largo bordo encontrado descontextualizado no núcleo CTT/LSF (n°inv.2009.0383 ©UAUM).

A datação destas estruturas é coincidente com aquela proposta pelo mesmo autor para as quatro sepulturas encontradas na zona dos Granjinhos, espaço localizado sensivelmente a 260m para SO do núcleo dos CTT/LSF (Bettencourt, 1993: Estampa XCIX; Sampaio, 2014: 126). O conjunto destas sepulturas e a sua dispersão permitem avançar com a eventualidade de esta zona, localizada a 1km a norte do rio Este, se ter conformado como espaço de necrópole na Idade do Bronze Inicial. Contudo, não parece que o espaço sepulcral se tenha mantido nos períodos cronológicos posteriores, visto não se encontrar vestígios de quaisquer tipos de achados funerários atribuíveis à Idade do Ferro.

A segunda fase de ocupação deste núcleo parece corresponder ao período anterior ao reinado de Augusto, ao qual se encontra associado um conjunto de valas abertas no saibro e alguns enchimentos de nivelamento sobre a rocha. A secção distinta destas valas, suas profundidades e orientações, permitiu a distribuição destas estruturas por três grupos (Apêndice 25). Ao primeiro grupo, correspondem duas extensas valas, com orientação O/E, cuja implantação parece ter que ver com o planeamento do futuro traçado do que viria a ser a Via XVII. Estas valas consubstanciam-se como uma espécie de plano prévio ou esquema do alinhamento viário (Apêndice 25; Figura 110), definindo um corredor que pode ter sido utilizado como caminho prévio à construção da via, já que foi reconhecido de forma pontual um piso de terra batida, bastante concrecionado, constituído por pedra miúda bastante rolada à mistura com um enchimento areno-limoso de cor castanha muito escura que é anterior à estruturação da via romana (Martins *et al.*, 2009: 172).

O segundo grupo de valas é formado por um conjunto de estruturas em negativo que parecem delimitar espaços circunscritos, possivelmente recintos que se estruturariam com materiais perecíveis, tendo em conta a inexistência de materiais mais duradouros (Martins *et al.*, 2009: 172). Este tipo de estruturas encontra-se tanto a norte como a sul do futuro eixo viário romano, reforçando a ideia da existência de um caminho anterior à fundação do eixo viário romano (Apêndice 25).

O terceiro grupo é composto por um conjunto de valas de secção em U reto, em que a bordadura norte ou oeste (mediante a alteração da sua orientação) apresenta um ligeiro ressalto lateral (Apêndice 25). Este tipo de vala, apenas detetado na área a sul do caminho, encontra-se numa superfície de terreno bastante alargada, sendo a sua funcionalidade de difícil perceção (Martins *et al.*, 2009: 172). Tal como já foi mencionado para outros núcleos contíguos aos CTT/LSF (ver Parte II, pontos 2.9 e 2.10), parece que parte destas valas se pode associar ao

desmantelamento de calotes graníticas, dada a orientação preferencial das mesmas para áreas onde se documenta a fratura de pedra (Figura 110). Esta ação encontra-se provavelmente associada à necessidade de criação de um terreno com uma superfície aplanada, de forma a disponibilizar áreas destinadas ao enterramento e à construção de edifícios funerários (Martins *et al.*, 2009: 173). Foram também detetadas marcas de cunha em alguns afloramentos graníticos, apenas reconhecidos no espaço correspondente ao limite setentrional do terreno intervencionado, constituindo-se também como um indício revelador do desbaste da pedra e da necessidade de regularização do terreno (Figura 111).

Um quarto conjunto de estruturas negativas denuncia áreas onde notoriamente se extraiu pedra ou saibro (Apêndice 25), para as quais confluíam algumas estruturas em negativo associadas às valas do segundo e terceiro grupo.



Figura 110 – Estruturas em negativo associadas aos Grupo 1 - Fase II, núcleo CTT/LSF (©UAUM).



Figura 111 – Conjunto de evidências que denunciam desmontagem das calotes graníticas (©UAUM).

Os enchimentos individualizados nos interiores das valas, constituídos pela alternância de níveis arenosos com outros de matriz limo-argilosa, fazem supor que o assoreamento terá origem natural, potenciado pela ação hidráulica. Nestes enchimentos, foram recuperados escassos materiais, como raros fragmentos de ânfora e cerâmicas de fabrico indígena. Podem ser datados em torno dos finais do século I a.C. (Martins *et al.*, 2009: 175).

A Fase III corresponde ao período mediado entre a transição da Era e os inícios do século I (Apêndice 26). A este período pode ser atribuída a implantação das primeiras preparações associadas à Via XVII, registando-se a presença de um *statumen* e do *rudus*, sobrepostos pela preparação do nível de circulação (Figura 112). O conjunto das preparações apresenta uma configuração ligeiramente abaulada, de forma a permitir a descarga das águas para os valados laterais (Martins *et al.*, 2009: 176). A partir de então, este eixo viário constituiu-se como o elemento dinamizador, determinante para a fixação das primeiras sepulturas. Na verdade, só após a construção da via se regista o efetivo uso do espaço como área sepulcral nos momentos correspondentes ao período fundacional da cidade.



Figura 112 – Aspecto geral das distintas preparações da Via XVII (©UAUM).

As primeiras estruturas funerárias constituem-se como depósitos secundários em fossa, de U alargado, que conhecem, na sua grande maioria, a colocação de um vaso ossuário em cerâmica, frequentemente fechado por um bloco granítico de média dimensão, toscamente talhado. Este tipo de sepultura é integrável no Tipo 2b, que se torna o tipo mais constante em todas as fases de uso deste núcleo de necrópole.

Contudo, existem dois tipos de sepultura de cremação excepcionais datados deste período: a sepultura C129 (Tipo 1c) e a sepultura C098 (Tipo 3a). Na primeira, os restos de cremação foram colocados dentro de uma caixa em madeira, acompanhados do espólio funerário (Parte III, 1.1.1). Na segunda, a urna ovoide, em granito, completamente estanque, continha restos ósseos cremados, acompanhados de espólio funerário (Parte III, 1.1.1).

Das 24 sepulturas identificadas nesta fase, 22 surgem localizadas a norte da via romana, estando relativamente espaçadas entre elas, ocupando áreas úteis que variam entre os 0,37m² e os 0,50m² (Apêndice 26). Não se verificam sobreposições entre os depósitos secundários de cremação, à exceção de três casos, ainda que as mesmas sejam parciais. Estas sobreposições, que ocorrem entre as Cs049/055, Cs087/106 e Cs088/089, podem ter sido executadas por desconhecimento da existência de uma sepultura antecedente, que perdeu o seu elemento identificador, ou por eventual ligação parental dos indivíduos aí sepultados por laços de parentesco. Assim, julgamos de sublinhar que a distribuição das estruturas funerárias sugere a existência de um espaço ordenado, em que os *loculi* estariam dotados de marcadores de sinalização que os localizavam na paisagem funerária.

A sepultura mais afastada (C073) encontra-se a cerca de 15m a norte via, o que pressupõe a existência de caminhos secundários que possibilitassem o acesso aos lotes funerários mais afastados do eixo viário principal, talvez mais baratos que os espaços mais próximos da Via XVII,

mau grado não ter sido identificado qualquer piso de terra batida para esta fase de utilização. É igualmente possível constatar que na área poente as sepulturas encontram-se implantadas de forma concentrada a cerca de 4m a norte do eixo viário, circunstância que parece definir um intervalo de terreno não ocupado, pelo menos nesta fase (Apêndice 26). Esta evidência parece denunciar a existência de áreas loteadas, pré-estabelecidas, destinadas à colocação de construções do tipo mausoléu, ou de outras construções funerárias, que deveriam ser preferencialmente erigidas junto às passagens viárias, conforme o hábito romano, acautelando desta forma a eventual necessidade de monumentalizar o espaço funerário.

Outras duas sepulturas foram encontradas na plataforma a sul da via, encontrando-se a mais afastada a cerca de 23m (C098). Esta evidência sugere, uma vez mais, a existência de uma rede de acessos viários de importância menor que permitia o acesso às áreas de enterramento mais afastadas do caminho principal.

No que concerne aos *ustrina*, estes não parecem ocupar áreas contíguas à via, tanto a norte como a sul, encontrando-se posicionados em espaços mais periféricos, o que permitia destacar, em primeiro plano, as próprias sepulturas e mausoléus.

A esta fase, associam-se os materiais datados entre os reinados de Augusto e Tibério, tais como uma lucerna de volutas, Loeschcke 1A, de produção centro-italica, uma taça de TSI (forma Consp.20.3), datada da transição da Era – 30 d.C., uma moeda datada dos anos 5-3 a.C., cunhada em *Celsa Sulpicia*, em associação com peças de produção marcadamente indígena, a avaliar não só pelo tipo de pastas, mas também pela tipologia das formas (Morais *et al.*, 2013: 318).

A fase posterior, datada dos meados do século I (Fase IV; Apêndice 27), é marcada não só pelo arranque da construção de edifícios funerários, como também pela identificação da primeira repavimentação da via, cuja cota de circulação sobe cerca de 0,20/0,30m, acompanhada da construção de um muro que delimitaria a mesma a sul (Martins *et al.*, 2009: 179).

Apesar de se verificar um ligeiro decréscimo no número de estruturas de cremação, em que apenas se individualizaram 15 depósitos secundários, as sepulturas encontram-se agora mais dispersas em maior número, tanto a norte como a sul do eixo viário, identificando-se estruturas de cremação a mais de 33m a norte da via romana. A tendência de colocação de urnas funerárias, de fabrico local, de produção indígena e romana, no interior de covas de secção em U aberto, ou de morfologia retangular (Tipos 2b e 2e), tapadas com pedra granítica, parece manter-se. Em algumas destas sepulturas, foi depositado espólio funerário, com destaque para as lucernas de

produção bética (lucerna Dressel 3 proveniente da C046). Da mesma forma, começa-se a verificar o recurso a objetos de produção local em cerâmica comum fina (pucarinho com duas asas do U037) (Morais *et al.*, 2013: 325).

Relativamente aos espaços onde terá ocorrido a cremação, a tendência verificada na fase anterior mantém-se, ocupando os *ustrina* novos espaços, cada vez mais afastados da via, com áreas úteis cada vez mais maiores, registando-se variações entre os 2,37 e os 5,22m² (Us016 e 037).

Na plataforma sul e a rasar a via, são fundados dois recintos funerários, um a poente (R03) e outro na extremidade oposta (R05) (Apêndice 27).

O recinto R03, embora muito arrasado e apenas perceptível ao nível do alicerce, define um espaço de planimetria retangular, cujo limite este não foi identificado, uma vez que parte do recinto se encontrava sob uma área que não foi intervencionada. Na parte escavada não foi identificada qualquer sepultura no seu interior. Todavia, junto à parede sul, no lado exterior, foi reconhecido um depósito secundário com abundante osso cremado (C011), à mistura com um enchimento de cinzas e carvão, pelo que a sepultura deverá ser coeva do período de fundação do edifício.

O recinto R05 diz respeito a um edifício de planta trapezoidal, que começou a ser construído neste período e cujo limite norte é coincidente com o muro que delimitava a passagem sul da via. Nesta fase, e do ponto de vista construtivo, apenas se identificam as paredes exteriores que exibem um aparelho pouco regular, composto por pedra granítica de forma e talhe pouco cuidado, com interstícios colmatados com terra de matriz arenosa e cascalho miúdo. Ainda que identificada de forma descontinuada, foi reconhecida a sapata do muro perimetral, composta por pedra granítica de pequena dimensão, assente sobre uma sapata que é mais expressiva, junto ao limite poente do edifício. Este edifício é contemporâneo da implantação do recinto R06, identificado na área contígua deste núcleo (ver Parte II, ponto 2.9). Estas construções terão sido implantadas em conjunto, funcionando articuladamente com a delimitação de uma ampla área aberta a poente do recinto R05. Esta ampla área, localizada na plataforma norte da Fonte do Ídolo, começa a ser estruturada num momento coincidente com o primeiro projeto de monumentalização desse mesmo santuário rupestre, que se encontra a 63m a sul da Via VXII. Julgamos, por isso, que o surgimento das primeiras formas de apropriação do espaço funerário pode ter sido desencadeado em conjunto com o programa de monumentalização do santuário (Garrido Elena *et al.*, 2008: XIX). Esta extensa e desafogada área, que não conhece a implantação de qualquer tipo de estrutura funerária, parece conformar uma espécie de zona de interligação entre a via e a Fonte do Ídolo,

limitada a nascente pelo recinto R05 e, a poente, por um muro com a mesma orientação que a parede oeste do edifício de planta trapezoidal (Martins *et al.*, 2009: 180; Apêndice 27).

No que concerne aos mausoléus, apenas foi detetada uma estrutura desta tipologia, localizada no limite nascente do núcleo (M01), implantado junto à bordadura norte do eixo viário, admitindo-se que a C063 corresponda já ao uso do edifício (Martins *et al.*, 2009: 181). Na parte exterior desta construção, foram detetados outros depósitos secundários em urna de tipologia semelhante (Cs061, 064 e 065).

Na segunda metade do século I (Fase V; Apêndice 28) verifica-se um aumento exponencial do número de edifícios funerários, bem como a construção de outros recintos funerários em diversos espaços do núcleo. O recinto R01 localiza-se a poente, na plataforma norte da via, nas traseiras do recinto R02. A delimitação do espaço foi conseguida através da construção de muros pouco alinhados, que exibiam um aparelho pouco regular, cujos interstícios eram colmatados com sedimentos de matriz areno-limosa. No interior deste recinto, identificaram-se dois depósitos secundários, sem urna cinerária (Cs018 e 033). Outra particularidade desta fase associa-se à existência de uma ampla área, localizada a norte do recinto R01, onde surge uma grande concentração de *ustrina*, pelo que julgamos que este espaço se terá conformado como uma área especialmente vocacionada para a cremação (Us014, 026, 027, 033, 036, 039 e 041).

A sul do recinto R01, posicionava-se o recinto R02, mal conservado e praticamente reduzido ao seu alicerce, perfeitamente paralelo e orientado com o eixo viário, delimitando uma área de planta quadrangular. No seu interior foram reconhecidos sete depósitos secundários, na sua grande maioria com colocação de urna cerâmica (Cs019, 026, 027, 074, 075, 076 e 081). A cerca de 17m a sul da via, no canto SO do núcleo escavado, identificou-se o recinto R04, que parece ter conhecido um processo de compartimentação interna, reconhecendo-se em determinadas paredes um revestimento em *opus signinum*, cujas características construtivas recolhem paralelo no revestimento aplicado no interior dos recetáculos do recinto R05. Este edifício trapezoidal (R05), que começou a ser edificado na fase anterior, conhece agora a sua primeira compartimentação interna, com a construção de quatro recetáculos, de forma retangular, todos revestidos com *opus signinum*. É perceptível a tentativa em dispor estes compartimentos de forma simétrica e paralela entre si (Martins *et al.*, 2009: 182). A funcionalidade de tal construção mantém-se enigmática, muito embora tudo aponte para o seu uso funerário, dada a sua localização e contiguidade com o recinto R06 (localizado no túnel da Avenida da Liberdade), onde se identificaram estruturas associadas ao ritual de cremação.

O mausoléu M01 parece manter-se em funcionamento e, no seu interior, são agora implantados mais dois depósitos secundários com urna (Cs062 e 105), posicionados de forma a não interferir com as sepulturas anteriores.

A tendência de continuar a sepultar nos espaços mais próximos da via mantém-se nesta fase, verificando-se, simultaneamente, a preferência pela plataforma a norte do eixo viário, talvez por se tratar de um espaço em que não se acumulariam grandes quantidades de água em determinados períodos. Por outro lado, a plataforma norte encontra-se ligeiramente mais alteada que a área a sul da via, proporcionando uma melhor visualização das sepulturas.

O processo de monumentalização da necrópole conta ainda com o recurso à colocação de epígrafes funerárias, que foram encontradas *in situ*, dispostas ao longo da via, servindo a dupla função de assinalar os *loculi* funerários no espaço sepulcral e perpetuar a memória dos que já haviam falecido (EE016 e 028). Foi também identificado um plinto (MEM01), que deveria servir de base para a colocação de uma ara ou altar que não foi recuperado.

Na plataforma a sul da via, foi assinalada a existência de dois poderosos embasamentos, sem relação entre si, com orientações distintas, construídos com recurso a pedra granítica, disposta de forma imbricada. Pela sua disposição e morfologia, estes alicerces deveriam estar associados à edificação de monumentos funerários de carácter monumental, cujas particularidades não são passíveis de ser estimadas, face ao desaparecimento total das estruturas que ficariam à cota do nível de circulação, completamente expostas e viradas à via.

Comparativamente com a fase anterior, a segunda metade do século I corresponde, neste núcleo, ao período de maior incremento do número de sepulturas, registando-se 41 sepulturas de cremação e 25 *ustrina*. Com a exceção dos *ustrina*, não se verificam, neste núcleo, sobreposições entre os diversos depósitos secundários. As sepulturas deveriam estar dotadas de elementos sinalizadores que, entretanto, desapareceram. Por outro lado, nem todas as sepulturas deveriam ter associada a si uma estela, pelo que admitimos a hipótese de que as peças demarcadoras dos *loculi* fossem simples e de reduzida durabilidade. No entanto, esta particularidade, aliada ao facto de os edifícios se encontrarem em espaços contíguos à via, ladeados por estelas e outros monumentos perfeitamente alinhados e dispostos de frente para o eixo viário, sugere a existência de um sistema de controlo e gestão do espaço funerário, cujas totais características ainda nos escapam. É perceptível a preferência dada às construções e monumentos que se posicionavam nas áreas de destaque, perto da zona de passagem, o que muito provavelmente tornaria estes lotes mais dispendiosos (Braga, 2010: 99).

Quando passamos para o século II (Fase VI; Apêndice 29), verificamos a alteração da tendência de enterramento observada nas fases anteriores. Para além de um decréscimo significativo do número de sepulturas identificadas, apenas 23 depósitos em cova e sete *ustrina*, nota-se a preferência pela plataforma sul, onde se contabiliza um total de 14 depósitos secundários. Este facto poderá estar associado à sobrelotação das áreas de enterramento a norte do eixo viário, pelo que ainda deveria ser reconhecível o local de implantação de alguns *loculi*, em virtude da permanência dos elementos de localização. Provavelmente, foram selecionadas áreas livres de ocupação, nas quais a fundação de novas sepulturas não colidia com as estruturas funerárias precedentes. Desta forma, evitar-se-ia a interferência ou destruição de sepulturas mais antigas, mesmo que realizada de forma inadvertida.

No que concerne aos recintos funerários identificados nas fases anteriores, verifica-se que se mantêm em uso até esta fase, uma vez que são detetados enterramentos no seu interior, como acontece com o R02, no qual foi identificada a sepultura C070, a única em caixa quadrangular detetada neste núcleo. Este recinto é totalmente abandonado após este período. Situação análoga terá ocorrido com o recinto R03, que acolheu no seu interior dois depósitos secundários com urna (Cs006 e 007). Este último edifício funerário é parcialmente desmontado, mantendo-se exclusivamente a parede norte, que funcionava como limite sul da via. No entanto, a sul deste muro, na área correspondente ao anterior recinto R03, surgem agora mais cremações (Cs003, 004 e 007), reconhecendo-se nas imediações uma sepultura com deposição de uma urna em vidro (C025). É agora construído um muro com cerca de 7,40m de extensão, conservado de forma descontinuada, uma vez que foi cortado por estruturas modernas, mantendo o alinhamento da parede poente do R01 (Apêndice 29). No seu aparelho foram integrados blocos epigrafados, claramente em contexto de reaproveitamento. Embora seja bastante difícil aferir a sua funcionalidade, admitimos que este alinhamento se poderá constituir como um elemento de divisão da área de enterramento. Todavia, do ponto de vista arqueológico, tal não é totalmente expressivo, uma vez que não é perceptível qualquer tipo de diferenciação no que concerne à tipologia ou cota de implantação das sepulturas. Associada a esta fase, encontra-se a segunda remodelação interna do recinto R05. Aquilo que na fase anterior correspondia a um espaço aberto passa a ser agora uma área construída, em que se reconhecem mais seis recetáculos, construídos de forma a replicar o modelo anterior, muito embora seja possível reconhecer algumas diferenças do ponto de vista construtivo. Os muros delimitadores são formalizados por material laterício, ao contrário dos anteriores, construídos com pedra granítica. Internamente, o edifício mantém a

coerência construtiva, verificando-se a necessidade de conservar a simetria entre as estruturas construídas. O que é construído no lado nascente é reproduzido de forma semelhante no lado poente.

Apesar da acentuada quebra do número de deposições associadas a esta fase, verifica-se a persistência do hábito de colocar estelas funerárias ao longo da via, registrando-se a implantação de um novo elemento epigráfico (EE021) fincado junto ao conjunto de memoriais identificados na fase anterior.

A fase VII (Apêndice 30), datada entre os finais do século II e a primeira metade do século III, tal como as fases anteriores, é marcada por uma nova reestruturação da via, registrando-se também uma subida de cota na ordem dos 0,30m, pelo que o piso da via passa a situar-se à cota de 181m (Martins *et al.*, 2009: 190). Esta alteração está intimamente relacionada com remodelações operadas nas estruturas de apoio à via, tendo sido possível identificar o alteamento do muro delimitador da via a sul, que vê reforçada a sua sapata (Braga, 2010: 30).

A esta fase estão associadas três estruturas que denunciam a manutenção da prática da cremação Us001, 032 e C102. Estas encontram-se já bastante dispersas surgindo o U001 a sul da via e o U032 a cerca de 13m a norte do eixo viário. Já a sepultura C102 foi reconhecida no limite nascente da área de intervenção, a sul do eixo viário.

Entre a segunda metade do século III e os inícios do século IV (Fase VIII; Apêndice 31) assiste-se a uma nova intervenção na via, com repavimentação do nível de circulação, verificando-se que as estruturas funerárias acompanham a nova subida de cota, tal como parece comprovado pela implantação de um possível cenotáfio (CEN002), do lado sul da via, praticamente encostado a um murete de contenção da Via XVII (UEs1995 e 3658).

Assinalamos também o aparecimento das primeiras sepulturas associadas ao ritual de inumação, localizadas em espaços bem distintos. Uma sepultura em caixa (I007) surge integrada no interior do recinto R04, a sul da via, pelo que este deveria manter-se então ainda visível. A segunda estrutura (I014) encontrava-se a cerca de 22m a norte da via, num espaço em que aparentemente não existiam estruturas funerárias anteriores. Sobrevivem ainda vestígios de sepulturas associadas à cremação, como o demonstra a sepultura C060.

O aparente “abandono” deste setor da necrópole contrasta com a existência de novas áreas que surgem nas suas imediações, que começam a ser ocupadas nesta fase, o que nos leva a supor que este núcleo é preterido a favor de outras áreas da necrópole que se começam agora a desenhar, tal como acontece com o núcleo da Cangosta da Palha (ver Parte II, ponto 2.8).

A Fase IX (séculos IV/V) está associada a uma nova repavimentação da via romana, intimamente articulada com a construção de uma oficina de vidro (Apêndice 32; Figura 113), localizada na plataforma sul do eixo viário. O limite norte do edifício é, inclusivamente, construído sobre as anteriores preparações da via. Nesta fase, o traçado da via sofre uma deslocação em cerca de 2m para norte.

No que concerne à oficina, esta é implantada parcialmente sobre o recinto R05, e sobre o amplo recinto que lhe era anexo a poente, localizando-se a norte da Fonte do Ídolo. A extensa área a sul da oficina converte-se num vertedouro dos restos de produção da mesma (Martins *et al.*, 2009: 193).

Esta fase marca o surgimento de um crescente número de estruturas afetas ao ritual de inumação, registando-se 14 sepulturas construídas com recurso a material laterício (Apêndice 32). Estas estruturas foram identificadas, essencialmente no canto NO do quarteirão, com orientações diversas N/S (I018), NNO/SSE (Is007, 008, 011, 012, 021, 025), NNE/SSO (Is017 e 019), e OSO/ENE (Is010, 013, 015, 016 e 026). Pelo grau de dispersão e pelas distintas orientações exibidas não nos é possível perceber qual seria a modelação dos lotes de enterramento, não sendo exequível o estabelecimento de um padrão, tal como aconteceu com o núcleo da Cangosta da Palha (ver Parte II, ponto 2.8). Apesar de se verificar a existência de sepulturas a rasar as preparações do eixo de circulação principal (I010), no lado norte da via, é evidente a necessidade de um progressivo afastamento destas estruturas para espaços mais setentrionais, o que justifica a identificação de tumulações a mais de 35m para norte da via.

O espólio osteológico desta fase é praticamente inexistente, pois, apesar de se terem identificado os vestígios ósseos dos indivíduos sepultados nas Is004 e 006, eles não puderam ser recuperados de forma a fornecer qualquer tipo de informação.

A Fase X (séculos V/VII; Apêndice 33) marca o fim do uso deste setor da necrópole. Ainda assim, foi possível identificar algumas estruturas funerárias cuja implantação ocorreu no período suevo-visigótico.

A tendência verificada na fase anterior para a ocupação de zonas cada vez mais setentrionais mantém-se nesta fase, muito embora se verifique a permanência de práticas crematórias, com a identificação de três *ustrina* (Us002, 005 e 007) e de um depósito secundário (C020), perfeitamente datados, uma vez que são implantados sobre um extenso aterro (UE2707), onde se reconheceram fragmentos de LRA1 e restos de contentores anfóricos de produções africanas.

Embora se individualizem algumas inumações, dispersas pela área poente do núcleo, estas estruturas nunca se sobrepõem em relação às estruturas anteriores. Das seis inumações reconhecidas, três apresentam-se orientadas O/E (Is001, 003, 006 e 024), duas OSO/ENE (Is004 e 009), duas N/S (Is002 e 005) e apenas uma orientada NNO/SSE (I022).



Figura 113 – Pormenores construtivos do espaço artesanal com os restos de produção associados ao fabrico de vidro (©UAUM).

No limite norte da área intervencionada, localizado a poente das sepulturas Is009 e 022, foi construído um edifício de planta quadrangular (R07), cujas paredes apenas conservam duas fiadas de blocos graníticos, de pequena e média dimensão, com os interstícios preenchidos com uma argamassa de argila e areia de cor amarela (Martins *et al.*, 2009: 120; Apêndice 33). Um

dado que nos parece relevante é o facto de este edifício ter funcionado como um polo atrativo para a construção de sepulturas, cuja edificação terá implicado um avultado esforço construtivo, atendendo aos materiais e às especificidades técnicas que se reconheceram. Estas estruturas funerárias implantadas numa área afastada em relação à Via XVII, a cerca de 28m para norte, conformam um núcleo de necrópole certamente associado a indivíduos possivelmente mais abastados (Braga e Martins, 2016; Apêndice 33).

Após o século VII, a avaliar pelos poderosos aterros que recobrem e selam as sepulturas mais recentes, e que se identificaram um pouco por toda a área de escavação, este setor parece ter sido convertido num amplo terreno agrícola. O enterramento ter-se-á deslocado para junto das basílicas paleocristãs localizadas numa periferia mais alargada da cidade, relacionadas com as novas formas de gerir e intervir sobre o território rural.

A via mantém-se em uso mesmo depois da área ter sido abandonada como espaço de enterramento, tendo sido identificadas as preparações associadas aos períodos medievais e modernos, perdurando a utilização do eixo viário até aos períodos contemporâneos, sob os designativos de “*Quingosta da rua da Agoa*”, em 1755 (Figura 114a) e “*Cangosta da Palmatória e de Portas*”, em 1910 (Figura 114b), convertendo-se, posteriormente, num caminho de acesso privado que funcionou até 2007 (Figuras 114c e 114d).

De seguida, passamos à descrição de todas as sepulturas e estruturas funerárias encontradas neste setor.



Figura 114 – Fossilização da Via XVII na cartografia de Braga⁹.

⁹ Bases cartográficas: a. Mapa Primaz de 1755; b. Mapa de José Teixeira, 1910; c - Mapa de Francisque Goullard 1883/84; d. GoogleEarth.

2.11.2. Análise das estruturas funerárias

CEN001 (SEP.LXV – Apêndice 29b; Ficha nº001)

Cova simples, com 0,74 x 0,26 x 0,34m (Tipo 3a), orientada NNO/SSE, localizada a norte da via. Na extremidade sul da cova foi depositado um jarro em cerâmica comum (UE2967, nºinv.2009.0300), circundado por pedras graníticas de média dimensão, replicando a solução de deposição das urnas cinerárias em cova. Porém, no interior do pote (UE3372) não foi encontrado nenhum osso, nem no exterior foi encontrada nenhuma concentração de carvões ou ossos cremados, com a exceção de uma única vértebra cervical, incompleta, com anel *epifisário* fundido, provavelmente procedente de uma remobilização ou infiltração (UE2939). Tratar-se-á, provavelmente, de uma estrutura destinada a um qualquer ritual de comemoração de um indivíduo falecido, mas que não foi sepultado neste núcleo. Encontra-se associada à Fase VI (século II), sob um nível datado do mesmo período (UE2932).

CEN002 (SEP.CXIV – Apêndice 31c; Ficha nº002)

Cova simples (Tipo 2a), a sul da via, com 0,58 x 0,57x 0,23m, na qual foi depositado um pote de grandes dimensões (UE3637, nºinv.2009.0384), já reduzido ao fundo. No interior foi encontrado um conjunto de quatro lucernas inteiras, de canal ou *Firmalampen*, de forma atípica, de produção local, todas datadas dos fins do século III/inícios do século IV (nºinv.2009.0198/0199/0200/0201; Esteves, 2016: Est.058, 059). Não se encontraram vestígios osteológicos cremados nem outras evidências rituais.

Atribuímos esta estrutura à Fase VIII (finais do século III/inícios século IV).

CEN003 (SEP.CVII – Apêndice 28b; Figura 115)

Cova simples, a norte da via, com 1,42 x 0,72 x 0,41m, orientada SO/NE. No centro da vala foi depositado um pote de grandes dimensões (Tipo 2a), deitado, mas incompleto (UE3352 - nºinv.2009.0229). São visíveis, na parte exterior do pote, evidências de problemas relativos à cozedura da peça, uma vez que a mesma se encontrava deformada. No seu interior (UE3449) não foi detetado qualquer tipo de conteúdo. Pela sua correlação estratigráfica, encontra-se associada à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 115 – Pormenor gráfico da estrutura CEN003 (©UAUM).

C001 (SEP.V – Apêndice 29b; Figura 116)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a sul da via, de planimetria retangular, com 0,33m de altura, cujo enchimento resultante da cremação (UE0361 – material osteológico n°inv.2008.0787) foi depositado sobre um pote cerâmico que servia de urna funerária (UE0489 - n°inv.2008.0568). Não foi identificado o sistema de fecho da urna. Foram recolhidos 24 pregos em ferro (n°inv.2008.0720) e um fragmento de fibula (n°inv.2008.0722). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).



Figura 116 – Aspeto geral da sepultura C001 (©UAUM).

C002 (SEP.XI – Apêndice 29b; Ficha n°004)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a sul da via, a nascente do espaço delimitado pelo recinto R03. Apresentava uma planta ovalada, conservando-se em apenas 0,20m de altura. A urna, em cerâmica comum, encontrava-se já seccionada sensivelmente a meio (UE0490 - n°inv.2008.0566; conteúdo UE4447, n°inv.2008.0788). Do enchimento composto por cinzas e carvão, com bastante osso cremado que envolvia a urna (UE0374), foi recolhido um

alfinete em bronze (n°inv.2008.0714) e nove pregos em ferro (n°inv.2008.0715). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C003 (SEP.XII – Apêndice 29b; Ficha nº005)

Localizado a sul da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b). Apresentava uma forma arredondada, com 0,25m de altura. A urna em cerâmica (UE0491 - n°inv.2008.0569; enchimento do interior UE4428, n°inv.2008.0789), depositada no centro da vala, encontrava-se parcialmente recoberta pelo enchimento de carvões resultantes da cremação (UE0403). Em plano, eram perceptíveis ligeiras depressões em torno da urna, posicionadas em intervalos irregulares, que podem corresponder aos negativos de elementos em material perecível, que suportariam uma cobertura em material vegetal, disposta em torno da urna, recobrindo-a. O facto de a metade superior da cova e da urna se encontrar preenchida com terra parece corroborar tal hipótese. Do enchimento de carvões foram recolhidos 12 pregos (n°inv.2008.0724). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C004 (SEP.XIII – Apêndice 29b; Ficha nº006)

Trata-se de um depósito em cova (Tipo 2b), planimetricamente de morfologia ovalada, em que a urna (UE0492 n°inv.2008.0571) foi posicionada na extremidade NNO da vala, recoberta com um bloco pétreo (UE0461). Do aterro de carvões (UE0467) foi recuperado um prego de ferro (n°inv.2008.0750) e uma lucerna de volutas, produção centro-italica, tipo Loeschcke IV, com o disco fragmentado, datada de Augusto e os inícios do século II (n°inv.2008.0698; Nunes, 2016: Est.020). Do enchimento do interior da urna (UE4461, n°inv.2008.0790) foi retirado um unguentário, incompleto, em forma de gota, de cor verde azulado. Esta sepultura encontra-se atribuída à Fase VI, dado que se encontra implantada sobre um aterro que integra material cerâmico atribuído aos inícios do século II (UE0363).

C005 (SEP.XIV – Apêndice 29b; Figura 117)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), a sul da via romana. A urna, em cerâmica (UE0493 - n°inv.2008.0572, conteúdo da urna UE4525, n°inv.2009.0791), estava praticamente reduzida ao fundo, encontrando-se no espaço central da cova, repleta por um enchimento composto por carvões, ossos e manchas de sedimento rubificado (UE0369). O conteúdo da urna foi escavado em campo. Deste aterro apenas foram recuperados nove pregos em ferro (n°inv.2008.0723). Por correlação estratigráfica encontra-se associada à Fase VI (século II).



Figura 117 – Pormenor do estado de conservação da urna (©UAUM).

C006 (SEP.XV – Apêndice 29b; Figura 118)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), localizado no interior do recinto R03, em mau estado de conservação. Um potinho de cerâmica bracarense terá servido de urna, restando apenas o fundo que ainda continha alguns ossos cremados (UE0436 - n°inv.2008.0574; conteúdo da urna UE4529, n°inv.2008.0792). A urna encontrava-se colocada na extremidade ENE da vala que apresentava uma planimetria ovalada, apenas com 0,17m de altura. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI, implantada sobre um aterro datado dos inícios do século II (UE0363).



Figura 118 – Aspeto da C006 com respetiva localização em planta (©UAUM).

C007 (SEP.XVII – Apêndice 29b; Ficha n°007)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), distinguindo-se dos restantes por conservar a altura integral da vala com 0,49m. No fundo da cova, foi depositado um pote, em cerâmica comum (UE0494 - n°inv.2008.0561), “calçado” com algumas pedras miúdas. O fecho da urna foi conseguido através da colocação de uma massa concrecionada, de matriz arenosa, bastante endurecida, de coloração castanha (UE0470). A recobrir a totalidade da vala encontrava-se o aterro resultante da cremação (UE0399), do qual foram recuperados quatro fragmentos de bronze (n°inv.2008.0727), 43 de pregos em ferro e diversos fragmentos indetermináveis do mesmo

material (n°inv.2008.0725). Este depósito estaria no interior do recinto R03. O conteúdo da urna, depois de escavado (UE4426, n°inv.2008.0794), forneceu um fragmento de fundo de unguentário, em forma de gota, ligeiramente aplanada, de cor verde azulado, datado do século I. Contudo, a sepultura encontrava-se implantada sobre um aterro datado dos inícios do século II (UE0363), pelo que atribuímos a estrutura à Fase VI (século II).

C008 (SEP.XVIII – Apêndice 29b; Ficha n°008)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), com 0,32m de altura. Localizado a sul da via, apresentava uma planimetria ovalada, com 0,74 x 0,49m, conferindo-lhe uma orientação ONO/ESE. A urna, em cerâmica (UE0495 - n°inv.2008.0565; conteúdo da urna UE4433, n°inv.2008.0795), encontra-se ligeiramente descentrada e sobreposta por um bloco granítico (UE0487). Sobre o contentor funerário encontrava-se o enchimento resultante da cremação (UE0475), do qual se recuperaram apenas três pregos em ferro (n°inv.2008.0751). No topo do enchimento de carvões, ao nível da superfície da vala, foi depositado um copinho em cerâmica cinzenta fina polida, datado da segunda metade do século I (n°inv.2008.0567). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II), por se encontrar sobre um aterro datado do mesmo período (UE0363).

C009 (SEP.XX – Apêndice 29b; Ficha n°009)

Localizado a sul da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2c), bastante profunda, com 0,86m de altura, exibindo uma secção trapezoidal na base. A urna foi colocada ligeiramente descentrada, quase encostada ao perfil SE da vala. O contentor cerâmico foi depositado sobre um recorte, aberto abaixo do nível da base da vala, realizado propositadamente para a implantação da urna em cerâmica comum (UE0770 – n°inv.2008.0562). O pote encontrava-se tapado por uma pedra granítica, sem afeiçoamento (UE0772). No interior da urna (UE4346, n°inv.2008.0797), encontrava-se uma taça de vidro canelada, de cor verde azulado (n°inv.2008.0575 - Is3a, AR 2.1, T3a), datada do reinado de Augusto ao período flávio, e um unguentário piriforme da mesma cor (n°inv.2009.0223 - Is26, AR 133, T70b), datado do século I. A totalidade da vala era preenchida com o enchimento de carvões, cinzas e ossos (UE0471), do qual se retirou um unguentário em vidro, em forma de gota, sem constrição, de azul-escuro (n°inv.2008.0741), datado do século I (típicos de Augusto – Tibério), e 59 pregos de ferro (n°inv.2008.0728). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C010 (SEP.XXI – Apêndice 27b; Ficha nº010)

Depósito secundário em cova (Tipo 4a), implantado a sul da via. Apresentava uma planimetria arredondada, com 0,31m de altura. A urna, em cerâmica, continha ossos cremados (UE0872 - nºinv.2008.0563) e foi colocada no centro de uma fruste estrutura composta por quatro lascas de pedra (UE0893), sem leito, recoberta por um bloco granítico (UE0873). O interior da “caixa” não recebeu qualquer tipo de enchimento típico dos depósitos secundários de cremação. A estrutura estava preenchida por um aterro composto por areias e limos, resultante das infiltrações, sem grande quantidade de fragmentos de material osteológico e pontos de argila amarela (UEs0871 e 0896). No interior da urna (UE4419, nºinv.2008.0812) foi identificado um fragmento de bojo, de grandes dimensões (nºinv.2009.0218), de cor verde azulado, sem tipologia definida, datado dos meados do século I. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados do século I).

C011 (SEP.XXII – Apêndice 27b; Ficha nº011)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), sem urna. No fundo da cova, conservada em apenas 0,07m de altura, foi depositado um conjunto de ossos cremados, relativamente bem conservado, à mistura com o aterro de cinzas e carvões (UE0816). Não foi encontrado espólio funerário, tendo apenas sido recolhido apenas um prego em ferro (nºinv.2008.0747), e o material osteológico (nºinv.2008.0813). Trata-se de uma estrutura associada aos meados do século I (Fase IV).

C012 (SEP.XXIII – CINZ.1 – Apêndice 26b; Ficha nº012)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), no qual a urna, em cerâmica de produção indígena (UE0753 nº inv.2008.0342, conteúdo da urna UE0322, nºinv.2008.0318), foi depositada no centro da vala e selada por um bloco granítico algo tosco (UE0759). A vala com pouca profundidade (0,26m) apresentava uma planimetria subcircular (0,85 x 0,79m). O aterro resultante da cremação (UEs0202 e 0750) encontrava-se delimitado por lascas de granito, provavelmente retiradas das diáclases do substrato rochoso em que foi aberta a vala. Do aterro de carvões e cinzas (UEs0202 e 0750) foi possível recuperar dois unguentários, provavelmente de produção itálica, tipo *bulbous unguentaria* (Morais *et al.*, 2013: 316). Um deles não apresentava a parte correspondente ao bordo (nºinv.2008.0721), um outro apenas conservava o bordo e o gargalo (nºinv.2008.0292), recolhendo-se ainda o fragmento de uma

terceira peça de tipologia semelhante (n°inv.2008.0292) e 21 pregos de ferro (n°inv.2008.0303 e 2008.0591). A sepultura encontra-se atribuída à Fase III (transição da Era/primeiros decénios do século I).

C013 (SEP.XXVII – CINZ.5 – Apêndice 26b; Ficha n°013)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), em que uma jarra, de pasta micácea, serviu de contentor funerário (UE0754, n°inv.2008.0343; conteúdo da urna - UE0319, n°inv.2008.0338), posteriormente tapado por uma pequena lasca granítica. A sobrepor a urna foi depositado o aterro resultante da cremação (UE0266), do qual se recuperaram três pregos em ferro (n°inv.2008.0586). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase III (transição da Era/primeiros decénios do século I), por correlação estratigráfica com as sepulturas que lhe são contíguas e pelo material associado.

C014 (SEP.XXVIII – CINZ.6/10 – Apêndice 26b; Ficha n°014)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), de planimetria ovalada, com 0,60 x 0,42 x 0,25m, onde se dispunha o aterro resultante da cremação (UE0269). A escavação do interior da urna, em cerâmica comum grosseira (UE0757 - n°inv.2008.0346; enchimento do interior da urna UE0324, n°inv.2008.0957), permitiu recuperar um anel em bronze (n°inv.2009.0724) e um brinco com a mesma liga metálica (n°inv.2009.0744). Por correlação estratigráfica, atribuímos a sepultura à Fase III (transição da Era/primeiros decénios do século I).

C015 (SEP.XXIX – CINZ.7 – Apêndice 27b; Figura 119)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b). Apresentava uma planimetria arredondada, com 0,26m de altura. A urna em cerâmica comum grosseira, de produção romana (UE0755 - n° inv.2008.0344; Morais *et al.*, 2013: 325; conteúdo da urna UE4417, n°inv.2008.0339), selada por um bloco pétreo, encontrava-se no centro da vala, recoberta pelo enchimento de carvões resultante da cremação (UE0264), do qual foram recolhidos 13 pregos em ferro (n°inv.2008.0585). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados do século I).



Figura 119 – Aspecto geral da sepultura C015 em campo (©UAUM).

C016 (SEP.XXX – CINZ.8 – Apêndice 26b; Figura 120)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria ligeiramente ovalada, encontrando-se orientado OSO/ENE, apenas com 0,16m de altura. No interior da vala, apenas foi reconhecido o aterro resultante da cremação (UE0267), que forneceu somente um prego em ferro (n°inv.2008.0587) e material osteológico (n°inv.2008.0340). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III.



Figura 120 – C016 em fase de escavação (©UAUM).

C017 (SEP.XXXI – CINZ.9 – Apêndice 26b; Figura 121)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria subcircular, com 0,16m de altura. A urna, em cerâmica comum grosseira, (UE0756 - n° inv.2008.0345; conteúdo da urna UE0321, n°inv.2008.0341), encontrava-se ligeiramente descentrada. Não foi recuperado qualquer elemento relativo ao sistema de fecho da urna que se encontrava recoberta pelo enchimento de cinzas e carvões (UE0268). Deste mesmo aterro foi possível recuperar 10 cabeças de pregos (n°inv.2008.0588). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III, por correlação estratigráfica.



Figura 121 – Aspecto geral da estrutura C017 após a sua escavação (©UAUM).

C018 (SEP.XXXIV – Apêndice 28b; Ficha n.º015)

Depósito secundário em cova (Tipo 1b), implantado a norte da via, no interior do espaço delimitado pelo recinto R01. Apresentava uma planimetria ovalada, com 0,86 x 0,58 x 0,18m, assumindo uma orientação SO/NE. Não incluía qualquer urna. Contudo, sobre o topo do enchimento de carvões, cinzas e ossos cremados (UEs2570 e 2574, n.º inv.2012.0959), foi colocado um potinho, em cerâmica bracarense, já tombado, mas inteiro, e quebrado ao nível do bordo (n.º inv.2009.0184). Esta sepultura encontra-se associada à Fase V (segunda metade do século I).

C019 (SEP.XXXVI – Apêndice 28b; Figura 122)

Localizado no interior do recinto R02, corresponde a um depósito secundário em cova (Tipo 2e), em que a urna, em cerâmica comum grosseira (UE2568 - n.º inv.2009.0390; conteúdo da urna UE4415, n.º inv.2012.0961), tapada com uma tampa em cerâmica, foi depositada no centro da vala e recoberta com o aterro resultante da cremação (UE2557). A sepultura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I), por correlação estratigráfica com outras sepulturas.



Figura 122 – Vista geral da sepultura C019 (©UAUM).

C020 (SEP.XXXIX – Apêndice 33b; Ficha nº016)

Depósito secundário em cova (Tipo 1b), de morfologia oval, a norte da via, com 1,21 x 0,75 x 0,11m, orientado NNO/SSE. Sem contentor funerário. No centro da vala, foi depositado um pucarinho em engobe vermelho (UE2751 - nºinv.2009.0207; conteúdo da urna UE4430, nºinv.2012.0963), sem tampa, recoberto por um nível de cinzas, carvão e ossos cremados (UE2745). Do aterro de carvões, foi recolhido um fragmento de lâmpada em vidro, de bordo tubular, de cor amarelo esverdeado, embora de datação incerta, pelo que se aponta para que a peça tenha sido fabricada entre os finais do século IV a VIII. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase X (séculos V/VII), por se encontrar implantada sobre um aterro datado desse período (UE2707).

C021 (SEP.XLIII – Apêndice 28b; Figura 123)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), localizado a sul da via, cuja urna, em cerâmica comum grosseira (UE3021 - nºinv.2009.0373; conteúdo da urna UE4451, nºinv.2012.0965), foi depositada no centro da vala, com 0,46m de altura, selada por um bloco granítico, algo tosco (UE3020). Sobre a urna/tampa, foi colocado o enchimento resultante da cremação (UE3022), no qual foi recuperado um conjunto de pregos fragmentados retirados do crivo. A sepultura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 123 – Vista geral da sepultura C021 (©UAUM).

C023 (SEP.XLVI – Apêndice 29b; Ficha nº017)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria ovalada, com 0,62 x 0,24 (vis.) x 0,53m, orientada OSO/ENE. A urna, em cerâmica comum grosseira, albergava os ossos cremados (UE2791 - nºinv.2009.0364). Ligeiramente descentrada, encontrava-se encostada à parede poente e recoberta por um testo em cerâmica comum grosseira (nºinv.2009.0718), já partido no seu interior. O sistema de fecho registado era

algo particular, pois foi usado um pote de tipologia idêntica à urna (UE2790 - n.º inv.2009.0363), voltado ao contrário, o que poderá explicar o facto de os potes estarem encostados ao limite da vala. Do aterro resultante da cremação, que preenchia a totalidade da vala (UEs2739 e 2901), foram recuperados 20 pregos (n.º inv.2011.0315). Do enchimento do interior da urna (UE4352, n.º inv.2012.0967) foi recuperado um unguentário troncocónico em vidro, verde azulado escuro (n.º inv.2009.0577 - Is 28B), datado do último quartel século I d.C./primeiro quartel do II. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C024 (SEP.XLVII – Apêndice 28b; Figura 124)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), com uma vala de 0,49m, no centro da qual foi depositada a urna, em cerâmica comum grosseira, com ligeiro engobe na parede exterior (UE2794 - n.º inv.2009.0206; conteúdo da urna UE4339, n.º inv.2012.0968), tapada com um testo de cerâmica (UE2792 - n.º inv.2009.0719). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 124 – Pormenor do corte da sepultura C024 (©UAUM).

C025 (SEP.XXI (1) – Apêndice 29b; Ficha n.º 018)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a sul da via. Apresentava uma planimetria ovalada, com 0,25m de altura. O recipiente que serviu de urna correspondia a um frasco de vidro, inteiro, de corpo quadrangular, base plana sem marca, bordo dobrado externamente, formando uma gola (UE4429 - n.º inv.2008.0564 - tipo Is62, AR119, T102), encontrando-se ligeiramente tombado sobre a vala. A urna deveria estar encostada a uma pedra granítica de forma e talhe quadrangular, colocada na parte setentrional da vala (UE2000). Do interior do frasco vítreo foi recuperado um unguentário, de cor verde azulado, já fragmentado (n.º inv.2009.0725). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C026 (SEP.LI=LIII – Apêndice 28b; Ficha nº019)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado no interior do recinto R02. Apresentava uma planimetria ovalada, com 1,36 x 0,71 x 0,45m, e uma orientação SSO/NNE. A urna, em cerâmica comum, de grandes dimensões (UE2627 n°inv.2009.0365), tapada com um testó de cerâmica (n°inv.2009.0366), encontrava-se assente sobre um nível de ossos cremados que, por sua vez, se encontrava delimitado por uma fruste estrutura composta por pedras graníticas de média dimensão (UE2628). Do enchimento de carvões e ossos cremados (UE2612), foram recuperados 61 pregos de ferro (n°inv.2011.0318). No aterro do interior da urna, composto por ossos cremados (UE4407, n°inv.2012.0971), foi recuperado um potinho em cerâmica cinzenta fina, datado da segunda metade do século I, quase inteiro, encontrando-se em falta o bordo (n°inv.2009.0714), embora estivesse tapado com um fragmento de material laterício. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).

C027 (SEP.LII – Apêndice 28b; Ficha nº020)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), colocado no interior do recinto R02, orientado OSO/ENE. No interior da cova, foi colocada a urna, em cerâmica comum grosseira, de grandes dimensões (UE2622 - n°inv.2009.0389; conteúdo da urna UE4423, n°inv.2012.0972), tapada com um fragmento de tégula (UE2617), sobre a qual encostava o enchimento de cinzas, carvão e ossos cremados (UE2631), que se estendia por mais de 1,28m para poente da urna. Deste aterro foram recuperados 18 pregos em ferro e dois fragmentos de escória (n°inv.2011.0319). Colocado no topo da vala, encontrava-se um potinho em cerâmica comum fina (n°inv.2009.0381), datado do século I, já com o bordo obliterado, apesar de selado por um fragmento de tijolo de tipologia indeterminada (UE2618). Trata-se de uma estrutura associada ao uso do recinto durante a segunda metade do século I (Fase V).

C028 (SEP.LVI – Apêndice 29b; Ficha nº021)

Localizado a norte da via, corresponde um depósito secundário em cova, de morfologia retangular (Tipo 7a), com 2,02 x 0,78 x 0,38m, orientado O/E. No limite setentrional da vala foi colocado um fragmento de tijolo de tipologia indeterminada (UE2883), formalizando aquilo que resta da parede norte. No interior da vala foi identificado um enchimento com manchas de argila, pedras de média e pequena dimensão, com alguns carvões à mistura (UEs2882 e 2895, material osteológico, n°inv.2012.0974), do qual se recuperaram seis pregos (n°inv.2011.0322), um

fragmento de escória (n°inv.2011.0322), um fundo de um possível copo (?), em cerâmica comum fina e uma moeda do século I, datada de Cláudio (n°inv.2009.0345), bem como uma fíbula em ouro (n°inv.2009.0053). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II), uma vez que se encontra sobre um aterro datado dos inícios do século II (UE2870).

C029 (SEP.LIX – Apêndice 28b; Figura 125)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova, de morfologia arredondada (Tipo 1a), com 1,05 x 0,49 x 0,25m, orientado OSO/ENE. Do aterro resultante da cremação (UE2916) foi individualizado um conjunto de 11 fragmentos de prego (n°inv.2014.0149), recuperados através do processo de crivagem.

Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V, uma vez que se encontra sobre um aterro (UE2909), datado da segunda metade do século I.



Figura 125 – Um dos levantamentos fotográficos da sepultura C029 (©UAUM).

C030 (SEP.LX – Apêndice 28b; Ficha n°022)

Cova simples, localizada a norte da via. Apresentava uma planimetria sub-retangular, com 1,79 x 1,25 x 0,23m, e uma orientação OSO/ENE (Tipo 9a). Na bordadura da vala, reconhecia-se de forma descontínua uma mancha avermelhada (UE2950), sobre a qual se encontrava o enchimento de cinzas e carvão (UEs2919 e 2946) que encostava a uma urna em cerâmica comum (UE3308 - n°inv.2009.0378; conteúdo da urna UE4422, n°inv.2012.0976), tapada com um fragmento de material de construção (UE3321). Não era perceptível qualquer vala que indicasse a intenção de colocar a urna, pelo que se considera que o contentor funerário foi “encaixado” sobre o aterro originado pelo processo de cremação. Foram ainda recuperados 92 fragmentos de prego (n°inv.2011.0324), uma taça em engobe vermelho (n°inv.2009.0024) e um unguentário de vidro,

com depósito troncocónico, incompleto (n°inv.2009.0224 - Is 28B, AR130.2), dos finais do século I. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V.

C031 (SEP.LXI – Apêndice 29b; Ficha n°031)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via, com 1 x 0,68 x 0,39m, orientado O/E. No interior da vala foi recuperada uma urna, em cerâmica comum grosseira (UE3145 - n°inv.2009.0372; conteúdo da urna UE4450, n°inv.2012.0977), tapada com um fragmento de tijolo (UE3143), acompanhada de um pote em cerâmica comum grosseira (UE3144 – n°inv.2009.0722). Do aterro de carvões que recobria os potes (UE3072) não foi retirado qualquer tipo de espólio. No entanto, por correlação estratigráfica é possível atribuir a sepultura à Fase VI (século II).

C032 (SEP.LXII – Apêndice 28b; Figura 126)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), com 0,24m de altura. Localizado a norte da via, apresentava uma planimetria ovalada, com 0,58 x 0,23m (vis.), conferindo-lhe uma orientação NNO/SSE. A urna, em cerâmica (UE2924 - n°inv.2009.0379; conteúdo da urna UE4421, n°inv.2012.1169), encontrava-se encostada ao limite sul da vala. Do aterro de carvões concentrados (UE2952), que encostava à urna, foram recuperados 20 pregos de ferro (n°inv.2001.0326). A escavação do enchimento do interior da urna permitiu ainda a individualização de uma lucerna, forma Dressel 18, de produção centro-italica, datada da segunda metade do século I (n°inv.2009.0726; Nunes, 2016: Est.045). Assim, associamos a implantação da sepultura à Fase V.



Figura 126 – Vista geral da sepultura C032 (©UAUM).

C033 (SEP.XXXV – Apêndice 28b; Figura 127)

Trata-se de um depósito secundário (Tipo 1a) localizado no interior do recinto R01. A vala, com apenas 0,11m de altura, encontrava-se implantada na base de um afloramento granítico que limitava o recinto funerário a norte. Do aterro de carvões e ossos cremados (UEs2525 e 2569), não foi recuperado qualquer tipo de espólio. Encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I), por relação com a C018.



Figura 127 – Aspecto da sepultura C033 em campo (©UAUM).

C034 (SEP.LXXIII=XCVI – Apêndice 29b; Ficha nº034)

Trata-se de um depósito em cova (Tipo 2b). Planimetricamente, apresentava uma morfologia ovalada, orientada NO/SE. Apenas foi intervencionada a extremidade sul. Na vala, com secção em U, algo profunda, com 0,62m, foram recuperados dois púcaros, de forma idêntica, em cerâmica comum fina (UE3142 - n.º inv.2009.0197; UE3322 - n.º inv.2009.0376, que tem como conteúdo interior a UE1382), colocados a cotas distintas, separados por 0,20m. Um deles encontrava-se recoberto por uma pedra granítica (UE3141) e o segundo tapado com um fragmento de tijolo (UE3321). O púcaro, colocado no topo da vala (UE3142), não tinha qualquer conteúdo, ao contrário do outro (UE3322) que albergava material osteológico em pouca quantidade (UE1392), depreendendo-se que esta peça terá funcionado como urna funerária. Apesar de o enchimento do topo da vala ser constituído por uma grande quantidade de carvão, à mistura com uma grande concentração de argila amarelada (UE3111), o aterro colocado no fundo da vala correspondia, em termos de composição, a um típico enchimento resultante do processo de cremação (UE3306). Nenhum destes enchimentos forneceu qualquer tipo de espólio adicional. Apesar de os púcaros se encontrarem datados da segunda metade do século I, esta sepultura encontra-se atribuída à Fase VI, pois estava implantada sobre um aterro datado dos inícios do século II.

C035 (SEP.LXIX – Apêndice 28b; Figura 128)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria ovalada, tendo sido apenas intervencionada a sua metade sul. Não possuía urna, mas do aterro resultante da cremação (UE2957, material osteológico, n°inv.2012.0963), foram recuperados 19 pregos em ferro. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), dada a sua relação estratigráfica com outros enchimentos e sepulturas.

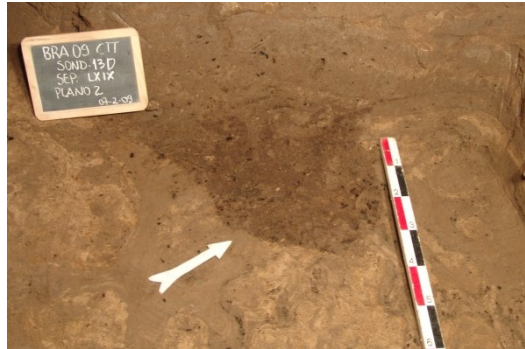


Figura 128 – Perspetiva da sepultura C035 (©UAUM).

C036 (SEP.LXXII – Apêndice 29b; Ficha n°025)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), localizado a norte da via. Apresentava uma planimetria subcircular, conservando 0,14m de altura. A urna, em cerâmica comum (UE3092 - n°inv.2009.0379), surge um pouco descentrada, praticamente encostada ao canto NO da vala, encontrando-se selada pela colocação, em posição invertida, de uma taça em cerâmica comum fina (UE3091 - n°inv.2009.0025). No enchimento do interior da urna (UE4436, n°inv.2012.0986), para além de ossos cremados à mistura com terras limosas, provenientes do processo de infiltração, foi recuperado um copo de paredes finas, forma Mayet XXXVIII, Mérida, datado da segunda metade do século I (n°inv.2009.0723), e um unguentário em vidro (n°inv.2009.0734). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II), sobrepondo a sepultura C031.

C037 (SEP.LXXIV – Apêndice 28b; Figura 129)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2e), implantado a norte da via. A urna, em cerâmica comum grosseira, albergava os ossos cremados (UE3099 - n°inv.2009.0221; conteúdo da urna UEs3131 e 3147, n°inv.2012.0987). A urna encontrava-se ligeiramente descentrada e estava selada por um bloco granítico de talhe irregular. No aterro de cinzas e carvões (UEs2994, 2997, 3074 e 3098), que recobria a urna, foram recuperados 54 fragmentos de pregos (n°inv.2011.0350) e os restos de um unguentário retorcido por ação do fogo da

cremação datado do século I. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), encontrando-se sobre um aterro do mesmo período (UE2917).



Figura 129 – Pormenor do estado de conservação da urna da sepultura C037 (©UAUM).

C038 (SEP.LXXVII – Apêndice 28b; Figura 130)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), com 1,03 x 0,69 x 0,58m, orientado NNO/SSE, apresentando uma planimetria subcircular. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3093 - n°inv.2008.0217; conteúdo da urna UE4343, n°inv.2012.0988), colocada no centro da vala, estava calçada por duas pedras graníticas, tendo sido posteriormente selada por um bloco granítico. Foram ainda recuperados sete fragmentos de prego (n°inv.2014.0153). Do aterro de cinzas e carvões que recobria a urna (UE3000) apenas foram retirados alguns pregos de ferro. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 130 – Vista geral da estrutura em campo C038 (©UAUM).

C040 (SEP.LXXIX – Apêndice 29b; Figura 131)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), com apenas 0,16m de altura. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3183 - n°inv.2009.0369;

conteúdo da urna - UE4412, n°inv.2012.0990), foi depositada no centro da cova, não se recuperando qualquer vestígio relativo ao seu sistema de fecho. O aterro que recobria a urna e que preenchia a totalidade da vala era composto por terras de matriz argilosa, compactas, com raízes e inclusões de argila, registando a presença de carvões ainda que de forma pontual (UE3187). Ai foram recuperados 15 fragmentos de pregos (n°inv.2014.0155). Por correlação estratigráfica atribuímos a sepultura à Fase VI (século II).



Figura 131 – Vista geral da C040 em fase de escavação (©UAUM).

C041 (SEP.LXXXII=CII – Apêndice 28b; Ficha n°026)

Depósito secundário em cova (Tipo 4a), localizado a norte da via. A urna, em cerâmica comum (UE3261 - n°inv.2009.0367), foi depositada no centro de uma estrutura de morfologia quadrangular, composta por lascas de granito que formavam uma espécie de caixa pétreia (UEs3257, 3258, 3259 e 3260). A servir de tampa à urna foi colocada uma grande pedra granítica (UE3256), que assumia a função de elemento de fecho da estrutura. Posteriormente, foi depositado o aterro de carvões e ossos cremados (UE3180), do qual foram recuperados um prego em ferro e os fragmentos de uma possível argola no mesmo material (n°inv.2011.0353). A escavação do interior da urna (UE4336, n°inv.2012.1170) permitiu ainda a individualização de um unguentário em vidro, de cor verde azulado (n°inv.2009.0368). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), encontrando-se sobre um aterro balizado cronologicamente no mesmo período (UE2909).

C042 (SEP.LXXXIII – Apêndice 28b; Figura 132)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 1a). Apresentava uma planimetria sub-retangular, com 0,63 x 0,44 x 0,13m, e uma orientação OSO/ENE. No enchimento de carvões e ossos cremados, reconhecido no interior da vala (UE3171,

n°inv.2012.0991), foi possível recuperar os restos de uma bilha em cerâmica comum fina (n°inv.2009.0196) e um conjunto de 31 pregos fragmentados (n°inv.2014.0157). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), por correlação estratigráfica com o aterro UE2909.



Figura 132 – Aspecto geral da sepultura C042 (©UAUM).

C043 (SEP.LXXXIV – Apêndice 28b; Figura 133)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b). Ainda que escavado parcialmente, apresentava uma planimetria arredondada, com 0,22m de altura. A urna, em cerâmica comum grosseira, colocada no centro da vala (UE3173 - n°inv.2009.0304; conteúdo da urna - UE4338, n°inv.2012.0992), encontrava-se tapada por um bloco pétreo (UE3237), recoberto pelo enchimento de carvões e osso cremado (UE3198). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), implantada sob um aterro datado da mesma fase (UE2917).



Figura 133 – Aspecto da C043 em campo (©UAUM).

C044 (SEP.LXXXIX – Apêndice 26b; Figura 134)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), de planimetria arredondada, com 0,22m de altura. A urna, em cerâmica comum, de produção indígena (UE3270 - n°inv.2009.0374; Morais *et al.*, 2013: 318), encontra-se no centro da vala e

terá sido tapada por um elemento lítico (UE4449), abatido no seu interior (UE4448, n°inv.2012.0995), o que terá provocado a quebra da totalidade do bordo do pote. Do aterro de carvões (UE3262) que recobria a urna foi recuperada uma conta de colar oculada, de fabrico oriental. A escavação do interior da urna (UE3270) permitiu ainda a recuperação de um unguentário em vidro, em forma de gota, de cor verde azulado (n°inv.2009.0754 - Is 8, AR 129, T 66a), datado dos inícios do século I, acompanhado de mais três contas oculadas, derretidas, idênticas à que se encontrava no aterro exterior à peça. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios do século I).



Figura 134 – Vista geral da sepultura C043 (©UAUM).

C045 (SEP.XC – Apêndice 27b; Ficha n°027)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2e), implantado a norte da via. A urna em cerâmica comum grosseira, com ossos cremados (UE3275 - n°inv.2009.0220), encontrava-se no centro da vala, encostada a um bloco pético, que delimitaria a mesma a sul. Um elemento lítico serviu de tampa à urna (UE3274). O aterro resultante da cremação, que ocultava por completo a urna (UEs3264 e 3289), permitiu a recuperação de 93 fragmentos de prego (n°inv.2011.0357) e de um fragmento de lucerna de volutas de produção itálica, de forma indeterminada, datado de Augusto-Cláudio.

Do aterro do interior da urna (UE3830, n°inv.2012.0996), foi possível recuperar um unguentário de vidro (n°inv.2009.0266 - AR 128.1, e uma lucerna inteira, Dressel 3, de produção bética dos inícios do século I (n°inv.2009.0264). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados do século I).

C046 (SEP.XCI – Apêndice 27b; Ficha nº028)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 1b), implantado a norte da via. Não foi recuperada qualquer urna funerária, apenas uma lucerna, datada dos meados do século I, derivada de Dressel 3, de fabrico hispânico, exibindo traço em “zigzag” no fundo (nºinv.2009.0191 – Nunes, 2016: Est.100). Esta peça encontrava-se no topo da vala, pousada sobre os carvões. Estava recoberta por um bloco granítico que a ocultava completamente (UE3267, material osteológico nºinv.2012.0997). Do aterro de carvões e ossos cremados (UE3265), foi possível recuperar 12 fragmentos de pregos (nºinv.2011.0358). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados do século I).

C047 (SEP.XCII – Apêndice 27b; Ficha nº029)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria arredondada, com 0,70m de altura. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3278 - nºinv.2009.0219; conteúdo da urna UE4337, nºinv.2012.0998), dispunha-se no centro da vala, tapada por um elemento granítico de pequena dimensão (UE3277). Do aterro resultante da cremação (UE3272) foi possível identificar um fragmento de lucerna, de produção itálica, de Cláudio/ Nero e nove fragmentos de prego (nºinv.2014.0158). Sobre o aterro de carvões que ocultava a urna, foi identificada uma grande lasca de pedra, sem qualquer afeiçoamento. Poderá corresponder ao elemento de referência e localização da sepultura, que, entretanto, tombou sobre a vala. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados do século I), por correlação estratigráfica com a C045.

C048 (SEP.XCV – Apêndice 26b; Figura 135)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), cuja urna, em cerâmica comum grosseira (UE3377 - nºinv.2009.0375), foi depositada no centro da vala, de reduzida profundidade, com apenas 0,24m, sobre um aterro de terra arenosa. Deste último, formado por alguns carvões (UE3376), foram recuperados os restos de um unguentário, de forma indeterminada, derretido e fraturado. Do aterro resultante da cremação recolheram-se quatro pregos em ferro (nºinv.2011.0359) e do enchimento do interior da urna (UE4439, nºinv.2012.1141) foi recuperada uma agulha em osso (nºinv.2009.0745). Atribuímos a sepultura à Fase III, por correlação estratigráfica com o U018.



Figura 135 – Aspeto da sepultura C048 em fase final de escavação (©UAUM).

C049 (SEP.XCVII – Apêndice 26b; Ficha nº030)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), em que a urna, em cerâmica comum (UE3494 - nºinv.2009.0216; conteúdo da urna UE4342, nºinv.2012.1143), era recoberta por um elemento lítico, sem qualquer tipo de talhe (UE3465). Do aterro resultante da cremação, que apenas enchia parcialmente a cova (UEs3324, 3327 e 3496), foram recuperados 60 fragmentos de pregos, em que um deles apresentava vestígios de madeira e osso (nºinv.2011.0360) e um potinho, em cerâmica indígena, datado da Idade do Ferro¹⁰ (nºinv.2009.0386). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III, sobreposta por sepulturas datadas do mesmo período.

C050 (SEP.XCVIII – Apêndice 28b; Ficha nº050)

Depósito secundário em cova (Tipo 4a), implantado a norte da via, com uma vala que não ultrapassava os 0,49m de altura. No interior da cova, foi reconhecida uma caixa formada por lascas de pedra granítica (UE3460), que se dispunha em torno da urna, em cerâmica comum grosseira (UE3413 - nºinv.2009.0213; conteúdo da urna UEs3461 e 3463, nºinv.2012.1144), selada por um elemento lítico, de forma trapezoidal, de grandes dimensões (UE3414). A preencher a totalidade da vala, encontrava-se o aterro de carvões e osso cremado (UE2806). Após a sua escavação, recuperou-se o bordo de um copinho de paredes finas, forma Mayet XXXVI, de Mérida, da segunda metade do século I (nºinv.2009.0189), um pote em cerâmica comum, com aguada exterior (nºinv.2009.0214) e 45 fragmentos de prego (nºinv.2014.0151). Trata-se de uma

¹⁰ Os paralelos com esta peça, denominados de “tipo Cameixa”, encontram-se datados por Josefa Rey Castiñeira, que os posiciona na Fase Media da Idade do Ferro (sécs. IV ao II a.C.). Porém, Alba Rodríguez Nóvoa, da Universidade de Santiago de Compostela (GEPN-AAT), no decurso dos trabalhos da sua tese de doutoramento (*Xacementos castrexos da vacía do Minho: análise da cerâmica indígena*), para a área da Bacia do Minho, posiciona estes potes na Fase Final da Idade do Ferro até ao período de Transição da Era. Agradecemos à investigadora a cedência desta informação, conscientes que a datação destas peças está sujeita a revisão.

sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), por correlação estratigráfica com a C045.

C051 (SEP.XCIX – Apêndice 26b; Figura 136)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 4a), com 0,78 x 0,58 x 0,28m, orientado N/S. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3489 - n°inv.2009.0215; conteúdo da urna UE3490, n°inv.2012.1145), estava encostada à extremidade sul da vala, resguardada por uma tosca estrutura de pedra. O pote encontrava-se coberto por uma pedra granítica, sem qualquer afeiçoamento (UE3458). Do enchimento de carvões e ossos cremados que preenchia parcialmente a vala (UEs3457, 3459 e 3479), foram recuperados 71 fragmentos de pregos (n°inv.2011.0361). No interior da urna foi depositado um unguentário em vidro, em forma de gota, de cor verde azulado (n°inv.2009.0226), datado do século I (típico de Augusto – Tibério). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III, pelo seu material e pela sua correlação estratigráfica.



Figura 136 – Pormenor do corte da sepultura C051 (©UAUM).

C052 (SEP.CIV – Apêndice 28b; Figura 137)

Localizado a norte, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), orientado NO/SE, com 0,70 x 0,50 x 0,29m. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3424 - n°inv.2009.0394; conteúdo da urna UE4403, n°inv.2012.1140), encontrava-se recoberta por um bloco granítico (UE3423) e assentava sobre duas pequenas lascas pétreas que funcionavam como elementos de suporte e estabilização do pote. O aterro de carvões e osso ocultava a urna (UE3422). A sepultura está associada à Fase V (segunda metade do século I), por correlação estratigráfica com outras sepulturas.



Figura 137 – Vista geral da sepultura C052 (©UAUM).

C053 (SEP.CVI – Apêndice 27b; Figura 138)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova, de morfologia sub-retangular (Tipo 2a), com 0,79 x 0,55 x 0,31m, orientado OSO/ENE. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3467 - n°inv.2009.0649; conteúdo da urna UE4341, n°inv.2012.1147), encontrava-se recoberta por um elemento lítico de grande dimensão, sem afeiçoamento (UE3466). Do aterro resultante da cremação (UE3384) foram identificados 11 fragmentos de pregos (n°inv.2011.0364) e um fragmento de lucerna, provavelmente do período de Augusto (?). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (segunda metade do século I), dada a correlação estratigráfica com a C051.



Figura 138 – Aspeto do corte estratigráfico da sepultura C053 (©UAUM).

C054 (SEP.CIX – Apêndice 28b; Figura 139)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2e), implantado a norte da via. Tratar-se-á da sepultura associada à epígrafe EE028. A urna em cerâmica comum (UE3471 - n°inv.2009.0380; conteúdo da urna UE4409, n°inv.2012.1148) foi depositada numa vala com 0,25m de altura. Parte do bordo encontrava-se partido devido à colocação da estela. O pote deveria estar tapado por um elemento lítico que, pelo mesmo motivo, se encontrava deslocado. Do aterro

resultante da cremação (UE3492), foram retirados 21 fragmentos de pregos (n°inv.2011.0365). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), encontrando-se sobre um aterro com cronologia idêntica (UE2917).



Figura 139 – Aspeto da urna da sepultura C054 em fase de escavação (©UAUM).

C055 (SEP.CX – Apêndice 26b; Ficha n°032)

Depósito secundário em cova (Tipo 4a), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria arredondada, com 0,58 x 0,56 x 0,37m. A urna em cerâmica comum grosseira, já bastante fragmentada (UE2168 - n°inv.2009.0385), encontrava-se no centro de uma fruste estrutura de pedra, sem talhe, formalizando uma espécie de caixa. O osuário encontrava-se tapado por uma peça lítica, sem qualquer afeiçoamento (UE2167). Associados ao aterro de carvões (UE2166) foram recuperados 37 fragmentos de prego (n°inv.2014.0160). Do enchimento do interior da urna (UE4443, n°inv.2012.1149), foi recuperado um pequeno unguentário, fragmentado, mas completo, de depósito piriforme, de cor azul esverdeado (n°inv.2009.0751), datado do século I. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III, associação que se confirma pela sua relação com a C049.

C056 (SEP.CXII – Apêndice 26b; Figura 140)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2e). O contentor funerário, em cerâmica comum de produção indígena (UE2152 - n°inv.2009.0370; Morais *et al.*, 2013: 318; conteúdo da urna UE4414, n°inv.2012.1151), estava localizado junto à extremidade sul da vala. A urna encontrava-se tapada por uma pedra tosca (UE2151). A preencher a totalidade da cova, com 1,20 x 0,39 x 0,37m, foi individualizado o aterro de carvões, ossos cremados à mistura com argila rubificada (UE2150), do qual se recuperaram sete pregos em ferro (n°inv.2011.0367). Trata-se de uma sepultura associada à Fase III (transição da Era/primeiros decénios do século I).



Figura 140 – Aspeto geral da C056 em fase de escavação (©UAUM).

C057 (SEP.CXV – Apêndice 28b; Ficha nº033)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 1b), localizado a norte da via. Foi reconhecido o aterro de carvões e ossos cremados (UEs2032 e 2340, material osteológico nºinv.2012.1153), que preenchia a totalidade da vala, sobre o qual foi encontrado *in situ*, colocado no topo do aterro, um copinho de paredes finas, inteiro, forma Mayet XLIII, de Mérida, datado da segunda metade do século I, cuja parte exterior é decorada com lúnulas (nºinv.2009.0204). Trata-se de uma sepultura associada à Fase V.

C058 (SEP.CXVII – Apêndice 28b; Ficha nº034)

Localizada a norte da via, trata-se de uma cova simples (Tipo 9a), de planimetria sub-retangular, com 2,21 x 1,65 x 0,17m, orientada SO/NE. Nos limites da vala, incluindo na base, foi identificada a mancha rubificada (UE3858), sobre a qual se dispunha o enchimento resultante da cremação (UEs2805 e 4230). No centro da vala foi identificado um pote, em cerâmica comum grosseira (UE3855 - nºinv.2009.0301; enchimento do interior UE4349, nºinv.2012.1155), sobre o qual foram “acumulados” e encostados os carvões. A cobrir a urna e parte do enchimento da cremação foi disposta uma lasca granítica (UE3856). Não era perceptível qualquer vala que fosse demonstrativa da intenção de colocar a urna funerária. Foram apenas recuperados 89 fragmentos de pregos, alguns dos quais com osso agregado, e alguns rebites (nºinv.2011.0369). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).

C059 (SEP.CXX – Apêndice 26b; Figura 141)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 1a), localizado a sul da via, orientado N/S. A vala, com 0,95 x 0,39 x 0,33m, encontrava-se totalmente preenchida com

carvões e ossos cremados (UE3782), sem qualquer tipo de espólio associado. Por correlação estratigráfica, encontra-se associada à Fase III (transição da Era/primeiros decénios do século I).



Figura 141 – Vista geral da sepultura C059 (©UAUM).

C060 (SEP.CXXII – Apêndice 28b; Ficha nº035)

Depósito secundário em cova (Tipo 2a), implantado a norte da via, num espaço ocupado anteriormente pelo M01. A urna, em cerâmica comum fina (UE3897 - nºinv.2009.0395; conteúdo da urna UE4435, nºinv.2012.1165), foi depositada no centro de uma cova com 0,31m de altura, de morfologia circular. Não foi encontrado qualquer elemento relativo ao seu fecho. Contudo, o espaço vazio existente entre o topo da urna e os carvões parece denunciar a existência de tampas em material perecível, que permitiriam manter isolado o enchimento de osso do interior da urna. A crivagem do aterro de carvões, cinzas e ossos queimados que preenchia a totalidade da vala (UE3893) permitiu a recuperação de um conjunto de contas de colar, a saber: cerca de meia de conta ovalada oculada, com fio branco opaco em todo o perímetro central e pequenos óculos definidos por pingo azul-escuro, de origem oriental, de cronologia incerta (nºinv.2009.0506/0640); uma conta em pasta de vidro, cor branca, com pintas azuis (nºinv.2009.0680); uma conta em vidro azul-escuro, translúcido (nºinv.2009.0630); uma conta anelar, em vidro amarelo esverdeado, com pequenos pingos dispersos (nºinv.2009.0631); uma conta esférica, deformada e alterada pelo fogo, de cor azul-escuro (nºinv.2009.0632); uma conta de vidro, de preto e branco, partida (nºinv.2009.0507); três fragmentos de conta de cor preta e branca (nºinv.2009.0508); uma pequena conta esférica, com pingos de vidro azul acinzentado opaco, em alto-relevo, com aspeto de mini conta oculada (nºinv.2009.0633); fragmento de conta, em pasta de vidro, cor azul com círculos brancos e azuis, de datação incerta (nºinv.2009.0634); uma conta em pasta de vidro, de cor verde e avermelhada, com pequenas incisões verticais, muito queimada (nºinv.2009.0635); uma conta em pasta de vidro negra, com incrustações brancas (nºinv.2009.0636); conta em pasta de vidro negra, com pingos brancos (nºinv.2009.0637); uma

conta em pasta de vidro branca, com pintas azuis (n°inv.2009.0638); conta fragmentada, em pasta de vidro azul-escuro, translúcido (n°inv.2009.0639), e um conjunto de contas em pasta de vidro, alteradas por ação do calor, derretidas (n°inv.2009.0641). Todas as contas enunciadas datam do período romano. A este grupo pertencem, ainda, um pendente em faiança egípcia (n°inv.2009.0741), de proveniência itálica, datado do século I, e um fragmento de taça de pé anelar, possivelmente completo, bastante fragmentado e deformado pelo fogo. Esta sepultura encontra-se implantada sobre um aterro de nivelamento, datado da segunda metade do século I, pelo que a associamos à Fase V.

C061 (SEP.CXXIII – Apêndice 27b; Ficha n°061)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria subcircular, com 0,62 x 0,50 x 0,27m. A urna, em cerâmica comum grosseira, já bastante fragmentada (UE3904 - n°inv.2009.0387; conteúdo da urna UE4405), encontrava-se ligeiramente descentrada em relação à vala e tapada por um testó em cerâmica, colocado com a pega voltada para baixo (UE3905 - n°inv.2009.0388). Do aterro de carvões e ossos que preenchia a totalidade da vala (UE3898), foram recuperados oito pregos em ferro (n°inv.2011.0375), bem como um selo em marfim, de forma oval, com baixo-relevo de um leão sentado de frente, com cabeça virada para a esquerda e pata direita levantada (n°inv.2009.0430). Esta peça é de cronologia incerta, propondo-se a sua atribuição ao período pré-romano/romano. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados século I).

C062 (SEP.CXXIV – Apêndice 28b; Figura 142)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2a), implantado a norte da via, no interior do mausoléu M01. O aterro resultante da cremação (UE3900) recobria a urna, em cerâmica comum grosseira com ossos cremados (UE3901 n°inv.2009.0392; conteúdo da urna UE4418, n°inv.2012.1157), tapada por um testó em cerâmica, já abatido no interior do pote (UE3902 - n°inv.2009.0753). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), encontrando-se sobre um aterro datado do mesmo período (UE4266).



Figura 142 – Aspeto da sepultura C062 (©UAUM).

C063 (SEP.CXXVI – Apêndice 27b; Ficha nº037)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2d), implantado a norte da via. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE3930 - nºinv.2009.0397; conteúdo da urna UE4455, nºinv.2012.1159), encontrava-se selada por um testó em cerâmica comum (UE3929 - nºinv.2009.0358). O enchimento resultante da cremação, que preenchia a totalidade da cova, formava uma calota de carvões (UE3916). Aí, foram recuperados quatro pregos em ferro (nºinv.2011.0376) e os fragmentos de uma lucerna de volutas, tipo Loeschcke IV, de produção itálica, datada de Augusto a inícios do século II (nºinv.2010.0038; Nunes, 2016: Est.019). No mesmo enchimento, foram recuperados diversos fragmentos de osso trabalhado que, depois de unidos, permitiram observar que formavam uma placa cuja decoração geométrica, obtida por incisão, se encontra delimitada por uma espécie de *tabula*. Tratar-se-á de osso animal, de espécie desconhecida, embora associado a um indivíduo de grande porte dada a grande superfície aplanada (bovino?). Além destes, foram recuperados outros fragmentos idênticos, que poderão formar outras placas que devem ter-se constituído como apliques de algum objeto.

Associamos esta sepultura à Fase IV (meados século I), cronologia corroborada pela correlação estratigráfica com as demais sepulturas.

C064 (SEP.CXXVIII – Apêndice 27b; Figura 143)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via, encontrando-se perturbado na sua extremidade poente, pela construção de um mausoléu, identificado no setor da Interligação do túnel da Av. Liberdade (Parte II, ponto 2.10). A urna em cerâmica comum fina (UE3931 - nºinv.2009.0398; conteúdo da urna UE4454, nºinv.2012.1161) não apresentava qualquer elemento de fecho, encontrando-se recoberta pelo aterro de carvões (UE3922). Trata-se

de uma sepultura atribuída à Fase IV (meados do século I), por correlação estratigráfica com o M02.



Figura 143 – Aspeto do corte da C064 (©UAUM).

C065 (SEP.CXXIX – Apêndice 27b; Ficha n°038)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via. Apresentava uma planimetria arredondada, com 0,55 x 0,53 x 0,28m. A urna, em cerâmica de produção indígena (Morais *et al.*, 2013: 318 - UE3944 - n°inv.2009.0402; conteúdo da urna UE2031, n°inv.2012.1162), encontrava-se tapada por uma pedra granítica de pequena dimensão, sem qualquer tipo de talhe (UE3943 - n°inv.2009.0401). Do enchimento de terra, com carvões e ossos cremados, à mistura com terras de matriz limo-arenosa, que preenchia a totalidade da vala (UE3942), foi recuperada uma tacinha de paredes finas, Mayet XXXIV, tipo “casca de ovo”, produção bética, posterior a Tibério (n°inv.2009.0400). Do interior da urna (UE2031) foi retirado um unguentário de vidro, em forma de gota, com paredes muito finas, de cor verde azulado, datado do século I (n°inv.2009.0715). Associamos esta sepultura à Fase IV, por correlação com a C061 que a sobrepõe.

C066 (SEP.CXXX – Apêndice 26b; Figura 144)

Depósito secundário em cova (Tipo 2d), implantado a norte da via, de planimetria arredondada, com 0,40 x 0,38 x 0,29m. A urna, em cerâmica de produção indígena (Morais *et al.*, 2013: 316 – UE3934 - n°inv.2009.0399; conteúdo da urna UE4416, n°inv.2012.1163), encontrava-se tapada por uma pedra granítica (UE3935) e recoberta pelo aterro de cinzas, carvões e ossos cremados (UE3937). Apenas se identificou um fragmento de unguentário, datado do século I. Esta sepultura, anterior à construção do mausoléu M01, está associada à Fase III.



Figura 144 – Aspecto da C066 em corte (©UAUM).

C067 (SEP.CXXXV – Apêndice 28b; Figura 145)

Localizado a norte da via, corresponde a um depósito secundário em cova (Tipo 2b), de morfologia retangular, com 0,74 x 0,30 x 0,19m, orientado NO/SE. Apesar de muito arrasado, no enchimento resultante da cremação foi possível reconhecer o fundo de um pote, em cerâmica comum, que terá servido de urna funerária, colocado na extremidade sul da cova (UE4263 - n°inv.2009.0408; conteúdo da urna UE4351, n°inv.2012.1168). No enchimento de carvões (UE2647) foi recuperado um fragmento de lucerna de volutas, de tipologia indeterminada, produção centro-italica, datada dos meados do século I a meados do século II (n°inv.2016.0165; Nunes, 2016: Est.035). Associamos esta sepultura à Fase V (segunda metade do século I), por se encontrar implantada sob um aterro datado do último quartel do século I (UE2608).



Figura 145 – Aspecto da C067 durante a escavação (©UAUM).

C068 (SEP.CXLI (1) – Apêndice 27b; Figura 146)

Trata-se de um depósito em cova (Tipo 2b), com 0,19m de altura, de morfologia arredondada. No centro da vala foi identificado um púcaro, já sem asas, que funcionou como urna (UE4254, n°inv.2009.0425; conteúdo da urna UE4410, n°inv.2012.1171), encontrando-se

tapado por uma pequena lasca granítica (UE4255). Apesar de não ter sido encontrado espólio adicional, é possível atribuir a sepultura à Fase IV, uma vez que era sobreposta por um aterro datado da primeira metade do século I (UE2660).



Figura 146 – Aspeto de pormenor do púcaro que serviu de urna na C068 (©UAUM).

C069 (SEP.CXLIX(1) – Apêndice 29b; Figura 147)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via. Apenas foi identificado parcialmente, uma vez que o topo da vala já se encontrava arrasado, o que implicou a supressão de metade do pote, em cerâmica comum que servia de urna (UE4241 - n°inv.2009.0420). Do aterro de carvões e ossos cremados (UE4242) não se recuperou qualquer peça que permitisse aferir a sua datação. No entanto, dada a sua relação estratigráfica, é possível atribuí-lo à Fase VI (século II).



Figura 147 – Perspetiva da sepultura C069 (©UAUM).

C070 (SEP.CLI – Apêndice 29b; Ficha n°039)

Depósito secundário em cova (Tipo 5a), localizado a norte da via e identificado na parte central do interior do recinto R02. A caixa em que foi colocado o enchimento resultante da cremação, constituído por carvões e esquirolas de osso (UE2699, material osteológico,

n°inv.2012.1179/1337), era composta por tijolos do tipo *bipedale*, aplicados na parede e no lastro, formando uma caixa de morfologia sub-retangular, com 0,67 x 0,58m (UEs2678, 2692, 2693 e 4164). Porém, o topo da caixa encontrava-se já fragmentado, devido ao saque do recinto funerário, o que não nos permite identificar qual o sistema de fecho. No enchimento do interior da caixa foi possível recuperar um potinho em cerâmica cinzenta fina polida, datado do século II (n°inv.2009.0350), um unguentário do tipo candelabro em vidro, de depósito achatado, verde azulado, datado do século II(?) (n°inv.2009.0479), um potinho em engobe vermelho (n°inv.2009.0527), um unguentário candelabro em vidro, de depósito cónico, tingido de verde amarelado, século II(?) (n°inv.2009.0571), e 49 pregos em ferro (n°inv.2011.0410). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C071 (SEP.CLV – Apêndice 29b; Ficha n°040)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a sul da via, encontrando-se em mau estado de conservação. A urna, um púcaro em cerâmica comum fina (UE4306 - n°inv.2009.0357, conteúdo da urna UE2139), encontrava-se associada a um numisma, um *dupondius* ou AS de Adriano, datado do século II (n°inv.2009.0361), misturado já com o enchimento resultante da cremação (UE4296). Esta sepultura encontra-se associada à Fase VI (século II).

C072 (SEP.CLVI – Apêndice 28b; Ficha n°041)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), de planimetria arredondada, em mau estado de conservação, restando apenas o fundo de um pote em cerâmica comum que terá servido de urna (UE4110 - n°inv.2009.0356; conteúdo da urna UE4348, n°inv.2012.1182). Do enchimento de cinzas e osso cremado (UE4104) foi possível recuperar os restos de um copinho de paredes finas, forma Mayet XLV, datado da segunda metade do século I (n°inv.2009.0521), e uma peça em liga de cobre de tipologia indeterminada. Associamos a sepultura à Fase V, dada a correlação estratigráfica com a C077.

C073 (SEP.CLXII – Apêndice 26b; Ficha n°042)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), com 0,46m de altura, de planimetria circular. A urna, em cerâmica indígena (UE4127 - n° inv.2009.0406, Morais *et al.*, 2013: 316; conteúdo da urna UE4427, n°inv.2012.1186), encontrava-se fechada com tampa do mesmo material (UE4420 - n°inv.2009.0716). Do aterro de carvões e ossos cremados que preenchia totalmente a cova

(UE4124) foram recuperados um unguentário em vidro, inteiro, com depósito em forma de gota, de cor azulada, cuja forma é típica de Augusto-Tibério (n°inv.2009.0480), oito pregos em ferro, oito fragmentos de escória (n°inv.2011.0417), um fragmento de depósito de unguentário, em forma de gota, rachado e ligeiramente deformado pelo fogo, acompanhados de diversos fragmentos de vidro. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase III, dada a tipologia do seu material que se encontra em linha com a estratigrafia.

C074 (SEP.CLXIII – Apêndice 28b; Figura 148)

Depósito secundário em cova, de secção retangular (Tipo 2e), implantado a norte da via, no interior do R02. Apresenta uma orientação NNO/SSE, com 1,64 x 0,54 x 0,17m. A urna em cerâmica comum grosseira, encontrava-se reduzida ao fundo (UE4187 - n°inv.2009.0407; conteúdo da urna UE4188, n°inv.2012.1187), sendo perceptível que a mesma estava deslocada em relação ao centro da vala. Do aterro de carvões e ossos cremados (UE4182), foi possível recuperar seis fragmentos de pregos e 44 de escória (n°inv.2011.0418). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I), encontrando-se sobreposta por sepulturas com a mesma cronologia.



Figura 148 – Aspeto da C074 em campo (©UAUM).

C075 (SEP.CLXIV – Apêndice 28b; Figura 149)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), implantado no interior do R02. Encontrava-se em mau estado de conservação, reduzido praticamente ao fundo da vala, pelo que poderia ter conhecido deposição de uma urna. Apenas foi reconhecido o aterro de carvões e ossos cremados (UE4184; material osteológico, n°inv.2012.1188). Por correlação estratigráfica com o recinto funerário, atribuímos a estrutura à Fase V.



Figura 149 – Aspecto geral da sepultura C075 (©UAUM).

C076 (SEP.CLXVI – Apêndice 28b; Figura 150)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado no interior do recinto R02. Apesar de bastante destruída foi possível reconhecer o aterro de carvões e cinzas (UE4190) que se dispunha em torno da urna em cerâmica comum (UE4191 - n.º inv.2009.0403), que para além de albergar os restos ósseos (UE4453, n.º inv.2012.1190), conheceu o depósito de um potinho em cerâmica cinzenta fina polida, datado da segunda metade do século I (n.º inv.2009.0746), um anel em bronze (n.º inv.2009.0736) e três pregos em ferro (n.º inv.2011.0420). Atribuímos a sepultura à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 150 – Aspecto da sepultura C076 (©UAUM).

C077 (SEP.CLXIX – Apêndice 28b; Figura 151)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a?), de morfologia subcircular, em mau estado de conservação. No interior da vala apenas se reconheceu o enchimento composto por carvões, cinzas e ossos cremados (UE4140; material osteológico n.º inv.2012.1337), que não forneceu qualquer tipo de espólio. Por correlação estratigráfica com a C078, é possível associar a estrutura à Fase V (segunda metade do século I).

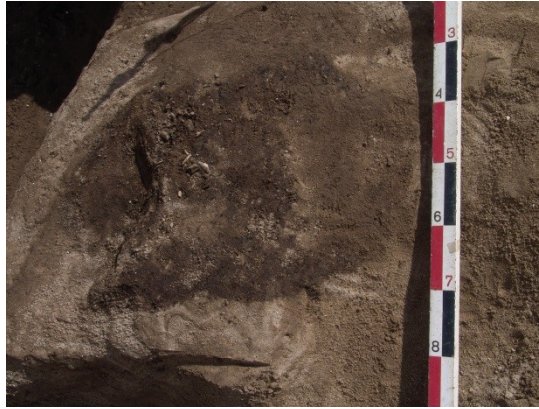


Figura 151 – Perspetiva da estrutura C077 (©UAUM).

C078 (SEP.CLXX – Apêndice 28b; Figura 152)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), com 0,46 x 0,42 x 0,11m, em que um pucarinho em cerâmica comum fina (UE4144 - n°inv.2009.0422; conteúdo da urna UE4347, n°inv.2012.1191) serviu de urna. O mesmo encontrava-se recoberto por uma lasca granítica (UE4143). Do enchimento resultante da cremação (UE4141), que preenchia parcialmente a vala, foram recuperados os fragmentos de um pucarinho em cerâmica bracarense (n°inv.2009.0421). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 152 – Pormenor do corte da sepultura C078 (©UAUM).

C079 (SEP.CLXXI – Apêndice 28b; Figura 153)

Localizado a norte, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 1a), com 0,85 x 0,35 x 0,14m, orientado NNO/SSE, já bastante destruído onde apenas se identificou o enchimento de carvões e ossos cremados (UE4226). Por correlação estratigráfica com outras sepulturas, é possível associar a estrutura à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 153 – Pormenor da sepultura C079 (©UAUM).

C080 (SEP.CLXXII – Apêndice 28b; Ficha nº043)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), a norte da via romana. Ao nível da superfície, o enchimento de carvões (UE4232, material osteológico, nºinv.2012.1192) encontrava-se bastante disperso e diluído, pese embora tenha sido possível reconhecer a vala de morfologia em U, com 0,27m de altura máxima. Apenas foram recuperados alguns pregos de ferro. Por correlação estratigráfica com as demais estruturas e aterros, esta sepultura encontra-se associada à Fase V (segunda metade do século I).

C081 (SEP.CLXXIII – Apêndice 28b; Figura 154)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), coetâneo do R02, identificado no interior do recinto, com 0,48 x 0,23 x 0,11m, orientado NNO/SSE. Já se encontrava bastante destruído, embora se tenha reconhecido um fundo de um pote em cerâmica comum que serviu de urna (UE4235 - nºinv.2009.0421, enchimentos da urna UEs4462 e 4463). Não foi recuperado qualquer espólio adicional, ainda assim é possível atribuir a implantação da sepultura à Fase V (segunda metade do século I), por relação com as demais estruturas funerárias.



Figura 154 – C081 durante os trabalhos arqueológicos (©UAUM).

C082 (SEP.CLXXV – Apêndice 29b; Figura 155)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), com orientação O/E, com 1,49 x 0,63 x 0,38m. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE4245 - n°inv.2009.0426; conteúdo da urna UE4453, n°inv.2012.1194), foi depositada no centro da vala e selada com um elemento granítico (UE4246). Apesar de não ter sido depositado qualquer tipo de espólio, é possível associar a sepultura à Fase VI, por correlação estratigráfica com o U035.



Figura 155 – Corte estratigráfico da sepultura C082 (©UAUM).

C083 (SEP.CLXXVI – Apêndice 26b)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 1a), em mau estado de preservação, cuja mancha de carvões (UE4253) se estende por cerca de 0,83m, por 0,03m de altura. Trata-se de uma sepultura perturbada pela implantação de estruturas em negativo, de funcionalidade desconhecida. Não foi recuperado qualquer tipo de espólio. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios século I).

C084 (SEP.CLXXVII – Apêndice 27b; Figura 156)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), implantado a norte da via, com 1,22 x 0,49, 0,27m, com orientação NNO/SSE. No aterro de carvões e cinzas (UE4260, material osteológico, n°inv.2012.1195) não foi recuperado qualquer espólio. No entanto, pela sua relação estratigráfica, é possível atribuir a sepultura à Fase IV (meados do século I).



Figura 156 – Aspeto geral da sepultura C084 em corte (©UAUM).

C085 (SEP.CLXXVIII/CLXXIX/LV – Apêndice 28b; Ficha nº044)

Cova simples (Tipo 9a), localizada a norte da via, de planimetria sub-retangular, com 1,58 x 1,27 x 0,29m, orientada OSO/ENE. Sobre a urna foi detetada uma bilha (Ficha nº044, Foto 3), seccionada a meio, cujo bordo, voltado para baixo, em contacto com o bordo da urna, sugere que a peça terá servido de canal libatório (UE4012 - nºinv.2009.0436, enchimento do interior UE4015). Trata-se de uma área de cremação, cuja cova se encontra praticamente preenchida por carvões, cinzas e ossos (UEs2041, 2874 e 2876). Na extremidade nascente, foi detetada uma urna em cerâmica comum (UE4016 nºinv.2009.0348; conteúdo da urna UE4425, nºinv.2012.0980), para a qual não foi aberta qualquer vala, pelo que a mesma parece ter sido “encaixada” no aterro resultante da cremação (Ficha nº044, Foto 4). Ainda foram identificados 140 pregos em ferro (nºinv.2011.0321/0427), bem como alguns fragmentos de escória. Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V, em articulação com um aterro que data da segunda metade do século I (UE2909).

C086 (SEP.CLXXXIII – Apêndice 26b; Ficha nº045)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 4a), escavado parcialmente, com 0,44 (vis.) x 0,40 x 0,16m. A urna, em cerâmica comum grosseira (UE2054 - nºinv.2009.0449), encontrava-se no centro de uma estrutura tosca (UE2068), composta por pedras graníticas de média dimensão, com alguns fragmentos de tijolo, tapada por um elemento laterício (UE2053). Do aterro resultante da cremação (UE2052) foi recuperada uma jarra “tipo Lusitana” de produção indígena (nºinv.2009.0439) e um perfil completo de uma pequena tigela com *guilhoché* em TSI, Conspectus 20.3, datada do período de transição da Era a 30 d.C. (nºinv.2009.0523, Morais *et al.*, 2013: 318). Já no interior da urna (UE1475, material osteológico, nºinv.2012.1300) foi identificado um unguentário em vidro, incompleto, em forma de gota, datado

do século I (n°inv.2009.0442). Pelo material recuperado e pela posição estratigráfica, atribuímos a sepultura à Fase III.

C087 (SEP.CLXXXIV – Apêndice 26b; Figura 157)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b). Apresentava uma planimetria subcircular, com 0,16m de altura. A urna em cerâmica comum grosseira, de produção romana (UE2060 - n°inv.2009.0448, conteúdo da urna UE4408, n°inv.2012.1301), encontrava-se recoberta pelo enchimento de carvões e cinzas (UE2056), onde foram recuperados 44 fragmentos de pregos (n°inv.2014.0161). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III, encontrando-se sob a C086.



Figura 157 – Vista geral da sepultura C087 (©UAUM).

C088 (SEP.CLXXXV – Apêndice 26b; Figura 158)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), situado a norte da via, com 0,16m de altura, cujo enchimento resultante da cremação (UE2070) foi depositado sobre o pote cerâmico que servia de urna funerária (UE2071 - n° inv.2009.0447; conteúdo da urna UE2087, n°inv.2012.1302). Foram recuperados seis fragmentos de pregos (n°inv.2011.0430). A urna encontrava-se seccionada sensivelmente a meio, o que poderá ter levado à infiltração de uma parede em vidro de um possível unguentário e quatro pregos em ferro. Pela sua posição estratigráfica, a sepultura foi atribuída à Fase III (transição da Era/inícios século I).



Figura 158 – Aspecto geral da sepultura C088 (©UAUM).

C089 (SEP.CLXXXVI – Apêndice 26b; Figura 159)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), implantado a norte da via, de planimetria arredondada. Apresentava-se conservado em apenas 0,20m de altura. A urna em cerâmica comum, já estava seccionada sensivelmente a meio (UE2074 - n°inv.2009.0445; conteúdo da urna UE4444, n°inv.2012.1303). Do enchimento composto por cinzas e carvão, com bastante osso cremado (UE2073), não foi recolhido qualquer tipo de espólio adicional. No entanto, por se encontrar sob a C087, associamos a estrutura à Fase III (transição da Era/inícios século I).



Figura 159 – Aspecto da sepultura C089 em campo (©UAUM).

C090 (SEP.CLXXXVIII) – Apêndice 26b; Ficha n°046)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 4a), de planimetria ovalada, com 0,86 x 0,51 x 0,32m, orientado NNO/SSE. A urna em cerâmica comum (UE2086 - n°inv.2009.0440; conteúdo da urna UE4431, n°inv.2012.1305) encontra-se no centro da vala, envolta por uma estrutura tosca, composta por pedra granítica (UE2100) e recoberta por um elemento pétreo de tipologia idêntica (UE2085). Do aterro resultante da cremação (UE2079), que preenchia totalmente a vala, foi recuperado o perfil completo de uma lucerna Loeschcke IB,

de produção itálica, datada de Tibério-Cláudio (n°inv.2009.0525; Morais *et al.*, 2013: 318), fragmentos de um unguentário em vidro e 31 fragmentos de pregos (n°inv.2014.0163). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios século I).

C092 (SEP.CXC – Apêndice 26b; Ficha n°048)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 2b), identificado apenas em corte, na fase de acompanhamento de obra. Foi, contudo, possível recuperar a urna funerária, em cerâmica comum, de produção indígena (UE2092 - n°inv.2009.0444, Morais *et al.*, 2013: 318, n°21; conteúdo da urna UE3476, n°inv.2012.1307), completamente recoberta pelo aterro de carvões e ossos cremados (UE2091). Apesar de não ter espólio associado é possível atribuir a sepultura à Fase III (transição da Era/inícios século I), pela relação com os outros aterros.

C093 (SEP.CXCI – Apêndice 27b)

Localizado a sul da via, corresponde a um depósito secundário em cova (Tipo 1a?), já reduzido à parte final da vala, que conservava uma profundidade de 0,11m, onde se identificou um enchimento com carvão concentrado à mistura com esquirolas de osso (UE0810). A sua posição estratigráfica permite associá-la à Fase IV (meados do século I).

C094 (SEP.CXCII/ Cinzeiro 11 – Apêndice 28b)

Trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 1a?), mal conservado, reduzido à parte final da vala, com 0,18m de altura. Foi possível reconhecer o enchimento de carvões e ossos cremados (UE0375; material osteológico, n°inv.2008.0218), do qual se recuperou seis pregos de ferro (n°inv.2008.0749), um fragmento em liga de cobre e uma lucerna bastante fragmentada. A sua posição estratigráfica permite associá-lo à Fase V, encontrando-se sobre um aterro datado da segunda metade do século I (UE0375).

C095 (SEP.CXCIII – Apêndice 28b)

Trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 1a), de planimetria arredondada, com 0,76 x 0,74 x 0,22m, em que se reconheceu um enchimento composto por carvões e ossos cremados (UE0368). Não foi recuperado qualquer tipo de espólio, contudo, por correlação estratigráfica, é possível associar a estrutura à Fase V (segunda metade do século I).

C096 (SEP.CXCVI – Apêndice 28b; Figura 160)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), de morfologia oval, localizado a norte da via, apenas identificado em corte. No entanto, foi possível recuperar a urna funerária, em cerâmica comum (UE4280, n°inv.2009.0473; conteúdo da urna UE4281, n°inv.2012.1308), completamente recoberta pelo aterro resultante da cremação (UE4279).

Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 160 – Pormenor do corte da sepultura C096 (©UAUM).

C097 (SEP.CXCVII – Apêndice 28b; Ficha n°049)

Depósito secundário em cova (Tipo 1b), de morfologia arredondada, localizado a norte da via, com 1,35 x 1,30 x 0,10m. Sobre o enchimento de carvões e ossos cremados (UE4308; material osteológico, n°inv.2012.1343), foi depositado um pucarinho, com duas asas, em cerâmica comum pintada (n°inv.2009.0519), e uma lucerna de disco, em cerâmica bracarense, com marca “*COP[II]R[ES]*” (n°inv.2009.0518; Esteves, 2016: Est. 114). Ambas as peças datam dos finais do século I – inícios do século II. Atribuimos a sepultura à Fase V (segunda metade do século I?).

C098 (SEP.CXCIX – Apêndice 26b; Ficha n°050)

Localizado a sul da via, corresponde a um depósito secundário em cova, do qual apenas se escavou a metade poente, pelo que assumimos que a vala teria uma planimetria circular (Tipo 3a). No centro da vala, que apresentava 0,90m de altura, foi identificada uma urna em granito (UE1086 - n°inv.2008.0495), de forma oval, com 0,63 x 0,50m (Braga, 2015: 131; Martins *et al.*, 2009: 42). Este excecional contentor funerário encontrava-se seccionado a meio, embora as juntas fossem revestidas com chumbo, material que cobria também os grampos de ferro que uniam as

duas metades da urna. No enchimento do interior, para além de ossos cremados (UE4345; material osteológico, n°inv.2012.1310), foi encontrado um perfil quase completo de unguentário em vidro verde azulado, em forma de gota (Is 8, AR 129, T 66a - n°inv.2009.0352), datado do século I e uma moeda cunhada em *Colonia Victrix Iulia Celsa*, de 27 a.C. a 14 d.C. (n°inv.2009.0351) (Martins *et al.*, 2009: 42; Morais, *et al.*, 2013: 318). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios século I).

C099 (SEP.CC – Apêndice 29b; Figura 161)

Localizado a sul da via, trata-se de um depósito secundário em cova, de morfologia arredondada (Tipo 1a), com 1,01 x 0,64 x 0,20m, orientado SO/NE. Do aterro resultante da cremação (UE0377, material osteológico, n°inv.2008.0818) não foi recuperado qualquer tipo de espólio. Porém, a estrutura encontra-se implantada sobre um aterro datado do século II (UE0363), pelo que a associamos à Fase VI.



Figura 161 – Aspeto do corte da sepultura C099 (©UAUM).

C100 (SEP.CCI – Apêndice 29b; Ficha n°051)

Depósito secundário em cova (Tipo 1a), localizado a norte da via. Apresentava uma planimetria sub-retangular, com 0,60 x 0,36m, e uma orientação OSO/ENE. Do aterro de carvões e ossos cremados (UE4318) foi possível recuperar um unguentário inteiro, de depósito cónico, de cor verde azulado, datado do século II (Is 82A2 - n°inv.2009.0514), um perfil completo de um pucarinho em engobe vermelho (n°inv.2009.0513), um perfil completo de um jarro em cerâmica cinzenta fina polida (n°inv.2009.0512), datável do século II e um aríbalo, quase completo, corpo esférico, de cor verde azulado, datado dos meados do séc. I d.C. a meados do III (Is 61, AR 151, T 135 - n°inv.2009.0515). Trata-se de uma sepultura atribuída à Fase VI (século II).

C101 (SEP.CCII – Apêndice 28b; Figura 162)

Depósito secundário em cova (Tipo 2e), localizado a norte da via. Apresentava uma planimetria sub-retangular, com 1,03 x 0,29m. Trata-se de uma estrutura idêntica à C097. Sobre o aterro de carvões e ossos cremados (UE4319, material osteológico, n°inv.2012.1311) foi depositado um jarro em cerâmica cinzenta fina polida (UE4320, n°inv.2009.0516), datado da segunda metade do século I, pelo que atribuímos a sepultura à Fase V.



Figura 162 – Perspetiva geral do corte C101 (©UAUM).

C102 (SEP.CCV – Apêndice 30b; Ficha n°052)

Depósito secundário em cova, de tipologia indeterminada, implantado a sul da via. Apenas foi identificado em corte no decurso do processo de acompanhamento. Do aterro de carvões e ossos cremados (UE4330) foi possível recuperar os restos de uma lucerna de disco, de tipologia indeterminada, produção africana, datada da segunda metade do século II até ao século III (n°inv.2011.0165; Nunes, 2016: Est.053). Associamos esta sepultura à Fase VII (século III).

C103 (SEP.CCVII – Apêndice 28b; Figura 163)

Localizado a norte da via, trata-se de um depósito secundário em cova (Tipo 1a). Conservado em apenas 0,11m de altura, foi escavado parcialmente. O aterro composto pelo resultado da cremação, não forneceu qualquer tipo de espólio (UE4335). Apesar de não ser possível obter uma cronologia aproximada para a sepultura atribuímos a sua implantação à Fase V (segunda metade do século I?).



Figura 163 – Aspecto do corte da estrutura C103 (©UAUM).

C104 (SEP.CCXIV – Apêndice 29b; Figura 164)

Depósito secundário, localizado a sul da via. O resultado da cremação (UE4497) foi depositado no interior de uma caixa com paredes em tijolo (UEs4468 e 4469), sem lastro, de morfologia retangular (tipologia indeterminada). As paredes, em tégula e tijolo, pareciam estar “calçadas” na base com restos de material laterício fragmentado, de forma a estabilizar os *lateres*. Ainda que escavada parcialmente, foi possível definir com exatidão a largura do vão da caixa, com 0,30m, conservando uma altura que não ultrapassava os 0,40m. Sem dados seguros quanto à sua cronologia, atribuímos a sepultura à Fase VI? (século II?), devido à comparação tipológica com estruturas semelhantes (C070), muito embora estejamos conscientes da limitação desta associação cronológica.

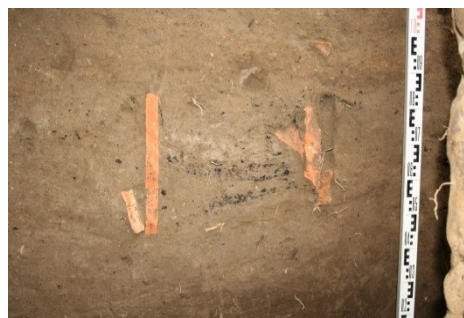


Figura 164 – Vista de pormenor do corte da sepultura C104 (©UAUM).

C105 (SEP.CXXV – Apêndice 28b; Ficha nº053)

Depósito secundário em cova, de morfologia circular (Tipo 2b), com 0,21m de altura, implantado a norte da via. A urna, em cerâmica comum grosseira, de produção indígena (UE3909 - nºinv.2009.0396; conteúdo da urna UE4432, nºinv.2012.1158), encontrava-se tapada por um testo em cerâmica, parcialmente partido (UE3910 - nºinv.2009.0752). No aterro resultante da cremação (UE3908) foi recuperado um conjunto de espólio composto por duas fichas de jogo, em

pasta de vidro, de cor azul (n°inv.2009.0620/0622), duas fichas de jogo, em pasta de vidro verde (n°inv.2009.0621/0629), três fichas de jogo, em pasta de vidro, de cor branca (n°inv.2009.0623/0624/0625), três pedras de anel (n°inv.2009.0495/0496/0497), um unguentário, em forma de gota, completo, de cor verde azulado (n°inv.2009.0727) e um conjunto de nove seixos rolados (n°inv.2009.0505). Por correlação estratigráfica com o mausoléu M01, da qual é contemporânea, trata-se de uma sepultura atribuída à Fase V (meados do século I).

C106 (SEP.CLXXXIV(1) – Apêndice 26b; Figura 165)

Depósito secundário em cova (Tipo 2b), localizado a norte da via, em mau estado de conservação. A urna em cerâmica comum, de produção indígena (UE2057 - n°inv.2009.0449), já se encontrava seccionada a meio. Não foi recuperado qualquer espólio adicional. A estrutura encontrava-se sobreposta pela C087, o que nos permite atribuí-la à Fase III (transição da Era - inícios século I).



Figura 165 – Aspeto da sepultura C026 no decurso da escavação (©UAUM).

C107 (SEP.CCXV – Apêndice 29b; Ficha n°054)

Depósito secundário, localizado a sul da via, cujo enchimento, composto por carvões, cinzas e algum osso cremado (UE0382, material osteológico, n°inv.2008.0818), se encontrava depositado no interior de uma caixa de tijolo, em mau estado de conservação, conservando apenas 0,19m de altura. Da estrutura restavam as paredes delimitadas por tijolos, bastante fragmentados (UEs0455, 0457 e 0798), que não assentavam no leito (UE0465), constituído por tijolos do tipo *lydion* e *longum semipedale* (Tipo 7a). A caixa apresentava as seguintes dimensões: 1,56 x 0,64m, formalizando um vão interior com 1,43 x 0,59m e encontrando-se orientada OSO/ENE. Não foi possível recuperar qualquer tipo de espólio associado à sepultura. Parece viável atribuí-la à Fase VI (século II), dada a relação com um aterro datado do mesmo período (UE0363).

C128 (SEP.XXXVII – Apêndice 29b; Ficha nº060)

Depósito secundário em caixa de tijolo, implantado a sul da via. O aterro resultante da cremação (UE3922, material osteológico, nºinv.2012.1161) foi depositado no interior de uma caixa (Tipo 6a), orientada NNO/SSE, com 1,94m de extensão conservada, por 0,75m de largura, com paredes constituídas por tégulas, com rebordos voltados para baixo (UEs2135, 2136 e 2137), cujo leito era composto por tijolos do tipo *lydion* (UE2133). Em torno da caixa, foi colocado um alinhamento de pedras graníticas (UEs2103 e 2104), que parece servir de reforço às paredes da mesma, de forma a evitar que as mesmas deslizassem. No enchimento de carvões e ossos calcinados, identificado no interior (UE2102), apenas foram reconhecidos 14 fragmentos de pregos (nºinv.2011.0308). Esta sepultura encontra-se associada à Fase VI (século II), por relação com o aterro UE0393.

C129 (SEP.II – Apêndice 26b; Ficha nº061)

Depósito secundário, em cova simples, de morfologia retangular, com 0,97 x 0,57m, implantado a norte da via (Tipo 1C). O aterro de cinzas e osso cremado (UE0198) foi colocado no interior de uma caixa de madeira (com cerca de 0,80 x 0,30m), da qual apenas restavam os fragmentos de 25 pregos (nºinv.2008.0241), concentrados nos quatro cantos da vala. Junto do enchimento, foram depositados um potinho em cerâmica indígena (nºinv.2008.0289), três contas em faiança egípcia, a saber, uma ara, uma figa e uma anforeta (nºinv.2008.0252), uma conta em madeira (nºinv.2008.0253), uma medalha de bronze (nºinv.2008.0254) e uma lucerna de volutas, tipo Loeschcke IA, de produção lácio-campana (nºinv.2008.0308, *Morais et al.*, 2013: 314), datada de Augusto-Tibério. A datação do material, aliada à sua posição estratigráfica, permite atribuir esta estrutura à Fase III (transição da Era/inícios século I).

EE016 (UE2773 – EE nº05 – Apêndice 28b; Ficha nº081)

Este elemento epigráfico foi já encontrado seccionado sensivelmente a meio (nºinv.2011.0455). Trata-se de uma estela, em granito, com 1,68 x 0,50 x 0,26m, de cabeceira triangular, cujo centro exhibe a gravação de um motivo astral, em que figura uma roseta hexapétala, delimitada por um cordão liso. Sob o frontão, surge o campo epigráfico circundado por um cordão de folhagens, esculpido até à base da estela. Abaixo do epitáfio é exibida uma representação de duas placas retangulares. A primeira, disposta na horizontal, apresenta nos cantos emblemas angulosos em baixo relevo. Já a segunda placa, ordenada na vertical, integra um conjunto de três

alinhamentos verticais com círculos, organizados em distintas fiadas, destacando-se um ponto central da fiada central, que surge com a gravação de um círculo de maior diâmetro, situação que se repete nos outros dois círculos que ladeiam o ponto central (Redentor, 2011, Vol. II: 165). Segundo Armando Redentor, este motivo geométrico parece representar, de forma estilizada, um lintel sobre uma porta (*iugumentum e ianua*), talvez numa alusão à entrada ao universo dos *Manes* (2011, Vol.II: 165). O campo epigráfico revela a genealogia de um grupo familiar, claramente de base indígena, representando quatro gerações de indivíduos, que podem ter sido sepultados neste núcleo. Esta estela encontra-se atribuída à segunda metade do século I (Fase V), associada a um athero datado dos finais do século I.

EE019 (EE nº03 - Ficha nº084)

Bloco granítico, que seria de grandes dimensões, embora apenas se conserve a metade superior (nºinv.2008.0488). Ainda é possível obter uma leitura parcial do campo epigráfico, moldurado por uma *tabula aenea*, delimitada por um cordão com decoração vegetal estilizada, em baixo relevo. A cabeceira encontra-se decorada por uma roseta hexapétala, em relevo plano, também ela circundada por uma coroa foliácea semelhante à que limita o campo epigráfico. Sob a roseta da cabeceira, surge insculpido um largo crescente (Redentor, 2011 vol.II: 183). A epigrafe encontrava-se amortizada numa das preparações da Via XVII (UE0801), datada do século III/IV (Martins *et al.*, 2009: 191). No entanto, Armando Redentor atribuiu a execução da peça a um período entre 71-150 (Fase VI).

EE021 (EE nº06 – Apêndice 29b; Ficha nº086)

Este elemento, em granito, com 1,20 (cons.) x 0,64 x 0,26m, apenas conservava a parte final, não tendo sido possível recuperar o topo (nºinv.2011.0456 – UE2777). O campo epigráfico encontra-se segmentado por várias bandas em alto-relevo, à exceção da última linha que surge gravada praticamente junto ao pé e inserida numa placa retangular delimitada por dois sulcos laterais (Redentor, 2011, vol.II: 226). Trata-se de um elemento atribuído à Fase VI (século II), pelo que é posterior aos EE001 e MEM001.

EE027 (EE nº8 – Apêndice 26b; Ficha nº092)

Peça cujo paradeiro é hoje desconhecido. Com 1,29 x 0,52 x 0,23m, apenas conservava o soco de grandes dimensões, sem decoração, cuja base se encontra sem qualquer alisamento

ou desbaste, pelo que deveria corresponder à parte enterrada. Do campo epigráfico, restavam as duas últimas linhas e, a avaliar pelas características decorativas, o texto encontrava-se em rebaixe delimitado por um retângulo verticalizado (Redentor, 2011 vol. II: 234). A epígrafe foi identificada num aterro de enchimento de uma vala aberta para a extração/ desbaste de um afloramento granítico, com intuito de regularizar o terreno disponível para o enterramento, numa zona imediatamente a norte da via. Sobre este extenso aterro sobre o qual se implanta o recinto R02 (UE4201), foi identificado o U031. Por este motivo, atribuímos a estela em questão aos inícios ou meados do século I (Fase III?), o que denuncia que o espaço de necrópole poderá ter sofrido um processo de monumentalização bem precoce.

EE028 (EE nº07 – Apêndice 28b; Ficha nº093)

Trata-se de uma estela em granito, seccionada sensivelmente a meio, tal como as anteriores, conservando as seguintes dimensões 0,68 x 0,44 x 0,24m (nºinv.2011.0458 – UE2778). O bloco não parece ter sido trabalhado na sua retaguarda e a superfície do suporte exhibe um talhe pouco cuidado, com áreas ainda em bruto. A base do elemento era composta por um bloco granítico de forma retangular. A parte voltada à via apresenta uma superfície polida, conservando apenas a fórmula final. Trata-se de um monumento atribuído à Fase V, implantado sobre um aterro datado dos finais do século I, pelo que é contemporâneo da EE001.

ES001 (SEP.XLV – Apêndice 33b; Ficha nº 120)

Caixa em tijolo (Tipo 1a), de planimetria e secção retangular, orientada O/E, com 0,58 x 0,49 x 0,48m. Apresentava-se delimitada por quatro tijolos do tipo *lydion*, colocados na vertical (UEs2842, 2843, 2844 e 2845), no sentido do maior comprimento, e não assentavam no leito (UE2884), também ele formalizado por tijolos do tipo *lydion*. No interior apenas foi identificado o enchimento de infiltração da caixa (UE2846), não se verificando a presença de qualquer objeto votivo. Atribuímos a estrutura à Fase X (século VII), pois encontra-se sobre o aterro de demolição do R07.

ES002 (SEP.L – Apêndice 32b; Figura 166)

Apesar de apenas ser visível parte da caixa, a mesma deveria ser composta por quatro telhas (UEs2834, 2835), dispostas ao alto, com os rebordos voltados para o exterior (Tipo 1a), formalizando um recetáculo de morfologia quadrangular, de secção retangular, com 0,48 x 0,46

x 0,51m. No aterro de infiltração do interior (UE2836), apenas foi posicionado um prego em ferro. Nas imediações ou sobre esta estrutura não foram encontradas sepulturas ou estruturas funerárias. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase IX (séculos IV/V), implantada sob um aterro datado dos séculos V/VII (UE2707).



Figura 166 – Aspecto da caixa em material laterício ES002 (©UAUM).

ES003 (SEP.LXXVI – Apêndice 33b; Ficha nº121)

Caixa de secção quadrangular (Tipo 1a), com 0,46 x 0,43 x 0,20m, localizada sobre os aterros de nivelamento da vala de implantação da I022. A estrutura é formalizada por tijolos, já muito fragmentados e que parecem ter sido usados nas paredes e leito (UEs2986, 2987 e 3102), talvez de tipo *lydion*, reforçados no lado exterior com a colocação de pedras graníticas de média dimensão (UE4596). No interior, sob o aterro de infiltração (UE3103), foi detetado, na intervenção do ano de 2016, um fino depósito de carvões e esquirolas de osso, nos quais se identificam restos de fauna cremada (UE4554). Poderá tratar-se de uma caixa que servia como elemento localizador da sepultura I022, uma vez que a mesma já se encontrava completamente oculta pelos aterros que preenchem a vala de fundação. Este depósito de matéria carbonizada (madeira e osso) poderá corresponder aos restos de uma qualquer cerimónia de comemoração ao defunto. A datação de C14 realizada aos carvões permitiu a obtenção de um intervalo cronológico entre 210 – 383 d.C. (com 93,1% de probabilidade), o que não é coincidente com as cerâmicas que se identificam nos aterros sobre a sepultura (UE2788) e nos enchimentos sobre as lajes de cobertura da I022 (UE4533). Nesses níveis, individualizaram-se cerâmicas cinzentas tardias e engobes brancos, datados dos séculos V/VII. Assim, decidimos manter a estrutura na Fase X (séculos V/VII).

I001 (SEP.I – Apêndice 33b; Ficha nº124)

Deposição em caixa, com secção triangular (Tipo 3a), com as seguintes dimensões: 1,40 x 0,52 x 0,39m. Orientada OSO/ENE, foi implantada a norte da via romana. As paredes eram compostas por telhas inteiras, com rebordos voltados para fora (UE0348), sobrepostas por fragmentos de tijolos, na cabeceira e nos pés. A rematar o topo da cobertura da estrutura, encontraram-se fragmentos de ímbrices (UE0347). O leito era composto por três tijolos do tipo *lydion* (UE0354). No interior do vão da sepultura foram identificados três pregos em ferro (nºinv.2008.0608) que, pela sua posição, sugerem ser provenientes de um contexto de infiltração (UE0352), não se encontrando, portanto, relacionados com o elemento de transporte ou acomodação do defunto. No interior do vão, foi identificado um esqueleto, que não permitiu qualquer análise antropológica dado o mau estado de conservação do material ósseo. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase X (séculos V/VII), dada a sua articulação com as sepulturas I004 e I024.

I002 (SEP.III – Apêndice 33b; Ficha nº125)

Estrutura em caixa de tijolo (Tipo 4a), orientada N/S, localizada a norte da via romana, conservada em 2,05 x 0,70 x 0,23m. As paredes seriam compostas por telhas e tijolo, a avaliar pelos elementos que ainda restavam na lateral poente. O fundo da caixa era revestido com tijolos que assumiam uma forma trapezoidal. Na parte mais estreita, todos exibiam o mesmo tipo de decoração com motivos ondulados (UE0215), pelo que supomos que as peças pertenceriam a um arco. Não foi possível recuperar qualquer vestígio da cobertura. No interior, à mistura com o sedimento do interior da caixa (UE0205), foram identificados restos osteológicos, agregados a matéria orgânica e seis pregos em ferro (nºinv.2008.0277). Mau grado o seu estado de conservação, que não permite tecer mais considerações fiáveis, suspeitamos da existência de uma padiola em madeira. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase X (séculos V/VII).

I003 (SEP.IV – Apêndice 33b; Figura 167)

Caixa de duas águas (Tipo 3a), em mau estado de conservação, conservando apenas as seguintes dimensões: 0,74 x 0,57 x 0,22m. Encontrava-se orientada O/E, localizando-se a norte da via. As paredes eram compostas por telhas, dispostas no sentido do maior comprimento, com rebordos voltados para fora, algumas das quais apresentavam-se sigladas (UE0194). Os elementos laterícios das paredes não assentavam no leito, composto por fragmentos de tijolos

colocados de forma aleatória (UE0054). Não foi recolhido qualquer espólio associado à sepultura. Trata-se de uma estrutura atribuível à Fase X (séculos V/VII).



Figura 167 – Perspetiva geral da sepultura I003 (©UAUM).

I004 (SEP.VI – Apêndice 33b; Ficha nº126)

Deposição em caixa, com secção triangular (Tipo 3b), em excelente estado de conservação, com 1,95 x 0,76 x 0,46m. Encontrava-se orientada OSO/ENE, a norte da via. As paredes eram constituídas por dois níveis distintos de material laterício. A primeira fiada era composta por tégulas, com rebordos voltados para cima, sobrepostas por um nível de tijolos do tipo *lydion* e alguns ímbrices dispostos na vertical (UE0221). Na cabeceira e nos pés foram identificadas tégulas. A calçar este segundo nível de tijolos, foi colocada uma fiada de pedras graníticas que circundava completamente a sepultura. No interior do vão, sob o sedimento de infiltração (UE0223), foi identificado o que restava de um esqueleto, embora não tenha sido possível obter qualquer tipo de informação de carácter antropológico, dada a má conservação da matriz óssea. Não foi recolhido qualquer espólio associado à sepultura. Atribuímos esta sepultura à Fase X (séculos V/VII), dado que a mesma é sobreposta pelo aterro de abandono da necrópole.

I005 (SEP.VII – Apêndice 33b; Figura 168)

Deposição em caixa de tégulas, de secção retangular (Tipo 4b?), orientada N/S, localizada a norte da via romana. Já perturbada por valas de cronologia contemporânea, apenas era visível a extremidade sul, conservando as seguintes medidas: 0,75 x 0,67 x 0,34m. As paredes eram compostas por tégulas, com rebordos voltados para fora (UE0201), encostadas à parede da vala. O leito era composto por peças idênticas, embora os rebordos se encontrassem virados para baixo (UE0166), de forma a criar uma superfície plana. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase X (século IV), pela equivalente posição estratigráfica com a I002.



Figura 168 – I005, em fase de escavação (©UAUM).

I006 (SEP.VIII – Apêndice 33b; Figura 169)

Cova simples (Tipo 1a), orientada O/E, localizada a norte da via romana. Apenas conservava a metade nascente, com 1,05 x 0,39 x 0,22m, cuja extremidade contrária foi destruída pela fundação de canalizações modernas. O defunto terá sido colocado diretamente sobre a superfície do leito, dada a inexistência de elementos metálicos. Foram identificados os membros inferiores de um indivíduo, cujo estado de deterioração não permitiu elaborar estudos mais detalhados. Atribuímos a estrutura à Fase X (séculos V/VII), visto ser recoberta por níveis de abandono.



Figura 169 – Vista parcial do leito da sepultura I006 (©UAUM).

I007 (SEP.CXCV – Apêndice 31c; Ficha nº127)

Caixa de tijolo (Tipo 4a), de secção retangular, apenas escavada parcialmente, uma vez que a extremidade sul foi destruída pela fundação de um edifício setecentista. Orientada NNO/SSE, apresentava-se preservada com as seguintes dimensões: 0,76 x 0,40 x 0,18m. A norte, era delimitada por um murete (UE0611), que definia um compartimento no interior do recinto R04. As paredes eram compostas por tijolos, dispostos no sentido do maior comprimento,

encaixados na bordadura lateral do leito (UEs1404, 1407 e 1417), composto por material laterício reaproveitado (UE1418). A cobertura era formada por tijolos do tipo *lydion* que assentavam nas paredes (UE1403). No enchimento interior da caixa (UE1406), associado a um contexto de infiltração, foi recolhido o perfil completo de um prato em engobe vermelho, imitação de Hayes 59B, datado de 320-420 (n°inv.2008.0779). Num enchimento de carvões, individualizado no exterior da estrutura (UE1405), foi encontrado um numisma, um Aes 4, em cobre, ilegível, datado do século IV (n°inv.2008.0821). Ainda que com reservas, atribuímos a implantação da estrutura à Fase VIII (inícios do século IV).

I008 (SEP.XLIX – Apêndice 31b; Ficha n°128)

Caixa de tijolo, de secção retangular (Tipo 5b), em excelente estado de conservação. A estrutura exhibe uma planta retangular, orientada NNO/SSE, situando-se a norte da via, com vão interior de 2,04 x 0,69 x 1,20m. Foi construída em alvenaria de tijolos do tipo *lydion*, inteiros, dispostos em fiadas horizontais regulares (UEs2157, 2860, 2861 e 2862). No topo e em todo o seu perímetro, foi identificada uma fiada de blocos graníticos afeiçoados, formando um murete (UEs2863, 2864 e 3162) que julgamos servir para amparar a cobertura, que, provavelmente, seria formalizada por um telhado de duas águas composto por *tegulae* e *imbrices* decorados, a avaliar pelos elementos recuperados nos aterros de demolição (UEs2859, 2146 e 2148) (Fontes e Braga, 2014/2015: 13). As paredes assentam sobre um leito composto por grandes lajes graníticas, bem esquadreadas (UE3161), cujos interstícios se encontravam preenchidos por uma argamassa de coloração avermelhada, semelhante a *opus signinum* (UE3160). Não foi recuperado qualquer tipo de espólio, nem mesmo restos de elementos metálicos, pelo que o defunto terá sido depositado diretamente sobre o lastro. No exterior da sepultura, a norte, foi identificado um piso (UE4598) que parece corresponder ao nível de circulação da necrópole no momento de implantação desta estrutura. Associamos esta sepultura à Fase IX (séculos IV/V), pelo que a mesma terá sido implantada num momento anterior à construção do recinto funerário (R07) que atualmente integra.

I009 (SEP.LVII – Apêndice 33b; Ficha n°129)

Apesar de já se encontrar identificada desde o ano de 2009, a sua intervenção só foi possível em 2016, encontrando-se integrada no NA1, cujo projeto de musealização está em fase de preparação. Trata-se de uma sepultura de inumação, de grandes dimensões (Tipo 7b), que

ocupa uma área total de 8,92m², orientada OSO/ENE e localizada a norte da via romana. A cobertura era composta por monólitos de granito, de dimensão variável (UE2885 - 1,72/1,25m de comprimento; 0,68/0,47m de largura), exibindo na face superior marcas de desbaste, pelo que estes blocos terão sido reaproveitados. Os interstícios das coberturas encontravam-se colmatados com uma argamassa tipo *opus signinum* (UE2886). Sobre a cobertura foram individualizados diversos enchimentos de terra, pedra imbricada e argamassa que se alternavam em distintos níveis (UEs2726, 4535 e 4544), de forma a ocultar a sepultura. As lajes da cobertura assentavam diretamente sobre as paredes, em cantaria granítica, bem esquadrada e de faces alisadas, cujos blocos se dispunham em duas fiadas horizontais e regulares, conformando um vão interior de 2,26 x 0,61 x 0,50m (UEs4558, 4559, 4560 e 4561), com a exceção da parede poente, na qual foi encaixado um fragmento de material laterício, de forma a colmatar o vão existente na esquina NO da caixa sepulcral. Porém, é notório que alguns destes blocos que compõem as paredes correspondem a elementos reaproveitados, a avaliar pelo silhar almofadado integrado na UE4560 e pela epígrafe integrada no paramento norte (inscrição em análise). No interior da sepultura, foi reconhecido um caixão de chumbo (UE4585), de forma sub-retangular com 1,95 x 0,46 x 0,27m, fabricado a partir de uma única folha, com 0,007m de espessura, cujas uniões dos cantos parecem ter sido soldadas. Não foi encontrada nenhuma tampa, embora as arestas do topo do contentor surjam dobradas para a parte interior. Esta flexão do topo foi realizada através do uso de punção, tendo deixado diversas marcas. Relativamente à decoração do contentor, apenas há a referir a existência de duas cruzes lisas, em alto-relevo, localizadas na parte exterior, virada a norte. Os autores do relatório identificam paralelos com esta decoração nos motivos cruciformes patentes no cabo de pátera litúrgica, datado dos séculos V/VII, e com os motivos evidenciados em algumas lucernas de cronologia baixo-imperial, peças que foram encontradas na cidade (Braga *et al.*, 2017: 22). Em torno do exterior do caixão, foi detetada uma grande concentração de matéria orgânica, à mistura com restos de *opus signinum*, sedimentos limosos, grande quantidade de madeira e inúmeros elementos metálicos *in situ*, vestígios que permitiram atestar a existência de um contentor em madeira que envolvia o contentor de chumbo, em que provavelmente foi usada madeira de pinheiro manso/bravo (Braga *et al.*, 2017: 10). No interior do caixão de chumbo, foi detetada uma película de sedimentos composta por terras de matriz limosa (UE4586), cuja superfície apresentava um aspeto semelhante a lama seca, sob a qual foram identificados 18 dentes e alguns fragmentos ósseos, nomeadamente, fragmentos de maxilar, mandíbula, úmero e cúbito esquerdos, esterno, costelas e vértebras, todos eles exibindo

“*muito pobre preservação óssea e alterações erosivas de origem diagenética*” (Braga *et al.*, 2017: 16). O leito da caixa era constituído por tijolos do tipo *bipedale* (UE4593), revestidos com *opus signinum*. Não foram encontrados quaisquer elementos relativos ao mobiliário funerário. Contudo, dada a identificação de cerâmicas cinzentas tardias e de vidros de cor verde azeitona, datados dos séculos IV/VI, nos aterros associados ao enterramento (UEs2887 e 3079), atribuímos a implantação desta estrutura à Fase X (séculos V/VII).

I010 (SEP.LVIII – Apêndice 32b; Figura 170)

Cova simples (Tipo 2a), com 1,83 x 0,30 x 0,60m, localizada a norte da Via XVII e orientada OSO/ENE. A vala apresentava um ligeiro ressalto de ambos dos lados, o que permitiu suportar a cobertura, formalizada por tégulas inteiras que se recobriam parcialmente nas extremidades (UE2892). Para estabilizar melhor a cobertura, foram colocadas algumas pedras graníticas nos espaços correspondentes ao local em que as tégulas se sobrepunham. No interior foi reconhecido o enchimento de infiltração (UEs2880 e 2891). Apesar de terem sido recuperados oito pregos em ferro (n^oinv.2011.0823), o seu posicionamento não permite estabelecer a existência de qualquer contentor funerário. Não foi recuperado qualquer tipo de espólio, mas a sepultura pode ser atribuída à Fase IX (séculos IV/V), pela sua correlação estratigráfica.



Figura 170 – Perspetiva geral da cobertura da sepultura I010 (©UAUM).

I011 (SEP.LXIII – Apêndice 32b; Ficha n^o130)

Caixa de tijolo, de secção retangular (Tipo 5a), em excelente estado de conservação, cujo vão apresentava as seguintes dimensões: 2,15 x 0,64 x 0,94m. Encontrava-se orientada N/S, localizando-se a norte da via. As paredes apresentam-se construídas em alvenaria de tijolos do tipo *lydion* (UEs2972 e 2973), inteiros, dispostos em fiadas horizontais, cujos interstícios eram colmatados por terra (UE3288). Ligeiramente mais recuado em relação às paredes, identificou-se

um nível constituído por tijolos que regularizavam o topo da sepultura (UEs3081, 3082, 3284), sobre o qual assentava a cobertura (UEs2925). O sistema de fecho era composto por material laterício, com tipologia idêntica aos elementos das paredes, que se recobriam parcialmente e em distintos níveis, formalizando uma espécie de falsa cúpula. Sobre os tijolos que compunham a base da cobertura, foi colocado um alinhamento de pedras graníticas (UE2970) que servia de contrapeso aos elementos laterícios. Este alinhamento circundava toda a caixa. A caixa foi montada sobre um nível de argamassa amarelada que regularizou a superfície da base da vala (UE3116). Abaixo do nível da argamassa, foi aberta uma vala escavada no saibro, criando-se uma segunda caixa, com cerca de 2 x 0,32 x 0,15m. Encontrava-se revestida lateralmente com tijolos do tipo *longum semipedale* (UEs3285, 3286, 3287), deitados de lado, no sentido do maior comprimento e assentes diretamente sobre o nível de alteração granítica. A fechar esta segunda caixa, foram colocadas duas fiadas de tijolos do tipo *lydion* (UEs2974, 3101, 3110), que acabam por servir de leito à primeira caixa. Trata-se de uma estrutura peculiar, visto não ser totalmente compreensível a funcionalidade desta espécie de fundo falso, criado com a segunda caixa. A caixa não continha mobiliário funerário, recuperando-se apenas dois pregos que ali apareceram devido ao abatimento parcial da cobertura. Na intervenção de 2016, foi detetado um nível de circulação, composto por pedra rolada, de pequena dimensão, à mistura com alguns fragmentos de material de construção (UE4598), que julgamos ser contemporâneo da fundação desta sepultura. A avaliar pela sua correlação estratigráfica com o R07, que lhe é posterior, atribuímos esta sepultura à Fase IX (séculos IV/V).

I012 (SEP.XCIV – Apêndice 32b; Figura 171)

Caixa de tijolo, de secção retangular (Tipo 4a), cujo vão interior apresentava as seguintes dimensões 2,27 x 0,51 x 0,64m. Encontrava-se orientada NNO/SSE e localizada a norte da via romana. A cobertura desta caixa era composta por tijolos *bipedales*, que assentavam diretamente sobre as paredes (UEs3315, 3317 e 3386), revestidas com elementos laterício de igual tipologia, à exceção da parede oeste em que foram aplicados tijolos e tégulas com rebordos voltados para o exterior (UE3316). As paredes não assentavam no leito formalizado com tégulas, cujos rebordos se encontravam voltados para baixo (UE3387). Ao nível do topo, a circundar toda a caixa, foi identificado um nível de tijolos do tipo *lydion* que regularizava a superfície exterior da sepultura (UE3318). No enchimento de matriz argilosa identificado no interior da caixa (UE3114), associado a processos de infiltração, foi encontrada uma moeda, incompleta, especificamente um As de

Cláudio, datado de 41-54 (n°inv.2009.0346), e 58 fragmentos de prego (n°inv.2014.0150). Esta sepultura sobrepõe uma outra caixa de inumação (I014), datada dos finais do século III/ inícios do século IV. A I012 está atribuída à Fase IX (séculos IV/V).



Figura 171 – Aspecto geral da sepultura I012 (©UAUM).

I013 (SEP.CI – Apêndice 33b; Figura 172)

Estrutura em caixa (Tipo 4D), orientada OSO/ENE, localizada a norte da via, formando um vão de pequena dimensão, com 0,74 x 0,18 x 0,19m. As paredes eram compostas por fragmentos de tijolo reaproveitado, que não assentavam no leito, no qual foram identificados elementos laterícios do tipo *longum semipedale*. Não foi recolhido qualquer espólio associado à sepultura. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase X (séculos V/VII), encontrando-se implantada sobre aterros com cerâmica de produção cinzenta tardia.



Figura 172 – Posicionamento da I013 com perspectiva geral da sepultura (©UAUM).

I014 (SEP.CIII – Apêndice 31b; Ficha nº131)

Caixa, de secção retangular (Tipo 4e), em bom estado de conservação, com um vão interior de 2,16 x 0,57 x 0,77m. Encontrava-se orientada NNO/SSE e localiza-se a norte da via. Reconheceram-se as paredes localizadas a nascente e poente, levantadas com recurso a tégulas, dispostas na vertical, com rebordos voltado para o exterior (UEs3418 e 3419), ao contrário da parede norte (UE3417), em que foi aplicado um tijolo fragmentado, “pousado” sobre o afloramento granítico que limitava a sepultura na extremidade setentrional. Da cobertura pouco restava, muito embora se tenha reconhecido uma tégula inteira disposta na horizontal, conservada na extremidade norte, junto ao afloramento granítico (UE3425). Não foi identificado qualquer tipo de material no leito da caixa. No aterro identificado no interior (UE3420), associado a um possível saque da estrutura, foi detetado um conjunto de espólio funerário, revolido e acumulado na extremidade setentrional da caixa. Assim, foi recuperado um pote, em cerâmica comum, de grandes dimensões (nºinv.2009.0377), quatro potes de média dimensão, em cerâmica comum (nºinv.2009.0451/0432/0450/0452), quatro lucernas de canal ou *Firmalampen*, atípicas, de produção local, datadas do final do século III/inícios do século IV (nºinv.2009.0186/0190/0192/0193), quatro copinhos, em cerâmica comum fina (nºinv.2009.0187/0188/0431/0456), e um conjunto de 35 pregos em ferro (nºinv.2011.0363). Trata-se de uma sepultura associada à Fase VIII (finais do século III/inícios século IV), encontrando-se sobreposta por um muro divisório da necrópole (UE2824) e pela sepultura I012.

I015 (SEP.CV – Apêndice 33b; Ficha nº132)

Caixa de pedra (Tipo 7a), de secção retangular, orientada OSO/ENE, cujo vão apresentava as seguintes dimensões: 1,05 x 0,43 x 0,60m. As paredes eram constituídas por grandes blocos graníticos, cuja face, voltada para o interior, encontrava-se bastante polida (UEs3370, 3390 e 3391). As paredes não assentavam no leito (UE3409), composto por tijolos de distintos tipos (dois *lydia* e três do tipo *longum semipedale*). A extremidade nascente encontrava-se já em falta. O registo do corte da sepultura permitiu o reconhecimento de vestígios osteológicos cujo mau estado de preservação não permitiu qualquer tipo de registo mais descritivo. Não se conhece a solução de cobertura. Atribuímos a implantação da estrutura à Fase X (séculos V/VII), por ser coetânea da I013.

I016 (SEP.CVIII – Apêndice 33b; Figura 173)

Deposição em caixa de pedra e tijolo, de tipo indeterminado, localizada a norte da Via XVII e orientada OSO/ENE. Apenas foi possível reconhecer a metade nascente da estrutura, uma vez que a sepultura foi cortada pela implantação do muro do Convento dos Remédios, pelo que não nos é possível estimar o comprimento total. Ainda assim, é possível aferir algumas das soluções construtivas. As paredes, das quais apenas se conservava uma única fiada do paramento norte e sul, deveriam ser totalmente compostas por fiadas de pedra granítica, de forma sub-retangular (UEs3445 e 3446) e não assentavam no leito, composto por telhas, com os rebordos voltados para baixo (UE3448). Encontrando-se correlacionada com as Is013 e 015, atribuímos esta estrutura à Fase X (séculos V/VII).



Figura 173 – Aspecto geral da sepultura I016 (©UAUM).

I017 (SEP.CXXXII – Apêndice 32b; Ficha nº133)

Estrutura em caixa de tijolo (Tipo 4b), orientada NNE/SSO, localizada a norte, formando um vão interior de pequena dimensão, com 1,20 x 0,36 x 0,32m. As paredes nascente e poente eram compostas por telhas, cujos rebordos se encontravam voltados para o exterior (UEs4067 e 4068), ao contrário das restantes, constituídas por um tijolo disposto ao alto (UEs4069 e 4070), as únicas que não assentavam no leito. O fundo da sepultura era formado por seis tijolos do tipo *lydion* (UE4121). De forma a reforçar e sustentar as telhas das paredes oeste e este foram colocados dois muretes de pedra granítica (UEs4074 e 4120), assentes sobre parte do leito. No interior do vão foi depositado um caixão de madeira, situação que se comprova pela evidência de matéria orgânica em decomposição, associada aos 14 elementos metálicos ainda *in situ* (nºinv.2011.0378). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase IX (séculos IV/V).

I018 (SEP.CLII – Apêndice 32b; Figura 174)

Caixa de tijolo (Tipo 4b), de secção retangular, orientada N/S, localizada a norte da via romana. O fundo era formado por 12 tijolos do tipo *longum semipedale*, dispostos em quatro fiadas (UE4168). Sobre este assentavam as paredes (UES2682, 2695, 2696 e 2697), que deveriam ser compostas por tijolos do tipo *lydion*, mau grado o seu estado de conservação. Estas paredes formalizavam um vão interior com 1,04 x 0,30 x 0,23m. A servir de reforço às paredes, no exterior da caixa, e assente sobre as extremidades da base, foi colocada mais uma fiada de tijolos da mesma tipologia que os elementos do leito. Para a cobertura, foram usados tijolos do tipo *lydion* (UE2698), que assentariam nas paredes. Contudo, estas peças já foram encontradas abatidas sobre o enchimento de infiltração do interior da caixa (UE4160), no qual foram posicionados sete pregos (nº inv.2011.0411), provavelmente associados a uma padiola. Atribuimos a implantação da estrutura à Fase IX (séculos IV/V).



Figura 174 – Vista parcial da sepultura I018 (©UAUM).

I019 (SEP.CLX – Apêndice 32b; Figura 175)

Possível caixa de tijolo, orientada NNE/SSO, localizada a norte da via romana, da qual apenas restava o leito, formado por dez tijolos do tipo *lydion* (UE4064), conservado numa extensão de 1,51 x 0,76m. Encontrava-se no espaço intermédio entre as I017 e 018 e, a avaliar pelas características do lastro, julgamos que seria de tipologia idêntica às referidas estruturas funerárias, embora subsista a dúvida. Do ponto de vista estratigráfico, está em relação com as I017 e 018, pelo que atribuimos a estrutura à Fase IX (séculos IV/V).



Figura 175 – Fase final de escavação da sepultura I019 (©UAUM).

I020 (SEP.XXXII – Apêndice 32b; Figura 176)

Possível caixa de tijolo, orientada OSO/ENE, localizada a sul da via romana, apenas identificada em corte. Não apresentava leito, exibindo apenas duas paredes, formalizadas por duas tégulas dispostas ao alto. Apesar de se encontrar num nível estratigráfico acima da I007, atribuímos esta estrutura à Fase IX (séculos IV/V?), conscientes que a sua datação é limitada pela falta de evidências materiais.



Figura 176 – Pormenor da estrutura I020 (©UAUM).

I021 (SEP.CCXIII – Apêndice 32b; Ficha nº134)

Caixa de tijolo e pedra (Tipo 6a), orientada NNO/SSE, localizada a norte da via, apenas escavada parcialmente, conservando um vão com uma largura de 0,70m, por uma altura máxima de 1,20m. As paredes a este e oeste apresentavam um aparelho bastante irregular, em que se alternavam blocos graníticos com fiadas de tijolos, em claro contexto de reaproveitamento (UEs4502 e 4504). Os muros não assentavam no leito, composto por material laterício de tipologia

diversa, em que era visível o recurso a tijolos já fragmentados (UE4503). A solução de cobertura passou pela colocação de grandes blocos graníticos, assentes diretamente sobre as paredes (UE4501). Foi também individualizado o aterro do interior do vão (UE4505), não se recuperando qualquer tipo de espólio. Uma vez que se trata de uma sepultura coetânea da I025, associamos a mesma à Fase IX (séculos IV/V).

I022 (SEP.LXXXV – Apêndice 33b; Ficha nº135)

Caixa de tijolo (Tipo 5c), orientada NNO/SSE, localizada a norte da via romana, identificada em 2009 e totalmente escavada em 2016. Trata-se de uma das sepulturas integradas no NA1, implantada numa cova bastante profunda, com 1,94m. De forma a conservar parte do sistema construtivo da sepultura foi decidido manter o corte, pelo que apenas foi intervencionada a metade setentrional da estrutura. Porém, abaixo do nível da cobertura, foi possível escavar o interior da caixa. Com uma área de implantação de 6,90m² apresentava um vão interior com 2,10 x 0,59 x 0,54m. Sobre a cobertura da sepultura, foram detetados diversos enchimentos de nivelamento, caracterizados pela alternância de níveis compostos por pedra granítica imbricada, aterros de matriz areno-limosa e enchimentos formados por material de construção moído à mistura com *opus signinum*, provavelmente material de desperdício associado à construção da caixa sepulcral (UEs2990, 3075, 3076, 3078, 3080, 4536, 4737 e 4538). Estes níveis bastante compactados estariam associados com a necessidade de impedir a violação da sepultura, ocultando-a completamente, solução construtiva idêntica àquela que foi identificada para a ocultação da I009. Há ainda a referir a existência de uma caixa de tijolo, colocada sobre o aterro de nivelamento descoberto no topo da vala de fundação da sepultura, identificado como ES003. A solução de fecho da caixa passou pela colocação de grandes blocos graníticos, de forma sub-retangular (UE3104), claramente reaproveitados para o efeito, verificando-se marcas de desbaste na parte superior destes monólitos. As juntas das lajes de cobertura encontravam-se seladas por uma argamassa semelhante ao *opus signinum* que também foi reconhecida nas zonas de contacto entre as lajes e as paredes (UE4353). Todas as paredes da caixa foram levantadas com tijolos tipo *lydion* (UEs4552, 4556 e 4574), inteiros, sem sinais de reaproveitamento, que assentavam sobre um nível de argamassa de saibro que regularizou a superfície de base da cova (UE4589). As paredes, bem como a base da sepultura, foram revestidas com uma argamassa semelhante a *opus signinum* (U4575). Colocados sobre o revestimento do leito, foram reconhecidos três conjuntos de tijolos do tipo *longum semipedale* (UE4571), dois localizados nas extremidades norte

e sul e o outro na parte central, funcionando como uma espécie de “calços”. Tal como referem os autores do relatório, esta solução estará associada com a necessidade de criar uma base de assentamento para o caixão ou padiola. As folgas existentes entre os tijolos permitiam recolher os elementos que auxiliavam a descensão do defunto (Braga *et al.*, 2017: 12). Após o levantamento parcial da cobertura, verificou-se que o interior da caixa era revestido por um nível de *opus signinum*, que já havia abatido em alguns pontos, expondo os paramentos. Sob este nível de *opus do leito*, foram recuperados cinco pregos com madeira agregada. Não foi encontrada qualquer peça associada ao espólio funerário. Contudo, em praticamente todos os níveis de aterro sobre as coberturas (UEs2990, 3075, 3076, 3080 e 4538), foram reconhecidos fragmentos de material de cronologia tardia (séculos V/VII). Associamos esta estrutura à Fase X (séculos V/VII).

I024 (SEP.X – Apêndice 33b; Figura 177)

Cova simples, de secção em degrau (Tipo 1a), orientada O/E, localizada a norte da via romana. Foi apenas identificada em apenas 0,97m de comprimento, conservando uma largura de 0,25m e uma altura de 0,32m. No enchimento do interior (UE0228) não foram identificados quaisquer tipos de achados funerários, porém, é possível atribuir a sepultura à Fase X (séculos V/VII), por se encontrar sob o aterro de abandono da necrópole.



Figura 177 – Pormenor fotográfico da sepultura I024 (©UAUM).

I025 (SEP.CCX – Apêndice 32b; Ficha nº137)

Caixa em tijolo (Tipo 5d), orientada NNO/SSE, localizada a norte da via romana, identificada em 2009 e totalmente escavada em 2016. O sistema de fecho era formalizado por seis pilastras em granito (UE4540), de distintas dimensões (1,12/ 0,83m de comprimento, por 0,32/ 0,42m de largura e 0,20/0,24m de espessura), com a superfície aplanada voltada para o

vão interior. Os interstícios dos blocos encontravam-se selados por uma argamassa rosada, que integrava material laterício moído e algumas pedras de pequenas dimensões (UE4541). A sepultura não estava totalmente selada, pois duas das pilastras, localizadas na extremidade norte, estavam já abatidas no interior da caixa sepulcral. Esta perturbação poderá ser uma consequência da ação de implantação da parede norte do novo empreendimento construído em 2010. Dado que as pilastras se encontram assentes sobre o leito, os autores do relatório supõem que o interior do vão estivesse vazio até ao momento em que ocorreu esta perturbação (Braga *et al.*, 2017: 13). No interior da sepultura, foram identificados os aterros originados pela ação de infiltração (UEs4546, 4568 e 4569), bem como aquele que se terá formado em momentos coincidentes ou posteriores à decomposição (UE4572). O conjunto das quatro paredes (UEs4387, 4518, 4565 e 4566) era composto por tijolos do tipo *lydion*, inteiros, colocados na horizontal, embora as fiadas não evidenciem a regularidade já identificada em outras sepulturas, pelo que parece “*existir uma compensação das fiadas no sentido S-N de forma a tentar regularizar os paramentos para que a superfície/topo da sepultura adquira uma cota regular para a colocação das coberturas*” (Braga *et al.*, 2017: 14). As paredes não assentavam no leito (UE4579), constituído por tijolos de tipologia idêntica a estas, mas dispostos no sentido contrário. Nos cantos é possível atestar o recurso a fragmentos de material laterício. Tanto as paredes como o leito foram revestidos por uma argamassa do tipo *opus signinum* (UE4581), sobre a qual foram colocados dois conjuntos de tijolos do tipo *lydion*, localizados em ambas as extremidades da caixa (UE4592). Trata-se de uma solução semelhante àquela identificada na I022, em que estes tijolos permitiam a criação de uma plataforma de assentamento da padiola, possibilitando que as amarras fossem içadas sem impedimentos. No aterro do interior da caixa (UE4572) foi possível recuperar um gargalo de uma garrafa, de vidro, incolor, tendo sido igualmente posicionados 27 rebites, localizados e concentrados no canto NO do vão interior, que devem pertencer a peças de vestuário, provavelmente calçado. Foram ainda identificados 16 pregos em ferro, dispersos por toda a caixa, provavelmente pertencentes ao contentor de deposição do defunto. Na fase de acompanhamento, ainda em 2010, foi recuperado no enchimento da vala de fundação (UE4380↔UE4543) uma valva inferior de um molde bivalve, talvez para fabrico de lucernas de canal, tardias. A base externa desta peça exibia uma marca de oleiro, com letras em nexo, *Rutili*, (de *Rutilius*), datada dos finais do século III aos inícios do século IV (n°inv.2009.0652; Esteves, 2016: Est.111). Pese embora a informação fornecida pelas lucernas, atribuímos esta sepultura ao período datado dos séculos IV/V (Fase IX), pelos materiais identificados e pela relação de anterioridade com a I022.

I026 (SEP.IX – Apêndice 32b; Figura 178)

Cova simples, sem revestimento (Tipo 1a), orientada OSO/ENE, localizada a norte da via romana. Apresenta-se visível em 1,92 x 1,09 x 0,32m. No enchimento do interior da vala (UE0094) foram identificados dois numismas, dois Aes4, um de *Constantius II* ou *Constans*, datado de 336-342 (n°inv.2008.0231), o outro, sem leitura, mas datado do século IV (2008.0234), recolhendo-se ainda uma peça indeterminada em liga de cobre (n°inv.2008.0235). Atribuímos a sepultura à Fase IX (séculos IV/V), em concordância com a estratigrafia e com o espólio.



Figura 178 – I025, em fase final de escavação (©UAUM).

M01 (Apêndice 38b; Ficha n°171)

Edifício de planta sub-retangular, orientado OSO/ENE, localizado a norte da Via XVII. Com uma área útil de 3,57m² (2,10 x 1,70m) e uma área total de 4,22m² (3,07 x 2,04m), encontrava-se praticamente reduzido ao seu alicerce, encontrando-se em falta a parede sul, conservando de forma intermitente, uma a três fiadas dos restantes muros, formalizando um aparelho tipo *opus vittatum*, pouco regular (UEs2029, 2030 e 3945). É perceptível o recurso a pedra granítica de grande e média dimensão, de talhe irregular, definindo muros com 0,49m de largura, cujos interstícios são preenchidos com pedra miúda e terra. Todas as paredes assentavam num embasamento composto por pedra granítica de pequena dimensão (UE4044). No aterro de demolição não foram encontrados elementos construtivos que possibilitem a reconstituição do aparato decorativo, nem tampouco o grau de arrasamento do edifício nos permite estimar com relativa segurança o local de acesso ao interior do mausoléu. No local em que o mausoléu se implantou encontram-se referenciadas duas sepulturas anteriores (Cs063 e 066), que podem ter servido de locativo para a construção deste edifício. Contemporâneas do uso do mausoléu são as

Cs062 e 105, pelo que atribuímos esta estrutura funerária à segunda metade do século I (Fase V).

MEM01 (Apêndice 28b; Ficha nº175)

Localizada na bordadura norte da via, junto às estelas encontradas *in situ*, surgiram dois blocos graníticos (UEs2928, 2929), de forma retangular, em cantaria bem lavrada, justapostos entre si, formando uma base com 1,13 x 1,02m. A bordadura exterior era decorada por uma série de caneluras e reentrâncias, formando uma base de assentamento para a colocação de uma ara ou altar, dos quais nada restou. Estes dois monólitos encontravam-se implantados sobre um alicerce de pedra imbricada (UE3090), não se reconhecendo nenhuma sepultura em conexão com estes elementos arquitetónicos. Atribuímos o monumento à Fase V (segunda metade do século I), em articulação com as estelas EE001 e EE003.

R01 (Apêndice 28b; Ficha nº176)

Trata-se de um recinto orientado OSO/ENE, delimitado por frustes muros, construídos por pedra granítica de forma e talhe irregular, cujos interstícios são preenchidos por terra (UEs2520, 2521, 2562). O espaço encontra-se localizado a norte da via, estruturando-se na parte traseira do R02, cujo muro norte deveria travar num afloramento granítico que serve de leito de assentamento do muro (UE2521). Estimamos que o recinto ocuparia uma área útil que rondaria os 5m². No seu interior foram identificadas duas estruturas de cremação, uma localizada na esquina NE (C018), a outra, a poente da primeira (C033), na base de um afloramento granítico já referido. Não foram reconhecidos elementos que sugiram qual o sistema de cobertura, pelo que levantamos a hipótese de tais estruturas terem sido mantidas a céu aberto. Julgamos ser possível que o acesso ao interior do espaço fosse realizado por uma entrada virada a poente, dada a existência de vestígios de uma soleira, à qual deveria encostar uma peça semelhante, entretanto saqueada. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V (segunda metade do século I).

R02 (Apêndice 28b; Ficha nº177)

Orientado NNO/SSE, a norte da via, este recinto apenas se reconhece através de uma sapata, de morfologia quadrangular, composta por pedra miúda de granito e terra à mistura (UE2565). O recinto deveria ter uma área útil de aproximadamente 23m² (4,84 x 4,79m). No seu interior foram identificadas sete sepulturas de cremação (Cs019, 026, 027, 074, 075, 076 e

081) que deveriam encostar à parede nascente e poente. Não se registou qualquer estrutura de enterramento localizada no eixo central N/S do interior do recinto. Trata-se de uma construção certamente edificada na segunda metade do século I (Fase V) e que terá sido desafetada nos finais do século II/ inícios do século III, uma vez que no interior do recinto, durante a Fase VI, é implantada a C070.

R03 (Apêndice 27b; Ficha nº178)

Recinto identificado a sul da via romana, com orientação OSO/ENE. Encontrava-se praticamente reduzido ao alicerce, composto por pedra de média dimensão, agregada por um enchimento de terra (UEs0422, 0423, 0878 e 0885). O que restava do muro apenas foi identificado em perfil. Conservando apenas uma única fiada, o muro com 0,48m de largura (UE0884) seria composto por pedra granítica, de forma retangular, agregada por uma argamassa de cor amarelada. A parte deste recinto que foi escavada corresponderá ao seu limite poente. A extremidade contrária encontrava-se preservada sob um edifício mantido no local. Estimamos que a área útil desta construção superasse os 15m². Trata-se de uma estrutura que foi edificada nos meados do século I (Fase IV), sem que se tenha detetado as sepulturas coetâneas da sua utilização. Todavia, a avaliar pela estratigrafia, as paredes sul e poente do recinto foram desativadas por volta do século II, uma vez que as sapatas são sobrepostas por um aterro datado desse período (UE0363). No entanto, o muro a norte manteve-se em uso, na medida em que limitava o *vallum* sul da Via XVII.

R04 (Apêndice 28b; Ficha nº179)

Estrutura localizada a sul da via romana, com orientação NNO/SSE. Todos os muros exibem o mesmo tipo de aparelho, pouco regular, constituído por pedra granítica de forma e talhe irregular (UEs0611, 1000 e 1443), cujos interstícios foram agregados por argamassa de cor amarelada (UEs0606, 0612 e 1444). Foi também identificada uma estrutura que parece corresponder a uma remodelação do muro setentrional do recinto (UE1000), que é fechado, verificando-se a existência de um aparelho tosco (UE0866), que integra blocos pouco afeiçoados, agregados por um sedimento areno-limoso (UE0608). O alçado sul deste muro encontrava-se parcialmente revestido por *opus signinum*, que a avaliar pelos restos existentes conformaria um recetáculo, com cerca de 2m de comprimento (UE0921). Trata-se de uma estrutura fundada na segunda metade do século I (Fase V), que conheceu uma utilização bastante posterior, pelo que

se terá mantido em uso ao longo dos séculos II/III, como o comprova uma sepultura de inumação, datada dos inícios do século IV, implantada junto a uma das paredes de um compartimento interno do recinto (I007).

R05 (Apêndices 27b a 29b; Ficha nº180; Figura 179)

Recinto disposto a sul da via romana, com orientação NNO/SSE. Trata-se de um edifício de planta trapezoidal que sofreu várias remodelações e compartimentação interna até ao século II, momento a partir do qual é desativado (Figura 179). À primeira fase de utilização (Fase IV), corresponde a delimitação dos muros perimetrais do edifício. O muro que limitava a sul a Via XVII representa, simultaneamente, o limite setentrional do recinto (UE2464), sendo de salientar a íntima relação entre as duas estruturas, uma vez que a sapata do muro poente do recinto estava sob o muro sul da via (UE2268). Para além desta articulação direta com a via, este recinto é coetâneo da delimitação do R06, identificado na intervenção do túnel da Avenida da Liberdade (ver Parte II, ponto 2.9) e com um outro muro localizado a oeste do recinto, a cerca de 14m de distância, também travado com o muro sul da via, que mantém exatamente a mesma orientação que a parede poente deste edifício. No espaço existente entre estes dois conjuntos, não foram implantadas quaisquer estruturas de cariz funerário, à exceção de um *ustrinum* (U053), atribuído à fase de utilização precedente (Fase III). Como surge referido no relatório de escavação, trata-se da conformação de uma ampla esplanada, localizada a norte da Fonte do Ídolo, num momento em que o santuário rupestre já havia conhecido um primeiro projeto de monumentalização (Garrido Elena *et al.*, 2008: 52; Martins *et al.*, 2009: 180). De planimetria trapezoidal, o edifício R05 define uma área interna com 13,38m de comprimento, variando a sua largura entre 5,18m (a norte) e os 8,02m (a sul), conformando uma área útil de 87,9m². Os muros que delimitam o perímetro do recinto apresentam aparelhos muito homogêneos, bastante irregulares, compostos por pedra granítica, pouco afeiçoada, com larguras que variam entre os 0,42m e os 0,48m (UEs1690, 2240, 2352, 2353, 2464, 3547, 3801), assentando em sapatas de pedra miúda (UEs2268, 2384, 3547, 3579, 3580). A entrada para o interior do edifício seria feita a partir da via romana, muito embora esse acesso se tenha tornado mais claro na fase seguinte (segunda metade do século I), com a compartimentação interna do edifício, à qual se encontra associada uma soleira (UE3722), à cota de 179,91m, posicionada logo a seguir a um pequeno átrio que se estruturava a norte da construção, formalizado por um conjunto de muros que dividiam o espaço (UEs3505, 3512 e 3596). Logo a seguir à soleira, estruturaram-se quatro recetáculos, encostados

às paredes laterais, criando um espaço vazio entre os dois conjuntos de caixas. Para a fundação das caixas, foram construídas paredes de reforço entre os muros perimetrais (UEs3548, 3575, 3587 e 3748) e muretes de separação entre os diversos recetáculos (UEs2264, 2266, 2282, 2363, 3504, 3576 e 3799). Todos exibiam o mesmo tipo de aparelho, constituído por blocos graníticos, dispostos em fiadas regulares, de forma sub-quadrangular e retangular, com larguras variáveis entre os 0,28m e os 0,62m. Estes quatro recetáculos conformavam espaços muito homogêneos, com cerca de 2/2,15m de comprimento, por 0,96/1,05m de largura. Se compararmos as cotas dos leitos das caixas (o mais baixo a 179,15m), com a cota da soleira, obtemos uma altura de 0,76m, o que indica que estas estariam abaixo do nível de circulação. Os recetáculos encontravam-se completamente revestidos por *opus signinum* (UEs2360, 2387, 3582 e 4307), ocultando os níveis de pedra miúda, imbricada, identificados sob o nível de revestimento de dois tanques a poente do edifício (UEs2362 e 3579). O espaço a sul manteve-se aberto até à fase seguinte (século II), momento em que se opera uma profunda remodelação interna, com a construção de mais seis recetáculos de características similares aos primeiros. No entanto, os muros divisórios entre estas novas caixas (UEs2277, 2289, 2290, 2294, 3508, 3510, 3749, 3750 e 3796) foram estruturados em material laterício (*lydion e longum semipedale*), agregado com uma argamassa amarelada (UE3800), posteriormente revestidos com *opus signinum* (UEs2279, 3521, 3572, 3794). Ainda são perceptíveis algumas diferenças relativas à qualidade do *opus* aplicado nas primeiras e nas segundas caixas. Com efeito, o revestimento das segundas caixas apresenta-se mais friável, apesar da sua excelente qualidade. Para além desta reforma foi mantido o muro central que cruzava todo o edifício no sentido NNO/SSE, apenas perceptível pela existência da sua sapata (UE3535), muito embora a sua função seja pouco clara, admitindo-se que possa pertencer a uma estrutura precedente. Há a referir que o edifício é abandonado num momento coincidente com a projeção da implantação de mais dois recetáculos, contíguos aos últimos que foram referidos, encontrando-se já definidos os leitos (UEs2292, 3507, 3522, 3524).



Figura 179 – Evolução do recinto R05, ao longo das Fases IV, V e VI.

Quando se observa o conjunto de todos os recetáculos percebemos que, mesmo existindo distintos momentos construtivos, no interior do recinto houve a necessidade de manter a simetria entre as caixas, ocorrendo uma espécie de mimetismo, pois o que é construído do lado nascente é reproduzido no lado poente. Não se conhecem paralelos para esta estrutura funerária que, pelo seu carácter de excecionalidade, foi mantida *in situ*, esperando-se para breve a sua musealização (NA2). Há a referir que no canto SE do edifício, já na parte exterior, foi identificado, na intervenção do túnel da Avenida da Liberdade, um outro tanque, semelhante aos descritos, detetando-se uma estrutura análoga no interior do recinto R04. Neste núcleo, podem ter existido outros edifícios cuja compartimentação interna seria análoga à do recinto R05, e que se estruturariam em torno da plataforma norte da Fonte do Ídolo.

R07 (Apêndice 33b; Ficha nº182)

Estrutura localizada a cerca de 28m a norte da via romana, com orientação NNO/SSE, integrada no NA1 que futuramente será musealizado. Trata-se de um edifício de planta quadrangular, com uma área útil de 15,12m² (3,98 x 3,80m), em que foram identificados os alicerces correspondentes às paredes perimetrais. Todos os muros exibem o mesmo tipo de aparelho, em alvenaria irregular, constituído por pedra granítica de forma e talhe irregular (UEs2782, 2784, 2855 e 4465), agregada com uma argamassa de cor amarelada (UEs2783, 2782, 2856, 4466). Assentam sobre as sapatas compostas por pedra miúda, disposta de forma desordenada (UEs2839, 4498). Nas esquinas sul do recinto, identificaram-se silhares graníticos de forma retangular, sobre os quais assentavam as paredes (UEs4595 e 3077). O estado de

arrasamento dos muros não permitiu detetar as áreas de entrada. Tampouco se identificaram estruturas funerárias coevas da sua utilização. O recinto parece integrar, no seu interior, duas sepulturas de inumação que lhe são anteriores (Is008 e 011), uma vez que a sapata sul do edifício está sobre a parede sul da I011. O recinto poderá ter a função de apropriar um espaço funerário associado a indivíduos socialmente destacados. Sobre o aterro de demolição do edifício é implantada a ES001. Parece-nos evidente que esta estrutura, construída num período mediado entre os séculos V a VII (Fase X), acaba por se transformar num elemento atrativo para a implantação das sepulturas de inumação, datadas do mesmo período e que se localizam no espaço praticamente contíguo à mesma (Is009 e 022).

U001 (SEP.XVI – Apêndice 30b; Ficha nº185)

Localizada a sul da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada NNO/SSE, com uma configuração oval, com 1,42 x 0,94 x 0,13m. Do aterro de carvões e osso cremado (UE0386), delimitado por manchas rubificadas, muito esbatidas (UE0458), localizadas na extremidade NNO, foi recuperado um conjunto de espólio sem marcas de fogo: um numisma (AS), de Trajano, datado de 98/99, que apresentava evidentes marcas de desgaste (nºinv.2008.0552), uma lucerna tipo Dressel-Lamboglia 30B, de produção local, datada do século III (nºinv.2008.0689), uma lucerna Dressel 20, de produção local, com marca *EXOF/ • L • V/ GMBF*, datada dos finais do século I a inícios do século II (nºinv.2008.0688; Esteves, 2016: Est.131), um fragmento de disco de lucerna de volutas, decorada com palmas - Loeschcke V, datada de finais de Cláudio a inícios do século II (nºinv.2008.0697; Esteves, 2016: Est.009), e um conjunto de cerca de 70 fragmentos de pregos e cabeças de pregos (nºinv.2008.0716). Atribuímos a estrutura à Fase VII (século III).

U002 (SEP.XXIV – Apêndice 27b; Figura 180)

Cova simples, com uma configuração irregular, em mau estado de conservação, pelo que não é possível estimar a sua orientação. No aterro resultante da cremação (UE0127), não foi recuperado qualquer tipo de espólio. Pese embora esta limitação, atribuímos a estrutura à fase de utilização nº4 (meados século I), dada a sua correlação estratigráfica com as Cs012 e 013.



Figura 180 – Aspecto geral da estrutura U002 (©UAUM)

U003 (SEP.XXXIII – Apêndice 28b; Figura 181)

Apenas foi identificada uma pequena parte desta estrutura, já em muito mau estado de conservação, localizada a norte da via. Era, contudo, perceptível a mancha de carvões (UE1890), delimitada por um friso rubificado, muito diluído. Encontra-se associada à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 181 – Pormenor da estrutura U003 em corte (©UAUM).

U005 (SEP.XXXVIII – Apêndice 33b; Figura 182)

Localizada a norte da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada SO/NE, visível em 1,65 x 1,34 x 0,11m. No aterro de carvões e osso cremado (UEs2705 e 4213), apenas foram recuperados diversos pregos e fragmentos de escória. Atribuímos a estrutura à Fase X (séculos V/VII), sobrepondo um aterro datado do mesmo período (UE2707).



Figura 182 – Aspeto geral do U005 (©UAUM).

U007 (SEP.XLIV – Apêndice 33b; Figura 183)

Localizado a norte da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada NNO/SSE, visível em 2,39 x 1,16 x 0,22m. No aterro de carvões e osso cremado (UE2736) apenas foram recuperados 24 pregos, à mistura com 39 fragmentos de escória (n°inv.2011.0313). Atribuimos a estrutura à Fase X, encontrando-se sobre um aterro datado dos séculos V/VII (UE2707).



Figura 183 – Vista geral do contexto U007 (©UAUM).

U008 (SEP.LXVII – Apêndice 28b; Figura 184)

Localizada a norte da via, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, visível em apenas 1,27m, com uma largura de 1,50m e uma profundidade de apenas 0,05m. O nível de carvões e ossos cremados (UEs2962 e 2968) encontrava-se perfeitamente delimitado por uma película rubificada (UE2963). Apenas foi possível identificar 40 fragmentos de pregos (n°inv.2011.0334). Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 184 – Pormenor fotográfico da estrutura U008 (©UAUM).

U009 (SEP.LXVIII – Apêndice 28b; Figura 185)

Trata-se de uma vala simples (Tipo 10a), localizada a norte da via, com planimetria muito irregular, o que não permite estimar a sua orientação. O nível de carvões e ossos cremados (UE2953) encontrava-se mal conservado, no entanto, eram perceptíveis diversas manchas rubificadas (UE2954). Pela correlação estratigráfica com o aterro UE2917, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).

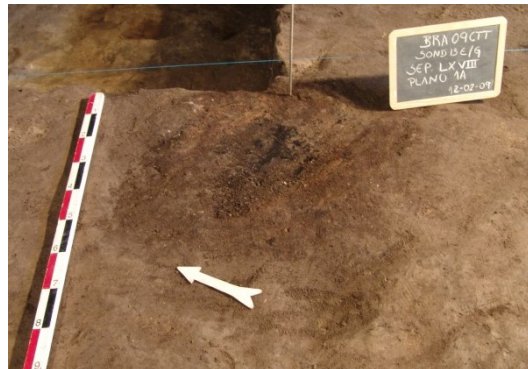


Figura 185 – Aspeto da estrutura U009 (©UAUM).

U010 (SEP.LXX – Apêndice 28; Ficha nº186)

Orientada OSO/ENE, encontra-se a norte da via, implantada numa cova simples (Tipo 10a), com 1,88 x 1,50 x 0,13m. O enchimento resultante da cremação (UEs2948 e 2980) encontrava-se delimitado a NE por um nível avermelhado (UE2979). Sobre os carvões estavam depositadas as seguintes peças: um prato inteiro, em cerâmica comum (nºinv.2009.0208), um copo de paredes finas, incompleto, forma Mayet XLIII, datado da segunda metade do século I (nºinv.2009.0209), um potinho de paredes finas, forma XLV, incompleto (nºinv.2009.0210), um potinho em cerâmica comum fina, de produção local, datado da segunda metade do século I (nºinv.2009.0211), um fragmento de bordo e colo de uma bilha, em cerâmica comum fina, vários

fragmentos de possível copinho em cerâmica comum fina (n°inv.2009.0785), um prato quase completo de TSG, Drag.18/31, com marca de oleiro [*OF.RUFM*], datado de Nero-Domiciano (n°inv.2009.0203), um fragmento de lucerna de volutas, Loeschcke V, produção itálica, dos finais do reinado de Cláudio e os inícios do século II (n°inv.2010.0045; Nunes, 2016: Est.026), e um conjunto de 72 fragmentos de prego em ferro (n°inv.2011.0348/0348G). O material encontrado, aliado à posição estratigráfica da estrutura, permite datá-la da segunda metade do século I (Fase V).

U011 (SEP.LXXI – Apêndice 28b; Figura 186)

Trata-se de uma estrutura implantada numa cova simples (Tipo 10a), com orientação OSO/ENE, a norte da via. Apenas se encontra visível em 1,46m de comprimento, conservando 1,50m de largura. Era perceptível o nível rubificado (UE2977), que limitava o enchimento de carvões (UE2978), já muito diluído. Apenas foram recuperados 35 pregos em ferro (n°inv.2011.0349).

Este *ustrinum* está associado à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 186 – Perspetiva do *ustrinum* n°011 (©UAUM).

U012 (SEP.CLXXXVII=CLXXXIX – Apêndice 26b; Ficha n°187)

Cova simples (Tipo 10a), com orientação NO/SE, localizada a norte da via, visível em 1,64 x 1,02 x 0,14m. Sob o aterro de carvões (UEs2076 e 2089) era perceptível uma linha avermelhada (UE2083), muito esbatida na bordadura da vala. Foi recuperada uma lucerna incompleta de volutas, de produção centro-itálica, tipo Loeschcke 1A, datada do período de Augusto-Tibério (n°inv.2009.0604), uma lucerna incompleta, variante rara do tipo Loeschcke 1B, de produção centro-itálica, exibindo, no fundo, a marca *A.D./* em relevo (n°inv.2009.0526), um vaso de perfil caliciforme, de produção indígena (n°inv.2009.0599), fragmentos de unguentários de gota, em

vidro, espalmados e deformados pelo fogo, de cor roxa e esverdeada, datados do século I, fragmentos de um pote em cerâmica de produção indígena (n°inv.2009.0443), e 24 fragmentos de pregos em ferro (n°inv.2014.0162). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios do século I), encontrando-se o espólio funerário em consonância com a datação avançada para o aterro onde se implanta esta estrutura.

U013 (SEP.LXXVIII – Apêndice 28b; Figura 187)

Localizada a norte da via, corresponde a uma estrutura implantada numa cova simples (Tipo 10a), orientada NNO/SSE, reconhecida em 2,46 x 1,71 x 0,06m. O enchimento resultante da cremação (UE3177) encontrava-se circunscrito por um rebordo avermelhado, apenas visível a sul (UE3061). Foram recuperados apenas seis pregos em ferro (n°inv.2011.0351), fragmentos de pequenas contas de colar, opacificadas pelo fogo, por vezes inteiramente derretidas e os restos de um unguentário derretido. Trata-se de uma estrutura atribuída por correlação estratigráfica à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 187 – Aspeto parcial da estrutura U013 (©UAUM).

U014 (SEP.LXXXVI – Apêndice 28b; Figura 188)

Trata-se de uma estrutura apenas reconhecida em perfil, implantada numa cova simples. a norte da via, visível numa extensão de 1,91m de comprimento por 0,07m de altura. No aterro de carvões e osso cremado (UE3226), era visível a existência de uma ligeira e esbatida bordadura avermelhada, posicionada na extremidade nascente. Pela sua posição estratigráfica, encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).

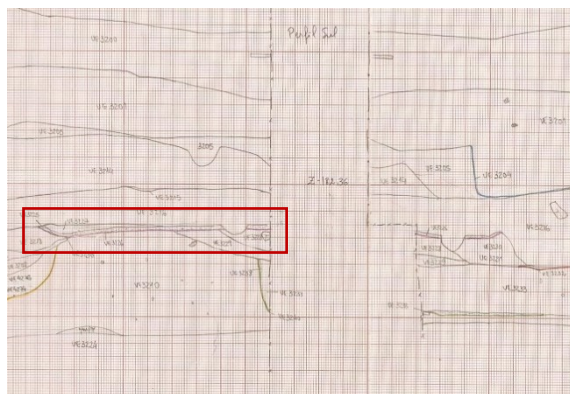


Figura 188 – Registo de campo relativo ao corte estratigráfico do U014 (©UAUM).

U015 (SEP.LXXXVII – Apêndice 28b; Figura 189)

Localizada a norte da via, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE(?), com 0,10m de altura e visível em 1,30m de comprimento. No aterro resultante do processo de cremação (UE3232) foi recuperado um unguentário em vidro, em forma de gota, de cor verde azulado (n°inv.2011.0334 - tipo Is 8, AR 129, T 66a), datado do século I. Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 189 – Pormenor fotográfico da estrutura U015 (©UAUM).

U016 (SEP.LXXXVIII – Apêndice 27b; Figura 190)

Localizada a norte da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, visível em 2,87 x 1,73 x 0,24m. No aterro de carvões e osso cremado (UE3233) foram recuperados 22 pregos à mistura com alguns fragmentos de escória (n°inv.2011.0356). Atribuímos a estrutura à Fase IV (meados do século I), por correlação estratigráfica.



Figura 190 – Fase inicial de escavação da estrutura U016 (©UAUM).

U017 (SEP.XCIII – Apêndice 28b; Figura 191)

Estrutura localizada a norte da via, escavada parcialmente, assumindo uma planimetria subcircular, em mau estado de preservação. Apenas foi possível reconhecer um fino nível de carvão à mistura com nódulos consistentes de sedimento rubificado (UE3164). Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 191 – Pormenor do depósito primário de cremação U017 (©UAUM).

U018 (SEP.C – Apêndice 26b; Ficha nº188)

Localizada a norte da via, trata-se de uma estrutura implantada numa cova simples (Tipo 10a), com orientação OSO/ENE. Apresenta-se conservada em 1,64 x 0,80 x 0,23m, tendo sido possível reconhecer uma mancha de carvões (UEs3380 e 3389), à mistura com um nível de cinzas de cor acinzentada, delimitada por um nível rubificado. Sobre o aterro de carvões foi também identificado um fruste alinhamento de pedras graníticas, de média dimensão e de talhe irregular, dispostas sobre a extremidade norte e nascente da cova. Julgamos tratar-se de um sistema de proteção da estrutura, funcionando simultaneamente como elemento localizador do *ustrinum*

(UE3381). Do mesmo nível de carvões, foram recuperados 73 fragmentos de pregos (nºinv.2011.0362) e fragmentos de dois unguentários em cerâmica (nºinv.2009.0226/0713). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios do século I).

U020 (SEP.CXIII – Apêndice 29b; Figura 192)

Localizada a sul da via, corresponde a uma estrutura implantada numa cova simples (Tipo 10a), orientada NNO/SSE, visível em 1,39 x 0,93 x 0,14m. O enchimento resultante da cremação (UE3633) encontrava-se delimitado por um rebordo avermelhado, conservado na extremidade sul do *ustrinum* (UE3641). No processo de crivagem, foi recuperado um conjunto de pregos em ferro recolhidos. Trata-se de uma estrutura atribuída por correlação estratigráfica à Fase VI (século II).



Figura 192 – Aspeto parcial da estrutura U020 (©UAUM).

U021 (SEP.CXVIII – Apêndice 29b; Figura 193)

Localizada a sul da via, de planimetria retangular, corresponde a parte escavada ao seu limite sul, pelo que se encontrava orientada NNO/SSE. Foi identificado o nível de carvões (UE3756), em cerca de 0,59m de largura, por 1,68m de comprimento, e 0,12m de altura máxima (Tipo 10a). Foi possível recuperar uma lucerna de volutas, tipo Loeschcke V, datada dos finais do reinado de Cláudio até Adriano, com marca *MVNTREPI* (nºinv.2009.0018; Esteves, 2016: Est.138), acompanhada de um conjunto de oito pregos (2011.0370). Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase VI (século II).

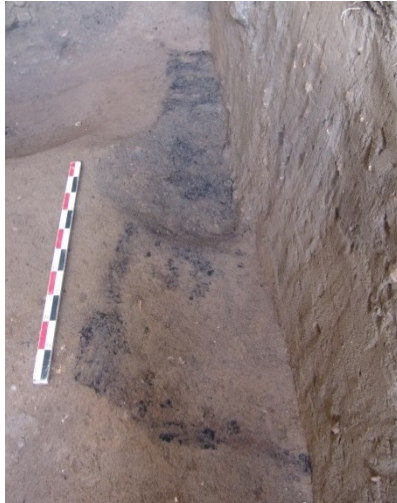


Figura 193 – Pormenor da estrutura U021 (©UAUM).

U022 (SEP.CXIX – Apêndice 2b9; Ficha n°189)

Estrutura de grandes dimensões, localizada a sul da via, orientada OSO/ENE, correspondendo ao *ustrinum* melhor preservado neste setor de necrópole, com 2,08 x 1,85 x 0,26m. Implantadas numa vala de planimetria e secção retangular (Tipo 10a), perfeitamente definida, foram reconhecidas ligeiras reentrâncias de morfologia retangular, na bordadura sul da estrutura, distanciadas sensivelmente por 0,40m, encontrando-se mais esbatidas na extremidade norte. Tratar-se-á das zonas de encaixe das traves de madeira que suportariam a pira funerária. No aterro resultante da cremação (UEs3767, 3769 e 3772), foram recuperados 60 fragmentos de prego e 16 fragmentos de escória (n°inv.2011.0371), uma dobradiça em ferro (n°inv.2014.0004), três peças vítreas consolidadas no local (n°inv.2009.0698), um unguentário deformado, de cor verde azulado, e um unguentário candelabro de depósito cónico, tipo Is 82A1, AR140, de cor verde amarelado, datado do século II. A correlação estratigráfica, aliada à datação do material, permite atribuir a estrutura à Fase VI (século II).

U023 (SEP.CXXI – Apêndice 28b; Figura 194)

Localizado a sul da via, corresponde a uma cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, visível em 1,94m de comprimento, conservando uma altura de 0,05m. No aterro de carvões, que incluía nódulos rubificados (UE3765), apenas foram recuperados 52 pregos em ferro à mistura com sete fragmentos de escória (n°inv.2011.0372). Pela sua correlação estratigráfica, encontra-se associada à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 194 – Aspecto do *ustrinum* 023 em campo (©UAUM).

U024 (SEP.CXXVII – Apêndice 27b; Figura 195)

Cova simples (Tipo 10a), localizada a norte da via, orientada OSO/ENE(?), conservada em apenas 0,90 x 0,74 x 0,34m. No aterro de carvões, à mistura com nódulos rubificados (UEs3921 e 4041), foram identificados 47 pregos em ferro (nº inv.2011.0377) e um unguentário em forma de gota, de cor verde azulado, apesar de deformado pelo fogo, datado do século I. Na bordadura sul, foi reconhecida uma estrutura de pedras, alinhada de forma irregular, que parece delimitar o *ustrinum* (UE3918). Pela sua correlação estratigráfica encontra-se associada à Fase IV (meados do século I).



Figura 195 – Vista parcial do depósito primário U024 (©UAUM).

U025 (SEP.CXXXI – Apêndice 27b; Figura 196)

Estrutura da qual apenas se reconheceu a extremidade norte, sendo, todavia, perceptível que estava implantada numa cova com 0,16m de altura (Tipo 10a). Estava localizada a norte da via, apresentando uma orientação NNO/SSE. No aterro de carvões (UE4060,) definido pela bordadura rubificada (UE4061), apenas foram identificados elementos metálicos indeterminados. Atribuímos este *ustrinum* à Fase IV (meados do século I), dada a relação de anterioridade com o U041.



Figura 196 – Perspetiva parcial da estrutura U025 (©UAUM).

U026 (SEP.CXXXIII – Apêndice 28b; Ficha n.º190)

Localizada a norte da via, implantada numa cova simples (Tipo 10a), com 0,13m de altura, apresentava uma planimetria arredondada, o que dificulta o reconhecimento da sua orientação. O aterro de carvões e ossos resultante da cremação (UEs4077 e 4090) encontrava-se delimitado por um rebordo avermelhado (UE4108). Foi possível recuperar um potinho em paredes finas, forma Mayet XLV, de Mérida (n.º inv.2009.0349), um perfil completo de potinho, em cerâmica comum (n.º inv.2009.0605), peças que podem ser atribuídas à segunda metade do século I, um perfil completo de um prato em cerâmica de tradição indígena, da primeira metade do século I (n.º inv.2009.0597), e um pucarinho em cerâmica comum. Trata-se de uma estrutura atribuída por correlação estratigráfica à Fase V (segunda metade do século I).

U027 (SEP.CXXXIV – Apêndice 28b; Figura 197)

Localizada a norte da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), orientada NNO/SSE, com uma configuração oval, visível em 2,23 x 0,97 x 0,08m. O aterro de carvões e osso cremado (UE4075) era delimitado por manchas rubificadas muito esbatidas localizadas no canto SE. Apesar de apenas se terem recolhido 23 fragmentos de pregos (n.º inv.2011.0379), sem qualquer outro espólio associado, é possível associar esta estrutura à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 197 – Aspecto geral da área de cremação U027 (©UAUM).

U028 (SEP.CXLI – Apêndice 27b; Figura 198)

Estrutura bem definida, com orientação NNO/SSE, localizada a norte da via. De planimetria retangular, media 2,23 x 1,12 x 0,37m. O seu perímetro era circundado por uma bordadura rubificada (UE4247), delimitando o nível de carvões e ossos cremados (UE2664). Apenas foi possível recuperar 20 fragmentos de prego (n^oinv.2011.0383). A estrutura está associada à Fase IV (meados do século I).



Figura 198 – Perspetiva geral da estrutura U028 (©UAUM).

U029 (SEP.CXLIV – Apêndice 28b; Figura 199)

Localizada a norte da via, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), reconhecida em apenas 1,41 x 0,38 x 0,14m. No aterro de carvões, misturados com nódulos rubificados (UE2670), foi recuperada parte de uma lucerna de tipologia indeterminada, de produção centro-italica, onde apenas se identifica parte da orla, na qual figura o rosto de um Eros, datada de Augusto a finais

do século I (n°inv.2010.0041; Nunes, 2016: Est.032). Pela sua correlação estratigráfica, encontra-se associada à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 199 – Aspecto do corte do contexto U029 (©UAUM).

U030 (SEP.CXLV – Apêndice 29b; Ficha n°191)

Cova simples (Tipo 10a), orientada N/S, a norte da via, já em mau estado de conservação. A mancha de ossos cremados e carvões (UE4072) foi reconhecida em 2,21 x 1,15 x 0,07m. Na extremidade norte da vala, foram encontradas duas pedras graníticas de grande dimensão que podem corresponder aos restos de uma estrutura que delimitaria o *ustrinum*. Depositados juntamente com o enchimento de carvões, foram reconhecidos um unguentário candelabro, de depósito achatado, em vidro, de cor verde azulado (n°inv.2009.0520 - tipo Is 82B2), datado do século II, uma ficha de jogo ou pedra de anel em vidro (n°inv.2011.0057) e um conjunto de 27 pregos (n°inv.2011.0384). A estrutura encontra-se atribuída à Fase VI (século II).

U031 (SEP.CXLVI – Apêndice 27b; Figura 200)

Localizada a norte da via romana, em mau estado de conservação, reconhece-se uma cova simples, com 0,08m, em que se individualizou uma mancha de carvões e ossos cremados à mistura com nódulos de nódulos rubificados (UE4199). Atribuímos a estrutura à Fase IV (meados do século IV), por correlação estratigráfica.



Figura 200 – Pormenor fotográfico do U031 (©UAUM).

U032 (SEP.CXLVII – Apêndice 30b; Figura 201)

Localizada a norte da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), com apenas 0,06m de espessura. Apesar de apresentar uma planimetria arredondada, no extremo poente da vala era perceptível o rebordo avermelhado que permite estabelecer a orientação OSO/ENE. No aterro de carvões e osso cremado (UE4095), foi recuperado um fundo de um pote em cerâmica comum grosseira e um gargalo em vidro, com asa, provavelmente de uma garrafa quadrangular, de cor verde azulado (n°inv.2009.0696 - tipo Is 50, AR 156, T114), datado dos séculos I a III. Atribuímos a estrutura à Fase VII (finais do século II/inícios século III).



Figura 201 – Vista parcial da área de cremação U032 (©UAUM).

U033 (SEP.CXLVIII – Apêndice 28b; Figura 202)

Cova simples (Tipo 10a), com 0,10m de altura, orientada OSO/ENE. Apesar de se ter reconhecido o nível de carvões e ossos cremados (UE4097), delimitado por uma película rubificada (UE4098), não se recolheu qualquer espólio funerário. Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 202 – Pormenor fotográfico da estrutura U033 (©UAUM).

U034 (SEP.CXLIX – Apêndice 29b; Figura 203)

Localizada a norte da via, trata-se de uma vala simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE. De morfologia sub-retangular, com 2,04 x 1,22 x 0,17m, apresentava uma bordadura rubificada no seio da qual se individualizou um aterro de carvões e ossos cremados (UE4238). Associados à estrutura, foram recuperados 40 pregos em ferro (n°inv.2011.0391). A estrutura encontra-se atribuída à Fase VI (século II).



Figura 203 – Perspetiva geral do contexto U034 (©UAUM).

U036 (SEP.CLIII – Apêndice 28b; Figura 204)

Trata-se de uma estrutura implantada numa cova simples (Tipo 10a), localizada a norte da via. Orientada OSO/ENE, conservava as dimensões de 2,06 x 1,34 x 0,17m, em que era perceptível a existência de um enchimento de carvões (UE4081), sobre um nível rubificado que se estendia para o fundo da cova (UE4079). Apenas foram recuperados 36 pregos em ferro (n°inv.2011.0412). Este *ustrinum* está associado à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 204 – Aspecto do U036 em campo (©UAUM).

U037 (SEP.CLVII – Apêndice 28b; Figura 205)

Cova simples (Tipo 10a), com orientação OSO/ENE, localizada a norte da via, visível em 2,87 x 0,91 x 0,07m. Sob o aterro de carvões (UEs4206, 4207), reconheceu-se uma bordadura rubificada (UE4208). Sobre o aterro foi depositado um pucarinho em cerâmica comum fina, de produção local, datado de 50-75 (n°inv.2009.0410), e recolheram-se 38 pregos em ferro (n°inv.2011.0415). Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase V, em concordância com o aterro que a recobre e que data do último quartel do século I (UE2608).



Figura 205 – Localização e aspeto geral do U037 (©UAUM).

U039 (SEP.CLIX – Apêndice 28b; Ficha n°192)

Localizada a norte da via, corresponde a uma estrutura cujo enchimento de carvões se encontrava já muito disperso, razão pela qual assumia uma configuração arredondada em plano.

O enchimento resultante da cremação (UE4107) encontrava-se delimitado por um rebordo avermelhado, mais expressivo a sul da estrutura (UE3061). Foram recuperados um aro incompleto

de marfim (nº inv.2009.0360), 37 pregos em ferro (nº inv.2011.0416) e fragmentos carbonizados de um pente, em madeira de bucho.

Trata-se de uma estrutura atribuída por correlação estratigráfica à Fase V (segunda metade do século I).

U041 (SEP.CLXVIII – Apêndice 28b; Figura 206)

Localizada a norte da via, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), reconhecida apenas na sua metade poente, com 2,34 x 1,35 x 0,21m, orientada NNO/SSE. O aterro resultante do processo de cremação (UE4058) encontrava-se perfeitamente circunscrito pelo nível rubificado (UE4137). Foi possível recuperar um conjunto de pregos, identificados no decurso do processo de crivagem e uma conta, em forma de meloa, em faiança egípcia (nº inv.2009.0628). Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 206 – Pormenor fotográfico da estrutura U041 (©UAUM).

U042 (SEP.CLXXIV – Apêndice 28b; Figura 207)

Localizada a norte da via romana, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), de planimetria subcircular, visível em 1,58 x 1 x 0,10m, possivelmente orientada SO/NE(?). No aterro de carvões e osso cremado, à mistura com nódulos avermelhados (UE4250), foram recuperados diversos pregos fragmentados (nº inv.2011.0423). Embora não exiba espólio funerário foi possível recuperar um pequeno fragmento de osso trabalhado, talvez de origem animal, de espécie indeterminada, possivelmente associado a qualquer objeto cremado com o defunto (nº inv.2017.0296). Atribuímos a estrutura à Fase V (segunda metade do século I), por correlação estratigráfica.



Figura 207 – Vista da estrutura U042 na fase final de escavação (©UAUM).

U043 (SEP.CLXXX – Apêndice 29b; Figura 208)

Localizada a norte da via, corresponde a uma estrutura implantada numa cova simples (Tipo 10a), orientada OSO/ENE, visível em apenas 1,43 x 1,49 x 0,15m. O enchimento resultante da cremação (UEs2038, 2040) encontrava-se delimitado por um rebordo avermelhado (UE2037). Foram recuperados 69 pregos em ferro, à mistura com oito fragmentos de escória (nº inv.2011.0428). Trata-se de uma estrutura atribuída por correlação estratigráfica à Fase VI (século II).

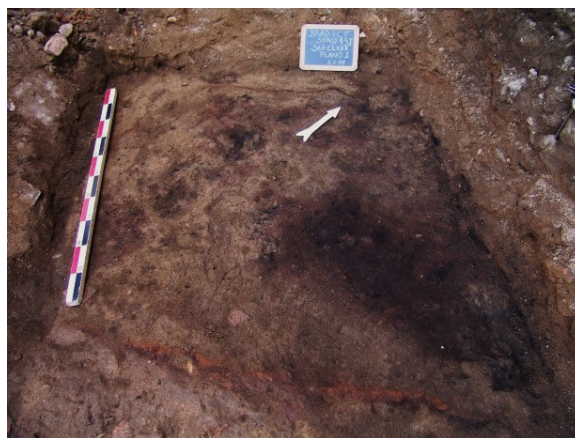


Figura 208 – Perspetiva geral da estrutura U043 (©UAUM).

U044 (SEP.CLXXXI – Apêndice 27b; Figura 209)

Localizada a norte da via, corresponde apenas a uma parte da totalidade da estrutura, provavelmente à sua bordadura norte, em que se reconhece um enchimento de carvões (UE2059), inseridos numa vala algo profunda, com 0,28m de altura (Tipo 10a). O aterro de carvões encontrava-se delimitado por um rebordo avermelhado (UE2047). Não foi recuperado qualquer tipo de espólio, contudo, por correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase IV (meados do século I).



Figura 209 – Pormenor do *ustrinum* U044 em corte (©UAUM).

U045 (SEP.CXCIV – Apêndice 29b; Figura 210)

Localizada a sul da via, foi identificada uma pequena parte da estrutura, já em muito mau estado de conservação, onde é perceptível um ligeiro rebordo avermelhado (UE0434), que delimita o aterro resultante da cremação (UE0385). Não foram recuperados quaisquer materiais em associação com a estrutura. Contudo, é possível atribuir esta estrutura à Fase VI (século II), por sobreposição com o aterro UE0363.



Figura 210 – Pormenor da estrutura U045 em plano (©UAUM).

U046 (SEP.CCIII – Apêndice 28b)

Localizada a norte da via, trata-se de uma pequena mancha de carvão (UE4350), disposta sobre um nível mais acastanhado e que apenas foi identificado em corte. Associado ao nível de carvão foi recuperado um púcaro, incompleto, em cerâmica bracarense, datado de 50-120 (n°inv.2009.0157). Atribuímos a estrutura à Fase V (segunda metade do século I?).

U047 (SEP.CCIV – Apêndice 28b; Figura 211)

Localizada a norte da via, apenas foi identificada em corte. Trata-se de um enchimento de carvões articulado com nódulos de cor avermelhada (UEs4467 e 4497), implantados numa cova

de cerca de 0,10m de profundidade. Não foram recuperados quaisquer materiais associados com a estrutura, no entanto, associamos o *ustrinum* à Fase V (segunda metade do século I?).



Figura 211 – Aspeto da estrutura U047 em corte (©UAUM).

U049 (SEP.CCXI – Apêndice 28b; Figura 212)

Localizado a norte da via, foi identificado em corte um fino nível de carvão associado a uma mancha castanha escura (UE4377), com 1,82m de comprimento, por 0,14m de altura. Deveria estar orientado NNO/SSE. Não se recolheu qualquer tipo de espólio, no entanto, por correlação estratigráfica, a estrutura foi atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 212 – Registo gráfico relativo ao depósito primário U049 (©UAUM).

U050 (SEP.CCXII – Apêndice 28b; Figura 213)

Localizada a norte da via, trata-se de uma cova simples (Tipo 10a), reconhecida apenas em corte. Perceível em 0,96m de largura, por 0,04m de altura, a estrutura desenvolvia-se para poente, numa área que não foi intervencionada, pelo que se encontra preservada. Do aterro resultante do processo de cremação (UE4381), à mistura com nódulos de material rubificado, não

foi recolhido qualquer tipo de espólio. Pela correlação estratigráfica, a estrutura encontra-se atribuída à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 213 – Pormenor da estrutura U050 em corte (©UAUM).

U051 (S/nº01 – Apêndice 28b; Figura 214)

Localizada a norte da via, apenas foi reconhecida em perfil. Trata-se de uma cova simples, com 0,24m de altura (Tipo 10a), com orientação OSO/ENE, com 1,58m de largura. Aí, foi identificado um nível de carvões (UE2095), que sobrepunha uma lenticula rubificada (UE2094). Por articulação com os restantes aterros, trata-se de uma estrutura associada à Fase V (segunda metade do século I).



Figura 214 – Aspeto do contexto U051 em corte (©UAUM).

U052 (S/nº02 – Apêndice 26b)

Cova simples (Tipo 10a), apenas reconhecida em corte. É perceptível a existência de um nível de carvões (UE2084), disposto sobre um friso avermelhado (UE2083), com orientação NNO/SSE, que se estende por 2,10m de comprimento, conservando uma altura de 0,36m. Trata-

se de uma estrutura atribuída à Fase III (transição da Era/inícios do século I), por correlação com a C086.

U053 (S/nº3 – Apêndice 26b; Figura 215)

Localizada a sul da via, trata-se de uma mancha de carvões e matéria rubificada (UE1744), de morfologia arredondada, localizada a sul da via romana, visível em apenas 0,66 x 0,40 x 0,06m. Não foi possível recuperar qualquer tipo de espólio associado à estrutura. Porém, é possível atribuí-la à Fase III (Transição da Era/inícios do século I), por articulação estratigráfica com o recinto R05.



Figura 215 – Aspeto geral do contexto funerário U053 (©UAUM).

2.12 Núcleo da Senhora-à-Branca (SB2012)

2.12.1. Caracterização

O núcleo da Senhora-à-Branca foi descoberto no decurso dos trabalhos de acompanhamento arqueológico executados pelo GACMB, entre fevereiro e dezembro de 2012, no âmbito do programa “Regenerar Braga”, em que se promoveu o arranjo urbanístico de uma série de ruas da área urbana de Braga, especificamente a rua de São Victor, largo Senhora-à-Branca, Avenida da República, rua dos Chãos, rua de São Vicente e praça Alexandre Herculano.

A execução da sondagem arqueológica em que foram detetadas sepulturas foi determinada pela necessidade de se proceder à instalação de um ecoponto. Apesar de se perceber o arranque de mais estruturas funerárias junto aos cortes, não foi possível alargar a área de escavação, uma vez que as dimensões da sondagem estavam condicionadas à área de implantação da caixa de betão armado (Cunha, 2014: 8).

Na sondagem 3 foram identificadas cinco sepulturas, quatro escavadas integralmente e uma última em que apenas foi reconhecido o seu arranque sul.

Após comunicação à tutela, todos os elementos construtivos foram marcados de forma a possibilitar a reconstituição e remontagem das estruturas em espaço a designar (Cunha, 2014: 9).

Este núcleo de sepulturas, identificado no largo da Senhora-à-Branca (Apêndice 34; Figura 216), integrava-se na necrópole da Via XVII, por se encontrar próximo da passagem do referido eixo viário, cerca de 63m a norte.

Em 1918, J.L. Vasconcelos refere que junto à igreja da Senhora-à-Branca foram encontradas sepulturas, sem nunca precisar o número, as quais, em mármore “*de forma de caixões*”, seriam romanas ou visigóticas (1918: 360).

O núcleo que iremos descrever foi atribuído ao período suevo-visigótico, a avaliar pelo material identificado no enchimento de nivelamento em que se implantaram as sepulturas (UE0003). No relatório de escavação constam os materiais estudados pela Doutora Raquel Peñin, destacando-se o bordo de parede de uma taça, em cerâmica cinzenta tardia, de imitação de TSA D, forma Hayes 12/102 (meados dos séculos V – inícios do VI), um colo de garrafa de cerâmica cinzenta tardia comum (séculos V/VI), um bordo de prato Hayes 59 em TSA D (320-420) e uma base plana de prato de forma indeterminada em TSA Clara C, com decoração pertencente ao estilo Hayes Grupo I/IIA (360-450).

De modo geral, as cinco sepulturas encontram-se orientadas O/E, com ligeiros desvios OSO/ENE, individualizando-se três covas simples sem revestimento e duas caixas de tijolo, estas últimas dispostas de forma paralela.



Figura 216 – Aspeto geral da sondagem intervencionada no largo da Senhora-à-Branca (©GACMB).

2.12.2. Análise das estruturas funerárias

I116 (SEP.I – Apêndice 34b; Ficha nº161)

Sepultura orientada O/E, com cobertura plana, em material laterício, em que se verifica o recurso a tijolos do tipo *sesquipedale* e *longum semipedale*, com a aplicação de uma pedra granítica de forma retangular (UE0004), tornando-se evidente o claro reaproveitamento de material avulso (Tipo 4d). A cobertura encontrava-se conservada em 1,63m de extensão, por 0,42m de largura, tapando completamente a cavidade interior da caixa. A cobertura assentava diretamente sobre as paredes da caixa (UE0006, 0017, 0018 e 0019), composta por tijolos do tipo *lydion*, formalizando um vão interior com 1,44 x 0,20m. As paredes não assentavam no leito (UE0022), composto por três tijolos com variantes do tipo *longum bessale* (0,44 x 0,24m). Não foi encontrado qualquer tipo de espólio associado, ainda assim atribuímo-la à Fase X.

I117 (SEP.II – Apêndice 34b; Figura 217)

Estrutura de caixa em material laterício (Tipo 4d), orientada O/E, contígua da I116, a norte, inserida numa cova simples medindo 1,73 x 0,67 x 0,26m. Sobre as paredes, e de forma descontinuada, existiam umas lascas de pedra granítica de pequena dimensão, que podem corresponder aos vestígios da cobertura. Os limites da caixa eram definidos por tijolos reaproveitados (UEs0020 e 0021), dispostos no sentido do maior comprimento, apresentando-se já fraturados. Foi reconhecida uma segunda fiada de tijolos, fincados no tardo das paredes norte e sul, funcionando talvez como reforço destes limites. O leito era formado, por uma superfície horizontal, composta por material laterício reaproveitado (UE0023). O vão interior da sepultura conserva as seguintes medidas: 1,38 x 0,33m. Esta sepultura encontra-se atribuída aos séculos V/VI (Fase X).



Figura 217 – Sepultura I117 em fase de escavação (©Cunha, 2014: Foto 9).

I118 (Apêndice 34b; Figura 218)

Orientada OSO/ENE, trata-se de uma cova simples, de morfologia oval (Tipo 1b), de pequenas dimensões: 1,60 x 1,16 x 0,28m, sem espólio associado. Ainda assim, pensamos ser possível enquadrá-la nos séculos V/VI.



Figura 218 – Pormenor da sepultura I118 (©Cunha, 2014: Foto 16).

I119 (Apêndice 34b; Figura 219)

Estrutura de inumação, em cova simples (Tipo 1a), de planimetria sub-retangular. Apresenta-se orientada OSO/ENE, preservada numa extensão de 1,84m, com uma largura mínima de 0,79m, não ultrapassando os 0,28m de altura. Do enchimento do interior da sepultura (UE0010), foram exumados quatro fragmentos de parede de cerâmicas comuns romanas, um fragmento de bordo com asa de uma jarra em cerâmica comum romana, um fragmento de bordo de um prato de TSA D Hayes 59A (320-400), um fragmento de vidro e uma peça lítica. Trata-se, portanto, de uma estrutura enquadrada na Fase X (séculos V/VI).

I120 (Apêndice 34)

Tratar-se-á de uma cova simples (Tipo 1a?), a avaliar pelas características da extremidade visível em plano, o que não permite apurar qual a orientação da estrutura. Não tem espólio associado. Deverá corresponder como as sepulturas descritas a uma estrutura associada à Fase X.



Figura 219 – Pormenor das sepulturas Is119 e 120 (©Cunha, 2014: Foto 18).

3. A necrópole da Via XVIII

Apesar de o traçado da Via XVIII não se encontrar confirmado do ponto de vista arqueológico, presume-se a sua saída pelo setor NE da cidade, em direção a *Asturica Augusta*, com passagem pela Serra do Gerês. Este itinerário, apelidado de Via Nova, passaria pelo atual largo de S. Francisco, seguindo pelas ruas dos Chãos, S. Vicente e Areal (Lemos, 2002: 103), prosseguindo até ao rio Cávado, atravessando um território de montanha que permitiria alcançar as áreas mineiras do Noroeste (Carvalho, 2008: 244).

No quadrante nordeste da cidade encontram-se identificados alguns conjuntos de sepulturas que certamente estariam articulados com a passagem da Via XVIII.

3.1 Núcleo da Av. Central (BRA94AC)

3.1.1. Caracterização

As primeiras evidências de um espaço funerário associado a este eixo viário foram identificadas na plataforma poente da Avenida Central, mais precisamente no largo em frente ao Banco de Portugal, durante o ano de 1994, aquando das obras de construção do parque de estacionamento subterrâneo concessionado à BragaParques, que ocorreu em paralelo com a requalificação da Praça da República (Ribeiro, 2008, vol. III: 11; Apêndice 35 e 36; Figura 220). Posteriormente, nas obras de desaterro mecânico associadas à construção da infraestrutura subterrânea que liga o largo de S. Francisco à Avenida António Macedo, foi encontrada, em 1996, uma ara votiva dedicada aos *Lares Viales* (Cunha *et al.*, 2005: 147; Figura 221). Apesar de se tratar de uma peça identificada num contexto de salvamento, os investigadores que estudaram o monumento epigráfico e os especialistas no urbanismo de *Bracara Augusta* são unânimes em

afirmar que a ara se encontra “*muito presumivelmente*” em articulação com “*a saída de uma via*”, mais especificamente com a Via XVIII (Martins, 2000: 40; Lemos, 2002: 106).

O conjunto de dados disponíveis, composto por sepulturas e por uma ara, pela sua proximidade relativamente à Via XVII, permite supor que estamos perante um núcleo de uma nova necrópole localizada na extremidade nordeste da cidade romana.

Os dados da intervenção arqueológica permitiram o reconhecimento de estruturas relacionadas com o ritual de cremação, tendo sido igualmente identificadas sepulturas associadas ao ritual de inumação, mau grado a sua datação exata ser indeterminada. No substrato rochoso foram ainda identificadas uma série de estruturas em negativo que parecem estar relacionadas com uma intervenção ocorrida ainda em época romana destinada a nivelar a superfície do terreno da necrópole. As morfologias das secções das referidas estruturas são semelhantes a outras identificadas no núcleo dos CTT/LSF (Apêndice 35b).



Figura 220 – Contexto em que decorreu a intervenção arqueológica, com pormenor da sondagem (©MDDS).



Figura 221 – Ara aos deuses *Viales*, descoberta no largo de S. Francisco (Cunha *et al.*, 2005: 154).

3.1.2. Análise das estruturas funerárias

C133 (SEP.IX – Apêndice 36b; Ficha nº063)

Caixa orientada NNO/SSE, em cova simples, pouco profunda, de morfologia trapezoidal (Tipo 7b). Apresenta as paredes compostas por tégulas, já fragmentadas, em que parece existir um reforço, feito em pedra, a alicerçar a parede este (UEs0018, 0019 e 0020). Não apresentava leito, nem restam vestígios da cobertura. Encontra-se conservada numa extensão de 0,89m, com 0,49m de largura. No seu interior eram visíveis restos ósseos cremados à mistura com carvões e cinzas (UE0021). Os dados disponíveis e a correlação estratigráfica permitem-nos atribuir a sepultura à Fase VI.

C135 (Cista – Apêndice 36b; Ficha nº064)

Caixa quadrangular (Tipo 5a), orientada NO/SE, elaborada com recurso a material laterício, provavelmente de tipo *lydion* (UEs0012, 0013, 0014 e 0015). Apresenta as seguintes dimensões: 0,42 x 0,41m. Não foi possível confirmar a existência de leito, embora a cobertura fosse composta por dois tijolos, um tipo *lydion*, o outro, *longum semipedale* (UE0016). Sobre o enchimento dos carvões do interior da caixa (UE0017, foi colocada uma lucerna vidrada de disco, tipologia Dressel 20, de produção centro-italica (nº inv.1994.0899), datada entre os finais do século I e a primeira metade do século II (Nunes, 2016: Est.86). Avaliando a correlação estratigráfica e o espólio, é possível datar a estrutura da Fase VI.

IND001 (SEP.I – Apêndice 36c; Figura 222)

Estrutura muito destruída, orientada OSO/ENE, reduzida praticamente ao leito, composto apenas por tijolos e telhas fragmentadas (UE0003), medindo cerca de 1,30m de comprimento, por 1,16m de largura. Das paredes, apenas restam dois fragmentos de telha, que poderiam configurar um telhado de duas águas (UE0004). Estrutura sem cronologia, por falta de elementos de datação (séculos II a V/VII?).



Figura 222 – Perspetiva geral da estrutura IND001 (©MDDS).

U099 (SEP.XI – Apêndice 36b; Figura 223)

Apesar de não ser possível a sua georreferenciação, a informação contida nos cadernos de campo permite identificar um depósito primário, em cova simples, de formato retangular, em mau estado de conservação, com apenas 1,30m de extensão visível, conservando 0,60m de largura (Tipo 10a). Na vala foi depositado um enchimento de cinzas e carvões (UE0033), do qual se retirou um conjunto de espólio variado, composto por elementos metálicos (n°inv.1995.0569/ 0575/ 0576/ 0577), um pote (n°inv.1994.0727), um púcaro (n°inv.1994.0728) e um fundo de unguentário tubular, em forma de pingo, datado da primeira metade do século I, típico da época de Augusto a Tibério (n°inv.1999.1713 - Cruz, 2009, vol. III: 87). A cronologia apontada pelo unguentário permite-nos atribuir este *ustrinum* à Fase IV.



Figura 223 – Vista de pormenor do espólio identificado *in situ* no U106 (©MDDS).

U104 (SEP.IV – Apêndice 36b; Ficha nº205)

Cova simples, orientada OSO/ENE, com 1,35m de extensão, não tendo sido possível estimar a sua largura. Apresenta um rebordo avermelhado, esbatido (Tipo 10a), que delimita um aterro de cinzas e carvões (UE0011), em que foi depositado um conjunto de espólio significativo: quatro tigelas, de produção local, datadas da segunda metade do século I (2001.1312 a 1315), uma tigela, de produção bracarense, imitação de Drag.37, datada de 50-100 (Delgado *et al.*, 2009: 26 - nºinv.1997.1345), dois fragmentos de lucernas, datadas dos finais do século I à primeira metade do século II (nºinv.1994.0900E; Esteves, 2016: Estampa 010, nº21; nºinv.1991.0901; Esteves, 2016: Estampa 019, nº41), dois bordos de copo (nºinv.2001.1311/1352), um pote (nºinv.1996.1320), um prato (nºinv.1997.1380/1406), um testo (nºinv.1997.1378) e três pregos (nºinv.1996.0554/1388/1389, 2001.1231; Morais, 2004, vol. III: 308 e 311). Foi também identificado um fragmento de uma lucerna de volutas, tipo Loeschcke V, cujo auge de produção se encontra datado entre 75 – 80 d.C. e os finais do reinado de Adriano (nºinv.2001.1231; Esteves, 2016: Estampa 010, nº21). Estes dados permitem-nos atribuir o *ustrinum* à Fase VI.

U105 (SEP.X – Apêndice 36b; Figura 224)

Cova simples, orientada NNO/SSE, de morfologia sub-retangular (Tipo 10a). Encontra-se melhor conservada na extremidade sul, visto que no canto NO era sobreposta pela sepultura C133. Conservava-se numa extensão máxima de 1,85m, apresentando 1,07m de largura e 0,22m de profundidade (Tipo 10a). Em torno da cova era visível o rebordo avermelhado, sobre o qual foi detetado um enchimento de cinzas, carvões e ossos cremados (UEs0035 e 0036). No decurso da

escavação, foram detetados dois potes e alguns elementos metálicos (n°inv.1994.0712/0726; n°inv.1995.0573/0574), elementos insuficientes para estabelecer uma datação rigorosa da estrutura funerária (Fase III -X?).

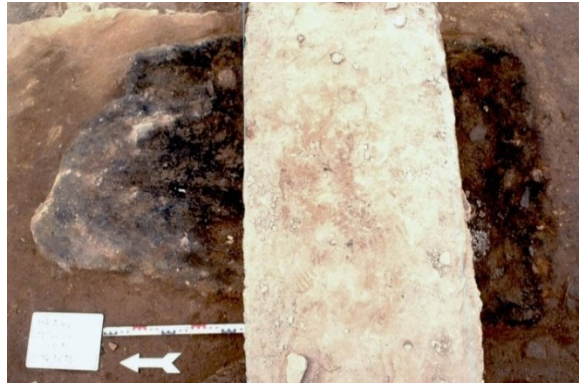


Figura 224 – Aspeto geral do contexto funerário U105 (©MDDS).

I121 (SEP.II – Apêndice 36c; Figura 225)

Sepultura em cova simples, de morfologia retangular, orientada O/E, conservada em 1,58 m de comprimento, por 0,55 m de largura (Tipo 1a). Exibe uma secção simples, com paredes retas, pouco profundas, com 0,40m de profundidade. Pela inexistência de espólio associado à estrutura, não nos é possível atribuí-la com rigor a qualquer fase de implantação (Fase VI – X?).



Figura 225 – Perspetiva geral da sepultura I121 (©MDDS).

3.2 Núcleo da rua do Souto/Benjamim Peixoto (BRA07RS)

3.2.1. Caracterização

A identificação da estrutura funerária em questão ocorreu, em 2007, no decurso da readaptação de uma habitação para um espaço comercial, nos prédios nº111 a 119, na rua de Souto (Apêndice 37; Figura 226). Todavia, para o local, não foi interposta qualquer condicionante arqueológica devido à inexistência de zonas de proteção a imóveis ou espaços classificados (Cunha, 2008: 3). Apesar de não existir qualquer condicionante arqueológica para esta área, o GACMB procedeu ao acompanhamento arqueológico da obra, uma vez que a cartografia antiga, nomeadamente o mapa de George Braun, posiciona, para as imediações dos edifícios em questão, um antigo eixo viário que poderia coincidir com as precedentes saídas romanas (Cunha, 2008: 3). A preservação da sepultura que viria a ser identificada no decorrer do acompanhamento poderá explicar-se com o facto de o terreno nunca ter sido intervencionado, desde o século XVIII, mantendo os lotes a sua morfologia.



Figura 226 – Aspeto do local onde decorreram os trabalhos arqueológicos (Cunha, 2008: Foto 135).

3.2.2. Análise da estrutura funerária

U110 (SEP.I – Apêndice 37b; Ficha nº207)

Cova simples, orientada N/S, de forma sub-retangular (Tipo 10a). Não foi possível escavar a estrutura na sua totalidade, pois grande parte da mancha de carvões encontrava-se sob a fundação da parede que divide o imóvel intervencionado da casa contígua. Ainda assim, foi possível verificar que se trata de um nível com 1,35m de extensão, por 0,12m de altura. No enchimento de cinzas, carvões e esquirolas de osso, à mistura com nódulos rubificados (UE0014), foram recuperados dois copinhos, em cerâmica comum fina, datados dos séculos I/II

(n°inv.2008.0039/0040), colocados sobre os restos da cremação. Trata-se de duas peças típicas dos contextos das necrópoles de *Bracara Augusta* que permitem atribuir o *ustrinum* à Fase VI.

3.3 Núcleo da Av. Liberdade n°745 (BRA04AL745)

3.3.1. Caracterização

Trata-se de um espaço intervencionado pelo GACMB, em 2004, no decurso de um processo de licenciamento de uma obra particular para reconstrução e ampliação do edifício n°745, virado à Avenida da Liberdade. O imóvel encontra-se a cerca de 100m para norte do núcleo de necrópole que viria a ser identificado em 2008/2010 (ver Parte II, ponto 2.11).

Depois de realizadas três sondagens de diagnóstico, foram identificadas duas estruturas funerárias que, pela morfologia e tipo de enchimento escavado, se associam ao ritual de inumação (Apêndice 38). No relatório de escavação, são identificadas peças de produção local, atribuíveis aos séculos I/II, como um copinho (n°inv.2004.0327) e um potinho, em cerâmica comum fina (n°inv.2004.0328), associados à designada “SEP.I”. No entanto, pela avaliação dos cadernos de campo, consideramos que esta associação entre espólio e sepultura é difícil de estabelecer, porque não existe referência ao posicionamento das peças em relação à estrutura funerária e porque estas peças encontram-se referenciadas ao complexo =0007= (UE0015), que interpretamos como um aterro de nivelamento que se encontrava sobre as duas sepulturas, recobrando-as na totalidade. Além disso, a reavaliação dos conjuntos cerâmicos extraídos daquele contexto permitiu a individualização de fragmentos de cerâmica cinzenta tardia, datada do período suevo-visigótico. Assim, julgamos que as peças de cronologia alto-imperial devem estar relacionadas com a destruição/revolvimento de estruturas de cremação que neste sector não foram reconhecidas.

3.3.2. Análise das estruturas funerárias

I122 (SEP.I – Apêndice 38b; Figura 227)

Cova simples, de forma ovalada, orientada NE/SO, com 1,41m de comprimento por 0,58m de largura (Tipo 1b). No enchimento do interior da vala, composto por sedimentos arenolimosos (UE0025), não foram reconhecidos quaisquer vestígios relacionados com espólio ou contentor funerário.

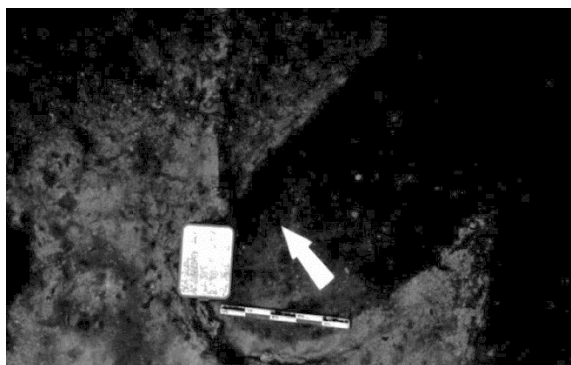


Figura 227 – Aspecto da I122 em fase de escavação (Cunha, 2004: Foto n°21).

I123 (SEP.III – Apêndice 38c; Figura 228)

Estrutura simples, em cova, aparentemente de morfologia retangular (Tipo 1a), sem revestimento, orientada O/E. Apenas era visível cerca de 1,61m do seu comprimento, correspondente à metade nascente, apresentando uma largura de 0,82m. A sua escavação não permitiu a recuperação de qualquer tipo de espólio funerário.



Figura 228 – Vista geral da I123, Qd.515 (Cunha, 2004: Foto n°20).

4. A necrópole da Via XIX

Esta área funerária é mal conhecida do ponto de vista arqueológico. Sabemos que a Via XIX iniciaria o seu trajeto na zona intermédia da atual rua Frei Caetano Brandão, num espaço em que o GACMB, em 2007, identificou uma estrutura coincidente com uma possível porta da muralha tardia da cidade romana. Nas imediações deste local, encontra-se referenciado um conjunto de elementos epigráficos, que denunciam a passagem deste eixo viário que assegurava a ligação entre *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti* (Santos *et al.*, 1983: 199; Fontes 1993: 76). Um deles corresponde a um miliário, descoberto precisamente na intervenção suprarreferida, cuja

informação permanece inédita, podendo assinalar a milha 0 da Via XIX (Carvalho, 2008 vol. I: 247). Por esta razão, não é estranha a presença de uma área sepulcral a norte da cidade, embora, até ao momento, o que sabemos a respeito da mesma seja ainda claramente insuficiente.

Na verdade, encontram-se apenas publicadas algumas notícias da autoria do cónego Arlindo da Cunha, datadas entre 1953 e 1976, que em diversos jornais descreve os achados de cariz funerário que se foram recuperando um pouco por toda a cidade. No que concerne ao Campo da Vinha, numa obra contígua à praça, na parte traseira do solar de Boaventura Maciel Aranha, junto à rua que liga com o antigo Campo da Feira, o autor relata o aparecimento de seis sepulturas, aparentemente relacionadas com o ritual de inumação, “*perfeitamente rectangulares e orientadas de Nordeste a Sudoeste*”, com coberturas de pedra granítica (1953a), com paredes de pedra e tijolos, com lastro em material laterício, onde foram identificados alguns ossos e placas de mármore que não exibiam qualquer decoração (Apêndice 1). Em maio de 2018 foram encontradas duas sepulturas, uma em cova simples e outra estruturada com paredes de tijolo que parecem estar implantadas a norte daquelas que Arlindo da Cunha noticia em 1953¹¹ (Apêndice 1). Trata-se de um núcleo de sepulturas implantado a nascente do conjunto de sepulturas que foi identificado em 1996.

Outro achado que parece confirmar a existência de uma ampla área sepulcral a norte da cidade é a estela funerária, depositada no MDDS, dedicada ao escravo *Faustus*, encontrada debaixo do arco da Porta Nova no decurso de obras daquele monumento em 1865 (Sousa, 1973: 17; Tranoy e Le Roux, 1989-90: 217; Redentor, 2011 – vol. II: 174).

O núcleo que caracterizamos de seguida não permitiu a recuperação de qualquer vestígio material que potencie a atribuição de uma cronologia aproximada do sector, pelo que não conseguimos aferir a fase de implantação das sepulturas.

4.1 Núcleo do Logradouro da Câmara Municipal de Braga (BRA96LCM)

4.1.1. Caracterização

Em agosto de 1996, aquando dos trabalhos de arranjo de superfície da Praça do Póculo e da construção do parque de estacionamento do logradouro da Câmara Municipal de Braga, foram descobertas quatro sepulturas (Apêndice 39; Figura 229). As estruturas funerárias ficaram

¹¹ Agradecemos a disponibilidade do Dr. Armandino Cunha (GACMB) na partilha dos dados, ainda em fase de tratamento. Daí não terem sido incluídos neste trabalho.

a descoberto após os trabalhos de remoção mecânica dos sedimentos superficiais. Apesar de se ter procedido aos trabalhos de desenho, não foi possível posicionar as sepulturas, nem sequer obter os elementos relativos à sua altimetria. O posicionamento que apresentamos corresponde, assim, a uma localização aproximada das sepulturas, pelo que a planta deverá ser usada com relativo cuidado.

Pese embora estas condicionantes, o núcleo de sepulturas em questão deverá corresponder a um setor de necrópole associado à Via XIX, cuja proposta de traçado a posiciona a cerca de 60m para poente da mesma.



Figura 229 – Perspetiva de pormenor de um dos locais onde se identificou uma sepultura (©GACMB).

4.1.2. Análise das estruturas funerárias

C139 (SEP.II – Apêndice 39c; Figura 230)

Caixa de forma retangular, orientada NO/SE, com 1,90 x 0,51m. As paredes eram compostas por tégulas (Tipo 7a), fincadas na vertical, com os rebordos voltados para a vala (UEs0004, 0006, 0007 e 0008). O leito era formado por elementos da mesma tipologia, com os rebordos voltados para baixo (UE0009). Ainda foi possível recuperar os vestígios da cobertura, reduzida a uma única tégula já fragmentada, com os rebordos voltados para cima (UE0005), que assentava sobre as paredes laterais. No vão interior da caixa, foi identificado um enchimento composto por carvões (UE0013). Não foi possível identificar qualquer tipo de espólio, pelo que a sua datação permanece por apurar (Fase VI a IX?).



Figura 230 – Perspetiva da estrutura C139 (©GACMB).

IND004 (SEP.IV – Apêndice 39c; Figura 231)

Estrutura que deveria corresponder a uma caixa em material laterício, cuja forma nos escapa, uma vez que se encontra reduzida a um fragmento de tijolo, que parece corresponder a um leito de uma possível caixa. Conserva as medidas de 0,40m de comprimento por 0,35m de largura. A sua cronologia é indeterminada (Fase VI a X?).

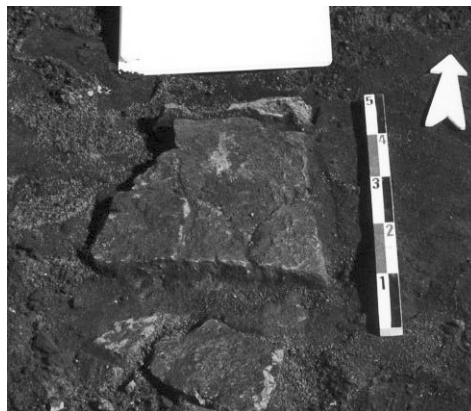


Figura 231 – Aspeto em campo da estrutura IND004 (©GACMB).

IND012 (SEP.I – Apêndice 39b; Figura 232)

Caixa de material laterício, reduzida ao canto NO, conservando parte do lastro (UEs0001, 0002 e 0003), exibindo um comprimento de 0,57m e uma largura máxima de 0,39m, pelo que não é perceptível se se trataria de uma estrutura quadrangular ou retangular. Desconhecem-se as características do seu enchimento, não sendo possível associá-la a uma nenhuma fase concreta (Fase VI a X?).



Figura 232 – Pormenor da estrutura em fase de escavação IND012 (©GACMB).

I176 (SEP.III – Apêndice 39c; Figura 233)

Sepultura praticamente reduzida ao lastro (UE0010), impossibilitando qualquer atribuição tipológica. Encontra-se orientada NO/SE, conservando uma extensão máxima de 1,07m, por 0,42m de largura. Não se conhecem as características da vala, nem do seu enchimento. A sua cronologia é incerta (Fase VI a X?).



Figura 233 – Pormenor da sepultura I176 (©GACMB).

5. A necrópole da Via XX

A Via XX (*item per loca maritima a Bracara*) permitia a ligação em *Bracara* e *Asturica*, pela zona litoral, possivelmente com passagem pela atual costa galega até *Brigantium*. No entanto, o seu trajeto permanece em grande medida desconhecido, devido à ausência de miliários, o que tem suscitado alguma discussão, existindo autores que defendem um traçado autónomo da via e outros que consideram que a mesma acabaria por se constituir como um eixo cujo traçado é coincidente com o traçado da Via XIX. Helena Carvalho defende um percurso autónomo da via até ao litoral, sugerindo a sua saída pela porta oeste, a poente da atual rua de S. Sebastião, encontrando-se alinhada com o decumano máximo da cidade, seguindo por oeste, por Ferreiros,

contornando o Monte das Caldas a sul, Martim, Areias de Vilar, até à zona de Agra da Vila, correspondente à margem sul do rio Cávado (2008: 247 e 383).

Assim, e face à última proposta de traçado recentemente avançada (Ferreira, 2012), a Via XX corresponderia ao eixo viário que serviria os espaços de necrópole que passamos a descrever, passando a sul do local onde se encontraria o anfiteatro romano (Morais, 2001).

Será conveniente mencionar que ao espaço até agora designado por muitos investigadores como necrópole de Maximinos estão referenciados diversos achados de cariz funerário. Embora a precisa localização dos achados se mantenha incerta, referencia-se a recolha de epígrafes funerárias no largo de S. Pedro de Maximinos e na parte sul do Monte das Penas (Tranoy e LeRoux, 1989/90: 187-191). Encontra-se, igualmente, noticiada a descoberta de diversas lucernas, datadas entre os finais do século II e o século III, na abertura das fundações da Rua D. Diogo Teive. Já a sudeste da igreja de Maximinos, há referência ao aparecimento de “*algumas sepulturas formadas por tégulas*” (Sousa, 1973: 17).

A mancha referente ao aparecimento destes achados permite equacionar a existência de um amplo espaço de necrópole implantado nos terrenos que acompanhavam a Via XX para sudoeste, associado, possivelmente, a um *diverticulum* que estabelecia a relação entre as saídas viárias sul e oeste, contornando o espaço exterior da área urbana. Este caminho secundário, poderá corresponder à Cangosta de Urjães, eixo viário presente no mapa de F. Goullard (Figura 234a), de 1883/84, que interligaria as vias XVI e XX, o que permitiria contornar o perímetro externo da zona da muralha. Há ainda a referir que esta cangosta atravessava a parte sul do Monte das Penas, área que mediava o limite entre a quinta de Urjães e de Portas, para as quais estão referenciadas a recolha de epígrafes funerárias (Fichas nº 103, 107, 108 e 110 - Tranoy e LeRoux, 1989/90: 187-191; Figura 234b). Todavia, a localização e orientação deste eixo secundário permanecem por apurar, uma vez que nunca foi detetada a presença de qualquer tipo de pavimento ou piso.

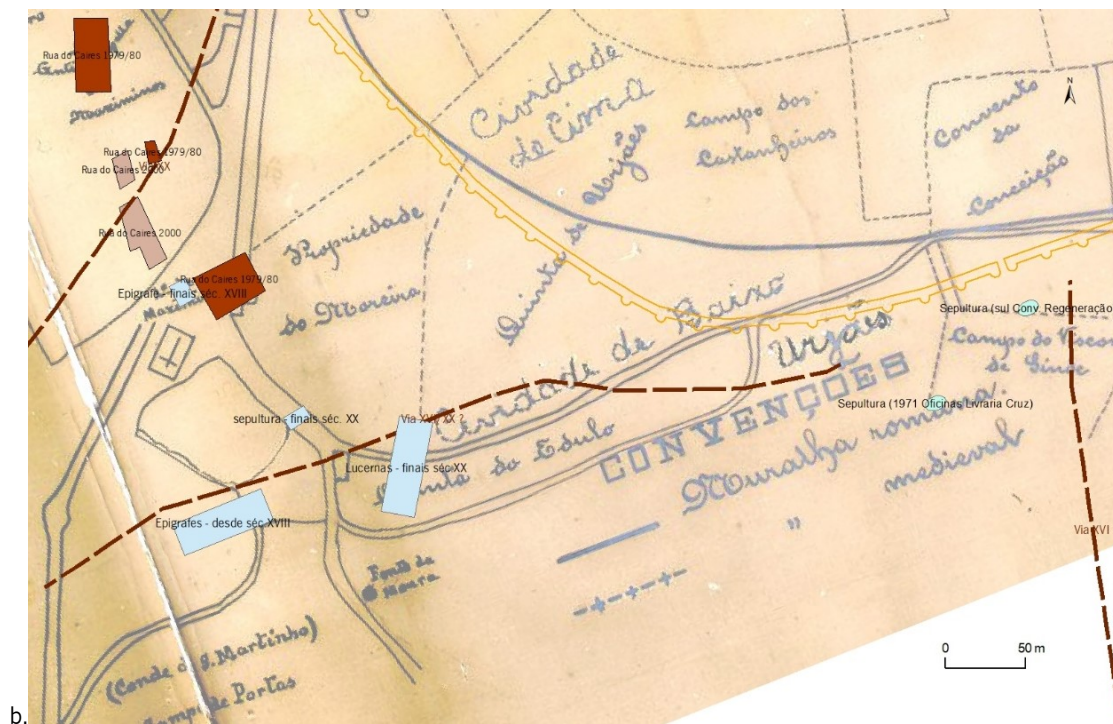
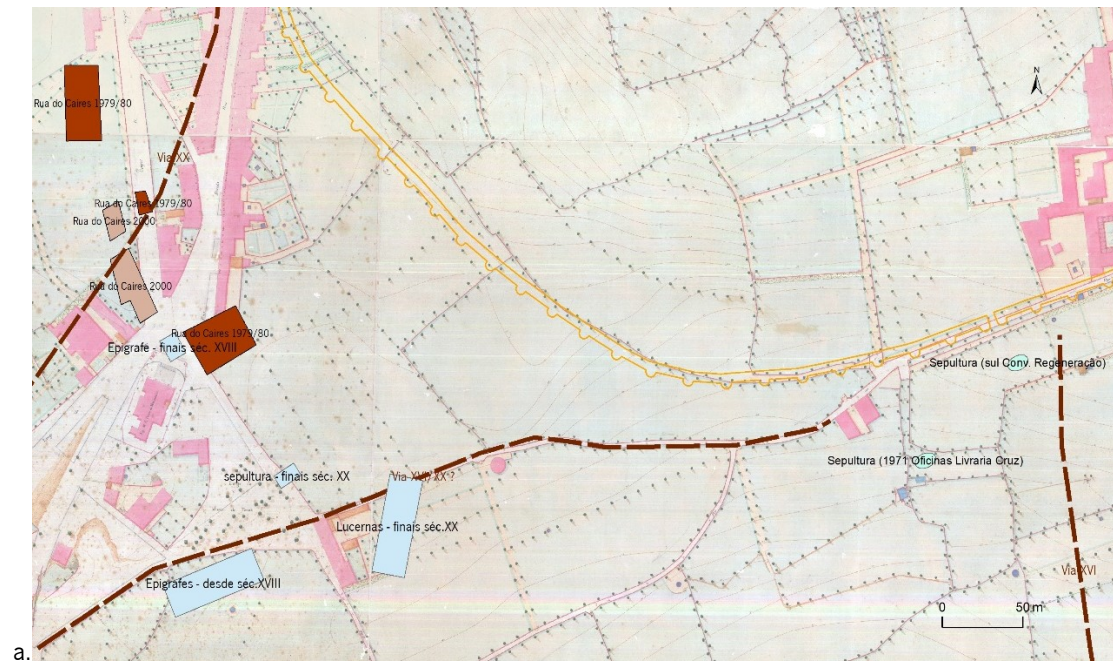


Figura 234 – Localização das áreas com achados funerários avulsos. a. Base cartográfica Mapa de F. Goullard 1883/1884; b. Base cartográfica Mapa de José Teixeira de 1910; c. Base cartográfica Carta de Braga 2002-2013.

5.1 Núcleo da Rua do Caires (RC79-81)

5.1.1. Caracterização

O espaço em causa corresponde essencialmente à metade sul da atual rua do Caires, no qual, em março de 1979, após a abertura de valas para a instalação de redes de telecomunicações foram encontradas sepulturas. Esta ação terá contribuído para a destruição de parte de uma estrutura funerária (R09), permitindo a escavação de três sepulturas associadas ao ritual de cremação e de inumação, numa área denominada de 79C (Apêndice 40), que funcionou como sondagem de teste para se conhecer o contexto arqueológico da zona que nunca antes tinha sido intervencionada (Martins e Delgado, 1989/90: 51).

Já no ano de 1980, após a decisão da abertura de uma via rápida, a UAUM realizou uma escavação numa área de 63m², em que foram intervencionadas sete sondagens (C16/C22/C26/C28/C30/C31/C33), na zona arqueológica designada de zona 80C (Martins e Delgado, 1989/90: 51). Nas diversas valas escavadas, foram identificadas estruturas funerárias relacionadas com os dois rituais de enterramento já mencionados (Apêndice 40; Figura 235a).

A cerca de 21m para norte da zona 80C, no quadrante NO da área de escavação, após a abertura de uma vala sem acompanhamento arqueológico (zona 80B Apêndice 40; Figura 235b), verificou-se, após a limpeza do corte, a existência de mais duas sepulturas associadas ao ritual de cremação (Martins e Delgado, 1989/90: 52). Mais a sul, após o desaterro mecânico com vista à construção do centro comercial do Galécia, foram colocadas a descoberto quatro estruturas, apenas fotografadas em corte (E1/E2/E3/E4 – Zona 80E; Apêndice 40; Figura 235d).

Já no ano de 1981, foram realizadas sondagens prévias à construção de um empreendimento imobiliário para habitação (Zona 81C), num espaço situado imediatamente a norte da zona 80E. Ai, a UAUM interveio numa área de 45m² (C34/C35/C36/C37/C38 – zona 81C; Apêndice 40; Figura 235c), em que se reconheceram mais sete sepulturas.

Muitas das estruturas funerárias identificadas neste núcleo da necrópole apenas foram escavadas de forma parcial, dada a impossibilidade de se alargar as sondagens. Por limitação de tempo e pela pressão exercida pelos promotores, estas intervenções nunca perderam o seu carácter de emergência, pelo que alguns dados não foram registados, ou foram produzidos de forma fragmentada e incompleta.

Após a reavaliação dos cadernos de campo, para além da identificação de *ustrina* (7), foram individualizadas estruturas de cremação (4), inumações (18) e cinco estruturas que não

conseguimos associar a qualquer ritual funerário (optámos pela designação de “Indeterminado” (IND)). Foi igualmente encontrada uma estrutura pertencente a um possível recinto.

Através da análise dos espólios recuperados foi possível constatar que o espaço de necrópole terá sido usado desde o período de transição da Era até aos finais do século IV, não se registando estruturas funerárias após o período baixo-imperial.

Em termos topográficos não se assinala nenhuma alteração significativa do uso do espaço, registando-se uma variação de cota de cerca de 0,70m entre a fase de utilização mais antiga e a mais recente, bem como entre as sepulturas localizadas nos espaços mais setentrionais e meridionais. Dado que o diferencial altimétrico não é muito expressivo, julgamos que o espaço de necrópole teria uma superfície aplanada, que se foi mantendo ao longo dos sucessivos períodos de uso. Aliás, existem evidências que demonstram que o local terá sido preparado para aí se instalar uma área sepulcral, tal como acontece para o núcleo dos CTT, a avaliar pelas extensas valas abertas na alterite granítica, identificadas na Zona 80C. Tendo por base os dados estratigráficos disponíveis é possível considerar que estas estruturas em negativo correspondem a um momento anterior à implantação das sepulturas.



Figura 235 – Aspeto das distintas áreas intervencionadas em 1979-1980 na rua do Caires: a. zona 79C e 80C; b. zona 80B; c. zona 80/81C; d, zona 80E (©UAUM).

Ainda que a área tenha sido intervencionada de forma muito dispersa e descontinuada, julgamos de referir alguns aspetos sobre a organização deste núcleo da necrópole. No que concerne à distribuição das sepulturas verificamos que na zona 79C há uma notória concentração de sepulturas na parte poente de um possível recinto funerário, as quais se sobrepõem ao longo dos séculos I e III, pelo que a construção terá constituído um fator de atração para a implantação das estruturas funerárias.

Situação similar de sobreposição entre estruturas só volta a ser registada numa outra sondagem (C22 – Zona 80C), pelo que, na restante área escavada, as sepulturas encontram-se relativamente espaçadas entre si, sem que a implantação de novas estruturas provoque dano ou interferência com outras anteriores ou vizinhas. Esta situação poderia estar associada à presença de elementos de sinalização das sepulturas, ainda que não se tenha recuperado qualquer evidência de peças ou objetos que possam ter servido para marcar os *loci religiosi*.

No que respeita aos aspetos construtivos, é notória a simplicidade das estruturas. Nas inumações, destacam-se as sepulturas de Tipo 1a (77,8%), seguidas pelas de tipo 1b (11,1%), registando-se apenas uma estrutura para os tipos 1c e 2b. De referir que não se verifica qualquer tipo de seleção preferencial de tipos de sepulturas por fase de utilização. Com a exceção da sepultura I135, todas as outras apresentam uma profundidade considerável, registando-se estruturas com 1,10 e 1,20m de altura (I132 e I125, respetivamente).

Relativamente às estruturas de cremação, apenas se registaram quatro exemplares, duas do Tipo 1a e outras duas do Tipo 1b, não se detetando, portanto, covas simples com deposição de urna ou caixas em tijolo. Assinalamos também a existência de sete *ustrina*, identificados, ora pela sua mancha rubificada, ora pela configuração das extensas valas que atingem comprimentos de 1,92m. Ainda que sem a necessária avaliação antropológica, admitimos que algumas destas estruturas possam corresponder a “sepulturas/pira” ou a *bustum*, dado o relativo bom estado de conservação e a extensão das áreas de cremação.

As diversas valas abertas na alterite granítica, algumas das quais presentes em diversas sondagens e semelhantes a outras já identificadas nos núcleos de necrópole as vias XVII e XVIII, consubstanciam-se no testemunho de que também esta área sepulcral sofreu diversas intervenções de âmbito topográfico (Apêndice 41). Todas estas estruturas funerárias distribuem-se por diversas fases de utilização balizadas entre a segunda metade do século I e o século IV (Apêndices 42 a 45).

Merece ainda referência a identificação de distintas estruturas funerárias que, por insuficientes elementos de datação, mantêm uma cronologia como indeterminada (Apêndice 46).

5.1.2. Análise das estruturas funerárias

C134 (SEP.III – Apêndice 42c)

Sepultura possivelmente de morfologia retangular, exibindo uma secção em U alongado, com cerca de 1,16m de largura (Tipo 1a). Não foram recuperados quaisquer elementos de espólio, mas pela posição estratigráfica atribuímos a estrutura à Fase V.

C136 (I SEP.VII – Apêndice 45b)

Depósito secundário, em cova simples, com secção em U (Tipo 1a). Apresenta-se conservado em plano, com cerca de 0,64m, por 0,95m de largura e 1,12m de altura. No enchimento do interior da vala (UE0138) apenas foram identificados fragmentos de peças em cerâmica comum fina e de cerâmica comum grosseira (n°inv.1991.1030/1031/1033 a 1036). Pela relação estratigráfica da sepultura com as demais estruturas, atribuímos este depósito à Fase VIII.

C137 (II SEP.11 – Apêndice 43b; Ficha n°065)

Cova simples, com secção em U aberto, de planimetria oval (Tipo 1b), tendencialmente orientada NO/SE. Apresentava as seguintes dimensões 1,43 x 0,92 x 0,53m. No enchimento caracterizado por uma alta concentração de carvão (UE0125), foram reconhecidos três copos, em cerâmica comum fina, datados dos séculos I/II (n°inv.1991.0999/1005/1016; Martins e Delgado; 1989/90: 69/70; Morais, *et al.* 2009: 74), um copo em cerâmica cinzenta fina polida, da segunda metade do século I (n°inv.1991.1001; Delgado *et al.*, 2009: 22), e um fragmento de lucerna (n°inv.1991.0975). Atribuímos a sepultura à Fase VI.

C138 (SEP.XX – Apêndice 45c; Figura 236)

Cova simples, de morfologia oval, com 1,17m de comprimento por 0,86m de largura, com 0,40 de profundidade (Tipo 1b). Foi recuperado um potinho em cerâmica pintada (de Prado), datado do século III (n°inv.1991.1003; Delgado *et al.*, 2009: 44), o que nos permite atribuir a sepultura à Fase VIII.

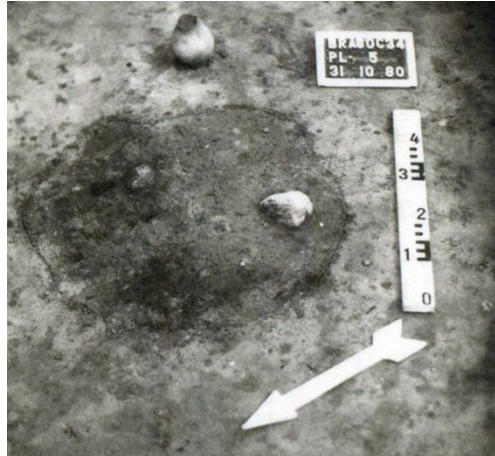


Figura 236 – Aspecto da sepultura C138 em campo (©UAUM).

IND005 (SEP.II – Apêndice 43b)

Cova simples de forma oval, aparentemente orientada N/S, com 1,44m de comprimento, com uma largura visível em 0,42m e uma altura significativa de 1,24m. A sua associação a uma qualquer prática funerária é problemática, uma vez que não foi escavada na totalidade, nem tampouco caracterizado o enchimento identificado no interior da vala, pelo que poderá tratar-se até de uma fossa detrítica. Pela orientação, poderá corresponder à extremidade norte da estrutura identificada como IND010, muito embora surjam a cotas muito distintas. Pela relação estratigráfica, podemos balizá-la na Fase VI.

IND006 (Apêndice 46c)

Cova simples, com secção em U alongado, visível apenas em corte, pelo que o seu comprimento não pode ser estimado. Apresenta 0,86m de altura, por 0,61m de largura. Admitimos que possa tratar-se de uma sepultura de inumação, sendo, no entanto, impossível estimar a sua datação (Fase VI a X?).

IND007 (E2 – Apêndice 46d)

Cova simples de secção em U alongado, pela sua secção, exibindo 0,98m de profundidade, por 0,65m de largura, que pode estar associada a uma vala de inumação. Pela falta de materiais que estabeleçam uma associação segura entre a sepultura e a fase de utilização, mantém-se com cronologia indeterminada (Fase VI a X?).

IND009 (E4 – Apêndice 46e)

Cova simples, com secção em U curto, com 0,46m de altura e 0,59m de largura. Admitimos que possa corresponder a uma inumação, mas também poderá tratar-se de um rego

aberto no substrato rochoso. A esta estrutura, está associado um bordo de ânfora, forma Dressel 28 (Guadalquivir), com uma cronologia entre 15 a.C. e o século III (n°inv.1991.0692; Morais, 2004 vol. II: 15), recolhido pelos trabalhadores da empresa de construção civil que afirmavam estar inteira (Martins e Delgado, 1989/90: 81). Não foi possível, no entanto, estabelecer uma relação direta entre o objeto e a estrutura, pelo que consideramos o objeto como descontextualizado, não se percebendo quais as circunstâncias da descoberta. Não é possível estimar com rigor a sua fase de implantação (Fase VI a X?).

IND010 (SEP.I – Apêndice 43b)

Apenas é visível a extremidade sul da cova, sendo perceptível que teria de largura 1,31m e uma profundidade de 0,96m. Deveria estar orientada N/S, podendo constituir-se como o limite da IND0005. Pela correlação estratigráfica atribuímos a estrutura à Fase VI.

I124 (SEP.IX – Apêndice 45b)

Orientada N/S, trata-se de uma cova simples, aparentemente de morfologia sub-retangular, com 1,96 m de comprimento e 0,86m de altura (Tipo 1a). Encontra-se seccionada sensivelmente a meio, pelo que podemos estimar a sua largura em cerca de 1,16 m. Pela relação estratigráfica pertencerá à Fase VIII.

I125 (SEP.XV – SEP.I – Apêndice 43b)

Cova simples, bastante profunda, orientada N/S, apenas visível em perfil. Apresenta as seguintes dimensões: 1,20m de altura e 1,29m de largura (Tipo 1a). Por correlação estratigráfica é possível atribuir a sepultura à Fase VI (Figura 275).

I126 (SEP.XVI/Sep.16 – Apêndice 43b)

Cova simples, orientada O/E, mal conservada (Tipo 1a), pois sobre ela foi implantada a sepultura I128. Apresenta as seguintes dimensões: 0,52m de largura, por 0,80m de profundidade. O seu comprimento não é estimável visto não terem sido detetadas ambas as extremidades. No enchimento interior, apenas foi identificado um conjunto de pregos, mau grado não terem sido posicionados (n°inv.1991.6722). Julgamos ser possível atribuir esta estrutura à Fase VI pela sua posição estratigráfica.

I127 (SEP.XVII/SEP.17 – Apêndice 43b)

Cova simples, orientada NNO/SSE. Tem 1,19m de comprimento conservado, 0,86m de largura e 0,86m de altura (Tipo 1a). Do aterro do interior da vala, foi identificado um reduzido número de pregos, não posicionados (n°inv.1991.6734). Atribuimos a sepultura à Fase VI.

I128 (SEP.IV/SEP.18 – Apêndice 43b; Ficha nº162)

Cova simples orientada N/S, apenas visível em 1,78m do seu comprimento total, com 0,73m de largura máxima, por 0,86m de altura (Tipo 1a). No enchimento da vala (UE0102), foi recuperado um pote, em cerâmica comum grosseira, datado da primeira metade do século II (n°inv.1991.1008; Delgado *et al.*, 2009: 88) e uma lucerna de disco (Dressel 20), de produção local, datada dos finais do século I e a primeira metade do século II (n°inv.1991.0989; Morais, 2004 vol. II: 358), o que nos leva a sugerir a inserção da estrutura na Fase VI.

I129 (SEP.XIX/SEP.19 – Apêndice 42d)

Cova simples, orientada SO/NE, com 1m de comprimento conservado, 0,60m de largura e 0,94m de altura máxima (Tipo 1a). Apesar de não ter material associado sugerimos a sua atribuição à Fase V, não só porque estava sob um nivelamento extenso, que sugere a criação de uma nova plataforma de circulação, mas também porque é sobreposta por sepulturas do século II, tais como a I128 e U100.

I130 (SEP.23 – Apêndice 45c)

Orientada NO/SE, apresenta uma extensão de 1,88m, com 0,71m de largura (Tipo 1a) e uma altura com 0,94m. Por correlação estratigráfica, atribuimos a sepultura à Fase VIII.

I131 (SEP.25 – Apêndice 45c)

Fossa profunda, com 1,10m de altura, conservada em 2,2m de comprimento por 0,80m de largura (Tipo 1a). Apresenta uma orientação NO/SE. Atribuimos esta sepultura à Fase VIII, pela relação estratigráfica que tem com a I132.

I132 (Apêndice 44b)

Estrutura em cova, de morfologia oval, mal conservada, com cerca de 0,20 de profundidade. Ainda assim, é possível estimar o seu comprimento total que teria cerca de 1,80m, por uma largura de 0,67m (Tipo 1b). Apresenta uma orientação O/E. No enchimento do interior da vala, foi recuperado um prato forma Drag. 15/17, em TSH, datado de 125-250

(n°inv.1991.1025; Morais, 2005, vol.II: 188). Porém, pensamos que esta estrutura pode pertencer à Fase VII.

I133 (SEP.I/26 – Apêndice 45c)

Cova de secção em U, pouco profunda com 0,80m de altura, orientada NO/SE, apresentando uma forma sub-retangular (Tipo 1a). Exibe 1,94m de comprimento por uma largura máxima de 0,68m. Pelo posicionamento dos pregos e pelas distintas cotas a que aparecem, é possível perceber que deve ter tido um contentor de madeira. Não foi recuperado qualquer outro tipo de espólio, mas por correlação estratigráfica é possível atribuir a sepultura à Fase VIII.

I134 (SEP.II – Apêndice 42c; Ficha n°163)

Sepultura em cova de forma retangular, com alinhamento NO/SE (Tipo 1a). Apenas é visível numa extensão máxima de 1,50m, por uma largura de 0,83m e uma profundidade de 0,62m. No enchimento do interior da vala (UE0007), foi recuperado um potinho em cerâmica cinzenta fina polida (n°inv.1991.0926; Martins e Delgado 1989/90: 59; Delgado *et al.*, 2009: 22), datado da segunda metade do século I (Fase V).

I135 (SEP.XXII – Apêndice 45c; Figura 237)

Cova simples, orientada ONO/ESE, de forma retangular, com 1,96 x 0,60 x 0,30m (Tipo 1b). No enchimento de terras areno-limosas, de cor castanha, foram identificados diversos objetos. A alta concentração de material permite-nos sugerir que essas peças pertenceram ao mobiliário funerário, mau grado não terem sido posicionadas. Assim, foram identificadas 13 moedas (n°inv.1991.1469 a 1481), que Manuela Martins e Manuela Delgado atribuem a um período entre 266 e a primeira metade de 271 (1989/90: 80). As mesmas autoras identificam um fragmento de um prato em TSHT, forma Drag.15/17, datado dos séculos III/IV, à mistura com fragmentos de frigideiras, em cerâmica comum, algo calcinados (1989/90: 80). Por estas evidências pensamos que a estrutura se posiciona na Fase VIII.



Figura 237 – Vista geral da sepultura I135 (©UAUM).

I136 (SEP.III – Apêndice 43b)

Cova simples de grandes dimensões, orientada NO/SE (Tipo 1a). Apenas é visível parte do seu comprimento total (1,57m), apresentando uma largura máxima de 0,91m. A estrutura poderá ser atribuída à Fase VI, por correlação estratigráfica.

I143 (Apêndice 46f; Figura 238)

Cova simples, de secção irregular. Nas laterais da vala existem duas reentrâncias que permitiriam suportar a cobertura, composta por telhas dispostas na horizontal, já fragmentadas (Tipo 2a). A cova é algo profunda, com 1,12m, muito embora a vala abaixo da cobertura apenas tenha 0,55m. O vão interior apresenta uma largura de 0,84m. Não foram encontrados materiais que permitissem apurar a sua cronologia (Fase VI a X?).



Figura 238 – Sepultura I143, vista em corte (©UAUM).

I144 (E3 – Apêndice 46b)

Trata-se de uma vala de planimetria oval, com secção em U curto, com 0,50m de altura por 0,60m de largura conservada (Tipo 1b). Encontrava-se orientada NE/SO. Não é possível datar a estrutura por falta de evidências materiais (Fase VI a X?).

I145 (SEP.IV – Apêndice 45b; Figura 239)

Cova simples de secção em U, com orientação N/S. Apenas conserva 0,89m de largura e 0,66m de altura máxima (Tipo 1a). Por correlação estratigráfica é possível atribuir a estrutura à Fase VIII.



Figura 239 – Estrutura funerária I145 em corte (©UAUM).

I146 (SEP.V – Apêndice 45b)

Cova simples, orientada NNO/SSE, visível em apenas 1,61m, com 0,87m de largura, numa altura conservada que não excede os 0,70m (Tipo 1a). Por correlação estratigráfica pode ser atribuída à Fase VIII.

I175 (SEP.II – Apêndice 43b)

Cova simples (Tipo 1a), orientada NO/SE. Apresenta uma largura máxima de 0,68m, visível apenas em 1,32m do seu comprimento total. Trata-se de uma estrutura que pelo seu posicionamento estratigráfico pode ser atribuída à Fase VI.

U096 (Apêndice 42c)

Cova simples, de grandes dimensões, orientada NNO/SSE. É visível em cerca de 1,50m de comprimento, exibindo 1,66m de largura e 0,08m de profundidade (Tipo 10a). Encontrava-se já perturbada pela implantação de um edifício funerário e de um depósito secundário de cremação posterior. A vala encontra-se preenchida por um aterro de carvões, cinzas e ossos carbonizados, reconhecendo-se a mancha lateral rubificada (UEs0021 e 0022), em que não se recuperou qualquer espólio funerário associado. Todavia, pela correlação estratigráfica datamos esta estrutura da Fase V.

U097 (Apêndice 42b)

Apenas detetada em perfil, esta sepultura é em cova simples, possuindo 0,06m de profundidade. Provavelmente orientada N/S, possuía 1,40m de largura (Tipo 10a), não tendo fornecido materiais que permitam a sua datação. Contudo, por estar estratigraficamente sobreposta pelo U098 é possível atribuí-la à Fase V.

U098 (Apêndice 42b; Figura 240)

Trata-se de uma cova simples, mal conservada, orientada N/S, apenas visível em corte, onde é perceptível a largura de 0,69m (Tipo 10a). Sobre o depósito originado pela cremação (UE0049), foram identificados dois potinhos (n°inv.1991.1020/1021) e uma jarra com mascarão (n°inv.1991.0997), bem como peças em cerâmica comum fina, datadas do século I, o que nos permite datar a estrutura da Fase V.



Figura 240 – *Ustrinum* n°098 em corte, com pormenor do espólio (©MDDS).

U100 (Cinzeiro II – Apêndice 43b; Ficha n°202)

Cova simples bastante destruída, reconhecida pelas manchas rubificadas à mistura com os carvões (UE0086) e pelo espólio *in situ*, que incluía um jarro, em cerâmica comum fina (n°inv.1991.1002), datado dos séculos I/II, pelo que o inserimos na Fase VI.

U101 (II/SEP.8 – Apêndice 45b; Ficha n°202)

Cova simples, de grandes dimensões, orientada NO/SE (Tipo 10a). Apesar de ser visível num comprimento de 1,73m, apresenta uma profundidade de cerca de 1,10m, onde se detetou um fino aterro de carvões (UE0132). Na base da vala foram recuperadas três peças: uma moeda de Galieno, posterior ao ano de 266 (n°inv.1994.1468; Martins e Delgado, 1989/90: 66), um prato (n°inv.1991.1012) e um jarro (n°inv.1991.0998), cuja datação aponta para o século III (Delgado *et al.*, 2009: 67). Atribuimos este *ustrinum* à Fase VIII.

U102 (II SEP.XXIV – Apêndice 45c)

Cova simples, de grandes dimensões, orientada N/S, com 1,92 de comprimento, por 1,34 de largura e 1,08m de altura, embora se apresente melhor definida na parte inferior (Tipo 10a). Na descrição do enchimento refere-se a existência de “argila rosada” (UE0183), atribuível à bordadura avermelhada em torno da vala. Foram recuperados diversos fragmentos de cerâmica, embora não seja possível o seu apuramento cronológico. Ainda assim, foi encontrado um potinho em cerâmica comum fina (n°inv.1991.1048), um fragmento de bordo em aba, um fundo de pote de engobe vermelho (n°inv.1991.1026/1027) e dois fragmentos de peças indeterminadas (n°inv.1991.1046/1047). Pela relação com as demais estruturas julgamos ser possível atribuir o *ustrinum* à Fase VIII (?).

U103 (SEP.I – Apêndice 45d; Ficha n°204)

Estrutura em cova simples, orientada NO/SE, de morfologia sub-retangular. É visível em 1,68m de comprimento por 0,83m de largura (Tipo 10a). No enchimento de terra acastanhada com pontos de carvão disperso (UE0011), foram encontradas diversas peças, das quais destacamos duas moedas, uma delas datada de 294, que se encontrava sobre o orifício de alimentação da lucerna (n°inv.1991.0526/0527; Martins e Delgado, 1989/90: 57), uma bilha, em cerâmica comum fina, datada do século III (n°inv.1991.0928; Delgado *et al.*, 2009: 76), um perfil completo de copo em vidro, de forma ovóide, incolor esverdeado (n°inv.1991.0929; Cruz, 2009, vol. III: 202), e uma lucerna de canal aberto atípica, de produção local, datada dos fins do século III/inícios do século IV (n°inv.1991.0932; Martins e Delgado, 1989/90: 58; Morais, 2005 - vol. III: 325; Esteves, 2016: Est.053, n°136). Pelo espólio atribuímos a estrutura à Fase VIII.

R09 (Apêndice 42; Ficha n°184c)

Estrutura em mau estado de conservação, orientada NO/SE. Apenas subsistiram três blocos graníticos, de forma retangular, pertencentes à primeira fiada da parede poente (UE0008), numa extensão que não ultrapassa os 0,80m. Para o alicerce (UE0009), foi utilizada pedra granítica, de forma e talhe irregulares. No local correspondente à ligação entre a parede oeste e a sul, encontra-se um bloco granítico de grandes dimensões (0,74 x 0,60m). A estrutura data da segunda metade do século I (Fase V) e poderá ser coetânea da estrutura C134 e posterior ao U096, que é cortado pela fundação desta construção.

5.2 Núcleo do túnel de Maximinos (RC2000)

5.2.1. Caracterização

A intervenção da rua do Caires que decorreu durante o ano de 2000 abrangeu uma extensa área de 1035m², num espaço correspondente à área de afetação da construção de uma passagem rodoviária de acesso subterrâneo. Esta intervenção foi da responsabilidade do GACMB. Numa primeira fase foi realizado o acompanhamento arqueológico, tendo sido removidas as terras superficiais com recurso a meios mecânicos, intervencionando-se de seguida as sepulturas que foram descobertas sob os sedimentos retirados.

As estruturas funerárias encontram-se dispersas numa extensão de quase 70m (Apêndice 47; Figura 241). Sensivelmente a meio da área escavada, foi detetado um nível empedrado, disposto sobre a alterite granítica, à cota de 166,69m, com uma orientação NE/SO (Apêndice 47; Figura 242). Pelas características, julgamos que tal evidência se constitui como vestígio de preparação de uma calçada, semelhante a um *rudus*, composta por pedra de média dimensão, algo polida, à mistura com alguns fragmentos de material laterício. Curiosamente, na área em que esta preparação foi detetada, não se identificou qualquer tipo de estrutura funerária, pelo que não nos parece despropositado considerar que podemos estar em presença de uma das preparações da Via XX, visto que as sepulturas referenciadas se dispunham nos espaços contíguos à preparação. Todavia, não é possível datar esta infraestrutura por manifesta falta de material.



Figura 241 – Pormenor de distintas áreas onde decorreu a intervenção arqueológica do túnel de Maximinos (©GACMB).



Figura 242 – Aspeto geral do *rudus* de uma possível via (©GACMB).

É ainda pertinente a referência à deteção de um conjunto de valas abertas no substrato rochoso, anteriores à implantação das sepulturas, cuja forma e secção em tudo se assemelham às estruturas em negativo mencionadas para o núcleo escavado em 1979, na rua do Caires e às identificadas no núcleo dos CTT/LSF (Apêndice 48). Estas extensas fossas com distintas orientações, algumas na direção de negativos de morfologia circular, parecem constituir-se como subestruturas destinadas à condução de água, que seria encanada para áreas específicas em que se encontrariam grandes batólitos de granito. Se, por um lado, os valados permitiam a extração de pedra, por outro, parece ser possível que estas estruturas em negativo tivessem um segundo objetivo, relacionado com a preparação do terreno para a implantação de uma necrópole sem constrangimentos físicos, aumentando a área disponível para enterrar. Esta fase de preparação deveria corresponder ao primeiro dos quatro grandes momentos de utilização. Uma segunda fase terá ocorrido em torno da primeira metade do século I (Fase V – Apêndice 49), a terceira, no século II (Fase VI – Apêndice 50) e a última ao período entre os finais do século III e os inícios do século IV (Fase VIII – Apêndice 51). Face à inexistência ou escassez de material arqueológico, algumas estruturas funerárias permanecem com cronologia indeterminada (Apêndice 52).

A sequência de ocupação foi estabelecida com base nos materiais identificados no interior das sepulturas, nos materiais dos aterros de nivelamento em relação com as sepulturas, tendo sempre em consideração a posição estratigráfica das sepulturas. No que respeita à ocupação tardia deste espaço, esta parece ser documentada por diversos achados, alguns dos quais com conotação religiosa e funerária, como é o caso dos dois fragmentos de copo em vidro, de cor verde-amarelada, encontrados em 1967, na rua Comendador Santos da Cunha, datados do século

IV, onde se encontram gravados dois *chrisma*, embora outros autores as datem dos séculos V/VI (Costa, 1997: 97; VV.AA., 2017: 164-165).

Relativamente à topografia funerária do local cabe referir a existência de duas áreas de implantação das estruturas funerárias, uma primeira que oscila entre os 165m (área a norte) e os 164m (a sul), correspondendo essencialmente ao espaço intermédio da rua do Caires, e outra definida por uma plataforma cujas cotas variam entre os 166,40m e os 167,43m, correspondente ao limite sul da intervenção arqueológica. Esta é uma das razões que nos leva a acreditar na existência de uma adaptação do espaço de necrópole à topografia do terreno, aproveitando-se o declive para formalizar distintas plataformas.

No que concerne à tipologia de estruturas, mantêm-se as características assinaladas para o espaço descrito no ponto 5.1 (Parte II), em que é indiscutível o número de estruturas de inumação associadas ao Tipo 1a (72,2%), não se registando qualquer tipo de sepulturas com recurso a material de construção.

Outro aspeto que nos parece importante é o facto de não se ter detetado nesta intervenção qualquer estrutura associada ao ritual de cremação, estando documentadas unicamente estruturas em fossa simples associadas à inumação. Tal facto parece ser comprovado pela distribuição espacial dos elementos metálicos, que sugerem a colocação de caixões de madeira e padiolas no interior das sepulturas. Contudo, o facto de apenas se ter detetado indícios da existência de cinco elementos de transporte do defunto parece comprovar que, na maioria dos casos, este terá sido diretamente colocado sobre o leito da cova.

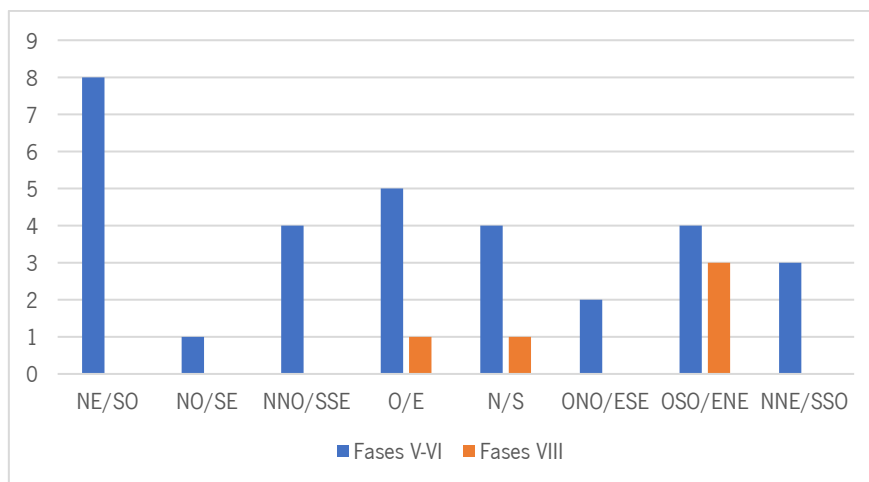
O espólio funerário exumado nesta intervenção é escasso face ao número de sepulturas detetadas. Em 36 sepulturas apenas oito estruturas (Is093, 099, 148, 149, 151, 160, 161 e 169) continham algum tipo de material, na sua maioria de cronologia alto-imperial. Um dado que nos parece relevante mencionar é que, após a avaliação da globalidade do espólio cerâmico da intervenção, não foram identificados fragmentos que denunciasses o uso deste espaço funerário nas fases tardoantigas. Este pormenor poderá estar relacionado com a estratégia de escavação adotada, uma vez que os sedimentos foram retirados com recurso a maquinaria pesada, interrompendo-se os trabalhos quando foram detetadas as sepulturas mais antigas, que se encontravam implantadas junto do substrato rochoso. Foi, no entanto, identificado um conjunto de sepulturas cujo espólio recuperado permite avançar uma cronologia de finais do século III/inícios século IV (Is0169 a 173), encontrando-se em cotas mais elevadas, parcialmente sobre as estruturas de inumação mais antigas. Globalmente, para o período alto-imperial, as sepulturas

não apresentavam uma orientação preferencial, embora se destaquem oito estruturas orientadas NE/SO e cinco O/E. Já para a fase baixo-imperial, de um total de cinco sepulturas, três encontravam-se orientadas OSO/ENE, uma O/E e outra N/S (Gráfico 1).

No que concerne ao sistema de cobertura, apenas numa sepultura (I149) foi registada a colocação de blocos graníticos, de forma e talhe irregulares, provavelmente dispostos sobre o enchimento que recobriu o defunto. Parece-nos possível que esta fruste estrutura possa ter funcionado, simultaneamente, como cobertura e elemento de sinalização da sepultura.

Tal como havíamos já observado para o núcleo intervencionado entre 1979-1981, são escassas as sobreposições entre as sepulturas de inumação e, nos casos em que acontecem, parece-nos que não se tratam de sobreposições intencionais, ocorrendo antes por descuido ou desconhecimento, visto que, regra geral, apenas uma das extremidades das valas foi afetada. Estas sobreposições parciais parecem estar associadas a concentrações de sepulturas que ocorrem em maior número na metade sul do núcleo, ao contrário do que se observa na metade norte, em que as sepulturas surgem espaçadas entre si.

Gráfico 1 – Relação entre as sepulturas e orientações, por fase de ocupação – RC2000.



5.2.2. Análise das estruturas funerárias

ES004 (Apêndice 50b; Ficha nº122)

Corresponde a uma caixa (Tipo 1a), mal conservada, de forma quadrada (0,27 x 0,23m), que conserva uma altura de 0,20m, formalizada por tégulas, aplicadas nas paredes e no leito (UEs0012 e 0168, UE0013). Sem qualquer tipo de material associado e implantada na

extremidade sul da sepultura I092, parece corresponder a um elemento de localização da sepultura. Trata-se de uma estrutura possivelmente do século II (Fase VI?).

I027 (SEP.XXXIII - Apêndice 51b)

Vala de pequenas dimensões, com 0,77 x 0,38 x 0,39m, de planimetria retangular (Tipo 1a), orientada OSO/ENE. Por ter a mesma posição estratigráfica que a sepultura I169, propomos a sua atribuição à Fase VIII.

I028 (SEP.XXXIV - Apêndice 51b)

Orientada OSO/ENE, corresponde a uma vala da qual apenas foi registada a extremidade poente, com 0,73m de largura. Ainda assim, verifica-se que se trataria de uma cova simples enquadrável no Tipo 1a. Associamos a estrutura à Fase VIII, por ter uma posição estratigráfica equivalente à sepultura I169.

I051 (SEP.XXXV – Apêndice 51b)

Cova simples (Tipo 1a), da qual resta o arranque oeste. Estaria orientada OSO/ENE, conservando 0,69m de largura, por 0,27m de largura. No que concerne ao espólio da sepultura, foram recuperados seis pregos que formariam parte de uma possível padiola (nºinv.2004.0890/0896 a 0898). Em conjunto com as inumações nº027 e 028, poderá ser enquadrada na Fase VIII.

I090 (SEP.1 – Apêndice 52b)

Vala aberta no solo (Tipo 1b), de morfologia ovalada, com 1,72m de comprimento, 0,89m de largura máxima, por 0,40m de altura. Encontrava-se orientada NE/SO. A sua cronologia é indeterminada (Fases V a X?).

I091 (SEP.2 – Apêndice 52b)

Fossa de planta sub-retangular, com orientação NO/SE, com 1,60m de comprimento, 0,56m de largura e 0,26m de altura. Não é possível afinar a sua cronologia (Fases V a X?).

I092 (SEP.3 – Apêndice 50b; Figura 243)

Vala aberta no substrato rochoso, de forma sub-retangular (Tipo 1a), com 1,80 x 0,77 x 0,24 m. Na superfície do enchimento do interior da cova encontra-se a caixa ES004. Exibe uma orientação NNO/SSE. Pela correlação estratigráfica poderá ser atribuída ao século II (Fase VI).



Figura 243 – Pormenor fotográfico da sepultura I092 (©GACMB).

I093 (SEP.4 – Apêndice 50b; Ficha n°154)

Vala aberta na rocha, com orientação NNO/SSE e com 1,90 de comprimento e 1,05m de largura, exibindo uma secção em degrau, em que os rebordos laterais poderão ter servido de base para a colocação de uma cobertura que não foi identificada (Tipo 1a). O vão que serviu para a deposição do defunto tinha as seguintes dimensões: 1,50 x 0,40m. No que concerne ao espólio funerário, foi recuperado um conjunto de 43 pregos (n°inv.2004.0802/0803/0805), que se associam a um caixão, um pucarinho em cerâmica comum fina pintada (n°inv.2000.0124), um pote (n°inv.2000.0114), uma garrafa em cerâmica comum fina, de produção local (n°inv.2000.0127), e um anel (n°inv.2000.0030). A posição estratigráfica associada ao material permite atribuir a sepultura à Fase VI.

I094 (SEP.5 – Apêndice 50b; Figura 244)

Vala de secção idêntica à sepultura I093, com 1,98m de comprimento, 1,04m de largura e 0,44m de altura (Tipo 1a). Na parte inferior da mesma, regista-se um encaixe com 1,62 x 0,38m. Apresenta uma orientação O/E. Ao aterro do interior da sepultura apenas se encontra associado um conjunto de pregos (n°inv.2004.0804), que sugere a existência de um caixão ou padiola, pese

embora não tenha sido possível recuperar os elementos altimétricos e posicionais para aferir o tipo de contentor. Trata-se de uma estrutura funerária atribuída à Fase VI.



Figura 244 – Estrutura I094 escavada parcialmente (©GACMB).

I095 (SEP.6 – Apêndice 50b)

Fossa de planta sub-retangular, apenas escavada numa extensão de 1,90m de comprimento, com 0,60 de largura e 0,36m de altura (Tipo 1a). Está orientada O/E. Por correlação estratigráfica é possível associá-la à Fase VI.

I096 (SEP.7 – Apêndice 50b)

Com orientação N/S, trata-se de uma vala de morfologia sub-retangular (Tipo 1a), sobreposta pela I095, com as seguintes dimensões: 2,19 x 0,73 x 0,20m. Encontra-se associada à Fase VI.

I099 (SEP.8 – Apêndice 49b; Figura 245)

Vala com uma morfologia idêntica às das sepulturas Is093 e 094, muito embora só seja possível atestar as suas medidas de forma parcial, visto ter sido sobreposta pela sepultura I093. O espaço destinado à colocação do defunto apresenta os seguintes valores: 1,11 x 0,66 x 0,25m (Tipo 1a). Está orientada ONO/ESE e pode ser atribuída à Fase V, tendo por base a sua correlação estratigráfica.



Figura 245 – Perspetiva da sepultura I099 (©GACMB).

I100 (SEP.9 – Apêndice 50b)

Apesar de registada de forma parcial, reconhece-se uma cova simples, de morfologia sub-retangular, com 2,10 x 0,86 x 0,11m (Tipo 1a). Apresenta uma orientação N/S e pode ser associada à Fase VI.

I147 (SEP.10 – Apêndice 50b)

Cova de grandes dimensões, com 2,29 x 0,83 x 0,35m, de planimetria retangular (Tipo 1a), orientada O/E. Do enchimento proveniente do vão interior da vala (UE0069) foi recuperado um conjunto de pregos (n°inv.2004.0832 a 0837). Pela relação com as demais estruturas, atribuímos a estrutura à Fase VI.

I148 (SEP.XI – Apêndice 50b)

Vala retangular, de grandes dimensões, com 2,12 x 0,93 x 0,15m, orientada NE/SO. Do espólio associado à sepultura, apenas se regista um conjunto de pregos (n°inv.2004.0867 a 0872) e uma moeda (n°inv.2004.0865), sem leitura. Pela relação estratigráfica com as demais sepulturas integramos esta estrutura na Fase VI.

I149 (SEP.XII – Apêndice 49c; Ficha n°166)

Orientada OSO/ENE, trata-se da única sepultura deste núcleo que apresenta um sistema de cobertura, composto por pedra granítica, de talhe e forma irregular (UE0075), de média e grande dimensão, em que os blocos se recobrem parcialmente. A cova de forma retangular (Tipo 1a) exhibe 1,83 x 0,65 x 0,29m. No enchimento do interior da sepultura (UE0076), foi recuperado um potinho em cerâmica cinzenta fina polida (n°inv.2000.0131; Delgado *et al.*, 2009: 22), que permite datar a estrutura da segunda metade do século I (Fase V).

I150 (SEP.III – Apêndice 50b; Figura 246)

Cova simples de morfologia oval (Tipo 1b), medindo 1,96 x 0,78 x 0,09m, orientada NE/SO. Está associada à Fase VI.



Figura 246 – Perspetiva geral da sepultura I150 (©GACMB).

I151 (SEP.XIV/SEP.1 – Apêndice 50b; Ficha nº167)

Vala de forma retangular (Tipo 1a), com 2 x 0,71 x 0,50m, orientada NE/SO. A base de assentamento da cova apresenta duas depressões, de forma sub-retangular, posicionadas perpendicularmente ao sentido da vala, localizadas nas extremidades da sepultura, coincidentes com a criação de dois encaixes na base. Estas características, em conjunto com o posicionamento dos pregos, permitem supor a existência de uma padiola, cujos pés inferiores em madeira deveriam encaixar nos negativos referidos. No enchimento do interior da sepultura (UE0083) foi recuperado um conjunto de objetos, na sua maioria pregos (nºinv.2004.0847 a 0857), acompanhado de um potinho de cerâmica comum fina, de produção local (nºinv.2000.0130; Morais *et al.*, 2009: 78), fragmentos de cerâmica de tradição indígena, fragmentos de bordo de um pote e de um jarro em cerâmica comum romana e um bordo de TSH Drag.15/17, datado de 80-120. Com base nesses dados, atribuímos a sepultura aos inícios do século II (Fase VI).

I152 (SEP.XV – Apêndice 50c)

Cova simples, retangular (Tipo 1a), orientada OSO/ENE, de pequenas dimensões 1,26 x 0,52 x 0,33m. Pela relação estratigráfica da sepultura com as demais estruturas, atribuímos este depósito à Fase VI.

I153 (SEP.XVI – Apêndice 50c; Figura 247)

Estrutura registada parcialmente, sendo, mesmo assim, perceptível a existência de uma cova simples, com secção em degrau, orientada NE/SO. O vão interior tem 0,88m de comprimento visível, por 0,45 de altura e 0,67m de altura conservada. Pela relação estratigráfica, podemos situar a estrutura na Fase VI.



Figura 247 – Pormenor da sepultura I0153 (©GACMB).

I154 (SEP.XVII – Apêndice 50c)

Vala simples, de planimetria retangular (Tipo 1a), embora se apresente mais estreita na metade sul. Orientada ONO/ESE, conservava as seguintes dimensões: 1,76 x 0,77 x 0,70m. Encontra-se associada à Fase VI.

I155 (SEP.XVIII – Apêndice 50c)

Vala simples, de morfologia retangular (Tipo 1a), orientada NE/SO, exibindo as seguintes dimensões: 1,74 x 0,79 x 0,26m. Por correlação estratigráfica, atribuímos a estrutura à Fase VI.

I156 (SEP.XIX – Apêndice 50b)

Cova simples, de morfologia ovalada (Tipo 1b), com orientação N/S, de pequenas dimensões 1,15, 0,53x 0,29m. Encontra-se a oeste da sepultura I0157. Está associada à Fase VI.

I157 (SEP.XX – Apêndice 50b)

Trata-se de uma cova simples, enquadrável no Tipo 1b, de pequenas dimensões 1,03 x 0,43 x 0,25m. Estava orientada NNE/SSO e dispunha-se entre a sepultura I0156 e a I0158, associando-se à Fase VI.

I158 (SEP.XXI – Apêndice 50b)

Cova de morfologia ovalada (Tipo 1b), com 1,8 x 0,60 x 0x 0,53m, orientada NNE/SSO. Está associada à Fase VI.

I159 (SEP.XXII – Apêndice 50b)

Cova simples, orientada N/S, com 1,72 x 0,63 x 0,37m (Tipo 1a). A sul da sepultura surge um negativo na rocha, cuja orientação é coincidente com a da sepultura, pelo que suspeitamos tratar-se de um vestígio de um possível elemento de localização, embora não se conheçam indícios ou materiais associados. Enquadrável na Fase VI.

I160 (SEP.XXIII – Apêndice 50b; Figura 248)

Cova simples, localizada a sul da sepultura I158, de forma retangular (Tipo 1a), orientada NE/SO, exibindo 1,83 x 0,73 x 0,15m. Pela correlação estratigráfica com outros aterros, atribuímos a implantação desta sepultura à Fase VI.



Figura 248 – Vista geral da I0160 (©GACMB).

I161 (SEP.XXIV – Apêndice 50b)

Cova simples, mal conservada, orientada OSO/ENE, de morfologia sub-retangular, embora a extremidade poente estivesse já alterada (Tipo 1a). Apresenta as seguintes dimensões: 1,56 x 0,67 x 0,09m. Do aterro do interior da sepultura (UE0125) foram recuperados diversos pregos (nº inv.2004.0861 a 0865), provavelmente associados ao elemento de transporte do defunto, e três fragmentos de cerâmica comum fina romana, dos séculos I/II. Os materiais e sua posição estratigráfica permitem atribuir a estrutura à Fase VI.

I162 (SEP.XXV – Apêndice 50b)

Vala simples, de morfologia retangular (Tipo 1a), apesar de apenas se ter recuperado a sua extremidade nascente. Apresenta 1,63m de comprimento visível, por 0,64m de largura e 0,07m de altura. Encontrava-se orientada OSO/ENE. Do aterro do interior da sepultura (UE0128) apenas foram recolhidos diversos pregos (nº inv.2004.0879 e 0880). Trata-se de uma estrutura associada à Fase VI.

I163 (SEP.XXVI – Apêndice 50b; Figura 249)

Apesar das suas modestas dimensões 0,90 x 0,52 x 0,23m, podemos saber que se trata de uma simples vala, de forma sub-retangular (Tipo 1a), orientada NE/SO, associada por correlação estratigráfica à Fase VI.



Figura 249 – Posicionamento da sepultura I163 (©GACMB).

I164 (SEP.XXVII – Apêndice 50c)

Orientada NNO/SSE, corresponde a uma vala com 2,53 x 0,96 x 0,19m, de morfologia retangular (Tipo 1a), cujo canto SO estava ligeiramente cortado pela implantação da sepultura I165. Com a exceção do grupo de pregos recolhidos (nº inv.2004.0875 e 0876), não se conhece qualquer outra peça associada ao espólio funerário, sendo possível, contudo, atribuir a sepultura à Fase VI.

I165 (SEP.XXVIII – Apêndice 50c)

Cova simples, de planimetria retangular (Tipo 1a), com 1,65 x 0,61 x 0,35m, orientada NNE/SSO. Por relação estratigráfica está associada à Fase VI.

I166 (SEP.XXIX – Apêndice 50b)

Apenas se regista o campo NO de uma sepultura em cova simples (Tipo 1a?), que deveria estar orientada O/E, conservando uma altura de 0,43m. Encontra-se atribuída à Fase VI.

I167 (SEP.XXX – Apêndice 50c; Figura 250)

Vala simples, de forma sub-retangular (Tipo 1a), com 1,77m de comprimento, 0,66 de largura máxima, apenas conservada em 0,09m de altura. Encontra-se disposta O/E. Associada à Fase VI.



Figura 250 – Aspeto da sepultura I167 em campo (©GACMB).

I168 (SEP.XXXI – Apêndice 50c)

Orientada NNO/SSE, corresponde a uma vala simples, de morfologia retangular (Tipo 1a), faltando-lhe a sua extremidade norte. Ainda assim, foi registada com um comprimento máximo de 1,67m, possuindo 0,69m de largura e 0,29m de altura. Encontra-se associada à Fase VI.

I169 (SEP.XXXII – Apêndice 51; Ficha nº168)

Trata-se de uma cova simples, encaixada no substrato rochoso (Tipo 1a), apenas visível na parte correspondente à sua metade sul, apresentando 0,52m de largura, por 0,42m de altura. Apresentava-se orientada N/S. Do enchimento da sepultura (UE0157) foram retirados três pregos, dois anéis de vidro negro, datados do período tardo-romano (nºinv.2000.0002/0003; Cruz, 2009: 202), acompanhados de um púcaro, em cerâmica comum (nºinv.2000.0020). Pela datação e posição estratigráfica atribuímos a sepultura à Fase VIII.

I177 (SEP.XXXVI – Apêndice 51b)

De morfologia retangular, corresponde a uma vala simples (Tipo 1a), apenas visível na parte sul, em cerca de 0,69m de comprimento, mantendo uma largura conservada de 0,63m, por

uma altura de 0,57m. Apresentava-se orientada O/E. No enchimento do interior da sepultura (UE0165), foram recolhidos elementos metálicos (n^oinv.2004.0886 a 0889, n^oinv.2004.0892 a 0895), provavelmente pertencentes a uma padiola, dada a pouca diferença altimétrica entre os pregos. Pela sua correlação estratigráfica atribuímos a estrutura à Fase VIII.

6. A necrópole da Via Braga-Tongóbriga

Os núcleos que a seguir se descrevem, correspondentes aos Jardins da Santa Casa da Misericórdia e da Rodovia, localizam-se no quadrante SE da cidade, nas proximidades de uma via romana que se enquadrava no conjunto da rede viária de importância secundária, que asseguraria a ligação a *Augusta Emerita*, permitindo a ligação a *Tongobriga*. Esta via, a avaliar pelos miliários conhecidos, poderá, em determinado período, ter conhecido obras de repavimentação, consolidando o seu papel estratégico como elemento de ligação entre as capitais conventuais e as *civitates* e *vici* mais importantes no contexto geográfico do Entre-Douro-e-Minho (Carvalho, 2008: 196). Pese embora esses dados, não foi possível determinar arqueologicamente a sua articulação com a cidade, apenas sugerida pelas estruturas funerárias dos dois núcleos que de seguida referenciamos.

6.1 Núcleo da Rodovia (BRA82C)

6.1.1. Caracterização

Este núcleo funerário foi identificado a cerca de 230m a SE da muralha romana, sendo, muito possivelmente, atravessado pela via *Bracara-Tongobriga*, a avaliar pela projeção conhecida e proposta para esse eixo viário. Porém, a intervenção arqueológica realizada teve um carácter de emergência pelo que apenas foi possível registar as estruturas funerárias que se apresentavam numa vala aberta na Avenida Imaculada Conceição, conhecida como Rodovia.

Na área envolvente (rua de S. Geraldo, Convento da Regeneração, rua Sá de Miranda e terrenos a poente da rua Monsenhor Airosa) estão referenciados múltiplos achados avulsos, que, mesmo com paradeiro incerto ou desaparecidos, permitem levantar a hipótese da existência de uma necrópole na área meridional da cidade romana, designada como necrópole da Rodovia. Embora se desconheça as circunstâncias exatas das descobertas, foram recuperados alguns achados que correspondem a uma lucerna, sete estelas e de diversas sepulturas em que se

menciona a recolha de “*três ou quatro urnas cinerárias*”, recolhidas na rua Sá de Miranda e nas obras do antigo posto de abastecimento da Mobil (Sousa, 1973: 14; Martins e Delgado, 1989/90: 148; Tranoy e Le Roux, 1989/90: 210-215).

É interessante verificar que se cartografarmos os locais mencionados, ainda que de uma forma genérica, dada a imprecisão acerca da sua real localização, percebemos que parte dos achados ocorre numa área adjacente à designada via *Bracara-Tongobriga* (Apêndice 1).

O núcleo de sepulturas em questão foi identificado no ano de 1982, aquando da abertura de uma vala para instalação de uma estrutura de saneamento, cuja implantação se fez ao longo do eixo central da Avenida da Imaculada Conceição, vulgarmente designada por Rodovia, a cerca de 200m para poente do cruzamento com a Avenida da Liberdade (Pascoal e Pascoal, 1982: 1; Martins e Delgado, 1989/90: 151; Apêndice 53; Figura 251).

Após a deslocação de dois técnicos da UAUM ao local, foi necessário suspender os trabalhos de obra dada a identificação de um conjunto de oito estruturas funerárias, na sua grande maioria construídas com recurso a material laterício, que se encontravam já destruídas pela ação das máquinas. Apesar de o relatório produzido mencionar a identificação de oito estruturas e de as publicações posteriores fazerem referência a apenas seis, na revisão dos cadernos de campo apenas conseguimos reconhecer, individualizar e posicionar cinco delas, perdendo-se a informação relativa às restantes (Apêndice 53). No relatório decorrente desta intervenção na Avenida da Imaculada Conceição, ainda se reporta o registo de uma sexta sepultura, em caixa de tijolo, a par de uma outra, que surge descrita como um “*covacho aberto na alterite granítica cujos limites se encontravam bastante destruídos pela retro-escavadora*” (Gaspar e Pascoal, 1982: 4). Todavia, não foi possível recuperar os elementos referentes a outros registos gráficos de forma a ser possível a vectorização e georreferenciação das ditas sepulturas.

No que concerne às cerâmicas recuperadas, nem todas puderam ser associadas às sepulturas escavadas. A grande maioria do material relaciona-se com os enchimentos de destruição e perturbação das estruturas funerárias, registando-se, inclusivamente, cerâmicas vidradas e faianças, de cronologia moderna e contemporânea, no interior das caixas.

Verificamos assim que a ação destrutiva provocada pelo desaterro relativo à obra em curso não permitiu a recuperação de elementos de datação segura das sepulturas. De referir que, para além dos materiais supracitados, recolheram-se igualmente alguns elementos metálicos.

O reconhecimento de estruturas neste local permitiu confirmar a existência de um núcleo de sepulturas a SE da cidade romana, composto por um conjunto de estruturas provavelmente associadas à prática da inumação que passamos a descrever.



Figura 251 – Aspetto geral do local onde apareceram as sepulturas (©MDDS).

6.2.2. Análise das estruturas funerárias

I137 (SEP.I – Apêndice 53c; Figura 252)

Caixa em tijolo, mal conservada, cortada pela vala de implantação da estrutura de saneamento. Apresenta uma orientação OSO/ENE. A composição das paredes utilizou tijolos e telhas dispostos na vertical (Tipo 4a), sendo alguns desses elementos reaproveitados (UEs0002, 0003, 0004 e 0005). Tem 1,41m de comprimento total, 0,54m de largura no vão interior, conservando cerca de 0,20m de altura. As paredes laterais não assentavam sobre o lastro, que seria formado por telhas (UE0001), apesar de apenas ser visível um elemento laterício do conjunto. A sua datação é desconhecida (Fase V - X?).



Figura 252 – Pormenor da sepultura I137 (©MDDS).

I138 (SEP.II – Apêndice 53c; Figura 253)

Estrutura em caixa de material laterício, orientada OSO/ENE (Tipo 4a). Apresenta um leito composto apenas por três tégulas com o rebordo voltado para cima (UE0006). Das paredes, conservaram-se elementos laterícios de tipologia indeterminada, pertencentes à cabeceira e aos pés (UEs0007 e 0008). Teria cerca de 1,58m de extensão máxima, por 0,48m de largura. Não é possível apurar a sua cronologia (Fase V a X?).



Figura 253 – Aspeto da I138, aquando da sua escavação (©MDDS).

I139 (SEP.III – Apêndice 53b; Figura 254)

Estrutura em caixa de tijolo, orientada ONO/ESE. Encontrava-se muito destruída pelos trabalhos de obra, praticamente reduzida à sua extremidade nascente. Nas paredes este e sul foram aplicadas tégulas (UEs0013 e 0014) dispostas ao alto (Tipo 4a). O fundo da sepultura deveria ser forrado com tijolos a avaliar pelo elemento recuperado (UE0015). A sua cronologia é indeterminada (Fase V – X?).



Figura 254 – Pormenor da estrutura I139 (©MDDS).

I140 (SEP.IV – Apêndice 53d; Ficha nº164)

Caixa em material laterício, mal conservada, orientada OSO/ENE (Tipo 5e). Apresenta-se conservada em 1,70 de comprimento, por 0,51m de largura. A parede norte ainda foi recuperada, sendo formalizada com tijolos reaproveitados, com dimensões que variam entre os 0,20/0,25 x 0,17m (possíveis *longum bessales*), idênticos aos elementos que compõem a parede nascente (UEs0018 e 0019). No leito, conservam-se elementos laterícios de tipo tégulas com rebordos virados para baixo (UE0020). Não é possível determinar a fase de implantação (Fase V a X?).



Figura 255 – Perspetiva geral da sepultura I140 (©MDDS).

I141 (SEP.VII – Apêndice 53d; Figura 256)

Caixa orientada OSO/ENE, bastante destruída. Apenas se registou a existência das paredes norte e sul (UEs0021 e 0022 respetivamente), em que o alçado norte, conservado em 2,51m, era constituído por elementos laterícios idênticos aos documentados na sepultura

anteriormente descrita. A avaliação construtiva foi realizada através de fotografias. Os paramentos indiciam ter sido estruturados com recurso a tijolos de diversas tipologias, dispostos em fiadas horizontais relativamente regulares. As sepulturas I140 e 141 deveriam formar um conjunto de estruturas de enterramento, definindo talvez uma estrutura dupla, uma vez que a parede poente da I140 se constitui como o limite nascente da sepultura I141 (Tipo 5e).



Figura 256 – Aspeto geral do alçado norte da I141 (©MDDS).

6.2 Núcleo dos Jardins da Misericórdia (BRA96/98JMIS)

6.2.1. Caracterização

O núcleo em causa localizava-se nas imediações da muralha romana, a cerca de 33m a poente da estrutura defensiva (Apêndice 54; Figura 257). Aliás, um dos tramos da muralha romana foi identificado a 84m do local, em 1982/83, embora só mais tarde, nas campanhas realizadas entre 1993/98, tenha sido possível reconhecer a existência de dois torreões da estrutura defensiva (Lemos, 2002).

Este conjunto de estruturas funerárias foi identificado na sequência da intervenção da UAUM (a pedido do GACMB) no espaço ajardinado situado a poente do lar de Terceira Idade Nevarte Gulbenkian. Dada a necessidade de ampliar o referido equipamento social, foram realizadas escavações prévias durante os meses de junho e julho de 1996, procedendo-se aos trabalhos arqueológicos, com a abertura de sete sondagens (E4, F4, H4, D5, D6, E6, D8), nas quais apenas foi detetada uma sepultura, no setor D6, descrita como “isolada”.

Esta descoberta levou a que tenha sido proposto o acompanhamento arqueológico posterior, seguido de escavação, prolongando-se a intervenção pelo ano de 1998, o que obrigou à ampliação da quadrícula. Foi intervencionado um total de mais dez sondagens (E3, C6, C7, E7,

B8, C8, E8, B9, C9, D9), intervindo-se, parcialmente, nas áreas cuja escavação não havia sido terminada anteriormente (D6, D8).



Figura 257 – Aspeto geral da área intervencionada nos jardins da Santa Casa da Misericórdia (©MDDS).

No decurso dos trabalhos arqueológicos, foram registadas mais sete sepulturas, de distintas orientações e tipologias, que passamos a descrever. Contudo, tal como o exposto relativamente ao núcleo anterior, a inexistência de material funerário ou votivo não permite a datação fiável de uma grande maioria de sepulturas.

6.2.2. Análise das estruturas funerárias

I108 (SEP.I – Apêndice 54b; Ficha n°157)

Sepultura implantada em fossa simples, de grandes dimensões, com 3,35 x 1,73m (Tipo 6b). As primeiras duas fiadas, a contar da base, compostas por pedras graníticas, de forma irregular, com cerca de 0,18m de largura, encontravam-se montadas sobre um ressalto escavado no substrato rochoso. Sobre os blocos foram colocadas diversas fiadas de material laterício, fragmentado, encimadas por sete fiadas de tijolos do tipo *lydion*, dispostos em fiadas horizontais até ao topo da sepultura (UEs0008, 0009, 0011 e 0012). Pela forma como se organizavam os paramentos, depreendemos que o recorte da vala de fundação deveria ser em degrau. As paredes não assentavam no leito (UE0010), composto por tijolos e tégulas, com rebordo voltado para baixo, em claro contexto de reaproveitamento. Algumas peças exibiam siglas. No enchimento do interior do vão da sepultura (UE0015), foram encontrados restos ósseos (n°inv.1996.0577), os elementos metálicos pertencentes às cantoneiras do contentor funerário (n°inv.1996.0586 e n°inv.1996.1269) e um grupo de pregos, mau grado não terem sido posicionados

(n°inv.1996.0578/0581). A estrutura apresentava uma orientação O/E. Não foi possível apurar a sua cronologia (Fase V – X?).

I109 (SEP.III – Apêndice 54b; Ficha n°158)

Estrutura muito destruída, orientada O/E, implantada numa cova simples, com 2,05m de comprimento, com 0,08m de profundidade (Tipo 2c). Os vestígios de elementos laterícios, encontrados no canto NE, permitem supor que o leito seria formado por tijolos (UE0075). No aterro da sepultura foram detetadas várias peças em ferro, provavelmente associadas ao elemento de transporte do defunto (n°inv.1998.1780). Não foi possível datar a estrutura devido à ausência de material que possibilitasse tal inferência (Fase V – X?).

I110 (SEP.IV – Apêndice 54; Ficha n°159)

Sepultura implantada numa cova simples, com secção em degrau, de grandes dimensões: 3,08 x 1,42 x 0,79m (Tipo 4b). Orientada N/S, apresenta as paredes compostas por tégulas, colocadas na vertical (UEs0028, 0029, 0030 e 0031), cujos rebordos, voltados para o interior da caixa, foram desbastados. O espaço destinado à deposição do defunto, com 2,31 x 0,70m, apresentava um leito composto por tégulas, com os rebordos voltados para baixo (UE0032). No aterro do interior do vão da sepultura, foram detetados vários achados metálicos, que não foram posicionados (n°inv.1998.1781/1782), pelo que não conseguimos aferir se se trata de uma padiola ou caixão. Relativamente ao sistema de fecho (UE0033), a avaliar pelos vestígios identificados no limite norte, a cobertura deveria ter sido formalizada com tégulas, dispostas na horizontal, definindo uma estrutura plana que assentava parcialmente sobre o substrato rochoso recortado. Ainda que o registo não o comprove, parece-nos que as tégulas necessitariam de outros elementos de forma a garantir a sua horizontalidade. Assim, ou o interior da caixa seria totalmente preenchido com terra, sobreposta pelos tijolos, ou existiria um sistema de contrafortagem nas laterais das tégulas. Não é possível apurar a cronologia da sepultura (Fase V – X?).

I111 (SEP.V – Apêndice 54b)

Sepultura orientada O/E, implantada numa cova com 2,35 x 0,87m. A vala, de morfologia retangular (Tipo 1a), apresenta uma profundidade de 0,30m, pelo que consideramos que o topo da mesma poderá ter sido cortado pelo desaterro mecânico ocorrido no decurso do acompanhamento arqueológico. No enchimento do interior da sepultura, foi possível identificar restos de material osteológico que não foram recolhidos. Para além de um peso de tear,

recuperado do interior da vala (nº inv.1998.1458), não se identificou qualquer material suscetível de permitir a datação da estrutura (Fase V – X?).

I112 (SEP.VI – Apêndice 54b)

Estrutura apenas identificada na sua metade sul. Ainda assim, podemos avançar que se trata de uma sepultura orientada N/S(?), formalizada por uma cova pouco profunda, com 0,41m, de paredes retas, com 1,12m de largura (Tipo 1a), de cronologia indeterminada (Fase V – X?).

I113 (SEP.VII – Apêndice 54b)

Sepultura implantada numa cova simples, com 2,18 x 0,84m, orientada N/S, sem qualquer espólio (Tipo 1a), de cronologia indeterminada (Fase V – X?).

I114 (SEP.VIII – Apêndice 54b)

Trata-se de uma sepultura de cova simples implantada no saibro, com orientação O/E. É visível em cerca de 2,42m de comprimento, registando uma largura de 0,74m e uma altura de 0,73m (Tipo 1a). Do enchimento do interior da sepultura, foram retirados diversos pregos (nº inv.2001.0331). A sua cronologia é desconhecida (Fase V – X?).

I115 (SEP.II – Apêndice 54b; Ficha nº 160)

Sepultura orientada O/E, implantada numa cova simples, com 2,28 x 1,24m. Não se reconhecem vestígios de paredes (Tipo 2b), ao contrário da cobertura, que seria composta por telhas, a avaliar pelo exemplar conservado (UE0059). No interior da vala, foi identificado um negativo de matéria orgânica, visível na extremidade nascente, em 1,10 x 0,60m, relativo a um caixão em madeira (UE0061). Este contentor terá albergado o defunto e o espólio funerário. Para além de um jarro, em cerâmica cinzenta tardia, de produção local e de um fragmento de vidro, de produção indeterminada (nº inv.1998.0943 e nº inv.1998.0941, respetivamente), destacamos um frasco quadrangular, em vidro, de bordo em aba horizontal, de cor verde azulado, de produção local, com uma datação proposta para os séculos IV/V (nº inv.1998.0942; Cruz, 2009, vol. III: 199) e um grupo de pregos (nº inv.1998.1785). As extremidades do caixão assentavam diretamente sobre um leito (UE0062) formado unicamente por quatro tijolos do tipo *lydion*, distribuídos pelos cantos da vala e colocados na horizontal, servindo de apoio ao mesmo. O vão existente entre os tijolos e o fundo da cova permitia que os elementos de descensão do caixão

corressem livremente. A partir da datação do material, atribuímos a fundação desta estrutura à Fase X.

7. Espaços intermédios (Via XVIII e Via XIX)

Pela dificuldade de associação de determinados conjuntos de sepulturas às necrópoles das vias XVIII e XIX, decidimos atribuir os conjuntos funerários que a seguir se discriminam a um espaço intermédio entre as duas vias em questão.

7.1 Núcleo da Conde de Agrolongo (anos 40)

7.1.1. Caracterização

Os primeiros dados referentes a este núcleo são publicitados por Jerónimo Contador de Argote, que refere o achado de duas estelas funerárias encontradas no Paço Arquiepiscopal em 1732, onde se verifica a menção de dois indivíduos, *Adronus* e *Tarquinius*, originários do substrato indígena (Argote, livro I, Cap. II: 258; Redentor, 2001 – vol. II: 188 e 218, Fichas nº100 e 101). Estas estelas, apesar de deslocadas do seu contexto original, parecem estar associadas, por proximidade, à necrópole do Campo da Vinha.

É conhecida pelo menos mais uma estela, identificada e recolhida aquando das obras de abertura de uma rua entre o Campo da Vinha e o antigo Campo da Alfândega (Apêndice 1), nos finais do século XIX, que exhibe os nomes de indivíduos originários do contexto indígena, atualmente depositada na Sociedade Martins Sarmiento (SMS-Epi-0057, Ficha nº102), dedicada a *Albura*, cuja datação, avançada por Armando Redentor, a coloca num horizonte alto-imperial (Tranoy e Le Roux, 1989-90: 216; Redentor, 2011 – vol. II: 139). Desconhecemos se a peça se encontrava *in situ* ou deslocada, no entanto, a sua posição a mais de 350m de distância da muralha, em articulação com a localização dos demais achados funerários nas imediações, leva-nos a considerar que a área funerária a norte da urbe seria bastante ampla, muito embora a sua extensão seja difícil de precisar. No entanto, a avaliar pelo que acontece com a necrópole da Via XVII, em que o espaço disponível para a implantação de sepulturas se estende até um limite de 1000m para nascente da saída da cidade, não seria estranho que o mesmo fenómeno se verificasse para outras áreas de enterramento.

Será só na segunda metade do século XX que voltamos a ter referências a estruturas de funerárias de tradição clássica no Campo da Vinha, identificadas junto ao limite poente da praça, que estariam, provavelmente, relacionadas com a passagem da Via XIX (Parte II, ponto 4).

Por infortúnio, nem mesmo no decurso dos trabalhos de acompanhamento e escavação arqueológica levadas a cabo pelo GACMB, em junho-julho de 1995, no Campo da Vinha, aquando da construção de um parque de estacionamento subterrâneo, foram encontrados vestígios que denunciasses a ocupação funerária deste local. Neste contexto, haverá que ter em conta que, durante o século XIX e XX, a área da praça foi sujeita a ações de terraplanagem e reordenamentos urbanísticos de diversa ordem (Cunha, 1995: 4), que podem ter afetado eventuais estruturas funerárias.

7.2 Núcleo da rua Abade Loureira (BRA15AL)

7.2.1. Caracterização

O núcleo aqui analisado foi descoberto em 2015, no decurso das obras associadas à construção do novo Arquivo Distrital de Braga, na rua Abade Loureira. A identificação das sepulturas foi feita pelo GACMB, assumindo posteriormente a UAUM a execução da intervenção arqueológica, que decorreu com a participação dos técnicos do gabinete camarário. No momento em que a intervenção arqueológica de salvamento se iniciou, verificou-se que algumas das sepulturas apenas eram visíveis em corte, pelo que se suspeita que um número significativo de estruturas funerárias tenha sido destruído.

Este conjunto sepulcral encontrava-se, em linha reta, a cerca de 540m a norte da muralha romana, num espaço em que, à exceção das sepulturas identificadas no século passado (ver Parte II, ponto 4.1), não há notícia da ocorrência de achados de cariz funerário. Além disso, as estruturas surgem numa área intermédia entre a passagem da Via XIX e da Via XVIII, pelo que forçosamente deveria ser servido por eixos viários de relevância secundária, cuja existência até ao momento nos escapa (Apêndice 55).

Em 1594, Georg Braun e Franz Hogenberg, na representação de Braga, localizam junto à saída norte da cidade um espaço de enterramento romano, sem nunca referir, estranhamente, a existência de qualquer outra necrópole no restante perímetro da cidade. Por outro lado, importa referir a inexistência de outra cartografia antiga sinalizadora de caminhos secundários utilizados em épocas medievais e modernas, com provável traçado de origem romana, muito embora

suspeitemos que eles deveriam existir nesta zona da cidade. Na verdade, sabemos que existiam itinerários viários que mediavam a ligação entre a cidade e as áreas rurais, como é demonstrado pelo mapa da Fonte de Pão de Trigo (*domonstração geographica... extramuros da cidade de braga* - depositada na Torre do Tombo¹²), do século XVIII, em que se representa a delimitação de propriedades e seus respectivos caminhos de acesso interno, numa área contígua à rua Abade Loureira (Figura 258). Nesse levantamento atesta-se a presença de caminhos de terra batida que ligavam a cidade a S. Martinho (referindo-se provavelmente a S. Martinho de Dume), com passagem pelo Castro Máximo, mantendo curiosamente estes eixos uma orientação de 16°NNO, coincidente com a hipotética malha do cadastro romano já estudado (Carvalho, 2008). Assim, não seria de estranhar que percursos idênticos atravessassem e servissem as áreas contíguas ao núcleo de necrópole em questão ainda em período romano, mantendo-se e persistindo nos períodos históricos posteriores, cujo uso cíclico e continuado, ainda que sujeito a ligeiras reconfigurações de traçado, persistiu até aos finais século XIX, período em que a periferia imediata da cidade se mantinha organizada em grandes quintas que moldavam a paisagem em torno do núcleo urbano (Carvalho, no prelo).

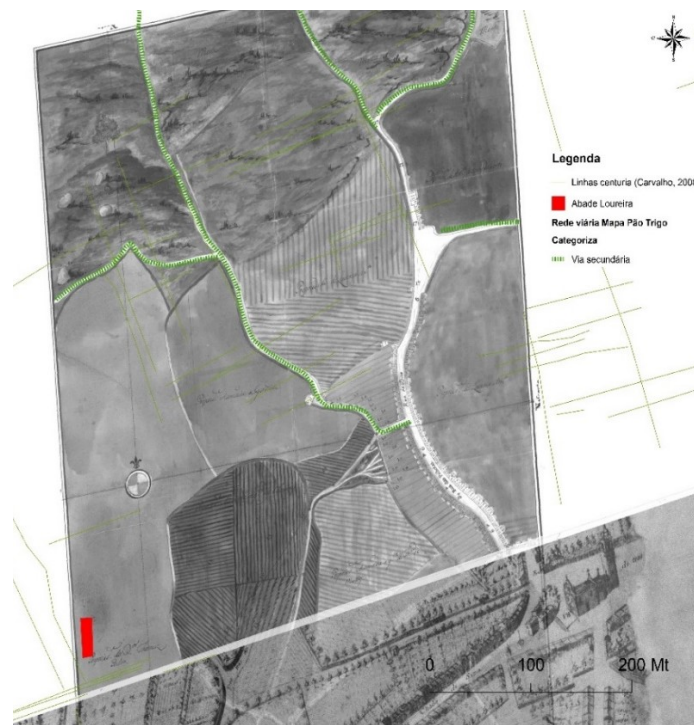


Figura 258 – Mapa da Fonte de Pão de Trigo e Mapa Primaz com a malha cadastral romana atual e a localização do núcleo da Abade Loureira.

¹² Agradecemos a cedência de uma cópia da imagem ao Doutor Francisco Mendes.

Do ponto de vista topográfico cabe referir que o núcleo funerário identificado na rua Abade Loureira surge num espaço de meia encosta de uma pequena colina voltada a norte, característica topográfica que ainda hoje é perceptível, dado o declive acentuado, no sentido S/N, que apresenta a referida rua. Por esta razão, não é estranho o facto de as sepulturas se encontrarem dispostas por pequenas plataformas que, em cerca de 22m, registam uma variação altimétrica de 2m (Figura 259). Esta adaptação dos espaços funerários à topografia do terreno já havia sido registada para o núcleo da Cangosta da Palha, afeto à Via XVII (ver Parte II, ponto 2.8).

Apesar de serem poucos os dados disponíveis, percebe-se que, pelo menos na plataforma sul deste núcleo, as sepulturas surgem implantadas “umas sobre as outras”, o que não parece coincidente com a lógica de um espaço de necrópole bem organizado. No entanto, estamos conscientes que esta inferência é bastante limitada, uma vez que as sepulturas apenas foram registadas em corte. No nosso entender, parece também ter existido a necessidade de ampliar a área disponível para a colocação de sepulturas, visto que, na zona norte, a I172 se implanta sobre um espesso aterro que oculta por completo uma outra sepultura (I171).

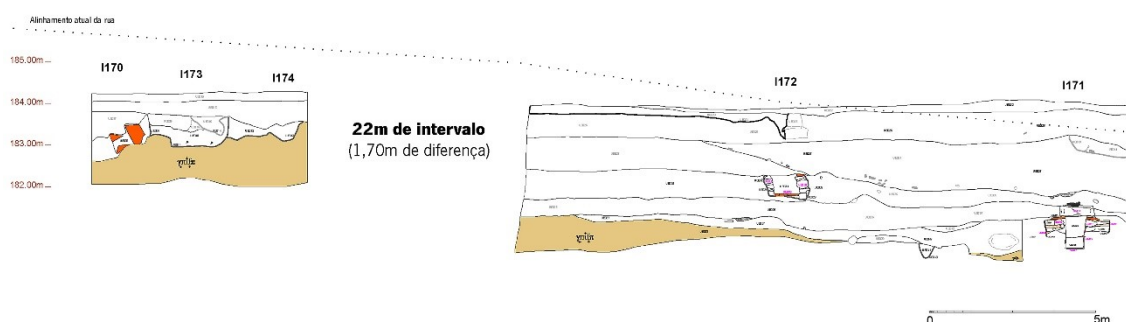


Figura 259 – Corte estratigráfico da área de intervenção arqueológica na rua Abade da Loureira.

A ocupação mais antiga encontra-se atestada por materiais de cronologia alto-imperial, comprovada por um fragmento de TSH, um bordo de jarro, em cerâmica comum romana e fragmentos de cerâmica indígena, associados a um enchimento de nivelamento junto ao substrato rochoso (UE0037). O outro indício de uso deste espaço relaciona-se com a identificação de uma extensa vala, escavada na alterite granítica, em que se acumularam sedimentos muito semelhantes a detritos associados ao processo de cremação, dada a acumulação de cinzas, carvões e matéria rubificada. Com efeito, julgamos que este aspeto poderá ser indicativo do uso

funerário deste espaço entre os séculos I/II, embora não seja possível recuperar as características da paisagem funerária nesse período.

Apesar do considerável hiato temporal, apenas temos registo da utilização funerária deste espaço para o período entre os séculos V/VII. Esta fase foi estabelecida com base num fragmento de parede de cerâmica cinzenta tardia, de produção local, recuperado dos interstícios das paredes da I171 (UE0051), em associação com uma parede de ARSW D, recolhida no extenso aterro de nivelamento (UE0036) que recobre a referida sepultura.

7.2.2. Análise das estruturas funerárias

I170 (SEP.1 – Apêndice 55b; Ficha n°169)

Sepultura orientada NO/SE, com 1,38 x 0,40 x 0,64m. Trata-se de uma estrutura em cova simples, de secção em degrau, cujas paredes internas não foram revestidas com qualquer tipo de material (Tipo 3c). Apenas foi identificado um fragmento de tégula, com rebordos voltados para baixo, conformando aquilo que seria o leito (UE0001). A cobertura seria formada por tégulas com rebordos virados para cima, formando uma secção triangular, assente na borda lateral da vala (UEs0002 e 0003). A limitar a cobertura a poente, encontrava-se uma outra tégula disposta na vertical, fechando a caixa nessa extremidade (UE0004). No enchimento do interior da cavidade interna da sepultura, não foi recuperado qualquer elemento de espólio (UE0007). A datação proposta para esta sepultura foi estabelecida através dos materiais identificados nos aterros de enchimento, datados dos séculos V/VII (Fase X).

I171 (SEP.2 – Apêndice 55b; Ficha n°170)

Estrutura funerária, orientada O/E, em que foram recuperados os elementos da cobertura (UE0045), composta por três blocos graníticos (apenas dois *in situ*), de forma sub-retangular, cada um medindo cerca de 0,80 x 0,60 x 0,30m. De forma a regularizar a superfície de assentamento das cápeas, e simultaneamente a servir de calço, foram colocadas pedras graníticas sob as lajes à mistura com argamassa amarelada (UE0068). Sob estes elementos, existia uma fiada de tijolos do tipo *lydion*, dispostos na horizontal, formalizando o remate superior das paredes (UE0054). As paredes norte e sul (UEs0046 e 0047) eram compostas por pedra granítica de média dimensão, de forma e talhe irregulares, apresentando pontualmente a integração de elementos laterícios fragmentados (Tipo 6g). O limite poente era formado por um bloco granítico (UE0063), cuja

superfície voltada ao interior da caixa foi picada de forma a ser usada para o efeito. Depois de desmontada a caixa, percebeu-se que se tratava de um bloco almofadado reaproveitado. Na parte voltada ao interior do vão as paredes apresentavam-se revestidas por uma argamassa, semelhante ao *opus signinum* (UE0055), em mau estado de conservação, que talvez justifique a irregularidade do aparelho interno das paredes que não assentavam no leito. Este era constituído por tijolos do tipo *lydion*, bem conservado. O vão interno apresentava 1,60m de comprimento, 0,48m de largura e 0,71m de altura sob as lajes de cobertura. Na parte exterior, a sul da sepultura, foi ainda identificada uma acumulação de pedra granítica (UE0061), disposta à mesma cota das lajes de cobertura, aparentemente centrada com a estrutura funerária. Suspeitamos que tal poderá constituir-se como um alicerce para a colocação de um possível elemento de sinalização, cujas características nos escapam. Atribuímos a cronologia desta estrutura funerária à Fase X, pela identificação de cerâmica proveniente dos interstícios das paredes e do aterro que recobre a sepultura.

I172 (SEP.3 – Apêndice 55b; Figura 260)

Apenas identificada em perfil, parece apresentar as mesmas características construtivas que a sepultura I171 (Tipo 6g?), seguramente com a mesma orientação, muito embora já não tenham sido recuperados os elementos de cobertura. Conservava uma altura de 0,52m com um vão interno de 0,60m largura. Poderá estar associada à Fase X.



Figura 260 – Pormenor da estrutura funerária I172, vista em corte (©UAUM).

I173 (SEP.4 – Apêndice 55b; Figura 261)

Cova simples (Tipo 1a?), visível no corte estratigráfico, aparentemente orientada NO/SE. Apenas é visível numa extensão de 1,86m de comprimento por 0,74m de altura. Do enchimento do interior da cavidade sepulcral, junto ao fundo da cova, apenas foram recuperados seis pregos,

todos à cota de 183,06m, provavelmente pertencentes a uma padiola. Está associada à Fase X, por correlação com as demais estruturas.

I174 (SEP.5 – Apêndice 55b; Figura 261)

Cova simples, de secção em U aberto, apenas visível em corte (Tipo 1a?). Conserva uma largura máxima de 0,40m, por uma altura que não ultrapassa os 0,48m. A orientação, N/S, é distinta das demais. Pode ser atribuída à Fase X.



Figura 261 – Aspeto das inumações nº173 e 174 em corte (©UAUM).

PARTE III – OS RITUAIS FUNERÁRIOS, AS ESTRUTURAS, OS ESPÓLIOS E OUTRAS MATERIALIDADES

1. O ritual de cremação em Braga

Nas necrópoles de *Bracara Augusta* a prática fúnebre da cremação encontra-se datada entre o período da transição da Era e os primeiros decénios do século I d.C. As sepulturas mais antigas associadas a esta prática foram identificadas no sector de necrópole da Via XVII, mais especificamente no Quarteirão dos CTT/LSF.

Apesar de facilmente se conseguir reconhecer o momento inicial para o aparecimento deste tipo de ritual é difícil precisar o momento em que a cremação desaparece. De facto, se atendermos aos dados arqueológicos disponíveis podemos afirmar que a cremação nunca desaparece completamente, deixando apenas de ser o ritual predominante, perdendo terreno para a prática da inumação. Assim, encontram-se documentadas sepulturas de cremação para o período tardoantigo, entre os séculos IV a VII, no mesmo setor de necrópole acima referido, apesar de a sua ocorrência ser diminuta, face ao aumento do número de inumações, que é mais expressivo a partir do século IV.

As evidências da prática da cremação em período tardio são uma realidade atestada em algumas necrópoles do *conventus bracaraugustanus*. Note-se que em *Tongobriga* surgem estruturas associadas ao processo de cremação datadas do século IV, tal como acontece na necrópole de Valbeirô, onde Lino Tavares Dias refere que o “*rito da incineração era ainda o dominante*” em época tardia (1993/94: 133-134).

A cremação em época tardia também se encontra arqueologicamente comprovada nas necrópoles de Monte Mozinho e de Montes Novos, onde Teresa Soeiro atribuiu as sepulturas ao período entre os finais do século II e o século IV, a partir da datação dos numismas associados às estruturas funerárias (2015: 171). Ainda no território português, o rito da cremação encontra-se atestado em períodos tardios na necrópole da Caldeira, em Tróia, com uma cronologia de inícios do século III (Almeida, 2008: 42), e em Penamacor, com um *bustum* integrado num recinto funerário, datado do século IV. A mesma datação é proposta para o uso da prática da cremação em Castelo de Vide (Caetano, 2002: 323-324), encontrando-se igualmente documentada na necrópole da Bóca, em Arouca, cujos depósitos secundários de cremação datam dos finais do século IV/ inícios do século V (Silva *et al.*: 2013: 69).

Em Braga, o tipo de sepultura mais frequente encontra-se formalizado por covas simples, de morfologia circular, onde se depositam os restos de cremação, sendo frequente que na vala seja colocado um vaso ossuário, no qual se recolhem os restos osteológicos de um indivíduo, por vezes em associação com espólio funerário.

O desenvolvimento dos estudos antracológicos, realizados em distintas necrópoles, permite afirmar que para a manutenção da pira seriam necessárias grandes quantidades de madeira, de forma a manter a constante combustão do defunto, pelo que a cremação deveria ser um processo moroso (Deforce e Haneca, 2012: 193). Por este motivo, e de forma a conseguir manter a ignição da pira, certamente que existia um indivíduo com a função de assegurar o correto desenvolvimento da combustão, mantendo uma constante vigilância. Assim, não seria estranho que também em *Bracara Augusta* este tipo de atividade, relacionado com a prestação de serviços fúnebres, fosse assegurado por um conjunto de profissionais (Hope, 2009: 69). Mencionados nas fontes epigráficas, são hoje conhecidas as disposições contratuais que se estabeleceram com os “especialistas” da morte. Inclusivamente, para a cidade de *Puteoli* e *Cumae*, existem referências epigráficas que determinavam uma espécie de norma de conduta, proibindo esses indivíduos de entrar na cidade a não ser em serviço, interditando-lhes o acesso aos banhos públicos, pelo que estes personagens não gozavam da melhor reputação, sendo classificados pelos autores clássicos como gente *funesta* e *sórdida*, dado o seu quotidiano contacto com a morte (Vaquerizo Gil, 2010b: 19). A inscrição de Pozzuoli, para além de sugerir o *status* marginal de quem tratava dos corpos, é demonstrativa de uma crescente profissionalização dos serviços associados ao mundo funerário, sendo evidente a necessidade de regulamentar a relação entre “agentes” funerários e os contratantes dos seus serviços (Bodel, 2004: 150; Hope, 2007: 92). No entanto, convém salientar que cada cidade deveria formalizar estas regulamentações de forma autónoma, pelo que esta atividade poderia desenvolver-se de forma distinta dependendo do local.

Perante as evidências materiais recuperadas através da atividade arqueológica em Braga, é possível avançar com alguns pormenores específicos relativos aos procedimentos funerários.

Nos locais onde inequivocamente ocorreu a cremação e onde se realizou a combustão dos corpos foram encontradas grandes quantidades de elementos metálicos que podem sugerir a colocação de caixões e ataúdes, queimados com o defunto. No entanto, determinados achados, como os pregos, funcionariam como elementos de união que permitiam manter estáveis os distintos troncos que formalizavam a pira (Blaisot *et al.*, 2009: 207).

Nos enchimentos de carvão, cinzas e ossos cremados, foi possível reconhecer duas realidades distintas. Em primeiro lugar, reconhece-se a existência de material cerâmico e vítreo fragmentado, completamente calcinado, derretido ou retorcido pela ação do fogo, revelador de que algumas peças deveriam acompanhar o morto no momento da cremação (Bonnet, 2009: 158). Por outro lado, identifica-se a presença de outro tipo de peças que parecem corresponder a vestígios da prática dos banquetes funerários que ocorriam nos momentos posteriores ao término da cremação, uma vez que os objetos se encontram depositados sobre os carvões sem qualquer tipo de marcas de contacto com o fogo. Trataremos este assunto de forma mais desenvolvida nos pontos que se seguem.

Após a cremação, na grande maioria dos casos, seria realizada a seleção de determinadas peças ósseas para colocar no interior das urnas. Estes recipientes, fechados por meio de tampas cerâmicas ou de elementos pétreos, eram colocados numa vala e posteriormente recobertos com o enchimento resultante da cremação.

Relativamente à localização dos depósitos secundários e dos *ustrina*, chegamos a conclusões distintas. As estruturas primárias apresentam-se articuladas com os eixos viários, em estreita relação com as estruturas de carácter secundário. Contudo, num dos núcleos de necrópole da Via XVII verifica-se que as mesmas não se encontram nas bordaduras das vias, mas sim nas áreas mais periféricas em relação ao eixo viário. Foram, assim, detetados *ustrina* em locais bastante afastados da Via XVII, tal como acontece com os Us073 e 074, implantados a cerca de 90m a norte daquele eixo viário.

Esta distribuição dos *ustrina* evidencia não só a necessidade de se afastar as atividades que produziam fogo e fumo para locais mais amplos, de forma a não incomodar quem acedia e utilizava o eixo viário, mas também permitia que os *loci religiosi* adquirissem maior protagonismo pela sua proximidade com a via. Trata-se de uma organização espacial de estruturas que, pelo menos nos núcleos CTT/LSF, ITAVL e TAVL, se mantém desde o início do uso da necrópole até ao momento em que se verifica o decréscimo do número de cremações, ou seja, após os finais do século II – inícios do século III.

1.1 Estruturas primárias e secundárias

1.1.1. A tipologia dos depósitos secundários

Tomando em linha de conta a nomenclatura avançada pelos investigadores franceses, adotamos as expressões de “estrutura primária” para nos referimos ao local onde foram erigidas e queimadas as piras e “estrutura secundária” quando nos pronunciamos sobre os locais que serviram para o depósito definitivo dos restos funerários do defunto (Tranoy, 2007: 139).

A cremação, termo que preferimos usar, implicava o ato de queimar um cadáver, independentemente dos resultados alcançados (Cortesão, 2007: 40), ao contrário da incineração, conceito associado à redução de um determinado corpo a cinzas, que segundo alguns autores apenas é aplicável aos processos crematórios modernos (Trellisó Carreno, 2001: 88; Tranoy, 2007: 138). Este processo ocorreria em espaços específicos, fora da cidade, num local onde era erigida uma pira funerária, ou *rogus*, que se constituía como uma estrutura de carácter provisório, provavelmente de utilização única, dado que a mesma desaparecia com o decurso da cremação (Blaizot *et al.*, 2009: 210). Ainda no campo das nomenclaturas e no que concerne às valas, que apenas serviram de recetáculo para a deposição do aterro de carvões subtraído ao local de cremação, iremos usar o termo “depósito de resíduo de cremação”. A expressão “depósito misto de cremação” será aplicada nos casos em que a fossa acolheu o vaso ossuário ou urna funerária, recobertos pelo enchimento resultante da cremação (Blaizot *et al.*, 2009a: 175-176).

A tabela tipológica por nós elaborada no trabalho de mestrado (Braga, 2010) serviu de base para construção da nova tabela de estruturas de cremação que iremos apresentar, tendo sido adicionadas novas realidades construtivas que se identificaram no decorrer do tratamento e avaliação dos cadernos de campo das escavações dos diferentes contextos funerários conhecidos até ao momento.

Assim, encontram-se identificados nove tipos de estruturas secundárias de cremação (Apêndices 56), que oferecem uma considerável variabilidade de soluções construtivas, o que será normal se atendermos ao facto de estarmos na presença de diversos núcleos de necrópoles urbanas, utilizados por distintos indivíduos, de diferentes estatutos, com diferenciados gostos e variadas formas de perceber e viver a morte.

Ao tipo 1 estão associadas as estruturas mais simples, reunindo todos os depósitos de resíduos de cremação que não se encontram associados a qualquer tipo de urna funerária. Este conjunto encontra-se subdividido em três variantes.

O Tipo 1a (Apêndices 56 e 57) é formalizado por uma cova simples, sem sinalização ou depósito de espólio, correspondendo à segunda estrutura mais frequente nas necrópoles de Braga, com 16,7% do total de sepulturas, referenciado no núcleo da rua do Caires 1979/80, CTT/LSF e ITAVL. Pese embora a sua maior ocorrência date da segunda metade do século I, é um tipo de estrutura que também se deteta entre a segunda metade do século III e os inícios do século IV. Trata-se de covas de morfologia arredondada ou subarredondada (0,63 x 0,44m e 0,46 x 0,42m), verificando-se diversas situações, que em plano assumem planimetrias retangulares, com 1,22 x 0,49m. As orientações também são distintas, observando-se valas orientadas NNO/SSE e OSO/ENE.

Já o subtipo 1b (Apêndices 56 e 57), apesar de corresponder em termos construtivos a uma solução idêntica à anterior, admite a integração de espólio, conforme documentam as Cs123 e 132 (Parte II, p.181 e 113). Integra covas com planimetrias essencialmente retangulares, em que se registam valas com 1,43 x 0,92 x 0,53m, facilmente confundidas com uma estrutura de inumação, dadas as suas dimensões. No entanto, os enchimentos de carvão e osso cremado ajudam à correta identificação da estrutura. Esta variante ocorre com maior frequência ao longo dos séculos I/II, mas também se identifica em período suevo-visigótico no núcleo CTT/LSF.

A variante 1c (Apêndices 56 e 57) encontra-se associada a uma única estrutura, formalizada pela C129 (Parte II, p.250). Trata-se de uma cova de secção retangular, aberta no saibro, onde foi colocada uma caixa em madeira, com cerca de 0,80 x 0,30m. Apesar de não ser possível estimar a altura, ela não ultrapassaria os 0,15m. No interior da caixa foi identificado um fino aterro de carvão e ossos cremados sobre o qual se depositou um conjunto de espólio funerário, composto por três amuletos em faiança egípcia, uma lucerna importada de produção lácio-campana, uma medalha em bronze e um pote em cerâmica comum grosseira, que permite datar o enterramento entre o período de transição da Era e os inícios do século I. O uso de caixas de madeira que funcionavam como recetáculo dos restos de cremação é raro e, de facto, não encontramos outro paralelo senão aquele que é apresentado por José Caetano. Em considerações sobre as necrópoles da Lusitânia, o autor refere uma estrutura identificada na Horta das Pinas, em Elvas, em que se reconheceu a existência de um contentor lenhoso pelos objetos metálicos (2002: 329).

O tipo 2 corresponde ao conjunto mais numeroso de sepulturas detetadas nas necrópoles romanas de Braga, representando 57,2% das sepulturas de cremação identificadas, ao qual se encontram associados os depósitos com urna cerâmica, tendo sido identificadas cinco variantes.

Ao Tipo 2a (Apêndices 56 e 57) associamos todas as estruturas de cova simples, com perfil em V, cujas alturas não ultrapassam os 0,36m. As valas apresentam uma planimetria circular e a urna surge frequentemente centrada e bem encaixada no fundo da cova.

A variante 2b (Apêndices 56 e 57) integra todas as estruturas com vaso ossuário depositado no interior de uma vala com secção em U alargado. Este subtipo é o mais frequente, pois de um total de 138 estruturas, 62 pertencem a esta variante (44,9%), correspondendo a um tipo que é comum até à primeira metade do século I. Encontramos paralelos com as sepulturas que definem o conjunto 3 da necrópole romana de Monteiras (Penafiel), muito embora neste espaço funerário os depósitos secundários em cova estejam datados da segunda metade do século II ao terceiro quartel do século III (Soeiro, 2009/2010: 22).

A estrutura que deu origem ao subtipo 2c (Apêndices 56 e 57) apresenta uma secção particular (C009, Parte II, p.209). Trata-se de uma cova bastante profunda, com 0,86m, com secção em degrau, exibindo em plano uma morfologia arredondada. No fundo da vala, foi aberto um pequeno recorte permitindo o encaixe da urna cerâmica que desta forma ficaria perfeitamente estabilizada. Este depósito misto de cremação data do século II.

A variante 2d (Apêndices 56 e 57) é formalizada pelas sepulturas C063 e C066 (Parte II, p.231 e 232), referenciadas a um dos núcleos da Via XVII. São estruturas peculiares, as únicas identificadas no conjunto de sepulturas estudadas, cuja urna se encontra encaixada numa vala com paredes oblíquas, formalizando um V. Outro elemento diferenciador relaciona-se com a disposição do aterro resultante da cremação. Por norma, o enchimento de carvões e ossos era depositado no interior das valas, não ultrapassando o limite superior da cova. No entanto, aqui, os resíduos da cremação dispõem-se em forma de calote sobre a vala, com cerca de 0,30m de altura. Este pormenor parece materializar uma reminiscência de estruturas características da Idade do Bronze, como os *tumuli*, tipologia de monumento que se verifica no norte europeu nos últimos anos anteriores à conquista romana (Toynbee, 1971: 180). Porém, estas sepulturas apresentam dimensões bem mais modestas que as referidas estruturas circulares, altamente monumentalizadas e construídas em altura. Esta solução, que data de um período muito preciso, transição da Era e meados do século I, poderá estar relacionada com os indivíduos associados à comunidade indígena. Não deixa de ser curiosa a circunstância de as duas sepulturas se encontrarem ligeiramente sobrepostas, num espaço onde veio a ser construído o mausoléu M01.

Ao subtipo 2e, associamos todas as valas com seção retangular, com paredes retas, embora em plano assumam morfologias que variam entre a forma elipsoidal e retangular

(Apêndices 56 e 57). A sepultura de maior dimensão apresenta 1,64 x 0,54m e a mais pequena 0,50 x 0,44m. No que respeita às alturas, também aqui registamos grande variabilidade. Há casos nítidos em que a sepultura já se encontrava seccionada, sensivelmente a meio, o que nos impossibilita de confirmar a profundidade original da vala. Noutros casos, em que a sepultura se encontrava bem conservada, foi possível atestar a existência de estruturas com 0,42m e outras com apenas 0,17m. Em determinadas situações, como ocorre na C019 (Parte II, p.211), a urna não seria completamente tapada pelo enchimento resultante da cremação, uma vez que a altura da urna era superior à da cova. A sepultura estaria provavelmente sinalizada por meio de algum elemento que não conseguimos identificar. Embora a maioria destas sepulturas date da segunda metade do século I, a mesma variante encontra-se atestada já no período de transição da Era/inícios do século I.

Ao subtipo 3a apenas se encontra associada uma única estrutura, identificada no núcleo CTT/LSF, e que é pouco comum no mundo funerário peninsular (Apêndices 56 e 57). A sepultura em causa (C098, Parte II, p.245) conheceu a colocação de uma urna em pedra, depositada numa vala de grandes dimensões, com 1,01 x 0,69m (vis.), com 0,90m de altura (Ficha nº050: Figuras 2 e 3). O contentor funerário apresenta uma forma excecional, correspondendo a um bloco granítico, de forma ovoide, seccionado sensivelmente a meio, posteriormente fechado com grampos de ferro, cujos paralelos mais próximos se localizam na cidade de *Uxama*, atual cidade de Sória, para o qual se propõe uma cronologia júlio-cláudia (Abasólo Álvarez, 2002: 152-153). Para o contexto bracaraugustano, e tendo em conta o espólio funerário recuperado no interior da urna, a sepultura em causa encontra-se datada de um período em torno da transição da Era aos primeiros decénios do século I.

O subtipo 4a representa as sepulturas formadas por uma cova pouco profunda, que não ultrapassa os 0,47m de altura (Apêndices 56 e 57). A urna em cerâmica apresenta-se circundada por uma estrutura, algo tosca, semelhante a uma caixa pétrea, que designámos de “tipo cista”. Estas construções são constituídas ora por pedras graníticas, ora por lascas pétreas, sem qualquer tipo de ligante, em que alguns blocos servem simultaneamente de tampas das urnas e de remate superior da “caixa”. Foram identificadas oito estruturas deste tipo, todas elas associadas à necrópole da Via XVII, na sua maioria datadas do período de transição da Era, embora se tenham reconhecido duas sepulturas datadas da segunda metade do século I, momento a partir do qual este tipo de estruturas desaparece. A solução construtiva que aqui identificámos, apesar da sua forma menos estruturada, recolhe algumas similitudes com as caixas encontradas na necrópole

da Fraga e Valbeirô, no Marco de Canaveses, na freguesia de Alpendurada, embora aqui a estrutura, composta por lascas de xisto, esteja datada dos séculos III/IV (Dias, 1993/94: 117-118; Fabião *et al.*, 2008: 6-9).

Os tipos que enunciaremos seguidamente configuram modelos que integram depósitos de cremação em caixa de tijolo.

Ao tipo 5a correspondem todas as caixas de secção e planimetria quadrada ou retangular, cuja vala apresenta paredes retas, revestidas ora com tijolos do tipo *bipedales*, ora com tijolos do tipo *lydion* (Apêndices 56 e 57). Esta tipologia encontra-se representada por duas estruturas, conservadas de forma desigual. Uma delas (C135, Parte II, p.303) preservava o sistema de fecho, enquanto na outra (C070, Parte II, p.234) apenas foi possível perceber como se constituía o fundo. Na primeira, associada à necrópole da Via XVIII, o referido sistema de fecho era formado por dois tijolos dispostos de forma paralela sobre as paredes. Já na outra sepultura, implantada no interior de um recinto funerário na necrópole da Via XVII, o fundo encontrava-se forrado com um tijolo. No interior, estava depositado o resultado da cremação à mistura com algum espólio, em que os tijolos das paredes já se encontravam muito fragmentados. Este tipo de sepulturas está datado do século II.

O tipo 6a (Apêndices 56 e 57) remete-nos para uma única sepultura detetada na necrópole da Via XVII (C128, Parte II, p.250). Trata-se de uma caixa retangular que não se encontra implantada numa cova, encontrando-se construída com recurso a tégulas, aplicadas no sistema de fecho. Apesar de se encontrarem abatidas no interior da caixa, as tégulas deveriam conformar um telhado de duas águas, formalizando uma secção triangular que não assentava no leito, composto por tijolos do tipo *lydion*. Embora se apresente destruída sensivelmente a meio, sabemos que mediria cerca de 0,58m de largura no vão interior, estimando-se o seu comprimento em cerca de 2m, a avaliar pela extensão conservada do murete exterior. Este último constituiu-se como um alinhamento de pedras graníticas que, para além de ajudar a contrafortar as tégulas da cobertura, impedindo que as mesmas abatessem, funcionaria como sistema de sinalização do *loculi*. Trata-se de uma estrutura que recolhe paralelos nas sepulturas associadas ao ritual de inumação, contudo, no presente caso, a estrutura albergava um enchimento composto por ossos cremados e carvão, datada do século II.

A variante 7a está representada por três exemplares (C028, C107, C139, Parte II, p.214, 249 e 311, respetivamente), associados às vias XVII e XIX (Apêndices 56 e 57). Apesar de duas delas se encontrarem algo destruídas, sabemos que correspondem a caixas, de morfologia

retangular, cujos elementos constituintes estavam aplicados na totalidade do recetáculo que recebeu o depósito de cremação. Apresentam comprimentos que variam entre os 2,02m e os 1,58m, formalizando vãos interiores que oscilam entre os 0,82m e 0,60m. Desconhece-se o sistema de cobertura. Estas duas sepulturas encontram-se datadas do século II.

A variante 7b corresponde a uma estrutura individualizada no núcleo da Av. Central (C133, Parte II, p.303). Corresponde a uma estrutura de forma sub-retangular e paredes formalizadas com tijolos e telhas, dispostos na vertical, de forma ligeiramente oblíqua (Apêndices 56 e 57). A avaliar pelos vestígios dispostos em torno da caixa, a estrutura seria dotada de um sistema de localização externa, materializado pela formação de um murete em torno da mesma. A caixa em questão conservava 0,89m de comprimento, por 0,49m de largura, e pode ser datada do século II.

O tipo 8 engloba todas as caixas em tijolo com paredes compostas por fiadas de elementos laterícios dispostos na horizontal, apresentando duas variantes.

O subtipo 8a, representado por duas estruturas associadas à necrópole da Via XVII (Cs091 e 131, Parte II, p.95 e 99), corresponde a caixas compostas por tijolos de tipo *longum semipedale*, dispostos em fiadas horizontais que não assentavam sobre o leito, formado por tijolos do tipo *lydion* (Apêndices 56 e 57). Apresentam orientações distintas, ora SO/NE, ora OSO/ENE. A sepultura melhor conservada alcança os 1,85m de comprimento, por 0,91m de largura. No interior das sepulturas foi detetado o aterro resultante da cremação, sempre acompanhado de espólio funerário. Quanto à cronologia, este tipo de estrutura data do século II – primeira metade do século III. Por sua vez, a variante 8b (Apêndices 56 e 57) corresponde a uma única estrutura, afeta à Via XVII (C130 - Parte II, p.98). Trata-se também de uma caixa em material laterício, embora as paredes exibam técnicas distintas: na base, foi colocado um tijolo do tipo *lydion* na vertical, no sentido do maior comprimento, fincado no chão, a delimitar e a rasar o leito, também ele composto por *lateres* idênticos aos das paredes. Sobre este primeiro nível de tijolo foram formalizadas as restantes fiadas, cujos tijolos foram colocados em fiadas horizontais. A caixa, bem conservada, apresentava 2,51m de comprimento, 1,28m de largura, por 0,43m de altura. A totalidade do vão interior encontrava-se completamente preenchida pelo aterro resultante da cremação à mistura com o espólio funerário. Sobre as paredes foram identificadas três lajes de granito, de talhe irregular e forma sub-retangular. Trata-se de uma sepultura datada dos finais do século II a inícios do século III.

Por fim, resta-nos o subtipo 9a (Apêndices 56 e 57). Integramos neste conjunto todas as estruturas que designamos de “sepultura-pira”, por considerarmos que a designação de *bustum* poderá ser excessiva e suscitar dúvidas. O designativo latino parece determinar situações distintas, mesmo para os autores clássicos, nos quais se verificam significados distintos. Todavia, para Virgílio, *bustum* era uma estrutura “onde o defunto é cremado e os seus ossos estão depositados perto dele. Outros dizem, quando um homem é cremado, se ele não foi enterrado no mesmo local, não é um *bustum* é antes um *ustrinum*” (Hope, 2007: 113).

Para os autores atuais, *bustum* corresponde a uma estrutura onde, à partida, não existiu remobilização de qualquer tipo de vestígio ósseo. Trata-se, portanto, de uma deposição primária, identificada através de práticas de escavação mais “finas”, associadas aos métodos de escavação levados a cabo pela arqueoantropologia de campo (Blaizot, 2007; Thuillier, 2007; Bel *et al.*, 2009; Blaizot *et al.*, 2009). Através da identificação das áreas de maior concentração de determinados vestígios osteológicos e da sua representatividade é possível estimar se existiu remobilização dos ossos para outros contentores. No caso de não ter existido a recolha das peças ósseas, torna-se possível, inclusivamente, reconstituir a posição/ orientação do defunto aquando da sua cremação. Não nos é possível identificar em Braga, até ao momento, este tipo de contexto funerário, porque não temos a confirmação do posicionamento das peças ósseas identificadas nos enchimentos de carvão das áreas de cremação. Por outro lado, também não temos acesso à totalidade dos dados de natureza antropológica, situação que nos permitiria tecer algum tipo de esclarecimento em relação à confirmação ou não deste tipo de sepultura em *Bracara Augusta*.

Pese embora as limitações referidas acima, existem situações em que se verifica claramente o depósito de uma urna cerâmica no sítio onde ocorreu a cremação. No local, não detetámos qualquer tipo de evidência arqueológica que denuncie uma relação de anterioridade/posterioridade entre o *ustrinum* e o vaso ossuário, existindo antes uma clara relação de “contemporaneidade” entre as duas estruturas, observando-se que os carvões do *ustrinum* foram “arrumados” e acumulados sobre as urnas. Esta ocorrência encontra-se documentada em três casos (Cs030, 058 e 085, Parte II, p.215, 228 e 241, respetivamente), todos eles associados à necrópole da Via XVII e datados da segunda metade do século I, o que parece estar em linha de conta com as datações avançadas para outros contextos geográficos, em que este tipo de estrutura parece ter sido abandonado nos períodos cronológicos seguintes, tal como aconteceu em Braga.

Não detetamos qualquer tipo de estrutura semelhante nas restantes necrópoles estudadas do NO peninsular. Há, no entanto, uma sepultura documentada em *Tongobriga* (Sepultura 5) que,

a avaliar pelas características enunciadas por Lino Tavares Dias, parece formalizar uma situação deste tipo, reconhecendo o autor a existência de um vaso ossuário. Ainda assim, por desconhecermos alguns pormenores e características da estrutura, não conseguimos estabelecer com rigor uma analogia entre as estruturas funerárias.

Encontramos paralelos, mais seguros, em sepulturas identificadas em contextos mais distantes, à falta de outras evidências que possam surgir no NO peninsular. É o caso de exemplares identificados na cidade de *Corduba* (Espanha), na Grã-Bretanha, na Itália do Norte e na França, caracterizados pelos diversos autores que sobre eles se debruçaram como uma variante algo rara ou minoritária em contextos funerários de implantação urbana (Vaquerizo, 2002: 153; Tranoy, 2007: 141-145). Este tipo de prática de associação da urna ao local de cremação surge, inclusivamente, em contextos funerários do final da Idade do Ferro, na região de Languedoc, no sul de França, onde a variante é frequente na região do Ródano-Alpes durante esse período (Blaizot, 2009a: 182-183). Assim, optámos por designar a variante 9a como “sepultura-pira”, pelo facto de se verificar, claramente, que houve a intenção de isolar uma parte dos restos ósseos do defunto da restante amálgama de resíduos decorrentes do processo de cremação no próprio sítio onde a mesma teve lugar. Nestas estruturas com urna, verificámos que o bordo do contentor cerâmico não ultrapassa a cota da superfície em que foi aberta a vala, encontrando-se a urna ora no centro, ora na extremidade da cova. Há, no entanto, autores que optam por usar o termo *bustum* para classificar este tipo de contexto. Em *Aventicum* foi identificado um tipo de *bustum*, do qual se subentende a existência de ossos recolhidos para o interior de uma urna ou caixa em madeira, posteriormente colocada sobre os carvões resultantes da cremação. Trata-se de estruturas datadas dos finais do século I, datação coincidente com as sepulturas identificadas na região valenciana (González Villaescusa, 2001: 88).

Os tipos 6 a 8 incluem caixas cujas áreas úteis eram bastante superiores às ocupadas pelos depósitos mistos de cremação e pelos depósitos de resíduos de cremação, aos quais se reportam os tipos 1 a 5. Quando comparamos os espaços construídos, as diferenças são notórias. Assim, os *loculi* dos tipos 1 a 5 apresentam áreas úteis que variam entre os 0,11m² e os 1,31m², ao contrário das caixas de tijolo em que as áreas de implantação oscilam entre 0,97m² e os 3,21m². Certamente que este fator colocaria não só um problema de custo do espaço a adquirir para fundar uma sepultura, como se apresentaria como um desafio no que concerne à gestão do espaço funerário. Talvez por esse motivo, as caixas retangulares (Tipos 6 a 8), associadas ao ritual de cremação, se encontrem implantadas em espaços nos quais não se regista a ocorrência de

mais nenhuma estrutura funerária anterior e em locais mais afastados da via, mau grado apenas ser possível esta constatação em relação às caixas identificadas nos núcleos de necrópole associados às vias XVII e XVIII.

Outro dado que nos parece importante referir, e que se observa através da análise dos diferentes tipos de sepulturas, é que as caixas de morfologia retangular, que se assemelham àquelas referenciadas para a inumação, surgem datadas desde o século II, prolongando-se até à primeira metade do século III. Trata-se de um fenómeno particular, porque envolve tipos de sepulturas que parecem surgir num momento coincidente com a afirmação do ritual de inumação em relação ao de cremação. Estas estruturas parecem marcar um momento de viragem nas modalidades funerárias, pois coincidem com o decréscimo do número de estruturas associadas à cremação, a par de um exponencial investimento no número de sepulturas de inumação. De certa forma, estas sepulturas tornam-se uma espécie de “estruturas híbridas”, uma vez que a sua morfologia nos reporta para o universo da inumação, embora o conteúdo acabe por esclarecer o ritual funerário ao qual se encontram associadas. Após o período cronológico mencionado, não se regista mais a ocorrência deste tipo de sepulturas. A recuperação do posicionamento do espólio na C130 (Tipo 8b) permite-nos equacionar que o mesmo parece mimetizar a disposição dos mobiliários funerários em contexto de inumação, pois as peças parecem circundar a área central do vão sepulcral, dispendo-se junto às paredes da caixa sepulcral.

Pelo contrário, os tipos 1 a 5 ocorrem com maior frequência nos períodos de transição da Era até ao século II, apesar de alguns deles perdurarem até ao período suevo-visigótico, o que evidencia a manutenção da prática da cremação em período tardio, mas cuja representatividade é francamente baixa.

Convém mencionar que nas necrópoles urbanas de Braga não registamos outros tipos de estruturas, como, por exemplo, depósitos de resíduos de cremação no interior de ânforas (Abreu, 2002: 57), embora tenha sido avançado por alguns investigadores para a necrópole da Via XX, muito embora não tenha sido possível atestar com objetividade a existência de carvões ou ossos cremados. Da mesma forma, não foi possível confirmar que o fragmento de bordo de ânfora estava efetivamente colocado no interior da cova da estrutura IND009. Aquilo que está documentado é a deposição de peças, semelhantes a anforetas, de produção local, que apenas se constituem como espólio funerário associado a um qualquer ritual votivo de comemoração funerária.

1.1.2. Os *ustrina*

As estruturas que aqui incluímos foram consideradas como espaços em que, de forma inequívoca, terá ocorrido a cremação e onde se terá estruturado o *rogus*, pelo que as designamos como *ustrina* (Apêndices 56 e 58). Trata-se de espaços que são facilmente identificados pela existência de traços de rubificação, associados a um depósito originado pelo processo de cremação, em que se observam níveis de carvão, cinza, osso cremado e objetos metálicos que sustinham a estrutura da pira (Tranoy, 2007:139-141). Nestes espaços ainda foram identificados objetos que se constituem como espólio depositado em distintas etapas do ritual funerário.

Desconhecemos se o *ustrinum* teria algum tipo de proteção legal, mas, a avaliar pelas afirmações dos autores clássicos, a situação deveria ser distinta. Cícero afirmava o seguinte “(...) *O lugar da cremação não possui nenhum caráter religioso. Uma vez coberto de terra diz-se que o corpo foi inumado, a esse lugar chama-se sepulcro e está protegido por numerosos direitos da religião (...)*” (García Prósper, 2015: 67). Aquilo que constatamos é que essas estruturas não parecem ter sido sujeitas a qualquer tipo de destruição ou interferência, encontrando-se alguns *ustrina* em excelente estado de conservação. No entanto, em determinados casos, o local de cremação encontra-se bastante mal conservado, reduzido apenas à mancha rubificada no fundo da vala. Esta circunstância encontra-se associada, na maior parte dos casos, aos fenómenos de lixiviação da superfície de implantação dos *ustrina*, tal como surge documentado nos núcleos de necrópole da Via XVII, principalmente nas estruturas identificadas na plataforma a norte do eixo viário, em que a natureza sedimentar dos aterros denuncia não só a presença de água, como também a sua retenção que deveria ocorrer em determinados períodos do ano. Regra geral, estas estruturas surgem dispostas lado a lado, muitas vezes sobrepondo parcialmente a estrutura anexa, mas sem a intenção de provocar dano.

Na nossa análise, apenas foi possível reconhecer um tipo de estrutura de cremação que designamos de variante 10a (Apêndices 56 e 58). Nele, entram todas as estruturas apresentando uma morfologia variável, entre o retangular ou sub-retangular, com distintos níveis de conservação e diversas orientações. Invariavelmente, os resíduos de cremação encontram-se inseridos numa vala, de profundidade variável, onde se reconhece a presença de um enchimento de carvões e esquirolas de osso delimitado por um friso avermelhado. Até ao momento, os indícios apontam para que nestes espaços de cremação apenas se tenham realizado cremações individuais, não se atestando a existência de cremações coletivas ou múltiplas.

Algumas das estruturas identificadas como *ustrinum* colocam-nos algumas dúvidas. Com efeito, estamos conscientes que, pela forma e conteúdo/massa óssea encontrada, determinados

ustrina podem corresponder, de facto, a *busta* ou, pela designação francesa, piras em fossa, ou seja, estruturas em que se terá processado a cremação e que se convertem em sepulturas por não se operar a transferência dos restos ósseos para um outro contentor. Aquilo que nos impossibilita de conseguir estabelecer esta distinção entre *ustrinum* ou *bustum* é o facto de não ter sido realizado em campo o levantamento da repartição espacial dos vestígios ósseos, de forma a compreender se existe algum tipo de agrupamento/concentração de distintas partes anatómicas no interior do local de combustão, como mencionamos acima. A título de exemplo, estamos certos que as estruturas Us028, 034, 043, 048, 055, 059 e 068 (Parte II, p.287, 290, 293, 153, 184, 185 e 157, respetivamente) são de áreas em que ocorreu a cremação, apresentando uma morfologia retangular, com cantos arredondados e com frisos rubificados perfeitamente conservados e que podem corresponder efetivamente a *busta*, dada a quantidade de carvão presente na fossa, associada a troncos inteiros, carbonizados, em excelente estado de conservação, e à grande quantidade de ossos registada, sugerindo que não existiu qualquer tipo de remeximento ou remobilização do aterro formado após a ocorrência da cremação. Outro aspeto que ajuda a reforçar a nossa suspeita é o facto de algumas destas estruturas apresentarem uma cobertura formalizada por um amontoado de blocos graníticos, colocados sobre os carvões, como aqueles que aparecem sobre as estruturas Us018, 079, 083 e 084 (Parte II, p.282, 162, 163 e 164, respetivamente).

Todavia, a ausência de um rigoroso levantamento antropológico impossibilita-nos de confirmar as nossas suspeitas. Da mesma forma, não nos permite saber qual a orientação do corpo do defunto, ou se foi colocado algum tipo de fauna e qual a sua possível posição original ou até onde se localizavam os macrorestos vegetais e alimentares. Além disso, no momento, não dispomos da totalidade dos dados relativos ao estudo antropológico, embora consideremos que as conclusões destas análises laboratoriais poderão ajudar a responder parcialmente às nossas dúvidas.

Conscientes desta limitação, e não dispondo até à data de mais elementos que nos permitam apurar, de forma mais precisa, o tipo de estruturas presentes em Braga, consideramos correto designar por *ustrinum* as manchas de carvão delimitadas por um friso rubificado presente nas paredes da vala, articuladas com manchas acastanhadas originadas pela alteração da coloração do solo, que determinados autores afirmam ser o testemunho inequívoco de que a cremação ocorreu no local (Bel, 1996: 209; Bel *et al.*, 2009: 89-90).

Nos núcleos de necrópole estudados foram detetadas 107 estruturas tipo *ustrinum*, datadas entre o período de transição da Era até aos séculos V/VII. Neste conjunto, regista-se um maior número de estruturas associado aos núcleos da necrópole da Via XVII, com 91 estruturas, seguindo-se os núcleos de necrópole da Via XX, com sete estruturas, e, por fim, os setores de necrópole da Via XVIII com quatro estruturas. Convém mencionar que, até este momento, só se encontravam identificados *ustrina* para os núcleos de necrópole da Via XVII. Nos restantes setores, estas estruturas foram classificadas como sepulturas, interpretadas como depósitos secundários de cremação, interpretação que tivemos oportunidade de corrigir.

A estrutura melhor preservada, identificada no núcleo dos CTT/LSF, apesar de não ter sido detetada a sua extremidade nascente, por impossibilidade de prosseguir a escavação, media 2,08 x 1,85 x 0,26m, apresentando uma morfologia retangular, em que eram perceptíveis as paredes rubificadas. Esta estrutura revelou um pormenor interessante, na medida em que no rebordo sul foram identificadas duas marcas, de morfologia retangular, distanciadas por 0,40m, salientes em relação ao rebordo avermelhado (Figura 262). Julgamos que tal evidência poderá estar relacionada com o vestígio de um encaixe das traves de madeira que sustentariam a pira funerária, visto que também a bordadura desses encaixes se encontrava delimitada por uma película avermelhada.

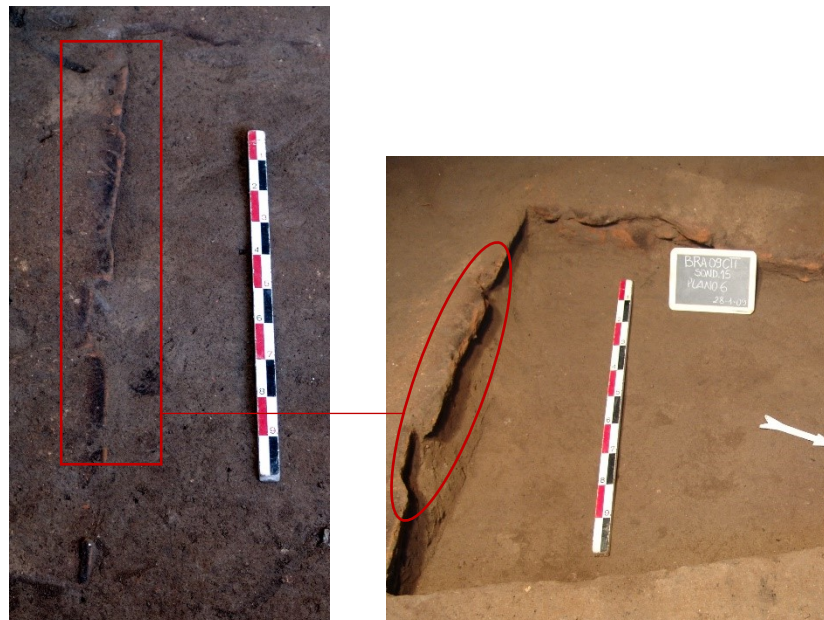


Figura 262 – Pormenor do recorte lateral do U022 (©UAUM).

Estas estruturas encontram-se bem documentadas em diversas necrópoles romanas, destacando-se as que surgem nos contextos franceses, onde os estudos dos núcleos de necrópole

têm já bem desenvolvido um conjunto de técnicas de registo de levantamento arqueológico e antropológico que permitem a recuperação de um conjunto de informações imprescindíveis sobre as práticas funerárias (Bel, 1996: 211; Blaizot, 2007: 147-148; Thuillier, 2007: 142-144). Surgem igualmente documentados *ustrina* em diversas necrópoles ibéricas, como as de Córdoba, Valência, Cádiz, Cinfães, Lisboa, Elvas (Abreu, 2002: 48-49; Duarte, 2003: 272; Vaquerizo Gil, 2002 e 2010; García-Prósper, 2015), e em Monteiras, Penafiel (Soeiro, 2009/2010: 19). De referir que todas as estruturas registadas apresentam cronologias entre o século I e o século III.

1.1.3 Os elementos de sinalização

As estelas funerárias constituem-se como o elemento de sinalização mais comum. No entanto, para além destas, há outras estruturas que servem de referenciais externos para a localização das sepulturas e das estruturas de combustão, formalizadas por depósitos de pedra, elementos percíveis e por condutas libatórias. A verdade é que estes três tipos de elementos de sinalização não ocorrem com muita frequência.

Como referimos acima, as estelas são por excelência os elementos de sinalização mais conhecidos do mundo romano e aquele que assume maior visibilidade e protagonismo (Tipo 1a; Apêndice 59). Nos núcleos de necrópole de *Bracara Augusta*, surgem monumentos epigráficos identificados *in situ*, em concordância com as regras estabelecidas pela conceção da morte no mundo romano. Serviam, simultaneamente, como elemento de sinalização da sepultura e como delimitador da existência do espaço funerário ao longo das vias. Contudo, a função das estelas não se esgota nestas duas funções, pois estes elementos serviram o propósito de honrar e comemorar a memória do defunto, de modo que a epígrafe personifica o indivíduo que desaparece transformando-se num elemento de recordação que se contrapõe à sua ausência física (Carroll, 2006: 30, Hope, 2001: 1-2).

Se é certo que as estelas marcavam o início do espaço sepulcral, a verdade é que nas necrópoles de Braga, e atendendo aos exemplos encontrados, eles parecem servir mais como uma espécie de “placard” informativo para enunciar os defuntos ali sepultados, do que como marcadores de um *locus religiosus*. Nos casos em que as epígrafes funerárias foram detetadas *in situ* - apenas cinco exemplares, todos associados com os núcleos da Via XVII – em apenas um foi possível estabelecer uma relação entre a sepultura e a estela que a sobrepunha. Nos restantes casos essa situação não se verifica. Com efeito, determinadas estelas, designadamente os

suportes que ladeiam um plinto, parecem disputar um lugar de prestígio na bordadura do eixo viário, encontrando-se estes monumentos dispostos de forma paralela e muito próximos uns dos outros. Assim sendo, a estela, enquanto monumento funerário, sem ligação à sepultura, não gozaria de proteção legal. O monumento seria provavelmente cuidado e protegido enquanto os herdeiros conseguissem manter relação com a estela e/ou com a sepultura. A partir do momento que a ligação familiar cessava, terminaria também a relação afetiva ou pessoal para com o defunto, pelo que rapidamente os monumentos perdiam a sua função, bem como se perderia o vínculo entre vivos e mortos, razão que talvez explique a quebra de algumas peças. Na verdade, os dados recolhidos parecem sugerir que tal deveria acontecer com frequência, a avaliar pelo número de estelas fraturadas à mesma cota, ação intimamente relacionada com as sucessivas remodelações e repavimentações da via, mas também pelos vestígios de estelas já partidas, integradas nas pavimentações tardias do eixo viário (Figura 263a). Outros suportes foram utilizados como elementos construtivos, tendo sido reaproveitados para a edificação das paredes dos drenos construídos sob a via romana (Figura 263b) ou, ainda, integrados nos enchimentos de colmatação de valas abertas no saibro (Figura 263c). Esta evidência arqueológica documenta que os monumentos epigráficos não tinham qualquer proteção do ponto de vista do enquadramento legal, uma vez que não eram considerados como elementos sagrados ou como depósitos dos restos ósseos dos indivíduos (Remesal Rodríguez, 2002: 372), e que deveriam existir ações cíclicas de limpeza dos espaços de necrópole, em que as estelas fraturadas seriam consideradas como meros elementos perdidos e sem qualquer utilidade funerária.

A par das epígrafes, identificou-se outros tipos de elementos de sinalização que funcionaram simultaneamente como elementos de cobertura das sepulturas. As evidências arqueológicas indicam que este tipo de estrutura, apenas identificada numa única situação (C003 – Tipo 2a; Apêndice 59; Parte II, p.205), deveria estar formalizada com materiais perecíveis. Em torno da sepultura foi detetada uma série de pequenas fossas, dispostas à volta da urna e cujos negativos eram bem perceptíveis no corte. Corresponderiam ao local de implantação de uma série de pequenos paus, fincados na terra, espetados em redor da urna, de forma a compor uma espécie de telhado, que poderia ser recoberto com colmo ou tégulas. Note-se que a urna não se encontrava totalmente encoberta pelos carvões, pelo que o seu topo estaria completamente exposto e desprotegido, encontrando-se acima da cota de circulação, o que reforça a necessidade de colocação de uma proteção. Pelo corte, também é perceptível que a parte correspondente ao topo da urna estava colmatada com terra. Este espaço foi progressivamente preenchido com terras

de infiltração, mesmo durante o uso da cobertura, fator que terá promovido a conservação dos pequenos buracos referido acima (Figura 264).



Figura 263 – Pormenores das estelas funerárias em contexto de reutilização na necrópole (©UAUM):
a. Estelas reutilizadas na via; b. Estelas nas paredes de drenagem; c. Estelas em valas de extração de saibro.



Figura 264 – Vestígios de possível cobertura em material perecível na C003 (©UAUM).

Foi ainda identificado um outro sistema que terá funcionado, ora como cobertura, ora como proteção da área ocupada pelos *ustrina*. Trata-se de um enchimento de pedras, dispostas

de forma caótica, aparentemente sem formalizar uma estrutura muito homogênea (Tipo 3a; Apêndice 59). Foram identificados dois tipos de disposições possíveis: acumulações de pedra que recobrem a totalidade da área de cremação (Figura 265a), ou uma espécie de alinhamento pétreo a delimitar a bordadura do *ustrinum* (Figura 265b). Encontramos paralelos para este tipo de estruturas nas necrópoles cordubenses, que Vaquerizo Gil identifica como tipo 20 das estruturas de carácter primário (2002: 153), ou nas áreas de cremação detetadas na Le Replat em Aime, no Ródano-Alpes (Blaizot *et al.*, 2009: 171). A forma como estes contextos primários parecem estar preservados e “marcados” leva-nos a considerar a possibilidade de os mesmos se terem constituído como sepulturas (*bustum*), que necessitavam de estar identificadas para posteriores rituais de comemoração e homenagem. A necessidade de proteger e salvaguardar este tipo de estrutura apenas faz sentido se a mesma fosse considerada um *locus religiosus* e, portanto, protegida pela lei, pelo seu carácter sagrado, em que seria percecionada como uma entidade inviolável com a qual não se deveria interferir (Hanut, 2014: 18; Laubry, 2016: 80). Todavia, continuamos limitados pela inexistência de dados de cariz antropológico que nos confirmem tal suposição. Ainda assim, dotar estas estruturas de um sistema de proteção mais duradouro e perene poderia contribuir para outorgar a sacralidade das mesmas. Este sistema encontra-se datado do período fundacional, perdurando apenas até aos meados do século I.

A única estrutura relacionada com o ritual de libação encontra-se consubstanciada por uma anforeta, colocada em posição inversa sobre o vaso ossuário C085 (Tipo 4a; Apêndice 59), funcionando como conduta para verter líquidos (Figura 266). Esta peça cerâmica, apesar de ligeiramente deslocada, estaria encaixada sobre a boca da urna. Muito embora esteja seccionada sensivelmente a meio, a anforeta estaria visível ao nível do solo, ligeiramente destacada em relação à superfície, pelo que consideramos que a mesma permitia a identificação da sepultura. Trata-se de um sistema que data da segunda metade do século I e não excluimos que existissem sistemas semelhantes, mas que infelizmente não se conservaram.

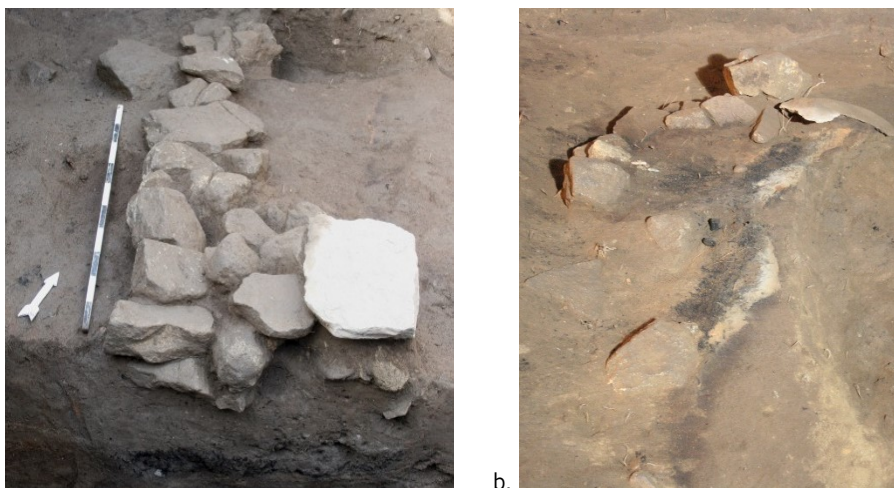


Figura 265 – Sistemas de cobertura em pedra dos *ustrina*: a. U072 (©UAUM); b. U018 (©UAUM).



Figura 266 – Conduta de libação da C085 (©UAUM).

1.1.4. Os edifícios funerários

Dentro desta categoria dos edifícios funerários foram encontrados dois tipos distintos de estruturas: os mausoléus e os recintos funerários.

Os quatro mausoléus identificados nos núcleos dos CTT/LSF, ITAVL e TAVL formalizam um tipo de construção com planta quadrangular ou sub-retangular, em estreita articulação com o eixo viário. Estas estruturas não apresentavam grandes proporções e as oscilações entre as dimensões assinaladas não são suficientes para dar origem à definição de variantes. A estrutura de maior dimensão apresentava 3,47 x 3,02m e a mais pequena 3,07 x 2,04m, ocupando áreas úteis totais que variavam entre os 4,98m² e os 3,57m².

No que respeita à cronologia, trata-se de estruturas fundadas entre os meados do século I (Fase IV) e o século II (Fase VI). A proximidade com a via conferia-lhes destaque e protagonismo

no conjunto da paisagem funerária, muito embora a sua localização acabasse por contribuir para a sua desafetação, uma vez que o contínuo processo de oscilação de traçado da via fez com que a mesma avançasse sobre estas construções na primeira metade do século III.

O mausoléu M01 (Ficha nº171; Parte II, p.269) corresponde à estrutura mais antiga e, por esse motivo, encontra-se bastante próximo da fachada poente da construção M02 (Ficha nº172; Parte II, p.182), que lhe é posterior. Estas estruturas parecem ocupar lotes de terreno de cerca de 12 pés de cada lado, encontrando-se distanciadas por um intervalo de cerca de 0,80/0,90m, distância essa que é mais curta entre o mausoléu mais antigo e a estrutura anexa, com apenas 0,50m (Apêndice 60). Se tivermos em conta a localização do mausoléu M04 (Ficha nº174; Parte II, p.152) e se transpusermos esta modelação de lotes, percebemos que até à segunda metade do século I não se verifica qualquer tipo de alteração relativa ao loteamento do terreno junto à via. É exatamente por este motivo que, no espaço junto à via, no lado norte, são poucas as sepulturas implantadas nas imediações da Via XVII, pois esses lotes, provavelmente mais dispendiosos, estariam reservados à construção de edifícios. Ao observar o posicionamento dos mausoléus na Fase IV e Fase V verificamos que os mesmos se encontram alinhados, virados à via, onde foram construídos em lotes paralelos entre si. Tal permite-nos equacionar que, durante o século I, o sistema de gestão dos lotes destinados à construção de edifícios funerários, junto à via, se manteve estável e sem variações (Figura 267).

Merece referência o facto de, ainda durante a segunda metade do século I, o lote situado a nascente do mausoléu M02 ter sido ocupado por sepulturas de cremação, num espaço que não corresponde exatamente à medida do lote. O posicionamento das sepulturas chamou a nossa atenção, visto que as mesmas surgem concentradas no canto SO do lote, estendendo-se ligeiramente para norte.

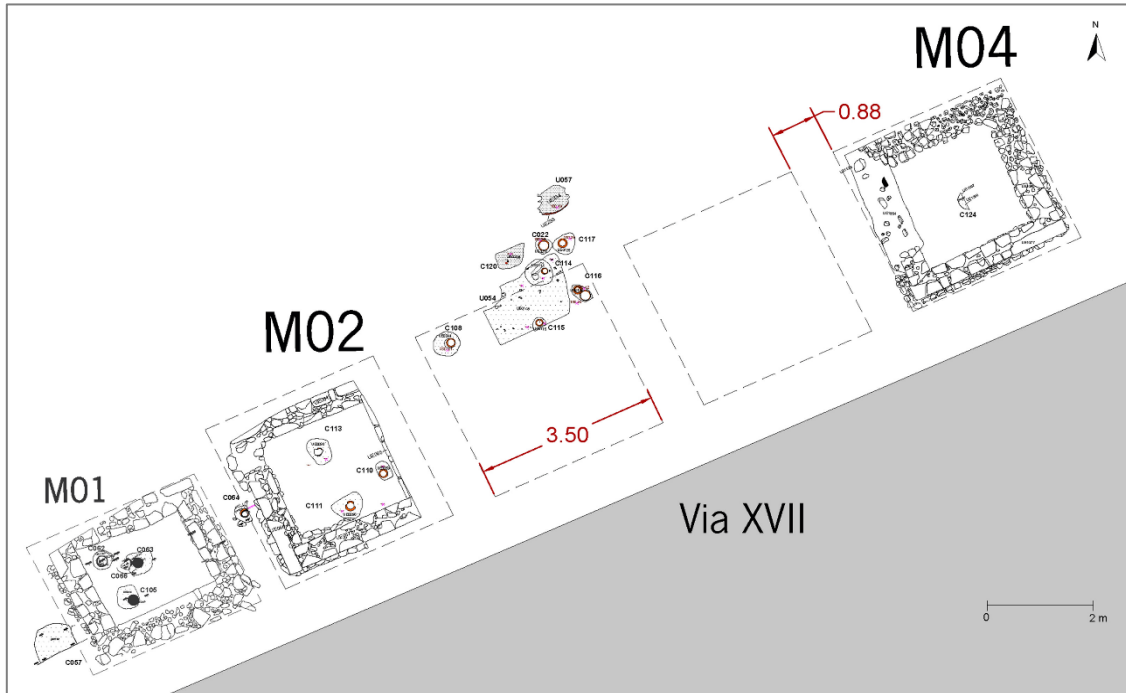


Figura 267 – Lotes para a implantação dos mausoléus nas Fases IV e V.

A passagem para o século II, neste ponto específico da necrópole da Via XVII, é marcada pela construção de um novo mausoléu (M03; Apêndice 60; Ficha nº173; Parte II, p.182), fundado sobre a concentração de sepulturas que referimos em cima. Estas sepulturas, que são integradas pelo novo monumento funerário, serviram, provavelmente, de referencial locativo para a implantação desta estrutura (Figura 268). De referir que os lotes, para além de sofrerem um desvio no sentido N/S de 2,18m, também se deslocam cerca de 1m para este.

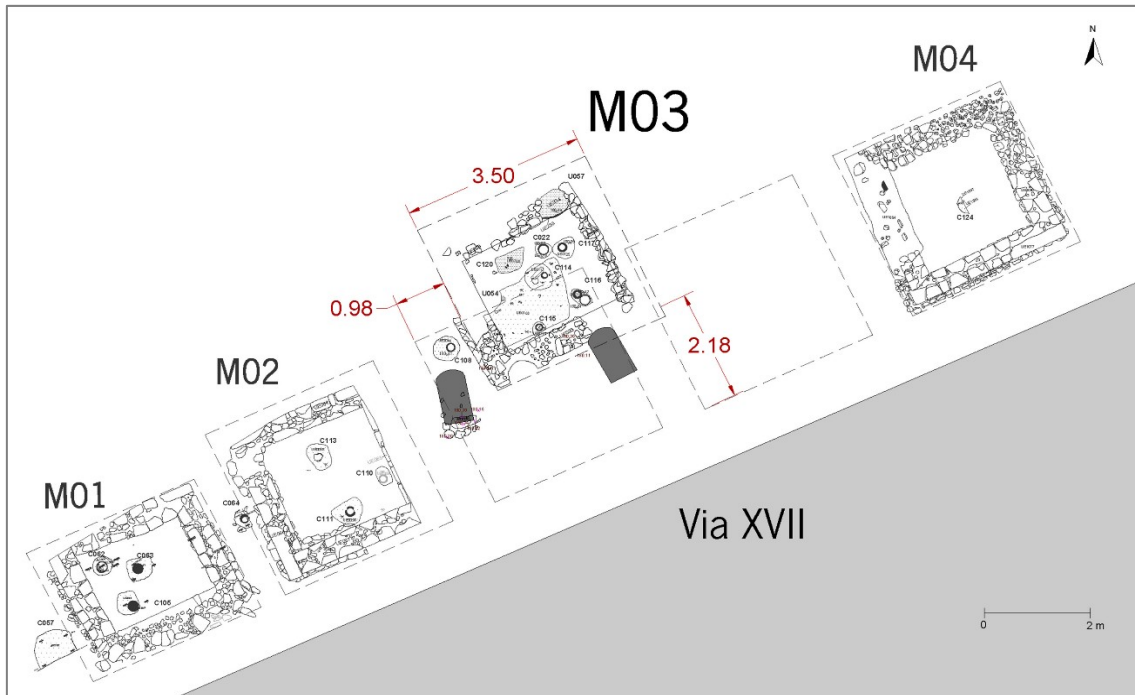


Figura 268 – Variação na modelação dos lotes dos mausoléus na Fase VI.

Na fase seguinte, verifica-se a completa desafetação de todos os mausoléus, traduzida no seu arrasamento, uma vez que o eixo viário, para além de receber uma nova repavimentação, sofre um deslocamento de cerca de 2,20m para norte.

No que concerne à reconstituição do aparato decorativo destas construções sublinhamos que não foi possível recuperar qualquer tipo de elementos arquitetónicos que permitisse a aproximação da volumetria e estilo dos mausoléus, tal como não foi possível averiguar qual a solução construtiva de cobertura. Dado que estes edifícios foram desafetados ainda em época romana, não conseguimos detetar as evidências relacionadas com as possíveis zonas de acesso ao interior dos espaços.

Os mausoléus destinavam-se a albergar no seu interior depósitos de cremação com urna, uma vez que a exiguidade das áreas úteis não permitia que o processo de cremação ocorresse no interior da construção. Todos os mausoléus identificados foram erigidos com recurso a blocos graníticos, aplicados não só para a estruturação dos alicerces, mas também nos muros, que ainda conservavam algumas fiadas de pedras. As paredes não exibiam um aparelho muito cuidado, pelo que supomos que as fachadas destes edifícios deveriam ser rebocadas. No entanto, seriam estruturas robustas, verificando-se em praticamente todas elas a mesma técnica construtiva, com a colocação de grandes monólitos de granito em todos os cantos do edifício, de forma a reforçar as esquinas.

Dentro do conjunto das estruturas exumadas, há uma, localizada no canto SO do núcleo da Cangosta da Palha, que não incluímos em qualquer tipo de categoria de estrutura funerária, por não ter sido possível perceber as características construtivas da estrutura, nem tão pouco perceber as suas dimensões, encontrando-se praticamente reduzido a um canto de estrutura. Na verdade, trata-se apenas de um muro, orientado O/E, aparentemente travado com um outro alinhamento que segue na orientação oposta e no qual foi incorporada uma conduta em material laterício que, pelo registo de campo, nos parece ser de secção circular, contando com 1,24m de extensão (Apêndice 6).

Uma outra categoria de edifícios identificada é constituída pelos recintos funerários, que manifestam uma grande heterogeneidade construtiva. Assim, não se verificam dois recintos iguais. Da mesma forma, na maioria dos casos, estes parecem surgir como meros acrescentos de estruturas precedentes. Estas construções assumem configurações trapezoidais, retangulares e quadradas, delimitando espaços com áreas úteis que variam entre os 5,2m² (R01; Apêndice 60; Ficha n°176; Parte II, p.274) e os 210,47m² (R06; Apêndice 60; Ficha n°181; Parte II, p.152).

Na sua maioria, os recintos encontravam-se em mau estado de conservação, praticamente reduzidos aos seus alicerces, facto que impede a identificação de qualquer tipo de alteração evolutiva. No entanto, onde foi possível detetar restos de paredes, as mesmas exibiam um aparelho pouco cuidado, construído com o recurso a blocos de talhe e forma irregulares, sem qualquer tipo de ligante nos interstícios, verificando-se a ausência de material laterício. Por não se encontrarem articulados com qualquer tipo de informação epigráfica, não nos é possível estabelecer uma categorização relativa à importância destas estruturas. Segundo a opinião de Ana Ruiz Osuna, dado que o recurso a este tipo de construção era transversal a todos os setores sociais, não se pode aferir o nível económico e social dos defuntos/famílias usando unicamente como argumento as amplas áreas de implantação das estruturas (2008: 415).

O estado de arrasamento dos edifícios também não nos permite perceber qual a solução encontrada para o sistema de cobertura, todavia, com base noutros exemplares, admitimos a possibilidade de estas estruturas terem sido mantidas a céu aberto, não comportando qualquer tipo de telhado, tal como acontece para os recintos funerários identificados em Córdoba, para os quais se entende que apenas seria necessário “*saltar los muros*” para aceder aos *loculi* (Vaquerizo Gil, 2002: 172).

Distribuímos os recintos em três grupos, que se baseiam essencialmente na morfologia da planta. Convém mencionar, no entanto, que a falta de homogeneidade construtiva destas estruturas dificulta a tarefa de se tentar encontrar eventuais paralelos.

No primeiro patamar, incluímos o recinto R08 (Apêndice 60; Ficha nº183; Parte II, p.153), identificado na necrópole da Via XVII. Trata-se de um espaço que delimitaria uma área de cremação, ao qual estão associados dois *ustrina* e que terá sido construído com recurso a materiais perecíveis, admitindo-se também a hipótese de o espaço ter sido apenas demarcado pela escavação de uma vala, mantida sem qualquer enchimento. A cova, de secção trapezoidal, de fundo plano, contínua, formaliza um recinto de forma quadrada, constatando-se, a norte, uma abertura que permitiria o acesso ao interior do mesmo. Este espaço, com uma área útil de 13,9m², encontra-se datado do período da transição da Era/inícios do século I.

Ao segundo conjunto, associamos todos os recintos de planta quadrangular, o que justifica a inclusão dos recintos R02 e R07, datados de períodos muito distintos.

A estrutura R02 (Apêndice 60; Ficha nº177; Parte II, p.270), arrasada já em época tardia, apenas foi reconhecida através da sua sapata, constituída por pedra granítica de pequena e média dimensão. Media cerca de 7m de comprimento total, por 6,77m de largura máxima, ocupando um lote de terreno com 47,73m², delimitando um espaço em que apenas se identificaram depósitos secundários de cremação que lhe são contemporâneos. Um dado que parece denunciar a presença de um espaço de circulação no interior do recinto é o facto de não se ter registado qualquer enterramento naquela que corresponde à área do corredor central, orientado N/S. Todas as sepulturas encontravam-se dispostas junto às paredes internas do edifício. Trata-se de uma construção da segunda metade do século I e que terá funcionado durante o século II.

Já o recinto R07 (Apêndice 60; Ficha nº182; Parte II, p.274) apresenta características construtivas bastante distintas, aliadas a um período de fundação igualmente diferenciado, que terá ocorrido entre os séculos V/VII. Assinalamos que para os séculos IV/V ou VII/VIII se encontra documentada a construção de um recinto funerário em Córdoba (Ronda del Marrubial), associado a sepulturas de inumação, que se localizavam no interior e no exterior do edifício (Ortega Pascual, 2016: 313-314). O R07 corresponde à estrutura mais afastada em relação à Via XVII, encontrando-se a 28m a norte do eixo viário (Apêndice 33). Apresenta uma planta quadrangular, ocupando um lote de terreno com 23,81m², com um alicerce composto por pedra granítica, de média dimensão, mais largo que o alinhamento formado pelas paredes, identificando-se, nas quatro esquinas, quatro silhares, bem esquadrados, em forma de paralelepípedo. Este alicerce era sobreposto na

totalidade por algumas fiadas de pedra correspondentes às paredes, formadas por quatro muros em alvenaria, exibindo aparelhos compostos por blocos graníticos de médias dimensões, de talhe sub-retangular. De referir que no paramento sul foram identificadas pedras de travamento. Todos os elementos construtivos encontravam-se agregados por uma argamassa de cor amarela, de matriz argiloarenosa. Este edifício, cuja solução de cobertura se desconhece, parece apropriar um lote de terreno ocupado previamente por duas sepulturas de inumação (Is008 e 011, Parte II, p.257 e 259). Não sabemos se conheceu, durante a fase correspondente à sua utilização, a deposição de mais estruturas funerárias, muito embora tenha sido identificada, sobre o aterro de demolição, uma caixa de tijolo (ES001) provavelmente associada a rituais póstumos, uma vez que não apresentava qualquer conteúdo.

Convém mencionar que acaba por ser curiosa a circunstância de se encontrarem identificadas tumulações coetâneas a este recinto, localizadas em torno do exterior do mesmo, o que parece reforçar a ideia de que o edifício ter-se-á constituído como um fator de atração para as mesmas. Estas inumações, aparentemente dispendiosas em termos do investimento construtivo, ocupam lotes de enterramento contíguos e chegam a recobrir-se ligeiramente. Esta situação acaba por ser estranha quando nas imediações existiriam lotes mais amplos e livres de construções funerárias precedentes, que proporcionariam uma construção mais desimpedida.

Neste grupo de construções, ainda incluímos o R03 (Apêndice 60; Ficha nº178; Parte II, p.271), recinto que terá sido construído em meados do século I. O edifício encontrava-se reduzido ao seu alicerce, composto por pedra granítica de média dimensão, num modo construtivo semelhante aos que detetámos para a edificação do recinto R02. Apenas se identificou aquilo que restava do muro norte, conservado em perfil e as sapatas sul e poente. A planimetria do edifício não foi totalmente recuperada pela impossibilidade de avançar com a escavação para nascente. No entanto, a avaliar pelo que foi escavado, o edifício ocuparia um lote com uma área total superior a 17m² (5,16 x 4,80m). Não foi detetada nenhuma sepultura coetânea da construção do edifício, embora se assinale a existência de três depósitos mistos de cremação, datados do século II, colocados no interior do espaço delimitado pelo recinto. Avaliando os dados estratigráficos, percebemos que parte do edifício, mais concretamente as paredes sul e oeste, foi parcialmente desmontado, nivelando-se aí o terreno para se disporem novas sepulturas. O muro norte mantém a sua integridade, pois funcionava como o limite sul da Via XVII.

Destacamos ainda, os três recintos de planimetria trapezoidal, com dimensões e tipos de construção bastante distintos.

O recinto R01 (Ficha nº176, Foto 3 e 5) constitui-se como um pequeno espaço localizado nas traseiras do edifício R02, construído com recurso a material granítico, sem afeiçoamento, formalizando aparelhos bastante irregulares, integrando na sua construção lascas de pedra, talvez provenientes do batólito granítico que colidia com o alinhamento norte do recinto. Desconhecemos se seria fechado a poente, embora tal pareça uma possibilidade dado que o paramento nascente integrava uma soleira que funcionava como elemento de ligação ao interior do R01. No interior deste espaço, com uma área útil estimada em cerca de 5,20m², foram identificados dois depósitos mistos de cremação. Trata-se de um recinto construído na segunda metade do século I.

Distinto dos anteriores é o recinto R06, com uma área útil de 210,47m² (Apêndice 60; Ficha nº181; Parte II, p.152). Localizado a nascente do recinto R05, no seu interior foram identificados *ustrina* e restos de depósitos secundários de cremação. Trata-se de um edifício do qual restavam as sapatas, conservadas de forma pontual. Num dos tramos do muro nascente, com cerca de 16m, foi identificada uma fiada do muro, em mau estado de conservação, composta por blocos graníticos, de talhe e forma retangulares. As sapatas apresentavam distintas técnicas construtivas. O canto NE do recinto, imediatamente a sul da via romana, terá sido reforçado através da colocação de grandes lajes graníticas (Ficha nº181, Foto 7), ao contrário da sapata detetada mais a sul, composta por pedra granítica de média dimensão (Ficha nº181, Foto 1). Trata-se de uma estrutura construída em meados do século I que poderá ter sido mantida em funcionamento até aos inícios do século III, ainda que a sua configuração original possa ter sofrido alterações. É precisamente a esta última fase que deverá estar associada a única estrutura de cremação de cronologia baixo-imperial que ali se identificou (U080; Parte II, p.162).

Uma outra construção de planta trapezoidal, o recinto R05, apresenta 13,38m de comprimento máximo, 5,18m de largura a norte, por 8,02m de largura no lado sul, onde é mais larga (Apêndice 60; Ficha nº180; Parte II, p.272). Ocuparia um lote de terreno com cerca de 106m². Tal como acontece com os restantes edifícios funerários, desconhecemos qual seria a solução encontrada para a cobertura, mas estamos certos que seria coberto e que formalizava um complexo recinto ritual, para já sem paralelo. O edifício sofreu diversas intervenções desde o momento da sua construção, em meados do século I, até ao período do seu abandono que deverá ter acontecido num momento coincidente com os finais do século II. Esta estrutura era contígua ao recinto R06, espaço em que foram identificadas algumas estruturas de cremação. Descartamos a hipótese de o mesmo se encontrar associado ao ritual de inumação devido à falta de vestígios metálicos e osteológicos que indiquem tal prática funerária. Assim, não excluimos a hipótese de o

edifício estar relacionado com a realização de rituais de homenagem e comemoração relacionados com a prática da cremação. Uma situação que adensa a nossa dificuldade em encontrar paralelos e que complica a atribuição clara da funcionalidade da estrutura é o facto de se encontrarem identificados, noutros recintos, compartimentos que, do ponto de vista construtivo, se assemelham aos recetáculos revestidos com *opus signinum* do edifício R05. A sul do recinto R06, no canto SE, do lado exterior, foi identificada mais uma caixa revestida com argamassa de material laterício moído, tal como surge documentado para a estrutura R04, evidenciando estas caixas o mesmo módulo construtivo.

A identificação desta espécie de caixas, reconhecidas e assinaladas numa ampla área de terreno, associadas a construções funerárias, ocupavam provavelmente a totalidade da plataforma norte do santuário da Fonte do Ídolo.

O recinto R05 corresponde a um edifício que comporta dez caixas estanques revestidas por *opus signinum*, sendo de destacar que este tipo de estrutura não parece ser estranha nos contextos funerários peninsulares, pese embora as suas distintas cronologias e tipologias construtivas. Assim, surgem documentadas estruturas que assumem morfologias retangulares, revestidas com *opus signinum*, nas necrópoles de Cádiz. Nesta cidade, estas estruturas que se definem como “piscinas”, encontram-se localizadas extramuros, em pleno espaço funerário e são construídas, na sua maioria de forma isolada, em alguns casos associadas a condutas e a poços. Apresentam um sistema de acesso escalonado, localizado nas extremidades da caixa, com dimensões que chegam aos 4m de comprimento, por 1m de largura. São estruturas datadas de um período cronológico preciso, entre o século II e o I a.C., desaparecendo nos alvores da época imperial. Trata-se de espaços ligados a cultos de purificação dos indivíduos após a realização das cerimónias fúnebres que, segundo Ana María Mariñas e Verónica Gómez Fernández, remetem para uma tipologia de edifícios de tradição gaditana, associada a rituais lustrais, fortemente influenciada pelos padrões funerários de cariz oriental e tardo-púnico (2010: 517-520).

Internamente, e apesar das várias remodelações e acrescentos, o recinto exhibe uma simetria evidente, em que a solução de compartimentação verificada na sua metade nascente é replicada, de forma idêntica, a poente. As caixas, com cerca de 2 x 1 x 0,80m (com ligeiras variações), revestidas na totalidade com *opus*, estariam rebaixadas em relação à cota de circulação, marcada pela existência de uma soleira integrada na parede norte do recinto, à cota de 179,91m, e que permitia o acesso ao interior do espaço diretamente a partir da Via XVII.

Por se encontrar quase totalmente destruído pelas fundações dos edifícios contemporâneos, não foi possível recuperar informação suficientemente esclarecedora relativa ao recinto R04 (Ficha nº 179). Esta estrutura insere-se na categoria de edifícios funerários, no entanto, desconhecemos como seria a sua planta original. O recinto apenas conserva o seu limite norte e parte de alguns alinhamentos que definem as compartimentações internas o espaço. Foi reconhecida aquilo que seria uma caixa revestida a *opus signinum*, que tapava parte do paramento sul do muro norte do recinto. O edifício terá sofrido diversas intervenções arquitetónicas, patentes na análise das características construtivas do muro norte o que permitiu esclarecer que o mesmo terá sido fechado num momento tardio. Assim, o recinto teria uma entrada na segunda metade do século I, acesso este que facilitaria a comunicação com a Via XVII, localizada a 17m a norte do mesmo.

Esta estrutura, certamente já nos inícios do século IV, terá sofrido diversos processos de remodelação, possibilitando a colocação de algumas estruturas de inumação no seu interior, como veio a suceder com a sepultura I007, localizada no interior de um compartimento do recinto, implantada precisamente junto a uma das novas paredes. Pela área intervencionada, este recinto ocuparia um lote de terreno superior 40,78m².

O incremento construtivo nas necrópoles de *Bracara Augusta* parece situar-se entre os meados do século I e a segunda metade do século II, seguindo-se um período de decréscimo acentuado, só se reconhecendo a construção de mais edifícios funerários em pleno período suevo-visigótico.

Todas as construções, das mais antigas às mais tardias, apresentam uma orientação cardinal, pelo que os eixos viários certamente influenciaram a sua edificação.

Verifica-se que a ocupação dos lotes mais próximos da via é reservada à construção de mausoléus. Torna-se, portanto, evidente que o estratégico posicionamento destes monumentos se relaciona com o desejo de autopromoção das elites, com alto poder aquisitivo, que lhes permitia a aquisição das áreas funerárias mais caras, transmitindo um claro sinal de poder não só económico, mas também sociopolítico.

Já com os recintos funerários, cujo investimento construtivo seria menos avultado, admite-se que fossem mantidos a céu aberto, encontrando-se localizados em contextos mais periféricos, assumindo um papel secundário na hierarquia das construções funerárias, sendo certo que surgem da necessidade de delimitar espaços de enterramento coletivo. Até ao momento, por falta de evidências epigráficas, não nos é possível perceber se estes recintos, identificados

arqueologicamente, se encontram em concreto associados a grupos familiares ou de cariz profissional. Aliás, agregações como os colégios funerários não seriam estranhas no contexto de *Bracara Augusta*, aspeto que trataremos no ponto 4 deste capítulo.

Exceção a esta regra é o recinto R05 que, apesar de ocupar um lote a sul da via, é construído em estreita relação com o eixo viário. Embora localizado na plataforma contrária, ergue-se em frente ao conjunto de mausoléus edificadas na bordadura norte. O período de construção e uso deste recinto é curiosamente coincidente com o programa de investimento na construção de edifícios de carácter familiar, que também cessa no século II, quando o mausoléu M03 é desafetado na totalidade pelo segundo avanço da via para norte.

O período baixo-imperial é efetivamente aquele que marca o declínio construtivo nas necrópoles, coincidente, mais uma vez, com a diminuição do número de estelas funerárias, que são frequentes no período anterior, pelo menos na necrópole da Via XVII. Talvez a extensão da cidadania romana por Caracala possa constituir-se como um fator a ter em conta, uma vez que a suposta visão igualitária de direitos e deveres acabaria por colocar todos os cidadãos num nível social mais “paritário”, deixando o monumento de ser um fator de diferenciação social, pelo que já não faria sentido reforçar esta hierarquização de estatutos sociais.

1.1.5. As estruturas de tipo indeterminado

Nos contextos funerários romanos da cidade de Braga foram identificadas algumas estruturas, claramente veiculadas com o mundo da morte, mas cuja funcionalidade nos escapa. Estas estruturas foram detetadas exclusivamente nos sectores de necrópole da Via XVII, talvez por esta ter sido a mais extensivamente escavada.

Neste núcleo, foram descobertas duas robustas sapatas, sem relação entre si, compostas por pedra granítica, disposta de forma imbricada, com orientações distintas, uma OSO/ENE (UE0419), ao contrário da outra NO/SE (UE3604), ambas localizadas na plataforma a sul da via, rasando a sua bordadura (Figura 269). Pelo seu posicionamento e morfologia, julgamos que estes embasamentos podem estar relacionados com a colocação de monumentos funerários, certamente voltados à via, mas cuja tipologia não é recuperável. Ambos os alicerces estão atribuídos à segunda metade do século I precisamente num período coincidente com a edificação de um maior número de monumentos funerários.

Merece referência, neste apartado, a identificação de três anforetas, de produção local, em cerâmica comum grosseira, de fundo plano, morfologicamente semelhantes, que se encontravam encaixadas no solo. No local em que se acharam estas três peças (designadas por SEP.CXLII, UEs2165, 2166 e 2167), datadas da segunda metade do século I, não foi possível recuperar qualquer tipo de relação com outra estrutura funerária, localizada sobre ou sob as referidas peças (Figura 270). Depois de fincar os bordos no solo, os fundos, voltados para cima, foram partidos. A escavação do interior das peças permitiu a recuperação da quase totalidade dos fragmentos, pelo que se deduz que estas anforetas não deveriam ter qualquer tipo de conteúdo. Para além dos fragmentos de cerâmica, não foi identificado qualquer tipo de vestígio osteológico, nem no interior das anforetas, nem no seu exterior. Certamente que esta deposição intencional se relaciona com um tipo de ritual que não é possível clarificar, pelo que suspeitamos que estivessem relacionadas com rituais póstumos de lembrança aos defuntos.



Figura 269 – Pormenor da sapata UE3604 (©UAUM).



Figura 270 – Aspeto das três anforetas do núcleo CTT/LSF em campo e após tratamento laboratorial (©UAUM e autora).

1.2. O espólio funerário dos contextos de cremação

Os objetos encontrados em contexto funerário resultam de deposições intencionais operadas pelos intervenientes num funeral ou nas comemorações posteriores a tal acontecimento. A presença de determinado tipo de objeto, no exterior ou interior de uma sepultura, para além de não corresponder a um ato fortuito, resulta de uma escolha carregada de significado. A peça depositada ou introduzida num espaço sepulcral acaba por se transformar num símbolo material, manipulado e usado por uma determinada comunidade, mas também se torna num elemento representativo das conceções relativas ao universo da morte desse mesmo grupo. Em última análise, os objetos identificados numa sepultura, ou aqueles que com ela estão articulados, acabam por se converter em símbolos que ligam o defunto ao seu universo cultural, pelo que se assumem como símbolos da sua identidade (Hanut, 2014: 38; Pearce, 2015: 239).

No estudo dos espólios, importante para o apuramento cronológico, consideramos que é também essencial conseguir identificar o contexto em que as peças aparecem, em que posição se encontravam e o estado de conservação das mesmas, pois tal é fundamental para determinarmos o momento em que os objetos são introduzidos nas cerimónias, de forma a ser possível não só a reconstituição dos distintos procedimentos fúnebres, mas também a verificação, ou não, da sua concretização. Por essa razão, a qualidade de registo é um dos aspetos mais importantes, de modo a conseguirmos reconstituir a posição da peça no interior de uma qualquer estrutura funerária.

O conjunto de espólios recolhidos em contexto de necrópole permite-nos conhecer mais sobre as crenças funerárias do grupo que manipulava um conjunto diverso de objetos, os quais, por participarem neste tipo de cerimónias, não seriam reintegrados nos contextos de uso dos vivos.

Após cumprida a sua função ritual, estes objetos seriam abandonados nas áreas de necrópoles dada a carga nefasta que passavam a deter (Hope, 2009: 83; Tranoy, 2009: 112).

Assim, a seguinte exposição não pretende constituir nenhuma reavaliação das cronologias dos materiais, uma vez que eles se encontram estudados em anteriores trabalhos académicos já publicados, mas sobretudo para valorizar o contexto em que os materiais surgiram, fora ou dentro da urna, sobre ou sob carvões, distinguindo-se também a forma como são encontrados e as marcas que exibem, as quais podem denunciar o momento em que os mesmos foram introduzidos e usados no decurso dos procedimentos rituais.

1.2.1. As cerâmicas

As cerâmicas correspondem aos objetos mais frequentes em contexto de necrópole, assumindo distintas formas e funcionalidades.

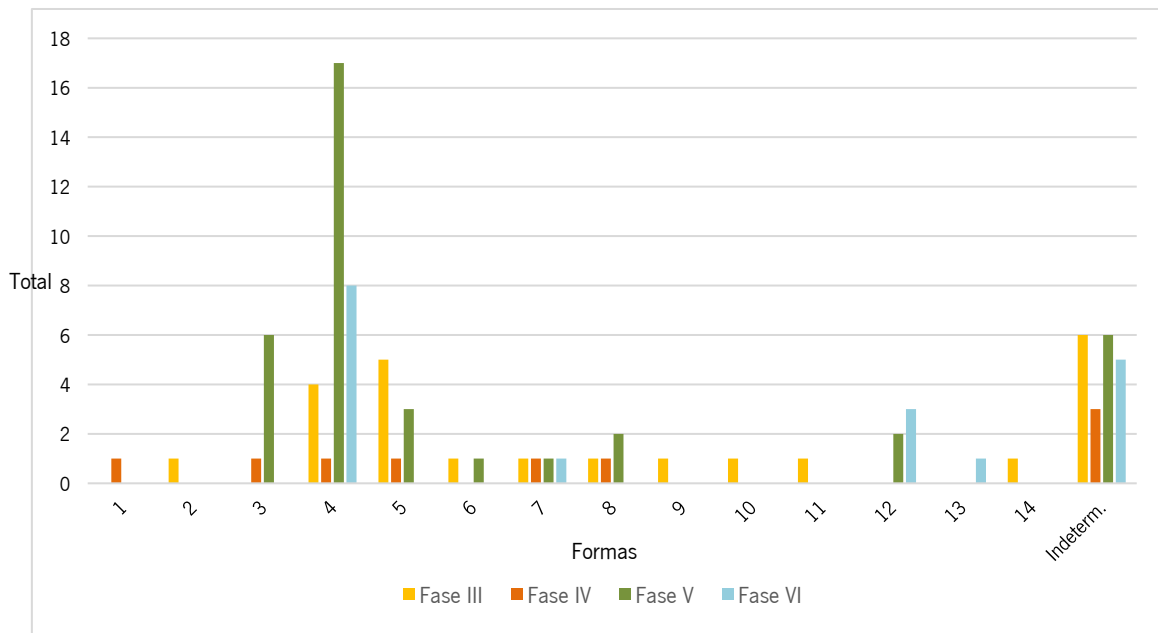
Um dos primeiros objetos que queremos destacar é a urna. Até ao momento, os depósitos mistos de cremação apenas estão presentes em alguns núcleos de necrópole da Via XVII (CTT/LSF, ITAVL e TAVL). Correspondem, na sua maioria, a peças em cerâmica comum, cuja frequência é bastante elevada, servindo como recetáculo dos restos ósseos do defunto, posteriormente depositadas nos fundos das covas, recobertas pelo enchimento de carvões originado pelo processo de cremação. Trata-se de peças com pastas de cor alaranjada e castanha clara, com desengordurantes abundantes, usadas com maior frequência no período alto-imperial (Gráfico 2).

No que concerne às formas, são essencialmente potes de uso quotidiano, pertencentes às louças de cozinha ou de mesa, idênticas às que seriam usadas em ambiente doméstico, relacionadas com o uso culinário e com a armazenagem dos alimentos. Não apresentam qualquer tipo de decoração exterior e as superfícies podem ser alisadas, embora não exibam qualquer tipo de brilho, sendo por vezes cobertas com um ligeiro engobe ou aguada (Morais *et al.*, 2013: 315-325). Uma situação comum a todas as peças, sem exceção, desde os potes aos púcaros, é a total ausência de qualquer vestígio de desgaste ou marca de uso, o que parece indiciar que as peças foram adquiridas para servirem uma única função: a funerária. O conjunto mais representativo de urnas integra peças com perfis em S, com curvatura contínua, cujos perfis podem ser curtos ou alongados, com bordos rasos ou esvasados que podem admitir uma aba, ligeiramente soerguida (Formas 1 a 8; Apêndice 61), com fundos planos ou simplesmente alteados, representando cerca

de 65,9% do total de peças analisadas, ou seja, 58 peças cerâmicas de um total de 88 contentores funerários recuperados (Gráfico 2).

Cabe destacar neste âmbito, as urnas em cerâmica que formalizam as formas 9 e 10 (Apêndice 61). A forma 9 é representada por um pote, com um perfil atípico, com bordo reentrante simples, em pasta micácea, de produção indígena (C012 – n°inv.2008.0342). Já a forma 10 surge designada como tigela de “tipo Corredoiras”, de produção indígena, com bordo reentrante e engrossado (C092 – n°inv.2009.0444) (Fernández Fernández, 2008: 231, Fig.5, n°6; Morais *et al.*, 2013: 320, n°21). Trata-se de formatos que parecem reproduzir as peças típicas do mundo castrejo da região bracarense, datadas do período de transição da Era até aos inícios do século I, que se encontram igualmente presentes nos castros, relacionadas com os primeiros enterramentos implantados nas áreas de necrópole, cujos defuntos/famílias deveriam proceder do substrato castrejo (Morais *et al.*, 2013: 325).

Gráfico 2 - Total de urnas por formas e por fase cronológica.



Ainda no que concerne às urnas, destacamos uma outra forma (Forma 11; Apêndice 61), também ela excepcional, como é o caso de uma jarra, de produção indígena, com pasta micácea, de paredes grossas e toscas, exibindo alisamento exterior recuperada na sepultura C013 (n°inv.2008.0343 - Morais *et al.*, 2013: 315; Ficha n°013).

Determinados potes, usados como urnas, exibem evidentes problemas de fabrico, o que talvez pode ter contribuído para que se tornassem em peças mais baratas ou acessíveis, tal como o demonstram as urnas dos depósitos mistos de cremação C027 (Ficha nº020; Figura 271; Parte II, p.214) e C047 (Ficha nº029; Parte II, p.223), em que as paredes se encontram amolgadas e existem desequilíbrios ao nível do bordo. Estes vasos ossuários estavam cobertos por pedras graníticas, pouco afeiçoadas, cujo peso acabava por provocar a quebra quase total dos bordos, encontrando-se esses fragmentos no interior dos potes, junto aos ossos. Este sistema de fecho é recorrente entre a Fase III e a VI. Pouco frequente, era o recurso a fragmentos de material de construção como tampa das urnas. Com a mesma funcionalidade foram recuperados testos em cerâmica comum, que recobriam a totalidade da boca dos potes, com as pegas voltadas para o interior da urna, ou para o exterior. De ocorrência única, é o sistema de fecho verificado nas cremações C023 e C036 (Fichas nº017 e 025 - Parte II, p.212 e 218 respetivamente). Na primeira estrutura, a urna foi recoberta com recurso a um segundo pote, de tipologia idêntica, colocado sobre o seu bordo, em posição invertida. Na segunda, foi usada uma taça em cerâmica comum fina.



Figura 271 – Vistas de pormenor dos distintos defeitos de fabrico da urna da sepultura C027 (©autora).

Alguns destes contentores ossuários exibiam vestígios de uma prática que consiste na abertura intencional de um orifício em diferentes partes dos recipientes. Este tipo de evidências encontra-se referenciado noutros locais do mundo romano, como parece acontecer nas necrópoles francesas, correspondentes ao território do norte da Gália, onde parece estar relacionado com eventuais práticas libatórias, que decorriam durante e após o funeral, ou com a ideia de libertação do espírito do defunto (Blaizot, 2009: 183; Blaizot *et al.*, 2009: 221; Blaizot *et al.*, 2009a: 201-203).

No conjunto estudado, conseguimos verificar que duas urnas exibiam este tipo de orifício no fundo (Figura 272), enquanto noutros cinco casos este tipo de perfurações surge nas paredes (Figuras 273 e 274). Os orifícios são pequenos, exibindo diâmetros pouco regulares, que variam entre os 0,5 e os 2cm, executados num movimento de fora para dentro, o que provoca um destacamento da parede interior da pança da urna, pelo que a patina da pasta em torno do orifício não apresenta qualquer tipo de descoloração, facto que denuncia a antiguidade da marca. Conseguimos perceber que na maioria dos casos, para executar a perfuração, deverá ter sido usado um objeto firme e delgado, talvez um prego, que não provocaria qualquer outro tipo de lesão na peça. No entanto, verificam-se situações em que a ação para a abertura do orifício deve ter sido executada com objetos mais pesados e algo rombos, o que acabou por provocar um fissuramento da totalidade da urna (Figura 274).



Figura 272 – Pormenor da perfuração localizada no fundo da jarra – C013 (©autora).



Figura 273 – Abertura de um orifício na parede de uma urna, com pormenor do ponto de impacto – C062 (©autora).



Figura 274 – Perfuração localizada na parede da urna com detalhe do ponto de impacto – C065 (©autora).

Merece ainda referência a Forma 14 (Apêndice 61), forma não cerâmica, que corresponde a uma urna granítica, cujo paralelo se encontra na região da meseta espanhola, cujos exemplares, apesar de mais toscos, são praticamente idênticos à peça recuperada na C098 (Ficha nº050; nºinv.2008.0495). Corresponde a uma peça granítica, de forma ovoide, com 0,63m de altura, seccionada sensivelmente a meio, com interior definido por uma concavidade que albergava os ossos cremados, um unguentário em vidro, incompleto e uma moeda cunhada em *Celsa Sulpicia*, datada de 27 a.C. a 14 d.C.¹³. O conteúdo da urna foi selado com chumbo, material que revestia também os grampos de ferros que uniam as duas partes do contentor funerário (Martins *et al.* 2009: 42; Braga, 2011: 257; Morais *et al.*, 2013: 320; Braga e Martins, 2015: 306).

O recurso a urnas funerárias, como depósitos ossuários, cessa nos finais do século II, embora a prática da cremação se tenha mantido.

O conjunto de objetos em cerâmica comum fina, em cerâmica comum ou em cerâmica bracarense é, sem margem de dúvida, aquele que é mais numeroso. São abundantes os copos, púcaros, potinhos, bilhas e pratos, de fabrico local, cujas formas denunciam a sua função de contenção de alimentos líquidos e sólidos que seriam usados em momentos de comensalidade no decorrer dos funerais (Apêndice 62). Estas peças seriam abandonadas, normalmente, sobre as áreas de pira, ou colocadas à mistura com os carvões dos depósitos secundários. A recuperação destes materiais encontra-se referenciada em todas as necrópoles estudadas, tal como acontece, por exemplo, no núcleo da rua do Caires (1979/81), na sepultura C137, em que foram depositados três copos, em cerâmica comum fina, datados dos séculos I/II

¹³ Informação gentilmente fornecida pelo Dr. David Mendes

(n°inv.1991.0999/1005/1016) à mistura com os carvões, na estrutura U103, onde foi depositada uma bilha, inteira, em cerâmica comum fina, datada do século III (Ficha n°204; n°inv.1991.0928; Delgado *et al.*, 2009: 76), ou no núcleo da Avenida Central, onde no U104 foi depositado um considerável conjunto de espólio, que, embora fragmentado e acumulado numa extremidade do *ustrinum*, permitiu a recuperação de diversas tigelas em cerâmica comum e bracarense, datadas da segunda metade do século I (n°inv.1997.1345, n°inv.2001.1312 e 2001.1313 – Figura 275 a, b, e c, e de dois bordos de copo, em cerâmica comum fina (n°inv.2001.1311/1352 – Figura 275d e 275e, à mistura com diversos outros materiais. Merece destaque uma peça excepcional, compósita, em pasta caulínica, de produção local que designamos de *kærnos* (Ficha n°197; n°inv.2009.0023), associada à necrópole da Via XVII. Encontrava-se no aterro de carvões do *ustrinum* n°073 e, originalmente, seria formada por cinco potinhos, dos quais se mantêm três, que sobrepõem e comunicam através de uma base tubular, de forma circular. Trata-se de um objeto que se aproxima morfologicamente do universo cultural grego e que, pela sua forma, estaria associado a libações ocorridas em rituais religiosos. O facto de ter sido produzido com barros locais confirma que o mesmo foi produzido localmente por um oleiro que conhecia a técnica de produção da peça (o que o obrigaria a conhecer a forma) ou por um grego, embora não se tenha identificado qualquer marca de oleiro que evidencie tal hipótese. De referir que este tipo de peça não parece ser estranho nos contextos funerários de época romana perto de *Bracara Augusta*, visto que em Monte Mozinho encontra-se referenciada uma peça, interpretada como “candeeiro”, encontrada na sepultura 36, escavada em 2004, formada por três potinhos, assentes sobre orifícios existentes no pé e que sobrepunham uma base triangular alta (Carvalho, 2008: 98-99). Uma outra peça semelhante, embora de tipologia distinta, surge documentada na necrópole de Monteiras (Penafiel). Trata-se de um *askos*, de produção local, datado dos finais do século I à primeira metade do século II, que reproduz peças originalmente gregas, com uma longa duração (Soeiro, 2009/2010: 119).



Figura 275 – Espólio do U099, respetivamente: a. 1997.1345; b. 2011.1312 c. 2001.1313; d. 2001.1311; e. 2011.1352 (©MDDS).

Nos conjuntos de espólio dos contextos de necrópole bracaraugustanas, também se reconhecem peças de cerâmica cinzenta fina polida, cuja frequência é, todavia, mais reduzida quando comparada com a das produções que acabamos de enunciar. Estas peças, na sua maioria potinhos, surgem em distintos contextos, ora depositadas sobre as áreas de cremação (U107), integradas nos aterros de carvão dos depósitos secundários (C070; Ficha nº039), colocadas no topo dos enchimentos, ficando expostas ao nível da superfície (C008; Ficha nº008), ou até dentro de urnas, embora esta situação tenha sido referenciada apenas uma vez (C026; Ficha nº019).

Os mobiliários funerários integram ainda um conjunto de cerâmicas designadas de “paredes finas”. Trata-se de cerâmicas normalmente de fabrico local, realizadas com argilas provenientes da região do Prado, que imitam formas de paredes finas de fabrico bético (Delgado *et al.* 2009: 33). Esta produção apenas foi documentada nos núcleos de necrópole da Via XVII, onde as formas mais frequentes se destinavam a conter líquidos. Encontramos estas peças integradas nos aterros de carvões que recobrem os depósitos mistos de cremação ou nos aterros dos *ustrina*, onde se verificam algumas particularidades. No *ustrinum* U010, observou-se uma evidente acumulação de material cerâmico disposto sobre os carvões, do qual se destacam os copinhos de paredes finas Mayet XLIII e XLV (Ficha nº186; nºinv.2009.0209 e nºinv.2009.0210), de produção local que, apesar de partidos, não apresentavam qualquer tipo de marca de uso, embora um deles exiba uma ligeira calcinação na parede exterior (nºinv.2009.0210).

Outro copinho, recuperado na estrutura U026, forma Mayet XLV, de Mérida (Ficha nº190, Foto 4; nºinv.2009.0349), apesar de partido, apresenta marcas de fogo num dos lados exteriores da peça. A verdade é que não conseguimos apurar se tais marcas resultam de um defeito no

processo de cozedura da peça, até porque esta peça é torta, ou se tal poderá relacionar-se com o facto de a peça ter sido colocada sobre a pira, num momento em que a mesma não se encontrava inativa.

No conjunto dos seis exemplares de paredes finas recolhidos nos depósitos mistos de cremação, apenas um foi colocado no interior da urna (C036; Ficha nº025; nºinv.2009.0723). Este copinho, de forma Mayet XXXVIII, conservado inteiro, apresentava marcas de fogo, um pouco por toda a peça. Não conseguimos perceber se esta situação resulta de o mesmo ter estado em contacto direto com o fogo, em contexto funerário, ou se estará associada a um defeito de fabrico.

As restantes peças encontravam-se envolvidas pelos carvões das sepulturas de cremação em cova, o que faz com que algumas delas apresentem fraturadas. Não é o caso da taça, de produção bética Mayet XXXIV, tipo casca de ovo (C065; Ficha nº038; nºinv.2009.0400), recuperada inteira. Trata-se de uma taça para beber, de fina espessura, pelo que estranhámos as marcas de fogo que apresenta no seu exterior. Merece ainda destaque o copinho de Mérida, forma XLIII, decorado com lúnulas (Ficha nº033, Foto 4; nºinv.2009.0204), que não apresentava qualquer tipo de marca de uso ou de fogo e que foi depositado sobre o aterro de carvões do depósito secundário C057.

As lucernas constituem uma categoria de cerâmicas que assume um lugar significativo nos contextos funerários. São abundantes e estão ligadas ao simbolismo que as vincula com o universo funerário pela ideia de que poderiam iluminar o defunto no caminho para o outro mundo, assumindo-se como a *lux perpetua* (Hanut, 2014: 50). Conforme referimos, encontram-se com bastante frequência em distintos contextos, ora completas dentro de urnas, ora fragmentadas e dispersas entre os enchimentos resultantes da cremação ou, ainda, depositadas sobre os depósitos de cremação. Estes três casos surgem documentados em praticamente todas as necrópoles de Braga.

No núcleo da Avenida Central (1994), na sepultura C135 (Ficha nº064; Parte II, p.303), uma lucerna vidrada, Dressel 20, de produção local, encontrava-se no interior da caixa de tijolo, tapada por um bloco granítico. Não apresentava qualquer tipo de marca de uso ou de fuligem na zona do bico (Morais, 2004, vol. II: 343; Ficha nº064; nºinv.1994.0899), pelo que terá sido adquirida para ser integrada em contexto funerário.

Nos núcleos de necrópole em que se identificaram os depósitos mistos de cremação, é rara a circunstância em que se detetou a inserção de lucernas no interior das urnas funerárias. Dos 88 vasos ossuários, apenas dois (Cs032 e 045) apresentavam lucernas depositadas junto

aos ossos cremados, em perfeito estado de conservação, sem qualquer tipo de marcas de uso (n°inv.2009.0264 e 2009.0726 – Figura 276).

As lucernas parecem ter sido integradas nas estruturas funerárias em distintos momentos dos rituais funerários. É frequente encontrar fragmentos de lucernas associados às áreas de cremação, completamente calcinadas (Apêndice 63). Tal surge documentado no U021 (n°inv.2009.0018 – Figura 277a), ou no U066 (n°inv.2009.0003 – Figura 277b). No entanto, há situações particulares em que não é possível situar a inserção das lucernas em determinado momento do decurso do funeral, depreendendo-se que deverão ter sido introduzidas em contexto funerário numa fase em que o processo de cremação já havia cessado. Estes objetos foram depositados sobre os carvões e não apresentam qualquer tipo de dano (Apêndice 63). Tal acontece com as três lucernas encontradas no aterro de carvões do U001 que, para além de não apresentarem vestígios de uso, não exibiam qualquer marca de fuligem ou qualquer outra evidência reveladora de uma exposição ao fogo (Ficha n°185, n°inv.2008.0688/0689 e n°inv.2009.0697). Atendendo a estes dados, parece-nos que as peças foram depositadas num momento de comemoração posterior ao funeral, ou num momento de homenagem e celebração ocorrido numa fase posterior.



Figura 276 – Duas lucernas sem qualquer marca de uso: a. 2009.0726; b. 2009.0264 (©autora).

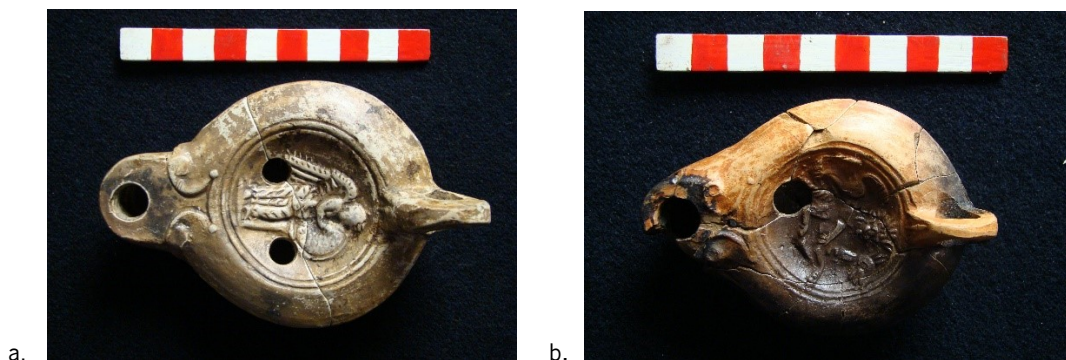


Figura 277 – Lucernas com marcas de exposição prolongada ao fogo: a. Lucerna da U021; b. objeto encontrado no U066 (©autora).

No que concerne à datação, é possível verificar que as peças com cronologias mais antigas correspondem a lucernas oriundas dos circuitos de importação, algumas de procedência itálica, grupo no qual se enquadram as formas Loeschcke IA (C129, Ficha nº061, Foto 4, nºinv.2008.0308; U012; Ficha nº187, nºinv.2009.0604), datadas da fase augusto-tiberiana e a forma Loeschcke IB (U012; Ficha nº187, Foto 3, nºinv.2009.0526), datada de Tibério até Cláudio. Também foram recuperadas lucernas derivadas da forma Dressel 3, de produção bética, que parecem inspiradas nos modelos itálicos (nºinv.2009.0191 e 2009.0264), para as quais alguns investigadores sugerem o seu aparecimento posterior ao término das importações itálicas (Morais *et al.*, 2013: 316). Estas peças surgem também em contextos diversos, ora colocadas junto do defunto durante a cremação, ora depositadas sobre os carvões dos depósitos de cremação, sendo perceptível, através do seu estado de conservação e da ausência ou presença de marcas de fogo, que foram introduzidas em distintas fases do ritual.

O contínuo uso das necrópoles, a par de uma constante repetição de comportamento rituais, expressa-se na manutenção do uso das lucernas nos contextos de cremação entre os séculos II e IV. No entanto, nas fases mais tardias, verifica-se a preferência por peças de fabrico local, patente no recurso às lucernas de canal aberto atípico, apenas com alguma fuligem na zona de iluminação, mas sem outro vestígio de uso, recuperadas de forma avulsa em Braga, durante os anos 40-60 do século passado (Figura 278 - nºinv.1991.1645, nºinv.1991.1650, nºinv.1991.1652 - Martins e Delgado, 1989/90: 93-97; Morais, 2004 vol. II: 325-360). Exemplo daquilo que acabamos de enunciar é uma lucerna de canal, associada ao ritual de cremação, de fabrico local, datada dos fins do século III/inícios do século IV (nºinv.1991.0929), depositada sobre os carvões do *ustrinum* nº103 (Ficha nº204, Foto 3), acompanhando uma bilha de cerâmica comum fina (nºinv.1991.0928) e um copo, de forma ovoide, em vidro (nºinv.1991.0929).

No contexto dos mobiliários funerários de Braga, as peças em *terra sigillata* constituem uma produção cerâmica cuja frequência é extremamente baixa. De facto, no conjunto total das necrópoles, apenas se encontram referenciadas quatro peças deste tipo, duas das quais recuperadas em estreita articulação com os contextos funerários. Trata-se de um prato de TSG, Drag.18/31, com marca de oleiro, datada dos anos de 54-96, encontrado sobre o aterro de carvões da estrutura U010 (Ficha nº186, nºinv.2009.0203), sem qualquer tipo de marca de uso e uma taça Consp.20.3, em TSI, datada da transição da Era até ao ano de 30 d.C. (nºinv.2009.0523; Morais *et al.*, 2013: 319, Fig.6, nº12), que se encontrava fragmentada e misturada com os carvões que recobriam a urna, mas sem qualquer marca de fogo. Para além

das peças mencionadas, ainda foi possível recuperar duas tacinhas em TSG, de tipologia Drag.24/25, com decoração em *guilloché*, datáveis da primeira metade do século I (n° inv.2008.0742/0743; Martins *et al.*, 2009: 50), mas não ter sido possível identificar o contexto, visto terem sido recuperadas durante a remoção mecânica dos sedimentos que recobriam o primeiro nível de sepulturas, a sul da Via XVII, no núcleo do CTT/LSF. De referir que o prato acima referido integrava um conjunto de mobiliário, do qual faziam parte outras peças, de produção local e uma lucerna de produção itálica. Por sua vez, a taça, Consp.20.3, de cronologia mais antiga, acompanhava uma jarra de produção indígena e um unguentário de vidro.

No conjunto do espólio funerário exumado na necrópole da Via XVII merecem destaque os unguentários de cerâmica. Não se trata de peças abundantes e a sua frequência encontra-se condicionada pelas características de produção, associadas aos momentos mais recuados do uso das necrópoles (Apêndices 62 e 63). Correspondem a peças que se encontravam no interior das urnas (C012, Ficha n°012), ou abandonadas à mistura com os enchimentos de carvão das áreas de cremação (U018, Ficha n°188). Apenas se encontram referenciados unguentários de cerâmica no núcleo CTT/LSF, integrados em contextos da transição da Era a inícios do século I. A partir de então, não se volta a verificar o seu uso, provavelmente porque são substituídos pelos unguentários em vidro.

Para além das marcas rituais já mencionadas para as urnas, o restante mobiliário funerário de *Bracara Augusta* exhibe também algumas marcas peculiares que, inequivocamente, se relacionam com a realização de determinados procedimentos rituais decorridos no decurso dos funerais, marcas essas que se encontram documentadas em diversas necrópoles belgas, germânicas e francesas e são igualmente visíveis em peças provenientes dos contextos funerários algarvios (Pereira, 2014: Estampa 121).

Nas necrópoles de Braga, as mutilações intencionais de determinadas partes das peças formalizam-se na quebra de bordos, ou na fratura ou destaque das asas, a par da quebra dos orifícios de alimentação das lucernas ou de mutilação ao nível do *rostrum* (Figura 279). Tal como se verifica com as perfurações das urnas, estas evidências relacionam-se, provavelmente, com a ideia de “matar o vaso”, pelo que a peça mutilada passaria, intencionalmente, a pertencer a um universo subterrâneo, por oposição aos conjuntos de louça intactos e completos manipulados no mundo dos vivos (Blaizot, 2009: 169). De facto, parece que estas evidências são ilustrativas de uma ação de forte simbolismo, em que a obliteração assinala a separação entre a vida e a morte, no momento em que o defunto deixava de pertencer à esfera dos vivos, o que pode ser interpretado

como um ritual de separação (Hanut, 2014: 49). Inclusivamente, na antiguidade clássica, a quebra de peças é descrita como um presságio de morte (Noy, 2000: 42). Os vasos quebrados ou mutilados representam peças cuja funcionalidade desaparece, sendo posteriormente substituídos por outros, renovando-se o ciclo de manipulação dos objetos. Com a morte passar-se-ia o mesmo, pois era necessário renovar o ciclo geracional em que uns morrem e outros nascem (Braga, 2010: 86). Outros autores entendem que a quebra da integridade destes objetos, intimamente relacionados com as práticas diárias de comer e beber, que tendencialmente correspondem a itens mais baratos e facilmente disponíveis, enfatiza a necessária separação física entre os vivos e o morto (Williams, 2004a: 422).

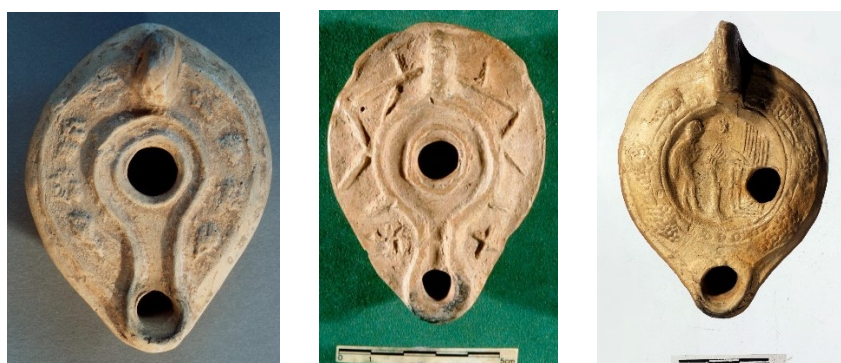


Figura 278 – Conjunto de lucernas recolhidas nos meados do século XX (©MDDS).



Figura 279 – Objetos cremações quebrados intencionalmente recolhidos dos interiores das urnas e dos enchimentos de carvão dos depósitos secundários (©autora e MDDS).

1.2.2. Os vidros

As peças em vidro correspondem ao segundo grupo de material mais representado nos contextos funerários das necrópoles de Braga.

As urnas em cerâmica apresentam um protagonismo evidente, o que talvez explique que apenas tenha sido recuperada uma única urna em vidro. Esta corresponde a um frasco em vidro, forma 13, em bom estado de conservação, de corpo quadrangular, de base plana sem marca, com bordo dobrado formando externamente uma gola (forma Is 62, AR 119, T 102), de produção regional ou de importação, datado dos inícios do II¹⁴ (C025, Ficha nº018, Foto 4,

¹⁴ Classificação realizada pelo Doutor Mário Cruz que gentilmente nos cedeu a informação. Convém reforçar que a classificação dos vidros que apresentamos neste trabalho é da sua autoria e ainda não foi objeto de publicação.

n°inv.2008.0564). São patentes na peça evidentes marcas de desgaste, com algum polimento das arestas e da base, pelo que esta pode ter sido reutilizada, passando de um contexto de uso doméstico para outro de uso funerário. Terá sido fechada com um fragmento de bojo de grandes dimensões, espécie de calote hemisférica, sem bordo nem base e que se encontrava já partido no interior da urna.

Os objetos em vidro mais frequentes nas necrópoles de Braga são os unguentários, também designados de lacrimários, ou balsamários, destinados à retenção de líquidos mais nobres, como perfumes ou unguentos. Tal como ocorre com as cerâmicas, os contextos em que aparecem, bem como o seu estado de conservação, tal como as cerâmicas, permitem-nos saber em que fase do ritual funerário foram introduzidos. No que respeita à cronologia, o uso do vidro no contexto das necrópoles inicia-se num momento inicial (Fase III), conforme documentado através do unguentário recolhido junto aos ossos cremados da urna de pedra da cremação C098 (Ficha n°050), e sofre um manifesto decréscimo a partir do século III (Apêndices 62 e 63).

As peças melhor conservadas, e também mais frequentes, correspondem a unguentários de gota, cujas alturas variam entre os 8cm e os 11,8cm. Na maior parte dos casos surgem colocadas no interior da urna, correspondendo à última peça depositada sobre os ossos, antes de se proceder ao fecho do contentor, tal como era perceptível quando se abriam os vasos ossuários.

Destacáramos um conjunto de balsamários de forma quadrangular que faz parte de um conjunto de mobiliário funerário mais rico, correspondendo aos últimos objetos em vidro associados aos contextos de cremação que são introduzidos nas necrópoles. No depósito de cremação C130 (Ficha n°062, Foto 8) foram recuperados dois unguentários quadrangulares, inteiros (Is 4, AR 144, T 105 - n°inv.1991.0605 e 1991.0606), com marca na base, de cor verde amarelada e dois unguentários tipo candelabro (Is 82a2/b2, AR 136/137/140, T 72/74 - n°inv.1991.0608 e 1991.0609), inteiros, de cor verde azulada (Cruz, 2009 vol. II e III). Trata-se de peças raras, cujos paralelos conhecidos, no que diz respeito às marcas dos unguentários quadrangulares, provêm da Gália (Cruz, 2009, vol. II: 215-322).

Evidencia-se igualmente um conjunto de unguentários, de formato bulbiforme, que não possuem qualquer tipo de marcas que indiquem exposição ao calor, pelo que se depreende que foram atirados para as áreas de cremação, provavelmente depois de derramados os líquidos que continham (U054; Ficha n°193). No entanto, nas áreas de cremação não é invulgar a identificação de restos de material vítreo, completamente derretido, cuja forma é de difícil perceção. Neste contexto, é frequente encontrar restos de vidro derretido nas estruturas secundárias, à mistura

com o depósito de carvões, o que comprova que tais peças foram certamente colocadas junto ao defunto.

No conjunto dos vidros, uma peça digna de destaque, pela sua ocorrência excepcional, é a taça canelada baixa, fraturada, mas completa, de cor verde azulado (Is 3a, AR 2.1, T 3a - n°inv.2008.0545), do século II, que tapava a boca da urna da sepultura C009, e que foi posteriormente tapada por uma pedra (Figura 280a). Apesar de ser bastante frequente encontrar o material vítreo em bom estado de conservação, na verdade, há algumas peças que exibem marcas rituais. Estas evidências correspondem essencialmente a bordos fraturados, em que se encontra sempre em falta uma parte da peça (Figura 280b e 280c). Quando documentamos esta situação num *ustrinum*, há que ter em atenção a forma como as peças aparecem. Se a mesma se encontra à superfície, é natural que essa quebra possa ter acontecido por motivos que não se prendem necessariamente com as práticas funerárias. Mas, se, pelo contrário, a peça se encontrava no fundo da vala, recoberta totalmente pelos carvões resultantes da cremação, aí a falta de bordos poderá resultar de um comportamento intencional. Há, todavia, objetos que se encontravam selados no interior das urnas e que não se apresentavam completos, o que denuncia que foram partidos antes de serem introduzidos nos contentores ossuários.



Figura 280 – Ungüentário piriforme e taça encontrados no interior de urnas, já partidos. Ao centro, o aríbalo encontrava-se no aterro de um depósito secundário de cremação (©autora).

1.2.3. As moedas

Este tipo de objeto é extremamente raro nos contextos de cremação das necrópoles bracaraugustanas.

No núcleo de necrópole da Via XVII foram recuperados cinco numismas, surgindo em distintas estruturas (Tabela 1). No interior de urna em pedra (C098; Ficha n°050; Parte II, p.245), juntamente com os ossos cremados, foi recuperada uma moeda, exibindo um bom estado de

conservação com cunhagem em *Celsa Sulpicia*, nos anos de 27 a.C. – 14 d.C. Um segundo numisma foi colocado no aterro de carvão que envolvia a urna da sepultura C071 (Ficha nº040; Parte II, p.235), ao contrário do terceiro exemplar que se encontrava dentro de uma caixa em tijolo, envolta no meio dos carvões (C028, Ficha nº021; Parte II, p.214). O primeiro corresponde a um *dupondius* ou *As* de *Hadrianus*, datado do século II (nºinv.2009.0361), e o segundo um *As* ou *dupondius* de Cláudio I (?), datado do século I (nºinv.2009.0345). Apenas se documentou um numisma numa área de cremação (U001), que corresponde a um *As*, datado dos anos de 98-99 (nºinv.2008.0552)¹⁵. Referência, ainda, para uma moeda de Cláudio, encontrada no depósito secundário C130 (Ficha nº062; nºinv.1991.1094), à mistura com os carvões depositados no interior da caixa de tijolo, juntamente com um rico conjunto de espólio.

Nos restantes núcleos de necrópole, a escassez de numismas é recorrente. Assim, no núcleo da rua do Caires (1979/81), foram encontradas três moedas associadas aos contextos de cremação, datadas da segunda metade do século III (nºinv.1994.1468 e nºinv.1991.0526/0527, respetivamente).

Tabela 1 - Relação das moedas nos depósitos de cremação e por núcleo.

Necrópole	Núcleo	Contexto	Nº estrutura	Nº moedas	Data da moeda	Datação das sepulturas
Via XVII	CTT/LSF	<i>Ustrinum</i>	U001	1	98-99	Inícios do século III
	CTT/LSF	Dentro urna	C098	1	27 a.C – 14 d.C.	Transição da Era - inícios século I
	CTT/LSF	Depósito secundário	C028	1	41-54	Século I
	CTT/LSF		C071	1	117-138	Século II
	CAmarante81		C130	1	41-54	2ª metade do séc. II - século III
Via XX	Caires 1979/81	<i>Ustrinum</i>	U101	1	posterior a 266	2ª metade do séc. III - século IV
	Caires 1979/82	<i>Ustrinum</i>	U103	2	posterior a 296	2ª metade do séc. III - século IV

Existe ainda um conjunto de moedas que correspondem a achados ocasionais, recuperados em espaços de necrópole (Sousa, 1973: 17-24), muito embora não seja possível aferir com exatidão qual o contexto em que foram depositadas, podendo estar associadas a aterros de nivelamento das necrópoles, ou a contextos de revolvimento. Assim, estas moedas não foram consideradas.

¹⁵ A classificação dos numismas foi realizada pelo Dr. David Mendes que gentilmente nos cedeu a informação, alvo de análise na sua tese de mestrado.

Ainda no que concerne às moedas, julgamos de destacar alguns pormenores referentes aos contextos funerários em análise. A presença deste material no mundo funerário romano não é estranha, surgindo frequentemente designadas como “óbolo a Caronte”, hábito funerário de origem grega que, após ser adotado pelos romanos, foi difundido por todo o Império. A sua presença encontra-se vinculada com ideias de proteção, funcionando como um amuleto ou elemento viático do defunto, que facilitaria o pagamento da viagem até ao outro mundo (Arévalo González, 2010a: 14). A questão é que, para além da notória baixa frequência do número de moedas nas necrópoles romanas de Braga, também não nos é possível aferir com exatidão qual o momento em que terão sido introduzidas na cerimónia fúnebre, o que nos levanta algumas questões relativas ao seu verdadeiro simbolismo. Desconhecemos, igualmente, se as moedas eram usadas numa fase pré-funeral, conforme surge documentado no rito de origem grega, em que o numisma seria depositado dentro da boca ou sobre os olhos do defunto (García Prósper e Guérin, 2002: 213; González Villaescusa, 2001: 74). Seria a moeda removida do contexto funerário após esta primeira etapa? E se assim fosse, não seria essa prática uma violação das regras rituais? Será que as moedas chegariam a ser usadas?

Uma vez que as moedas são raras nas necrópoles romanas de Braga, julgamos poder considerar que, de facto, elas não seriam consideradas como indispensáveis para o decurso dos cerimoniais fúnebres. No entanto, ainda que raras, as moedas surgem em algumas estruturas funerárias, não sendo conclusivo que efetivamente simbolizem o óbolo a Caronte, dado que não conseguimos precisar qual seria a sua posição em relação à anatomia do defunto. Consideramos antes que a presença de moeda em alguns contextos poderá simbolizar o aprovisionamento da alma do indivíduo para a sua jornada no submundo, tal como acontece com a deposição de bens alimentares, podendo ainda representar as possessões materiais do indivíduo, possivelmente percebidas como uma fonte de riqueza, não só para os vivos, mas também para os mortos (Stevens, 1991: 220-229).

Face ao reduzido número de exemplares de moedas identificado, não é possível estabelecer um padrão relativo à forma como estes aparecem, uma vez que surgem dispersos nos depósitos primários ou secundários de cremação e em estruturas de comemoração. Todavia, sabemos que, aparentemente, não exibem marcas de contacto com o fogo e que correspondem às denominações monetárias mais baixas da escala monetária romana, pelo que seriam introduzidas na fase final dos funerais, colocadas junto aos aterros de cremação, provavelmente na mesma altura em que eram depositadas as restantes peças dos mobiliários funerários. Em

apenas um caso se documenta que a moeda foi colocada junto dos ossos, dentro da urna, antes de a mesma ser selada. Esta última evidência encontra-se atestada num contexto funerário relacionado com o período inicial do uso das necrópoles, numa sepultura provavelmente associada a um indivíduo estranho ao contexto do Noroeste peninsular (C098, Ficha nº050; Parte II, p.245).

Um outro tópico que nos parece necessário referir relaciona-se como o facto de parecer que as moedas são introduzidas em contexto de necrópole numa fase bastante posterior à sua data de emissão. Destacamos a moeda de Cláudio, cunhada entre os anos de 41-54, encontrada na C130 (Ficha nº062; Parte II, p.98), datada da segunda metade do século II ou posterior, tendo por base o conjunto do material vítreo. Um segundo caso é representado por uma moeda de Trajano, cunhada entre os anos de 98–99 (U001, Ficha nº 185, Foto 6), com notórias marcas de desgaste, que acompanhava duas lucernas datadas do mesmo período e um terceiro exemplar datado dos meados do século III.

Este fenómeno está documentado em algumas necrópoles belgas, onde os investigadores concluem que os numismas dos séculos I e II se mantêm em circulação durante um longo período de tempo após a sua emissão, servindo para pequenas transações durante o período baixo-imperial (Hanut, 2014: 59). Assim, parece que estas oferendas são introduzidas em contexto sepulcral provavelmente quando perdem o seu valor e importância monetária, constituindo-se apenas como um elemento simbólico da prática funerária romana.

1.2.4. Os metais

Nos contextos de cremação é frequente a acumulação de grandes quantidades de pregos, inteiros ou fragmentados, acompanhados de placas em ferro já bastante alteradas pelos fenómenos de corrosão (Figura 281). Nas áreas em que ocorreu a cremação, os aterros compostos por cinzas e carvões raramente preenchem a totalidade das valas das sepulturas, estando concentrados e acumulados no fundo das covas, conservando pouca espessura. Tal fenómeno deverá ocorrer devido ao facto de parte destes aterros de carvão terem sofrido processos de remobilização por via de fenómenos naturais ou antrópicos, dado que muitos desses enchimentos eram transferidos para os contextos secundários. Em virtude destes dois fatores, que provocam uma deslocação dos elementos metálicos no interior dos contextos primários, não é possível a reconstituição da altura das piras, não sendo igualmente possível equacionar a existência de ataúdes ou padiolas que contivessem ou sustentassem o defunto. Aquilo que se verifica é que os elementos metálicos apresentam uma diferença altimétrica que não ultrapassa

os 0,20m. Assim, apenas podemos referir que os pregos identificados podem ter servido como elementos de preensão dos diversos níveis de madeira que estruturavam as piras, permitindo a estabilização das distintas plataformas formadas pelos troncos.

Em determinadas situações foi possível reconhecer a presença de rebites, pelo que não excluimos que os mesmos possam estar associados a elementos de vestuário do defunto, ou mesmo com a existência de elementos decorativos de eventuais estruturas de transporte dos defuntos, ou de outros objetos colocados junto ao defunto durante a cremação. Embora estes objetos tenham sido posicionados em campo, uma boa parte deles foi recuperada através da crivagem dos aterros associados aos contextos de cremação, o que dificulta a identificação da sua funcionalidade, não sendo possível avaliar as manchas relativas à concentração deste tipo de objetos na sepultura.

No contexto global das necrópoles de Braga, não são abundantes outros tipos de achados metálicos. No entanto, foram recuperadas duas peças excecionais, encontradas em dois *ustrina* associados à Via XVII. Numa das estruturas foi identificada uma faca em ferro (U073; Ficha nº197, Foto 5; nºinv.2009.0672), datada do século II e, na outra, um estrígil, em ferro (U084; Ficha nº200, Foto 7; nºinv.2009.0417), datado entre finais do século II e inícios do século III (Figura 282a e 282b). Dado tratar-se de elementos associados ao quotidiano doméstico e pessoal, estas peças tanto podem ter pertencido ao defunto, como podem ter sido utilizadas em momentos específicos do ritual funerário, como a *unctura* (Vaquerizo Gil, 2010: 24).



Figura 281 – Elementos metálicos identificados nos depósitos secundários ou primários (©autora).

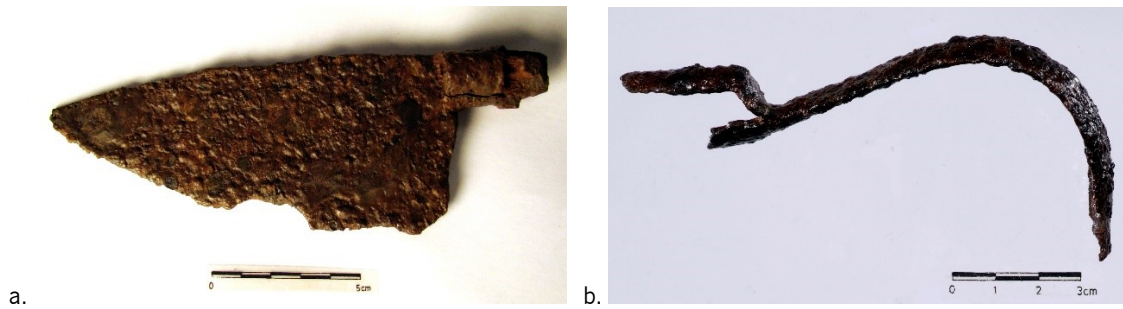


Figura 282 – Objetos metálicos das necrópoles de Braga. a. Faca em ferro do U073 (©autora);
b. Estrígil recuperado no U084 (©MDDS).

1.2.5. Os objetos de adorno

A deposição de peças relativas ao adorno pessoal em ambiente sepulcral era, segundo a legislação romana, proibida, de forma a evitar saques e profanações das sepulturas, pois, não raras vezes, tais peças correspondiam a objetos bastante dispendiosos. A própria Lei das XII Tábuas (lei X, disposição 8) expressava essa mesma proibição: “*Ouro, não importa em que forma possa estar presente, deve, por qualquer meio, ser removido do cadáver; mas se os dentes de alguém se encontrarem fixados com ouro, será legal quer queimá-lo, ou enterrá-lo com o corpo*” (Conant, 1928: 243).

Numa contribuição legal do *Digesto* é referenciado que “*Não é correto enterrar joias ou seus similares com o morto, tal como alguns o fazem*”, o que pressupõe que tal deveria acontecer com relativa regularidade. Além disso, a deposição deste tipo de objetos era apontada como extravagante, para além de se considerar que tais bens deveriam constituir-se como uma herança para as gerações futuras, pelo que não deveriam desaparecer, por via da integração em áreas sepulcrais, após falecimento do seu proprietário (Hope, 2009: 82). Todavia, no contexto estudado, apesar de a sua ocorrência ser pouco frequente (Apêndices 62 e 63), foram recuperadas algumas peças em ouro. Um primeiro caso remete para um conjunto de peças, encontrado à mistura com os restos de cremação e restante espólio, no interior de uma sepultura em caixa de tijolo (C130, Ficha n°062; Parte II, p.98). Nesta estrutura foram reconhecidas duas contas em ouro (n°inv.1991.0654 e n°inv.1991.0655), oito alfinetes de toucado em osso, revestidos com folha de ouro (n°inv.1991.0651 a 0653, n°inv.1991.0656 a 0659 e n°inv.1991.0662), um brinco em ouro (n°inv.1991.0660), dois anéis no mesmo material (n°inv.1991.0610 e n°inv.1991.0661) e um *acus crinalis* (n°inv.1991.1707) (Lourenço, 2012: 139-430; Martins e Delgado, 1989/90: 103). A presença de tal conjunto levanta uma série de questões. A primeira relaciona-se com o facto de

não conseguirmos compreender claramente se estas peças de adorno foram colocadas junto do defunto (certamente do sexo feminino) no momento da sua cremação. Trata-se de peças de espessura muito reduzida, inferior a 1mm, exibindo um trabalho de ourivesaria bastante apurado. No entanto, as peças não apresentam deformações que evidenciem sinais de exposição ao fogo¹⁶. Atendendo à espessura da lâmina e à temperatura que se atingiria nas cremações (a rondar os 650°), os objetos deformar-se-iam, o que não se confirma. Salvaguardamos, contudo, que alguns desses objetos não se encontram completos, correspondendo apenas a uma parte da totalidade dos mesmos. Por outro lado, as peças podem de facto ter resistido ao fogo, talvez porque se depositaram numa área periférica da pira. Todavia, não devemos descartar a hipótese das peças, terem sido recolhidas na fase imediatamente antes ao início da ignição da pira, passando, posteriormente, a ser depositadas junto com os restos ósseos do defunto.

Outro objeto em ouro foi recuperado na sepultura C028 (Ficha n°021; Parte II, p.214). Aí foi reconhecida uma fíbula (n°inv.2009.0053) que não apresenta qualquer deformação provocada por altas temperaturas, conservando ainda o fuzilhão central. Julgamos que este objeto foi depositado na estrutura secundária, na ignorância da sua existência, cujo depósito terá ocorrido em simultâneo com o depósito de cinzas e carvões.

Cabe igualmente destacar algumas peças em vidro que, pelo seu estado de conservação, denunciam ter acompanhado o defunto no momento da cremação, uma vez que muitas delas se encontravam deformadas/derretidas pela ação do calor. É o caso de uma amálgama de peças retorcidas (n°inv.2009.0506) de onde foram recolhidas 14 contas de colar, com diversas colorações, depositadas num depósito misto de cremação (C060, Ficha n°035; Parte II, p.229), recuperadas por meio da crivagem manual dos sedimentos.

Nos contextos de cremação é ainda possível encontrar pendentes de diversas tipologias e materiais, associados aos depósitos de resíduos de cremação e aos depósitos mistos de cremação. Destacamos as contas de colar em faiança egípcia, que formavam um conjunto de três amuletos (C129, Ficha n°061; Parte II, p.250), cuja forma, facilmente, permite associá-los ao universo da morte romana, correspondendo a uma figa, a uma ara e uma anforeta (n°inv.2008.0252). Na mesma estrutura, foram encontrados uma conta em madeira (n°inv.2008.0253) e uma medalha em liga de cobre, alterada pela corrosão (n°inv.2008.0254). Igualmente recuperada no processo de crivagem, documenta-se uma conta em forma de meloa,

¹⁶ Agradecemos os esclarecimentos prestados pela Doutora Carla Martins sobre as temperaturas de fundição das ligas metálicas.

em faiança egípcia (n°inv.2009.0628, Figura 283a), proveniente de um *ustrinum* (U041, Parte II, p.292).

No que concerne aos adereços pessoais, contam-se ainda alguns anéis em bronze (C014, Ficha n°014, n°inv.2009.0724; C076, n°inv.2009.0736 – Figura 283b e 283c), um brinco com a mesma liga metálica (C014, Ficha n°014, n°inv.2009.0744), três pedras de anel (C105, Ficha n°053, n°inv.2009.0495/0496/0497), um selo em marfim (C061, Ficha n°036, n°inv.2009.0430) e um aro do mesmo material (U039, Ficha n°192, n°inv.2009.0360). Estas peças encontram-se principalmente nos aterros de carvão das estruturas primárias e nos depósitos secundários de carvão que recobrem as urnas.



Figura 283 – Peças de adorno: a. Conta em faiança egípcia do U041; b. Possível brinco e anel da C014; c. anel de bronze da C076 (@autora).

1.2.6 Outros objetos

Nos contextos de cremação foram ainda encontrados outros artefactos, identificados aquando das análises antracológicas¹⁷ e antropológicas¹⁸, realizadas em 2017-2018, os quais não podem ser ignorados enquanto espólio associado aos contextos de cremação da necrópole da Via XVII.

Digno de destaque, neste contexto, é o pente em madeira de bucho, que terá sido colocado junto ao defunto, aquando da sua cremação, presente no *ustrinum* U039 (Ficha n°192; Parte II, p.291), visto encontrar-se carbonizado e bastante fragmentado (Figura 284). Após o prosseguimento das análises antracológicas, realizadas em laboratório, individualizaram-se mais três fragmentos bastante semelhantes ao primeiro. Pelas distintas morfologias e pela sua não sobreposição, as três peças deverão pertencer ao mesmo objeto, do qual não é possível estimar a dimensão. Trata-se de um objeto produzido a partir de madeira de bucho (*Buxus sempervirens*),

¹⁷ Estudo de responsabilidade da Dra. Cláudia Oliveira, do Dr. Filipe Vaz e do Doutor João Tereso, investigadores do *In-CIBIO* (ver Anexo 1).

¹⁸ Pesquisa efetuada pelo Doutor Luís Miguel Marado (ver Anexo 2).

cujo grau de resistência e dureza justifica que de forma recorrente seja usada para o fabrico deste tipo de peças mais delicadas. Os fragmentos carbonizados devem pertencer a duas fiadas opostas de dentes, uma mais delgada que a outra, sem que se reconheça qualquer tipo de decoração (Oliveira *et al.*, 2018: 38). Os paralelos mais próximos foram identificados nas termas romanas de Chaves, em 2009, datando do século IV, ao contrário do exemplar bracarense, datado da segunda metade do século I (Oliveira *et al.*, 2018: 44; Vaz *et al.*, 2016: 94-95). Este objeto, associado a atividade de higiene pessoal, cremado juntamente com o defunto, constitui-se como um dos raros exemplares identificados em necrópoles de cronologia romana.

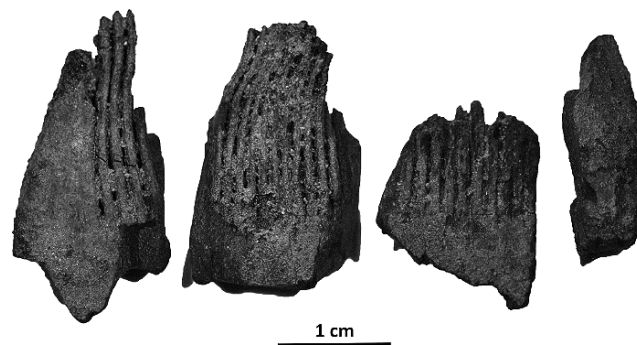


Figura 284 – Fragmentos de pente de *Buxus sempervirens* (Oliveira *et al.*; 2018, Anexos: Figura 10).

Na sepultura C063 (Ficha nº037; Parte II, p.231), foi identificada uma peça em osso trabalhado, que parece formar uma placa com decoração geométrica, obtida por incisão, delimitada por uma *tabula*. Trata-se de uma peça cuja função permanece por apurar. No entanto, dada a superfície aplanada da placa, com cerca de 6cm de comprimento e 3cm de largura, o suporte deverá corresponder a um osso de animal de grande porte, talvez um bovino(?). Este objeto foi sujeito a altas temperaturas, em que os diversos fragmentos que parecem formar duas placas, reconhecidas no enchimento de carvões exterior à urna, não parecem estar relacionados com uma qualquer prática de descarnamento ou eventual limpeza dos ossos (Figura 285). As peças deveriam formar parte da decoração de um outro objeto, talvez uma caixa ou cabo de faca, que foi colocado junto do defunto e que desapareceu no decurso do processo de cremação. Não descartamos a hipótese destes fragmentos pertencerem a restos de apliques de um *lectus funebris*, dada a similitude entre estes apliques em osso e os que surgem documentados em Mérida (Pérez Mastro, 2017: 276-277). A sua identificação só foi possível porque os fragmentos foram recolhidos aquando da transferência dos carvões para o contexto secundário. Também no

contexto U042, foi recuperada uma pequena porção de uma peça, cuja forma, ainda assim, sugere alguns paralelos com os fragmentos das duas placas de osso da sepultura C063 (Ficha nº037; Parte II, p.231; Figura 286).

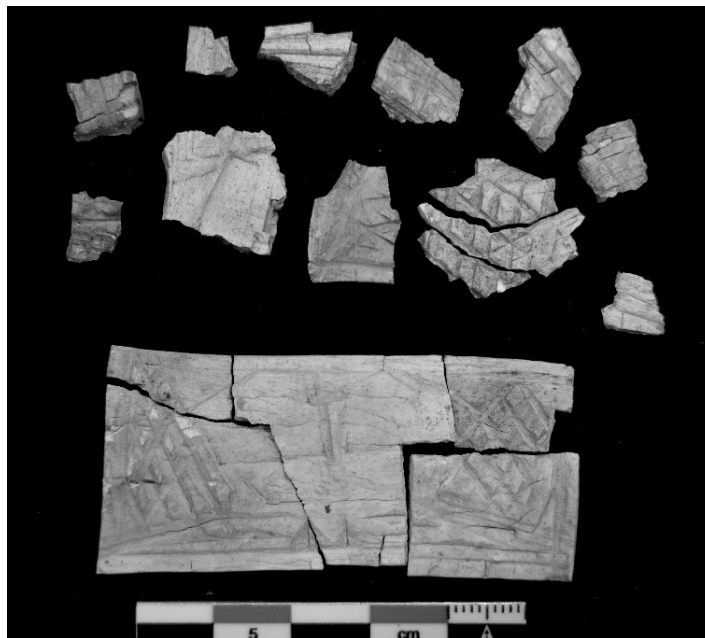


Figura 285 – Vestígios de duas placas de osso trabalhado na C063 (©autora).



Figura 286 – Fragmento de resto de fauna com decoração incisa, U042 (©autora).

2. O ritual de inumação em Braga

Os contextos de inumação presentes nas necrópoles romanas de Braga foram tradicionalmente atribuídos aos finais do século III. No entanto, a revisão dos cadernos de campo do conjunto das intervenções arqueológicas das necrópoles permite considerar que o ritual de inumação é mais antigo, uma vez que foi possível detetar este tipo de sepulturas já na segunda metade do século I, conforme o comprova a sepultura I149 (Ficha nº166; Parte II, p.335),

identificada no núcleo de necrópole do túnel de Maximinos (2000) onde, foram igualmente individualizadas sepulturas de inumação datadas do século II.

Julgamos, contudo, de destacar que, no contexto do NO português, são desconhecidos, até ao momento, outras necrópoles romanas em que se ateste a prática da inumação em momentos tão recuados. Apesar de corresponderem a núcleos de povoamento de carácter agrícola e a povoados rurais, cabe referir que na necrópole de Monteiros (Penafiel) a inumação mais antiga encontra-se datada das últimas décadas do século III (Soeiro, 2009/2010: 24), que em Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) se identificaram inumações num período bastante tardio, correspondente aos séculos IV/V (Lobato, 1996: 74), e que no conjunto das necrópoles de Amarante se estima que a prática da inumação terá tido início entre os finais do século III/inícios do século IV (Portela, 1998: 45).

No entanto, se observamos o que se passa para outros espaços peninsulares, nomeadamente noutras cidades, o cenário altera-se. Assim, nas necrópoles do Algarve, os recentes trabalhos de intervenção arqueológica permitem verificar que a alteração do ritual de cremação para o de inumação ocorreu entre os finais do século I e os meados do século II (Pereira, 2014: 433). Também na Lage do Ouro (Crato, Elvas), a inumação está atestada ainda durante o século II (Caetano, 2002: 331). Em *Onoba* (Huelva) há referência a inumações desde os meados do século I/inícios do século II, identificadas na Plaza Ivonne Cazenave (Férrandez Sutilo, 2016: 101-102). Inclusivamente, surgem documentadas inumações em Valência, datadas do período republicano (século II a.C.), época em que o ritual inumatório era já coetâneo da prática da cremação, mantendo-se a continuidade de ambos os ritos durante a fase imperial (García Prósper e Guérin, 2002: 205-211). Esta dualidade ritual está também patente nas cidades de Carmona, Tarragona e Córdoba, embora nesta última a cremação no período inicial da presença romana seja predominante (Vaquerizo Gil, 2002: 158). Situação análoga foi atestada para a cidade de Lisboa, em que a inumação parece surgir nos finais do século II, vulgarizando-se na centúria seguinte (Bugalhão *et al.*, 2013: 244-247).

A cremação e a inumação correspondem aos rituais praticados na Roma republicana e alto-imperial, pelo que a cremação não seria um ritual exclusivo num determinado período. Os dois rituais sempre terão coexistido, dependendo a opção, por um ou outro, de um conjunto de razões distintas que podiam passar pela tradição familiar, pelas escolhas pessoais, ou pela afinidade da prática funerária mais popular na região de procedência dos indivíduos. Vaquerizo Gil avança ainda que estes motivos repetir-se-iam em qualquer zona do império, inclusivamente nas

províncias mais afastadas da capital e que foram intensivamente romanizadas por ação de campanhas de colonização ou ocupação militar (2011a: 102).

Outros autores adiantam causas de ordem económico-ecológica para esta alteração de ritual, relacionando a opção pela inumação com o alto custo da madeira e com as avultadas quantidades de material lenhoso que a cremação exigia, com impactos diretos na desflorestação. Outros investigadores valorizam na difusão da inumação motivos associados à influência de novas doutrinas religiosas originárias do Oriente, que colocavam a tónica nos aspetos mais espirituais que de certa forma podem ter preparado os indivíduos para a aceitação do cristianismo (Morris, 1992: 61; González Villaescusa, 2001: 76; Fernández Sutilo, 2015: 382), defendendo que a inumação seria a forma mais respeitosa de tratar o corpo do defunto (Toynbee, 1971: 41).

Se atendermos às fontes escritas, também não conseguimos deslindar os verdadeiros motivos que explicam uma alteração de ritual. Lucrécio, na obra “*Sobre a natureza das coisas*”, relata a existência de três tipos de rituais que seriam conhecidos no século I a.C.: a cremação, o embalsamento e a inumação, pelo que esta última não seria estranha já em contexto romano (Lucrécio, tradução de Bailey, 1948). Por outro lado, Plínio o Velho, exatamente para o mesmo período cronológico, refere “(...) *A cremação não é realmente um costume antigo em Roma: antigamente os corpos eram enterrados (...) a cremação foi adotada depois de se tomar conhecimento que os corpos tombados em batalhas longínquas eram desenterrados (...)*”. O mesmo filósofo relata ainda que nenhum membro da família dos *Cornelius* se fez cremar antes de Sula (Hope, 2007: 110). Numa transcrição de *Minucio Felix*, cristão que viveu entre os séculos II e III, percebemos que a anterior afirmação de Plínio se confirma e que, de facto, a inumação não surge ligada com o cristianismo, sendo o ritual já praticado em Roma (González Villaescusa, 2001: 76).

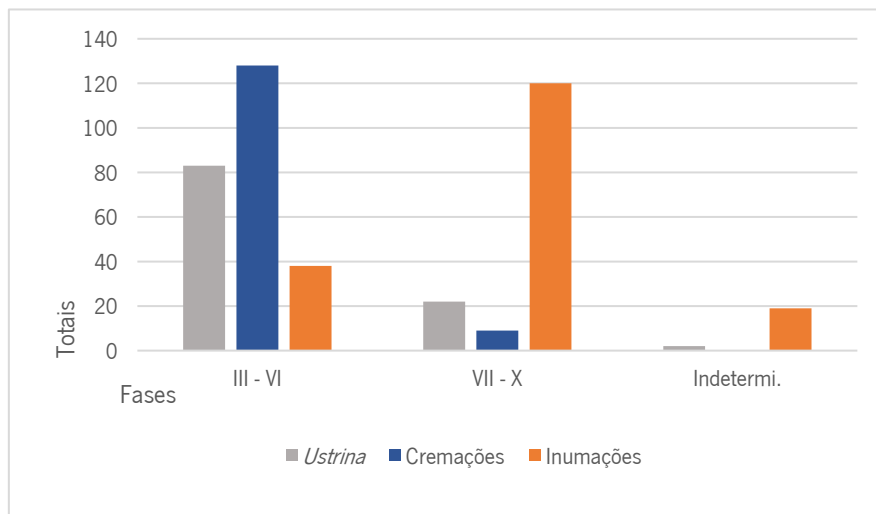
Voltando a *Bracara Augusta*, seria importante conhecer mais sobre os aspetos relativos ao mundo funerário das comunidades indígenas da Idade do Ferro, de forma a conseguir entender as suas práticas rituais e como as mesmas se mantiveram após a instalação romana na região (Martins, 2017: 247). Apesar de pouco se saber sobre o assunto, González Ruibal sugere a existência de duas práticas funerárias distintas com deposições secundárias no interior dos povoados, em que os ossos seriam reintroduzidos no espaço doméstico após um período de exposição ao ar livre, o que provocaria a desarticulação natural dos mesmos, conjecturando ainda acerca da realização de eventuais ritos aquáticos, em que após a cremação do defunto, os seus

restos seriam largados sobre as linhas de água, constituindo-se, provavelmente, como o costume funerário mais comum (2006: 569-576).

Em Braga, a inumação alto-imperial apenas se encontra atestada na necrópole associada à Via XX, relacionada com a saída poente da cidade. Dada a presença de espólio datado do período júlio-claudiano e flaviano, foi possível estender a cronologia às restantes sepulturas pela correlação estratigráfica das mesmas. As restantes inumações encontradas nas diversas necrópoles da cidade apresentam uma cronologia mais dilatada, dado não ter sido possível determinar a sua cronologia precisa. Assim, admitimos que estruturas com cronologia indeterminada possam, de facto, corresponder a sepulturas de inumação alto-imperiais.

Pese embora a pertinência da informação acima referida, a inumação será minoritária no período alto-imperial (Gráfico 3), situação essa que se inverte a partir do século III, momento em que a inumação se torna o ritual funerário predominante pelo evidente decréscimo do número de cremações.

Gráfico 3 – Relação do número de estruturas funerárias por fase.



Na sua grande maioria, as sepulturas de inumação identificadas até ao momento correspondem a covas simples, sem revestimento, posteriormente recobertas com terra, embora se admita a existência de valas simples, com coberturas de tijolos sobrepostos. Menos frequentes, são as caixas totalmente revestidas com material laterício ou outro elemento construtivo. Foram inclusivamente detetadas situações em que os materiais empregues nos permitem perceber que

estamos perante indivíduos/famílias com alto poder aquisitivo, dado o manifesto investimento construtivo das suas sepulturas.

Na maioria dos casos, as caixas/covas de inumação sugerem a ocorrência de deposições individuais, não se detetando qualquer tipo de reutilização posterior dos *loculi*. A exceção a esta regra encontra-se representada pelas Is085 e 089, que permitiam a inumação múltipla. A falta de dados antropológicos e de evidências materiais acabam por condicionar, em larga medida, a nossa aproximação às práticas de inumação, desde a fase alto-imperial até ao período suevo-visigótico. De facto, apenas foram identificados dois esqueletos na necrópole da Via XVII, cujo mau estado de conservação não permitiu adiantar grandes conclusões.

Se atendermos à componente do espólio funerário, é notória a ausência da prática de deposição de qualquer tipo de oferenda no interior do espaço sepulcral ou mesmo fora dele. Esta tendência é transversal desde o período alto-imperial até à fase tardia, muito embora na fase alto-imperial seja possível atestar a deposição de algumas peças que acompanhariam o defunto.

As sepulturas de inumação não apresentavam qualquer tipo de elemento que tenha servido de referência locativa, que inclusivamente “*assegurasse proteção à sepultura e repouso ao defunto*” (Lobato, 1996: 11), não tendo sido detetados elementos epigráficos que denunciem a manutenção do hábito epigráfico associado a este ritual, sendo de destacar a sua ausência em período tardio, com a exceção da placa funerária patente na Igreja de S. Vicente (fontes, 2009: 280). Nela documenta-se a utilização de um calendário com terminologia cristã, embora esta peça esteja vinculada com o uso de uma necrópole associada a uma provável basílica paleocristã, situada nas suas imediações, após o período de abandono generalizado das necrópoles de tradição pagã.

No que concerne às orientações das sepulturas de inumação cabe referir que não é possível afirmar com exatidão que exista um padrão ou tendência da sua posição mediante os eixos cardinais principais para o período compreendido entre a segunda metade do século I (Fase V) e o século II (Fase VI), reconhecendo-se, de forma igualitária, as orientações N/S e O/E, cada uma com as suas variantes (Tabela 2). Encontrar as razões que justifiquem tal opção não se converte numa tarefa fácil. Dado o estado dos conhecimentos, julgamos que em período alto-imperial a questão da orientação não seria uma característica importante, pois, para a mesma fase de utilização dos espaços de necrópole, assumem-se distintas opções, situação verificada nos núcleos de necrópole da Via XX, em que as sepulturas possuem orientações distintas.

Todavia, notamos uma alteração neste padrão a partir do século III (Fase VII), período no qual as orientações O/E, ONO/ESE e OSO/ENE assumem um claro protagonismo com um total de 86 sepulturas, em 118 inumações documentadas (Tabela 3). Aliás, esta característica já havia sido identificada por Manuela Martins e Manuela Delgado no estudo sobre as necrópoles de Braga, publicado nos inícios dos anos 90 do século passado (1989/90: 178). Convém, contudo, notar que mesmo durante o período tardio, estão referenciadas estruturas de inumação orientadas N/S, tal como surge documentado na necrópole da Via XVII.

Na Hispânia são conhecidos casos bastantes díspares. Por exemplo, em Valência, na necrópole de La Botella, as inumações datadas do século IV orientam-se exclusivamente para norte. O mesmo parece acontecer noutros espaços de enterramento, como no El Camino de El Monastil onde se encontram sepulturas com a mesma orientação ainda no século VII. No entanto, a tendência geral em Valência é que inumações se orientem voltadas no sentido nascente/poente (González Villaescusa, 2001: 68). Já em Córdoba, o século IV marca a alteração da orientação das sepulturas, passando de uma disposição N/S, predominante no Alto Império, para a orientação O/E, adotada nos enterramentos tardo-romanos. Esta alteração na posição da sepultura é considerada por alguns autores como uma influência direta do Cristianismo, com a disposição da cabeça a Oeste, olhando para Este, orientação coincidente com a das basílicas paleocristãs (Molina Expósito e Sánchez Ramos, 2002/2003: 370).

Tabela 2 – Relação da orientação das sepulturas de inumação por fase.

Fase	Orientação								
	N/S	NO/SE	NE/SO	NNO/SSE	NNE/SSO	O/E	ONO/ESE	OSO/ENE	SO/NE
V	0	1	0	0	0	0	1	2	1
VI	6	2	7	5	3	6	1	4	0
VII	0	1	0	0	0	0	0	1	0
VIII	6	3	0	3	0	1	1	3	0
IX	2	1	0	4	2	5	0	18	0
X	3	3	2	1	1	19	3	35	0
Ind. (V-X)	3	2	2	2	0	5	0	6	0

No que concerne à distribuição das sepulturas de inumação pelos diversos espaços de necrópole de Braga, verificamos que todos os núcleos exibem características distintas.

Na necrópole da Via XVII a lógica de ocupação e gestão do espaço sepulcral revela um continuado e progressivo afastamento das inumações no sentido O/E, em que é clara a tendência em implantar os núcleos de inumação em espaços cada vez mais afastados da saída da cidade (Figura 287), e um segundo movimento em que se verifica um progressivo afastamento das sepulturas em relação aos eixos viários. Julgamos que tal ocorre devido à necessidade de não interferir com os *loculi* mais antigos, que ocupariam os lotes, ora da via, ora da cidade (Figura 288). Para além disso, ocupavam-se novos espaços, livres de constrangimentos, em que, apesar de as sepulturas se encontrarem dispostas em espaços contíguos, muito próximas umas das outras, a sua instalação ocorre claramente em lotes de terreno predefinidos, o que não permitia a destruição ou interferência com as sepulturas anexas.

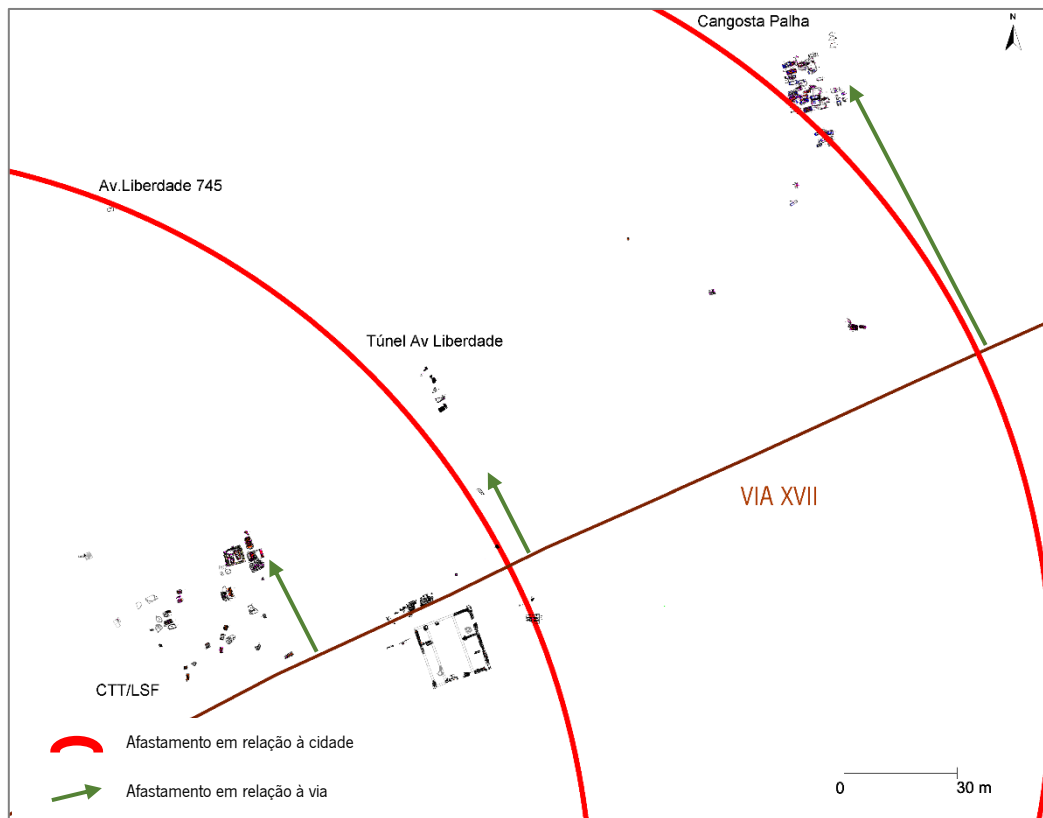


Figura 287 – Progressiva ocupação nas fases tardias de novos setores de necrópole da Via XVII.



Figura 288 – Localização das sepulturas de inumação no núcleo CTT/LSF na Fase IX e X.

Porém, na necrópole da Via XX, o cenário é diferente. Com efeito, as sepulturas de inumação que aqui foram implantadas, desde a segunda metade do século I até ao século IV, não apresentam uma distribuição uniforme. As sepulturas de cronologia alto-imperial localizam-se em espaços bastante afastados em relação ao local onde se presume a passagem da via e em relação à saída da cidade. Nota-se também que as sobreposições entre as estruturas são frequentes, para além da falta de regularidade verificada na opção de uma orientação preferencial (Figura 289). Convém mencionar que foram identificados depósitos secundários de cremação e alguns *ustrina* na parte norte da necrópole. O núcleo de inumações mais tardias ocupou um espaço de terreno mais próximo do eixo viário, encontrando-se as sepulturas orientadas maioritariamente NO/SE, em lotes de terreno bem delimitados. Tudo isto sugere que as necrópoles seriam organizadas mediante processos de gestão diferenciada, cujos motivos estamos longe de conseguir perceber.

Por falta de material osteológico não é igualmente possível atestar qualquer tipo de organização intencional dos distintos setores das necrópoles mediante variáveis como o sexo dos

defuntos ou idades à morte. Ainda assim, no núcleo CTT/LSF verificamos que as sepulturas de dimensão mais reduzida apresentam uma certa proximidade. Estamos conscientes do risco que esta nossa observação poderá constituir, uma vez que conjecturamos acerca de um núcleo específico de enterramento com base na dimensão das sepulturas, sem dispormos de dados de natureza antropológica. No entanto, não podíamos deixar de referir o facto de três estruturas funerárias, com extensões que não ultrapassam os 1,26m de comprimento, se encontrarem numa área muito específica e circunscrita, não se detetando outras inumações de reduzida dimensão no mesmo núcleo (Figura 290). Assim, supomos que poderá tratar-se de um núcleo de enterramento infantil/juvenil.

Também no núcleo CTT/LSF e no da Cangosta da Palha surgem alguns conjuntos de sepulturas que, pela sua proximidade e tipologia construtiva, parecem denunciar a existência de espaços de cariz familiar. No primeiro núcleo, as sepulturas, todas sem exceção revestidas internamente com *opus signinum*, encontram-se dispostas no exterior do recinto R7. No segundo caso, são diversas as sepulturas duplas (sepulturas Is042 e 054, Is058 e 059, Is085 e 089), dispersas um pouco pelo núcleo, sem qualquer posicionamento específico.

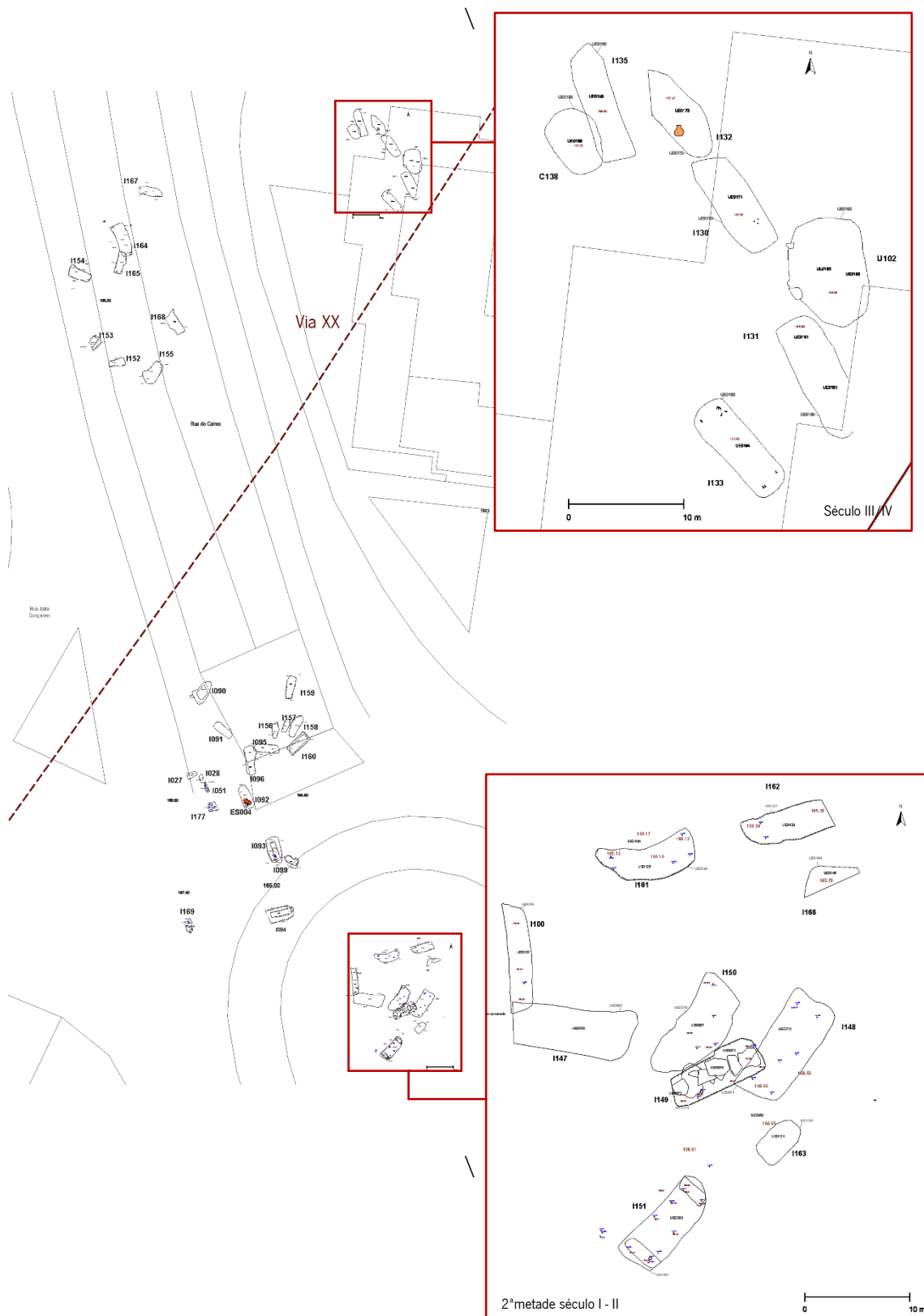


Figura 289 – Relação da distribuição das diversas sepulturas de inumação da Via XX.



Figura 290 – Pormenor das três inumações possivelmente associadas a indivíduos infantis (CTT/LSF).

2.1. Estruturas primárias

2.1.1. A tipologia de sepulturas de inumação

As 177 estruturas de inumação identificadas no conjunto das necrópoles exibem uma grande variedade de soluções construtivas, algumas das quais já conhecidas para outros contextos romanos peninsulares, embora com pormenores bastante particulares. Além disso, não foram detetadas reutilizações pelo que as caixas/covas de inumação correspondem a contextos de deposição primária.

O tipo 1 integra os exemplares mais simples, comuns a qualquer necrópole. Em Braga, contabilizam-se 107 estruturas em que se identifica uma simples cova, embora se tenham detetado algumas variantes.

O subtipo 1a corresponde a uma cova simples, aberta no solo, sem qualquer tipo de revestimento, assumindo distintas orientações, embora apresente uma morfologia retangular, com os cantos ligeiramente arredondados (Apêndices 64 e 65). Em 43 casos, pelas evidências metálicas e pelo reconhecimento de negativos da decomposição de matéria orgânica, foram detetados caixões em madeira (*feretrum*) e padiolas, elementos de transporte cuja frequência é mais evidente a partir do século III. O defunto seria depositado diretamente sobre o fundo da vala

e recoberto com terra. Trata-se de um tipo de inumação muito frequente no século II (29 sepulturas) e posteriormente nos séculos V/VII (28 inumações). Assume distintas dimensões, registando-se estruturas com o mínimo de 0,68m e o máximo de 2,42m de comprimento.

A variante 1b agrega todas as covas simples, sem revestimento, que apresentam uma morfologia ovalada (Apêndices 64 e 65). Num total de 12 estruturas identificadas, não é possível verificar uma ocorrência preferencial numa ou outra fase de utilização. As dimensões das estruturas assinaladas são também variáveis, pelo que certamente o tamanho da cova estaria dependente da altura do defunto.

No tipo 2 integram-se as valas simples, com distintas soluções ao nível da cobertura e do nivelamento do fundo da cova.

O subtipo 2a encontra-se representado por sete exemplares, todos eles associados à fase tardia, em contextos frequentemente datados do século IV (Apêndices 64 e 65). Trata-se de uma cova simples, de forma retangular, em que é frequente a secção exibir uma forma em degrau, cujos recortes laterais permitiam o assentamento da cobertura. Esta encontrava-se formalizada por uma fiada de tégulas, dispostas na horizontal, com rebordos voltados para cima ou para baixo, com as extremidades das peças a recobrirem-se ligeiramente. Foram identificadas situações em que, sob as tégulas, foram colocadas pequenas pedras, talvez numa tentativa de nivelar a cobertura. Admitimos que é possível incluir nesta variante a solução de cobertura verificada na I044 (Ficha nº144; Parte II, p.121), na qual se observa que, em vez de uma fiada, foram dispostos dois níveis de tégulas, colocadas de forma paralela, assentando uma parte das tégulas sobre as reentrâncias laterais da cova, pelo que a extremidade contrária pousaria sobre o caixão. Nas sepulturas identificadas as valas assumem dimensões variadas, entre os 1,34m e os 2,64m de comprimento. Por sua vez, a profundidade das valas varia entre os 0,24 e os 1,12m, com a exceção, mais uma vez, da I044, implantada numa cova com 1,41m de altura.

A variante 2b apenas se encontra representada por uma sepultura identificada nos jardins da Misericórdia (I115; Apêndices 64 e 65; Ficha nº160; Parte II, p.349) e consubstancia-se numa cova simples, com 2,28 x 1,24 x 0,71m, sem revestimento, cujo caixão de madeira assentou sobre quatro tijolos do tipo *lydion*, posicionados nas quatro extremidades da vala, que assumia uma forma retangular.

O subtipo 2c é muito idêntico à anterior, embora o fundo se encontre totalmente forrado com tijolos do tipo *lydion*, dispostos em fiadas paralelas (Apêndices 64 e 65).

De referir que, estas duas últimas variantes encontram-se atestadas em contextos datados desde o século IV até ao período suevo-visigótico.

No tipo 3, agregamos as estruturas de inumação de secção triangular, cuja forma é recorrente em praticamente todas as necrópoles do Império Romano. Chamamos a atenção para o facto de os únicos esqueletos detetados estarem associados a este tipo de sepulturas.

O subtipo 3a representa as estruturas vulgarmente designadas por telhado de duas águas, para o qual se usam tégulas, normalmente com os rebordos voltados para o exterior, intercaladas com outros tijolos de distinta tipologia (Apêndices 64 e 65). As juntas superiores, entre as tégulas justapostas, eram fechadas através da colocação de ímbrices, que se conservam no topo da estrutura. As extremidades encontram-se limitadas por dois tijolos, dispostos na vertical, encostados à cobertura. O leito era constituído por tégulas, com os rebordos voltados para o fundo da vala, intercalados com tijolos. Duas das três estruturas identificadas apresentavam-se em bom estado de conservação e, pelas dimensões atestadas, podem estar associadas à inumação infantil, uma vez que o vão interior não ultrapassava os 1,26m de comprimento. Este tipo de sepultura, apesar de exibir alturas até 0,32m, não estava implantada em covas muito profundas, verificando-se que o lastro foi disposto sobre uma ligeira depressão no solo, numa tentativa de encaixar e rebaixar ligeiramente a estrutura em relação ao nível de circulação da necrópole. Ainda assim, o topo da cobertura ficaria exposto e visível. O facto de estas estruturas não se encontrarem totalmente colocadas no interior de covas sugere que possam ter conhecido algum tipo de solução de proteção da sepultura, que funcionaria, simultaneamente, como forma de ocultação dos cheiros decorrentes do processo de decomposição. No que concerne à cronologia, trata-se de um tipo de sepultura apenas atribuído ao período suevo-visigótico.

A variante 3b apenas está representada pela inumação I004 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº126; Parte II, p.255). Trata-se de uma sepultura datada da Fase X, formalizada por um telhado de duas águas e inserida numa vala com 0,46m de profundidade, pelo que seria completamente invisível em relação ao nível de circulação. Ao contrário da variante 3a, e após o fecho da cobertura, em torno da base das tégulas, a delimitar a totalidade do perímetro da sepultura, foi colocado um tosco alinhamento de pedras que parece sustentar e reforçar as tégulas da cobertura. A cobertura, de secção triangular, provavelmente só seria concretizada após a colocação de um enchimento de terra sobre o defunto, permitindo que a estrutura se tornasse mais robusta, evitando um possível abatimento.

À variante 3c associam-se as sepulturas de forma retangular, muito embora este subtipo apenas se apoie num exemplar parcialmente conservado (I170, Apêndices 64 e 65; Ficha nº169; Parte II, p.354). Relativamente às variantes anteriores, regista uma particularidade no que respeita à forma como se solucionou a colocação da cobertura. Com efeito, as tégulas formalizavam um telhado de duas águas, embora assentes no rebordo lateral da vala que apresentava uma secção em degrau. Por sua vez, o leito encontrava-se revestido com tijolos, claramente reaproveitados, não apresentando qualquer tipo de revestimento das laterais da vala. Trata-se de uma estrutura atribuída à Fase X.

No tipo 4 integramos todas as sepulturas em caixa, cujas paredes se encontram materializadas pela colocação de elementos de tégula ou de tijolo fincados na vertical, material esse igualmente utilizado para a composição do leito.

No subtipo 4a inserem-se estruturas em caixa de tijolo, do tipo *lydion* ou *bipedale*, dispostos na vertical, material este que reveste totalmente a vala, de forma e secção retangular (Apêndices 64 e 65). Registamos valas com comprimentos que chegam aos 2,90m, embora existam exemplares parcialmente destruídos por estruturas modernas, o que não nos permite estimar as suas dimensões. Ainda assim, conservam vãos com alturas que variam entre 0,18m e os 0,64m. As paredes podem ou não assentar no leito, pelo que na parte exterior, ao nível do topo, também se identifica ocasionalmente uma bordadura composta por tijolos, que parece regularizar a superfície da caixa. Trata-se de um tipo de estrutura associada aos períodos tardios.

O subtipo 4b representa as valas de planimetria retangular que se encontram forradas por tégulas (com rebordos voltados para o exterior) ou por tijolos dispostos na vertical (Apêndices 64 e 65). Aqui, os elementos laterícios das paredes encontram-se frequentemente sobre o leito, colocados após a deposição do defunto ou do caixão no interior do vão. Numa das estruturas, a I017 (Ficha nº133; Parte II, p.263), foi individualizado o negativo de um caixão de reduzidas dimensões (1,10 x 0,30 x 0,13 x 0,03m). A base da sepultura encontrava-se forrada com seis tijolos. Na parte exterior da caixa, foi registada uma estrutura pétreia, disposta sobre o lastro, servindo de contraforte às paredes da caixa. No que concerne à cronologia, este tipo de sepultura é frequente no século IV, tornando-se raro entre os séculos V/VII.

A variante 4c está representada por uma única estrutura (I102, Apêndices 64 e 65; Ficha nº156; Parte II, p.93). Trata-se de uma estrutura cuja vala, de forma retangular, foi totalmente forrada com tégulas. No leito, os elementos laterícios, alguns dos quais reaproveitados, outros dispostos com rebordos voltados para baixo, foram colocados em duas fiadas paralelas,

assumindo a vala uma largura com cerca de 1m. Esta sepultura apresentava ainda a particularidade de ter sido disposto em torno da vala, um enchimento composto por pedra, argamassa e algum material laterício fragmentado, talvez para diminuir as dimensões algo exageradas da área de implantação.

Ao subtipo 4d associam-se as sepulturas cujas valas foram forradas com tijolos, distribuídos de forma dispersa, criando estruturas pouco robustas, com dimensões que variam entre os 0,86m e os 1,73m, registando-se alturas muito exíguas (entre os 0,19 e os 0,40m). Os tijolos das paredes encontravam-se dispostos no sentido do maior comprimento e foram colocados de forma espaçada (Apêndices 64 e 65). Trata-se de sepulturas datadas dos séculos V-VII.

Por sua vez, o subtipo 4e assume-se como uma variante da tipologia anterior, revelando, como particularidade, a ausência de leito e a aplicação de tégulas nas paredes, ora na vertical, ora na horizontal (Apêndices 64 e 65). Dos quatro exemplares documentados só num foi possível atestar a presença de cobertura, formalizada por tijolos. Esta forma assume dimensões variáveis entre os 1,50m e os 2,28m e encontra-se associada aos períodos tardios.

O tipo 5 integra todas as sepulturas em caixa, com paredes de tijolo, dispostos em fiadas horizontais, embora todas as variantes apresentem especificidades construtivas.

O subtipo 5a encontra-se formalizado por uma única sepultura (I011, Apêndices 64 e 65; Ficha nº130; Parte II, p.259). Trata-se de uma caixa com 2,70m de comprimento máximo, por 1,20m de largura, conservando uma altura 0,94m. As paredes, compostas por tijolos do tipo *lydion*, usado para o efeito, sem marcas de uso prévio, dispõem-se em fiadas horizontais e encontram-se assentes sobre um nível de argamassa amarelada que regulariza o leito da cova. O fundo da sepultura apresentava uma solução pouco típica e para a qual não conseguimos recolher qualquer tipo de paralelo. Assim, o nível que terá servido de leito para a deposição do defunto era formado pela sobreposição de duas fiadas de tijolo, do tipo *lydion*, que assentavam sobre uma segunda caixa, com cerca de 2,00 x 0,32 x 0,15m, revestida com tijolos, do tipo *longum semipedale*, deitados no sentido do maior comprimento, cujo leito não apresenta qualquer tipo de revestimento. Neste momento, ainda não conseguimos apurar a função de tal cavidade, uma vez que a mesma não serviria para a deposição de um defunto, por ser demasiado baixa e dada a ausência de qualquer tipo de espólio funerário. A cobertura encontrava-se formalizada segundo uma sobreposição parcial e contínua de tijolos, assentes sobre as paredes laterais, formalizando um sistema que designamos de falsa cúpula. Sobre os tijolos da base, que suportavam toda a estrutura da cobertura, foram colocados blocos graníticos de média dimensão, que funcionavam

como contrapeso e como meio de sinalização da estrutura. Este sistema de cobertura parece recolher paralelos com a solução identificada em algumas sepulturas da necrópole este de *Munigua*, e na estrutura 31 da necrópole do Eucaliptal, em Huelva (Fernández Sutilo, 2016, vol. II: 82-84), datadas do século V. A estrutura I011 corresponde a uma sepultura atribuída à Fase IX (séculos IV/V).

A variante 5b está representada pela I008 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº128; Parte II, p.257), que se constitui como uma caixa, implantada sobre uma cova simples, cuja estrutura de construção das paredes é idêntica à do tipo 5a. Trata-se de uma sepultura bem conservada, cuja caixa apresentava as seguintes dimensões máximas: 2,66 x 1,24 x 1,20m. As paredes foram montadas sobre os elementos do leito, formado por silhares de granito, que pressupomos ser de forma retangular, uma vez que a sepultura não foi totalmente escavada. As juntas destas lajes apresentam-se colmatadas por uma argamassa de *opus signinum*. No que respeita à cobertura, apenas podemos supor como esta se organizava, uma vez que não se conservava *in situ*, estando os elementos que a compunham abatidos no interior do vão, no qual se recuperaram diversos fragmentos de imbrices e tégulas. Estas peças deveriam formar uma cobertura em telhado de duas águas, ou de secção triangular, numa solução idêntica à observada na variante 3b, pois ao nível da superfície também foi identificado um murete de pedras que circundava totalmente a estrutura e que julgamos ter servido de apoio para que a cobertura se mantivesse estável. Esta sepultura encontra-se datada dos séculos IV/V.

A variante 5c encontra-se também ela representada por uma única sepultura (I022, Apêndices 64 e 65; Ficha nº135; Parte II, p.266), cujo sistema de construção é também ele invulgar. A vala de implantação apresenta dimensões que classificamos de monumentais, com 2,90 x 2,10 x 1,94m e com secção em degrau. As paredes encontram-se assentes sobre um nível de argamassa de saibro que regularizou o substrato rochoso e são compostas por fiadas de tijolo do tipo *lydion* dispostos na horizontal. As paredes, que formalizam um vão interior, com 2,10 x 0,59 x 0,54m, bem como o leito, encontravam-se revestidas por *opus signinum*. Na base da sepultura foram identificados três tijolos da mesma tipologia das paredes, espaçados em intervalos regulares, que serviriam de apoio para os elementos de transporte do defunto. Sobre as paredes assentavam as lajes de cobertura, compostas por monólitos de granito que apresentavam os interstícios preenchidos por *opus signinum*, tornando a caixa sepulcral totalmente estanque. Sobre a cobertura, foram dispostos diversos níveis de aterro, com características distintas, em que se observa a alternância entre níveis de terra, com pedras imbricadas e desperdícios de *opus*

signinum. Estes aterros preenchem a vala de implantação da sepultura dificultando o saque da mesma. Ao nível da superfície, e sobre o último aterro de pedra, foi colocada uma caixa de tijolo de forma retangular (ES003), que funcionaria como sistema de sinalização. Esta estrutura peculiar está datada dos séculos V/VII.

A variante 5d está representada unicamente pela sepultura I025 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº137; Parte II, p.267). Trata-se de uma estrutura com uma área de implantação ampla, constituída por uma vala de morfologia retangular, com 3,40m de comprimento máximo, por 1,70m de largura. Exibe uma caixa composta por paredes de tijolo do tipo *lydion*, sem marcas de uso anterior, dispostos em fiadas pouco regulares. O leito encontrava-se forrado por tijolos da mesma tipologia das paredes, colocados em duas fiadas paralelas. A totalidade do vão interior estava revestida por *opus signinum*, de coloração ocre. A sepultura foi selada por uma cobertura constituída por pilastras, cujos interstícios foram colmatados por uma argamassa semelhante a *opus*, tornando a caixa num elemento compacto e fechado. Está datada dos séculos IV/V.

O subtipo 5e integra sepulturas construídas sobre valas de morfologia retangular, com cerca de 1,90m de comprimento máximo, por 1m de largura, nas quais se estruturam caixas de tijolo, disposto em fiadas regulares, que circundam a bordadura exterior do leito, composto por régulas com rebordos voltados para o fundo da cova. Não se conhece a solução de cobertura, nem nos foi possível afinar a sua cronologia por falta de elementos de datação.

O tipo 5f, representado por uma única sepultura (I077, Apêndices 64 e 65; Ficha nº149; Parte II, p.135), corresponde a uma caixa com 2,58 x 1,15 x 0,89m, construída com recurso a material laterício reaproveitado e fragmentado, utilizado para levantar as paredes que não assentavam no leito composto por tijolos *bipedales*. A cobertura era organizada com tijolos idênticos aos da base, dispostos num sistema de “falsa cúpula”, suportados lateralmente por blocos pétreos de granito. Não descartamos que possa ter sido colocado um sistema de pequenas traves de madeira, que permitisse suportar o peso dos tijolos da cobertura, apoiados na bordadura superior das paredes. Todavia, trata-se de uma hipótese dificilmente comprovável, uma vez que o topo central de ambas as paredes laterais da sepultura já se encontrava desagregado. Este tipo de sepultura está atribuído aos séculos V/VII.

O tipo 5g corresponde a uma variante do tipo 5b, embora se apresente como uma solução mais tosca (Apêndices 64 e 65). O material empregue é notoriamente reaproveitado e as paredes são constituídas por um conjunto de tijolos inteiros ou partidos, dispostos em torno do leito, composto por blocos graníticos reaproveitados, em que se atesta a presença de lintéis. Não se

observa qualquer tipo de argamassa que ligue os diversos elementos construtivos. Neste subtipo apenas foi detetada uma única estrutura, cuja datação insere-se na Fase X.

O subtipo 5h está representado pela sepultura I061 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº148; Parte II, p.127), que apresenta no vão as seguintes dimensões: 1,77 x 0,51x 0,61m. O leito era constituído por uma fiada de tijolos fragmentados, que não servia de suporte às paredes. Não foi identificado qualquer tipo de argamassa de revestimento nas paredes. A solução da cobertura passou pela colocação de um grande bloco pétreo que assentava totalmente sobre as paredes. De forma a tornar o interior do vão sepulcral completamente estanque, as juntas entre o monólito e as paredes foram preenchidas com fragmentos de pedra e tijolo. Esta sepultura está atribuída aos séculos V/VII.

Associada à variante 6a está a sepultura I021 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº134; Parte II, p.267). Trata-se de uma estrutura colocada numa vala simples, de forma e secção retangular, cujo sistema de construção denuncia o emprego de blocos graníticos intercalados com material laterício fragmentado, compondo aparelhos muito irregulares que não assentavam no leito. Este era formado por tijolos reaproveitados, dispostos na horizontal. O único elemento da cobertura registado denuncia o recurso a blocos graníticos que assentavam nas paredes. Esta estrutura encontra-se associada ao período suevo-visigótico.

A variante 6b está representada pela estrutura I108 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº157; Parte II, p.347). A caixa com 2,73 x 1,60 x 0,85m foi implantada sobre uma cova simples, de morfologia retangular, com secção em degrau. Os tijolos *lydion* que formalizavam as duas fiadas inferiores assentavam numa espécie de rodapé recortado no substrato rochoso. Estas eram sobrepostas por duas fiadas de pedras graníticas, pouco afeiçoadas, por sua vez, sobrepostas por oito fiadas de tijolos *lydion*, dispostos na horizontal, formando níveis pouco regulares. O leito era constituído por um conjunto de tégulas e tijolos que regularizavam a superfície do vão interior. Não se conhece a solução de cobertura. Por falta de materiais não é possível datar este tipo de sepultura.

O subtipo 6c, formalizado pela sepultura I078 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº150; Parte II, 136), com 2,01 x 1,03 x 0,59m, apresenta uma caixa construída com as paredes nascente e poente compostas por pedra granítica, algo tosca, ao contrário das restantes, levantadas com recurso a tijolos *lydion*, dispostos na horizontal e agregados com argamassa. Nenhuma das paredes assentava no leito, formado por tijolos idênticos aos das paredes. Esta estrutura está atribuída aos séculos V/VII.

Ao subtipo 6d associamos as caixas que apresentam aparelhos mistos, pouco regulares, cujos elementos construtivos se apresentam agregados por argamassa. Nenhum dos dois exemplares detetados (Is040 e 047, Apêndices 64 e 65; Parte II, p.118 e 122, respetivamente) apresentava leito e em apenas um deles foi possível reconhecer o sistema de cobertura, formalizado por blocos graníticos, de forma e talhe irregulares. Trata-se de um tipo de estrutura que se encontra desde o século IV até aos séculos V/VII.

O subtipo 6e está representado pela sepultura I041 (Apêndices 64 e 65; Ficha n°142 Parte II, p.119). Trata-se de uma caixa de aparelho misto, em que as primeiras fiadas da base das paredes, que assentavam no substrato rochoso, eram compostas por pedra granítica, de forma e talhe irregulares, disposta de forma desordenada. Sobre estas assentavam fiadas irregulares de tijolos do tipo *lydion*. Esta estrutura, com um vão interior com 1,67 x 0,60 x 0,85m, não apresentava qualquer tipo de leito. Admitimos que a solução de cobertura poderia passar pela solução de falsa cúpula. Trata-se de uma sepultura datada dos séculos V/VII.

O tipo 6f apresenta lastro com tégula e outros elementos laterícios reaproveitados. As paredes apresentam uma fiada inferior em tijolo *lydion*, dispostos de lado, sobrepostos por níveis horizontais e regulares de tijolos *lydion* com pedra. A cobertura apresenta lajes de granito, algo toscas (I084, Ficha n°152).

A variante 6g encontra-se em contextos datados desde o século IV até aos séculos V/VII (Apêndices 64 e 65). Aqui integramos estruturas implantadas em covas de grandes dimensões (a maior com 2,24 x 1,60m), construídas com o recurso a pedra granítica de forma irregular e talhe pouco cuidado, cujos blocos assumem formas trapezoidais e assimétricas, incluindo elementos arquitetónicos, como blocos almofadados. As paredes não assentavam no leito, composto por material laterício do tipo *lydion*. Os remates superiores das caixas eram formados por uma fiada de tijolos do tipo *lydion* que regularizava a superfície de assentamento das coberturas. Apenas foi possível reconhecer o sistema de fecho num único caso, formado por blocos graníticos, de forma sub-retangular. Admite-se, face à evidência arqueológica, que determinadas estruturas possam ter sido revestidas com *opus signinum*.

O tipo 7 agrega as sepulturas com paredes em pedra.

A variante 7a inclui as sepulturas com paredes compostas por monólitos de pedra granítica e base formalizada com tijolos de distintas tipologias, indiciando o reaproveitamento de material (Apêndices 64 e 65). Não se conhece a solução encontrada para a cobertura. O tipo está atribuído à Fase X.

O subtipo 7b apenas está representado pela estrutura I009 (Apêndices 64 e 65; Ficha nº129; Parte II, p.257), que reúne particularidades excepcionais. Esta sepultura está implantada sobre uma vala de grandes dimensões com 3,72m de comprimento, por 2,40m de largura, sendo construída com recurso a blocos graníticos, dispostos em fiadas horizontais. Alguns destes elementos são claramente reaproveitados, situação denunciada pelo emprego de blocos almofadados e de outras peças epigrafadas. As paredes não assentavam no leito, formalizado por um conjunto de tijolo do tipo *bipedales*. A avaliar pelos dados recolhidos, o interior do vão apresenta restos de *opus signinum* que preenchem as juntas das paredes e do material laterício do lastro, sobre o qual foi depositada uma caixa em madeira que envolvia um caixão de chumbo. A solução de cobertura passou pela colocação de grandes lajes de granito, também elas reaproveitadas, cujas juntas foram colmatadas com uma argamassa de *opus signinum* que permitiu selar o interior da sepultura. Sobre as coberturas foi aplicado um sistema idêntico ao que reconhecemos na variante 5c, com a colocação de distintos enchimentos de terra alternados com níveis de pedra imbricada, de forma a ocultar o enterramento, dificultando o saque.

No tipo 8, integramos todas as estruturas duplas, que parecem ter permitido o enterramento múltiplo e/ou coletivo. O modo construtivo é variado e dependente da vontade pessoal e dos recursos disponíveis. As sepulturas aqui incluídas, designadas por Martins e Delgado como “*bisomas*” (1988/89: 144), encontram-se em diversos contextos de necrópole, nomeadamente os de época “visigoda” identificados em Madrid. Os investigadores que se debruçaram sobre o tema acreditam que tais estruturas correspondem a panteões familiares que permitiriam a reutilização das sepulturas (Morín Pablos e Barroso Caldeira, 2005: 200-201). Encontram-se igualmente assinaladas estruturas deste tipo na intervenção da Ronda del Marrubial, Sepultura 234 e 256, em Córdoba, se bem que associadas a um núcleo suburbano (Ortega Pascual, 2016: 319). Por sua vez, em Tarragona surgem documentadas estruturas duplas, que López Vilar admite estarem relacionadas, por um lado, com a deposição de indivíduos unidos por laços de matrimónio, identificando-se em cada recetáculo um indivíduo de cada sexo, considerando-se, por outro lado, a hipótese de estas sepulturas se associarem a edifícios de carácter familiar (2006: 152-157). De referir que, neste último caso, estas sepulturas estão relacionadas com a ocupação funerária de uma basílica paleocristã, ao contrário das sepulturas de Braga que não se encontram articuladas com qualquer tipo de estrutura cultural.

A variante 8a corresponde a uma estrutura implantada numa cova simples (I085 e I089, (Apêndices 64 e 65; Ficha nº153; Parte II, p.139), cujas paredes assentam sobre o afloramento

granítico. Apresentam-se estruturadas com recurso a pedra e tijolos de distintas tipologias. No muro central e comum aos dois *loculi* é evidente o reaproveitamento de tijolos, telhas e elementos de aduela, dispostos na horizontal. Nas restantes paredes, verifica-se o recurso a tijolos do tipo *lydion*, depositados de lado e que constituíam o nível da base. De seguida, foram sobrepostos por quatro fiadas horizontais de tijolos. Alguns alçados intercalam níveis de tijolo na vertical, à mistura com pedra e fiadas de material laterício na horizontal. As soluções de cobertura eram idênticas para ambas as sepulturas, encontrando-se formalizadas pela colocação de blocos pétreos em granito, bastante irregulares, assentes nas paredes laterais. O leito era constituído por elementos laterícios reaproveitados, não servindo de base para as paredes. Apenas foi possível atestar a solução de cobertura para uma das caixas (I085), que era composta por blocos graníticos de forma retangular. Ambas as estruturas estão atribuídas aos séculos V/VII.

Já a estrutura que define o subtipo 8b apresenta uma construção mais cuidada e que, pelos distintos pormenores técnicos, parece corresponder a um projeto realizado em momentos distintos. A primeira caixa (I042; Apêndices 64 e 65; Ficha nº143; Parte II, p.119) apresentava as seguintes dimensões: 2,55 x 1,25 x 0,73m. As suas paredes, construídas com tijolos *longum semipedale* e *lydion*, formavam fiadas horizontais que assentavam sobre um nível de argamassa de cor amarelada, que regularizava a base na qual se apoiavam. A segunda sepultura (I054, Apêndices 64 e 65; Parte II, p.124), adossada à primeira, apresentava dimensões ligeiramente reduzidas, com 2,38 x 1,04 x 0,58m. As suas paredes assentavam no substrato rochoso, sendo elaboradas com tijolos de distinta tipologia, alguns dos quais já fragmentados, organizados em fiadas horizontais. A solução para a cobertura da sepultura I042 deveria ser formalizada por monólitos graníticos, a avaliar pelos elementos encontrados em derrube.

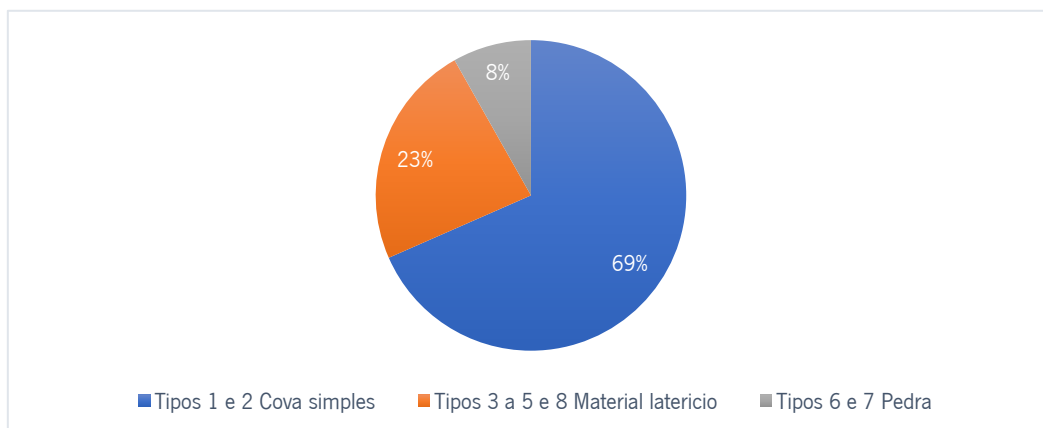
No que respeita aos paralelos, é possível encontrar semelhanças entre as sepulturas de inumação romanas de Braga com estruturas funerárias identificadas em diversos pontos do império, embora se evidencie sempre uma ou outra particularidade local, formalizada pelo tipo de materiais empregues no leito, na cobertura, ou para a edificação das paredes.

Os tipos mais simples, em que o defunto era depositado diretamente sobre o solo (Tipo 1 e 2 – Gráfico 4), encontramos-lo em Montes Novos (Pinto, 1996: 119), Córdoba (Sánchez Ramos, 2010: 208), nas necrópoles do Algarve (Pereira, 2014, vol. II, Parte II: tipo 1 – fossa simples), e em Sevilha (Barragan Valencia, 2009: 239). Outros tipos, como é o caso das sepulturas de duas águas (Tipo 3), exibem uma frequência recorrente nas necrópoles de utilização romana e tardoantiga. Aliás, este tipo de sepultura é reconhecido em contextos funerários também de

cremação, embora a sua generalização, associada à inumação, ocorra a partir dos Antoninos (Martins e Delgado, 1989/90: 144). Ainda assim, em Braga o seu número é bastante reduzido, quando comparado com as estruturas de tipo 4 e 5.

O uso de material laterício em Braga é recorrente, facto que pode estar relacionado com o seu custo, certamente inferior ao da pedra, mas também porque seria de fácil transporte, permitindo a construção de uma sepultura num período de tempo mais reduzido. Registaram-se inclusivamente situações em que as paredes das sepulturas são totalmente construídas com recurso a pequenos fragmentos de tijolo de tipologia indeterminada (I077, Ficha nº149; Parte II, p.136), o que certamente diminuiria o custo de construção dos *loculi*. Verificamos que o uso de pedra em sepulturas de época tardia é diminuto quando comparado com a alta frequência dos *lateres*. É certo que este material é principalmente utilizado na construção de paredes e na formalização das coberturas, contudo, é importante ter em conta que se trata, sempre, de elementos reaproveitados, originários de contextos domésticos ou de edifícios públicos, dado o tamanho exageradamente grande de alguns elementos. Mesmo a pedra que é aplicada na construção do conjunto de sepulturas formadas pelas Is009, 025 e 029 (Fichas nº129, 137 e 135, respetivamente) é, sem margem de dúvida, reaproveitada, revelando que terá sido desbastada para servir uma finalidade secundária, após ter sido desmontada e deslocada de um contexto de uso primário. Note-se, por exemplo, o recurso às pilastras graníticas que serviram de cobertura na I025, ou a epígrafe que, provavelmente, estaria inscrita num conjunto epigráfico mais extenso, lavrada sobre a face do bloco encontrado no alçado interior da parede norte da sepultura I009, que faria parte de um outro contexto. Note-se também o grande monólito de granito que recobre na íntegra a estrutura I061 (Ficha nº148), que evidencia, no topo, diversas marcas de desgaste do bloco.

Gráfico 4 – Relação percentual dos tipos de sepulturas de inumação e material empregue.



Outro aspeto a ter em conta é que não se identificou nenhuma sepultura totalmente construída com recurso a pedra, pois as soluções adotadas apresentam sempre construções mistas, em que os tijolos e as pedras se distribuem pelas distintas partes que compõem as paredes da estrutura funerária. Talvez por esta razão, as paredes interiores de algumas sepulturas de cronologia tardoantiga se apresentavam revestidas com argamassa semelhante a *opus signinum*, de forma a esconder a irregularidade dos paramentos, permitindo assim que os vãos interiores pudessem ser pintados. Trata-se, no entanto, apenas de uma suspeita consubstanciada na identificação de pequenas lascas de matéria esbranquiçada encontradas sobre o fundo da sepultura I022 (Ficha nº135; Parte II, p.266). Não descartamos a possibilidade de o revestimento interior estar relacionado com a necessidade de tornar estanque o compartimento sepulcral, situação que seria reforçada com a colocação do mesmo tipo de argamassa nos interstícios dos elementos de cobertura.

Este modo de construção não apresenta paralelos, à exceção daquilo que se encontra documentado para Tarragona nas sepulturas de “Parc de la Ciutat”, datadas do século V, estruturas essas que se encontravam revestidas com *opus signinum* (López Quiroga, 2010: 26; Lopéz Vilar, 2016, vol. I: 247). Haverá, no entanto, que ter em conta que são sepulturas associadas a necrópoles paleocristãs, já na periferia da cidade, relacionadas com núcleos de enterramento não urbanos. O mesmo tipo de revestimento surge documentado em Córdoba (Ortega Pascual, 2016: 319), num contexto datado dos séculos IV/VIII. A localização de ambos os paralelos difere das estruturas funerárias de Braga, onde o revestimento em *opus* se assinala nas sepulturas tardias da necrópole da Via XVII (Is008, 009, 022 e 025, Fichas nº128, 129, 135 e 137, respetivamente) e no núcleo de necrópole da rua Abade Loureira (I171; Ficha nº170).

Retomando a questão financeira, não nos é possível dissociar a ideia de que o custo do material empregue na construção está necessariamente relacionado com o estatuto social e económico dos defuntos enterrados e com as suas famílias. Determinados elementos, como os materiais utilizados, a tipologia, a localização da sepultura no contexto de necrópole e a eventual excecionalidade dos contentores funerários acabam por nos permitir concluir que, de facto, as sepulturas com materiais menos acessíveis estariam relacionadas com indivíduos mais destacados socialmente, mesmo que para tal se identifique o recurso a materiais reutilizados. Pese embora a ideia que acabamos de enunciar, não deixa de ser curioso constatar que se trata de estruturas muitas vezes monumentais, mas completamente ocultas e sem qualquer tipo de visibilidade ou elemento que permitisse que as mesmas se destacassem na paisagem funerária.

Estariam, de facto, implantadas a cotas profundas, muito abaixo do nível de circulação, a maior parte delas, aparentemente, sem qualquer elemento de referência superficial.

Outro ponto que nos parece digno de nota é que, no conjunto geral, não se consegue perceber com rigor a filiação religiosa dos defuntos, uma vez que não surgiram quaisquer tipos de elementos arquitetónicos ou de espólio funerário que permitiam tal constatação. Aliás, em Braga, os achados deste tipo que indicam já uma associação ao universo cristão, surgem descontextualizados, alguns já no interior da cidade, como acontece seguramente com uma placa com *crismón* na rua do Anjo (Fontes, 2009: 275; Fontes, 2017, Figura 3: 237; VV.AA., 2017:164).

2.1.2. Os elementos de sinalização

No que concerne aos sistemas de identificação das sepulturas, no conjunto das distintas paisagens funerárias, verifica-se, desde logo, a inexistência de estelas funerárias de cronologia tardo-romana ou tardoantiga. Situação contrária, por exemplo, ao que se encontra documentado para Silveirona, em que os suportes epigráficos são frequentes ainda durante o século VI, embora a sinalização das sepulturas se altere, passando da posição vertical à horizontal, conservando-se o costume da escrita em latim, associado a um sistema de enumeração distinto do romano, que recorria à contagem dos idos ou das calendas. Por oposição ao sistema pagão, parece existir uma obsessão com a menção do dia exato da morte, facto que pode estar relacionado com a crença de que a data da morte é entendida como o início do processo de salvação da alma (Cunha, 2008: 92-94).

Em Braga, parece existir a necessidade de resguardar a sepultura e torná-la anónima, pelo que a sua identificação e publicitação na paisagem não parece ser importante. Da mesma forma, não se verifica uma profusão no campo dos elementos de sinalização. Assim, apenas nos foi possível identificar três tipos de estruturas que permitiriam reconhecer os distintos contextos sepulcrais, embora se tratem de sistemas muito singelos.

Identificaram-se caixas compostas por tijolos (Tipo 1a; Apêndice 66), de forma retangular ou sub-quadrangular, normalmente implantadas sobre os enchimentos das valas de fundação das sepulturas. Os exemplares reconhecidos, todos associados aos núcleos de necrópole da Via XVII (ES001, Ficha nº 120 e ES002; Parte II, p.252), estão atribuídos a períodos de utilização do espaço sepulcral balizados entre os séculos II e V/VII. Julgamos tratar-se de elementos que permitiam identificar a sepultura no conjunto da necrópole. No entanto, para além desta função, algumas destas caixas podem ter servido de apoio à realização de determinados rituais funerários,

eventualmente relacionados com cerimónias de comensalidade, como o banquete funerário, tal como parece acontecer com a ES003 (Ficha nº121; Parte II, p.253). No interior desta estrutura, foi individualizado um fino enchimento que recobria o leito da caixa, composto por carvões e algumas esquirolas de osso cremado (Braga *et al.*, 2017: 17). Nos níveis de aterro reconhecidos sob esta estrutura, encontram-se diversos fragmentos de cerâmicas cinzentas, de produção tardia, que permitem atribuir a estrutura aos séculos V/VII. Junto aos ossos cremados da ES003 foram identificados fragmentos de fauna queimada, o que denuncia que algumas práticas de cariz pagão ainda resistiam durante o período suevo-visigótico.

Uma outra estrutura (Tipo 2a; Apêndice 66), única no contexto das necrópoles de Braga, está representada por um elemento de canalização em U reto (ES005, Ficha nº123; Parte II, p.113). Parece funcionar como um suporte de uma outra peça, que encaixaria neste elemento que, entretanto, desapareceu. É possível que o elemento tenha servido como “contentor” funerário para a deposição de um neonato, muito embora tal não pareça ser exequível do ponto de vista antropológico, dado o curto espaço disponível para a colocação do defunto. Além disso, deveremos ter em atenção a posição do elemento laterício, que se encontrava ligeiramente alteado em relação à superfície de circulação, ficando com o topo a descoberto, por não se encontrar totalmente encaixado na vala. De referir também que este elemento se encontrava circundado por diversas estruturas de inumação, ocupando um lugar central em relação às mesmas, não sobrepondo qualquer outra sepultura. O destaque que o elemento parece assumir no contexto da microtopografia funerária do núcleo da Cangosta da Palha leva-nos a equacionar a possibilidade de o mesmo ter servido para a colocação de uma epígrafe em material perecível. Dada a sua relação e posição estratigráfica com as restantes sepulturas, atribuímos este suporte aos séculos V/VII.

Documentou-se ainda um outro sistema de sinalização que se encontra em estreita articulação com as sepulturas de inumação (Tipo 3a; Apêndice 66), sendo bastante semelhante à solução que registamos em alguns *ustrina*. Trata-se de uma estrutura que surge registada em contextos cronológicos amplos, que datam desde o século I até aos séculos V/VII. Esta cronologia extensa talvez esteja relacionada com o facto de se tratar de um sistema relativamente prático que permitia, de forma simples, marcar e indicar a existência de um *locus religiosus*, pois bastaria a colocação de elementos pétreos de dimensões variáveis sobre a sepultura. Corresponde a um sistema que, para além de sinalizar a estrutura funerária, funcionava como meio de salvaguarda da integridade da mesma, precavendo eventuais saques. Nos contextos de Braga, foi evidenciado

nas necrópoles das vias XVII e XX (I079, Ficha nº151; Figura 2 e I149, Ficha nº166; Figura 1; Parte II, p.136 e 335, respetivamente). No que respeita a paralelos, encontramos estruturas semelhantes nas sepulturas de inumação das necrópoles de Córdoba (Tipo 133 de Vaquerizo Gil, 2002: 165) e nas necrópoles do Algarve (Pereira, 2014, vol. II, Parte II: tipo 6 – fossas simples).

2.1.3. As estruturas de tipo indeterminado

Pensamos ser este o espaço para a menção ao piso em *opus signinum*, identificado no núcleo de necrópole da Via XVII, em S. Vitor, que admitimos ter sido construído na fase tardoantiga (Figura 291). Certamente, que este nível estaria articulado com um edifício cuja tipologia nos escapa, dado que não foram exumados quaisquer tipos de muros ou paredes que desenhassem uma estrutura. Este piso, que deverá ter servido de preparação para um pavimento em mosaico, do qual apenas foram recolhidas algumas tesselas (Lemos, 2001: 15), recobria parcialmente um conjunto de sepulturas de inumação, que julgamos pertencer a uma fase tardia, embora a sua cronologia se mantenha indeterminada. As construções de recintos funerários no contexto das necrópoles de Braga não são estranhas, tal com o comprova o recinto R07, nem tampouco esta realidade parece ser inexistente noutros espaços sepulcrais, designadamente em Córdoba, onde se conhecem três edifícios de planta quadrangular, datados do século IV, dispostos junto a eixos viários secundários (Sánchez Ramos, 2007: 195).



Figura 291 – Aspeto parcial do piso em *opus signinum* identificado no núcleo de S. Vitor, em 2000 (©GACMB).

2.2. O espólio funerário das inumações

Muito embora se registem estruturas de inumação em Braga já desde a segunda metade do século I, na verdade, isso não parece ser sinónimo de abundância de espólio. Com efeito, nas sepulturas de inumação, desde a fase alto-imperial, verifica-se uma clara ausência na deposição de espólio funerário, tendência essa que se mantém na fase tardo-romana, extinguindo-se no período tardoantigo.

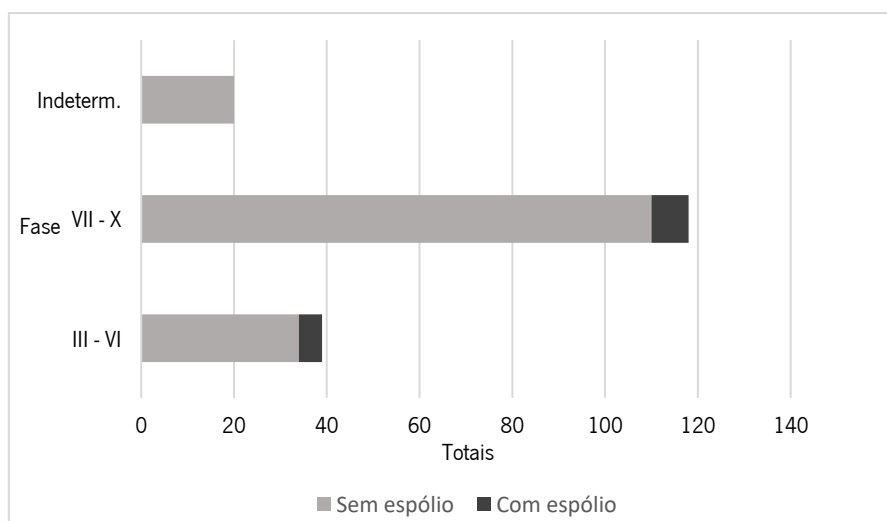
Este fenómeno de escassez de mobiliário funerário nas inumações encontra-se documentado em algumas necrópoles tardias no NO peninsular, tal como acontece para a necrópole de Gulpilhares, em que se avança que a ausência de espólio funciona como indicador da existência de sepulturas associadas à doutrina cristã (Lobato, 1996: 17). Embora se admita, com algumas reservas, que a crescente influência do Cristianismo parece ser coincidente com o decréscimo da deposição de espólio funerário, Carlos Pereira nota a mesma tendência para as necrópoles do Algarve. Nesta região, nas necrópoles urbanas, a diminuição da deposição dos conjuntos de espólio junto do cadáver ocorre em torno dos finais do século III (2014: 429). Podemos ainda referir o caso da necrópole da Caldeira, onde, nas sepulturas do século IV, também se atesta a ausência de materiais (Almeida, 2008: 114). Outro caso é a necrópole de Silveirona II, onde é notória a escassez de espólio funerário, em que de um conjunto de 35 sepulturas escavadas apenas 12 conheceram a colocação de espólio. Todavia, Melánie Cunha salienta que esta associação entre carência de espólio e cristianismo é muitas vezes difícil de estabelecer do ponto de vista arqueológico, dado que não é possível conhecer a filiação religiosa dos defuntos. Por outro lado, a autora relembra que se de facto a ausência de espólio parece demonstrar que os hábitos funerários, como o banquete, já haviam desaparecido durante a tardoantiguidade, as oferendas colocadas junto ao morto podiam consubstanciar-se em dádivas alimentares, portanto material precívél, que desapareceu sem deixar qualquer rasto (Cunha, 2008: 79).

Para o contexto em estudo, também se torna difícil a articulação entre Cristianismo e ausência de espólio, isto devido à manifesta falta de evidências arqueológicas. Nas 177 inumações estudadas, apenas em um caso é plausível que o indivíduo sepultado possa estar vinculado com a nova religião, muito embora essa vinculação não seja segura, uma vez que a associação é estabelecida com base na decoração do contentor funerário (I009, Ficha nº129; Parte II, p.257), pelo que a assumimos como meramente especulativa.

De facto, a ausência de espólio nas inumações é evidente. Entre a Fase V e a VI, das 39 inumações analisadas apenas cinco conheceram a deposição de espólio votivo, situação que tende

a ser mais evidente quando avançamos para os períodos baixo-imperiais e tardoantigos, em que num total de 118 estruturas, apenas oito apresentam algum espólio (Gráfico 5). Se compararmos o quadro dos valores correspondentes à Fase VII e à Fase X, verificamos que a tendência que temos vindo a referir é mais notória. Assim, no século II, num conjunto de 33 sepulturas, quatro tinham espólio, enquanto para os séculos V/VII, de 67 sepulturas, em apenas numa foi depositado material (Apêndice 67).

Gráfico 5 – Relação do total de inumações e espólio funerário.



2.2.1. As cerâmicas

Tal como analisado no ponto dedicado à cremação, as cerâmicas constituem-se como o grupo mais numeroso de peças encontradas em ambiente funerário de inumação (Apêndice 67).

No que concerne às peças atribuídas às fases V e VI, destacamos os quatro potinhos recuperados na necrópole da Via XX, dois em cerâmica cinzenta fina polida (I134, Ficha n°163, n°inv.1991.0926, e I149, Ficha n°166, n°inv.2000.0131), um em cerâmica comum fina, de produção local (I151, Ficha n°167, n°inv.2000.0130), o outro, um pote, em cerâmica comum grosseira (I128, Ficha n°162, n°inv.1991.1008), que apresenta, na zona da pança, uma perfuração bastante idêntica àquela que surge patente nos vasos ossuários cerâmicos associados à cremação. Quanto à posição destas peças na sepultura, a falta de evidências osteológicas, completamente inexistentes para as inumações do período alto-imperial, apenas nos permite referir que os objetos se localizam junto ou próximo de uma das extremidades da sepultura.

No contexto cronológico referido, foi ainda encontrada uma lucerna, de fabrico local, tipo Dressel 20, dos finais do século I e a primeira metade do século II (I128; Ficha nº162; nºinv.1991.0989), que, apesar de não ter marcas de uso, apresenta a zona central da orla partida, reproduzindo as marcas rituais atestadas nos espólios das cremações.

Para a Fase VII, destacamos um pote em cerâmica comum grosseira (I059, Ficha nº147, nºinv.1991.0807), colocado em posição central na sepultura e o prato Drag.15/17, em TSH (I132 - nºinv.1991.1025), cujo posicionamento desconhecemos. Este conjunto de objetos, com exceção da lucerna, é facilmente associável à realização de eventuais momentos de comensalidade, uma vez que as suas formas permitiriam o transporte de bens alimentares líquidos e sólidos para o contexto da necrópole.

Já na Fase VIII mantém-se a deposição de púcaros (I169, Ficha nº168, nºinv.2000.0020), em cerâmica comum e de lucernas, surgindo sempre em conjunto, conforme o documentado pela sepultura I014 (Ficha nº131, Parte II, p.262), em que se identificaram quatro lucernas *Firmalampen*, de produção local (nºinv.2009.0186/0190/0192/0193), acompanhadas de quatro potes de média dimensão, em cerâmica comum (nºinv.2009.0451/0432/0450/0452), quatro copinhos, em cerâmica comum fina (nºinv.2009.0187/0188/0431/0456), e um pote em cerâmica comum (nºinv.2009.0377). Apesar de tal ocorrência, esta quantidade de espólio encontrada numa só sepultura é rara. Além disso, estas peças encontravam-se totalmente partidas e amontoadas na extremidade setentrional da caixa sepulcral, associadas ao enchimento de saque da estrutura, o que leva a supor que no interior da sepultura tenham sido depositados objetos de maior valor, entretanto removidos, não deixando de ser estranha a circunstância de os objetos aparecerem agrupados em conjuntos de quatro peças.

Relativamente às sepulturas de inumação de cronologia tardia, apenas se documenta a deposição de um jarro, em cerâmica cinzenta tardia, de produção local (I115, Ficha nº160, nºinv.1998.0943). Apesar de recuperado em contexto selado, depositado na extremidade nascente da sepultura, encontrava-se em falta a sua asa.

Os conjuntos que apresentamos parecem evidenciar a inexistência de uma clara rutura com as práticas rituais anteriores, mantendo-se o hábito não só de oferendar o morto, mas também de escolher objetos cuja simbologia se associa com o universo da morte romana.

2.2.2. Os vidros

Os vidros seguem a tendência geral dos restantes materiais, correspondendo a 1,13% do total de objetos depositados em inumações. Com efeito, em 177 inumações, apenas em duas sepulturas possuíam objetos em vidro (Apêndice 67).

Na I025 (Ficha n°137; Parte II, p.267), foram identificados os vestígios de um gargalo de uma garrafa, de vidro incolor, cuja tipologia desconhecemos, em virtude do seu elevado grau de fragmentação. No entanto, pela sua localização e relação espacial com os restantes achados metálicos, a peça terá sido colocada junto da cabeça do defunto. No segundo caso documentado, designadamente na sepultura I115 (Ficha n°160; Parte II, p.349), foram depositadas duas peças em vidro, embora o estado de conservação de uma delas não permita aferir com segurança a sua forma. O outro objeto corresponde a um frasco, em bom estado de conservação (Ficha n°160, Figura 3, n°inv.1998.0942). Ambas as peças encontravam-se na extremidade nascente da vala, apesar de não ser possível determinar se estavam do lado da cabeceira ou dos pés por falta de restos ósseos.

2.2.3. Os metais

Os pregos são, sem sombra de dúvida, o conjunto de espólio mais expressivo nos contextos funerários de inumação. No entanto, não dispomos, para a maior parte das estruturas, do seu posicionamento, tendo muitos deles sido recuperados através do processo de crivagem manual dos sedimentos. Ainda assim, a quantidade de pregos, a sua distribuição no interior dos vãos das sepulturas, aliados aos vestígios de matéria orgânica e a outros achados metálicos, tais como ferragens e dobradiças, permitem confirmar a existência de caixões que asseguravam não só o transporte dos defuntos para as necrópoles, como serviam de contentores para a sua deposição.

Na intervenção dos CTT/LSF, foram identificados diversos pregos que testemunham exatamente a existência de caixões de madeira, tal como acontece na sepultura I017 (Ficha n°133; Parte II, p.263), em que os pregos se encontravam na sua posição original (n°inv.2011.0378), associados a uma mancha de matéria orgânica, ou na Cangosta da Palha, na sepultura I034 (Ficha n°139; Parte II, p.116), em que os pregos estavam articulados com ferragens diversas que permitem restituir o formato do caixão (n°inv.1991.0834 e 1991.0842).

Noutras situações, o reduzido número de pregos, aliado à baixa variação altimétrica, permite-nos equacionar a existência de simples padiolas, elementos de transporte mais simples

que cumpriam as mesmas funções que o caixão, embora não permitissem que o defunto ficasse completamente protegido.

Ainda no que concerne aos elementos de transporte dos defuntos, queremos destacar um achado excepcional, identificado na sepultura I009 (Ficha nº129; Parte II, p.257), designadamente um caixão de chumbo, ainda sem paralelos. Trata-se de uma peça trabalhada a partir de uma única folha, com 7mm de espessura, cujas extremidades nascente e poente se encontram dobradas sobre as restantes, estabilizadas a partir de uma ligeira soldadura. Além disso, são ainda visíveis as marcas de punção que permitiram virar para o interior a bordadura superior do contentor, que apresenta uma forma sub-retangular, ligeiramente abaulado na área central, com 1,95 x 0,46 x 0,27m. Numa das partes laterais são perceptíveis duas cruzes em alto-relevo (Braga *et al.*, 2017: 10). Não apresentava vestígios de tampa. No entanto, dado o numeroso conjunto de pregos com madeira encontrados na parte exterior, aos quais estava agregada madeira, admite-se a existência de uma caixa de madeira que envolveria este caixão de chumbo.

No interior das caixas sepulcrais, para além de pregos, individualizaram-se cravos e rebites. No entanto, só em determinados casos é possível associar estes distintos elementos à sua real função. Os cravos estariam provavelmente ligados à decoração dos caixões, porém, a falta de posicionamento impede-nos de confirmar tal situação. Quanto aos rebites, apenas num caso (I025; Ficha nº137; Parte II, p.267) foi possível posicionar 27 objetos, localizados na extremidade NO do vão do interior da caixa, presumindo-se, por isso, que se associariam aos elementos de vestuário do indivíduo ali sepultado.

2.2.4. As moedas

A deposição de moedas nas sepulturas de inumação é rara (Apêndice 67). No entanto, esta escassez conduz-nos a destacar alguns casos particulares. Assim, na fase alto-imperial, em 39 sepulturas, identifica-se a deposição de moeda em apenas um caso (I148, Parte II, p.335), mau grado o numisma não permitir a leitura. Apenas voltamos a registar a ocorrência de moedas em contexto de inumação na segunda metade do século III/inícios do século IV, conforme o documentado na sepultura I135 (Parte II, p.323), onde foram recuperados 13 exemplares (Tabela 3), a saber: uma moeda de Salonina (266), duas imitações de Galieno (267-268), quatro de Marco Aurélio (268-270), três de Divo Cláudio, cunhadas em Roma, entre 270-271, uma de Vitorino (270) e duas moedas de imitação de Divo Cláudio posteriores a 270 (Martins e Delgado, 1989/90: 80). Todavia, desconhecemos o valor monetário dos numismas enunciados. No que respeita à

sua localização, este conjunto estava concentrado e posicionado na parte poente da vala, na zona central da sepultura, provavelmente à altura da cinta. Dado que as moedas se encontraram sensivelmente a meio da sepultura, presumimos que poderiam estar dentro de uma bolsa de material perecível que desapareceu. Tal como acontece nas moedas associadas às cremações, não consideramos que tal achado se configure como o “óbolo a Caronte”, uma vez que não se encontram numismas em clara associação com a boca do defunto. Desde logo porque não subsiste qualquer vestígio osteológico, mas também porque as moedas não se localizavam nas extremidades da vala, o que permitiria extrapolar a sua localização com a eventual posição da cabeça.

Assim, a presença de moedas em contexto de inumação simboliza apenas a reminiscência de uma prática ritual romana, que tão pouco era habitual no contexto estudado, tal como se verifica com as sepulturas de cremação. Reconhece-se, todavia, que as moedas poderiam ter múltiplos significados, simbolizando a riqueza e poder social do defunto, ou representar uma espécie de donativo semelhante a uma esmola, principalmente nos alvares do Cristianismo (Stevens, 1995: 229-230).

Tabela 3 - Relação das moedas nas sepulturas de inumação.

Necrópole	Núcleo	Nº estrutura	Nº moedas	Datação	Datação das sepulturas
Via XX	RC79/81	I148	1	—	Século II
	RC79/82	I135	13	266 à primeira metade de 271	Segunda metade do séc. III - século IV

2.2.5. Os objetos de adorno

Esta categoria de objetos é rara, surgindo numa única sepultura (I169, Ficha nº168; Parte II, p.340), num total de 177 inumações. Foram reconhecidos dois anéis de vidro negro (nºinv.2000.0002/0003), inteiros, com secção em D, um deles com uma mesa circular, com uma rosácea estampilhada (Cruz, 2009, vol. III: 202). Para além destas duas peças, não foram recuperados quaisquer outros elementos de adorno.

3. As estruturas em honra dos defuntos: os cenotáfios

Nas necrópoles de Braga foram também identificadas estruturas que não albergavam qualquer tipo de conteúdo osteológico, nem sequer enchimentos relacionados com o processo de cremação. Articulado com estas estruturas surge apenas a deposição de espólio votivo. Cremos que será possível designar estas estruturas de cenotáfios (*cenotaphium*), locais criados para homenagear os mortos, nomeadamente quando o corpo desaparecia ou não estava disponível para se proceder ao funeral. Trata-se de um local que seria construído para que a alma do defunto encontrasse um espaço para repousar, de forma a evitar que vagueasse sem destino (Toynbee, 1979: 34).

A legislação romana apenas considerava como locais sagrados as sepulturas, classificando como *monumentum* as restantes construções que servissem de garantia à perpetuação da memória dos defuntos. Assim, os cenotáfios, a par de outras estruturas, como as estelas, não seriam considerados como elementos sacros, uma vez que neles não se depositaram os restos dos defuntos (*D.17.2.52.7* - Remesal Rodríguez, 2002: 372).

Nos últimos anos, têm surgido inúmeras publicações que alertam para a existência deste tipo de construções, que replicam a morfologia das sepulturas, mas nas quais estão ausentes os vestígios osteológicos. Encontram-se documentados cenotáfios nas necrópoles de *Onoba* (Fernández Sutilo, 2016), *Valencia* (García Prósper, 2015) e *Corduba* (Vaquerizo Gil, 2002), com distintas datações, todos eles considerados pelos autores como estruturas rituais e comemorativas.

No que respeita ao nosso contexto de estudo foram reconhecidas três categorias distintas deste tipo de estruturas (Apêndice 68). A primeira (CEN004, Ficha nº003; Parte II, p.102; Figura 292) encontra-se representada por uma caixa composta na totalidade por tégulas (Tipo 1a; Apêndice 68), formalizando uma estrutura de morfologia retangular, onde foi depositado no interior um conjunto de espólio considerável, composto por um fundo de um pote, em cerâmica comum grosseira, três púcaros de produção local, três moedas, uma bilha, quatro tigelas, duas lucernas de produção local e duas lucernas de canal ou *Firmalampen*, atípicas, datadas dos finais do século I/primeira metade do século II (Esteves, 2016: Est.049/050). Note-se que não foram encontrados indícios de práticas de cremação no interior da caixa, nem fora dela.

O segundo tipo encontra-se formalizado pela colocação de um pote de grandes dimensões no interior de uma vala, sem qualquer tipo estrutura funerária anexa (Tipo 2a; Apêndice 68). Neste grupo, integramos duas estruturas com cronologias distintas. Uma primeira, o CEN002 (Ficha

n°002; Parte II, p.203; Figura 293), atribuída aos finais do século III/inícios século IV, onde foram depositadas quatro lucernas inteiras de canal, de forma atípica, de produção local. A segunda estrutura (CEN003, Parte II, p.203) encontra-se atribuída à segunda metade do século I, na qual apenas foi recuperado o pote.

O último grupo (Tipo 3a; Apêndice 68) corresponde a uma cova pouco profunda, na qual se depositou um jarro, em cerâmica comum, em torno do qual se dispunha uma estrutura pétrea, semelhante à que se identifica para o tipo 4a das estruturas de cremação (CEN001, Ficha n°001; Parte II, p.203; Figura 294). Trata-se de uma construção atribuída ao século II. Muito embora apenas se tenha recolhido um único fragmento de osso do enchimento de nivelamento que recobria a estrutura, tal não nos parece ser impeditivo de esta formalizar um cenotáfio, pois a peça óssea deverá provir de um contexto de infiltração.



Figura 292 – Pormenor do pote do CEN004 (©MDDS).



Figura 293 – CEN002, pote acompanhado do espólio que se encontrava no interior (©autora).



Figura 294 – Vista geral da estrutura em campo com pormenor do púcaro (©UAUM e autora).

Em todas as estruturas analisadas verificamos uma constante, que consiste na introdução de uma determinada peça votiva. Trata-se de objetos que refletem a realização de atos rituais que demonstram a necessidade de oferecer aos mortos um qualquer tipo de dádiva para a vida no além. O recurso a púcaros, tigelas e bilhas, provavelmente estará relacionado com oferendas alimentares. Por sua vez, a introdução de lucernas, elementos de luz que guiavam as almas até à última morada, traduz a concretização de rituais póstumos (Fernández Sutilo, 2016, vol. II: 69), tal como surge no CEN002 (Ficha n.º002; Parte II, p.203), em que foi depositado um conjunto de quatro lucernas.

Para além de cerâmicas, os cenotáfios também receberam a deposição de moedas, tal como se identificou no CEN004 (Ficha n.º003; Parte II, p.102; Figura 295a). Nessa estrutura foram recuperados três numismas, apresentando-se, contudo, em mau estado de conservação, o que não permite elaborar considerações acerca da sua cronologia (n.º inv.1995.0527, 1995.0528, 1995.0529). Estas moedas, por sua vez, encontram-se depositadas no interior de distintas peças cerâmicas, também elas acumuladas no interior de um grande pote votivo (Figura 295b). Presumimos que estes objetos teriam um valor especial para os indivíduos que os selecionaram, sendo, contudo, impossível deslindar o real significado.



Figura 295 – CEN004: a. localização de uma das moedas no interior do pote (©MDDS); b. aspeto do conjunto de espólio cerâmico no interior do pote (©MDDS).

4. A epigrafia funerária e a monumentalização da morte

Uma das influências mais evidentes da cultura romana consiste no recurso aos monumentos epigrafados. A prática epigráfica encontrava-se associada à necessidade de se transmitir informação específica, principalmente quando a iconografia não o conseguia realizar, pelo que a menção do nome parece estar relacionada com a necessidade de criar na memória coletiva o registo de uma existência individual (Redentor, 2011: 66).

A referência ao nome, em época romana, parece estar relacionada com a representação do indivíduo de modo a que o mesmo não fosse esquecido. E tal não se aplicava só no campo da epigrafia funerária. A menção a um sujeito (morto ou vivo) permitia destacá-lo no universo social em que se inseria, evidenciando os seus distintos estatutos jurídicos, sociais e culturais. O texto a ser exibido publicamente permitia a criação de uma imagem suficientemente elucidativa acerca de uma pessoa e das suas relações sociais que definiam as características da sua identidade individual (Woolf, 1996: 29).

Apesar disso, adquirir um monumento epigráfico, tomado como pertença de alguém, onde se inscrevia o nome, simbolizava a aceitação de um hábito romano, em que o uso do latim, evidenciado na maioria destes elementos, se assume, também, como um elemento importante na construção da identidade romana, principalmente em novos territórios. Ao adotar o idioma e o alfabeto latino, os indivíduos, para além de serem entendidos e aceites pelos outros, alcançariam maior prestígio no seio da comunidade, assumindo-se a grafia latina como uma característica que permitia estreitar laços culturais pela partilha de símbolos comuns (Guerra, 2001: 161; Alfayé e Marco Simón, 2008: 282; Hope, 2010: 108).

No que concerne à epigrafia funerária, a mesma servia dois propósitos fundamentais. Desde logo, o monumento permitia sinalizar a existência do local de enterramento, espaço que deveria ser protegido e homenageado. Além disso, a epígrafe era a personificação do morto, pelo que se convertia num objeto que prevenia a completa aniquilação da presença física do indivíduo. O medo do esquecimento e da perda “do eu” era contrariado pela publicitação do sujeito que se queria recordado pelas gerações futuras (Woolf, 1996: 32; Hope, 2001: 1; Carroll, 2006: 31). As palavras de José d’ Encarnação são esclarecedoras, considerando o autor que a epigrafia funerária permitia “*salvar o nome do defunto do esquecimento*”, criando para o morto um estatuto perene e imortal (2006: 123).

Assim, a presença de um monumento funerário epigrafado promovia e perpetuava a memória. Pela lei romana, tais elementos deveriam servir como um veículo que representava a essência e a dignidade de um indivíduo, aspeto que foi referenciado por diversos autores da Antiguidade, como Plínio, Petrónio ou *Propertius* que, por sua vez, caracterizam os suportes como “*pedras que guardam a memória*” (Carroll, 2011: 134; Carroll, 2007/2008: 39). Estes elementos permitiam ainda a criação de vínculos entre dois universos, o dos vivos e dos mortos, em que a leitura repetida e sistemática das placas, aras, blocos ou estelas criava diálogos, entre os que liam e os que já haviam ingressado no universo dos *Manes*, lembrando a uns e a outros a finitude da vida. Segundo J. Edmondson, a propósito de *Augusta Emerita*, esta forma de exhibir os defuntos consubstanciava-se no meio mais importante através do qual os cidadãos construam uma imagem pública deles próprios e da sua classe social. Neste sentido, a colocação de monumentos funerários permitia o estabelecimento e a construção de uma memória duradoura do defunto no mundo dos vivos, em que as mensagens criadas ajudavam também à estruturação da reputação dos vivos, herdeiros que cumpriam piedosamente o ato de homenagear e recordar os seus antepassados, mantendo-se como defensores da cultura e dos valores romanos (2001: 79).

Haverá, no entanto, que ressaltar o facto destes monumentos funerários não se encontrarem protegidos por qualquer norma legal. Se é certo que as sepulturas eram consideradas como *loci religiosi*, tal não se aplicava às epígrafes, uma vez que esses objetos não serviam para depósito dos restos ósseos (Remesal Rodríguez, 2001: 372). Talvez por essa razão alguns destes elementos acabaram por se perder e ser reutilizados noutros contextos, mesmo em época romana. O que provavelmente aconteceria, é que estes suportes apenas seriam mantidos e cuidados enquanto duravam os descendentes e familiares do defunto. Perdendo-se o vínculo afetivo, perdia-se a memória, assim, no espaço de uma ou duas gerações, os que cuidavam do monumento

desapareciam, o que favorecia a inutilização e, não raro, o reuso do elemento epigrafado (Hope, 2001: 2).

Trata-se de peças que exigiam um trabalho especializado, realizado por um *lapidarius*, que cortava e transformava o bloco a ser inscrito. Dessa forma, é aceite que o monumento funerário era um bem de luxo e que apenas estaria acessível a uma franja minoritária da população. Com efeito, tratar-se-ia de mais uma despesa a adicionar ao custo de preparação do defunto e à compra do lote, pelo que nem todos teriam a oportunidade de o adquirir (Hope, 2010: 109). Alguns autores advertem para o facto de que, apesar da maior parte destes monumentos estarem inscritos num suporte pétreo, o que aumentava a probabilidade da sua longevidade e preservação, deveriam existir epígrafes inscritas em suportes perecíveis, o que permitiria “democratizar” o hábito epigráfico (Hope, 2001: 1).

4.1. Os suportes e as suas características

Não temos a pretensão de elaborar um estudo aprofundado dos suportes funerários conhecidos para a cidade de *Bracara Augusta*, uma vez que o mesmo se encontra já elaborado por outros investigadores. Todavia, pretendemos destacar algumas das suas particularidades, uma vez que a epigrafia se assume como uma das expressões funerárias mais relevantes no âmbito cronológico a estudar, ajudando a compreender como a população autóctone assimilou os processos de vivência da morte características da sociedade romana.

A colocação das estelas (ou outra qualquer peça epigrafada) nas necrópoles bracaraugustanas corresponde a uma influência romana, uma vez que as populações indígenas do NO peninsular só adquirem este hábito funerário, após a sua integração no Império. Os suportes epigráficos convertem-se, assim, em símbolos da cultura romana e como elementos demonstrativos do grau de assimilação e interiorização da mesma por parte das populações indígenas (Redentor, 2011: 62). A verdade é que para os momentos anteriores à presença romana, não são conhecidos, para a região, quaisquer suportes epigráficos. G. Ruibal caracteriza, inclusivamente, o universo da morte para as comunidades da Idade do Ferro como “*una forma de disolución de la memoria*”, visto que, até ao momento, não há sequer qualquer vestígio que nos elucidie sobre as práticas funerárias das populações autóctones. Situação contrária acontecia com a sociedade romana, em que a morte deveria ser visível e publicitada através da colocação de suportes pétreos em que figuravam textos escritos em latim (González Ruibal, 2006: 611).

Até ao momento são conhecidos 54 monumentos epigráficos de cariz funerário, todos eles, sem exceção, executados em granito (Apêndice 69). Tal não parece estranho, uma vez que o material é abundante na região, revelando a exploração de várias pedreiras, localizadas na zona de Braga, onde ocorrem as variantes da própria mancha da cidade, mas também de Barcelos e da Póvoa de Lanhoso, diferentes na cor e na sua composição (Ribeiro, 2010, vol. I: 98). Se atendermos às características da rocha em causa, dura e pouco maleável, facilmente compreendemos que os *lapicidae* seriam indivíduos experientes, conhecedores do trabalho da pedra e que conseguiriam trabalhá-la conforme o pedido da sua clientela. Nesses suportes esculpiram-se textos com boa paginação, unicamente escritos em latim, ladeados pela gravação de motivos decorativos de grande qualidade. Não colocamos de parte que tenham inclusivamente existido suportes em mármore. No entanto, sabemos que a acidez do subsolo de Braga, combinada com os altos índices de humidade, colocavam em risco a integridade das peças. Aliás, nas diversas escavações arqueológicas realizadas na cidade, ou o mármore não aparece, ou, quando ocorre, o seu estado de conservação é de tal forma mau que não permite sequer o reconhecimento do tipo de peças em que foi usado. Todavia, não descuramos o facto, já referido por outros investigadores, de a escassez de mármore estar associada à sua reutilização ou redução para obtenção de cal durante o período medieval (Ribeiro, 2010: 75-77; Ribeiro e Martins, 2012: 18).

Relativamente aos monumentos epigráficos funerários, apenas se encontram identificados cinco tipos: estelas (24), placas (6), aras (5), blocos (2) e colunas (2). Existem ainda suportes epigráficos, cuja morfologia é incerta, pelo que surgem peças classificadas como cipos (2), estelas/placa (1), placa/bloco (1). Note-se que, pelo menos, em onze casos não é possível confirmar a sua tipologia do suporte, nem tão pouco saber qual o material em que a peça foi lavrada, uma vez que os elementos se encontram desaparecidos (Apêndice 69).

As estelas correspondem normalmente a blocos sub-retangulares, com orientação vertical. Nos casos em que foi possível recuperar a totalidade da peça, constatamos que podem alcançar os 1,84m de altura (Ficha nº080), com larguras e espessuras que chegam, respetivamente, aos 0,64m (Ficha nº086) e aos 0,28m (Ficha nº087). A parte frontal, certamente aquela que estaria voltada à via, recebia a inscrição, conseguida por gravação, tratando-se naturalmente do lado mais cuidado. A inscrição encontra-se normalmente numa superfície rebaixada e delimitada (Fichas nº073 e 091), embora surjam casos em que o texto se encontra lavrado em superfícies que simplesmente foram alvo de um moderado alisamento (Ficha nº098). Os elementos decorativos,

por sua vez, localizam-se junto do campo epigráfico, sendo exibidos de forma a serem percebidos por quem lê. Aqui são esculpidos, em alto-relevo, motivos astrais, vegetais, geométricos e outros relacionados com os ofícios, embora estes sejam bem menos frequentes, registrando-se apenas três casos com este tipo de iconografia (Fichas nº075, 080 e 087; Figura 296).



Figura 296 – Símbolos associados aos ofícios dos defuntos (©MDDS).

As partes traseiras dos suportes encontram-se por norma polidas, com exceção de alguns casos particulares, em que o tardo não parece ter sofrido qualquer tipo de intervenção arquitetónica, a não ser um ligeiro desbaste (Ficha nº093).

A parte inferior das estelas, o soco, não exibe qualquer tipo de gravação, encontrando-se completamente em bruto, correspondendo à parte enterrada. Note-se que foram documentadas situações em que cerca de 1/3 da totalidade do suporte estaria enterrado, o que permitia fincar com relativa segurança a peça. Nas estelas completas ou parciais, encontradas *in situ*, foi possível verificar que aquelas que apresentavam um soco mais profundo (>0,50m) foram implantadas sobre uma vala aberta à medida do suporte, sem qualquer tipo de sapata. Situação contrária foi constatada nas estelas cujo soco era inexistente, em que as valas de implantação eram mais largas, pouco profundas e onde a base do suporte se apoiava numa cama de pedras, reproduzindo uma sapata.

Os remates superiores das estelas assumem formas semicirculares ou triangulares, semelhantes a frontões. Na área central desta zona do suporte, por norma, surgem esculpido os motivos decorativos. Aqui, destacamos a recorrência dos símbolos associados ao domínio astral, em que as rosáceas se evidenciam, seguidas dos cordões e coroas foliáceas, das representações geométricas e da representação da roda de raios curvos (Figuras 297 e 298). Trata-se de motivos

já conhecidos, representativos da iconografia associados aos contextos indígenas, alguns dos quais característicos da região bracarense relacionados com as concepções de imortalidade da alma e num destino astral dos mortos (Redentor, 2002: 236-237). Note-se que a roda de raios curvos encontrada em Braga é muito semelhante aos motivos designados de trísceles que se encontram referenciados em diversas peças provenientes de distintos povoados dispersos pela área conventual bracaraugustana (Figura 299).



Figura 297 – Pormenores de algumas rosetas presentes nas estelas funerárias de Braga (©MDDS).

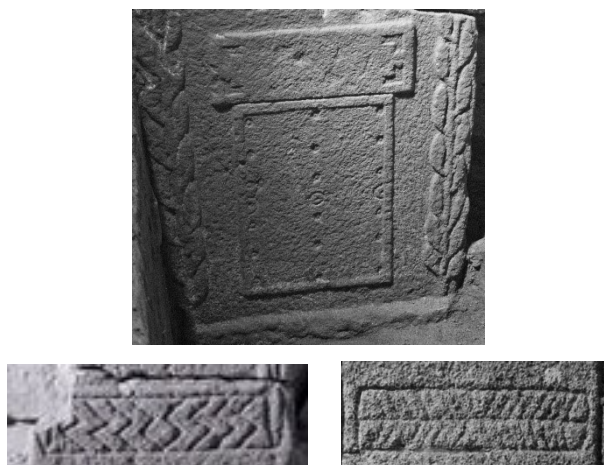


Figura 298 – Aspeto dos motivos geométricos e foliáceos presentes nas estelas (©MDDS e ©UAUM).



Figura 299 – Elementos decorativos com conotação astral gravados em peças provenientes e existentes nos povoados castrejos da área do *conventus bracaraugustanus*. a. Parte traseira da estátua de guerreiro de S. Julião (Vila Verde - ©MDDS); b. Elemento arquitetónico do castro de Stº Ovídeo; c. Pedra Formosa do balneário sul da Citânia de Briteiros (Jantarada, 2016).

Esta simbologia decorativa tem sido associada à cosmologia do universo indígena, representando a mutabilidade cíclica dos fenómenos ou a dicotomia entre distintas realidades, dia/noite, vida/morte, água/terra (Gamito, 2005: 598). Alguns autores adiantam ainda que estes tipos de elementos decorativos, nos contextos castrejos, podem ser interpretados como elementos profiláticos, uma vez que surgem junto às portas para proteção das unidades domésticas, articulados com motivos espiralados e decorações com cordões (González Ruibal, 2006: 385; Coimbra, 2009: 262). O facto de se representarem motivos análogos na iconografia funerária das estelas de Braga leva-nos a equacionar que estes, para além de estabelecerem um vínculo entre os defuntos e o seu substrato cultural, detêm, uma conotação fúnebre servindo para lembrar os indivíduos da constante renovação e finitude das suas existências. A rosácea e a roda encontram-se ainda associadas à representação esquemática do sol, podendo ser acompanhadas pelos crescentes (Figura 300), relacionados com possíveis cultos lunares e com a proteção e esperança de um outro mundo. A sua representação encontra-se disseminada por todo o norte peninsular, contemplando distintos estilos de representação (García-Gelabert Pérez e Blázquez Martínez, 2006: 96).

Perante o conjunto epigráfico existente, em contexto funerário, as representações de rosetas hexapétalas e da roda de raios curvos são recorrentes até à primeira metade do século II, desaparecendo a partir daí. Assim, registamos seis suportes datados entre 1-100 e outros quatro, datados entre a segunda metade do século I e a primeira metade do século II.



Figura 300 – Aspeto de algumas representações astrais das estelas funerárias de Braga (©MDDS e ©UAUM).

O posicionamento dos símbolos de conotação astral (no topo superior), aliado à envergadura de algumas estelas, leva-nos a crer que tal não seria casual. A estela mais alta, destacada na paisagem funerária, exibindo os símbolos mais importantes para o defunto, seus herdeiros ou família, era aquela que captaria imediatamente o olhar de quem se confrontava com as necrópoles à saída ou à chegada das cidades, percecionando imediatamente qual o substrato dos habitantes do núcleo urbano.

A este respeito, são dignas de nota as representações de rosáceas hexapétalas nas bases de frascos em vidro, associados a contextos urbanos e de espaço doméstico, datados dos séculos I a III (n^oinv.1999.2456 – Praia das Sapatas; n^oinv.2004.1600 – St^o António das Travessas – Figura 301). Numa dessas peças, as pétalas das rosetas surgem intercaladas por botões estilizados, reproduzindo o motivo astral que surge representado na estela EE015 (Ficha n^o080). Mário Cruz levantou mesmo a hipótese de tais peças serem indicativas de sepulturas dos vidreiros de *Bracara Augusta*, dado tratar-se de uma plástica comum nas estelas da cidade (2009a: 102). Efetivamente, este tipo de simbologia encontra-se disseminado um pouco por toda a área de influência do *conventus bracaraugustanus*, sendo conhecidas representações idênticas em estelas funerárias de Pontevedra e da Corunha (García-Gelabert Pérez e Blázquez Martínez, 2006: 121-126). Todavia, em virtude de as peças vítreas de Braga terem aparecido em contexto urbano, a hipótese avançada por Mário Cruz parece-nos de difícil comprovação. Julgamos que a colocação de tal motivo nas bases das peças vítreas poderá constituir-se antes como uma espécie de *memento mori*, em que o utilizador da peça seria frequentemente recordado da inevitabilidade da morte, ao confrontar-se, inadvertidamente, com a simbologia dos motivos presentes nos objetos que usava no seu quotidiano.

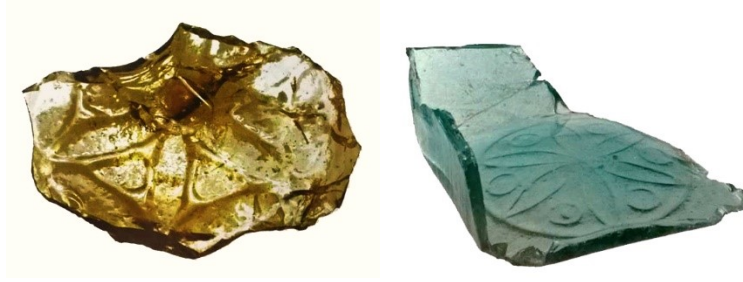


Figura 301 - Peças em vidro encontradas em Braga em que surgem rosetas hexapétalas (Cruz, 2009a:106).

A localização das estelas encontradas *in situ*, associadas à passagem da Via XVII, merecem algumas considerações. Inserem-se neste apartado cinco estelas, duas das quais foram implantadas em frente do mausoléu M03 e, as restantes, a 53m a poente das primeiras (Fichas nº081, 086 e 093). Todas elas cumpririam a função de perpetuar a memória dos defuntos, funcionando simultaneamente como marcos sinalizadores do início do espaço funerário e como elementos de monumentalização desse mesmo local com os campos epigráficos voltados para a via. Neste conjunto, verificamos duas situações distintas. Uma primeira diz respeito ao local da implantação destes elementos, em que se confirma que os suportes mantêm uma distância de segurança em relação à via, não se encontrando na bordadura do eixo viário, mas sim num intervalo de terreno que oscila entre os 2,80m e os 3,60m (Figura 302). A variação menor verifica-se no soco de estela encontrada junto à fachada sul do mausoléu M03 e o intervalo menor ocorre com o grupo de três estelas, articuladas com um plinto (MEM01). O maior intervalo deverá estar relacionado com a circunstância de o terreno existente entre as estelas e a via ser reservado para a construção de mausoléus que ocupariam os lotes mais caros (Figura 303). Um segundo aspeto a apontar é que as estelas parecem de facto marcar a linha a partir da qual se dispõem as sepulturas e nenhuma estrutura de cremação está posicionada à frente dos epitáfios. Destes cinco suportes, apenas um se encontrava imediatamente sobre a sepultura/urna (C054 e EE028 – Ficha nº093). Nos restantes casos, não foi possível estabelecer uma relação física entre estela e sepultura, pelo que os suportes, neste caso específico, apenas se constituem como meros elementos informativos acerca dos indivíduos que se fizeram sepultar neste núcleo de necrópole.

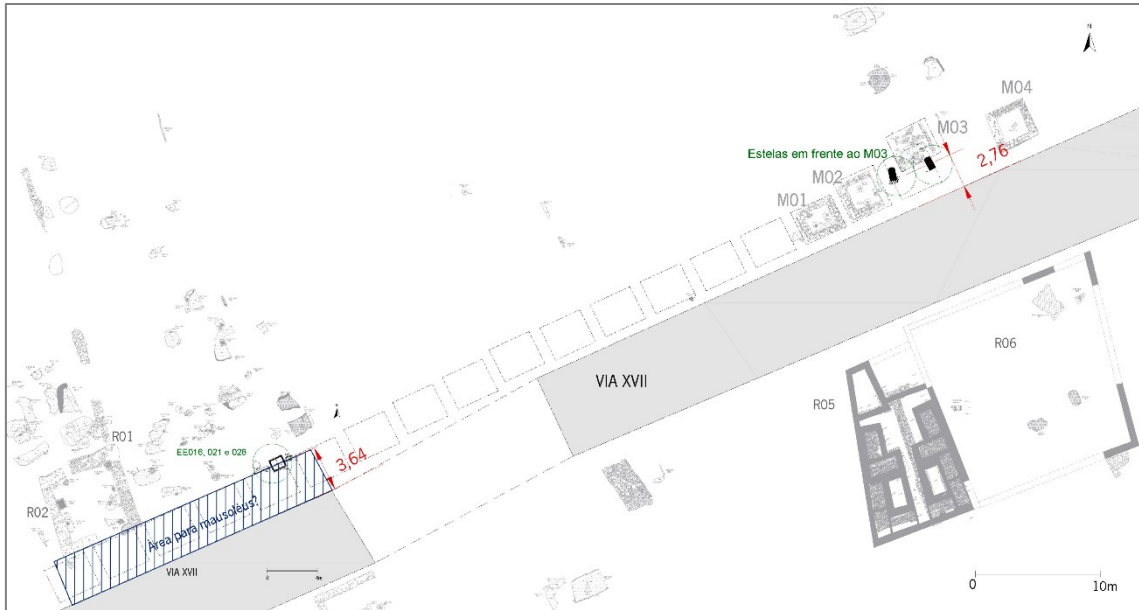


Figura 302 – Distâncias entre a via e as estelas identificadas nos núcleos CTT/LSF, ITAVL e TAVL.

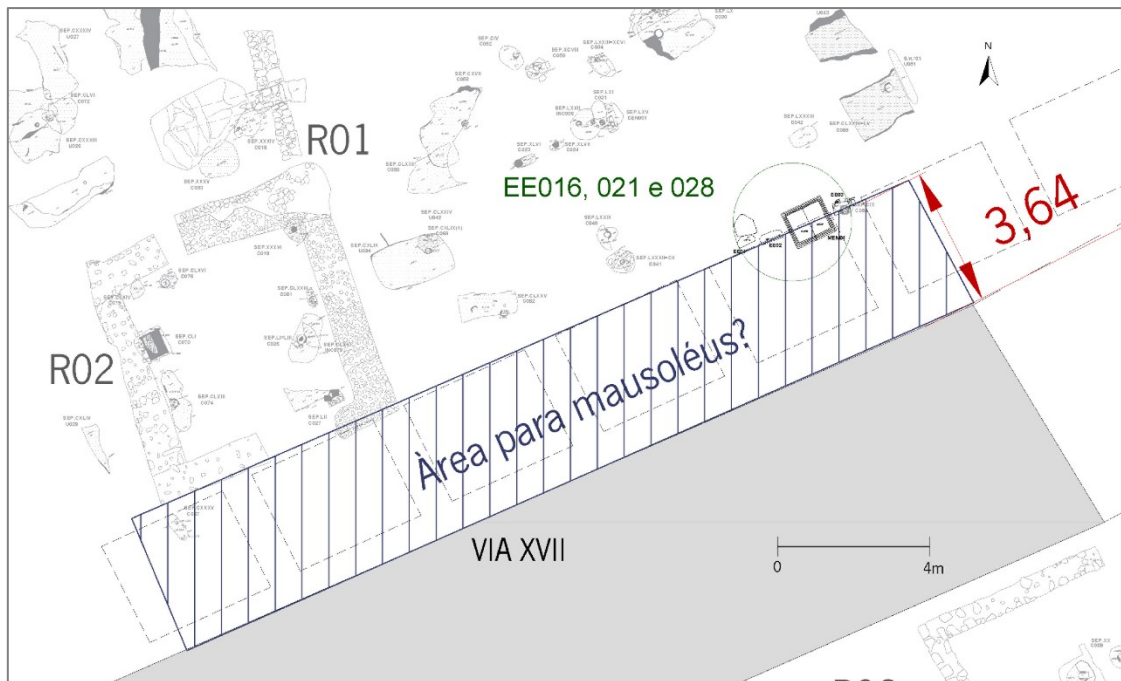


Figura 303 – Posicionamento das estelas n° 016, 020 e 028 em relação ao eixo viário e os possíveis lotes.

Já as placas (Fichas n°077, 082, 088 e 103) correspondem a elementos que podem apresentar um ligeiro rebordo lateral que delimita o campo epigráfico, com dimensões variáveis, não ultrapassando os 0,20m de espessura. Pela morfologia das peças, facilmente se depreende que estas se destinavam a ser expostas num edifício, após serem encastradas na parede. Uma das placas encontradas (Fichas n°103) parece estar relacionada com a necrópole da Via XX, para

a qual se encontra referenciado um único edifício funerário, de tipologia desconhecida (R09), embora localizado num espaço bastante afastado do local onde apareceram os suportes epigráficos. Ainda assim, estes elementos podem denunciar a existência de outros edifícios funerários, mas que ainda não se conhecem. Note-se que as placas não apresentam qualquer tipo de decoração adicional.

No que concerne às aras, apenas se encontram referenciadas cinco peças para toda a cidade (Fichas nº074, 079, 114, 115 e 116). No aspeto formal, correspondem a pequenos altares, formalizados por uma base, seguida de um fuste, normalmente de forma retangular, em que é lavrada a inscrição, encimado por um capitel, moldurado, rematado por uma cornija que pode ser ornamentada com decorações diversas, por norma de ordem vegetal. Em apenas dois casos (Fichas nº079 e 116), verifica-se a presença de *fastigium*, encimados e ladeados por *puluilli*. Correspondem a peças que variam entre os 1,09 e 0,80m de altura, com fustes que variam entre os 0,49 e os 0,35m de largura.

Por fim, destacamos as colunas, apenas representadas por um único exemplar (Ficha nº069), talhado na parte superior, pelo que o suporte assume uma forma mista, apresentando a parte inferior uma morfologia cilíndrica e o topo retangular, onde surge o campo epigráfico delimitado por uma moldura retangular (Fontes *et al.*, 2009a: 72).

No que diz respeito aos textos, as epígrafes exibem por norma, uma estrutura simples, em que se enuncia o nome do defunto, filiação e *origo*. A menção da idade à morte, por sua vez, surge representada em apenas 46,30% dos casos. Haverá, no entanto, que considerar o facto de algumas estelas não apresentarem a totalidade do campo epigráfico, o que poderá condicionar este valor (Apêndice 69). É também frequente a menção de apenas um único defunto, embora se verifiquem situações em que o mesmo suporte refere a existência de vários personagens (Fichas nº091, 102 e 103), formando esquemas em *stemma*, alguns dos quais bem desenvolvidos. É o caso da estela de *Caturo, Medamus e Meditia* (Ficha nº081), da Via XVII, em que a quarta geração apenas é sugerida pela filiação, ou ainda do esquema do epitáfio a *Pinarea e Paugenda* (Ficha nº117) (Redentor, 2011, vol. I: 190-192). Neste conjunto também se integra uma placa (Ficha nº105), associada à necrópole da Via XX, cujo texto corresponde a uma escrita poética em prosa (*commatica*), onde se reforça não só as qualidades do defunto, mas também se acentua o carácter de homenagem para com o mesmo (Trannoy e Le Roux, 1989/90: 188; Redentor, 2011. Vol. II: 208).

Neste contexto, será conveniente referir que a frequência da menção aos dedicantes é representativa, perfazendo cerca de 35,19% do total das peças conhecidas, onde mais uma vez se destaca o material epigráfico da Via XVII. Tendo em conta estes últimos pormenores – *stemma* e dedicantes – parece-nos evidente que o reforço dos laços familiares assume uma grande importância. Se por um lado parece haver a necessidade de mostrar que o defunto tem os seus herdeiros, que desta forma acabam por ser públicos e conhecidos, passando a ter o dever de cuidar da sepultura e de homenagear o defunto, na verdade, parece igualmente existir a necessidade intergeracional de reforçar os laços com os antepassados.

Se são evidentes e frequentes as relações entre mães/pais e filhos, e cônjuges (Fichas nº067, 074, 081, 090, 096, 103, 105, 108, 117 e 119), ocorrem situações em que os indivíduos simplesmente se intitulam de herdeiros, o que acontece, curiosamente, nas duas únicas estelas onde se identificam militares (Fichas nº086 e 087), indivíduos que devem ter sido companheiros ou personagens próximos dos defuntos, mas que podem não ser parentes (Fichas nº066, 075 e 091). Digno de nota, é o facto de se conhecerem dois suportes que foram encomendados por *sodalitium* (Fichas nº089 e 106).

Quanto às fórmulas usadas, apenas as iremos enunciar. Note-se, mais uma vez, o facto de alguns dos suportes apresentarem desgaste ou amputação em algumas das partes do campo epigráfico, o que obviamente terá a sua influência nesta análise. No que concerne às fórmulas iniciais, destacamos o *D(is) M(anibus) S(acrum)*, que aparece em apenas nove epitáfios (Fichas nº 067, 072, 079, 096, 103, 114, 115, 116 e 118), em contraponto com os 19 suportes em que é notório o uso das fórmulas iniciais como *H(ic) S(itus ou ita) E(st)* (Fichas nº068, 069, 071, 073, 076 a 078, 080, 083, 085 a 087, 090, 092, 093, 097, 098, 100 e 101), ou *H(ic) S(it) S(unt)*, assinalado em três situações (Fichas nº 081, 091 e 102). Estas fórmulas podem surgir combinadas com as abreviaturas *M(onumentum ou emoriam) F(ecit)* (Ficha nº 079) e com a *D(e) S(uo) FEC(it)* (Ficha nº096). Quanto às fórmulas finais, verifica-se a aplicação da fórmula *S(it) T(ibi) T(erra) L(euis)* em quatro casos (Fichas nº071, 077, 082 e 086).

Verifica-se também o recurso excepcional das abreviaturas *IN M(e)M(oriam)* (Ficha nº074), *H(eredem) N(on) S(equetur)* (Ficha nº107) e *MONUMENT(um) POSV[IT]* (Ficha nº066).

Outro aspeto relevante dos suportes, pelo facto de permitir a sua atribuição ao século II, é o recurso à enunciação das características morais do defunto, sendo comum o recurso à adjectivação no superlativo, como forma de reforçar os elogios, contribuindo para que o defunto se distinguisse dos demais. Alguns dos suportes chegam mesmo a apresentar mais de um adjetivo

para qualificar o defunto, conforme o demonstra o monumento dedicado a *Materna* (Ficha nº119). Neste apartado, o termo mais frequente é o *PIENTISSIM(ae)* ou *P(ientissimo)*, do qual *PIVS* lhe deriva, surgindo em seis casos (Fichas nº074, 096, 105, 108, 111 e 114). Este reiterado uso do termo na epigrafia latina é, segundo d'Encarnação, demonstrativo da importância que o designativo “piedade” tinha para o contexto romano, correspondendo a uma das mais relevantes características morais, abarcando todos os domínios sociais, pelo que considerar alguém piedoso(a) constituía um dos maiores elogios (2006: 124). Segue-se o termo *CARISSIMAE*, que ocorre em três casos, todos eles associados a indivíduos do sexo feminino (Fichas nº079, 114, 119), os adjetivos *INCOMPARABILIS* e *OPTIMAE* (Ficha nº119), *OBSEQVIO* (Ficha nº105), e *MERENTI* (Ficha nº067), de frequência única.

4.2 A antroponímia e sociedade bracaraugustana

No conjunto das 54 epígrafes funerárias conhecidas até ao momento verifica-se o uso de distintos antropónimos, elementos passíveis de fornecer indicações sobre o substrato cultural dos indivíduos. Alertamos, no entanto, que as nossas considerações têm como base a análise dos nomes dos defuntos e não dos seus dedicantes, aos quais recorreremos para perceber e afinar o seu estatuto jurídico-social. Naturalmente, futuros achados poderão contribuir para uma alteração do quadro social apresentado. Assim, os cognomes de frequência indígena são os mais representativos, correspondendo a um total de 22 ocorrências. Há que ter em conta que existem casos em que um suporte epigráfico serve para enunciar mais de um indivíduo, como é o caso da estela da necrópole da Via XVII, em que surgem os idionimos *Caturo*, *Medamus*, *Meditia* (Ficha nº081). São frequentes os *cognomem* de *Arquius* e *Albura*, que surgem pelo menos em dois casos (Fichas nº066, 076, 094 e 102). Os restantes nomes, como *Bloena*, *Carisius*, *Tarquinus*, *Pinarea* e *Paugenda*, são de frequência única (Fichas nº068, 101, 102 e 117).

No conjunto analisado, os antropónimos gregos não são estranhos, registando-se em 11 casos, todos eles de frequência única, normalmente indicando indivíduos associados ao meio servil (Redentor, 2011, vol.I: 202). Ainda assim, é possível encontrar indivíduos com idionimos greco-latinos que detêm já o estatuto de liberto, como é o caso de *Decimus Salvius Athictus* (Ficha nº071) ou de *Caius Julio Pudes* (Ficha nº080).

Em alguns suportes é feita a menção aos *castella* remetendo para indivíduos de origem indígena (Redentor, 2011, vol. I: 216). Nos dez casos assinalados, três deles surgem associados

à simbologia D, tal como surgem nos casos em que se refere o *castellum Acripia* (?) (Ficha nº066), *castellum* de *Letiobri* (Ficha nº076) e *castellum Cie?* (Ficha nº100), todos eles com proposta de datação para o século I (1-100). A este respeito, Armando Redentor assinala que núcleos de povoamento castrejo, embora sem localização precisa, podem ser enquadrados no espaço territorial bracarense (2011: 233-234). Por sua vez, os indivíduos com cognomes indígenas, de estatuto peregrino, também revelam nos seus epitáfios distintos locais de proveniência, embora sem a grafia C invertido, assumindo-se como *Valabricsensis* (Ficha nº068), *Ambioribrensis* (Ficha nº088), *Elaneobrigensis* (Ficha nº089), *Caladuni* ou de *Caladum* (?) (Fichas nº073 e 070, respetivamente) e *Oscá?* (Ficha nº092). Nestes últimos quatro casos, a datação para o uso de tal referência baliza-se entre 1-100 e 101-200, desaparecendo após o século III (Redentor, 2011, vol.II).

Chamamos aqui a atenção para uma estela recuperada na necrópole da Via XVII, já mencionada várias vezes, que assinala a existência de uma família de indígenas que se assumem como *Culaecienses* (Ficha nº081). Esta necessidade de expor e reafirmar a identidade geográfica e cultural, para além de ser demonstrativa do reforço de protagonismo das elites indígenas, provavelmente importantes no contexto da organização do território do *conventus*, acaba por recolher paralelos com a prática romana de referência à tribo. Se os romanos ostentavam orgulhosamente a menção da sua família, também os indígenas o faziam, tratando-se de uma manifestação evidente de reprodução de hábitos e práticas funerárias desencadeados pelo contacto quotidiano entre a população autóctone e a romana. Assim, a pertença a um determinado grupo familiar e a uma determinada área geográfica constitui um elemento que parece ser suficientemente importante para ser destacado. Na análise desta estela, verificamos que a paginação sofre ligeiras alterações, nomeadamente na qualidade da letra na primeira linha e a que surge gravada na sexta linha. Tal pormenor poderá indiciar o acrescento de nomes à medida que seria necessário mencionar novos defuntos no suporte. Além disso, e se considerarmos as três gerações identificadas, este pormenor poderá sugerir que o monumento foi mantido durante um intervalo de tempo que varia entre os 50-75 anos, pelo que o suporte se constituiu também como um bem funerário, transmitido de uma geração para a outra, como de uma herança familiar se tratasse.

Outro dado que nos parece necessário referir, é o facto de ser frequente que os suportes funerários com antropónimos indígenas apresentem a genealogia familiar. Parece existir a necessidade de transformar o suporte numa espécie de elemento de grupo, em que este não

representa só o indivíduo, mas também a sua família, transformando-se numa espécie de panteão familiar. A epígrafe torna-se num símbolo do vínculo e da ancestralidade do grupo, reforçando a sua identidade e afinidade cultural. Tal parece acontecer com o epitáfio de *Pinarea* e *Paugenda* (Ficha nº117 – Figura 304), em que ficamos a conhecer a respetiva descendência e ascendência familiar, repetindo-se o mesmo tipo de esquema com o epitáfio de *Albura* e *Carisius* (Ficha nº102) (Redentor, 2011, vol. I: 192). Aliás, nestes esquemas em *stemma*, foi já assinalada a tendência de que parecem ser os indivíduos do sexo feminino que mantêm a onomástica indígena, face aos indivíduos do sexo masculino que começam a adotar nomes de tradição latina. Esta situação encontra-se documentada no caso dos descendentes de *Paugenda*, que se apresentam como *Vegetus* e *Flaccus*, adotando, portanto, nomes latinos, enquanto a prima *Camala* segue a tradição indígena. Provavelmente, caberia à mulher a preservação da herança identitária da família que, contudo, se perderia, quando a sua descendência era masculina (Redentor, 2011: 192).

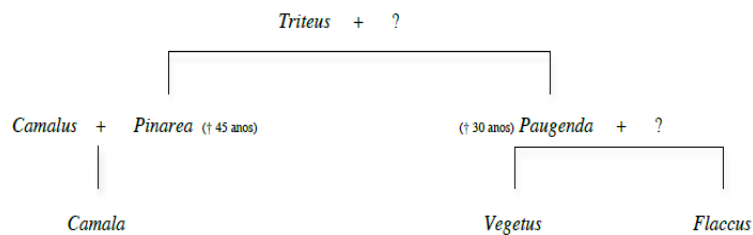


Figura 304 – *Stemma* do epitáfio de *Pinarea* e *Paugenda* (Redentor, 2011: 192).

Estes esquemas e tendências familiares não são um exclusivo da cidade de *Bracara Augusta*, mas antes uma característica da comunidade indígena do *conventus bracaraugustanus*, visto que se encontram documentados casos semelhantes em epitáfios recuperados em Valença, Vigo e em Baião (Redentor, 2011: 190-191).

A onomástica indígena é representada pelo *cognomen*, muito embora estes possam ser associados a um gentílico latino (Ficha nº077 e 084). No entanto, é possível encontrar indivíduos originários do meio indígena que apresentam uma estrutura trinominal (Ficha nº080), cuja cidadania terá sido obtida pelos seus préstimos militares (Tranoy e Le Roux, 1989/90: 226).

No que concerne ao estatuto jurídico dos indivíduos, este parece ser bastante heterogéneo. Observa-se, que a maior parte dos defuntos catalogados detém estatuto peregrino, documentado em 22 casos (Fichas nº066, 068, 069, 070, 073, 076, 081, 084, 088, 089, 092, 094, 096, 097,

100, 101, 102, 104, 105, 114, 117 e 119). Desses, apenas três apresentam o *cognomen* indígena associado a um gentílico latino (Fichas n°084 e 089).

Há também a referir as denominações de origem grega, já mencionadas, que por norma surgem articuladas a indivíduos de origem servil ou a libertos. No grupo dos escravos, encontram-se documentados seis casos (Fichas n°075, 078, 083, 095, 098 e 118) e no conjunto dos indivíduos com estatuto de libertos nove (Fichas n°067, 071, 074, 080, 082, 085, 103, 107 e 108). Um deles, o defunto *Claudius Ascanius*, apresenta o seu lugar de proveniência Puteoli(?), o que parece sugerir que a sua presença na região estaria relacionada com a atividade comercial, dada a origem itálica do nome (Redentor, 2011: 267).

No que concerne aos cidadãos, no conjunto epigráfico analisado são conhecidos seis indivíduos. Um deles, cuja estela foi erigida pelo seu *commilito Sempronius Graecinus*, exhibe o *tria nomina Marcus Antonius Augustus* (Ficha n°087), um militar, da tribo Galéria, originário de *Pax lulia*, capital conventual lusitana, muito embora se avenge a possibilidade de o mesmo ter origem itálica, em virtude do seu nome não constar de outros *corpus* da *Gallaecia* (Redentor, 2011, vol. I: 158). Existe um outro militar (Ficha n°086), associado à *Legio VII Gemina*, do qual apenas sabemos que pertenceu à centúria de *Favonius*. A este propósito, repare-se que a presença de militares em *Bracara Augusta* deverá estar relacionada com alguma comissão de serviço, visto que os mesmos não se definem como veteranos, encontrando-se destacados na cidade talvez para acompanhar um funcionário ou inserido no quadro da reorganização dos trajetos viários, alguns dos quais já documentados do ponto de vista arqueológico, dada a identificação de distintos e continuados programas de reestruturação/construção da Via XVII em época flaviana (Tranoy e Le Roux, 1989/90: 196; Martins *et al.*, 2009; Redentor, 2011: 158).

As restantes referências indicativas de cidadãos reportam-se a cinco nomes de personagens femininas, *Aemilia Lougo*, *Camilia Rufina*, *Vicaria Proba*, *Sullia Materna* e *Vibia Placidina* (Fichas n°077, 079, 091, 115 e 116), das quais a primeira se assume como originária de Clúnia. Há ainda um indivíduo, do sexo masculino, que apresenta o cognome de *Quartus*, cujo gentílico *Tuscus* é presumido pela identificação do pai, *Lucius Tuscus Valentinus*, provavelmente um personagem destacado a nível local (Ficha n°090). O facto de não exhibir a nomenclatura trinomial sugere que se trata de uma criança ainda demasiado jovem para envergar a toga viril (Tranoy e Le Roux, 1989/90: 201; Redentor, 2011: 103).

Conforme enunciamos acima, sabemos através das referências feitas nos suportes que os dedicantes das estelas seriam familiares ou amigos dos defuntos, provavelmente os mesmos

que tratariam do funeral. No entanto, alguns epitáfios demonstram outras formas de os indivíduos assegurarem que as suas exéquias fúnebres seriam devidamente tratadas. Em Braga, encontram-se documentadas uma estela e uma placa/bloco que referem a existência de dois *sodalicia* (Fichas n°089 e 106), que se intitulam de *Flavi*, afeto à Via XVII (Ficha n°089), e de *Urbanorum*, associado à necrópole da Via XX (Ficha n°106). O termo *sodalicium* surge como equivalente a *collegium*, funcionando como agremiações privadas de indivíduos com o mesmo estatuto profissional, ou que partilhavam idênticas opções de comemoração a determinada divindade. Além disso, estas associações poderiam estar também relacionadas com funções mais específicas, nomeadamente no cumprimento de serviços funerários, assegurando que os seus membros seriam devidamente sepultados, garantindo o pagamento das despesas (González Villaescusa, 2001: 128; Redentor, 2011, vol. I: 410; Armstrong, 2012: 4). O papel desempenhado por estas associações acaba por criar entre os seus membros ligações baseadas na solidariedade e na construção de identidades socioculturais que eram exibidas publicamente, ao se encontrarem filiados a determinado *collegium*. Nos epitáfios de Braga, apenas um indivíduo com estatuto peregrino, *Severus Tiophilus*, surge associado ao *sodales Flavi*, o qual é designado como *Elaneobrigensis* (Ficha n°089) (Redentor, 2011, vol. I: 170; Sevilla Conde, 2014: 84).

Como atrás referimos, são várias as inscrições em que se menciona a idade à morte (25 referências; Apêndice 69), informação essa que, por norma, diz respeito ao defunto. Há suportes que referem dois indivíduos, onde após o nome se segue a indicação da idade (Fichas n°103 e 117). Verifica-se um maior rigor na menção da idade nos indivíduos com menos de 20 anos, onde os casos analisados documentam pessoas falecidas desde os cinco até aos 19 anos, existindo mesmo um caso em que é referido o número de meses (Ficha n°103). Para as idades adultas, a tendência altera-se, surgindo arredondadas em intervalos de cinco anos (Fichas n°067, 087 e 089). Segundo José d'Encarnação, o arredondamento da idade por lustros era uma prática corrente (2006: 128). As razões apontadas para tal fenómeno parecem estar relacionadas com o facto de se “perder a conta” ao número exato de anos que determinada pessoa viveu. O pormenor consubstanciado acima, na referência dos meses e dos dias, acontece com indivíduos de tenra idade, pelo que é facilmente perceptível que se soubesse o exato tempo de vida.

Um dos elementos que podemos retirar desta abordagem é que não conseguimos encontrar uma recorrência entre a menção de idades e as faixas etárias. Se considerarmos os intervalos etários em períodos de 20 anos, facilmente percebemos essa dificuldade: 0 – 20 anos, oito indivíduos, 21 – 40 anos, oito indivíduos, 41 – 60 anos, cinco indivíduos e, por último, dos

61 – 85 anos, cinco indivíduos. Por esse motivo, consideramos que a referência à idade se encontra relacionado com fatores culturais ou de escolhas pessoais e com a forma como cada família/descendente/herdeiro encarava a necessidade de evidenciar tal detalhe. De referir que a indicação da idade dos defuntos é um detalhe transversal a todos os estatutos jurídicos representados nas necrópoles.

Esclarecido o estatuto jurídico dos defuntos exibidos nos suportes, tentámos ensaiar uma relação entre estes e os núcleos de necrópole aos quais se encontram associados, de forma a perceber se existia algum tipo de preferência que relacionasse os dois tópicos de análise, situação já abordada por Tranoy e Le Roux (1989/90). Face aos recentes trabalhos, que atualizaram o *corpus* epigráfico, verificamos a tendência, já várias vezes expressa, que a Via XVII corresponde ao núcleo de necrópole ao qual se associa um maior número de epitáfios conhecidos e estudados. O conhecimento da extensão da necrópole da Via XVII decorre do facto de os distintos espaços terem sido sucessivamente intervencionados do ponto de vista arqueológico, situação que não se reconhece para as restantes necrópoles. Assim, haverá que ter alguma cautela, quando tentamos demonstrar a eventual importância estratégica das diferentes necrópoles com base no protagonismo ou posição social dos seus defuntos, pois há uma discrepância notória no número de intervenções arqueológicas e de estruturas identificadas nos distintos núcleos. Assim, os dados que apresentamos são meramente contabilísticos.

Pelas razões apresentadas, não é estranho que se encontrem indivíduos de todos os estatutos jurídicos no núcleo de necrópole da Via XVII, contabilizando-se oito peregrinos, sete dos quais com indicação do povoado de proveniência, cinco cidadãos, dos quais dois são de origem forânea, dois militares, quatro escravos e três libertos (Tabela 4). Apenas voltamos a ter referência de cidadãos em suportes cuja associação aos núcleos de necrópole é duvidosa. Todavia, documentou-se três libertos e quatro peregrinos para a necrópole Via XVI, cujos epitáfios mencionam o *castellum* de origem. Na Via XX registam-se quatro libertos e três peregrinos, todos oriundos do substrato indígena. Ainda a respeito deste último espaço, importa ter em linha de conta que há cinco suportes, cuja leitura não permite qualquer interpretação, dado o mau estado de conservação dos suportes. Pelos motivos já expostos, julgamos que não é possível estabelecer qualquer tipo de comparação que possa passar pela extrapolação entre a importância das vias e o grupo de indivíduos que nas suas bordaduras foram enterrados.

Tabela 4 – Relação entre estatuto jurídico dos indivíduos e as vias.

Via	Estatuto jurídico			
	cidadão	escravo	liberto	peregrino
XVI	0	0	3	4
XVI/XVII?	0	0	1	0
XVII	5	4	3	8
XVII/XVIII	0	0	0	2
XVIII/XIX	0	1	0	2
XIX	0	0	0	2
XX	0	0	4	3
XVI/XIX?	2	0	0	1
Desconhecida	0	1	0	3

5. Os vestígios arqueobotânicos das necrópoles

Os vestígios que foram sujeitos à avaliação e análise arqueobotânica correspondem apenas a amostras recolhidas nos três núcleos da necrópole da Via XVII, escavados entre 2008 e 2010, a saber, CTT/LSF, ITAVL e TAVL.

Apesar de numa fase inicial se ter selecionado um conjunto de 27 amostras prioritárias a serem estudadas de forma mais célere, aliás já alvo de apresentação e divulgação dos seus resultados em congressos internacionais (Vaz *et al.*, comunicações orais, 1 de junho de 2017 e 2 de setembro de 2017), na verdade, foi possível dar continuidade à pesquisa elaborada pelos investigadores Cláudia Oliveira, Filipe Vaz e João Tereso, investigadores do InBIO-CIBIO e cujo relatório preliminar apresentamos em anexo (Anexo 1).

O estudo arqueobotânico incidiu sobre um conjunto de 180 estruturas funerárias, datadas desde o período transicional e os séculos V/VII, em que se integram 103 depósitos de cremação, às quais se acrescenta um total de 72 *ustrina* e cinco sepulturas de inumação. Esta discrepância no número de contextos estudados (cremação/inumação) prende-se, necessariamente, com a tipologia do ritual às quais as estruturas funerárias estão associadas, uma vez que os vestígios antracológicos carbonizados em inumações são mais limitados (Oliveira *et al.*, 2018: 9).

Os dados obtidos através das análises carpológicas e antracológicas revelaram-se como essenciais na aproximação ao conhecimento dos rituais funerários romanos e tardoantigos de Braga. Tais pesquisas permitiram que fosse possível a identificação dos bens alimentares e dos recursos lenhosos manipulados durante as cerimónias fúnebres, o que se traduz num saldo de conhecimento importante sobre as práticas funerárias.

5.1. O material carpológico: contextos e identificação

Tendo em linha de conta as descrições dos autores clássicos sobre os rituais da morte, os rituais alimentares em contexto de necrópole eram um importante passo na concretização de um funeral (Cabanis, 2009: 160; Hope, 2009: 86). Diversos autores mencionam a concretização de três grandes momentos que passariam por assegurar o apaziguamento do defunto e a homenagem aos deuses, servindo tais práticas como garantia de que haviam realizado os rituais de forma correta (Preiss *et al.*, 2005: 367). Numa primeira fase, realizavam-se as libações, seguindo-se a introdução dos alimentos para a refeição fúnebre a par de outros que eram ofertados ao defunto (Bouby e Marinval, 2004: 77; Fernández Sutilo 2016: 387).

Assim, é expetável que as estruturas de cremação se revelem como excelentes contextos de investigação para a arqueobotânica, nomeadamente, para a realização de estudos carpológicos e antracológicos, pois aí encontram-se depositados os restos dos elementos vegetais manipulados no decurso das cerimónias fúnebres.

No que concerne ao material carpológico identificado, todo ele carbonizado, há desde logo a mencionar que se trata de um conjunto de restos muito heterogéneo, embora em número reduzido. A sua parca diversidade e quantidade estará relacionada com a estratégia adotada no processamento das amostras em campo e em laboratório que passou primeiro pela crivagem numa malha larga entre os 4mm e os 2mm. Todavia, uma parte do material, correspondente a um conjunto considerável das amostras (461 amostras), encontrava-se ainda por processar. Esse tratamento foi realizado, entre 2015 e 2016, pelo antracólogo Filipe Vaz, coadjuvado pela autora, procedendo-se à flutuação do material carbonizado com recurso a uma malha de 0,5mm (Oliveira *et al.*, 2018). Esta metodologia de processamento teve certamente algum impacto na recuperação dos vestígios carpológicos identificados, uma vez que a espessura da malha da rede usada na flutuação permitiu reter mais evidências.

Na totalidade do conjunto estudado foram reconhecidos vestígios de distintos frutos carnudos, dos quais apenas restavam os seus caroços: cereja (*Prunus avium*; Figura 305), ameixa (*Prunus domestica*), pêssigo (*Prunus pérsica*; Figura 305), bem como uma única grainha de uva (*Vitis vinifera*). Trata-se de espécies que se encontram associadas aos contextos primários e secundários, onde existem vestígios de frutos e sementes, cuja tipologia permanece por determinar (Oliveira *et al.*, 2018: 41).

Neste apartado merece referência o facto de as cascas de noz (sem miolo) aparecerem apenas nos contextos primários de cremação (U013, U071 e U077, Parte II, p.280, 159, 161,

respetivamente), onde se destacam os abundantes vestígios recolhidos na estrutura U071 (Parte II, p.159), num total de 201 fragmentos (12,4g). Em todos os casos, os fragmentos exibem secções longitudinais, indicio que podem ter sido quebrados de forma regular e homogénea (Figura 306). Tal evidência poder-se-á traduzir no testemunho do consumo do fruto, cujas cascas, após terem sido quebradas, terão sido atiradas para a área de cremação, usada como espaço detritico (Preiss *et al.*, 2005: 366; Matteredne e Derreumaux, 2008: 109). Os autores do relatório alertam também para a circunstância, já referida por outros investigadores, de as cascas se constituírem como um bom elemento combustível (Oliveira *et al.*, 2018: 54). No entanto, não descartamos a hipótese de os frutos carnudos se terem constituído como uma oferenda alimentar para o defunto.

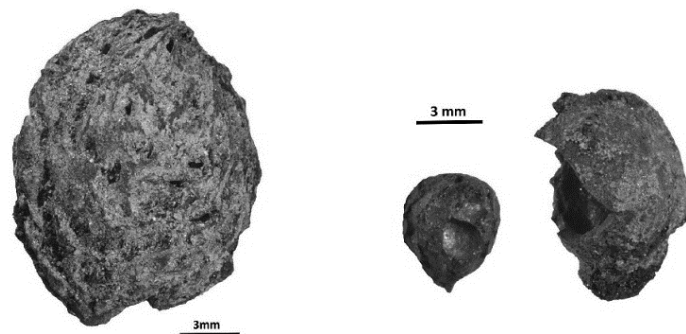


Figura 305 – À esquerda, endocarpo de *Prunus pérsica*. À direita: endocarpo e semente de *Prunus avium* (ambos do U007) (Oliveira *et al.*, 2018, Anexos: Figuras 4 e 7).



Figura 306 – Conjunto de cascas de noz do U071 (Oliveira *et al.*, 2018: Figura 16).

No que respeita às leguminosas domésticas, a grande maioria surge associada às estruturas secundárias de cremação (C057, C086 e C125, Fichas n°033 e 045; Parte II, p.228, 241 e 151, respetivamente), onde se individualizaram ervilhas (*Pisum sativum*) e favas (*Vicia faba*).

Algumas favas carbonizadas encontram-se seccionadas, o que permitiu observar que a parte interior apresentava uma superfície atipicamente côncava. Este tipo de alteração, já comprovada experimentalmente, parece ser coincidente com o facto de as favas e ervilhas terem sido cozinhadas antes de serem submetidas à exposição do calor da pira (Oliveira *et al.*, 2018: 54). Tal testemunho demonstra a necessidade de preparar alimentos que seriam consumidos em momentos próximos ou coetâneos da cremação do defunto.

Não podemos deixar de referir que também se encontram identificadas lentilhas (*Lens sp.*), apenas identificadas num *ustrinum* – U003 (Parte II, p.276; Oliveira *et al.*, 2018: 41). Aliás, este tipo de leguminosas surge com frequência em diversos ambientes funerários, como em Tongeren, Bélgica, em setores de necrópole em Faulquemont, França, e nos contextos sepulcrais do norte da Itália (Preiss *et al.*, 2005: 366; Cooremans, 2008: 5; Rottoli e Castiglioni, 2011), pelo que se trata de um alimento frequente em contextos funerários que talvez por ser abundante e de fácil transporte era usado no âmbito das cerimónias fúnebres.

Foram também identificados fragmentos de sementes (pinhões) e frutos (cones=pinhas) de *Pinus pinea* (pinheiro-manso) que se destaca, não só pela sua abundância, como também pela sua recorrência em contextos de cremação, primários e secundários, entre a transição da Era e os séculos V/VII (C001, C067, C073, C094, C099, C107 e C125; U007, U016, U021, U026, U028, U029, U036 e U048). Apesar de se ter detetado uma única semente, inteira e fechada, são frequentes os fragmentos de casca de pinhão, embora não seja possível estimar o número total de sementes. A par destes vestígios reconheceram-se restos de pinhas e quatro extremidades de escamas, bem preservados, de *Pinus pinea*, acompanhados de diversos outros fragmentos do mesmo tipo de resto (Figura 307). Apesar de associados ao género *Pinus sp.*, não foi possível afinar a espécie dos outros fragmentos de pinha que foram reconhecidos (Oliveira *et al.*, 2018: 41).

O uso de pinhas em contexto de cremação não nos parece de todo estranho. Trata-se de um elemento que coadjuvava na cremação por ser facilmente inflamável, o que permitiria manter constante e ativo o fogo na pira. Além disso, a presença de pinhas poderá ocorrer devido ao uso de madeiras de espécies resinosas, que poderiam aumentar a temperatura da cremação (García Prósper, 2015: 693). O facto de não se ter identificado madeira de pinheiro-manso (*Pinus pinea*) carbonizada permite suspeitar que as pinhas poderiam ter origem nos circuitos comerciais, uma vez que a árvore se desenvolve de forma mais propícia em terrenos ácidos e arenosos (Oliveira *et*

al., 2018: 52-53). Na verdade, as análises apenas permitiram reconhecer madeira carbonizada da espécie *Pinus pinaster*, *Pinus sylvestris*.

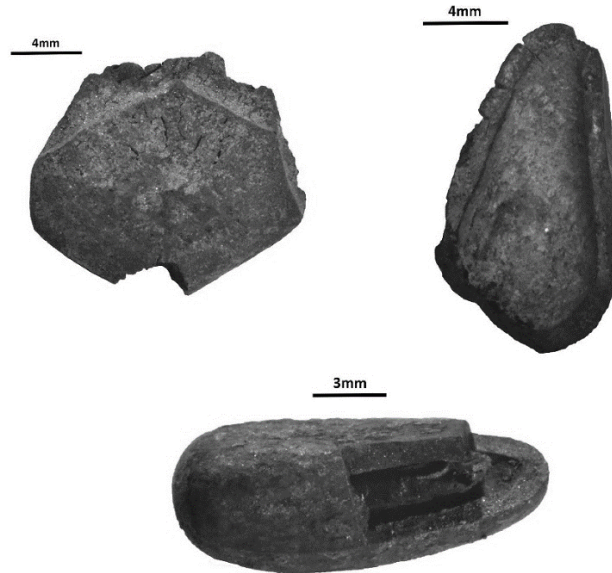


Figura 307 – Em cima, esquerda: fragmento de escama de *Pinus pinea* (U036); em cima, à direita: metade de cotilédone de pinhão (*Pinus pinea*, U021); em baixo, endocarpo e semente (*Pinus pinea*, C025). (Oliveira *et al.*, 2018, Anexos: Figuras 2, 3 e 5).

Além disso, as pinhas poderiam permitir, pelas suas propriedades odoríferas, disfarçar alguns dos cheiros produzidos pela cremação a céu aberto. Não devemos descurar o facto de que algumas das cascas de pinhão íntegras podem não estar associadas diretamente a atos de oferta ou consumo dos frutos, uma vez que poderiam ocorrer por via da sua expulsão da pinha, após esta ter sido queimada. Por este motivo, não excluimos nem a realização de momentos de comensalidade, pela existência de fragmentos de casca quebrada, nem que tais elementos tivessem, efetivamente, constituído uma oferta ao defunto e aos deuses.

Aos frutos derivados do pinheiro-manso é atribuído um significado ritual, associado ao luto, à vida, à regeneração e à morte. Restos de pinhas e cascas de pinhão encontram-se identificados num conjunto de contextos sagrados, designadamente em templos e santuários, relacionados com os cultos mitríacos identificados na Britânia, ao contrário das pinhas e dos ramos de pinheiro que surgem associados à representação da deusa Cibele, a Atis e a Baco (Figueiral *et al.*, 2010: 328; Lodwick, 2015: 60-61; Bel *et al.* 2016a: 190; Lodwick, 2017: 13-19). Evidência de pinhas e pinhões em contextos funerários romanos surgem identificados um pouco por toda a Europa,

principalmente em estruturas associadas a cremações, datadas entre os séculos I e II (Marinval, 1993; Rottoli e Castiglioni, 2011; Bel *et al.* 2016a).

Ainda foi possível reconhecer quatro fragmentos de escama de *Cupressus sempervirens* - um fruto de cipreste inteiro e seis fragmentos de fruto (Oliveira *et al.*, 2018: 41; Figura 308). A presença desta espécie em ambiente de necrópole encontra-se atestada em Pompeia, no recinto funerário pertencente à família dos Vasonii (nº23), pois trata-se de uma árvore ou arbusto, de origem itálica, com ligação ao universo funerário, talvez devido às suas características odoríferas (Matterne e Derreumaux, 2008: 109). Além disso, nas referências dos autores clássicos, como Plínio e Virgílio, o cipreste é sempre associado aos espaços funerários, sendo usado para assinalar a casa onde alguém havia falecido, transformando-se num símbolo de luto (Hope, 2007: 116; Figueiral *et al.*, 2010: 327; Vaquerizo Gil, 2010: 25). Como referem os autores do relatório de arqueobotânica, o fruto não é comestível, pelo que a sua presença poderá estar associada à existência dos espécimes como elementos ornamentais do espaço funerário, ainda que o vestígio seja pouco comum na arqueobotânica portuguesa, tendo como paralelo mais próximo o vestígio reconhecido nas termas de *Aquae Flaviae* (Vaz *et al.*, 2016: 95; Oliveira *et al.*, 2018: 46).

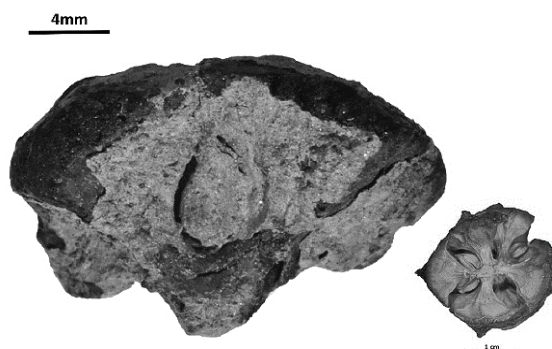


Figura 308 – À esquerda, vista transversal de fragmento de pseudogámbula de *Cupressus sempervirens* do U057, acompanhado de um fragmento atual completo da mesma espécie (Oliveira *et al.*; 2018, Anexos: Figura 6).

5.2. O material antracológico: contextos e identificação

O estudo das madeiras centrou-se em material completamente carbonizado. Identificaram-se mais de 46000 fragmentos de carvão que permitiram verificar que a espécie mais recorrente em todas as fases de uso da necrópole (ver Gráfico 6) foi o carvalho de folha caduca (*Quercus caducifolia*), onde se insere, por exemplo, o carvalho alvarinho, representado em 56% das

amostras analisadas (ver Gráfico 7). O *Quercus* é seguido do freixo (*Fraxinus* sp.), com 8%, das *Leguminosae* (grupo extenso, onde se incluem as giestas, codessos, tojos, carqueja, entre outros), com 6%, do amieiro (*Alnus* sp.) e das *Rosaceae Maloideae* (espécies cultivadas e domésticas de macieira, pereira, pilriteiro, entre outros), ambos com 2% (Oliveira *et al.*, 2018: 15).

Na categoria denominada de outros, incluiu-se um conjunto diversificado de espécies arbóreas e arbustivas, com nenhum dos tipos a suplantar 1% do total das amostras estudadas. Encontra-se reconhecido o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), o pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*), os carvalhos de folha perene, como o sobreiro e a azinheira (*Quercus* perenifólia), o castanheiro (*Castanea sativa*), a faia (*Fagus sylvatica*), espécies ripícolas como o choupo (*Populus* sp.) e o sanguinho-de-água (*Frangula alnus*), bem como espécies arbustivas como a esteva (*Cistus* sp.) ou a urze (*Erica arborea/australis*).

Gráfico 6 – Distribuição absoluta das espécies mais frequentes por fase (Oliveira *et al.*, 2018, Figura 6).

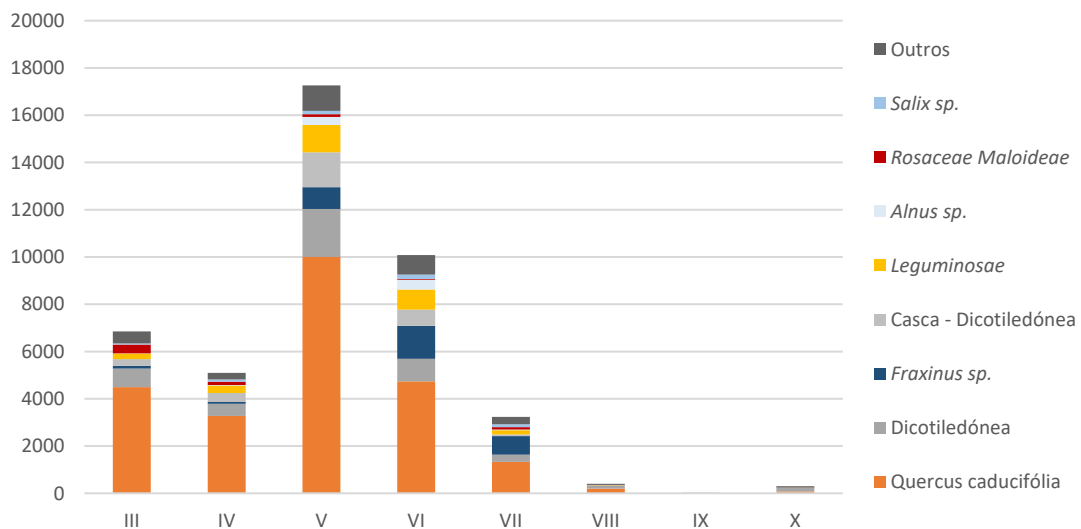
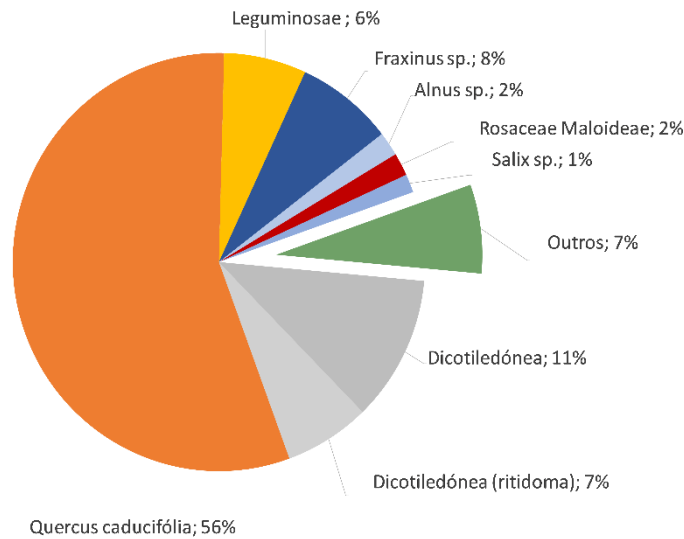


Gráfico 7 – Frequência relativa dos táxones mais frequentes detetados nos contextos funerários estudados (Oliveira *et al.*, 2018, Gráfico 3).



Foi também possível individualizar as espécies por tipo de estrutura funerária, nomeadamente nos contextos primários (*ustrinum*) e nos secundários (sepulturas de cremação).

As espécies vegetais identificadas em ambas as realidades funerárias não apresentam diferenças substanciais, uma vez que o carvalho de folha caduca (*Quercus caducifólia*) corresponde à espécie dominante em ambas os contextos, com 49% de representatividade, seguido do freixo (*Fraxinus* sp.) e das *Leguminosae*. Todavia, ainda que sejam raros nos contextos primários, foram contabilizadas 129 ocorrências de espécies tais como a noqueira (*Juglans regia*), romãzeira (*Punica granatum*), faia (*Fagus* sp.), buxo (*Buxus sempervirens*), loureiro (*Laurus nobilis*), pinheiro de casquinha (*Pinus sylvestris*), aveleira (*Corylus avellana*) e a videira (*Vitis vinifera*) (Oliveira *et al.*, 2018: 17). Já nas sepulturas, onde o carvalho de folha caduca está presente em 60% dos casos, surge apenas um fragmento de buxo (*Buxus sempervirens*) e outro de azevinho (*Ilex aquifolium*) (Oliveira *et al.*, 2018: 21).

Esta similitude entre os distintos contextos de cremação (Oliveira *et al.*, 2018: 35), não é totalmente inesperada, pois, os carvões que são depositados nas estruturas secundárias, frequentemente envolvendo a urnas, são aqueles que foram subtraídos aos contextos primários, para a constituição da sepultura.

O recurso frequente ao carvalho, a par de outras espécies como o freixo, amieiro, castanheiro, poderá estar relacionado com as suas propriedades físicas que coadjuvariam no

processo de cremação, não só por facilitarem a combustão, mas por permitirem a constância da temperatura, pois uma cremação a céu aberto deveria constituir-se como um processo moroso e difícil de gerir (Deforce e Haneca, 2012: 1345; McKinley, 2015). Características semelhantes já foram observadas nas espécies identificadas nas necrópoles de Valência, em contextos funerários do norte da Bélgica e no sul de França (Figueiral *et al.*, 2010; Deforce e Haneca, 2012: 1345; Gárcia Prósper, 2015: 596).

Certamente, que o carvalho seria uma espécie abundante na região, pelo que a sua recolha seria efetuada nos diversos bosques e matas em torno da cidade, tornando-se num recurso de fácil e barata obtenção. Os autores do relatório técnico chamam a atenção para o facto de que a reiterada presença destes vestígios dificulta a perceção de um eventual uso simbólico da madeira de carvalho (Oliveira *et al.*, 2018: 38). No entanto, achamos que tal não será o caso. De facto, são inexistentes os estudos que permitem atestar se tal espécie seria também usada nos contextos domésticos. Só com tal informação seria possível explorar a circunstância do uso do carvalho se encontrar especialmente vocacionado, para a realização de determinados rituais. Tendo em linha de conta que uma cidade deveria consumir uma elevada quantidade diária de madeira, não nos parece que o uso do carvalho se prenda com questões de simbologia ritual e que o mesmo apenas fosse usado com esse fim. Além disso, procurar madeira “exótica” ou menos comum poderia representar um acréscimo nos gastos do funeral, o que seria, portanto, dispensável.

A identificação de outras espécies em determinadas estruturas, as suas baixas frequências e o facto de aparecerem em determinadas fases de uso, pode lançar algumas pistas sobre outros pormenores funerários.

Assim, apesar do uso da madeira de carvalho caducifólio ser frequente, na verdade, o que se verifica em determinados períodos é que existem outras espécies que se distinguem, como acontece na Fase III, onde, num total de 27 estruturas, uma sepultura (C023, Ficha nº017; Parte II, p.212) apresenta uma elevada percentagem de vestígios de espécies do género *Prunus sp.*, ao contrário das C109 e C112, muito próximas uma da outra, que apresentam uma presença elevada de *Rosaceae Maloideae* (Oliveira *et al.*, 2018: 272). Este facto parece denunciar a existência de uma postura flexível e oportunista na seleção e uso de distintos recursos lenhosos (Figueiral *et al.*, 2010: 328).

Na Fase IV, há a registar novamente a presença de *Rosaceae Maloideae*, abundante nas C108 e C057 (Ficha nº033; Parte II, p.174 e 228; Oliveira *et al.*, 2018: 22), sepulturas que mantêm uma relativa proximidade com a C109 e C112 da fase anterior (Fichas nº056; Parte II,

p.174 e 176). É também de assinalar a elevada percentagem de castanheiro (*Castanea sativa*), referenciado na sepultura C053 (Parte II, p.226).

Na Fase V, com 66 contextos estudados, há a mencionar que existem estruturas onde a presença de *Quercus caducifolia* (carvalho de folha caduca) é manifestamente inferior (Oliveira *et al.*, 2018: 22). Tal está documentado nas estruturas U023, U065 e U071 (Parte II, p.284, 156 e 159, respetivamente), estruturas que não têm qualquer tipo de relação entre si e onde a presença de freixo (*Fraxinus*) é francamente maioritária. A mesma espécie apresenta-se bem representada nas sepulturas C057, U015 e U037 (Parte II, p.228, 281 e 291, respetivamente). No mesmo período destacamos a sepultura C095 (Parte II, p.101), onde é significativa a presença de castanheiro (*Castanea sativa*), e a U033 (Parte II, p.289), em que praticamente só se identificam vestígios de leguminosas nas suas múltiplas subespécies.

Já na Fase VI, das 40 estruturas analisadas cinco exibem uma alta percentagem de freixo, ainda que nessas mesmas estruturas se tenham identificado vestígios de *Quercus caducifolia* (Oliveira *et al.*, 2018: 22). Ora duas destas estruturas (U021 e U022; Parte II, p.283 e 284) são contíguas ao contexto U023 (Parte II, p.284), integrado na fase anterior, destacando-se pela presença de freixo. O contexto U030 (Ficha nº191; Parte II, p.288) sobressai pela alta representatividade de *Leguminosae*, enquanto o referenciado como U093 se distingue pela presença de videira (*Vitis vinifera*).

Na Fase VII, regista-se na estrutura U085 (Parte II, p.164) uma percentagem elevada de castanheiro, mas sem nunca deixar de estar presente o género *Quercus* sp. Por sua vez, em todas as estruturas de cremação tardias, atribuídas às fases VIII e X, o carvalho volta a ser predominante (Oliveira *et al.*, 2018: 27).

Assim, e apesar do *Quercus caducifolia* manter a sua regularidade ao longo dos distintos momentos de uso do espaço funerário, atesta-se a introdução de novas espécies que são usadas como combustível para o processo de cremação. Como referem os autores do estudo arqueobotânico, tal poderá sugerir a existência de novas estratégias de exploração dos recursos lenhosos no território, em que se passa a recorrer a novos espaços de captação, localizados em áreas mais alagadas ou húmidas, propícias ao desenvolvimento de espécies como o freixo (*Fraxinus* s.p.), o amieiro (*Alnus glutinosa*), o salgueiro (*Salix* sp.), o sanguinho-de-água (*Frangula alnus*) e diversas rosáceas arbustivas. Além disso, a partir da Fase V, é mais evidente a presença de castanheiro e da noqueira (Oliveira *et al.*, 2018: 38-41).

Não podemos deixar de mencionar que em quase todas as estruturas são reconhecidos distintos tipos de madeiras, não se registando o exclusivo de uma única espécie por estrutura, salvaguardando casos pontuais, como acontece nos contextos funerários U003 e U004, ou C020, C028 e C111 (Fichas n.º 016, 021 e 056; Parte II, p.276, 153, 212, 214 e 175, respetivamente), onde se pode verificar que quase todos os fragmentos reconhecidos pertencem a uma única espécie. Todavia, não raras vezes, nestas situações, o material carbonizado recolhido é muito reduzido, o que não permite confirmar a presença de outros recursos lenhosos, que poderiam existir e que se perderam.

No que concerne ao estudo dos rituais, um aspeto que nem sempre é possível de determinar é a época do ano em que decorreram os funerais, inferida a partir dos dados arqueobotânicos. Tal procedimento é praticamente impossível, na maioria dos casos. No entanto, foi possível concretizar, em dois casos, uma aproximação ao período estival em que terá decorrido a cremação. Assim, na sepultura C040 (Parte II, p.219) foi identificado um cone de amieiro, ainda por abrir. Ora o período entre a floração e a frutificação desta espécie decorre entre o final da primavera e o início do verão; dado que o vestígio encontrado ainda tinha no seu interior as sementes, o tempo que decorreu entre a recolha da madeira e a cremação é bastante curto. Se a madeira tivesse sido armazenada durante algum tempo, o cone teria aberto e as sementes ter-se-iam perdido, o que não se verifica (Oliveira *et al.*, 2018: 40). Também na sepultura C067 (Parte II, p.233) foi reconhecido um pequeno fragmento de ramo com gemas de renovo. Tal como no caso anterior, esta particularidade só é possível de se atestar quando não há um período de tempo muito extenso entre o momento do lenho e a combustão. Neste caso é possível que a recolha tenha ocorrido entre o final do inverno e o início da primavera (Oliveira *et al.*, 2018: 40). Situação distinta foi verificada na sepultura C073 (Ficha n.º042; Parte II, p.235), onde as amostras desta sepultura permitiram o reconhecimento de um fragmento de um bugalho de *Quercus* sp. (Figura 319), cuja presença decorre da reação da árvore quando a mesma é afetada pela ação de um inseto. Ora a duração de tal infeção não é possível de ser estimada, tal como não é possível de se calcular o período de tempo que um bugalho pode ficar unido ao ramo (Oliveira *et al.*, 2018: 48).

Por outro lado, há que ter em atenção que a madeira acumulada na pira não deveria ter o mesmo calibre. O bugalho denuncia a presença de ramos jovens, a par do grupo das *Leguminosae*, cuja madeira teria dimensões mais reduzidas e que se deveriam misturar com troncos de maior envergadura, tal como o demonstra o registo das curvaturas anelares nos carvões à mistura com outros ramos mais pequenos. Num único *rogus* deveriam misturar-se madeiras de árvores de

grande ou médio porte com ramos pequenos e de menor diâmetro, provavelmente providos de alguma folhagem e que poderiam ser usados não só para a ignição da pira, como para reavivar o processo de combustão (Oliveira *et al.*, 2018: 35-36).

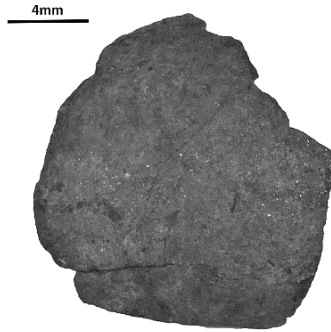


Figura 309 – Pormenor do fragmento de bugalho, C073 - UE4124 (Oliveira *et al.*; 2018, Anexos: Figura 1).

No que concerne às inumações, verifica-se que o número de carvão por amostra é muito reduzido. Ainda em fase de escavação, foram recolhidos manualmente alguns fragmentos de carvão, visíveis nos enchimentos dos interiores dos vãos sepulcrais dessas sepulturas, pelo que a interpretação a fazer sobre estes vestígios deve ser avaliada com alguns cuidados. Note-se, por exemplo, a identificação de um fragmento de casca de *Pinus pinea* na sepultura I001 (Ficha nº124; Parte II, p.254). Tal evidência está referenciada às UEs0089↔0352, interpretadas como enchimentos de infiltração do interior do vão sepulcral. Neste caso específico, a existência deste vestígio botânico não deve ser excessivamente valorizado. De facto, os ambientes sepulcrais são afetados por fenómenos pós-deposicionais de distinta índole, pelo que o transporte ou transferência de elementos arqueobotânicos deveria ser comum por diversos motivos, onde se incluem as ações antrópicas, através das cíclicas limpezas das áreas de enterramento ou desencadeada por agentes climatéricos, como a ação hidráulica ou eólica. Assim, a intrusão de elementos arqueobotânicos carbonizados, por infiltração ou arrastamento, deveria ser bastante comum pelo que a sua presença em sepulturas de inumação poderá estar associada a fenómenos que em nada se relacionam com os rituais funerários coetâneos com a edificação das estruturas. A mesma situação acaba por se aplicar aos elementos carbonizados identificados nas sepulturas I003 e I004 (Ficha nº126; Parte II, p.254 e 258, respetivamente), que não se apresentavam seladas, registando perturbações de origem antrópica.

Apesar de ter sido possível o reconhecimento de estruturas de madeira no interior de algumas das sepulturas de inumação, a matéria orgânica apresentava-se mal conservada, facto que impediu não só a recolha, como a determinação da espécie usada. Todavia, na estrutura I009, foi possível reconhecer os vestígios de uma caixa de madeira, não carbonizada, que envolvia o contentor de chumbo, detetada a partir dos restos de madeira conservada nos pregos, devido à precipitação dos óxidos de ferro. Este elemento de transporte do defunto deveria ser composto por algumas tábuas de pinheiro-bravo/manso (*pinus pinaster/pinea*) (Braga *et al.*, 2017: 10). As restantes amostras encontram-se em fase de análise pelo que ainda podem ser reconhecidas outras espécies.

5.3. Outras evidências arqueobotânicas

Em contextos de cremação, mais especificamente nos U003, U012, U013, U087 e U089, foi possível a deteção de vestígios de amálgamas de material carbonizado. A análise microscópica da composição de tal matéria levou os autores do estudo de arqueobotânica a suspeitar que poderá tratar-se de uma pasta alimentar (Oliveira *et al.*, 2018: 47). No entanto, encontra-se a decorrer um conjunto de trabalhos que visam apurar com maior objetividade esta hipótese. Este tipo de evidência alimentar, que se integra na categoria dos alimentos cozinhados, encontra-se já atestada em diversos contextos funerários (Marinval, 1994; Preiss *et al.*, 2005; Cooremans, 2008; Matterne e Derreumaux, 2008; Heiss *et al.*, 2015). Dado que apenas se encontram fragmentos carbonizados, este elemento poderia ser usado como uma oferenda alimentar ao morto, como uma espécie de elemento viático, ou como alimento que deveria ser consumido e partilhado pelos intervenientes do funeral no decurso das refeições funerárias.

6. Antropologia e Arqueologia: dados preliminares do estudo antropológico

Pretendemos agora realizar a apresentação dos dados antropológicos, relativos a uma primeira abordagem realizada sobre uma pequena amostra de restos osteológicos exumados nos contextos de cremação e inumação identificados nos núcleos CTT/LSF, ITAVL e TAVL da necrópole da Via XVII, estudados pelo bioarqueólogo Luís Miguel Marado (Anexo 2)¹⁹.

¹⁹ Os dados de carácter antropológico (identificação óssea, pesos, medidas) são da responsabilidade do Doutor Luís Miguel Marado que desenvolveu a investigação no âmbito de uma bolsa de investigação atribuída pela UAUM. Agradecemos ao antropólogo e à UAUM a cedência destas informações que em muito contribuem para aumentar a qualidade deste trabalho.

No início do nosso trabalho, havíamos arrolado um conjunto de 31 sepulturas que, em articulação com as amostras de material carbonizado selecionadas para análise arqueobotânica, foram apelidadas de “prioritárias”, encontrando-se atribuídas a períodos cronológicos que se distribuíam entre o período de transição da Era e os séculos V/VII. Como já vimos no tópico de discussão anterior, as amostras relativas ao material carbonizado foram totalmente consideradas, pelo que o seu estudo se encontra concluído na globalidade. Todavia, o mesmo não se aplica ao conjunto de material osteológico, pelo que apenas se encontra finalizado o estudo de sete depósitos secundários, um *ustrinum*, um elemento de sinalização e uma inumação. O estudo antropológico desta última estrutura, surge em consequência da uma intervenção arqueológica realizada em 2016 (I009, Ficha nº129; Parte II, p.257).

Os trabalhos relativos à pesquisa antropológica foram iniciados entre 2010-2011, sob a responsabilidade da antropóloga Ana Sousa²⁰, centrando-se na escavação dos depósitos osteológicos no interior das urnas, por níveis artificiais. Dado o enorme acervo de material exumado, não foi possível concluir a limpeza, inventariação e posterior catalogação dos vestígios ósseos. Esse trabalho retomado em 2017, permanece por terminar, pelo que a informação relativa a um conjunto rico de material ósseo cremado se mantém completamente inédita. Por sua vez, as avaliações dos dados relativos aos esqueletos identificados em duas sepulturas de inumação não são possíveis de se concretizar, dado o seu mau estado de conservação. Após a identificação da matéria óssea em campo, a mesma não se conservou. Por outro lado, o carácter esporádico de ossos, encontrados em algumas sepulturas de inumação, não potenciaram quaisquer conclusões devido ao seu adiantado estado de degradação. Importa igualmente referir que, apesar de se encontrarem seladas algumas estruturas de inumação identificadas nos núcleos da necrópole da Via XVII, não foi possível obter evidências osteológicas preservadas, situação que é comum a todos os contextos de inumação considerados neste trabalho.

Diversas investigações têm chamado a atenção para um conjunto de fatores que interferem com a preservação do esqueleto humano. Essas condições encontram-se dependentes da composição dos solos, da interferência de micro-organismos, da presença de água, robustez/resistência do osso humano à decomposição, bem como do nível de preservação das estruturas funerárias (Mays, 1998).

²⁰ Estes trabalhos foram desenvolvidos no âmbito de um contrato celebrado entre a UAUM e a antropóloga, tendo em vista o estudo do material osteológico da necrópole, base da sua tese de mestrado, que não chegou a ser concluída.

Como acima mencionamos, no decurso das escavações decorridas nos núcleos dos CTT/LSF foram identificados os vestígios de dois esqueletos, cuja deposição foi efetuada, curiosamente, em estruturas do Tipo 3 (Is001 e 004, Fichas nº 124 e 126; Parte II, p.254 e 255), completamente seladas, sem que se tenha identificado qualquer outro tipo de interferência pós-deposicional com a estrutura. Na tentativa de perceber tal fenómeno, procedeu-se à catalogação de todos os atributos das sepulturas de inumação destes três núcleos, considerando-se os materiais, coberturas, lastros, condições de selagem e eventuais perturbações. A partir dessa inventariação foi possível concluir que a preservação óssea é promovida pelas características do próprio enterramento (Marado *et al.*, comunicação oral, 1 de junho de 2017).

Os vestígios de osso em mau estado de conservação foram recuperados em estruturas cujo leito era composto por elementos laterícios, muito embora a estrutura se encontrasse alterada pelo menos ao nível da cobertura, que pela sua inexistência ou perturbação desprotegeu o interior do vão sepulcral. Também nas sepulturas que se consubstanciavam em simples covas abertas sobre o substrato rochoso, sem leito (Tipos 1, 2), ou cuja base era constituída por pedra granítica (Tipos 5b, 6), não foi assinalado qualquer tipo de material osteológico, ou o mesmo era pouco reconhecível.

A existência de um leito em material laterício (tijolos ou aduelas), com a cobertura do mesmo material, acabou por proteger o esqueleto em relação ao sedimento envolvente, cuja ação corrosiva é potencialmente prejudicial para o material orgânico, dada a elevada acidez do solo granítico (ph <6) que promove a decomposição do osso. Além disso, a resistência do osso é conferida pela presença de minerais como o fósforo, cálcio, oxigénio e hidrogénio, que acabam por ser “consumidos” pelo solo granítico, dada a insuficiente presença dos mesmos na composição do solo e a circulação de água (Mays, 1998: 20-21; Pokines e Symes, 2014: 25).

A preservação do material osteológico poderá ser coadjuvada por outras características, como a capacidade de ventilação e drenagem, no entanto, aparentemente, tal não se verifica no caso dos solos de Braga. A ciclicidade de períodos inverniais bastante húmidos, alternados com outros intervalos em que terá ocorrido a desumidificação, em que certamente se atestam variações ao nível das amplitudes térmicas, induziu danos na estrutura óssea, provocando a sua continuada fracturação. No final de alguns ciclos, o osso, dada a sua porosidade, acaba por se desintegrar e desaparecer (Marado *et al.*, comunicação oral, 1 de junho de 2017; Marado e Braga, no prelo a).

Em algumas situações, foram identificadas estruturas funerárias de grande envergadura, cujos lastros e paredes revestiam completamente o vão sepulcral, encontrando-se também elas

completamente fechadas. Na sua maioria, para além de alguns vestígios metálicos e de madeira, não foi reconhecido qualquer tipo de matéria óssea preservada. No entanto, registou-se uma exceção na sepultura I009, uma estrutura funerária de tipo 7, que apresentava vestígios osteológicos humanos. Apesar da pobre preservação óssea, acompanhada de alterações erosivas de origem diagenética, foram identificados fragmentos de maxilar, mandíbula, úmero e cúbito esquerdos, esterno, costelas e vértebras, ossos longos e outros de categoria indiferenciada, que se reportam a um indivíduo (Braga *et al.*, 2016: 16). O estudo laboratorial realizado pelo antropólogo Luís Miguel Marado não permitiu a determinação da diagnose sexual, embora tenha sido possível estabelecer uma aproximação à idade do indivíduo, estimativa possível pela análise do material dentário. As 15 coroas dentárias permitem equacionar que o defunto deveria ser um indivíduo jovem, com idade mínima entre os 13/15 anos e os 39/40 anos, dado o desgaste moderado presente em todos os dentes, indicando o seu uso em funções mastigatórias durante um período de tempo, ocorrido antes do momento da morte (Braga *et al.*, 2016: 18). A análise permitiu ainda assinalar que a dispersão da dentição e do fragmento de esterno, recuperados junto à parede sul do caixão de chumbo, resultou de dois fatores, um dos quais associado à presença de água em quantidades desiguais, dependente dos níveis de humidade no solo e da altura dos lençóis de água e o outro relacionado com a existência de uma caixa de madeira que continha o caixão de chumbo, cuja tampa deverá ter abatido sobre o defunto. A presença destes dois elementos (água e madeira) pode ainda ter potenciado a formação de um ambiente saprotrófico no interior do túmulo, que não permitiu a preservação das peças ósseas (Braga *et al.*, 2017: 9). Apesar de os ossos se encontrarem deslocados era perceptível que a cabeceira se encontrava a poente.

Não foram identificados ossos de origem animal que poderiam indicar a realização de outro tipo de rituais. Contudo, o interior do vão sepulcral não foi escavado na sua totalidade com o objetivo de preservar os materiais para posteriores análises mais detalhadas.

No que concerne à cremação, a tarefa de estudo do material osteológico não se revela nada fácil. Na generalidade o material cremado apresenta-se muito fragmentado. Se é certo que a cremação acaba por provocar uma série de alterações, entre elas a descoloração, o encolhimento e o estalamento dos ossos (Depierre, comunicação oral, 1 de julho de 2015), ela contribui, por outro lado, para que o osso se torne mais resistente aos fenómenos pós-deposicionais, uma vez que a matéria orgânica desaparece em consequência da exposição prolongada ao fogo, pelo que a sua consequente recristalização confere maior resistência ao osso

perante os processos de diagénese, sobretudo se o material for armazenado em determinados recipientes (McKinley, 2015: 192; Williams, 2015: 260).

Efetivamente é o que se constata para a realidade estudada, em que a conservação do osso cremado em relação ao inumado é manifestamente superior, preservação que é também promovida pelo facto de o material ter sido integrado no interior de urnas, algumas das quais seladas com tampas de cerâmica, ou por blocos pétreos.

Ainda assim, o alto grau de fragmentação não permite estimar as idades à morte ou a robustez, impossibilitando o cálculo das estaturas e a deteção de patologias, ou até mesmo o reconhecimento das diagnoses sexuais, pelo que as considerações no que concerne aos perfis biológicos dos indivíduos presentes no *ustrinum* n°U084 (Ficha n°200; Parte II, p.165) e na totalidade dos sete depósitos secundários (Cs007, 010, 018, 025, 057, 058 e 063 - Fichas n°007, 010, 015, 018, 033, 034 e 037, Parte II, p.206, 208, 211, 213, 228 e 231) apenas contemplam designações de “não-adulto”²¹ ou “adulto”.

Embora a própria cremação potencie a fragmentação dos ossos, existem distintos fatores que originam o fracionamento. Na verdade, se o material osteológico não for estudado num curto período de tempo, o grau de fragmentação aumenta, principalmente se tivermos em conta o próprio transporte das urnas, as continuadas manipulações dos ossos, bem como as sucessivas transferências dos locais de depósito. Todos estes fatores contribuem para o que os restos osteológicos acabem por se degradar (Minozzi, 2015: 317).

Na amostra analisada apenas se identificaram indivíduos adultos, não se encontrando atestada, até ao momento, neonatos ou não adultos cremados. Além disso, as evidências permitem sugerir que o número mínimo de indivíduos (NMI) é de um em cada deposição (Marado, 2017: 4).

Neste quadro, cabe a referência ao facto de na C018 (Ficha n°015; Parte II, p.211) ter sido detetado um fragmento ósseo revelador da presença de um indivíduo não adulto, muito embora a globalidade do conjunto permita associar a sepultura a um indivíduo adulto (Marado, 2018: 6; Marado e Braga, no prelo). Todavia, julgamos que a identificação de um só osso pode resultar de uma intrusão, ou de um ato completamente inadvertido, em que durante o processo de transferência ou trasladação do enchimento resultante da cremação do *ustrinum* para a sepultura se possa ter agregado um vestígio ósseo de um outro contexto, quem sabe de um *ustrinum* próximo. Na sepultura C007 (Ficha n°007; Parte II, p.206) é possível admitir que o

²¹ Do ponto de vista biológico, um indivíduo pode ser considerado não-adulto até aos 15/16 e 20/21 anos.

defunto seria possivelmente um indivíduo de sexo feminino, de acordo com o único vestígio identificável, um astrágalo, com o comprimento máximo de 46,3mm (Marado, 2018: 6).

Outro aspeto que nos parece importante destacar é o facto de se verificar que não há uma intencionalidade vincada no que concerne à seleção dos restos osteológicos cremados no interior das urnas e que denunciem a tentativa de replicar ou valorizar a anatomia do esqueleto.

A reconstituição do posicionamento tridimensional de cada osso no interior da urna, após a sua escavação, permite constatar que a ação de recolha ou seleção óssea para o interior da urna é completamente aleatória (Marado e Braga, no prelo). Aliás, o mesmo parece estar comprovado nos depósitos de cremação identificados na Encosta de Sant'Ana, em Lisboa (Gonçalves *et al.*, 2010: 139). Todavia, no caso de Braga, nos sete depósitos de cremação estudados e nos quatro em que foi possível escavar com posicionamento de achados, identificaram-se situações completamente distintas, o que não contribui para a determinação de um padrão que denuncie uma intenção clara dos operadores em relação ao tipo de osso escolhido, ou à forma como o mesmo foi depositado no interior da urna.

Ilustrativo do que acabámos de afirmar é o que se observa com a distribuição espacial dos ossos no interior da urna da sepultura C025 (Ficha nº018; Parte II, p.213; Gráfico 8; Figura 310). O material osteológico parece estar mais concentrado num dos lados da urna, verificando-se pouca concentração no terço superior do recipiente, no qual não se encontram ossos da cabeça e apenas há um osso do tronco, identificando-se o material mais pesado no fundo (Marado, 2018: 14). Esta repartição do material sugere que os ossos no interior da urna podem ter-se deslocado, por ação da gravidade, permitindo que os elementos de maior dimensão se depositassem nos níveis próximos do fundo. De facto, o posicionamento da urna em campo, aliado ao facto de a mesma não se encontrar selada, pode ter contribuído para que esse fenómeno ocorresse. No entanto, na C007 (Ficha nº007; Parte II, p.206), a falta de intencionalidade na deposição dos ossos é patente (Gráfico 9 e Figura 311). Após a reconstituição do posicionamento dos ossos, verifica-se que as peças relativas à cabeça estão presentes nos diversos níveis escavados, embora sejam mais frequentes nos níveis superior e intermédio, quando comparados com a proporção de ossos do crânio e mandíbula no fundo da urna (Marado, 2018: 8). Relação inversa verifica-se para os ossos do tronco e dos membros inferiores, sendo significativa a quantidade de ossos não identificados, já que esses elementos têm tendência a ser de menor tamanho e, assim, a movimentar-se mais facilmente dentro da urna. Já os ossos relativos aos membros superiores e aos ossos longos, onde se incluem os membros superiores e inferiores, não apresentam um

padrão claro de variação, já que a sua proporção é regular ao longo dos vários níveis (Marado, 2018: 8). Todas as regiões anatómicas estão representadas, o que sugere que não haveria ordem de deposição preferencial.

Gráfico 8 – Distribuição dos ossos por região anatómica - interior da urna da C025 (Marado, 2018: Ilustração 3).

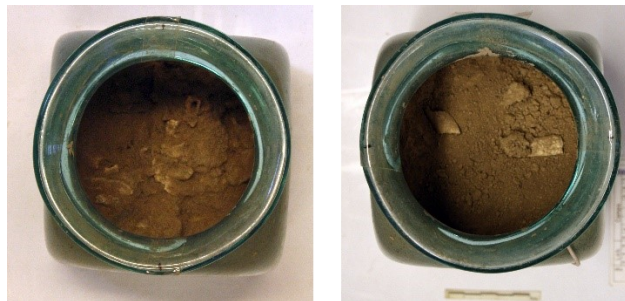
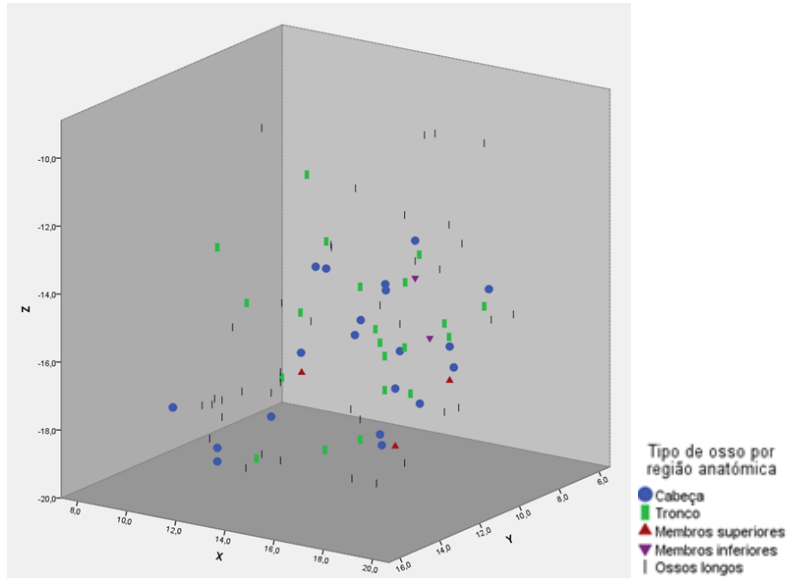


Figura 310 – Pormenor dos níveis 2 e 3 da decapagem do conteúdo da urna da C025 (©UAUM).

Gráfico 9 – Distribuição dos ossos por região anatômica - interior da urna da C007 (Marado, 2018: Ilustração 1).

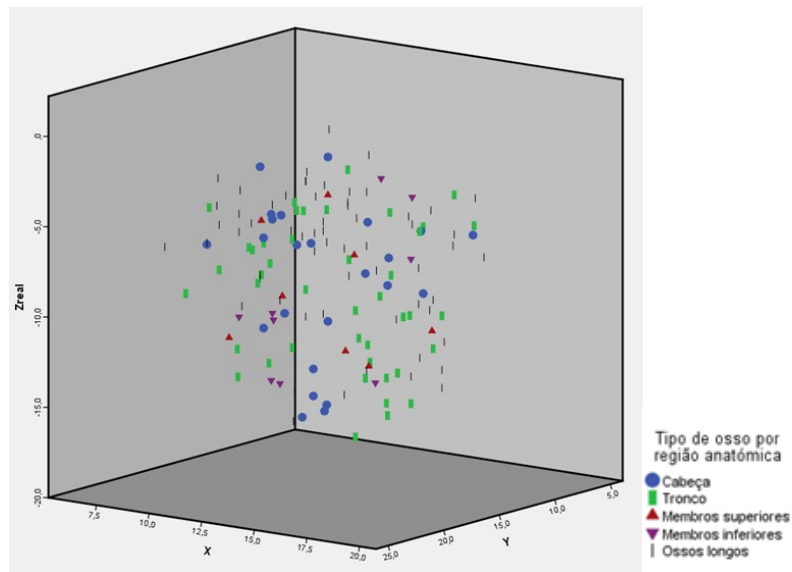


Figura 311 – Pormenor dos níveis de escavação 2 a 4 da urna da C007 (©UAUM).

Na sepultura C010 (Ficha nº010; Parte II, p.208), os ossos identificados distribuem-se de forma quase uniforme pela urna (Gráfico 10 e Figura 312), verificando-se alguma tendência para os ossos correspondentes aos membros inferiores se concentrarem nos dois terços inferiores do contentor funerário, ao contrário do que se verifica no terço superior da urna, no qual não se encontram ossos da cabeça e apenas se assinala a presença de um único osso do tronco (Marado, 2018: 9).

Gráfico 10 – Distribuição dos ossos por região anatômica na urna C010 (Marado, 2018: Ilustração 2).

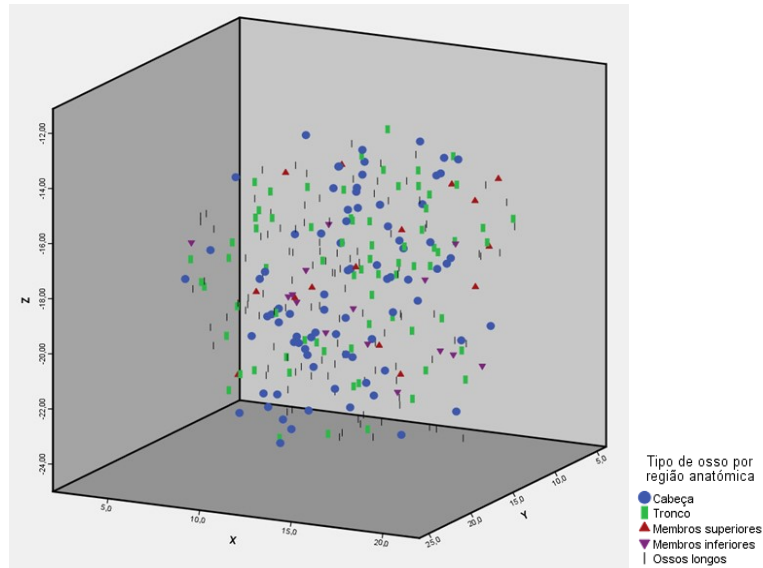
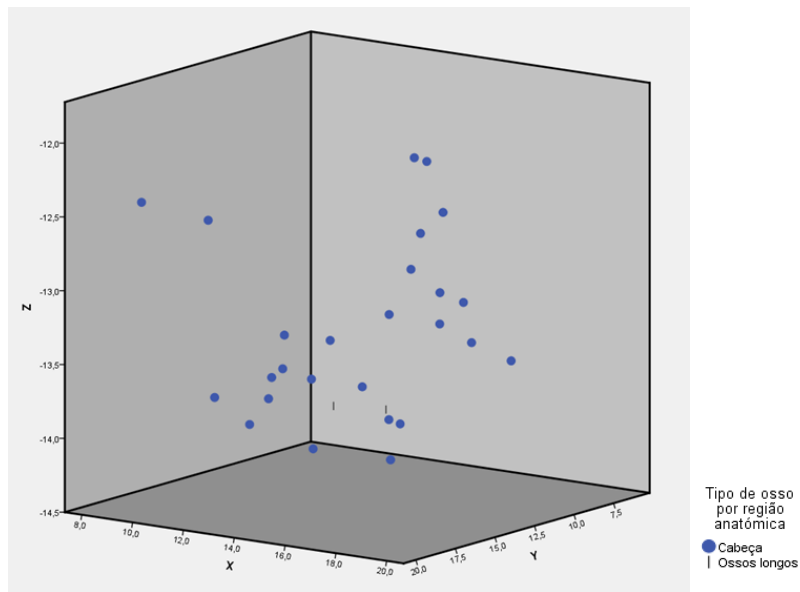


Figura 312 – Único levantamento fotográfico da escavação da urna da C010 (©UAUM).

Já na sepultura C063 (Ficha nº037; Parte II, p.231) a quantidade de material do interior da urna era muito escassa e não identificável (Gráfico 11 e Figura 313). Apenas se reconheceram fragmentos de ossos longos no nível 3, ou seja, o nível do fundo da urna. Todavia, apesar de se encontrarem fragmentos de diversas regiões anatômicas, há uma preferência pelos ossos do crânio e da mandíbula do defunto. Situação bem distinta do que se passa, aliás, no enchimento do exterior da urna, em que se assinala uma sub-representação dos ossos da cabeça e do tronco, reunindo-se aí os fragmentos de ossos longos e a maioria do peso do material osteológico depositado (Marado, 2018: 10-11).

Gráfico 11 – Dispersão dos ossos por região anatómica na urna C063 (Marado, 2018: Ilustração 4).**Figura 313** – Aspecto dos níveis de escavação 1 a 3 da urna da C063 (©UAUM).

No que respeita às análises das alterações provocadas pela temperatura, o estudo antropológico permite avançar que a coloração mais frequente é a branca, tonalidade que é indicativa de que se atingiram temperaturas superiores a 650° - 700°C, em que o osso é reduzido à sua face mineral, pela combustão do carbono residual (Mays, 1998: 217 - tabela 11.1; Gonçalves, 2007: 52; Silva, 2007: 43; Gonçalves *et al.*, 2010: 132; Wahl, 2015: 168 - tabela 9.1). Ainda assim, pontualmente, atestam-se colorações distintas nos ossos de um mesmo indivíduo, com variações entre o castanho e o negro, que poderão estar relacionadas com as características da cremação, que seria condicionada por fatores ambientais, tais como humidade, pluviosidade e exposição eólica, que influenciariam a variação das temperaturas da combustão. A alteração da coloração pode também estar relacionada com outros elementos, como o investimento e atenção

dado ao processo de cremação, com a constante adição de madeira e outros acelerantes que contribuiriam para a maior ou menor eficácia do processo crematório (McKinley, 2015: 186).

Tal parece estar documentado na estrutura U084 (Ficha n°200; Parte II, p.164), em que o material osteológico apresenta uma coloração branca e cinzenta ou branca e negra, indicando que algum material terá atingido temperaturas de cremação mais reduzidas (300 a 350°C para o negro; 550-600°C para o cinza). Dado que se trata de um *ustrinum*, o parco material aí preservado corresponderá a material descartado aquando da recolha do indivíduo para urna, devido à coloração, mas também pelo tamanho reduzido dos ossos, pelo que outros vestígios osteológicos que comportariam outras colorações não se encontram presentes (Marado, 2018: 16).

Já os ossos presentes na sepultura C058 (Parte II, p.228) apresentam maioritariamente uma coloração branca, embora alguns fragmentos de ossos longos e de ossos não identificados se apresentem cinzentos e negros, sugerindo que durante a cremação as temperaturas máximas não terão sido uniformes na pira ou não terão tido a duração suficiente para garantir a combustão de todo o material osteológico (Marado, 2018: 16). Nos ossos foi também identificada uma coloração acastanhada, decorrente de um fenómeno relacionado com a concreção de metal que se encontra agregado aos ossos longos e aos membros superiores. O reconhecimento de tal situação sugere a deposição de elementos metálicos durante ou imediatamente após a cremação (Marado, 2018: 17).

A mesma tendência encontra-se patente no material osteológico cremado da C063 (Parte II, p.231), que contém, na sua maioria, ossos de cor branca, com exceção de alguns ossos longos, que apresentam coloração castanha clara (250-300°C), o que novamente indica a possibilidade de insuficiente uniformidade das temperaturas de cremação (Marado, 2018: 16).

Como se tratam de ossos provenientes de contextos de exposição ao fogo, o material exhibe alterações de volume ou deformações, encontrando-se presentes as fraturas transversais e encurvadas, designadas de *thumbnail*, que ajudam a identificar e compreender o estado do esqueleto antes de ser submetido a cremação: ossos secos (esqueletizados e com pouco material orgânico) ou ossos “frescos” (esqueletizados, mas ainda com material orgânico) e cadáveres (Gonçalves, 2007: 36; Marado, 2018: 16).

Os vestígios osteológicos da sepultura C018 (Ficha n°015; Parte II, p.211) não apresentavam estas fraturas ou qualquer outra deformação, indicando que este indivíduo poderia ter sido cremado depois de completamente esqueletizado. No entanto, esta interpretação é condicionada pela reduzida quantidade de material avaliado (2,9 gramas), que não é

representativo da totalidade da massa óssea inicial, o que poderá conduzir a interpretações pouco sólidas (Marado, 2018: 17; Marado e Braga, no prelo).

Na sepultura C057 (Ficha nº033; Parte II, p.228), os ossos evidenciam deformação, o que pode mais uma vez indiciar que o indivíduo deverá ter sido cremado num período próximo ao momento da morte. Apesar do material ser abundante (599,1g), é evidente um elevado nível de fragmentação, o que dificultou a identificação da deformação (Marado, 2018). Na U084 (Parte II, p.240), encontram-se referenciadas fraturas *thumbnail*, facto que indicia que o indivíduo não estaria esqueletizado aquando do momento da cremação.

Com efeito, deveria ser estranha a ocorrência de cremações após a esqueletização do indivíduo, deduzida pela ausência de fraturas *thumbnail*, situação que, aliás, seria algo contraditória com alguns aspetos descritos nas fontes clássicas, em que é patente o receio pela confrontação com a putrefação e a manipulação de cadáveres. Valerie Hope admite mesmo que alguns indivíduos, normalmente aqueles dotados de algum prestígio social, deveriam ser velados ainda em contexto doméstico, durante um período de tempo que poderia ir até ao máximo de sete dias (2009: 74). Mas, este período, semelhante aos momentos de câmara ardente atuais, não seria suficientemente prolongado para que os efeitos da esqueletização acontecessem, provocando a perda dos tecidos moles e a grande parte da matéria orgânica associada (Vass, 2001: 191).

Outro aspeto que merece referência é o facto de se verificar que a massa óssea recuperada no interior das urnas apenas representa uma pequena porção do que seria a totalidade do esqueleto. A expressão *pars pro toto* é bastante elucidativa deste processo (Crúbezy, 2000 *apud* Gonçalves, 2007: 112). De facto, não parece existir uma estratégia definida na recolha dos ossos dos *ustrina*. Se considerarmos que num *ustrinum* a massa óssea de um indivíduo ronda os valores mínimos de 1kg e os máximos de 2,6kg (Blaizot, 2007: 149), facilmente entendemos os baixos valores relativos às quantidades de osso recolhido para o interior das urnas.

Em Braga, os valores de massa óssea transferidos para as urnas apresentam grande oscilação. Regista-se um total mínimo variável entre os 26,2g (C058, Ficha nº034; Parte II, p.228) e os 38,3g (C063, Ficha nº037; Parte II, p.231), ao contrário das quantidades de material osteológico recolhido nas urnas dos depósitos secundários C007, C010 e C025 (Fichas nº007, 010 e 018; Parte II, p.206, 208 e 213), com 884,3g, 691,5g e 251,4g, respetivamente (Marado, 2018). Valores próximos com os que se registam em Braga estão assinalados em Zaragoza, para o material das urnas recolhidas na Encosta de Sant'Ana e na Praça da Figueira, em Lisboa, bem

como em Évora (Gonçalves, 2007: 74 – tabela 8; Gonçalves *et al.*, 2010: 140 – tabela 6; Miguel Ibáñez, 2010: 209; Fernandes *et al.*, 2012: tabela 4).

No que respeita ao material osteológico não humano, podemos afirmar que ele se encontra presente nos contextos analisados, embora a sua análise obrigue a tomar alguns cuidados.

Embora não se tenha estudado a totalidade do conjunto de espólio osteológico humano, na primeira fase de trabalhos, decorrida em 2010-2011, em estruturas datadas desde a transição da Era até ao século II, já haviam sido identificados fragmentos de osso, não humano, que se apresentava queimado (C032, C048, C111 e U042; Parte II, p.216, 223, 175 e 292, respetivamente; Tabela 5). Embora o táxon de todos os restos zooarqueológicos permaneça por apurar, as morfologias dos fragmentos sugerem a presença de presas de javali em vários depósitos secundários e num *ustrinum* (Figura 314a, 314d e 314e). Nas sepulturas cujos vestígios osteológicos humanos foram aqui apresentados também se identificou o mesmo tipo de fauna, todos, sem exceção, submetidos à exposição prolongada ao fogo.

Tabela 5 – Relação dos vestígios osteológicos faunísticos identificados.

Estrutura	U.E.	Osteoresto	Tipo fragmento	Fase
C007	399	Javali?	presas	VI
C010	4430	Ovicaprino?	?	IV
C048	4439	Javali?	presa	III
C063	3916	Bovino?	placas osso trabalhado	IV
C111	341	Javali?	presa	V
ES03	4554	Aves?	?	X
U042	4250	Bovino?	placa de osso trabalhado	V
C032	2972	Porco?	metacarpo?	V

A diversidade de atitudes perante a morte leva-nos a considerar que a manipulação dos restos animais pode estar associada a distintos momentos ocorridos durante o processo de cremação. Tal como acontece com os vestígios arqueobotânicos não conseguimos afirmar que o conjunto de fragmentos de fauna se relaciona com a realização de cerimónias de comensalidade, uma vez que não nos é possível saber com relativa segurança quando é que os vestígios animais foram introduzidos no decurso da cremação. Assim, sem excluir a possibilidade de realização de

refeições funerárias, em que os fragmentos de fauna são atirados para a pira, numa fase em que esta ainda se mantinha ativa, admitimos que alguns dos fragmentos de ossos não humanos podem ser indicativos da oferta de peças alimentares animais, colocadas junto ao defunto, quando o mesmo foi colocado na pira. Note-se que se conhecem descrições sobre rituais dedicados à deusa Ceres, deusa da agricultura, fecundidade e morte, cuja formalidade ritual em contexto funerário passaria pelo sacrifício de uma *porca presentanea*. Trata-se de um rito, aliás, atestado na Gália romana e nos contextos funerários belgas (Lepetz e Van Andringa, 2001; Tranoy, 2007: 165; Cabanis, 2009a: 160; Pigière, 2014: 63), mas também em contextos espanhóis, onde destacamos *Valentia*. Aqui, os restos deste espécime surgem em algumas cremações, embora a cabeça de javali se tenha identificado numa inumação, datada do século I a.C. O sacrifício deste tipo de animal destinava-se a purificar a família, seguindo-se o banquete funerário (García Prósper, 2001: 69; Hope, 2007: 115; García Prósper, 2015: 69; Fernández Sutilo, 2016: 398).

Teremos que esperar pelo término das análises dos conjuntos de material faunístico de forma a perceber que outras espécies foram introduzidas em contexto funerário e qual a sua relação com as práticas funerárias. Todavia, nos contextos espanhóis, belgas e gauleses são já conhecidos os vestígios de malacofauna, fauna piscícola (peixes), canídeos, ovinos e caprinos, equídeos e aves (onde se incluem pombas, galinhas e seus derivados), o que plasma bem a grande panóplia de alimentos que poderiam participar nas cerimónias (Tranoy, 2007: 164-167; Cabanis, 2009: 159; Vaquerizo Gil, 2010b: 314-315; Pigière, 2014: 63-64; Forest, 2016: 166-172).

Há ainda uma outra particularidade que julgamos ser importante referir e que se associa aos vestígios ósseos cremados de fauna (aves?), retirados do enchimento do interior da estrutura de sinalização (ES003 – Figura 314f). Aparentemente, este pormenor nada teria de excepcional, não fosse o facto desta estrutura, localizada na superfície da sepultura I022, se encontrar datada dos séculos V/VII, o que acaba por demonstrar que a presença de bens alimentares, provavelmente decorrentes de cerimónias junto à sepultura, era uma realidade em pleno período tardoantigo, e que o ato de cremar/queimar alimentos não era estranho para a comunidade urbana de Braga, em consonância com o facto de se encontrarem referenciadas estruturas de cremação para este período. Mas, mais uma vez, julgamos ser necessária alguma prudência na associação desta evidência à realização de um qualquer banquete funerário, pois a presença de material osteológico, não humano, carbonizado, poderá estar associado a práticas meramente votivas, que não estejam unicamente dependentes de atos de comensalidade.

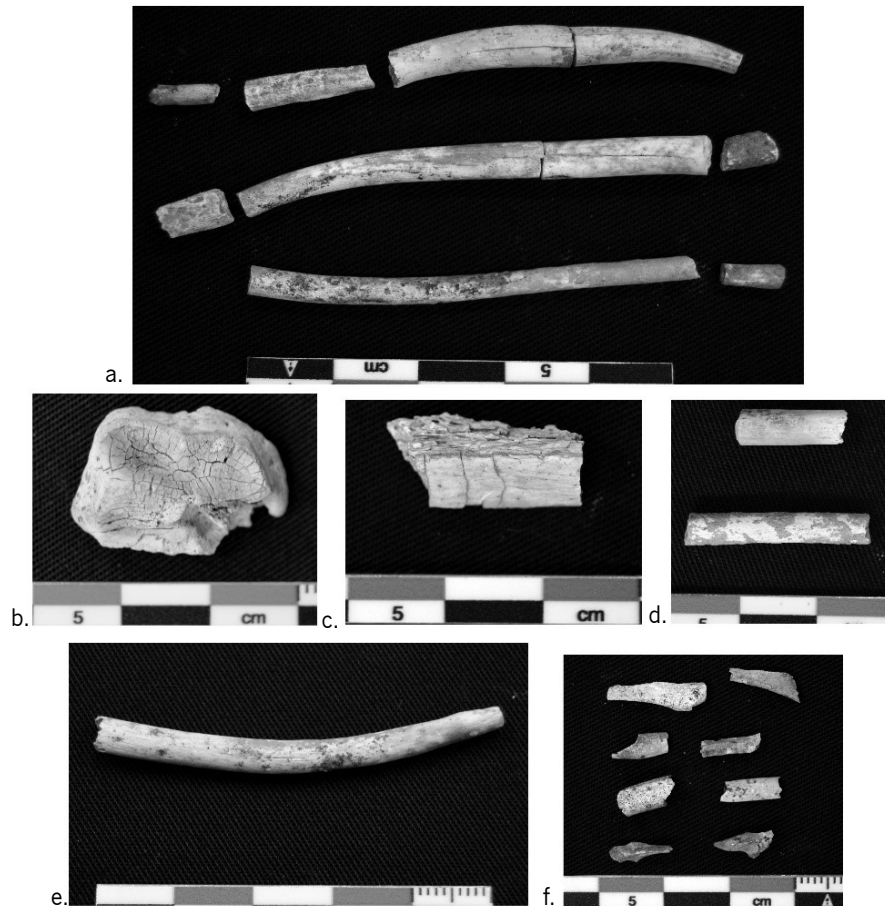


Figura 314 – Fragmentos de fauna: a. Possíveis presas de javali (C007); b. Metacarpo de porco (U042); c. Resto de fauna, indeterminado (C010); d. Presas de javali (C111); e. presa de javali (C048); f. Possíveis restos de ave (ES003) (©autora).

Os dados arqueológicos disponíveis não permitem perceber se a deposição de géneros alimentares seria uma prática comum no período tardoantigo, primeiro porque não se conservam ossos, mas também porque as recolhas de sedimentos nos contextos de inumação são inexistentes. Ainda assim, o mesmo serve para chamar a atenção de que, ainda nos alvares da Alta Idade Média, a heterogeneidade das práticas funerárias era uma realidade aceite pela comunidade brácará, que ainda usava os espaços de enterramento de origem romana para aí enterrar os seus mortos. Outro pormenor que nos parece importante reforçar é que, de facto, os dados arqueológicos acabam por revelar a forte possibilidade de as práticas funerárias tardoantigas não corresponderem a procedimentos fúnebres estandardizados, pelo que, a par deste caso, devem ter existido mais situações que divergiam em relação à aparente normalização.

Apesar de se ter procedido à escavação de 62 urnas em laboratório, não foi detetada a presença de qualquer vestígio de tecido no seu interior que indicasse que os ossos seriam envoltos numa espécie de saco antes do seu depósito no interior da urna, como acontece, por exemplo, para os contextos lyoneses (Blaizot *et al.*, 2009: 218).

Infelizmente, o número reduzido de material osteológico estudado não nos permite também averiguar a existência de cremações de neonatos, mas admitimos que tal ainda possa vir a ser detetado. Se essa evidência se vier a confirmar seria importante perceber a partir de que faixa etária é que esses indivíduos eram cremados, de forma a ser possível confrontar a evidência arqueológica com os relatos presentes nas fontes clássicas, que documentam que os indivíduos até aos 6 meses de idade não deveriam ser cremados (Hope, 2007: 180). Mas a Arqueologia tem vindo a comprovar que existiriam determinadas práticas que parecem já contrariar tal situação, como surge documentado em Évora, em que três indivíduos apresentam perfis biológicos que oscilam entre os 0-4 meses e os 3-7 meses, o que poderá indicar um desvio nas práticas funerárias romanas (Fernandes *et al.*, 2012: 193).

Era nossa intenção verificar uma possível relação ou algum tipo de ordenamento topográfico das sepulturas por fase, tendo em conta as diagnoses sexuais e a determinação da idade à morte, no entanto, pela limitação imposta pelo reduzido número de estruturas estudadas, tal análise ainda não é possível de se estabelecer.

PARTE IV – MORTE, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM BRAGA ENTRE FINAIS DO SÉCULO I a.C. E O SÉCULO VII

1. O registo arqueológico do mundo funerário romano

As necrópoles constituem-se como contextos privilegiados para conhecer as sociedades do passado. No entanto, existem algumas dificuldades na hora de intervir sobre esses espaços, que procuraremos de seguida enunciar.

Uma das primeiras dificuldades prende-se com o facto de muitas das escavações de necrópoles romanas ou tardoantigas não se encontrarem enquadradas em projetos de investigação que permitem intervenções com *timings* mais alongados e adaptados a uma minuciosa escavação dos contextos funerários, completamente distintos daqueles que normalmente norteiam as intervenções com carácter de emergência ou minimização de impactos. Ora, neste tipo de intervenção, os curtos prazos com que o arqueólogo tem de lidar acarretam distintas implicações que são mais evidentes numa fase já avançada dos trabalhos de gabinete. Desde logo, o facto de o arqueólogo se deparar, não raras vezes, com a circunstância de não escavar os níveis associados ao abandono das necrópoles, na maior parte das situações removidos por máquinas, o que dificulta de sobremaneira a interpretação. São precisamente estes enchimentos que permitiriam assegurar o *terminus post quem* a partir do qual o espaço deixa de forma permanente de funcionar como área de enterramento, passando a estar sujeito a outras utilizações. Por outro lado, quando as sepulturas escavadas não fornecem qualquer tipo de espólio, esses enchimentos podem permitir inferências sobre o período da sua construção. Este aspeto, muitas vezes desvalorizado, tem implicações diretas na forma como se procede ao estudo do local, desde logo porque se perdem os referenciais estratigráficos. Outro cenário frequente consiste em escavar apenas os níveis onde se encontram as sepulturas, cessando aí a escavação. Ora, o aterro sobre as quais as sepulturas se implantam é também ele importante, na medida em que o mesmo pode permitir a confirmação de outros momentos de uso de áreas de enterramento, remetendo para distintos períodos cronológicos. Uma outra limitação relaciona-se com a circunstância de muitas necrópoles associadas a contextos urbanos serem identificadas quando já se operou de forma inadvertida, ou não, a destruição de um número significativo de estruturas. A questão é que esta situação, para além de afetar a compreensão dos processos de construção e uso de cada área sepulcral, irá também ter implicações quando for necessário proceder à reconstituição das

paisagens funerárias, impossibilitando o entendimento das estratégias de uso e de gestão de cada espaço de enterramento.

Quando confrontados com a necessidade de “escavar rápido”, há que ter em conta que tal tem sérias implicações no registo e na forma como este é ou não produzido. Escavar, posicionar, descrever e registar, correspondem a processos morosos, dado que tais atividades implicam obrigatoriamente que o arqueólogo, para além de ter que assegurar as questões técnicas, tenha de avaliar cada uma das situações com sentido crítico e interpretativo, a fim de conseguir compreender quais os fenómenos que podem ter interferido e contribuído para a formação das realidades sedimentares, dentro e fora das sepulturas.

As observações que acabamos de expor resultam da nossa própria experiência de intervenção em contexto urbano, através da qual fomos verificando as várias pressões com que o arqueólogo se confronta. Por outro lado, no decurso deste trabalho, quando nos deparámos com os registos de campo, resultantes de intervenções ocorridas em espaços de necrópole, tivemos a oportunidade de verificar a notória discrepância qualitativa entre os dados recolhidos. Quando nos informámos junto dos responsáveis pelas intervenções sobre o historial e as condições de intervenção, as equipas, os prazos, os donos da obra/empreitada e o estado de conservação das estruturas, percebemos as razões que levam à produção de registos de campo mais ou menos incompletos. Ainda que compreendamos as justificações, não podemos deixar de as lamentar. Se não, note-se estes dois casos. O primeiro corresponde à intervenção do núcleo de necrópole do logradouro da Câmara Municipal de Braga, no ano de 1996. Trata-se de um conjunto de sepulturas descoberto sem que efetivamente existisse qualquer tipo de acompanhamento arqueológico. Nesse contexto, e no que respeita ao registo, apenas foi possível desenhar, de forma independente e isolada, cada estrutura, procedendo-se também aos levantamentos fotográficos, não tendo sido possível perceber se as estruturas já se encontravam destruídas, pela força da passagem do tempo, ou se o seu arrasamento fora provocado pela ação mecânica das retroescavadoras. No entanto, a informação relacionada com o real posicionamento das estruturas é totalmente inexistente. Da mesma forma, desconhece-se por completo como eram compostos os enchimentos do interior de cada sepultura. Como agravante, refira-se que o local coincidia com a projeção da passagem de um tramo da Via XIX, à qual se encontram associados dois miliários encontrados nas proximidades deste núcleo, recolhidos de forma avulsa (Carvalho, 2008: 246; Fontes, 1990: 75-76). Conforme verificámos, os arqueólogos apenas lograram proceder aos mais elementares registos.

O segundo caso remete para o núcleo da rua Abade da Loureira, cuja intervenção ocorreu em 2015. No espaço onde hoje funciona o Arquivo Distrital de Braga, sob tutela da Universidade do Minho, foi encontrado um núcleo de sepulturas. Quando os arqueólogos da UAUM chegaram ao local apenas lhes foi possível proceder à avaliação da estratigrafia do local e à escavação integral dos aterros que se articulavam com uma estrutura de inumação, correspondendo à única sepultura conservada. Esta circunstância levanta uma série de questões: o que existiria no restante espaço que já havia sido desaterrado, totalizando uma área com 600m²? Quantas sepulturas existiam? Que tipo de sepulturas foram ali implantadas? Quais as suas orientações? Como se organizou o núcleo? Genericamente, estamos perante um conjunto significativo de dados, irremediavelmente perdidos e sem qualquer tipo de recuperação possível.

Estes dois casos acabam, assim, por se destacar pela negativa, uma vez que correspondem a espaços de enterramento totalmente novos, provavelmente datados das épocas baixo-imperial e tardoantiga, identificados em áreas cujos vestígios parecem denunciar uma ocupação longa e uma continuada utilização, para os quais, até à data, não havia indícios da sua existência. Nas imediações apenas se conhecem estruturas funerárias noticiadas nos anos 50 do século passado, sepulturas essas recuperadas sem o recurso à escavação arqueológica. Neste momento, só novas oportunidades de intervenção poderão ajudar a solucionar as questões relativas à cronologia, estratégias de ocupação do espaço sepulcral e a sua extensão da ocupação.

Repare-se agora no caso particular do núcleo da Cangosta da Palha. Em 1987, a UAUM e o MDSS foram chamados a intervir quando se estima que cerca de três centenas de sepulturas tenham já sido destruídas, perdendo-se por completo a informação relativa ao tabuleiro sul do logradouro, aquele que estaria junto à via romana (Delgado, 1987: 179-180). Pese embora os dados enunciados, a determinada altura foi possível interromper o andamento dos trabalhos, até porque se tratava de uma obra pertencente à Universidade do Minho, procedendo-se, então, à escavação das restantes estruturas identificadas, tarefa que veio a proporcionar um excelente registo gráfico de campo, principalmente se tivermos em conta que se trata de uma intervenção ocorrida há cerca de 30 anos. Apesar da intervenção ter permitido a recuperação de mais de 60 sepulturas de inumação, algumas delas já se encontravam perturbadas, provavelmente fruto do contínuo uso agrícola a que o terreno esteve votado desde a época medieval, função essa que manteve até à época moderna. A terra, ao ser constantemente remexida e revolvida, impôs o abatimento das coberturas mais frágeis. A leitura dos cortes estratigráficos permitiu observar que os elementos laterícios das coberturas repousavam sobre os enchimentos de nivelamento dos

interiores de algumas das sepulturas, nos quais se encontravam integrados os elementos metálicos, seguidos de alguns elementos pétreos pertencentes às paredes, entretanto abatidas. Sobre estes, é perceptível a acumulação de aterros que preenchem a totalidade da vala e cuja convexidade desenhada pelos sedimentos é denunciadora de um rápido e abrupto preenchimento, provocado pelo abatimento da cobertura. Este processo é claramente responsável pela presença de material cerâmico de cronologia diversa (cerâmica comum medieval, cerâmica vidrada e faianças) nos enchimentos dos interiores dos vãos sepulcrais. Todavia, noutras situações as estruturas de algumas sepulturas mantiveram-se íntegras e seladas, situação recorrente quando as coberturas apresentam uma composição mais robusta, de difícil remoção ou deslocação, nomeadamente quando constituídas por grandes monólitos de pedra, embora tal não impossibilite a escorrência e infiltração de terras que se depositaram nos interiores dos vãos. A fase final dos trabalhos permitiu a deteção de um nível de sepulturas que, lastimavelmente, apenas conhecemos através de fotografia, pelo que não nos é possível aferir as suas dimensões, nem sequer perceber qual o seu enquadramento na restante paisagem funerária.

Apesar das circunstâncias relatadas, todos estes pormenores se encontram relacionados com a própria volatilidade da Arqueologia Urbana, que nem sempre possibilita a recuperação dos desejados contextos selados. Todavia, um registo bem elaborado acaba por permitir ao arqueólogo a avaliação das condicionantes pós-deposicionais que acabam por afetar a integridade das sepulturas presentes nas áreas escavadas.

Há outros fatores importantes a ter em linha de conta, que se prendem com a relação que é estabelecida com os proprietários dos imóveis e das empreitadas, bem como o tipo de propriedade onde ocorrem as intervenções, se pública ou privada. São talvez estes os personagens mais importantes no decurso de uma obra, com o(s) qual(ais) o arqueólogo tem de lidar e com quem tem de negociar diária e sistematicamente os prazos da intervenção.

Repare-se no caso das intervenções ocorridas nos CTT/LSF, ITAVL e TAVL. A primeira corresponde a um terreno de um particular, ao contrário dos restantes espaços, em que a escavação se realizou em terrenos pertencentes ao domínio público, geridos pela CMB. Na primeira intervenção, os trabalhos iniciaram-se em 2008, tendo possibilitado, ao longo de mais de dois anos, a escavação de um quarteirão com cerca de 3000m², onde se veio a recuperar informação arqueológica que se reporta a dezenas de estruturas já descritas, neste trabalho, nos apartados próprios, que permitiram obter a sequência ocupacional completa do espaço, datada desde os finais do século I a.C. e a atualidade.

No contexto de Braga, esta situação configura-se como uma total exceção, pois foi possível escavar contextos totalmente selados, o que permitiu a descoberta de estruturas totalmente desconhecidas até então no contexto funerário da cidade romana. No entanto, para o bom decorrer dos trabalhos, sem prejuízo da perda de informação arqueológica, foi imprescindível a negociação constante com os distintos intervenientes em contexto de obra, mantendo-se um diálogo franco e contínuo com o promotor imobiliário, que se manteve colaborante com a equipa de arqueologia, auxiliando todos os pedidos que eram efetuados. A verdade é que a postura socialmente responsável de ambas as partes, terminados os trabalhos, resultou na integração de dois espaços que serão brevemente musealizados. Para além disso, este investimento permitirá aumentar o valor cultural do empreendimento, dotando a cidade de mais dois espaços de visita excecionais no panorama nacional, dando simultaneamente a conhecer uma parte importante do passado histórico da cidade. Será justo reconhecer que tal implicou um aumento significativo dos custos da obra devido, fundamentalmente, às alterações do projeto de arquitetura que foram totalmente assumidos pelo promotor. Além disso, a manutenção de uma relação cordial entre a UAUM e a administração do LSF, que ainda hoje se mantém, permitiu que recentemente fossem ultimados os trabalhos de escavação no NA1, onde se intervencionaram três sepulturas de inumação.

Apesar de terem ocorrido em espaço público, as restantes intervenções (ITAVL e TAVL), também permitiram a recuperação de estruturas análogas às que foram identificadas nos CTT/LSF, dado que o contexto arqueológico era exatamente o mesmo. A proximidade física dos espaços possibilitou que as distintas equipas articulassem os trabalhos, adotando uma metodologia de intervenção semelhante que permitiu a uniformização de um conjunto de aspetos, tais como formas de atuação, de métodos de registo idênticos e do uso de nomenclaturas semelhantes. Com efeito, a principal vantagem na homogeneização da informação de campo passa pela facilidade de manuseamento dos dados em gabinete, uma vez que o registo é mais perceptível, entendido e compreendido pelos arqueólogos, especialmente quando é necessário tratar e gerir um grande volume de informação.

Note-se que quando falamos em informação, não nos reportamos exclusivamente a desenhos, fotografias e fichas de unidades estratigráficas, mas também à forma como foi processado o tratamento dos materiais, cuja exorbitante quantidade implicou a deslocação de equipas para o MDDS que, em conjunto com os seus técnicos, procederam ao seu tratamento. Mais uma vez, não se trata só de inventariar e catalogar o material cerâmico, vítreo e pétreo das três intervenções, pois foi necessário proceder ao tratamento do material carbonizado, que foi

recolhido integralmente nas três intervenções. Saliente-se que esta recolha e o seu posterior processamento, com as devidas fragilidades já expostas, potenciou o desenvolvimento de um estudo, com resultados de grande interesse, que já foram tratados na Parte III deste trabalho.

De referir que, para além de todos os aspetos enunciados, as intervenções suprarreferidas beneficiaram de elevados índices de especialização, contando com equipas compostas quase totalmente por arqueólogos, o que se refletiu necessariamente na qualidade do registo, felizmente rico, bem como na forma como o mesmo foi interpretado e compreendido. No entanto, haveria certamente outras formas de otimizar os trabalhos e outras formas de atuar que, ao serem colocadas em prática, poderiam ter proporcionado informações importantes. Verifica-se, por exemplo, a inexistência de levantamentos antropológicos nos *ustrina*. Esta limitação implicou, desde logo, a não identificação de determinadas estruturas, como os *busta* sem urna. Há ainda a referir, que o grande volume de informação antropológica, maioritariamente relacionado com os depósitos de cremação, não se encontra estudado na totalidade. Tal constitui, de certa forma, um impedimento no apuramento dos aspetos biológicos da comunidade que se fez enterrar neste núcleo. Este tipo de dados poderia ser altamente proveitoso, levando à identificação de eventuais estratégias de cremação, por fases de utilização, ao reconhecimento de distintas modalidades na recolha dos ossos mediante o sexo do defunto, ao potencial esclarecimento dos sexos dos indivíduos, à identificação dos vestígios zoológicos e suas implicações rituais, entre outros aspetos.

Pese embora o contexto arqueológico a intervencionar já se encontrar frequentemente saqueado e/ou destruído, a existência de um planeamento prévio e programado, ainda que integrado em trabalhos de minimização de impactos, permitiria a extração de um volume de dados mais considerável, que não se limitaria a uma mera descrição das estruturas e seus espólios, como tem sido prática corrente no estudo da generalidade das necrópoles no nosso país.

Note-se que atualmente os arqueólogos podem contar com um conjunto de recursos tecnológicos que facilmente se adaptam à prática arqueológica. A esse respeito, e embora concordemos que tais recursos nunca podem substituir o papel o arqueólogo, enquanto elemento capaz de assegurar o registo e de o interpretar, aceitamos que a inclusão de novas técnicas de registo pode agilizar os tempos de escavação, permitindo também encurtar os *timings* de execução dos relatórios finais da intervenção, contribuindo, simultaneamente, para a melhoria de apresentação dos dados. Assim, os registos fotográficos mediante o uso de drones, levantamentos por fotogrametria através de *softwares* especializados, recolhas de sedimentos para análises laboratoriais, o recurso a tecnologias SIG, que de forma rápida permitem obter informação espacial

a diversas escalas dos achados encontrados em contexto de necrópole, constituem metodologias que permitem alargar os quadros interpretativos e a avaliação sobre os espaços escavados. O arqueólogo tem que ter a capacidade de reconhecer que tem de salvaguardar dados que podem vir a ser testados, confrontados e avaliados por outros e estar consciente de que também no futuro novas técnicas de análise podem surgir, contribuindo para melhorar o nosso conhecimento sobre os hábitos funerários das comunidades do passado.

O registo arqueológico acaba por se assumir como testemunho das comunidades passadas, pelo que sem ele não há relato. Mas, o registo arqueológico é um bem necessário e precioso que exige tempo e investimento. Sem registo, ou sem um registo de qualidade e exaustivo, não é possível reconstituir as práticas funerárias das comunidades do passado. Nesse sentido, não basta só posicionar o pote, ou o unguentário, nem tampouco elaborar bons registos gráficos, sendo necessário posicionar e cotar uma miríade de elementos: o osso, o prego, o rebite, a ferragem, o anel, o vidro, a moeda, a mancha de argila e da matéria orgânica, as sementes, e depois há que cotar todos os elementos. Portanto, posicionar todos os achados de forma individual, fotografar determinados pormenores ou recolher amostras de sedimentos não são opções, mas sim obrigações.

Dentro do micro espaço da sepultura, o correto e aturado posicionamento das peças assume-se de enorme importância, uma vez que são esses objetos que testemunham a realização das práticas funerárias, revelando pistas sobre a forma como esses procedimentos fúnebres se realizaram. Paralelamente, há que posicionar as sepulturas no espaço, anotar a sua orientação, registar os alçados, bem como todas as particularidades construtivas, assegurando que todos estes registos são devidamente arquivados e salvaguardados, porque a sua perda implica a inviabilização do estudo de um espaço sepulcral.

O arqueólogo tem que ter abertura e humildade suficientes para se manter em constante processo de aprendizagem e renovar os seus conhecimentos metodológicos, reconhecendo que as metodologias de intervenção executadas por outros podem ser uma mais valia. Quando somos confrontados com as práticas arqueológicas desenvolvidas noutros locais, como por exemplo em França, que desde há décadas usa protocolos bem sistematizados no registo de campo, não podemos obviamente deixar de notar que, de facto, existem determinados procedimentos que deveriam ser acautelados de forma a melhorar a nossa abordagem ao estudo do passado e muito particularmente o mundo funerário.

2. Topografia funerária das necrópoles

Cabe-nos agora realizar uma reflexão relativa às áreas em que se vieram a implantar os espaços de necrópole de cronologia alto-imperial e tardoantiga de Braga.

Tendo em linha de conta a globalidade dos dados estudados e interpretados, importa antes de mais sublinhar que as necrópoles romanas respeitaram de forma bastante rigorosa a área reservada à cidade, não se verificando qualquer tipo de sobreposição entre os espaços de enterramento e os equipamentos urbanos, pelo que ambos os espaços estariam perfeitamente delimitados desde o período fundacional. Além disso, todos os setores conhecidos das necrópoles estão estruturados na periferia da cidade.

A avaliar pelos vestígios arqueológicos identificados, quase todos os locais de enterramento conheceram programas de arranjo topográfico, que passaram pela regularização do substrato rochoso, de forma a aplanar a área disponível para a colocação de sepulturas. Assim, em diversos pontos, encontramos marcas de cunha e entalhes que se articulam com a necessidade de fraturar os batólitos graníticos. Alguns destes elementos, inclusivamente, parecem ter sido partidos por ação hidráulica, uma vez que as valas e regos abertos na alterite granítica foram direcionados para estas zonas. Estas evidências encontram-se presentes nos setores dos CTT/LSF, ITAVL, TAVL, Túnel de Maximinos e rua do Caires, núcleo de sepulturas da Avenida Central e Abade da Loureira, sendo que nos três primeiros espaços referidos, estes vestígios encontram-se datados dos últimos decénios do século I a.C.

Outro dado que se evidencia é a articulação dos espaços de enterramento com a passagem dos principais eixos viários que ligavam a cidade a outros importantes aglomerados urbanos, mas também com aqueles de relevância secundária. Estes elementos constituem-se como os principais focos de atração para a implantação das necrópoles. Note-se que este fenómeno, de grande relevância no processo de espacialização e distribuição das sepulturas, não é um exclusivo bracaraugustano, encontrando-se patente nos mais distintos espaços funerários articulados com as cidades de diversas áreas do império romano, nomeadamente nas cidades hispanas com ocupação romana, como é o caso de *Corduba*, *Astigi* ou *Baelo Claudia* (Fernández Sutilo, 2016: 434; Jiménez Viálas, 2015: 68; Prados Martínez *et al*, 2014: 101; Ruiz Osuna, 2009: 55; Vaquerizo Gil, 2010b: 138).

Neste âmbito de análise topográfica, há vários aspetos a ter em conta.

A manutenção dos vínculos com os parentes falecidos e a sua constante recordação havia de ser facilitada pela proximidade diária com esses locais. Por outro lado, a cidade, como espaço

dinâmico e polarizador das atividades comerciais e políticas, haveria de atrair dezenas de indivíduos que usavam as vias que a interligavam com o seu entorno rural, pelo que a convivência com os espaços funerários não seria algo de estranho ou que apenas ocorreria nas festividades anuais, uma vez que, inadvertidamente, os vivos seriam “forçados” a relembrar os mortos quotidianamente.

Ainda em relação à preparação dos terrenos, não será demais frisar que as intervenções centradas na regularização das superfícies dos terrenos parecem concentrar-se junto às bordaduras das vias, ou em espaços muito próximos, não se registando qualquer tipo de evidências deste tipo no espaço destinado à passagem da Via XVII, a única via documentada arqueologicamente. Isto parece sugerir que, pelo menos desde os finais do século I a.C., existiria já algum tipo de estrutura que impedia a progressão dos arranjos topográficos nesse espaço. Como se veio a comprovar com o decurso dos trabalhos arqueológicos, a via romana estruturou-se sobre um caminho prévio, construído segundo uma tecnologia simples, em que a superfície de circulação era composta por seixos rolados, agregados por uma camada arenosa concrecionada. Este piso deverá corresponder a um nível de circulação que terá sido usado antes de ser concluída a construção da Via XVII, certamente usado pela comunidade indígena que habitava a região e que foi responsável pela criação de múltiplos corredores de circulação que serviam e atravessavam toda a região, sugestão, aliás, já aventada por diversos investigadores que se dedicam ao estudo da cidade desde há vários anos (Martins *et al.*, 2009: 174; Martins e Carvalho, 2010: 283; Martins e Carvalho, 2016: 225).

Conforme assinalámos acima, todas as necrópoles de *Bracara Augusta* localizam-se na periferia imediata da cidade. A tendência que parece desenhar-se, nomeadamente com base nos vestígios associados à Via XVII, é a de que as sepulturas mais antigas ocupam os lotes dos terrenos mais próximos dos acessos da zona urbana. A partir dos finais do século II/inícios do século III, opera-se um movimento de ocupação dos lotes funerários no sentido divergente da cidade. Assim, parece existir uma deslocação progressiva em que as áreas mais próximas das vias vão sendo ocupadas de forma gradual, passando a concretizar-se a abertura de novos sectores de necrópole, favorecendo-se a ocupação de lotes agora localizados num perímetro mais afastado da cidade.

Esta tendência poderá estar relacionada com a circunstância de, aparentemente, subsistir na memória coletiva da comunidade urbana a presença de enterramentos na periferia imediata da cidade, bem como pela necessidade de não interferir com a integridade das sepulturas mais antigas. Assim, parece ter-se optado pela inauguração de novas áreas funerárias, sem qualquer

vestígio de ocupação anterior. Por outro lado, e mais uma vez tal é confirmado pelos múltiplos setores de necrópole associados à Via XVII, verifica-se um afastamento das estruturas funerárias em relação ao eixo de circulação romano, documentando-se a apropriação de lotes mais periféricos na fase tardoantiga. Desta forma, era evitada a interferência com as estruturas precedentes, existentes nos primeiros 10/15m da bordadura norte do eixo viário, inaugurando-se novas áreas sepulcrais.

Esta nova estratégia de ocupação parece romper com a lógica de exposição e exibição dos defuntos à comunidade, sugerindo a necessidade de alguma separação e desvinculação com os padrões de enterramento de cronologia romana. Por este motivo, começam a surgir núcleos de sepulturas de cronologia tardia preferencialmente localizados entre os 21m e os 26m a norte da via.

Nos restantes núcleos conhecidos da necrópole, estas particularidades relativas à gestão e organização do espaço são mais difíceis de observar, visto que, para além de o número de estruturas funerárias ser mais reduzido, não se consegue, à luz dos dados conhecidos, confirmar os presumíveis locais da passagem dos eixos viários, dos quais as necrópoles são subsidiárias. Além disso, os setores conhecidos dessas necrópoles parecem estar implantados em espaços mais afastados das portas de acesso a *Bracara Augusta*, uma vez que, até ao momento, ainda não foi possível intervencionar os terrenos anexos às saídas da cidade romana, de forma a confirmar, ou não, se aí se estruturavam áreas sepulcrais de cronologia mais antiga. De referir que este impedimento está intimamente relacionado com a intensa urbanização desses terrenos. Apesar desta limitação e assumindo-se as propostas de traçado sugeridas por outros autores para as vias XVIII, XIX e XX, verifica-se que os núcleos de sepulturas das respetivas necrópoles, datadas do período alto-imperial, continuam a preferir os lugares próximos da passagem dos itinerários principais. Contudo, a ocupação junto às vias continua patente em locais já mais afastados em relação à urbe, mesmo em distâncias superiores a 300m, como acontece com o núcleo identificado no logradouro da CMB, muito embora a sua cronologia seja incerta.

Em termos topográficos, os diversos núcleos de necrópole estudados encontram-se dispostos em torno do sopé de uma pequena elevação na qual se veio a implantar a cidade, ocupando extensas áreas aplanadas e em cotas relativamente regulares, documentando-se, na parte norte e nascente da urbe, que as zonas vocacionadas para o enterramento registam valores altimétricos variáveis entre os 181 e os 188m. Esta situação difere da que se constata a sul e na parte poente da cidade, onde as áreas funerárias se encontravam inseridas em plataformas mais

baixas, com cotas que oscilam entre os 163 e os 170m. Perante estes dados, não podemos deixar de assinalar que a cidade, instalada numa colina cujo ponto mais elevado poderá ter atingido os 200m de altitude, se destaca na paisagem, controlando o território circundante e uma extensa área de vale (Lemos, 1999: 86; Martins e Carvalho, prelo; Martins *et al.*, 2017a: 205; Martins e Carvalho, 2016: 228). O espaço urbano foi sendo estruturado em pequenos terraços, forçando as construções dos mais distintos equipamentos urbanos a recorrer a soluções construtivas de nivelamento, que permitiam contornar de forma suave os desníveis topográficos dos quarteirões.

Esta forma de organizar a cidade parece mimetizar as características de localização e urbanização dos grandes *oppida*, posicionados em espaços alteados, sem que se perdesse o ideal urbano romano, que passava pela implantação de um traçado ortogonal, no qual cada área a ocupar responderia a uma necessidade urbana específica, o que acontece naturalmente com as necrópoles. A cidade reservou para si o espaço de vertente e do topo da colina, enquanto as necrópoles ocupariam as desafogadas áreas aplanadas da periferia mais imediata, com extensão suficiente para crescer e se ampliar sucessivamente, sem necessidade das mais diversas estruturas funerárias interferirem umas com as outras.

Perante os testemunhos recuperados, julgamos ser evidente que as necrópoles foram projetadas de forma a garantir a salvaguarda das estruturas aí colocadas, evitando-se interferências futuras entre a cidade dos vivos e a dos mortos. Provavelmente desde o momento da fundação, terá sido acautelada a área potencial de crescimento da cidade, de forma a precaver possíveis ingerências entre os dois espaços, que obrigariam a intrincados expedientes de cariz religioso e administrativo, tendo sido projetado um perímetro urbano vasto, suficientemente capaz de crescer e se desenvolver dentro do espaço demarcado, no âmbito dos rituais fundacionais, salvaguardando-se, por esta via, a integridade da área reservada à cidade e aquela que havia sido consagrada às necrópoles.

Outro dado que parece reforçar esta separação prolongada entre cidade e as necrópoles é a instalação, no período tardo-romano, de uma muralha que circunscreveu e fechou o espaço urbano, na base da colina sobre a qual se havia construído a cidade, aproveitando o declive natural do terreno. Embora tal possa parecer prematuro, dado que são escassos os tramos de muralha identificados, aparentemente e a avaliar pelos dados arqueológicos, não foi desmantelada qualquer tipo de estrutura funerária. Contudo, vários setores da muralha intervencionados arqueologicamente têm revelado a reutilização um significativo número de monumentos epigráficos, os quais certamente já teriam perdido a sua função de memoriais quando a fortificação

foi erguida em finais do século III/inícios do IV. Exemplo disso é a estela funerária, integrada no paramento da estrutura defensiva encontrada na Quinta do Fujacal, a SE da cidade (Ficha nº094; Lemos *et al.*, 2002: 617), ou as aquelas epígrafes encontradas na base de um torreão da muralha, na intervenção arqueológica da rua D. Diogo de Sousa. A identificação destes suportes epigráficos não é de todo sinónimo de que se tenha operado qualquer tipo de sobreposição, ou declarada destruição de sepulturas, pois estes suportes poderiam já encontrar-se deslocados do seu local original, tal como acontece com diversas estelas funerárias encontradas na necrópole da Via XVII, que são desafetadas ainda em época romana (Fichas nº084 e 092).

Talvez esta estável e duradoura divisão entre o espaço dos vivos e dos mortos tenha contribuído, ainda que se forma indireta, para que não se verifique uma sobreposição sistemática entre as sepulturas nos espaços das necrópoles, pois a área destinada ao enterramento seria bastante alargada. Ainda assim, até ao momento, não nos é possível avaliar com clareza os limites das necrópoles, nem mesmo daquelas que são melhor conhecidas, como acontece com a Via XVII.

Os dados arqueológicos relativos a esta necrópole comprovam dois aspetos importantes. Em primeiro lugar, que os terrenos da bordadura deste eixo viário seriam total e ininterruptamente ocupados por sepulturas, até uma distância de pelo menos 1000m a partir da saída da cidade, perímetro a partir do qual se deveria começar a estruturar o espaço rural, propriamente dito, polarizado pelos *fundi* das *villae*. O posicionamento de todos os núcleos de necrópoles afetos à Via XVII permite-nos avançar com tal hipótese, ainda que este *puzzle* se encontre incompleto, em virtude da existência de amplos espaços ainda por intervencionar. Esta particularidade, aliada ao facto de se terem reconhecido monumentos funerários nos primeiros 160m a partir da saída nascente da cidade, leva-nos a considerar a Via XVII como uma autêntica *via sepulchralis*²². Um segundo pormenor de extrema relevância é o facto de as sepulturas se encontrarem disseminadas por uma vasta área, que incluía os terrenos existentes entre duas vias principais, como acontece, por exemplo, com as sepulturas detetadas no extremo norte da área de intervenção do núcleo TAVL, ou ainda com as estruturas funerárias mais setentrionais da Cangosta da Palha. Esta ocupação, mais uma vez, seria contínua e constante, embora tais aspetos sejam hoje mais

²² Os dados existentes para outros sectores de necrópole, quando comparados com os da Via XVII, são francamente mais limitados. Para além de o número de sepulturas ser bastante superior, a análise da articulação entre via-sepultura é facilitada pela circunstância de a Via XVII ser o único eixo viário, documentado do ponto de vista arqueológico. No entanto, apesar de não se conhecerem todas as particularidades internas dos restantes núcleos, até porque muitos deles surgem em espaços mais afastados das portas de acesso à cidade, julgamos que tais espaços podem ter conhecido processos de monumentalização semelhantes, embora ainda não conhecidos.

perceptíveis e definidos num núcleo de necrópole que no outro. É precisamente esta continuada ocupação que torna por vezes difícil a associação de determinadas estruturas a uma ou a outra necrópole, conforme ocorre com um conjunto de *ustrina* situado a 100m a norte da Via XVII, ou com outro grupo semelhante, localizado a 170m da saída da Via XVIII. Esta matéria levanta ainda uma outra questão, que importa mencionar. Trata-se, concretamente, do conjunto de sepulturas de cremação encontradas no Largo Carlos Amarante, para o qual se mantém a dúvida relativamente a que eixo viário estaria associado, se à passagem da Via XVII ou da Via XVIII. Se tivermos em conta a projeção das vias e a localização das áreas de acesso à cidade, estas sepulturas encontram-se a 103m da zona de acesso à Via XVII e a 104m da saída para Via XVIII (Apêndice 4a). Por uma questão de organização da informação e pela proximidade entre as sepulturas do largo Carlos Amarante com as estruturas funerárias que surgem a norte do quarteirão dos CTT/LSF, associámos estes contextos à Via XVII, ainda que estejamos conscientes que esta forma de ordenar e categorizar a informação será bem distinta daquela que seria usada pela comunidade bracaraugustana.

O acesso a uma ou outra sepultura seria possível através de qualquer via, pois estas seriam servidas por uma série de ramificações viárias secundárias, que cruzariam as necrópoles, formalizadas, eventualmente, por simples pisos em terra batida, cuja existência apenas podemos supor, visto que se devem tratar de níveis de circulação anónimos, não raras vezes difíceis de perceberem uma vez que não se conservavam mas que seriam fundamentais na organização da necrópole e para o acesso às diferentes sepulturas. Neste cenário, merecem referência as pavimentações térreas identificadas no núcleo da ITAVL (Apêndice 22a), que se encontrariam articuladas com um muro, orientado NO/SE, reconhecido no núcleo TAVL (Apêndice 13), que provavelmente formalizaria o limite setentrional de uma espécie de ramal de circulação periférico. Este estabeleceria a conexão entre as vias XVII e XVIII, facultando o acesso aos terrenos funerários situados entre esses eixos viários principais. Também em 2016, na intervenção pontual realizada no NA1 do núcleo de necrópole dos CTT/LSF, foi possível o reconhecimento de um piso composto por pedra miúda polida, à mistura com alguns fragmentos de material laterício, conservado sob um aterro que serve de base para a implantação do recinto R07 (Ficha nº182; Parte II, p.274). Este nível parece estar associado à superfície de circulação coetânea das sepulturas I008 e I011 (Fichas nº128 e 130; Parte II, p.257 e 259).

Outro aspeto que nos permitiu averiguar a vasta extensão de terreno ocupado pelas necrópoles foi o posicionamento dos achados avulsos e dos elementos epigráficos que, articulados com o reconhecimento de sepulturas, permitem tecer algumas considerações.

Para a parte norte da cidade, os dados não são volumosos, ao contrário do que se passa na periferia a sudoeste, associada à necrópole da Via XX, em que são conhecidas diversas placas e estelas provenientes do Monte das Penas. Tais achados permitem-nos supor que a necrópole, para além de acompanhar a via, se estendia por uma área entre os 400/500m a partir da saída da cidade (Apêndice 1).

O espaço periférico à cidade não estava única e exclusivamente reservado às vivências da morte, pois o mundo funerário partilhava a área com outras atividades, designadamente artesanais, consideradas como potencialmente prejudiciais e nocivas para o espaço urbano. Tal realidade encontra-se atestada no núcleo de necrópole dos CTT/LSF. Talvez por necessidade de um espaço desafogado, livre de constrangimentos construtivos e pelo manuseamento do fogo, a partir do século IV instala-se na plataforma a sul da Via XVII um espaço artesanal destinado ao fabrico de peças de vidro. Ambas as realidades, oficial e funerária, parecem ter convivido de forma pacífica na área envolvente daquele eixo viário. Todavia, o que parece ter acontecido a partir desta fase é que a estratégia de gestão do espaço se alterou. Na verdade, apesar de a plataforma sul nunca ter conhecido uma forte concentração de sepulturas, mesmo em período alto-imperial, talvez devido à presença e funcionamento da Fonte do Ídolo, a partir do século IV apenas a plataforma norte serve como área sepulcral. A presença desta oficina acaba por usar o espaço funerário como vertedouro de lixos produzidos pela atividade artesanal, conforme é possível avaliar através da identificação de uma fossa detritica a mais de 50m para poente da oficina e a norte da via, que continha algumas manchas de carvão com alta concentração de escórias metálicas e espuma de vidro, junto a fossas preenchidas com cinzas e pingos (Apêndice 33).

A convivência entre sepulturas e espaços oficiais surge também documentada um pouco por toda a área suburbana da cidade romana. Para além dos CTT/LSF, existem referências a vestígios de fornos de produção de cerâmica próximos da saída da Via XVI e a outros localizados perto das estruturas de tipo indeterminado INDS006, 007 e 009, do núcleo de necrópole da rua do Caires, escavado em 1980, num espaço intermédio entre as vias XVI e XX (Cruz, 2012: 1; Martins *et al.*, 2012: 55).

Apesar de não ser possível precisar a datação dos vestígios relacionados com a produção de cerâmica ou vítrea reconhecida um pouco por toda a periferia urbana, podemos afirmar que o

espaço artesanal nos CTT/LSF se mantém em funcionamento até ao século VI, conservando uma articulação interessante com a via. Com efeito, o edifício implantou-se na bordadura sul do eixo viário, sobre um lote que durante a fase alto-imperial era parcialmente ocupado pelo recinto R05. Além disso, a fachada norte da oficina é construída parcialmente sobre as preparações da via, datadas do século II, o que obrigou a uma intervenção de repavimentação do eixo viário no sentido de corrigir o seu traçado, que sofre, por esta razão, uma ligeira torção em relação ao seu desenho inicial.

Ainda a respeito da organização das necrópoles, haverá ainda que mencionar um outro pormenor que nos parece importante no que concerne à organização das necrópoles: a sinalização dos *loculi*. Julgamos que o uso deste recurso demarcatório conheceu distintas estratégias, situação que é variável de um espaço de necrópole para o outro. Assim, nos núcleos de necrópole da Via XVII, as sepulturas certamente estariam sinalizadas por meio de sistemas que não chegaram até nós, pois, de outra forma, não seria possível manter a separação física entre as estruturas. A sinalização funcionou como um meio complementar importante para a conservação e preservação dos lotes. Aliada a tal circunstância, parece-nos ter existido uma regular e continuada gestão dos espaços sepulcrais ao longo dos distintos momentos de uso, o que, acessoriamente, terá contribuído para que não ocorresse sobreposição alguma entre as sepulturas da fase júlio-cláudia/antonina e a constantiniana.

O desafogado espaço disponível para a implantação de sepulturas ao longo do eixo leva também a que as áreas funerárias não revelem qualquer tipo de saturação relativamente à totalidade de terreno ocupado. Ainda assim, existem espaços sepulcrais em que a proximidade entre as estruturas funerárias nos parece reveladora de uma ocupação intensiva de determinadas áreas que em nada se relaciona com a falta de controlo ou organização. Note-se os casos do núcleo da Cangosta da Palha e da bordadura norte da via, identificada no CTT/LSF, em que a sobreposição entre as sepulturas de inumação, verificada no primeiro núcleo, e a sobreposição entre os depósitos secundários com urna, no segundo, são praticamente inexistente, assinalando-se antes sobreposições parciais entre as sepulturas.

Contudo, o controlo da gestão dos espaços funerários não parece ser uma característica comum a todos os núcleos. Desta forma, alguns núcleos parecem exibir situações menos coerentes, como se pode inferir da aparente desordem verificada na ocupação dos lotes nas sepulturas de inumação identificadas no núcleo de Maximinos, na necrópole da Via XX. Ainda assim, esta desordem deveria ter sido suplantada pela presença de uma qualquer forma de

sinalização, visto que as sobreposições são raras. Este aparente “caos organizado”, em que se verifica a contiguidade de estruturas com orientação N/S e O/E, datadas do século II (Apêndice 50), na verdade, só seria possível se as sepulturas estivessem dotadas de marcadores de forma a permitir a sua identificação na paisagem funerária. No mesmo espaço, na fase tardoantiga, as sepulturas parecem estar dispostas de modo mais uniforme, orientadas tendencialmente NNO/SSE, ocupando de maneira mais ordenada os lotes de terreno disponíveis.

Outro pormenor importante no que concerne à topografia dos espaços das necrópoles relaciona-se com a forma como decorreram os programas de monumentalização, componente que, aliás, seria bastante importante no universo da vivência e da ritualização da morte romana. Os monumentos funerários, transformados em elementos de autorrepresentação, encontram-se, por norma, associados às elites locais, embora possam também ter sido encomendados por qualquer indivíduo com capacidade monetária para mandar erguer um edifício desta natureza, que poderia assumir diversas tipologias. Ainda assim, qualquer monumento tinha como principal objetivo a recordação e salvaguarda da memória dos defuntos, transformando-se em símbolos da influência ancestral das famílias.

As diversas tipologias dos monumentos funerários identificados nas necrópoles de Braga encontram-se bem representadas nas várias estruturas reconhecidas na necrópole da Via XVII, onde pela primeira vez foi possível reconhecer a existência de mausoléus em perfeita articulação com o eixo viário. A construção deste tipo de edifícios inaugura-se nas primeiras décadas do século I d.C. (M01), com as restantes estruturas a serem edificadas na segunda metade do século I (mausoléus M02 e M04), e no século II (M03). Os quatro edifícios documentados, para além de rasarem a via, estavam implantados em lotes com cerca de 12 pés de lado (12,25m²), localizados de frente para o recinto trapezoidal (R05), situado a sul da via, que é abandonado no momento em que se desafeta o último mausoléu erigido. Além disso, apesar de no século II se verificar uma evidente deslocação dos lotes destinados à construção dos mausoléus para norte, movimento este imposto pela repavimentação do eixo viário, a dimensão das parcelas mantém-se inalterável. Note-se que, a partir de então, não se identificam restos de construções funerárias de qualquer tipo.

Merece ainda referência o facto de os mausoléus e das epígrafes consigo associadas terem sido arrasados ainda em período romano, facto que sugere alguns comentários. O primeiro está relacionado com a circunstância de os mausoléus configurarem um tipo de monumento funerário que circunscrevia um local de deposição de sepulturas, pelo que, naturalmente, a sua desmontagem deverá ter sido precedida de alguma negociação, envolvendo as autoridades

urbanas e gestoras do espaço funerário e os detentores/cuidadores dos edifícios. Todavia, se admitirmos que o mausoléu, em si, não era uma sepultura, tal como aconteceria com as estelas, ele não seria considerado como um espaço sagrado, pelo que poderia ser desmantelado. A este respeito, existe um pormenor digno de nota, evidenciado pelos trabalhos arqueológicos que permitiram testemunhar que os mausoléus se encontravam todos arrasados à mesma cota, o que pressupõe, desde logo, uma ação única e precisa, que ocorreu num momento específico e concertado. De referir que esta ação, para além de desafetar as construções, teve como consequência a remoção da quase totalidade dos blocos pétreos que formavam as fiadas superiores das paredes dos mausoléus. Isso acontece porque a via recobriu, parcialmente, o espaço ocupado pelos edifícios funerários. Esta operação, aparentemente, não terá implicado uma interferência com as sepulturas, estas sim, consideradas *loculi religiosi*, e, portanto, protegidas pelo direito sagrado, que se mantiveram íntegras, enquanto todas as restantes construções relacionadas foram arrasadas. De facto, só era sagrado o lugar onde se depositavam os restos de um defunto (Remesal Rodríguez, 2002: 372).

Na verdade, com a exceção do mausoléu M01, que corresponde à edificação mais antiga, não são conhecidas outras estruturas análogas coetâneas da sua existência. Aliás, os recintos funerários que também se reconhecem no mesmo núcleo de necrópole, datam da segunda metade do século I, momento em que o processo de monumentalização estaria já perfeitamente consolidado, consubstanciado com a implantação de estruturas de grande envergadura, cuja tipologia não nos é possível recuperar, junto das quais foram colocadas estelas viradas à via, também elas identificadas *in situ*.

Apesar de existirem mausoléus já na primeira metade do século I, verificamos um incremento da sua construção no período flávio, coincidente com alguns dos processos já atestados em contexto urbano. O investimento na petrificação da construção da cidade acontece em torno da segunda metade do século I, o que acaba por traduzir o progressivo enriquecimento da cidade e das suas elites (Martins, 2004: 153; Martins, 2009: 193; Martins *et al.*, 2017: 260; Martins *et al.*, 2017a: 212). Note-se que a utilização da expressão “perfeitamente consolidado” é usada de forma intencional, pois julgamos que o processo de monumentalização, pelo menos no que respeita à Via XVII, é bastante precoce e deverá ter acontecido em momentos coincidentes com os primeiros enterramentos.

Dentro da categoria de monumento funerário, integramos todas as estruturas de maior ou menor envergadura, tais como mausoléus, recintos e estelas, destinadas a sinalizar e demarcar

os *loci religiosi* e a “captar o olhar” de todos os que usavam o espaço de necrópole e circulavam nas vias (Caetano, 2002: 315; Hope, 2007: 141; Vaquerizo Gil, 2010b: 32). Sobre a cronologia desses monumentos, sobretudo os epigráficos, cabe destacar que, por vezes, as suas datações são problemáticas, sendo difícil conciliar a datação arqueológica com aquela que é proposta pela leitura epigráfica. Um bom exemplo disso é a estela de um indivíduo proveniente de *Osca?* (Ficha nº092), encontrada já quebrada e amortizada numa vala de extração de saibro, datada do período de preparação do terreno para servir de necrópole, seguramente anterior à segunda metade do século I, momento em que o aterro da vala foi sobreposto pela sapata de um recinto funerário (R02). Armando Redentor propõe que este suporte seja datado do século II (2014, vol. II: 235), mas os dados arqueológicos permitem estreitar o intervalo cronológico, contribuindo para que hoje seja possível comprovar que o hábito epigráfico ter-se-á iniciado em momentos precoces.

Na verdade, as bases deste processo que visava a modelação da paisagem funerária, através do qual os habitantes dos *castella* se faziam representar na cidade por via de elementos tipicamente romanos, provavelmente terão sido desenhadas durante o período de transição da Era e os meados do século I. Por isso, não nos parece estranha a presença de epigrafia funerária atribuível aos momentos iniciais de uso das necrópoles, principalmente se atendermos à existência de elementos de epigrafia votiva na cidade, como o pedestal de estátua onde surge a menção aos *bracaraugustanus*, que data dos anos 3-2 a.C. A par da epigrafia votiva, também os suportes epigráficos funerários contribuem para o reforçar a ideia de que a cidade poderá ter conhecido um processo de ocupação bastante precoce, com um contingente de indivíduos de origem indígena perfeitamente conhecedores das tradições romanas, a ponto de assumir, como suas, determinadas particularidades funerárias específicas da cultura romana.

Aproveitamos este tópico para desmistificar duas situações. A primeira prende-se com a relação entre estela e sepultura. Com efeito, as escavações recentes permitem avançar que os elementos epigráficos não se implantavam exatamente sobre o local das sepulturas, correspondendo antes a marcadores topográficos que sinalizavam o início de um espaço destinado ao ato de enterrar. Assim, das cinco estelas encontradas *in situ* no núcleo CTT/LSF, apenas uma se encontrava sobre a sepultura, parecendo que as restantes funcionariam como uma espécie de painel de apresentação dos defuntos ali depositados. Um segundo aspeto relaciona-se com o facto de existirem estelas que são reutilizadas ainda em período romano. Com efeito, se após a quebra de um elemento pétreo, a família não tratava da sua reparação, provavelmente subentendia-se a inutilidade daquele suporte que, perdendo a sua função primordial, era reutilizado com outra

finalidade. Esta situação encontra-se bem documentada no núcleo dos CTT/LSF, onde foi perceptível o reaproveitamento de fragmentos de estelas, colocados em muros ou paredes de drenos e amortizados nos enchimentos da via ou em aterros de valas.

Muito embora as estelas constituam um elemento que estaria disseminado um pouco por todos os núcleos das necrópoles estudadas, apenas se encontraram, até ao momento, dois elementos que remetem para a existência de colégios funerários em *Bracara Augusta*. Uma primeira referência surge afeta à necrópole da Via XVII, circunstância, aliás, que é corroborada pela identificação de diversos recintos funerários que podem corresponder a uma iniciativa construtiva dessas entidades. Um segundo elemento provém, provavelmente, da parte sul do Monte das Penas, a sul dos núcleos de necrópole associados à Via XX. Contudo, para esta necrópole, não são conhecidos quaisquer tipos de construções funerárias, com a exceção do recinto R09, posicionado numa área bastante afastada do local onde se veio a recuperar a placa que menciona o colégio *Urbanorum* (Ficha nº106), pelo que, eventualmente, existiriam mais edifícios funerários que ainda não foram identificados.

Durante o período tardo-romano, não se encontra documentada a construção de qualquer tipo de monumento funerário. Não sabemos se esta ausência se relaciona com algum tipo de opção ritual, em que se consideraria que erigir monumentos não seria considerado uma prioridade ou se, pelo contrário, decorre do facto de, simplesmente, tal ainda não ter sido identificado do ponto de vista arqueológico. Ainda assim, a passagem ao século IV corresponde a uma alteração significativa das práticas funerárias, em que a inumação continuava a conquistar adeptos, em detrimento do outro ritual funerário, embora seja certo que a cremação não foi abandonada por completo. Para albergar inumações, a construção de mausoléus implicaria, desde logo, a aquisição de um lote bastante mais amplo, tendo em conta a maior envergadura das estruturas, o que dispararia o custo da construção. Além disso, a edificação de uma sepultura podia ser considerada por si só um monumento.

É só no período correspondente aos séculos V/VII que voltamos a constatar a construção de um novo recinto (R07), no núcleo CTT/LSF, localizado a 29m a norte da Via XVII, ao qual estão associadas diversas sepulturas de inumação, suas coetâneas. Se é certo que esta estrutura se implanta num espaço previamente ocupado por duas outras inumações (Is008 e 011 - Fichas nº128 e 130; Parte II, p.257 e 259), não deixa de ser estranha a circunstância de se edificarem outras sepulturas em torno do edifício, cujo posicionamento sugere que há uma tentativa de manter a contiguidade com este último. O facto de três inumações se encontrarem dispostas a

nascente do recinto (Is009, 022 e 025 - Fichas nº129, 135 e 137; Parte II, p.257, 266 e 267), praticamente encostadas “umas às outras”, quando as parcelas de terreno vizinhas não se encontravam ocupadas, permitindo, portanto, uma edificação mais desafogada, sem limitação de espaço, leva-nos a colocar a hipótese de esta construção ser mais que um mero recinto funerário. Assim, este edifício poderia constituir-se como uma estrutura cultural de elevado significado, talvez associada a alguma função religiosa, o que justificaria a proximidade de tantas sepulturas. Atente-se a outro pormenor associado a este micronúcleo de sepulturas. Todas estas inumações revelam um elevado investimento construtivo, não só pela dimensão das sepulturas, mas pelo tipo de materiais empregues. Nesse conjunto, com a exceção da I011 (Ficha nº130; Parte II, p.259), todas as estruturas de inumação apresentavam um revestimento em *opus signinum*. A sua grande envergadura e a similitude construtiva acabam por justificar a sua distinção em relação às demais, que se encontravam mais dispersas a poente deste núcleo e cuja tipologia é mais comum e recorrente em diversas necrópoles.

No que concerne ainda à topografia, merece referência o facto de a necrópole da Via XVII ser a única em que foram identificados depósitos mistos de cremação. Em mais nenhum outro espaço de necrópole se atesta a presença deste tipo de sepultura, embora estejam referenciados indícios da prática da cremação em todos os núcleos de enterramento, detetando-se *ustrina* e depósitos secundários. Não conseguimos para já encontrar uma explicação para tal facto, sendo possível referir que tal possa estar relacionado com a circunstância de ainda não ter sido possível escavar os terrenos próximos das saídas das restantes vias. Além disso, note-se que os depósitos mistos de cremação reconhecidos nos núcleos dos CTT/LSF e ITAVL estão limitados a uma extensão de cerca de 150m a partir da saída da cidade, ou seja, no sentido poente-nascente. A área de dispersão deste tipo de sepulturas não vai além dos 15m para norte do eixo viário, enquanto na plataforma sul são reconhecidas sepulturas com urna até um máximo de 23m de distância. Nas restantes necrópoles, os núcleos de sepulturas conhecidas encontram-se algo afastados das zonas de acesso à cidade (cerca de 175m e 230m), o que pode contribuir para que ainda não se tenham detetado depósitos secundários com urna, particularmente se tivermos em conta o modelo de distribuição das sepulturas de cremação nos núcleos referidos.

No que respeita às inumações, se é certo que não temos acesso aos vestígios osteológicos, nomeadamente pela sua quase nula conservação, a concentração de sepulturas de inumação de reduzida dimensão no núcleo dos CTT/LSF suscita a existência de uma área de enterramento de indivíduos bastante jovens (Is001, 013 e 015). No entanto, para o mesmo período (Fase X), na

Cangosta da Palha, reconhecemos que existiriam estruturas associadas a não adultos (Is029, 070, 071 e 086), implantadas segundo uma lógica avulsa, certamente dependente dos lotes disponíveis e da vontade de familiares (Apêndice 9c).

Dada a evidente desigualdade relacionada com o número e tipo de sepulturas, a par das distintas características dos núcleos conhecidos das necrópoles, não nos é possível perceber se existe uma associação clara entre o estatuto social dos indivíduos sepultados e a relação via/necrópole. Tendo em conta a globalidade dos eixos viários que partiam de *Bracara Augusta*, presumimos que todas as vias deveriam ter uma importância estratégica para a cidade, caso contrário, a utilidade das mesmas seria colocada em causa. A cada uma das vias parece estar vinculado um objetivo preciso que visava não só suprir o abastecimento da cidade a partir do território, passando pela sua necessária interligação com diferentes centros urbanos com diferentes estatutos. A Via XVII correspondia ao itinerário que interligava *Bracara Augusta* a importantes centros de exploração mineira, como por exemplo Jales - Três Minas, com passagem por *Aquae Flaviae*, em cujo território se situavam também importantes recursos mineiros, permitindo a ligação com *Asturica Augusta* (Carvalho, 2008: 129-143). A este eixo está associado o núcleo funerário melhor conhecido, do qual conhecemos as distintas remodelações topográficas e os usos desde a sua fundação, sabendo-se igualmente que aí foram enterrados indivíduos que seriam mais abastados, com posses para adquirir terrenos e construir edifícios. O espaço manteve-se em uso até à tardoantiguidade, momento em que a envergadura das sepulturas de inumação então construídas, ainda que sem espólio associado, revela um significativo investimento, denunciando que nesse local se sepultaram indivíduos com elevado poder aquisitivo. Paralelamente, nas imediações, também foram detetadas estruturas de inumação bastante simples, correspondendo a covas, sem qualquer tipo de depósito associado. A mesma tendência ocorria já na fase alto-imperial, em que sepulturas com urna e com espólio funerário associado conviviam com simples depósitos secundários sem urna.

Já a Via XX corresponderia a um itinerário relacionado com a ligação à faixa costeira, assegurando o abastecimento/escoamento dos produtos no contexto comercial e das rotas marítimo-fluviais do Noroeste (Morais, 2004: 111). O que sabemos hoje sobre a necrópole associada a esta via ainda não nos permite assegurar que o local foi usado pelas franjas sociais mais empobrecidas da sociedade bracaraugustana, associadas aos espaços artesanais situados perto deste núcleo, como foi já avançado por alguns investigadores (Martins e Delgado, 1989/90: 87; Martins *et al.*, 2012: 55). Na verdade, as evidências epigráficas e arqueológicas existentes até

hoje levam-nos a supor que esta necrópole estaria dotada de equipamentos semelhantes aos que encontramos nos núcleos CTT/LSF ou ITAVL, uma vez que denunciam a existência de monumentos funerários familiares, cujas fachadas sustentariam suportes epigráficos, como as placas. Um outro dado importante é o facto de se suspeitar que este espaço de necrópole possa ter partilhado o seu protagonismo com um equipamento público de grande envergadura, designadamente o anfiteatro, cuja manutenção exigia avultados encargos suportados pelas elites urbanas abastadas com manifestos interesses de ascensão social e política (Martins e Delgado, 1989/90a: 25; Morais, 2001: 66). Apesar de ainda não ser totalmente clara a forma como as duas realidades se articulavam do ponto de vista espacial, até porque faltam evidências arqueológicas que comprovem a existência de tal edifício de espetáculos, na realidade, se atendermos às propostas de localização do mesmo, podemos constatar que o edifício de espetáculos ocuparia a plataforma mais setentrional da saída poente da cidade, ao contrário da necrópole, que se organizou nos lotes mais a sul, acompanhando o traçado da via, estendendo-se pelos terrenos junto ao já desaparecido “largo do Monte das Penas”, para o qual importa olhar com alguma atenção.

Com efeito, o Monte das Penas corresponde ao local de proveniência de um conjunto de suportes epigráficos, já mencionados, encontrados na plataforma mais a sul, e que denunciam a existência de um núcleo de necrópole mais afastado dos conjuntos de sepulturas identificados nos anos de 1978/81 e 2000. Este espaço deveria ser servido por um caminho que possibilitava o acesso às estruturas funerárias mais afastadas, todavia, o mesmo ainda não foi identificado do ponto de vista arqueológico. Esta circunstância levou-nos a realizar um exercício de análise regressiva através da georreferenciação da cartografia antiga de Braga. Por um lado, era nosso objetivo conhecer a área de dispersão na qual as estelas poderiam estar inseridas no momento em que foram descobertas e, por outro, procurámos recuperar informação relativa à passagem de eixos viários que podem corresponder a caminhos de fundação romana que, com ligeiras alterações de traçado e sucessivas reutilizações, foram mantidos pelo menos até aos finais do século XIX.

Através do Mapa Primaz, de 1755, e do Mapa de Goullard, de 1883/84, foi possível recuperar a existência de uma cangosta que limitava, a norte, a Quinta de Portas/Urjães, local onde Albano Belino, em 1896, terá recolhido uma estela (Ficha nº107). Talvez a “Quingosta dos Urjães” corresponda a um ramal viário secundário que fossiliza um eixo viário romano que interligava as vias XVI e XX, funcionando, simultaneamente, como uma espécie de cintura externa

do perímetro amuralhado, ao longo do qual se perfilavam as estelas, já que as mesmas poderiam não estar junto à sepultura. Além disso, quando confrontamos o posicionamento desta cangosta com a malha hipotética do cadastro romano, verificamos que o mesmo tinha uma orientação coincidente com a malha (16°NNO), pelo que pressupomos, tal como acontece para outras situações, que tal caminho poderá de facto corresponder a um eixo cadastral.

Da mesma forma, há que ter também em linha de conta que a existência do anfiteatro no local em que está projetado faz supor também que a via, numa área bastante próxima à saída da cidade, deveria sofrer uma bifurcação, permitindo, desse modo, o acesso a ambos os espaços, anfiteatro e necrópole, cuja área de implantação deveria ser bastante extensa. Além disso, o nível de preparação, semelhante a um *rudus*, identificado nos trabalhos arqueológicos do túnel de Maximinos, em 2000, denuncia que existiria um eixo viário a cerca de 150m a sul do anfiteatro, direcionado para sudoeste, cuja cota de circulação era bastante próxima daquela apurada para algumas sepulturas de inumação. No entanto, só os futuros trabalhos poderão confirmar esta suposição, dada a necessidade de se identificarem novos tramos da suposta via e as suas cotas de circulação.

Em boa verdade, estes são os únicos espaços de necrópole que possibilitam a constatação e extrapolação de tais fenómenos. Ainda assim, há aspetos particulares e exclusivos de cada núcleo que denunciam distintas microestratégias de ocupação dos espaços. A título de exemplo, podemos referir que no núcleo de necrópole reconhecido na rua Abade da Loureira, foi identificado um conjunto de sepulturas, cuja fundação esteve claramente dependente das condições topográficas do terreno. Localizadas numa área de vertente, algo pronunciada, estas sepulturas foram dispostas em distintos terraços, de forma a aproveitar eficientemente o espaço disponível, característica topográfica que o terreno atual ainda conserva. Assim, as sepulturas encontradas a sul do terreno escavado fixaram-se a uma cota média de 184,10m enquanto a sepultura identificada mais a norte foi implantada a 181,28m.

A repartição das estruturas por plataformas também se regista no núcleo da Cangosta da Palha, integrado na necrópole da Via XVII. Ai, a existência de um desnível de 4,02m, em cerca de 97m de terreno, leva-nos a considerar que as sepulturas se dispunham em distintas superfícies aplanadas, contornando os vários desníveis, que não foram entendidos como um impedimento na estruturação de um espaço sepulcral. Todavia, os núcleos da mesma necrópole, localizados a poente da Cangosta da Palha, encontram-se implantados em espaços menos acidentados, cuja regularidade foi assegurada desde a transição da Era até à tardoantiguidade, fruto das cíclicas e

progressivas repavimentações da via, que forçaram a criação de distintos aterros de nivelamento em que se fundaram as sepulturas.

Há um outro pormenor de significativa relevância que importa destacar, associado ao facto de todos os terrenos funerários possuírem uma reduzida potência estratigráfica, pelo que, recorrentemente, a implantação das sepulturas atingia o substrato rochoso. Tal constatação é possível de ser estabelecida não só para as sepulturas com urna junto à Via XVII, como para as inumações da Via XX e ainda para as sepulturas do núcleo mais afastado da Via XVII, em S. Vitor, na rua Abade da Loureira, ou no núcleo dos Jardins da Misericórdia. Esta situação leva-nos a presumir que a dilatada extensão das áreas de enterramento poderá estar relacionada com a eventual fraca viabilidade agrícola dos solos localizados no perímetro suburbano. Se a esta particularidade associarmos a elevada acidez dos solos graníticos de Braga (que acabam, em última instância, por propiciar o desaparecimento dos vestígios osteológicos das inumações) e a falta de acumulação de matéria orgânica, podemos equacionar que de facto estes locais seriam pouco aptos para a agricultura. Talvez por este motivo, as *villae* se localizassem numa periferia mais alargada e afastada da cidade, pelo menos, em distâncias superiores a 1km, articulando-se com as áreas de veiga, pouco acidentadas, situadas numa mancha entre os 1,5 e 5km, cujos solos, em termos de composição e potência, deveriam oferecer maior aptidão agrícola (Carvalho, 2008: 289/290). Haverá, no entanto, que aguardar a realização de análises de solos quer para a envolvente da cidade, quer também para as áreas mais afastadas, de forma a saber mais sobre as características do coberto vegetal.

3. Elementos identitários dos agentes sociais

Se considerarmos que as necrópoles são espaços construídos e moldados pelos vivos, facilmente aceitamos que todas as construções aí erigidas, visíveis ou não, são um reflexo da sociedade que as produziu e transformou, onde se encontram plasmadas não só as crenças funerárias, mas também as influências culturais dos indivíduos que utilizaram esses espaços. Neste quadro, as necrópoles, tal como todas as realidades funerárias nela representadas, transformam-se em indicadores culturais de enorme valor, proporcionando importantes dados que permitem reconhecer as características das sociedades antigas que projetam a forma como se perspectivam e como veem os outros e o mundo através das práticas funerárias. Assim, a arqueologia funerária constitui um contexto muito rico e eficaz para conhecermos as particularidades identitárias de determinada comunidade, permitindo, simultaneamente, uma

aproximação ao substrato cultural dos indivíduos (Bendala Galán, 2015: 33/34). As manifestações fúnebres transformam-se num importante campo que permite testemunhar e conhecer até onde os indivíduos “não romanos” foram influenciados pelas novas tradições do mundo da morte. Por sua vez, o estudo de todas as evidências materiais permite ao arqueólogo perceber de que modo as comunidades locais adaptaram as novas diretrizes culturais, relacionadas com a ideologia da morte, às suas crenças e práticas ancestrais, como as incorporaram e como esses rituais foram executados (Fernández Sutilo, 2016: 353).

Estamos certos de que as necrópoles são, sem dúvida, os espaços em facilmente se revelam os fenómenos produzidos pelo designado “processo de romanização”, onde, a partir da interação entre duas realidades culturais supostamente distintas, se assume a adoção de novas crenças e símbolos da cultura romana pelas populações indígenas, resultante de uma continuada comunhão e partilha de distintos aspetos rituais, através dos quais, de forma paulatina, as comunidades indígenas foram adquirindo novas formas de agir e pensar (Jones, 1997: 33; Tenreiro Bermúdez, 2009: 262; Woolf, 1998: 7). Contudo, e perante os dados arqueológicos recuperados, é possível perceber que a interação produzida entre romanos e indígenas não impôs unicamente um processo de assimilação e interiorização de conceitos culturais aos segundos. Assim, também os romanos foram influenciados por determinadas crenças locais que, a par do que terá acontecido com os indígenas, não colidiam com as crenças funerárias de Roma, permitindo a sua integração por parte dessa comunidade. Os processos sincréticos não seriam estranhos para a administração romana que, de forma sábia, soube aproveitar as características culturais e religiosas das distintas comunidades indígenas com que se confrontou, aceitando essa multiplicidade cultural de modo a evitar fenómenos de “resistência” ao sistema ideológico romano (Dopico Caínzos, 2006: 427; Pitillas Salañer, 2009-2010: 177; Tenreiro Bermúdez, 2009: 272).

Em *Bracara Augusta*, esses fenómenos de estreita relação entre o universo cultural indígena e romano encontram-se, por exemplo, comprovados na Fonte do Ídolo, sendo admitido que um antigo santuário indígena, presumivelmente dedicado à deusa Nabia, do qual existem dados de natureza arqueológica, tenha sofrido uma primeira intervenção arquitetónica, ainda na fase fundacional da cidade, num momento coincidente com as primeiras operações de cariz topográfico ocorridas para a construção da Via XVII. Os promotores desta iniciativa terão sido indivíduos de origem indígena, certamente integrados no sistema político romano, autorrepresentando-se vestidos à maneira romana, dedicando o monumento a *Tongonabiagoi*. A manutenção da utilização do santuário rupestre é comprovada pela intervenção arquitetónica

realizada na fachada, numa tentativa de dotar o monumento de atributos arquitetónicos romanos (Garrido Elena *et al.*, 2008; Lemos, 2007/2008: 211; Martins *et al.*, 2011: 16). A proximidade evidente entre o monumento, localizado a cerca de 40m a sul do eixo viário e da necrópole da Via XVII, poderá ser reveladora de que o mesmo se terá constituído num sítio onde poderiam ter lugar os rituais de purificação dos participantes das exéquias fúnebres, pela presença da nascente de água, que viabilizaria a realização de cultos lustrais. De facto, estamos de acordo com a hipótese lançada por um grupo de investigadores, para os quais o santuário deverá ter sido mantido por um grupo familiar, de origem indígena que, através de atos de evergetismo, manteria o espaço permitindo o usufruto público do mesmo (Garrido Elena *et al.* 2008: 36-37). Dessa forma, a opinião já aventada que a Fonte do Ídolo se constituiria como um santuário privado, integrado num jardim de uma *domus*, não nos parece exequível, até mesmo pela contiguidade deste espaço com a necrópole (Lemos 2002 *apud* Garrido Elena *et al.* 2008: 36-37).

A interação entre romanos e indígenas e a forma como ambos partilharam as vivências da morte estão patentes na seleção dos conjuntos de espólios que foram introduzidos em contexto funerário, tornando evidente a comunhão de ideias e bens entre a população indígena, certamente originária dos castros da região, e os cidadãos romanos que se possam ter fixado na cidade.

Segundo Sevilla Conde, a primeira fase do processo de romanização teria reflexo nas necrópoles com o “*inicio de la romanización material*”, repescando um conceito de A. Fuentes, ocorrendo no Noroeste da *Hispania* a partir da transição da Era até ao século I. Este fenómeno seria mais perceptível com o reconhecimento de objetos de prestígio, de cronologia imperial, como a introdução de cerâmicas em *terra sigillata* ou com o recurso a moedas, datadas do reinado de Augusto (Sevilla Conde, 2009: 243, Jiménez Díez, 2002: 227). No entanto, e apesar de se verificarem já estas alterações, persistiriam práticas funerárias antigas, em que, a par do recurso às cerâmicas de fabrico indígena, se manteria o procedimento de sepultar os indivíduos no interior dos castros, referindo o autor como exemplo os indícios que surgiram nos castros de Meiras, Coaña e Pendía (Sevilla Conde, 2009: 235). Todavia, tendo em linha de conta como referência cronológica, o início de utilização da necrópole da Via XVII, não podemos afirmar que não há, para o caso de *Bracara Augusta*, de forma clara, uma alteração das conceções funerárias. Na verdade, parece-nos que é possível enunciar uma profunda mudança, que julgamos paradigmática na forma como alguns indígenas passam a percecionar a morte: o uso de um espaço apropriado e exclusivo para a realização dos rituais da morte, ou seja, a materialização física de necrópole, no sentido romano.

Até ao momento, a Arqueologia ainda não foi capaz, de forma elucidativa, de recuperar e localizar os espaços funerários usados pelas comunidades da Idade do Ferro que ocupavam os castros situados no território integrado no *conventus* bracarense, o que acarreta sérias dificuldades para compreender as alterações e conseqüentes adaptações da população indígena face à nova organização romana. Um dos obstáculos passa desde logo por conhecer qual o tipo de ritual funerário característico destas populações pré-romanas, se cremação, se inumação, ainda que se admita que a cremação fosse o ritual predominante (González Ruibal, 2006: 569-571; Nieto Ramírez, 2011: 4; Santos Cancelas, 2016: 20). Com efeito, o domínio do sagrado e do funerário das comunidades pré-romanas do Noroeste peninsular é ainda desconhecido, ainda que, presumivelmente, o povoado ou o castro fosse percecionado como um “depósito simbólico”, onde deveriam ocorrer todas as atividades de carácter religioso e cultural. Tais práticas transformariam o castro num autêntico santuário, onde através de múltiplas manifestações artísticas e rituais se reforçariam os laços identitários e a coesão dessas comunidades (Santos Cancelas, 2014: 19/21). Este processo, segundo alguns autores, passaria pela construção de muralhas, pela colocação de estátuas de guerreiros ou pelos depósitos osteológicos humanos e animais, onde a integração dos mortos no interior do povoado contribuiria para ancestralizar o espaço. O castro seria o espaço central das mais distintas vivências a partir do qual “*se piensa el mundo*”, transformando-se num local que importava proteger e manter, encerrando em si todas as instâncias rituais de determinada comunidade (Alfayé e Rodríguez Corral, 2009: 107; González Ruibal, 2008: 569/576; Martins, 2017: 248).

Assim, a forma como alguns destes indígenas se terão sepultado no período coetâneo à presença romana inicial, fazendo-o num local próprio, separado e desligado do espaço doméstico, desvinculando-se do castro, parece-nos constituir uma das mais importantes manifestações da aceitação do *modus vivendi* romano, que visava a hierarquização e segmentação dos espaços. Esta particularidade, distinta da que acabamos de descrever para o universo castrejo, é reveladora de uma alteração na forma de perspetivar e compreender o mundo. Contudo, admitimos que parte da comunidade indígena mantivesse as suas práticas funerárias ancestrais. Efetivamente, não conseguimos estimar o período de tempo que levou a que a ideia de distinção de duas áreas opostas - espaço doméstico *versus* o funerário - fosse aceite pelas comunidades pré-romanas. Ainda assim, parece ser possível equacionar que as elites indígenas possam ter desempenhado um papel determinante neste campo, uma vez que os seus comportamentos seriam mais

facilmente replicáveis pela restante comunidade (Martins, 2009: 185; Martins e Carvalho, 2016: 243).

As primeiras sepulturas documentadas na necrópole da Via XVII datam do último decénio anterior à transição da Era, num período coincidente com a existência de um conjunto significativo de monumentos epigráficos dedicados a Augusto e respetiva família. Estes suportes parecem confirmar que, a par dos projetos de planeamento e ordenamento do espaço urbano, se terá consolidado o processo de construção da identidade política e religiosa de um grupo de indivíduos que se designava de *bracaraugustanus* (Martins *et al.*, 2012: 35; Martins e Carvalho, 2016). Estes indivíduos, certamente aqueles que viriam a desempenhar cargos políticos e administrativos na nova cidade, no quadro da concessão de prerrogativas às elites dos castros da área dos *Bracari*, podem ter sido os mesmos que iniciaram o processo de uso das necrópoles. Se tivermos em atenção estes dados, a data proposta para a fundação da cidade (entre 16-15 a.C.) e a cronologia das primeiras sepulturas, obtemos um intervalo de temporal que ronda os 10 e os 5 anos, para a fixação das populações na cidade, as quais terão começado a ser enterradas nas necrópoles, facto que aponta claramente para o início da vinculação dos indivíduos de origem autóctone à nova dinâmica urbana.

O modo de organizar os espaços seria altamente significativo, porém, a aceitação da existência de áreas às quais estariam adstritas diferenciadas funções não implicava a aniquilação dos traços e conceitos culturais dos substratos de origem dos indivíduos. Tratar-se-ia antes de adotar posturas de convergência e de adaptabilidade que ambas as entidades envolvidas se esforçariam por manter (Bendala Galán, 2006: 292). Aceitar-se-ia que existissem distintos espaços, relacionados com a realização de determinadas funções, onde tinham lugar representações e rituais próprios. Enterrar nas necrópoles marcava definitivamente uma transformação no esquema mental dos indivíduos, colocando em contraponto duas entidades, percecionadas agora como dicotómicas: vivos/mortos, cidade/necrópole, doméstico/funerário, situação bem distinta daquela que, muito provavelmente, ocorreria na fase anterior ao domínio romano.

Esta forma de gerenciar e intervir sobre as necrópoles implicava uma nova forma de os vivos interagirem com seus mortos, de os recordar e, ainda, novos esquemas de relacionamento entre os mais distintos elementos da comunidade. Estes aspetos são em tudo diferenciados do cenário das práticas funerárias que se deveriam realizar na fase anterior, em que se presume que alguns procedimentos mortuários deveriam implicar a destruição completa dos restos humanos,

ainda que se admita que os restos mortais dos defuntos, em determinada altura, seriam depositados no interior do espaço doméstico (González Ruibal, 2006: 576; Santos Cancelas, 2014: 21).

Os novos espaços funerários, organizados à maneira romana, implicavam a assimilação de novos conceitos, como o de cidade e seus limites religiosos (*pomerium*), e o estabelecimento de um uso diferenciado dos terrenos funerários, onde se impunha a sua privatização pela repartição em talhões ou parcelas que, a partir de então, ficaram perpetuamente reservados aos depósitos dos restos osteológicos de um familiar que poderia ser recordado através dos elementos epigráficos (Jiménez, 2008: 18-19).

Em *Bracara Augusta*, as sepulturas datadas do período da transição da Era revelam claramente a influência da comunidade pelo tipo de peças integradas nos mobiliários funerários, objetos esses que podem estar associados aos primeiros indivíduos que se deslocaram para a cidade e aceitaram a nova regra de sepultar numa área distinta do espaço doméstico. Contudo, e face ao reduzido número de estruturas funerárias datadas desse momento inicial da vida da cidade, não excluimos a hipótese de outros indivíduos manterem as práticas funerárias ancestrais, até porque este processo terá sido mais permeável a alguns indivíduos do que a outros. A aceitação das práticas funerárias de tradição clássica terá sido assimilada pelas populações indígenas de uma mesma área geográfica em distintos ritmos e velocidades. De resto a variabilidade cultural que deveria existir nesse momento está demonstrada no facto de, apesar da implantação de um novo sistema político-administrativo, criado por Augusto, alguns povoados terem-se mantido ocupados, conservando alguns uma importância relativa até pelo menos à época flávia. Neste contexto é de destacar o protagonismo das elites que se terão paulatinamente deslocado para a cidade, surgindo referenciadas na epigrafia funerária pelo recurso à grafia \mathcal{C} , abreviatura de *castellum* ou castro, que muitos indivíduos de filiação indígena fazem questão de exibir nas suas estelas funerárias (Redentor, 2014: 170; Martins *et al.*, 2005: 263). São precisamente as estelas funerárias que se afiguram como um dos primeiros elementos materiais que expressam a negociação identitária dos indígenas que adotam as necrópoles como espaços funerários, porque viver na cidade a isso obrigaria. Com efeito, estes suportes assumem-se como a componente que plasma de forma inequívoca a aceitação de hábitos funerários romanos, encerrando em si mesmo uma série de particularidades que se relacionam com o universo da morte. Para além de se constituírem como peças a partir das quais as famílias mantêm viva a *pietas* e o desejo de perpetuação da memória do morto, preservando viva a própria herança familiar, também se

revelam como um importante elemento cultural, pelo recurso à língua latina, importante elemento romanizador (Hope, 2001: 2; Maurren, 2007/2008: 56). O latim permitia a formatação das mensagens que transmitiam declarações de poder, solidariedade e afinidades, pelo que é considerado como um importante gerador do sentimento identitário, permitindo a criação da *persona* “romanizada”, cujo uso se transformava num veículo para o indivíduo se destacar socialmente e de prestigiar a sua comunidade (Alfayé e Marco Simon, 2008: 282).

Todas as estelas de Braga estão de facto escritas em latim e, como já mencionámos na Parte III (ponto 4), nos textos funerários não figuram só cidadãos, escravos ou libertos, também surgem identificados indivíduos de clara origem indígena, oriundos dos povoados fortificados da região. Estes indivíduos, para além de se fazerem enterrar à maneira romana, assumem como seu o hábito epigráfico, não deixando de mostrar a origem do seu substrato cultural, exibindo símbolos de natureza astral no topo das estelas e outras decorações que nos falam dos seus vínculos culturais, certamente importantes na construção da sua nova identidade enquanto bracaraugustanos.

Não nos parece que tais pormenores se constituam como manifestações de reação ou oposição por parte das comunidades indígenas à presença romana, porque, se efetivamente o fosse, como interpretaríamos, por exemplo, a iconografia exibida na estela do militar de *Pax Iulia*? Um distinto cidadão romano, cuja estela exhibe uma roseta hexapétala, um símbolo que adquire na necrópole uma conotação funerária, embora tal decoração plástica provenha claramente do universo castrejo. Uma outra epígrafe, de carácter honorífico, datada de 15 a.C. e 30 d.C., acaba por reforçar esta relação estreita entre indígenas e romanos na cidade, onde os primeiros assumem papéis de destaque no seio da comunidade cívica e urbana. É o caso da menção a *Camalus*, um sacerdote de Roma e de Augusto, filho de *Melgeco*, pertencente a um indivíduo, provavelmente originário de um núcleo de povoamento distinto da cidade, e que é homenageado pelo *conventus bracaraugustanus* (Redentor, 2011, vol. I: 199; Martins e Carvalho, 2016: 233). Tal testemunho é mais uma vez esclarecedor quanto à ligação da comunidade indígena à religião do estado romano.

Se nos centrarmos agora noutros aspetos, mais especificamente nos mobiliários funerários, datados do período inicial do uso das necrópoles, percebemos, de facto, que existem peças que nos remetem imediatamente para o universo pré-romano da região, atestando, mais uma vez, a proximidade social entre as duas entidades culturais. No entanto, somos forçados a reconhecer que a Arqueologia não consegue, mesmo perante os excelentes dados de que dispõe,

comprovar com absoluta certeza que determinada sepultura possa de facto pertencer a um indígena, influenciado pelos aspetos culturais romanos, ou se efetivamente estamos perante a sepultura de um romano, que pela proximidade ao universo castrejo se faz enterrar com peças de produção indígena.

Os objetos detinham um significado ritual específico, sendo selecionados pela sua utilidade na concretização de determinados procedimentos funerários. Assim, constata-se a introdução e preferência de peças cerâmicas de produção indígena, portanto de cariz local, em contexto de necrópole, porque a sua tipologia e morfologia encaixavam naquilo que seria o cerimonial funerário romano. Isto não significa que outros objetos provenientes dos circuitos de importação, de produção romana, vistos como bens de prestígio, não se encontrem identificados, muito embora, a sua introdução em ambiente funerário tenha sido escassa.

As razões que motivam tal situação podem estar relacionadas com distintos aspetos. Ainda nas datas próximas do período fundacional, os indígenas continuam a fabricar as tradicionais peças cerâmicas, que acabam por integrar nos mobiliários funerários de Braga. Efetivamente verifica-se o recurso a peças de produção indígena, com pastas micáceas, com brilho exterior, bordos e lábios simples e perfis em S, próprios da cultura castreja, que funcionaram maioritariamente como urnas a par de peças como a jarra “tipo lusitana” da sepultura C086 (Ficha nº045: Figura 3 - nºinv.2009.0439), ou do vaso de perfil caliciforme da estrutura U012 (Ficha nº187: Figura 4 – nºinv.2009.0599), datados do século I a.C. até à centúria seguinte, cuja presença se atesta em castros como Briteiros, Âncora, Sanfins ou o Couto da Pena. Todavia, a par destas peças, foram individualizados outros potes, usados como urnas, considerados já de produção romana, com pastas mais depuradas, sem brilho exterior, que mantêm os perfis em S. Estes materiais surgem em conjunto com algumas lucernas, todas elas importadas, na sua maioria de origem itálica, a par de unguentários cerâmicos, béticos ou vítreos (Morais *et al.*, 2013: 315). Este fenómeno surge também documentado em Monteiras, onde nos conjuntos de espólio mais antigos, é notória a preferência pelo produto castrejo, que prevalece quando comparado com os objetos de produção romana (Morais *et al.*, 2014).

A verdade é que, apesar de se reconhecerem algumas peças de manufatura romana, a mão-de-obra disponível nas olarias da região, no período fundacional, seria naturalmente a de origem indígena, com a sua própria tradição de produção e exploração dos barreiros. Assim, e voltando ao argumento de Sevilla Conde sobre a “romanização material”, a respeito do uso da *terra sigillata* e das moedas em contexto de necrópole, podemos adiantar que em Braga a sua

frequência é escassa, para não dizer muito rara. Este pormenor, que se começa a desenhar nos alvares do uso das necrópoles, corresponde a uma tendência que se irá manter nas fases seguintes. Tal como já referimos, o uso de materiais indígenas, ou de decorações oriundas do universo da região, a par da reduzida expressão de peças em *terra sigillata* e moedas, não nos parece de todo uma característica reveladora de qualquer tipo de reação ou resistência perante a administração romana, correspondendo antes a uma particularidade das necrópoles de *Bracara Augusta*.

Aliás, a escassez de *sigillata* encontra-se assinalada em alguns contextos funerários da *Baetica*, nomeadamente em *Carmona*, *Onoba* e *Baelo Claudia*, apesar de este material surgir com relativa frequência nos contextos domésticos e urbanos, revelando a existência de uma rede de distribuição comercial bem estabelecida (Fernández Sutilo, 2016: 386; Jiménez, 2008: 21/26, Mateo Corredor, 2015: 153; Prado Martinez, 2015: 112; Vaquerizo Gil, 2010: 276).

O mesmo panorama pode ser reconhecido para a cidade de *Bracara Augusta*, em que se atesta a presença de peças de cerâmica tipicamente romanas, como a TSl ou TSG, bem documentadas em contextos habitacionais, conforme se encontra documentado na *domus* das Cavalariças. Tais materiais surgem com outras categorias de objetos, como as ânforas, paredes finas, lucernas de produção itálica e um importante grupo de cerâmicas de produção indígena, cujas formas se reconhecem também nos castros (Morais *et al.*, 2012). No entanto, estes materiais finos não são frequentes em contexto de necrópole.

Assim, num contexto funerário como o de *Bracara Augusta*, onde se encontram reconhecidos 107 *ustrinae*, 138 depósitos de cremação e 177 inumações, a presença de *sigillata* é francamente diminuta. No conjunto total das necrópoles, apenas se encontram referenciadas quatro peças em *terra sigillata*, em estreita articulação com os contextos funerários. Trata-se, concretamente, de um prato de TSG, forma Drag.18/31, com marca de oleiro, datado dos anos de 54-96, encontrado sobre o aterro de carvões da estrutura U010 (Ficha nº186: Figura 6 nºinv.2009.0203), sem qualquer tipo de marca de uso. A segunda peça corresponde a uma taça Consp.20.3, em TSl, datada da transição da Era até ao ano de 30 d.C. (Ficha nº045: Figura 3 - nºinv.2009.0523; Morais *et al.*, 2013: 318, Fig.6, nº12), que se encontrava fragmentada, envolta nos carvões que recobriam a urna da sepultura C086 e sem qualquer marca de fogo. Destacamos, também, o prato Drag.15/17, em TSH, de 125-250, reconhecido na sepultura I132 (Parte II, p.327, nºinv.1991.1025; Morais, 2005, vol. II: 188), e um outro fragmento de prato, TSHT, forma Drag.15/17 (Martins e Delgado, 1989/90: 80), datado dos séculos III/IV, da I135 (Parte II,

p.327). Foram ainda reconhecidas duas tacinhas em TSG, forma Drag.24/25, com decoração em guilhoché, datáveis da primeira metade do século I (n^oinv.2008.0742/0743; Martins *et al.*, 2009: 50), mau grado terem surgido descontextualizadas, tendo sido recuperadas durante a remoção mecânica dos sedimentos que recobriam o primeiro nível de sepulturas no núcleo do CTT/LSF, a sul da Via XVII.

Julgamos que a não introdução deste tipo específico de peça em contexto de necrópole corresponde a uma escolha voluntária que, ao contrário do que afirma Mateo Corredor, não parece resultar de uma prática de reafirmação da identidade social dos defuntos ou das suas famílias (2015: 153). Na nossa opinião, tal situação estará antes relacionada com uma opção mais pragmática, que se prende com a integração de objetos de produção local em ambiente funerário, pelo seu custo mais reduzido, por comparação com as peças importadas. Além disso, o seu uso não colidia com as propriedades simbólicas atribuídas às peças. Processa-se antes uma adaptação dos produtos locais disponíveis às necessidades de concretização dos mais distintos procedimentos funerários.

Na verdade, a *terra sigillata* constitui-se como um grupo de bens que deveria ser manipulado, usado e ostentado no domínio doméstico, pelo que tais peças deveriam ser reservadas para os momentos específicos de sociabilidade quotidiana das famílias, como forma de demonstração do seu poder aquisitivo, onde eram ciclicamente evidenciadas. Não que o contexto funerário não fosse de facto um contexto de alta visibilidade pública, no entanto, provavelmente, tais peças não seriam consideradas como indispensáveis para realização do ritual funerário. Julgamos que tal poderia ser encarado como um desperdício evitável, visto que estes objetos seriam usados uma única vez.

Note-se que mesmo nos depósitos mistos de cremação, coetâneos dos mausoléus, não foram identificadas grandes acumulações de material, não sendo raras as estruturas secundárias em que apenas foi depositada a urna, como acontece com as sepulturas C062, C105 e C110 (Parte II, p.233, 251 e 176, respetivamente). Nestas e em todas as restantes sepulturas relacionadas com todas as construções funerárias, apesar de ter sido recuperado algum espólio funerário, não se regista uma única peça de *sigillata*. A mesma tendência perdura durante todo o período antonino. Se de facto as construções funerárias são encaradas como elementos de distinção social, associadas às elites com grande disponibilidade financeira, a escassez ou profusão de material pode não estar relacionada com o poder aquisitivo dos indivíduos, mas sim com algum tipo de crença pessoal ou familiar.

De facto, são reconhecidos diversos fragmentos de *terra sigillata* nos distintos aterros que recobrem as sepulturas, situação igualmente documentada na necrópole oriental de *Baelo Claudia*. No entanto, não dispomos de dados que nos permitam entender se tal poderá derivar da introdução de peças em *sigillata* nos procedimentos rituais associados a banquetes ou libações, passando a ser descartadas na necrópole (Fernández Sutilo, 2016: 388/389; Prados Martínez, 2015: 112), ou se simplesmente surgem porque a área de necrópole poderia também corresponder a um espaço para vazadouro de lixos diversos.

A *sigillata* não é, no entanto, o único elemento material que é escasso nas necrópoles de Braga. Como já referimos, para as moedas aplica-se exatamente o mesmo cenário. Poder-se-ia equacionar, como já referimos, a hipótese de ter existido um número superior de moedas articuladas com as estruturas funerárias que teriam desaparecido por ações de saque ou de lixiviação das sepulturas. Contudo, uma elevada percentagem de estruturas associadas ao ritual de cremação escavadas em Braga encontrava-se selada, pelo que podemos afirmar que, de facto, não foram intencionalmente colocadas moedas no interior das sepulturas. Note-se, aliás, que mesmo nas centenas de aterros de nivelamento, as moedas não são abundantes. Assim, julgamos que este hábito pode não ter sido contemplado pela comunidade bracaraugustana, que preferiu adotar outros procedimentos funerários tipicamente romanos. Tal como acontece com as peças de *sigillata*, também a ausência das moedas não deverá ser entendida como uma espécie de reação ou “resistência passiva”, sintoma de falta de aceitação dos procedimentos funerários romanos ou tentativa de salvaguardar a identidade pela não adoção de determinadas características rituais (Bendala Galán, 1991, Prado Martínez, 2015; Tenreiro Bermúdez, 2009). Na verdade, regista-se que em contexto funerário foram integrados outros objetos cuja carga simbólica, certamente, foi tida em conta, como é o caso dos unguentários, em vidro ou cerâmica, que correspondem a produções importadas. Tais objetos surgem em todos os períodos de uso das necrópoles bracarense, com mais prevalência nas estruturas de cremação do que nas de inumação, constituindo-se, não raras vezes, como a única deposição de espólio, ou surgindo em conjunto com lucernas, peças em paredes finas, como tacinhas ou copinhos e alguns elementos de adorno. Segundo alguns autores, a utilização destes objetos estará relacionada com a realização de rituais de libação e com a necessidade de encobrir os odores produzidos pela cremação, visto que os mesmos estão presentes nos contextos primários e secundários de cremação, cujo estado diferencial de conservação nos alerta para o facto de estas peças serem introduzidas em momentos distintos das práticas fúnebres (Blaizot *et al.*, 2009: 138).

A ideia de que a presença de espólio marcadamente indígena pode refletir a associação/filiação do defunto, ou da sua família, ao substrato cultural de origem, é bastante sedutora, mas, efetivamente, ainda não somos capazes de comprovar que essas sepulturas pertencem a indígenas romanizados, ou a romanos, pelas razões que acabamos de enunciar. Reconhecemos que há uma alta probabilidade de algumas destas sepulturas se constituírem de facto como as estruturas funerárias da população de origem indígena, até porque, no período fundacional, deveriam existir na cidade indivíduos oriundos dos *castella*, importante força de trabalho que potenciou o arranque das atividades construtivas e artesanais, e que desde cedo formaram parte da estrutura política romana (Martins, 2009: 188/190).

Os conjuntos de espólio do período transicional incorporam objetos tipicamente castrejos à mistura com unguentários e lucernas romanas, o que nos impede de vincular com segurança os defuntos/famílias ao universo indígena. Será que a introdução de elementos de espólio exógenos reforça a sua ligação à administração romana? Ou, pelo contrário, estamos perante a presença de romanos que integram peças apelidadas de “produção indígena” como sinal da sua postura sincrética para com a população local? A resposta não é fácil, embora seja certo que existiriam indígenas sepultados nas necrópoles de *Bracara Augusta*, até porque os dados epigráficos acabam por comprovar tal circunstância. No entanto, a vinculação de determinadas sepulturas ao substrato cultural e identitário dos defuntos é ainda uma tarefa de difícil conclusão. Aquilo que o registo arqueológico nos permite observar, é que, de facto, este processo de intensa interação social resultou na formação de uma “cultura mista” e híbrida dada a proximidade, partilha e sintonia cultural entre a população autóctone e a romana (Bendala Galán, 2006: 292; Jiménez Díez, 2002: 228).

Existe, todavia, um caso em que julgamos ser possível reconhecer a origem forânea do defunto ou da sua família. A identificação de um *káermos*, encontrado sobre os carvões do U073 (Ficha nº197; Parte II, p.161), permite avançar que este objeto, único na cidade, foi produzido com barros locais, onde a *patine* alaranjada exterior se assemelha ao tratamento das cerâmicas bracarenses. Trata-se de um objeto cuja morfologia permite equacionar que algum dos intervenientes da cerimónia fúnebre estaria próximo do universo cultural grego, para quem a peça assumiria algum tipo de funcionalidade relevante. Este objeto, sem qualquer tipo de marca de uso, poderá ter sido encomendado especificamente para tal situação, e terá sido depositado após a concretização de momentos de comensalidade ou libação, função que é sugerida pelas suas características.

Ainda no que diz respeito a esta matéria, é com relativa facilidade que reconhecemos, também, que o indivíduo sepultado na urna pétrea (C098, Ficha nº050; Parte II, p.249) deverá ser oriundo da zona da Meseta, dado os paralelos comprovados entre tal objeto e as urnas identificadas em *Uxama* (Abasólo, 2002: 152-153). A nossa suposição sai reforçada pelo facto de a moeda depositada no interior da urna ter sido cunhada na mesma área geográfica. Mas, mais uma vez, não conseguimos assegurar se se trata de um ilustre indígena romanizado que se desloca a *Bracara Augusta*, ou se efetivamente é um romano, quem sabe se militar, que se fez enterrar conforme os hábitos funerários do seu local de origem.

Apesar de admitirmos a dificuldade em determinar as identidades culturais dos indivíduos unicamente pelas peças que a eles se encontram associadas, julgamos que é possível reconhecer que os objetos integrados nos mobiliários funerários, para além de se constituírem autênticos símbolos da conceção de morte dos defuntos e seus familiares, acabam por demonstrar e comprovar a intensa relação e contacto de distintas entidades culturais que adaptaram a funcionalidade dos objetos locais, partilhando-os de forma equitativa. O mesmo se verifica nos contextos de inumação, onde, da mesma forma, os materiais documentados não permitem assegurar a adstrição dos indivíduos a um substrato cultural definido. Esta dificuldade é agravada pela quase inexistência de material importado, ou pela total ausência de espólio. Nas sepulturas de inumação de cronologia alto-imperial, em 39 inumações registadas, apenas em seis se identificou a presença de material: moedas (sem leitura), uma lucerna, potes, um púcaro e uma garrafa, correspondendo todos a objetos em cerâmica comum fina ou comum grosseira, produzidos localmente, não se assinalando qualquer tipo de material exógeno.

Nas fases tardias, o panorama mantém-se. No período tardo-romano, em 18 inumações, apenas seis apresentam espólio, destacando-se as peças em *terra sigillata*, já acima referidas, das sepulturas Is132 e 135. Por sua vez, na fase tardoantiga, em 100 inumações, apenas em duas foi identificado material, verificando-se que todo o mobiliário funerário é de origem local, inclusivamente o frasco de vidro recuperado na I115 (Ficha nº160; Parte II, p.349).

Note-se que o decréscimo verificado no número de elementos de espólio é acompanhado pelo progressivo abandono da estela como marcador do espaço funerário. No entanto, quantificar o número de suportes epigráficos associados ao período baixo-imperial torna-se uma tarefa árdua, visto que os intervalos cronológicos propostos pelos epigrafistas para este tipo de materiais são demasiado amplos. Ainda assim, a partir dos meados do século III, contamos com 12 suportes, dos quais apenas dois exemplares datam de 201-270. Apesar de ser demonstrativo que algumas

práticas rituais de origem romana se mantiveram, a escassa representatividade de suportes epigráficos em período tardio poderá sugerir uma perda de importância progressiva deste elemento material. Esta tendência poderá, eventualmente, estar associada com a concessão da cidadania romana a todos os indivíduos livres que se encontravam integrados no Império a partir de 212, circunstância que terá alterado a atração das elites pelo hábito epigráfico. Os mais distintos indivíduos não precisariam de vincar mais a sua filiação cultural e geográfica, nem evidenciar o seu estatuto jurídico, uma vez que, legalmente, o édito imperial de Caracala concedeu o estatuto de cidadão a toda a população livre (Redentor, 2014: 77).

No entanto, apesar da sua franca redução, julgamos que o costume de levantar epígrafes pode não ter desaparecido completamente. De facto, se tivermos em conta a placa funerária de S. Vicente, parece que o hábito epigráfico acaba por ser “repescado” pelo Cristianismo, embora com algumas diferenças. Salienta-se a contínua importância dada ao nome e ao dia da morte, fundamental na contagem da ressurreição da alma (Cunha, 2008: 94; Dias, 1993:107). Ainda assim, admitimos que é ainda impossível identificar a identidade social dos indivíduos inumados, bem como deslindar a sua filiação religiosa, que se afigura como uma tarefa quase inalcançável. Note-se que tal obstáculo não se prende unicamente com a falta de espólios funerários, mas também pela manutenção das tipologias sepulcrais entre o alto-império e a Antiguidade Tardia.

Se atendermos a algumas das fontes escritas conhecidas para o período tardio, verifica-se que a ostentação material ou construtiva associada às práticas fúnebres era já criticada. Assim, num comentário de Stº Agostinho, datado do século IV, considera-se tais diligências como elementos pouco proveitosos, servindo mais para apaziguar a consciência dos vivos que a dos mortos. Todavia, pelo menos para os séculos IV/V, parece não existir qualquer tipo de evidência demonstrativa de possíveis proibições rituais relativos aos procedimentos fúnebres, emanadas pela Igreja, assumindo a família a responsabilidade da execução dos rituais, que, talvez por imitação e replicação das tradições familiares, ajudariam a manter as práticas funerárias anteriores (Arezes, 2017: 176; Barroca, 197: 19; Sales Carbonell, 2016: 536).

A verdade é que, a partir do século VI, nota-se que as práticas funerárias devem ter sido alvo de algum tipo de regulamentação, certamente influenciada pela difusão de novas doutrinas religiosas, onde o Cristianismo assume grande protagonismo. Demonstrativo disso mesmo são as restrições impostas pelas disposições conciliares, numa tentativa de combater algumas das tradições instaladas, como acontece com os cânones emanados do II Concílio de Braga, em 572. Aí, proíbe-se a celebração de missas sobre as sepulturas ou o transporte de alimentos para junto

dessas estruturas. Ora, a existência de tais proibições não é mais do que um importante testemunho de que tais situações ainda se mantinham em prática. Certamente que esta comunidade seria conhecedora das novas práticas e crenças associadas com os preceitos religiosos cristãos, todavia, os indivíduos não se terão desvinculado totalmente da influência das práticas antigas, classificadas como pagãs, mantendo, por exemplo, a realização do banquete funerário em contexto de necrópole. Mesmo em período tardio, em 681, no XII Concílio de Toledo continua-se a defender a interdição de objetos em contexto funerário (Bernardes, 2016: 372; Morin de Pablos e Barroso Cabrera, 2005: 209/210).

De forma indireta, as proibições acima referidas podem ter servido como um travão para a realização das refeições, visto que determinados objetos deveriam ser excluídos das cerimónias, dada a sua perda de utilidade no contexto das práticas funerárias. Contudo, questionamos até que ponto é que as oferendas cessam completamente, uma vez que existem em Braga duas estruturas de inumação, as Is025 e 115, atribuídas aos séculos V/VII, em que se atesta a presença de material, designadamente peças em vidro (uma garrafa e um frasco) e um jarrinho cerâmico. Ora, esta circunstância leva-nos a colocar uma série de questões: qual a real influência das disposições conciliares? Será que não se realizaram de todo cerimónias de comensalidade sem que isso implicasse a utilização de objetos? Será que não poderiam ser depositados alimentos junto ao morto que, entretanto, desaparecem devido à acidez dos solos? Ou será que tal prática terá efetivamente cessado?

Os apelos à contenção e ao recato das exéquias podem ter surtido algum efeito perante a declarada escassez de espólio, mas, para *Bracara*, convém lembrar que o decréscimo no número de objetos em contexto sepulcral de inumação é já uma realidade patente nos contextos atribuídos ao século IV, fenómeno que ainda é de difícil explicação. Ainda assim, entre o século IV e o século VI, altura em que são mais reiteradas as restrições aos cultos funerários, distam 200 anos. Trata-se de um período longo, em que a prática de não introdução de espólio foi sendo paulatinamente assimilada pela população bracarense, transformando-se numa característica comum dos habitantes à medida que se iam replicando novos comportamentos e atitudes perante a morte. Todavia, nem todos os indivíduos agiram da mesma forma, pelo que haveriam de persistir determinadas práticas fúnebres de raiz romana. E talvez fosse esse o objetivo das proibições, o corte de vínculo com o passado pagão, pela dissuasão da prática de uma série de procedimentos que, ainda assim, poderiam não se constituir como atos regulares ou comuns em todas as áreas no mundo tardo-romano.

Já vimos que determinadas práticas resistem no tempo. É o caso da deposição de objetos em certas estruturas, cujo significado é, no entanto, ainda difícil de determinar. Para além deste aspeto, os trabalhos arqueológicos permitem assegurar que outras práticas funerárias características do mundo clássico ainda persistem no seio da comunidade brácaro nos séculos V/VII. Na ES003 (Ficha nº121; Parte II, p.253), por exemplo, foram recuperados vestígios de fauna queimada²³, comprovando que determinados bens alimentares eram transportados para a necrópole para serem manipulados em momentos correspondentes às exéquias pós-funeral.

Embora se confirmem estas particularidades, se considerarmos o conjunto total das evidências arqueológicas é possível avançar que, para o período tardio, os indivíduos sepultados em Braga parecem preferir sepulturas completamente despojadas de bens materiais, investindo mais na colocação de caixões ou ataúdes, canalizando os seus dividendos para a construção da sepultura e para o pagamento do lote. Mas a pergunta mantém-se: quem são estes indivíduos? Qual a sua filiação religiosa? Seriam já todos cristãos, porque mantinham o uso das necrópoles pagãs? Seriam romanos, suevos, visigodos? Todas estas perguntas acabam por encontrar alguma legitimidade uma vez que *Bracara* se constituiu sempre como uma cidade que assumiu um protagonismo significativo no quadro político-administrativo do Noroeste peninsular. Note-se que a cidade foi capital provincial e sede episcopal cristã desde os finais do século III²⁴. Mais tarde, em 411, torna-se capital do reino Suevo, assumindo a sua importância como ponto nevrálgico do Cristianismo do Noroeste hispânico, sendo, posteriormente, integrada no reino visigótico, em 585 (Fontes, 2008: 167). Além disso, a avaliar pelos dados arqueológicos, o modelo organizativo da cidade romana parece ter sido mantido, animado pelo dinamismo comercial, construtivo e económico e pela envolvente rural, onde agora são construídos mosteiros, dotados de basílicas, como parece acontecer em Dume, reutilizando parcialmente anteriores espaços da *villa* (Fontes *et al.*, 2010: 260).

Ainda no século V, foi construído um edifício áulico no monte da Falperra, ao qual se anexa um templo paleocristão, o que demonstra que a nova religião havia já conquistado adeptos nas elites da corte sueva, num momento em que parece ser construída uma nova basílica paleocristã no interior do espaço urbano, localizada sob o edifício da atual Sé Catedral (Fontes *et al.*, 1997/98:

²³ Ainda que apresentem um alto grau de fragmentação, os osteorestos parecem corresponder a uma espécie de ave ainda por determinar.

²⁴ Braga foi promovida a capital de província da *Gallaecia* com Diocleciano.

145). A construção desta nova basílica parece conformar-se como o novo pólo administrativo e religioso da cidade (Fontes, 2008: 168; Ribeiro e Fontes, 2015: 34/36).

Ainda no quadro das dinâmicas urbanas, não podemos deixar de destacar que a Arqueologia tem ajudado a recuperar evidências que muitas vezes parecem ficar anónimas e que, na nossa opinião, traduzem a vitalidade económica da cidade. Referimo-nos concretamente às intervenções identificadas na Via XVII, que ao longo dos períodos tardios sofre múltiplas repavimentações, algumas das quais implicando alterações de traçado (Martins *et al.*, 2009). Também este dado acaba por demonstrar que as vias de origem romana se mantêm como um importante elemento de ligação da cidade às suas mais distintas periferias. Estas intervenções decorrem em momentos em que a topografia urbana começava a dar sinais de alguma alteração. É certo que a construção da estrutura defensiva da cidade pode ter imposto a redução do perímetro urbano, forçando a progressiva ruralização de alguns sectores intramuros. Por sua vez, sabemos que os edifícios públicos perdem a sua relevância (fórum, teatro, anfiteatro), sendo abandonados, passando os seus espaços a ser ocupados por novas construções de carácter artesanal e residencial, ao mesmo tempo que as *domus* se convertem em novas realidades residenciais, assistindo-se a um desinvestimento das elites no espaço privado, em benefício das obras de cariz público, de que são expressão as basílicas ou os mosteiros que se erguem na periferia urbana (Martins, 2004; Martins *et al.*, 2016).

Inserida num processo dinâmico de constante readaptação dos espaços às necessidades quotidianas, a cidade não deixa de manter o seu protagonismo político e religioso, o que terá potenciado, nos finais do século VII, o surgimento de basílicas martiriais e cemiteriais, com um forte cunho cristão, disseminadas um pouco por toda a periferia imediata da cidade (Fontes, 2008; Fontes *et al.*, 2010: 258; Martins e Fontes, 2010). Estes novos templos surgem junto aos antigos traçados viários romanos, numa tentativa de sacralizar antigos espaços de espetáculo romano, como se supõe para S. Pedro de Maximinos, localizada nas imediações da necrópole da Via XX, e sobre o possível anfiteatro, ou relacionados com o aparecimento de novos aglomerados populacionais, como acontece com S. Vicente, aliás, fenómenos já reconhecidos noutras cidades da *Hispania*, como *Tarraco* ou *Valentia* (Fontes, 2009: 278; Fontes *et al.*, 2010: 258; Gurt i Esparraguera e Sánchez Ramos, 2009: 96), mau grado estes edifícios ainda não se encontrarem identificados do ponto de vista arqueológico.

No que concerne ao universo económico e artesanal da cidade, a própria Arqueologia consegue já comprovar que a urbe mantém a sua relevância em pleno período suevo e visigodo.

Apesar de a *Bracara* chegarem produtos cerâmicos importados, perdura a produção cerâmica local, com destaque para as cerâmicas cinzentas tardias, que reproduziam as produções derivadas de *sigillata* paleocristãs e da *terra sigillata* africana tardia (Martínez Peñin, 2015). O mesmo aconteceria com os produtos vítreos. A esse respeito, note-se que a mancha de distribuição dos vestígios de produção no lado sul da cidade leva a considerar que o espaço artesanal identificado no núcleo de necrópole dos CTT/LSF, cuja produção se mantém até aos séculos VI, não seria o único a funcionar na cidade na fase tardia (Cruz, 2011; Cruz, 2012). Estas peças cerâmicas e as vítreas seriam produzidas, transacionadas e manipuladas em meio doméstico/ urbano/ rural, pelo que a sua ausência no contexto funerário é, mais uma vez intencional, não se relacionando com uma eventual dificuldade de acesso aos bens.

Se adotássemos uma postura positivista perante os factos históricos, seria perfeitamente normal verificar-se a presença de distintos grupos culturais como base nas várias materialidades exumadas dos contextos arqueológicos. Tais peças refletiriam as distintas identidades sociais dos indivíduos que conviveram e partilharam os mais diversos equipamentos urbanos, usufruindo da capitalidade de Braga para gerir e mediar interesses políticos, administrativos e económicos. Contudo, o registo arqueológico funerário de *Bracara* não é o reflexo desta aparente heterogeneidade cultural, muito pelo contrário, sendo quase completamente omissa relativamente a essa matéria. Assim, não nos é possível saber onde se fizeram enterrar hispano-romanos, suevos ou visigodos. O registo arqueológico, tão pouco, reflete ou indicia o universo religioso aos quais os indivíduos estariam adstritos. A verdade é que nem cristãos se fazem acompanhar de símbolos religiosos, nem indivíduos mais próximos do universo germânico se fazem acompanhar do espólio que lhes é tão característico²⁵.

Decerto, fruto da continuada convivência, a comunidade bracaraense reuniria distintos indivíduos, com diferentes identidades e substratos culturais, onde se integrariam elementos de raiz hispano-romana, sueva e visigoda, que provavelmente partilhariam rituais funerários análogos, ou pelo menos com características semelhantes.

²⁵ Somos conhecedores da discussão atual em torno da questão dos espólios que tradicionalmente têm sido usados para diferenciar as designadas "necrópoles do Douro" e as "necrópoles visigodas", na medida em que os objetos serviram muitas vezes para fixar e associar os defuntos a determinados universos culturais. Os estudos mais recentes, apoiados em novas escavações arqueológicas e na realização de análises isotópicas, têm permitido relançar o debate sobre a questão da etnicidade, relembrando que a abordagem ao estudo das necrópoles deve ser elaborada com recurso a novas técnicas de análise que permitem ultrapassar as limitações impostas pelos espólios funerários (Arezes, 2017: 141-143; Quirós Castillo *et al.*, 2013; Tejerizo García, 2011; 2011a;).

Chegados a este ponto, cremos que não é exequível distinguir o substrato cultural dos defuntos, nem a sua filiação religiosa, unicamente pela apreciação das particularidades técnicas das sepulturas. Com efeito, não é possível, por exemplo, identificar diferenças entre as sepulturas atribuíveis ao século III ou do século VI, dada a sua similitude tecnológica ou tipológica. Por outro lado, e face aos dados de que dispomos, somos da opinião de que não é possível extrapolar mais acerca da identidade cultural dos indivíduos, a partir de parâmetros como o posicionamento espacial da sepultura ou a sua orientação, pormenores que, segundo alguns autores, podem ser indicativos da filiação religiosa do defunto. Julgamos, com base nos dados apresentados em capítulos anteriores, que, pelo menos para o caso de Braga, a orientação não é um elemento suficientemente esclarecedor sobre essa relação. Todavia, a tipologia da sepultura e as suas características construtivas permitem-nos tecer outro tipo de considerações, que passam antes pelo *status* social desses indivíduos no seio da comunidade em que viveram.

Na verdade, encontrar razões que expliquem a opção pela não introdução de espólio funerário acaba por se tornar numa tarefa árdua e, de facto, não devemos excluir a influência dos cultos orientais, nomeadamente do Cristianismo, cujas orientações podem ter provocado uma alteração na forma como a morte era percebida e vivenciada, provocando conseqüentemente mudanças nos processos de tratamento e deposição do defunto. Talvez o caminho a seguir, para ir mais além, se consubstancie na análise de como os vivos cuidavam e preparavam o defunto para o funeral. Assim, o tratamento dado do defunto, o tipo de tecidos que poderia envergar, a forma de deposição do corpo e a posição de alguns dos membros, seriam, certamente, elementos que contribuiriam para estabelecer uma aproximação ao universo social, identitário e religioso destes indivíduos. Porém, o registo arqueológico bracarense não nos permite a realização de tais observações, uma vez que pouco ou nada se conserva pela acidez do solo. Contudo, existem exceções. Assim, quando o registo osteológico se apresenta em boas condições de conservação, é possível avançar mais sobre a forma como os vivos tratavam os seus mortos. Exemplo disso é o estudo realizado aos restos ósseos identificados em Las Quintanas (Valladolid), que, para além de facultar um conhecimento sobre os parâmetros biológicos daquela comunidade, possibilitou a percepção de distintas formas de tratamento dos defuntos ao nível do género. Verificou-se que os indivíduos do sexo masculino foram depositados em caixões, diferentemente dos indivíduos do sexo oposto, que foram depositados diretamente sobre o solo. Tal tratamento seria desempenhado por uma comunidade de hispano-romanos e visigodos que, entre os séculos IV a VII, partilharam a mesma necrópole e onde a deposição de espólio era rara (Tejerizo García, 2011: 34).

Mas voltando ao nosso caso de estudo, é admissível pensar que os indivíduos sepultados em Braga pertenceriam a um grupo de raiz hispano-romana, para o qual determinadas práticas funerárias, de origem pagã, ainda eram tidas em consideração, embora se note a sua preferência por rituais de inumação. Esta comunidade urbana, que desde cedo se encontrava habituada à capitalidade da sua cidade, conviveu, acolheu e integrou no seu seio indivíduos de origem exógena, alguns, certamente, adstritos ao universo germânico. Pela continuada e cíclica convivência, estes indivíduos foram colocando em prática determinados procedimentos funerários que foram sendo adaptados e moldados, não só pela influência religiosa e cultural, mas também pelas próprias crenças e preferências pessoais.

A partir do século IV, ainda que a inumação seja o ritual de eleição, não podemos deixar de apontar que a prática da cremação se atesta em momentos tardios, datados dos séculos V/VII. Como veremos já a seguir, a cremação tardia é uma realidade que começa agora a ser arqueologicamente registada, não sendo estranha mesmo na zona correspondente ao antigo *conventus bracarugustanus*. Aliás, a legislação canónica só produz algum tipo de disposição relativa à prática da inumação numa fase muito tardia, aquando da realização do XVI Concílio de Toledo, em 693 (Arezes, 2017: 158), o que poderá indiciar que, até então, ambos os ritos funerários seriam cumpridos.

O abandono das necrópoles de fundação romana terá ocorrido após o século VII, transformando-se esses espaços em amplas áreas agrícolas, permanecendo, contudo, em funcionamento os eixos viários que permitiram interligar a cidade com as mais distintas periferias. De facto, a tumulação parece ter-se deslocado para junto das basílicas, construções que claramente resultam de um investimento construtivo da elite eclesiástica que aposta na criação de novos lugares sagrados fora do espaço amuralhado da urbe (Apêndice 70). Tais estruturas possibilitaram a vinculação dos indivíduos à nova religião, convertendo-se em locais de peregrinação, facto que terá potenciado e consolidado a *tumulatio ad sanctos*, em que os novos fiéis, pela procura da proteção do mártir, se fazem sepultar das imediações dos templos (Arezes, 2017: 152; Gurt Esparraguera e Sánchez Ramos, 2010: 336). Estes novos locais de culto litúrgico e funerário, associados às relíquias dos santos, alteraram a topografia suburbana, pois parecem estar agora inseridos numa nova lógica de organização territorial, cuja formação altera a forma como a paisagem da periferia se organizava até então (Fontes, 2008).

4. Evolução dos rituais e as suas materialidades

Até ao momento da elaboração do nosso trabalho, os dados conhecidos apontavam para que a cremação se constituísse como o ritual funerário exclusivo do período alto-imperial, estendendo-se a sua prática até finais do século III, passando a ser paulatinamente substituída pela inumação nos finais do século III a inícios do século IV (Martins e Delgado, 1989/90: 177/178).

Todavia, os novos dados arqueológicos alteraram o panorama da questão. Assim, podemos afirmar que a cremação corresponde ao ritual funerário mais frequente em contextos datados dos últimos decénios do século I a.C., persistindo a sua prática até aos séculos V/VII, como o demonstra a sepultura C020 (Ficha nº016; Parte II, p.214) e as estruturas U005, U007 e U095 (Fichas nº182, 183; Parte II, p.280 e 101), que parecem corresponder às últimas manifestações funerárias que tiveram lugar nas necrópoles, antes das mesmas serem abandonadas. No que concerne à inumação, observa-se uma convivência com a cremação, desde bastante cedo, conforme o documenta a I149 (Ficha nº166; Parte II, p.340), no núcleo do túnel de Maximinos, cujos vestígios sugerem uma cronologia da segunda metade do século I.

Se é certo que ambos os rituais se encontram bem documentados desde o final do período júlio-claudiano até à Antiguidade Tardia, também é verdade que nesses distintos períodos há a prevalência de um ritual sobre o outro. Note-se que a coexistência de ambos dos rituais funerários na região correspondente ao Noroeste português parece ter uma longa tradição. Dados arqueológicos recentes demonstram que a inumação e a cremação correspondem aos rituais funerários praticados pelas comunidades da Idade do Bronze, aos quais estariam associadas práticas de comensalidade, com a oferta de bens alimentares e de peças cerâmicas ao defunto (Sampaio, 2017: 790-792). Mantém-se, no entanto, a dúvida sobre o que terá acontecido no período seguinte, embora seja possível que as comunidades do Ferro fossem conhecedoras de ambos os rituais. Neste ponto, julgamos que é oportuno salientar as características dos distintos rituais funerários presentes nas necrópoles romanas de Braga de forma a conseguir compreender o contexto no qual estas se desenvolveram.

No que respeita à cremação, em apartados anteriores, referimos já que os dados mais antigos se encontram presentes no núcleo dos CTT/LSF, datando do período de transição da Era até aos primeiros decénios do século I d.C. Nesse local, foram apenas individualizadas as estruturas correspondentes às áreas de cremação (*ustrina*), bem como depósitos secundários em fossa ou depósitos mistos.

O número de estruturas afetas a esta prática de enterramento atinge o seu expoente máximo na segunda metade do século I, entrando em declínio a partir do século II, momento a partir do qual esta prática funerária começa a ser suplantada pela inumação, pelo que o diferencial entre os dois rituais é mais expressivo nos alvores do século IV (Gráfico 12).

Por outro lado, e no que concerne aos espólios funerários estudados, é possível verificar diversos aspetos que denunciam as distintas etapas nas quais as peças seriam integradas durante o funeral. Após constatar o número escasso de urnas que no seu interior continham algum tipo de espólio funerário, procedemos a um inventário dos objetos inseridos em contexto sepulcral, tendo em linha de conta três parâmetros: o estado de conservação, o contexto de recuperação e o tipo de material.

A leitura das tabelas torna claro que em todos os períodos de uso das necrópoles, e no que respeita aos depósitos secundários, destacam-se sempre as sepulturas sem espólio. Nesses mesmos depósitos secundários de cremação, o número de estruturas presentes, sem qualquer tipo de mobiliário funerário, ou em que a urna apenas continha os ossos cremados, apresenta valores bastante expressivos na Fase V, momento de apogeu do uso das necrópoles (Tabela 6). Atente-se que constatamos a mesma tendência nos locais onde ocorreu a cremação (Tabela 7).

Gráfico 12 – Distribuição do número de sepulturas de cremação/ inumação por fase de utilização das necrópoles.

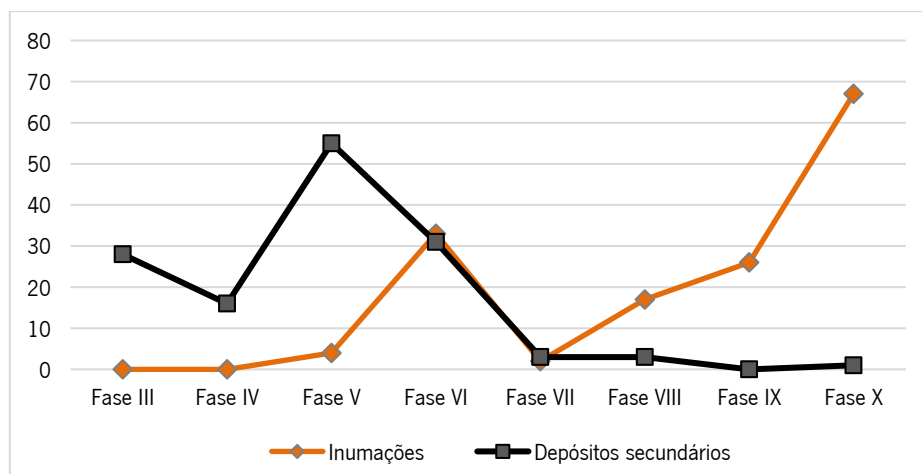


Tabela 6 – Frequência da deteção de espólio nos depósitos secundários de cremação.

Fase	Depósitos secundários						Total
	Com urna				Sem urna/ Com espólio	Sem urna/ Sem espólio	
	Dentro	Fora	Dentro/Fora	Sem espólio			
Fase III	8	4	1	10	2	3	28
Fase IV	2	2	1	6	2	3	16
Fase V	5	8	—	23	4	15	55
Fase VI	1	4	2	6	9	9	31
Fase VII	—	—	—	—	2	1	3
Fase VIII	—	—	—	—	2	1	3
Fase IX	—	—	—	—	—	—	0
Fase X	—	—	—	—	1	—	1
Indeterminado	—	—	—	—	—	1	1

Tabela 7 – Frequência da deteção de espólio nos contextos primários de cremação.

Fase	Depósitos primários			Total
	Em cima	Envolto nos carvões	Sem espólio	
Fase III	—	3	4	7
Fase IV	—	2	10	12
Fase V	3	11	21	35
Fase VI	4	12	12	28
Fase VII	6	1	9	16
Fase VIII	3	1	—	4
Fase IX	—	—	—	0
Fase X	—	3	—	3
Indeterminado	1	1	—	2

Procedemos igualmente ao levantamento do tipo de material, de forma a determinar, eventualmente, a presença de algum padrão na seleção do material colocado nos depósitos primários e secundários. A posição do material dentro de cada contexto, o estado de conservação das peças e as marcas rituais que exibiam, permitiu-nos demonstrar a existência de quatro momentos chave no ritual funerário da cremação (Figura 315).

O primeiro momento corresponde à cremação propriamente dita. O facto de alguns dos unguentários se encontrarem retorcidos (alguns deles apenas suspeitámos que sejam unguentários dado tratar-se meramente de uma amálgama de vidro) é indicativo de que se atingiram temperaturas bastante elevadas. Ora o vidro funde em torno dos 1400°, valor improvável numa cremação na antiguidade, todavia, mediante a existência de componentes como o chumbo, o vidro poderá fundir a partir dos 650° - 900°, valores suficientes para uma cremação eficiente e completa, em consonância com a coloração patente no material ósseo (Marado e Braga, no prelo; Matos, 2004 *apud* Gonçalves, 2009: 52). Aliás, tais valores não colidem com os dados denunciados pelas análises realizadas aos vestígios arqueobotânicos, em que se admite que no centro da pira se produziram temperaturas mais elevadas, na ordem dos 650°- 700°, diferentes

dos valores que se registariam na periferia da estrutura, que estaria mais exposta, e onde a temperatura seria inferior (Marado, 2018: 16; Mckinley, 2015: 183-184). Refira-se que o reconhecimento de escórias nas áreas de cremação, que indicia a colocação de objetos com metal no momento da ativação da pira²⁶, permite equacionar a hipótese de que as temperaturas nos *ustrina* pudessem atingir valores mais elevados, superiores a 1000°, muito embora a questão só possa vir a ser esclarecida com futuros trabalhos de análise.

Por sua vez, os dados antracológicos revelaram que, à mistura com elementos lenhosos de grande dimensão, foram colocados na pira troncos de árvores e arbustos de menor envergadura, que permitiram manter o fogo ativo, potenciando uma cremação mais eficaz. Note-se que as espécies mais recorrentes são os *Quercus* de folha caduca, com 56% do total, destacando-se do freixo (*Fraxinus* sp.), com 8%, das *Leguminosae*, com 6%, do amieiro (*Alnus* sp.) e das *Rosaceae Maloideae*, ambos com 2% (Oliveira *et al.*, 2018: 15). A tendência generalizada do uso de madeira de carvalho caducifólio poderá relacionar-se não só com a disponibilidade do recurso na região, mas também pelas suas características, uma vez que tal madeira é densa, propiciando uma combustão lenta. Ainda assim, durante as primeiras horas, a pira teria que ser alimentada sistematicamente de forma consumir e reduzir a cinzas o defunto, num processo que se estima longo e a requerer vigilância constante. Em estudos experimentais recentes, estima-se o recurso a cerca de uma tonelada de madeira para uma cremação, quantidade que poderia variar consoante a qualidade do combustível lenhoso e as condições climáticas, uma vez que a chuva e o vento podiam diminuir drasticamente a temperatura de combustão (McKinley, 2015: 185; Noy, 2000: 36). Observa-se que a maior parte das peças envoltas pelos carvões encontrava-se já partida e bastante fragmentada, tal como acontece com as lucernas ou tigelas com evidentes marcas de exposição prolongada ao fogo.

O facto de se identificarem alguns objetos de adorno nos contextos primários, como contas de colar em vidro, em faiança egípcia, aros em marfim e pedras de anel é indiciador de que os corpos dos defuntos seriam preparados e adornados numa fase anterior à cremação. No entanto, a frequência do número de *ustrina* em que se deteta este tipo de espólio é bastante baixa, principalmente se tivermos em conta que os aterros de cremação foram totalmente recolhidos para crivagem e flutuação.

²⁶ Aproveitamos para agradecer os esclarecimentos adicionais prestados pela Doutora Carla Martins, sobre as temperaturas de fusão do ferro.

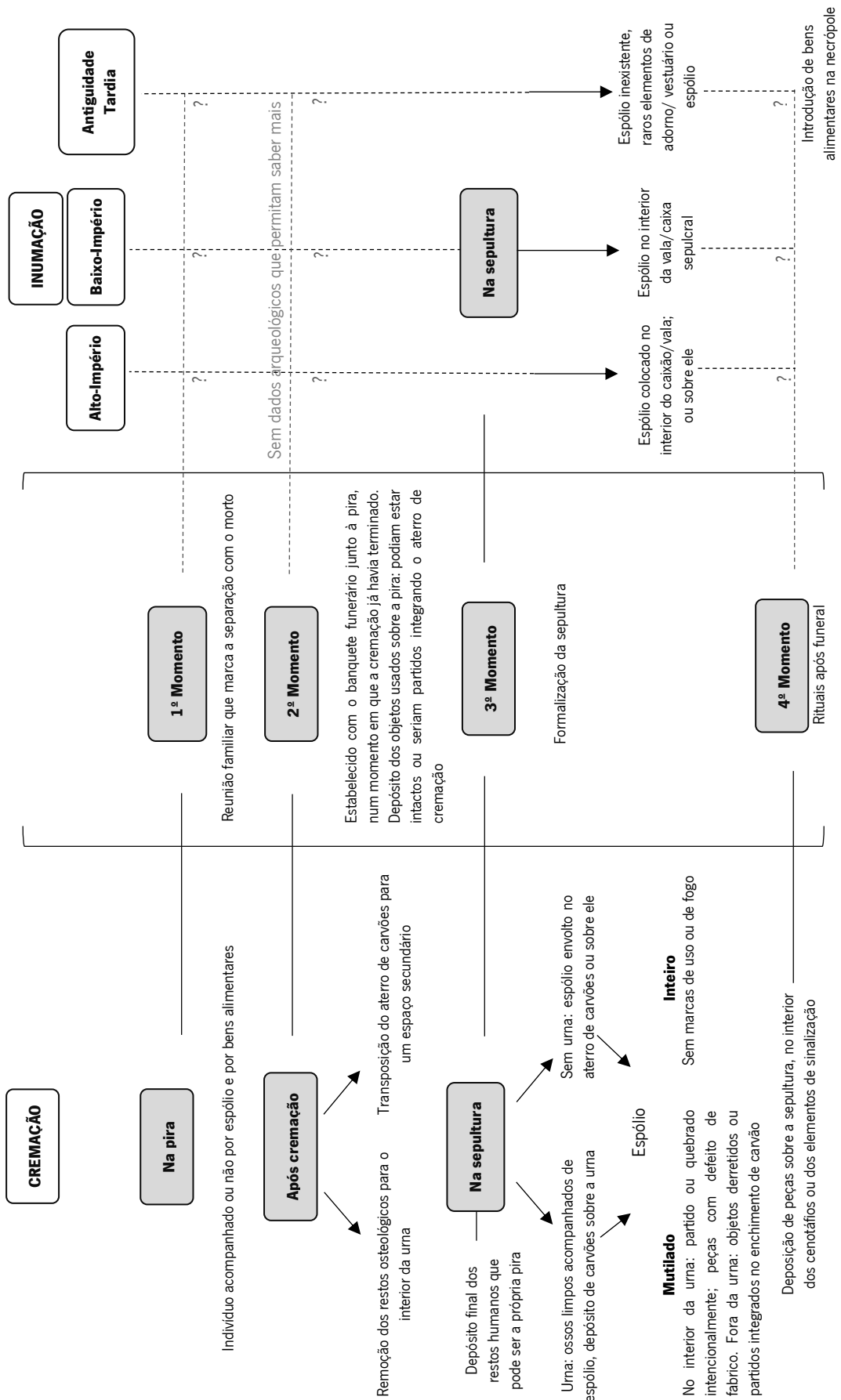


Figura 315 – Etapas dos procedimentos funerários detetados em Bracara Augusta.

Outro aspeto que convém mencionar é que muitos desses objetos de adorno foram transferidos do contexto primário para o secundário aquando da formalização das sepulturas. Assim, nos aterros que recobrem as urnas, para além de peças vítreas retorcidas, encontramos fichas de jogo, contas, pedras de anel e brincos, o que denuncia, mais uma vez, que seria possível que algumas peças acompanhassem os defuntos no momento da cremação. Este último pormenor serve também para nos chamar a atenção para o facto de serem frequentes as estruturas primárias sem qualquer tipo de espólio, não obstante tal pormenor não ser indicador da não introdução de objetos no momento da cremação, isto porque o contexto primário seria frequentemente sujeito a intervenções pós-cremação que implicariam, desde logo, a remoção e translação de parte dos aterros decorrentes desse processo para a estrutura secundária. Além disso, grande parte destes contextos poderia ficar a descoberto depois da cremação, sem qualquer tipo de proteção, o que os tornava bastante permeáveis a outros fenómenos pós-deposicionais como, por exemplo, lixiviações sucessivas por acumulação de água, evidência essa que se documenta do ponto de vista arqueológico e que era bastante frequente no núcleo de necrópole dos CTT/LSF.

O segundo momento poderia ser formalizado pela realização do banquete funerário ocorrido após a cremação, numa altura que infelizmente não conseguimos precisar, mas que, certamente, ocorreria numa fase coincidente com a recolha dos ossos para a urna. No entanto, e tendo em conta as evidências disponíveis, também não conseguimos assegurar que o banquete teria lugar em todas as situações identificadas, por manifesta falta de evidências.

Nos casos em que conseguimos reconhecer a realização do banquete, verificamos que este parece servir como um meio de selar o *ustrinum*, pois, à partida, não seria estabelecida qualquer outra interferência com a estrutura primária, passando o local a constituir-se como um local de abandono dos objetos manipulados pelos diversos intervenientes dessa cerimónia. Exemplo dessa situação é o que se verifica na U010 (Ficha nº186; Parte II, p.282), em que sobre os carvões do *ustrinum* foram depositados dois pratos, dois potinhos e o fragmento de uma bilha. Por se tratarem de peças que permitiam o transporte de alimentos sólidos e líquidos, julgamos que as mesmas serviram para a realização da cerimónia de comensalidade, momento que, aliás, é descrito já nas fontes históricas. Será oportuno, ainda assim, apresentar aqui dois apontamentos. Um primeiro reporta-se ao facto de estas peças não exibirem qualquer tipo de marcas de fogo ou de desgaste provocado pelo uso, o que poderá denunciar, por um lado, que foram depositadas numa fase final em que a cremação havia efetivamente cessado e, por outro,

que seriam objetos adquiridos para o efeito. Se as peças em cerâmica comum, provenientes das oficinas locais em torno da cidade, são maioritárias, não podemos deixar de apontar que no contexto U010 foi depositado um prato quase completo de TSG, forma Drag.18/31 (Ficha n°186: Figura 6), elemento excepcional nos mais distintos contextos de necrópole de *Bracara Augusta*. A segunda particularidade corresponde à circunstância de, na maioria dos casos, as peças se apresentarem incompletas. Importa avaliar esta situação com algum cuidado. Assim, no que respeita aos copinhos, estes encontram-se praticamente completos, faltando, de forma intercalada, parte dos bordos. Ora, aqui julgamos que não se tratará de uma marca ritual, mas antes de uma situação que decorre do facto de estas peças, colocadas sobre os carvões, estarem bastante expostas na superfície do *ustrinum*, e, por essa via, sujeitas à interferência de diversos tipos de fenómenos que provocariam a quebra dos bordos. Aquilo que se verifica para a bilha e para a lucerna é bastante distinto. Com efeito, a lucerna apresentava-se fraturada ao nível do *rostrum*, disco e orla, enquanto que para a bilha apenas se recuperou o gargalo e o bordo. A circunstância de as peças se encontrarem fragmentadas, não sendo possível a recuperação dos restantes fragmentos, leva-nos a equacionar que a sua quebra foi intencional e que terá ocorrido numa área contígua ou próxima do *ustrinum*, onde, deliberadamente, apenas uma parte das peças foi depositada.

Uma situação excepcional é aquela que se verifica na estrutura U104 (Ficha n°205; Parte II, p.305), onde o mobiliário associado à realização do banquete é bastante numeroso: cinco tigelas, três lucernas, dois copos, um pote, um prato e um fragmento de testo. Todo o material foi encontrado fragmentado e acumulado numa das extremidades da área de cremação. Tanto a deposição de material quebrado como a sua acumulação correspondem a atos intencionais.

Observa-se igualmente a presença de vestígios osteológicos não humanos queimados, que deve ser interpretada com alguma moderação. De facto, estas evidências de fauna revelam marcas de manifesta exposição ao fogo, muito embora seja impossível determinar o momento em que estes elementos foram introduzidos durante a realização das exéquias fúnebres. Os osteorestos faunísticos parecem denunciar a introdução de peças de suíno, pela presença de presas de javali e talvez um metacarpo da mesma espécie. Lançamos, portanto, duas possibilidades: ou os restos animais podem corresponder a deposições que foram colocadas junto ao morto no momento da cremação ou estarão associados à realização de qualquer tipo de cerimónia de comensalidade, em que os restos ósseos seriam lançados para a pira após a sua ignição, ou mesmo na fase final da cremação.

As análises carpológicas, por sua vez, permitiram a identificação dos vestígios botânicos que denunciam a introdução de outros bens alimentares nas necrópoles, tais como leguminosas, frutas e pastas alimentares. Todas estas evidências apresentam marcas de exposição prolongada ao fogo, o que demonstra, precisamente, a realização de procedimentos rituais ocorridos em momentos coetâneos com a ativação da pira. Mesmo com avanços realizados, persiste a dificuldade em conseguir precisar se tais alimentos se constituíam como uma oferenda para o morto ou se eram apenas consumidos pelos presentes que depois usavam a pira como área detritica. Da mesma forma, é árdua a tarefa de estimar a recorrência de tais atos.

Noutros contextos de cremação, foi possível verificar que a deposição de material não parece ser coincidente com a realização de qualquer tipo de refeição fúnebre, pelo que ocorreriam outros tipos de formalidades cerimoniais, que poderiam passar, por exemplo, pelas libações. Assim, de modo a estabelecer uma relação mais direta com o morto, em vez de unicamente partilhar os alimentos, podem ter sido vertidos líquidos, diretamente sobre o enchimento originado pela cremação. Neste apartado, cabe-nos destacar o mobiliário recuperado na estrutura U092 (Ficha nº201; Parte II, p.168), onde verificamos que uma parte do espólio vítreo foi selecionada para ser cremada junto com o morto, como o comprova a galheta, deformada, acompanhada por um unguentário derretido. Note-se, no entanto, que peças semelhantes foram posteriormente introduzidas no *ustrinum*, numa fase subsequente à cremação. Disposto sobre os carvões foi recuperado um par de galhetas, idênticas à que surge deformada e um pucarinho inteiro. Nenhuma destas peças exhibe qualquer tipo de deformação ou dano provocado pelo fogo, nem tão pouco marcas de uso.

Outro caso que merece destaque é o material referenciado no contexto U054 (Ficha nº193: Figura 2), parecendo comprovar uma situação semelhante. Efetivamente, aí foi recuperado um conjunto de seis unguentários, partidos e inteiros, sem qualquer deformação provocada pelo fogo, a par de um púcaro.

Para além daquilo que temos vindo a enunciar, outros tipos de rituais seriam levados a cabo no espaço da cremação. A esse propósito, destacaríamos o U001 (Ficha nº185: Figuras 5 e 6), cujo aterro de cremação recebeu três lucernas, duas inteiras, sem qualquer marca de fuligem ou uso e uma outra que apenas conservava parte da orla, disco e *rostrum*. Mais uma vez, não foram recuperadas as partes quebradas desta peça, pelo que se presume que a mesma terá sido partida fora da área de cremação.

Isto poderia igualmente ocorrer com as peças vítreas, tal como acontece na estrutura U032 (Parte II, p.289), em que apenas foi recuperado o gargalo de uma garrafa de vidro. No U084 poderíamos ter algo de semelhante. No entanto, o cálice de vidro que aqui apareceu parece ter sido partido no local, uma vez que aparenta ter sido espalmado sobre os carvões (Ficha nº200: Figura 3 – nºinv.2009.0419). Situação análoga parece ter ocorrido com a bilha completa, sem marca de fogo, recuperada no contexto U094 (Parte II, p.169).

A presença de peças depositadas nas áreas de cremação, em bom estado de conservação, sem qualquer tipo de marca de uso, é recorrente desde a segunda metade do século I até aos inícios do século III. Nestes contextos, os objetos em vidro, nomeadamente os unguentários, tanto completos, como derretidos, destacam-se com 21 exemplares. As opções para as peças em cerâmica recaem claramente sobre as lucernas, com 21 peças e sobre os potinhos, com 18 objetos reconhecidos, seguidos pelos púcaros, detetando-se 11 exemplares.

Na maioria dos casos, após a cremação, os restos ósseos foram depositados noutra contexto. Assim, o ritual de cremação avançaria para um terceiro momento (Figura 315) que passava pela formalização da sepultura, sendo, também aqui, manifesta a variabilidade material, importando relembrar que o local da sepultura seria por lei um *locus* sagrado, percecionado como a morada perpétua de um determinado indivíduo por aí se concentrarem os seus restos osteológicos.

Já aqui avançamos que os depósitos mistos de cremação sem espólio correspondem, em todas as fases de usos das necrópoles, ao tipo de estrutura mais representativo. No entanto, há um aspeto que nos parece importante ressaltar. Não nos parece ser possível argumentar com fiabilidade que estas sepulturas possam estar associadas às franjas sociais mais desprotegidas ou socialmente mais empobrecidas, unicamente porque não foi detetado qualquer tipo de espólio funerário. Na verdade, parte do espólio pode ter sido colocado no espaço primário, correspondente ao local de cremação do defunto, acabando, pelas razões já referidas, por se perder ou desaparecer, até porque não é forçoso que o mobiliário fosse transferido do contexto primário para o secundário. Por outro lado, julgamos que não é possível considerar estes indivíduos como “os mais pobres”, uma vez que uma grande parte da despesa do funeral seria canalizada para a aquisição de madeira a ser consumida pelo processo de cremação que, a par do custo do lote de terreno na necrópole, absorveria, certamente, mais de metade da despesa de um funeral. O que poderá ter existido é uma priorização das necessidades, que deveriam ser obviamente ajustadas à condição social de cada um. Obviamente que uma grande percentagem da população deveria

ter dificuldades em encontrar meios para assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de um funeral, daí que alguns integrassem os *collegia*. Ainda assim, nem todos faziam parte dessas associações. Desse modo, apesar de não existirem ainda evidências arqueológicas que o comprovem, é provável que nas imediações de *Bracara Augusta* existissem estruturas, tipo *puticuli*, à semelhança do que já se encontra atestado em Mérida e em Roma, que permitiam o enterro dos defuntos associados à franja de indivíduos socialmente mais desprotegidos (Bodel, 2000; Márquez Pérez e Pérez Maestro, 2002).

Em oito depósitos de cremação verificamos que pelo menos cinco copinhos, duas lucernas, três potinhos e um púcaro (C008/057/137, C046/097, C018/027 e C097, respetivamente) foram colocados sobre o aterro de carvões, ossos e cinzas que colmatavam completamente a vala dos depósitos secundários. Parte destes objetos foi depositado ao nível da superfície, não raras vezes tapados por blocos pétreos, reproduzindo exatamente o mesmo sistema de cobertura das urnas. Ora, esta situação levou-nos logo a supor que outras peças, tipologicamente semelhantes, podem de facto ter sido colocadas no topo do enchimento de carvão das sepulturas, mas que, entretanto, podem ter desaparecido por posterior manipulação.

Perante a constatação de tais situações, continuamos a tentar encontrar resposta para outras questões, tais como se será correto continuar a tecer considerações acerca da eventual segmentação social dos indivíduos sepultados nas necrópoles unicamente pela ausência ou presença do material. A este propósito, atente-se no caso da sepultura C028 (Ficha nº021; Parte II, p.214), que corresponde a uma estrutura que, aparentemente, não revela grande investimento construtivo, sendo bastante tosca, o que, *a priori*, sugere que pertenceria a um indivíduo com poucas posses. O presente raciocínio até poderia não ser totalmente descabido, se não tivesse sido identificada uma fibula de ouro. Assim sendo, voltámos à nossa questão inicial. Será acertado afirmar que estamos perante indivíduos/famílias pouco abastadas, unicamente porque a estrutura funerária é simples? E se a lucerna Dressel 3, de fabrico hispânico, da sepultura C046 (Ficha nº028; Parte II, p.223), ou o copinho de paredes finas, Mayet XLIII, de Mérida, da C057 (Ficha nº033; Parte II, p.228), tivesse, por qualquer motivo, sido saqueado ou removido do topo do enchimento de carvões? Poderíamos dizer a mesma coisa?

Julgamos que a aparente simplicidade tipológica das sepulturas em nada se relaciona com o facto das mesmas poderem ou não conter espólio, nem tão pouco pode ser considerado como um fator que permita assegurar uma eventual hierarquização social dos indivíduos. Outro aspeto que nos permite fortalecer o nosso argumento é que também não parece existir relação

entre as sepulturas sem espólio e a sua posição topográfica nos diversos núcleos de necrópole. Os simples depósitos secundários que referimos ocupam lotes bastante próximos da via, percecionados como as frações de terreno que seriam mais dispendiosas, cuja aquisição seria certamente onerosa e assegurada pelas elites ou membros mais destacados da comunidade cívica urbana. A posição do lote de terreno seria também importante, uma vez que, para além do natural destaque e protagonismo que a sepultura obtinha no contexto da paisagem sepulcral, tratava-se de um espaço de terreno ocupado por uma estrutura percecionada como perene e sem qualquer outro tipo de servidão posterior.

Nesse sentido, talvez a opção mais correta a tomar pelo arqueólogo passe pela verificação rigorosa, caso a caso, da especificidade de cada contexto funerário, tendo em conta a multiplicidade de situações possíveis, que, mediante as características gerais da necrópole, poderá derivar em distintas interpretações. Ainda assim, estamos conscientes que existiriam indivíduos socialmente mais desprotegidos, sem possibilidades de custear todas as despesas do funeral. Admitimos, contudo, que essa distinção é bastante difícil de estabelecer estritamente do ponto de vista arqueológico.

Considerando a posição da sepultura e a localização de algumas das peças associadas à retenção de substâncias líquidas, colocadas sobre os carvões, ao nível da superfície de circulação, equacionamos a hipótese de terem sido realizadas cerimónias em honra do defunto. Estes passos rituais, que poderiam envolver o consumo e o derrame de líquidos sobre a sepultura, dificilmente podem ser precisados no que respeita ao intervalo de tempo em que terão ocorrido, se imediatamente a seguir à constituição da sepultura, ou se em períodos específicos de comemoração da memória dos defuntos, como a *cena novendialis*, *Parentalia* ou *Feralia*. Apesar de tal parecer algo inusitado, lançamos a hipótese de tais objetos se constituírem eles próprios como referentes locativos das sepulturas, pois, caso contrário, torna-se difícil encontrar justificação para o facto da peça ter permanecido tanto tempo *in situ*, como acontece por exemplo, com o copinho da sepultura C008 (Ficha nº008; Parte II, p.207), que não sofreu qualquer tipo de dano ou perturbação.

Nos casos em que se documenta a deposição de uma urna, reparamos que o número de situações em que se verifica a deposição de espólio fora do vaso ossuário é bastante semelhante àquele em que esta ocorre dentro do mesmo. Situação distinta é observada nas situações em que se referencia a colocação de mobiliário funerário simultaneamente no exterior e interior da urna,

sendo a sua ocorrência praticamente excepcional entre as primeiras quatro fases de uso das necrópoles.

No que respeita aos espólios colocados nos interiores das urnas, destacam-se os unguentários, que se tornam na peça de eleição, sendo bastante frequentes entre a Fase III e a VI, período a partir do qual o seu uso é completamente abandonado. Da mesma forma, a partir do século II desaparecem os enterramentos com recurso a vasos ossuários. A mesma tendência é constatada no que respeita ao uso das lucernas.

Ainda no interior das urnas, onde foram recuperados unguentários e potinhos, atesta-se a ocorrência de peças partidas ou fraturadas, pelo que facilmente se compreende que se trata de uma ação intencional. Tais peças, já mutiladas, encontravam-se em ambiente selado, daí que o seu estado de fragmentação não resulte de uma situação posterior ao seu depósito, caso contrário seria possível proceder ao restauro do objeto. A título de exemplo, ateste-se ao unguentário da sepultura C111 (Ficha nº055; Parte II, p.175), incompleto ao nível do bordo, situação que se repete com a taça e unguentário em vidro da C009 (Ficha nº009; Parte II, p.207), com o bojo de vidro encontrado no interior da urna do depósito secundário C010 (Ficha nº010; Parte II, p.208), com o potinho colocado no interior da urna da C026 (Ficha nº019; Parte II, p.214), do qual faltava parte do bordo, ou com o unguentário retorcido retirado do interior da urna da sepultura C041 (Ficha nº026; Parte II, p.220).

O ato de quebra deveria constituir-se como uma prática ritual importante. Todavia, outros indivíduos preferiram depositar objetos íntegros e completamente novos no interior das urnas.

Neste apartado, julgamos conveniente destacar e analisar o espólio que se encontrava depositado no interior da sepultura C130 (Ficha nº062; Parte II, p.98), cuja relevância se prende com o facto de ser a sepultura com o conjunto de espólio mais completo, numeroso e diversificado. Este já foi inclusivamente mencionado, dado que se contempla objetos em ouro (brincos, alfinetes de cabelo, anéis), um conjunto de unguentários, diversos copinhos e potinhos. Ao analisar este conjunto, observa-se que a forma como as peças cerâmicas se encontravam depositadas assume algumas particularidades. Assim, todas as peças foram dispostas junto às paredes internas da caixa de tijolo. Os unguentários, por seu turno, estavam distribuídos segundo o mesmo padrão das peças em cerâmica, contrariamente às peças em ouro que se concentravam na extremidade poente do vão interior da sepultura, deixando livre o espaço central da caixa sem que aí fosse colocado qualquer tipo de objeto. A distribuição do espólio parece ser demonstrativa da intenção de mimetizar a existência do corpo do defunto, ainda que o mesmo tenha sido cremado.

O que nos parece patente com as situações que acabamos de elencar é que não é possível estabelecer um padrão a respeito da forma como os rituais decorreriam, visto serem frequentes as situações excepcionais, que só se podem justificar pelas opções pessoais dos intervenientes. Além disso, a falta de uniformização poderá ainda estar relacionada com a grande diversidade cultural dos indivíduos que usavam as necrópoles. A cidade constituiu-se como um palimpsesto de indivíduos cujas influências culturais e funerárias teriam seguramente um peso importante, o que acaba por contribuir para a enorme diversidade de evidências sepulcrais conhecidas. A multiplicidade e heterogeneidade do corpo cívico condicionariam certamente a forma como decorriam e se executavam as exéquias fúnebres, embora estes indivíduos não deixassem de demonstrar a sua proximidade e aceitação dos procedimentos fúnebres romanos pela introdução de alguns objetos com relativa significação ritual no quadro dos mesmos. Além disso, não descuro o facto de a administração romana não ser avessa à aceitação e introdução de distintos procedimentos culturais, dada a abertura que existia para a integração de diversas manifestações religiosas.

Apesar de se atestar, em determinados casos, vestígios que denunciam a concretização de banquetes funerários ou atos de comensalidade, na verdade, não é comprovável, do ponto de vista arqueológico, que a sua execução fosse sistemática, regular e recorrente.

Para além do já referido, há um outro aspeto que influencia a análise do ritual, designadamente o quase inexistente conhecimento dos rituais da morte das populações da Idade do Ferro. Esta limitação não nos permite equacionar eventuais alterações relativas aos rituais precedentes, nomeadamente, se os banquetes se realizavam, se sim qual a sua frequência, ou se havia ou não a deposição de espólio ou até se é possível perceber diferenças em relação ao tipo de bens alimentares introduzidos e consumidos.

Relativamente ao espólio das sepulturas de inumação, o panorama é um pouco distinto, pois pouco sabemos sobre as práticas funerárias relacionadas com este ritual.

Note-se que foram detetadas sepulturas de inumação ainda no período alto-imperial, embora não tenham revelado uma grande quantidade de espólio associado. Nos casos em que tal ocorreu, o mesmo limita-se à colocação de um potinho, púcaro ou lucerna, colocados preferencialmente dentro do vão sepulcral. Há uma exceção que merece ser referida, nomeadamente a deposição de um potinho junto às lajes de cobertura da sepultura I149 (Ficha nº166: Figura 3), o que parece testemunhar a realização de uma qualquer cerimónia ocorrida após o fecho da sepultura.

A deposição de espólio nos contextos de inumação parece manter-se até aos inícios do século IV, momento a partir da qual se torna excepcional. Tal facto poderá derivar da alteração dos padrões rituais, numa fase coincidente com o crescente protagonismo que a inumação assume face à cremação. A simbologia associada aos objetos ter-se-ia modificado e, no âmbito de uma nova conceção e vivência do mundo da morte, a sua manipulação e introdução em contexto de necrópole poderiam já não fazer sentido para a maior parte dos indivíduos.

Note-se, por exemplo, que os unguentários se encontram exclusivamente associados aos contextos de cremação, verificando-se a sua ausência nos contextos de inumação, em qualquer momento cronológico. A este propósito, a presença de unguentários não estaria só associada a libações, podendo estes remeter para a retenção de perfumes e unguentos que eram usados no momento da *unctura*, ainda em contexto doméstico, passando a ser transportados para a necrópole para aí serem depositados ou quebrados, acompanhando alguns deles os ossos das urnas. Aliás, estudos realizados aos conteúdos de unguentários não queimados nas necrópoles gaulesas de La Favorite, Valladas e Lyon confirmam que estes objetos poderiam conter distintas matérias, como compostos gordurosos não alimentares, de origem vegetal, semelhantes a óleos essenciais e matérias perfumadas, o que, de certa forma, testemunha a importância da presença destas substâncias no decurso das práticas funerárias (Bel *et al.*, 2009: 137/138). Refira-se que os óleos são considerados como importantes elementos que coadjuvavam a ignição da pira, mantendo a temperatura (Mckinley, 1994: 78). Muito embora não tenha sido possível confirmar a presença destas substâncias nos contextos bracaraugustanos, admitimos que os unguentários recolhidos deveriam conter conteúdos semelhantes.

O que nos parece particularmente estranho é o facto de não encontrarmos qualquer tipo de vestígio de unguentários – em vidro ou cerâmica – associados a contextos de inumação, mesmo nas estruturas de cronologia alto-imperial, coetâneas dos procedimentos crematórios.

A par da restrição do número de espólio depositado, a similitude tipológica das estruturas funerárias de inumação, bem como a ausência de vestígios arqueobotânicos e antropológicos dificulta a reconstituição de tais procedimentos (Figura 315). Embora possa ser considerado algo prematuro, esta evidência poderá constituir-se como uma pista para futuras abordagens só solucionáveis com novas escavações e o surgimento de novos achados.

Ainda no que respeita ao espólio, verificamos que as lucernas deixam de integrar os espólios funerários a partir dos inícios do século IV, pelo que a prática de depositar símbolos de luz junto ao morto, que o acompanhariam no lúgubre mundo subterrâneo, é provavelmente

abandonada. O que parece seguro é que, a partir desse momento, não se volta a encontrar este tipo de objetos, completos, fragmentados, com ou sem marcas de uso.

Não sabemos exatamente até que ponto a crença na ressurreição seria já uma realidade que influenciaria os indivíduos. Contudo, se tivermos em linha de conta o cânone XXI do I Concílio de Toledo, realizado em 397, em que se afirma a crença na ressurreição da carne, transformando-se tal princípio num dos dogmas basilares da fé cristã, podemos, de facto, suspeitar que determinados indivíduos deveriam já ter adaptado as exéquias fúnebres ditadas pela nova religião (Morín de Pablos e Barroso Cabrera, 2005: 209). Neste quadro, o indivíduo seria sepultado despojado de quaisquer bens materiais, pois a vida depois da morte dispensaria tais materialidades, sendo mais importante a integridade e inviolabilidade do corpo (Barroca, 1987: 24).

A verdade é que a partir dessa fase, e já em plena Antiguidade Tardia, raras são as sepulturas onde foi reconhecido material. Com efeito, na Fase IX, nas 26 estruturas de inumação, só numa foi recuperado um gargalo de garrafa de vidro. Situação análoga é verificada para a Fase X, na qual, em 67 inumações, apenas uma estrutura continha um frasco de vidro e um jarrinho em cerâmica de produção local (I115 – Ficha nº160: Figura 3 e 4). Embora a tipologia e a forma dos materiais recolham similitudes com aqueles que eram usados nos banquetes funerários alto-imperiais, os dados arqueológicos de que dispomos não nos permitem determinar se este procedimento ritual terá sido mantido em período tardio. Em contrapartida, assumimos que estes objetos poderiam estar já vinculados com outros significados, próprios de uma nova ritualização e vivência da morte, em que os atributos e funções dos objetos, readaptados à uma nova religiosidade, adotariam uma simbologia diferenciada, mas que nos escapa. Na realidade, o significado que os objetos assumiram durante a tardoantiguidade é difícil de estabelecer, pelo que o seu real significado apenas faria sentido para os indivíduos que os manipularam e depositaram nas sepulturas.

Relativamente às peças em vidro em contexto de inumação, convém referir que as peças de vidro referenciadas para o território português, para além de escassas, assumem formas muito distintas, o que torna árdua a tarefa de aproximação à sua funcionalidade no quadro dos rituais. Apenas se encontram documentados dois copos e uma taça campanulada, na necrópole de Beiral do Lima e uma taça campanulada em *Conimbriga*, todos atribuídos ao século V (Arezes, 2017: 404-405), de tipologias distintas à do frasco e da possível garrafa que se identificaram em Braga. Se por um lado é certo que não sabemos com segurança para que propósito serviram os objetos,

por outro é plausível admitir que podem corresponder a reminiscências rituais próprios do mundo romano.

Algumas das disposições conciliares conhecidas são o reflexo daquilo acabámos de enunciar. Com efeito, as interdições são a prova manifesta de que algumas práticas deveriam ainda manter-se em uso e que a sua regularidade deveria também ser quotidiana a ponto de estas passarem a ser impedidas. Assim, no II Concílio de Braga, do ano de 572, aos já designados “cristãos” é proibido o consumo de alimentos junto das sepulturas (Barroca, 1997: 19; Bernardes, 2017: 371). Inibir tal ritual, ainda que de forma indireta, era proibir a deslocação de objetos que viabilizassem o transporte desses alimentos, embora a realização do banquete não esteja forçosamente dependente da presença de peças deste tipo de peças para se realizar.

No que respeita às marcas rituais que descrevemos na Parte III, também se verifica, nos poucos casos em que existe material que o permita comprovar, que a prática não desaparece totalmente. Se é verdade que as quebras, mutilações, amputações, perfurações ou decapitações são frequentes até à segunda metade do século I, tornando-se raras no século II, aquilo que se observa nos espólios provenientes dos contextos do século IV é que as peças cerâmicas mantêm a sua integridade. Curiosamente, na fase tardoantiga, parece que a prática de quebra intencional persiste, se bem que esta nossa observação se reporte a um só caso, o único em que se identificou material. A peça em questão, proveniente da sepultura I115, classificada como um potinho, corresponde na verdade a um púcaro, pois a asa que originalmente fazia parte da peça foi destacada, provavelmente aquando da sua colocação em contexto sepulcral (Ficha nº160: Figura 4). Refira-se que tais marcas surgem documentadas em peças procedentes das necrópoles da Herdade dos Pombais e Azinhaga da Boa Morte II (em Portalegre), onde foram recuperados dois jarros e uma bilha, datados dos séculos VI/VII, apresentando orifícios de morfologia circular nos bojos, que Andreia Arezes, classifica como intencionais (2015, vol. II: 145,160,161). Estas evidências são idênticas às que surgem documentadas em Monteiras (Penafiel), onde nos espólios de sepulturas datadas da primeira metade do século IV surgem bilhas e púcaros perfurados (Soeiro, 2009/2010: 55-61 e 142). O mesmo tipo de vestígio foi registado em contextos arqueológicos mais afastados, como por exemplo, nas necrópoles do Vale do Ródano. Nesta zona, num contexto da Antiguidade Tardia, atesta-se a existência de diversos vasos mutilados e perfurados em contexto de inumação, a par de outros intactos, considerando-se que tais evidências não resultam de interferências pós-deposicionais com a sepultura, tratando-se antes de ações intencionais (Blaizot *et al.*, 2009b: 47; Tranoy, 2007: 168).

No caso de Braga, a escassez de material limita a nossa observação, mesmo se tivermos em linha de conta que algumas das sepulturas, aquando da sua intervenção, já demonstravam ter sido perturbadas. Voltando ao caso do potinho da sepultura I115, a sua presença, num contexto selado, leva-nos a considerar que tal prática possa ter sobrevivido ao longo dos séculos, tendo sido mantida por alguns indivíduos.

As perfurações, mutilações e quebras de objetos, mais comuns nas fases iniciais de uso das necrópoles, conduzem-nos a associar esta prática funerária às comunidades pré-romanas da região de Braga. A nossa suspeita sai reforçada pelo facto de existirem peças encontradas em contextos arqueológicos datados da Idade do Ferro que evidenciam o mesmo tipo de marcas. Uma dessas peças corresponde a um vaso de grandes dimensões, proveniente do castro do Lago, em Amares, já partido e perfurado aquando da sua deposição, encontrado em articulação com um objeto metálico e colmatado por um enchimento composto por numerosas cinzas, que alguns investigadores consideram corresponder a um depósito ritual ou funerário (González Ruibal, 2006: 572; Martins, 1988: 35-36, Est.XXIX – n.º inv.1991.1544; Figura 316a).

Outros exemplos remetem para o vaso recolhido no balneário pré-romano da estação dos caminhos-de-ferro, em Braga, que se encontra perfurado (Lemos, 2007/2008: 220; Lemos *et al.*, 2003: 46 – n.º inv.2003.0353; Figura 316b), ou para a lucerna descoberta no interior de uma canalização na rua Afonso Henriques, em Braga, que, para além de não apresentar qualquer tipo de marca de uso, exibe uma perfuração na base do *infundibulum* (Cunha *et al.*, 2014: 459 – n.º inv.2002.0955; Figura 316c). Aliás, esta peça é duplamente interessante, na medida em que acaba por denunciar que seriam comercializadas peças que propositadamente haviam sido produzidas já com o orifício na base do depósito de alimentação, o que, desde logo, inviabilizava o seu uso como elemento de iluminação. Tal circunstância prova que tais objetos seriam transacionados de forma a suprirem distintas necessidades, nomeadamente a votiva.



Figura 316 – a. Pormenor do vaso do povoado do Lago (©MDDS); b. Aspeto da abertura intencional do pote do balneário pré-romano de Braga (©MDDS); c. Pormenor da lucerna da rua Afonso Henriques (©MDDS).

Com exceção do pote do povoado do Lago, as restantes peças que acabámos de mencionar foram recolhidas em ambientes sem associação a espaços de natureza funerária. Suspeitamos que a presença deste tipo de objetos – perfurados, partidos ou incompletos – presentes tanto nos espaços rituais, como domésticos, poderá estar relacionada com a prática de distintos procedimentos culturais, possivelmente ligados com algum tipo de ato “sacrificial” de “devolução à terra” ou de “refundação”. Além disso, tais evidências parecem consubstanciar-se numa tentativa de marcadamente separar duas realidades dicotómicas: o mundo dos vivos e dos mortos/deuses, a esfera doméstica e da necrópole. Marcas e práticas similares encontram-se documentadas em peças recuperadas em fossas rituais de templos e em depósitos em contexto doméstico nas regiões belga e francesa (Trescartes *apud* Bel *et al.* 2009b: 46; Hanut, 2014: 49).

Ainda sobre os espólios funerários é possível constatar que algumas peças, como urnas, copinhos, tigelas, unguentários de vidro e potinhos, apresentam notórios problemas de fabrico, que passam pelo abatimento das paredes, ou problemas de cozedura, que lhes conferem um aspeto “torto” e irregular (C091 – Ficha nº047: Figura 5 - nºinv.1991.0745; C073 – Ficha nº042:

Figura 5 – n°inv.2009.0480; U106 – Ficha n°206: Figura 4 – n°inv.1994.0897). Julgamos que não se deveriam constituir como bens pertencentes do defunto, até porque tais deformações poderiam colocar em causa a sua funcionalidade. O facto de não terem sido descartadas logo à partida, ainda em contexto oficial, imediatamente após o seu fabrico, e de terem sido comercializadas e integradas em contexto de necrópole, poderá ser indiciador de um fenómeno de reaproveitamento funcional. Talvez fosse normal a utilização destas peças em espaços votivos ou rituais, como é o caso das necrópoles, onde seriam usadas especificamente para um evento único, o funeral, não devendo retornar ao espaço doméstico. Este fator, articulado com a possibilidade de se tratar de peças mais acessíveis, justifica o recurso a estes objetos. Tendo em conta este raciocínio, é possível que não pertencessem a nenhum dos intervenientes do funeral, passando a ser adquiridos especificamente para as exéquias fúnebres, desempenhando antes um papel meramente ritual.

Outro aspeto importante é que não é possível assegurar que o espólio funerário possibilite a distinção relativa ao sexo ou idade do defunto, visto que, salvo raras exceções, quando se identifica espólio ele é por norma bastante uniforme. Assim, os objetos correspondem quase sempre a unguentários, lucernas, potinhos, copinhos, sendo o *kaernos* o único elemento excepcional. Já nos aterros de cremação dos *ustrina* ou dos depósitos secundários, encontram-se contas, fíbulas ou pedras de anel, que podem ser entendidas como bens pessoais dos indivíduos/defuntos de sexos distintos e de idades diferenciadas. Uma das exceções reporta-se à sepultura C130 (Ficha n°062; Parte II, p.98), cujo defunto seria, sem dúvida, do sexo feminino, dada a tipologia dos objetos de adorno pessoal, embora a especificação da idade seja arriscada. Num outro caso, os fragmentos de um pente de madeira de buxo, identificado no U039 (Ficha n°192: Figura 3), permitem equacionar que o defunto seria do sexo feminino.

Um outro pormenor que, pelas razões apontadas, é mais perceptível no material alto-imperial do que no tardio, relaciona-se com os conjuntos de mobiliário funerário cujas cronologias de produção não servem como elemento de datação segura. O que constatamos, pela confrontação estratigráfica das distintas realidades funerárias, é que em alguns casos existia uma *décalage* entre a datação proposta para as sepulturas e a dos aterros que balizavam as distintas fases de ocupação. Mais uma vez, somos forçados a recorrer aos núcleos de necrópole da Via XVII, intervencionados entre 2008-2016, onde se atesta a situação que acabamos de enunciar. Pensamos que tal poderá resultar da circunstância de existirem objetos que parecem ser tratados como autênticas heranças familiares, sendo utilizados nas necrópoles como peças rituais. Este

fenómeno não é recorrente, mas antes pontual e mais facilmente observável nos depósitos mistos de cremação datados da Fase VI. Note-se o caso do unguentário em forma de gota do depósito secundário C009 (Ficha nº009; Parte II, p.207), típico de Augusto – Tibério, mas que surge integrado numa sepultura datada do século II, visto encontrar-se sobre um aterro datado do mesmo período. O mesmo acontece com uma moeda de Cláudio, descoberta na sepultura C028 (Ficha nº021; Parte II, p.214), que, no entanto, está implantada sobre um aterro do século II. Situação análoga é reconhecida para a estrutura U001, onde foi depositada uma moeda de Trajano, bastante desgastada, associada a uma lucerna Dressel-Lamboglia 30B, de produção local, datada, portanto, do pleno século III (Ficha nº185: Figura 6). A questão é que embora se reconheça que determinados numismas dos séculos I e II se mantêm em circulação até ao século III, tal acaba por se constituir como um alerta para a necessidade de confrontação dos mais distintos materiais exumados das necrópoles. Em consequência, a atribuição de cronologias unicamente baseada, por exemplo, na data da cunhagem dos espólios monetários é hoje considerada como um método de datação questionável (Hanut, 2014: 59). No entanto, a nossa própria experiência indica-nos, que na maior parte dos casos, esta confrontação de dados cronológicos é impossível, pois não são raras as vezes em que os contextos de necrópole são detetados e intervencionados quando já parte das sepulturas foi destruída, sendo apenas escavados os aterros identificados nos interiores das próprias sepulturas.

Apesar de já se ter referido que a inexistência de espólio pode não estar diretamente relacionada com a presença de indivíduos menos abastados, também reconhecemos que é possível estabelecer distinções, ainda que limitadas, relativas ao protagonismo e *status* de determinados defuntos. Parece-nos evidente que os monumentos funerários se tornam em símbolos de demonstração do poder e destaque por parte do grupo que os encomenda, sendo certo que estariam associados a uma elite. Os edifícios seriam percecionados como bens que promoviam a diferenciação social. Erigir um mausoléu ou recinto seria dispendioso, pois, para além da aquisição de um lote de terreno, da contratualização de um conjunto de construtores especialistas e da compra de materiais, haveria de se adicionar os gastos associados com os procedimentos funerários, certamente onerosos (Hope, 2009: 164).

Não é unicamente pela presença de certos bens materiais que conseguimos estabelecer distinções sociais entre os indivíduos, mas igualmente pelo investimento empregue na construção da sepultura, documentando-se casos atribuídos à Antiguidade Tardia. Assim, se na sua maioria as sepulturas de inumação revelam técnicas de construção simples, outras, apesar de recorrerem

a materiais reaproveitados, como a pedra ou o tijolo, ocupam generosas áreas úteis e revelam um extremo cuidado na sua elaboração, para além de terem sido depositados ricos contentores funerários no seu interior (Is009, 022 e 025). Além disso, o facto de verificarmos que em Braga estas ricas caixas de inumação se encontram em estreita relação com um edifício funerário levamos a pensar que esta construção, decerto, seria importante no contexto da ritualização dos procedimentos funerários da fase tardoantiga. A sobrelotação dos lotes funerários no entorno nascente do recinto R07 poderá indiciar que não estamos na presença de um mero recinto funerário, mas antes de um edifício cuja funcionalidade não conseguimos objetivar.

Outro aspeto que contribuiria para aumento dos custos das exéquias associadas ao ritual de inumação seria a aquisição de elementos de transporte dos defuntos, como os caixões ou padiolas. Registamos um número crescente de contentores funerários nas sepulturas, que se torna mais evidente a partir do século II, aquando do decréscimo da cremação e do aumento da inumação. Repare-se que, na Fase VI, em 33 estruturas, apenas foi reconhecida uma padiola, registando-se outras quatro situações nas quais não conseguimos assegurar se se tratava de ataúdes ou de simples estrados de madeira (Is094, 126, 161 e 164). O caixão torna-se claramente mais habitual na Fase X, onde nas 67 inumações analisadas, é documentado em 17 vezes, ultrapassando as padiolas, registadas num total de sete exemplares. O caixão seria, em alguns casos, ornamentado com cantoneiras e dobradiças, presentes em algumas sepulturas estudadas, como acontece com as I056 e I077 (Fichas nº146 e 149; Parte II, p.125 e 135).

No cômputo geral de todas as estruturas de inumação identificadas, parece-nos que se privilegiou o enterramento individual, não se tendo identificado qualquer tipo de reutilização das sepulturas. Ainda que as evidências antropológicas sejam parcas, cremos que estas estruturas não permitiriam a tumulação coletiva, nem a múltipla, com exceção das sepulturas Is042 e 054 (Ficha nº143; Parte II, p.119 e 124) e I085 e 089 (Ficha nº153; Parte II, p.139), construídas para o efeito. Além disso, algumas sepulturas (I009, I022 e I025 - Fichas nº129, 135 e 137; Parte II, p.257, 266 e 267) comportavam imponentes coberturas, formalizadas por pesadas lajes pétreas, seladas por *opus signinum*, sobrepostas por compactos níveis de pedras, restos de *opus* e terra, que tornavam quase impossível o acesso ao vão sepulcral depois do mesmo ter sido selado. Adicionalmente, refira-se que a própria estratigrafia de colmatação destas valas não revela qualquer tipo de interferência posterior, indicativa de qualquer tentativa de reabertura/reaproveitamento das sepulturas.

No que respeita à filiação religiosa ou identitária destes indivíduos, e apesar de considerarmos tais evidências fundamentais no contexto das práticas funerárias tardoantigas, a verdade é que não se reconhecem quaisquer tipos de símbolos ou peças que a possam assegurar com objetividade.

Quanto ao abandono dos espaços das necrópoles, se tivermos em linha de conta o que os dados arqueológicos nos revelam, este terá ocorrido, de facto, em torno do século VII, num momento próximo ao período em que se terá operado a conversão dos visigodos ao Cristianismo, em 585, com Recaredo, fenómeno que poderá ter forçado a deslocação da tumulação para junto de construções com um forte cunho religioso, como terá acontecido com as basílicas cemiteriais ou martiriais, erigidas na periferia mais alargada da cidade (Alapont Martin e Ribera i Lacomba, 2006: 187; Díaz, 2014: 1096; Fontes *et al.*, 2010: 258).

Ainda nos merece atenção a questão das estelas funerárias, cuja presença em contexto funerário se consubstancia num importante elemento material de influência romana. Com efeito, o dossier epigráfico bracarense não deixa de refletir que o hábito epigráfico romano foi adquirido e assumido por um grupo de indivíduos cujo substrato cultural é visivelmente indígena, denunciando que o processo de aculturação entre romanos e a população autóctone foi bem sucedido. Embora o uso da estela funerária sofra um acentuado decréscimo nos alvares do século III, julgamos que o hábito nunca se perdeu, a avaliar pela placa funerária de Remismuera, do ano 618, que deveria sinalizar a existência de inumações junto a uma possível estrutura basilical localizada em S. Vicente (Fontes, 2008: 170).

Em suma, todas as materialidades encontradas *in situ*, em contexto de necrópole, transformam-se em importantes atributos que permitem a aproximação ao substrato cultural dos indivíduos e respetivas formas de ritualização da morte. Os objetos constituem-se, assim, como os elementos rituais que sobrevivem à passagem do tempo. As suas recorrências, alterações ou ausências são também elas altamente significativas da função que cada elemento cumpria ou que deixou de cumprir. Desde o simples prego, aos elementos de adorno, passando pelos materiais empregues na construção das sepulturas, todos eles se transformam em elementos carregados de significado. Todos os objetos, no momento do funeral, serviam para o cumprimento de uma função importante no quadro mental e cultural dos indivíduos que executaram procedimentos rituais, num determinado contexto histórico e geográfico, permitindo ao arqueólogo a aproximação e reconstituição desses cerimoniais (González Villaescusa, 2011: 43/57; Härke, 2014: 12-14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho teve como principal objetivo a reconstituição dos rituais da morte patentes na cidade de Braga num contexto que integra o período que decorre entre a transição da Era e os séculos V/VII. Para o efeito, privilegiámos os dados, de natureza contextual e arqueológica, presentes em dezenas de cadernos de campo que se reportavam a escavações ocorridas em áreas de necrópole, realizadas ao longo dos 40 anos de existência do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, do qual a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho é responsável. Refira-se que foi possível integrar igualmente a informação de campo disponibilizada pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, decorrente de intervenções arqueológicas realizadas pela instituição.

As necrópoles constituem-se como espaços privilegiados onde se encontram plasmadas as crenças religiosas e funerárias da comunidade para com os seus mortos, pelo que todos os dados recuperados pelas escavações se oferecem como valiosos na hora de compreender o universo da morte. Assim, pese embora todos os condicionalismos que pesam sobre a Arqueologia Urbana, procurámos valorizar todos os dados recuperados nas escavações realizadas nas diferentes necrópoles de Braga, tendo em vista conhecer e reconstituir, da forma fidedigna, os procedimentos das comunidades antigas para com os que haviam partido. A sistematização dos dados permitiu perceber a interação das áreas sepulcrais com os eixos viários a que cada necrópole estava associada. Da mesma forma, a identificação do posicionamento de cada estrutura funerária potenciou a recuperação das distintas modelações de ocupação de cada núcleo sepulcral, a reconstituição da topografia dos diversos espaços fúnebres e os processos dinâmicos de continuidade e descontinuidade de utilização, ou as pausas e retomas de utilização e de organização das áreas sepulcrais em torno da cidade romana e tardoantiga. Foi ainda possível identificar os momentos de prevalência de um ritual funerário em relação ao outro, caracterizar os espólios funerários (cerâmico, vítreo, botânico e osteológico) e as mais distintas estruturas funerárias, articulando esses dados com os de natureza epigráfica, antropológica e arqueobotânica, o que desvendou algumas particularidades dos procedimentos funerários da comunidade cívica urbana.

Os atos em honra dos defuntos estão dependentes de um número vasto de variáveis subordinadas não só às regulamentações religiosas da época, mas também à força das tradições seculares e familiares, que condicionavam o modo de agir de determinados grupos sociais. No caso de estudo que aqui apresentámos, julgamos que, numa primeira fase, os processos de

contacto cultural entre os membros da comunidade indígena regional e romana demonstram uma assimilação progressiva e continuada dos procedimentos funerários clássicos por parte dos indivíduos oriundos dos *castella* próximos da cidade, apesar do desconhecimento arqueológico dos hábitos funerários das comunidades da Idade do Ferro da região. Ainda assim, admite-se que a cremação não seria um ritual estranho ao mundo indígena e que o castro poderia aglutinar distintas funções, que não passavam unicamente pela dimensão doméstica, mas também pela funerária. Embora os vestígios arqueológicos sejam poucos, é possível que os restos ósseos dos defuntos, após a realização de cerimónias diversas, ocorridas dentro ou fora dos povoados, fossem reintegrados em determinados espaços, nomeadamente no interior de cada unidade habitacional. Ainda que as evidências arqueológicas não garantam tratar-se de uma prática comum e recorrente, acreditamos que a presença romana deverá ter contribuído para a alteração dos hábitos funerários, particularmente na forma como a comunidade indígena passou a perceber e a vivenciar a morte. Talvez o traço mais distintivo seja, desde logo, o uso de um espaço próprio e exclusivo para a realização dos procedimentos funerários – a necrópole, localizado junto aos eixos viários, encarados agora como os principais pólos de atração para a colocação das sepulturas. A necrópole e a cidade eram agora lugares opostos, ainda que articulados e dependentes, o primeiro espaço adstrito à esfera dos Manes e o segundo reservado às atividades quotidianas dos vivos. Este talvez seja o indício mais evidente do processo de aculturação da população indígena, embora não seja o único.

Determinados vestígios epigráficos demonstram-nos que as populações oriundas dos castros, com destaque para as suas elites, terão aceitado o hábito de elencar os seus defuntos em suportes próprios, dispostos de frente para as vias, como forma de honrar e perpetuar a memória dos que haviam partido. Também os indígenas eram agora indivíduos cujo nome, gravado em peças tipicamente romanas, era lido e conhecido por todos os que à cidade acediam, onde é evidente o recurso não só ao latim, mas a fórmulas tipicamente romanas. No entanto, julgamos que a comunidade autóctone não pretendeu anular por completo as suas origens ancestrais, pelo que as estelas funerárias se assumem como um elemento de reforço da identidade cultural indígena. Apesar de ter adaptado algumas das práticas funerárias romanas, a comunidade oriunda dos castros, para além expor os nomes indígenas dos seus defuntos, manteve nas epígrafes a referência ao seu lugar de origem, reforçando, por esta via, a sua genealogia, que em determinados casos seria fortalecida através de alguns esquemas epigráficos em *stemmata*, ou pela decoração dos suportes epigráficos. Na verdade, não terá sido despidendo o uso de

determinada plástica decorativa exibida nesses suportes, onde figuram certos motivos ornamentais, também identificados em castros, como acontece com os tríscelos, que assumem traços mais regulares e simétricos derivando em rosetas e rosáceas diversas, ou os entrançados.

No que respeita ao início da ocupação das necrópoles, cremos que terá coincido com o momento da fundação da cidade, muito embora seja reduzido o número de estruturas atribuídas a esta fase. Naturalmente, tal poderá decorrer do facto de ainda não ter sido possível intervir áreas sepulcrais que se dispunham imediatamente a seguir às zonas de acesso ao espaço urbano, ou simplesmente que nem todos os membros da comunidade autóctone se terão feito enterrar, logo de imediato, segundo o *mos romano*. Parte dos membros desta comunidade, ainda no período fundacional, poderá ter mantido as práticas funerárias dos seus ancestrais, pelo que a ocupação das necrópoles foi sendo paulatina e gradual, culminado, já nos séculos I e II, períodos que correspondem ao auge de ocupação dos lotes funerários anexos às vias, com a construção de mausoléus e recintos funerários, associados a agregações profissionais ou familiares.

Esta manifesta influência indígena nas necrópoles de Braga está documentada pela tipologia das peças que compõem os espólios funerários. Assim, nos momentos iniciais é perceptível o recurso a peças cujo fabrico é claramente indígena, não só pelas características das pastas, mas também pela própria morfologia. Ainda que a sua frequência seja reduzida, destacamos o recurso a objetos tipicamente castrejos, como a jarra “tipo lusitana”, ou o vaso de perfil caliciforme, que surgem junto a raras peças em *terra sigillata* e a lucernas importadas, de produção bética ou itálica. Contudo, é evidente o progressivo declínio da introdução de peças de produção indígena, substituídas pelos objetos de produção local, assumidamente de tipologia e fabrico romano. Uma outra particularidade, recorrente em todos os períodos de uso dos espaços sepulcrais, é a reiterada ausência de moedas, não se encarando esse pormenor como um ato de resistência, mas antes como aspeto ritual específico de *Bracara Augusta*, que talvez não fosse percecionado como indispensável no decurso das cerimónias fúnebres, ocorrendo um processo muito semelhante com as *sigillatas*, cujo uso estaria reservado à esfera doméstica, pelo que raras vezes são introduzidas em contexto funerário.

Julgamos que a continuada convivência e partilha de espaços entre a comunidade autóctone e romana levou a que os primeiros, ao seu ritmo, assimilassem e incorporassem como suas algumas práticas culturais típicas do modo de vida romano, adaptando essas distintas características aos seus próprios hábitos e formas de viver. Note-se que estas características

perduram até ao século II, momento em que a comunidade cívica de origem indígena estaria já plenamente aculturada.

Por sua vez, a introdução de peças cerâmicas e vítreas parece cumprir uma função ritual, potenciando a realização de determinados procedimentos funerários, como é o caso dos banquetes ou das libações. Todavia, verifica-se que algumas destas peças evidenciam a realização de procedimentos funerários aparentemente associados à comunidade autóctone e que passam pela amputação ou quebra de uma parte do objeto, marcando o seu fim útil, criando, por essa via, uma espécie de analogia entre o objeto inutilizado e a morte do defunto. Curiosamente, ou não, este tipo de marcas rituais encontra paralelos naquelas que surgem documentadas em peças procedentes de contextos pré-romanos, pelo que julgamos estar na presença de um hábito funerário de influência indígena. Se é certo que estas mesmas marcas se tornam raras durante o período antonino, elas reaparecem nos contextos tardios, embora aqui com uma presença manifestamente reduzida, pelo que o seu significado poderá ter sofrido alterações.

Ainda a respeito das materialidades associadas ao mundo funerário bracaraugustano, foi possível constatar que o declínio no número de peças inseridas em contexto sepulcral é coincidente com o período em que o ritual de inumação começa a ganhar terreno face à cremação, ritual, que é até então prevalente.

A esse respeito, as razões que justificariam a seleção de um ritual funerário em detrimento do outro não são totalmente conhecidas. Se por um lado o Cristianismo não deverá ser o principal responsável por esta mudança, na verdade, as ideias que lhe estão associadas, nomeadamente a inviolabilidade e integridade do corpo, condições necessárias para a vida além da morte, podem ter influenciado a forma como se processava o tratamento dos defuntos. Além disso, do ponto de vista arqueológico, não foram encontrados vestígios que permitam a vinculação dos defuntos a qualquer tipo de universo religioso ou cultural. Assim, perante o conjunto de dados que dispomos, não é possível individualizar as sepulturas articuladas com uma eventual comunidade cristã, tal como não foi possível distinguir as sepulturas associadas a indivíduos relacionados com o universo germânico. A manutenção de rituais religiosos de tradição clássica, do modo de vida urbano, e a estabilidade da rede de povoamento, sempre articulada com o contínuo destaque político-administrativo da cidade de Braga até aos alvares da Antiguidade Tardia, poderão ter justificado a existência de um corpo social para o qual a diferenciação ao nível da identidade cultural não seria relevante.

A partir do abandono dos espaços de necrópoles, ocorrido em torno dos séculos V/VII, o enterramento ter-se-á deslocado para junto das basílicas cemiteriais ou martiriais, construções que simbolizam não só a crescente influência da elite eclesiástica no território, mas também uma vinculação clara dos indivíduos ao universo religioso assumidamente cristão. Até então, a topografia funerária havia mantido a sua estabilidade, pautada por momentos que agora conseguimos distintivamente individualizar e que plasmam diferentes dinâmicas e estratégias de gestão dos espaços de necrópole.

Ainda durante o período da transição da Era, o conjunto de estruturas associadas ao ritual de cremação foi implantado próximo das vias como forma de garantir o destaque dos defuntos que seriam reconhecidos por via das estelas funerárias. As sepulturas dividiam o seu protagonismo com os recintos e mausoléus, edifícios que acabaram por ocupar os lotes mais próximos das bordaduras dos eixos viários, símbolos não só de uma sociedade hierarquizada, mas também das mais diversas solidariedades funerárias. No entanto, a partir do século II, verifica-se a desafetação ou abandono das construções funerárias face à necessidade de repavimentar as vias. Dessa forma, por força de alguns constrangimentos estruturais, o traçado da Via XVII foi corrigido e deslocado para o espaço anteriormente ocupado por mausoléus e suas sepulturas. Ainda assim, *a priori*, nenhuma sepultura foi destruída, talvez em virtude da proteção legal de que tais estruturas gozavam. A verdade é que todas as estruturas que albergavam os restos ósseos de um indivíduo, depositados em local próprio, sendo o resultado último de um conjunto de práticas funerárias adequadas, eram encaradas como um local sagrado, inviolável e perpétuo.

No que respeita aos espaços periféricos em relação às vias, estes eram preferencialmente ocupados pelos *ustrina*, numa tentativa de afastar o fumo e o fogo dos eixos de circulação, salvaguardando quem passava de eventuais perigos. Ainda associadas ao período alto-imperial, foram reconhecidas sepulturas bastante afastadas dos eixos de circulação, como tal implantadas em espaços tão distantes que dificultam a associação com estes últimos. Os espaços de necrópole seriam certamente loteados, pelo que a proximidade dos terrenos em relação às vias ditaria a sua especulação. No entanto, a forma como se organizam alguns dos espaços funerários, como se designavam e como aos mesmos se acedia, deveria seguir uma lógica impossível de recuperar. Este progressivo afastamento das estruturas funerárias em relação às vias permite-nos considerar que a área disponível para enterramento seria extensa, muito embora a sua amplitude e limites sejam ainda relativamente impercetíveis, face aos dados existentes. A longa e continuada ocupação sepulcral dos terrenos da necrópole da Via XVII é demonstrativa disso mesmo, pois a

especialização dos núcleos estudados indica que a área sepulcral se estendia até cerca de 1000m a partir da saída da cidade. Estamos conscientes que a ocupação desta ampla faixa de terreno deverá ter acontecido em distintos ritmos e que alguns dos lotes possivelmente nunca foram ocupados. Não obstante, só futuros trabalhos de escavação arqueológica o poderão vir a comprovar.

As primeiras sepulturas de inumação surgem entre a segunda metade do século I e os inícios do século II, tendo sido identificadas no setor poente da cidade, ao mesmo tempo que os depósitos mistos de cremação são exclusivos na necrópole nascente. Ainda não foi possível justificar as razões para a ocorrência de tal fenómeno, muito embora seja de considerar que os rituais de inumação documentados em cronologias tão precoces remetem para núcleos de necrópole identificados em áreas cujas distâncias às zonas de acesso à cidade são bem díspares, o que poderá estar a condicionar a nossa avaliação.

Se as estruturas de inumação, durante a fase flaviana e antonina, não se apresentam orientadas num sentido preferencial, nas fases seguintes, tendencialmente, as caixas ou covas de inumação seguem uma orientação OSO/ENE, O/E e ONO/ESE. Esta situação conhece, contudo, diversas exceções, dado que se continua a verificar a existência de estruturas com orientações N/S e suas variantes, registando-se inclusivamente o caso de duas sepulturas com orientações divergentes, convivendo lado a lado (I009 e I022). Um outro aspeto a destacar é o facto de não se constatar agrupamentos específicos de sepulturas pela sua orientação.

Apesar de a estrutura de inumação mais comum corresponder à cova simples, sem qualquer deposição material adicional, ou sem qualquer elemento construtivo, há sepulturas que registam um significativo investimento construtivo, em articulação com a dimensão dos lotes ocupados e a sua localização no contexto de cada núcleo.

O núcleo da Cangosta da Palha corresponde a um espaço extenso da necrópole da Via XVII, estruturado em plataformas, onde foram identificadas estruturas de inumação de diversas tipologias, em que o recurso ao material laterício reaproveitado é frequente. Quando nos confrontamos com a planta geral deste local, embora a primeira imagem que sobressai seja de uma aparente anarquia organizacional, verificamos que na realidade as sepulturas se encontram posicionadas em lotes circunscritos, pelo que a implantação de uma estrutura mais recente não colocou em causa a sepultura precedente, ainda que tais estruturas mantenham uma clara contiguidade. Para o mesmo período, e num espaço de necrópole próximo, no núcleo dos CTT/LSF, embora a implantação das sepulturas tenha ocorrido num terreno aplanado, não parece

existir um esquema tão segmentado. Nesse espaço, surgem sepulturas com diversas orientações, inseridas em lotes sem ocupação posterior, bastante afastados da via, embora seja possível isolar grupos de sepulturas. A ponte, surgem inumações construídas em material laterício, ao contrário daquilo que acontece a nascente, onde o conjunto identificado, para além da dominância de material laterício, revela o recurso a monólitos graníticos reaproveitados, apresentando-se as caixas revestidas internamente com uma argamassa do tipo *opus signinum*. Note-se que o mesmo tipo de revestimento foi identificado numa estrutura de inumação da rua Abade da Loureira, localizada a mais de 500m a norte da muralha da cidade, estrutura funerária que partilha o espaço com outras sepulturas mais modestas.

Embora em alguns casos os dados observados e recolhidos permitam extrapolar o possível *status* social do defunto e das suas famílias, na verdade, o exercício não se afigura de fácil generalização para a globalidade das situações identificadas, quer nas cremações, quer nas inumações. Em sepulturas de cremação, algo afastadas da via, com tipologia aparentemente tosca, foram encontrados elementos de vestuário em ouro. Ainda nos depósitos mistos de cremação, são frequentes os casos em que a urna se assume como o único elemento material depositado, muito embora a sepultura esteja imediatamente ao lado da via. O mesmo se coloca com as sepulturas de inumação, em que existem estruturas construídas com recurso a materiais cujo custo de aquisição ainda deveria ser considerável, mas que estão ladeadas por outras sepulturas mais simples em que não conheceram deposição alguma de espólio. Por outro lado, uma das duas sepulturas de inumação com deposição de espólio (I115), onde se recuperou um púcaro e um frasco de vidro, corresponde a uma cova simples, não evidenciando qualquer tipo técnica construtiva mais complexa. Assim, facilmente se depreende que cada um dos casos deverá ser analisado mediante o seu posicionamento, conteúdo e associação com as demais estruturas. O que se observa é que a simplicidade e modéstia tipológica das sepulturas em nada se relacionam com o tipo de espólio encontrado, o que nos permite concluir que este aspeto não é razão suficiente para se extrapolar sobre o *status* social dos indivíduos ali sepultados.

Relativamente à metodologia por nós utilizada, no que concerne ao manuseamento de dados provenientes de diferentes intervenções arqueológicas, realizadas com metodologias de escavação e registo diferenciadas, julgamos que a mesma se revelou adequada, embora tal se tenha transformado num processo moroso e que nos ocupou por um largo período de tempo. Com efeito, a consulta dos dados potenciou um conhecimento mais pormenorizado das estruturas existentes, permitindo compreender o seu contexto de preservação, formas, particularidades e

detalhes que desconhecíamos por completo. Numa fase inicial, cada espaço foi tratado individualmente, de forma a evidenciar os pormenores de cada estrutura, mas também de cada núcleo. Os cadernos de campo foram analisados na totalidade, não só no que respeita à parte estratigráfica, mas também no registo gráfico e artefactual. Findo o processo, a diferença qualitativa relativa ao registo de alguns dos núcleos era evidente e, não raras vezes, decorria das condicionantes associadas ao desenrolar das próprias das intervenções, realizadas, frequentemente, em contexto de emergência e salvamento.

O estudo das práticas funerárias está intimamente relacionado com a existência de um registo de qualidade. Quanto mais se regista, mais se sabe. Embora a premissa sirva para qualquer campo de intervenção arqueológica, a mesma ganha mais força quando falamos dos ambientes sepulcrais. Reiteradamente, o estado de conservação dos espaços de necrópole não é o melhor, encontrando-se afetado por perturbações recentes ou por ações construtivas pouco responsáveis, o que limita a ação dos arqueólogos ou antropólogos, que por diversas vezes se limitam simplesmente a registar. Além disso, e pela nossa experiência profissional, conhecemos bem as condicionantes de trabalho arqueológico em Arqueologia Urbana, onde o arqueólogo parece ser o mais multifacetado dos seres, pressionado constantemente por prazos limitados, a par de condições de trabalho pouco ajustadas ao desenvolvimento de tarefas que requerem interpretação e atenção. Posto isto, consideramos que os contextos de necrópole serão porventura os contextos mais sensíveis e exigentes da prática arqueológica, onde esclarecedores e apurados registos têm de ser elaborados, uma vez que se constituem como a base para uma correta interpretação e produção de novo conhecimento. cremos que uma intervenção em contexto de necrópole tem forçosamente de privilegiar e distinguir o pormenor, pelo que o posicionamento reiterado e persistente de todas as partes constituintes e relacionadas com o microuniverso da sepultura, como a posição e variação altimétrica do osso, do prego, as concentrações de carvões numa parte específica da estrutura, a forma como o espólio se encontrava depositado numa inumação, os pormenores dos níveis sedimentares dentro e fora da estrutura, devem ser valorizados, assinalados e anotados. A identificação de todos estes indícios é assim fulcral uma vez que se constituem como o último vestígio resultante de uma determinada prática, comportamento ou gesto funerário, pelo que o seu não registo só pode resultar na perda irremediável de conhecimento. De facto, a falta de registo e valorização de alguns dos aspetos enunciados acabou por limitar a nossa abordagem, pelo que em muitos casos não nos foi possível ir mais além da

mera descrição da estrutura e dos seus aspetos mais evidentes, como a orientação, medidas e localização.

Durante este trabalho, não raras vezes usámos como referência determinados casos que se reportam a particularidades registadas em certos nos núcleos da necrópole da Via XVII, como acontece com os CTT/LSF, ITAVL e TAVL. Tal situação está intimamente relacionada com a circunstância do registo, para além de mais recente, ter tido em conta uma série de apontamentos que potenciaram um rol de observações diversificadas e aprofundadas. Além disso, e apesar de se tratar de um registo realizado por arqueólogos profissionais, seguiu-se um critério semelhante ao nível das nomenclaturas. A verdade é que após confrontarmos este registo com os demais dados existentes nos cadernos de campo de outras intervenções, é notório o salto não só quantitativo, mas também qualitativo no que concerne à informação que hoje temos disponível.

Ainda a respeito do registo e para que a Arqueologia garanta a sua interdisciplinaridade é obrigatório que, a par do registo arqueológico, se proceda a um conjunto de recolhas e amostras dos contextos sedimentares, garantindo, dessa forma, a execução de outro tipo de pesquisas complementares que estão dependentes da intervenção especializada de distintos profissionais e investigadores. Estes novos dados revelam-se de suma importância, uma vez que potenciam a elaboração de um conjunto de análises em gabinete e laboratório que possibilitam ao arqueólogo produzir um discurso sólido e consistente. É exatamente essa informação nova, associada aos contributos da Antropologia Biológica, Carpologia e Antracologia, que nos levou a canalizar as nossas observações para os aspetos mais específicos do ritual funerário, percebendo as suas especificidades e recorrências.

As análises carpológicas e antracológicas permitiram, pela primeira vez, conhecer alguns pormenores dos rituais funerários que até à data eram desconhecidos. Assim, a identificação das madeiras carbonizadas informa-nos sobre as espécies vegetais utilizadas para a constituição da pira, o que, em última análise, proporciona um conhecimento mais aprofundado sobre a composição da cobertura vegetal do território envolvente da cidade, onde os recursos lenhosos usados nas cremações se encontravam disponíveis. Quanto às sementes identificadas, e embora não sejam muito diversificadas, foi possível constatar que o conjunto de bens alimentares introduzido em contextos de necrópole é denunciador dos recursos disponíveis, oferecendo-se como evidências dos alimentos que certamente compunham a base da dieta da comunidade urbana e que foram selecionados como elementos indispensáveis para a realização das cerimónias de comensalidade.

Reconhecemos que os dados arqueobotânicos surgem como um importante contributo que permite desvendar as características muitas vezes anónimas dos rituais funerários. Ainda assim, mesmo que tal se constitua como uma novidade, ainda não é possível distinguir se as evidências carbonizadas se reportam a oferendas colocadas na pira junto ao morto no momento da cremação ou se, pelo contrário, correspondem a restos alimentares que foram atirados para a estrutura de combustão depois de consumidos. Durante o nosso trabalho, e pela proximidade que mantivemos com a equipa de arqueobotânica, tivemos a oportunidade de nos informar sobre as estratégias de recolha das amostras e a forma como as mesmas devem ser processadas em laboratório. Só com amostras de qualidade é possível extrapolar dados distintos.

No caso da pesquisa arqueobotânica a questão se não coloca, visto que as amostras de carvão, recolhidas e analisadas, correspondem à totalidade do sedimento presente nas estruturas de cremação tanto secundárias, como primárias. Note-se, contudo, que a estratégia de processamento das amostras teve algumas consequências prejudiciais, que se refletem diretamente no parco número de estruturas onde foram identificados vestígios de sementes. No final das intervenções arqueológicas dos CTT/LSF, ITAVL e TAVL, os únicos locais onde se procedeu à recolha de amostras de material carbonizado, o processamento das mesmas, na ordem das centenas, passou pela crivagem e não pela flutuação, com recurso a crivos cujas malhas apresentavam dimensões desajustadas à retenção de vestígios de tamanho muito reduzido. Ora esta ação pode ter condicionado a recolha de material carpológico carbonizado de reduzida dimensão. Dessa forma, os dados disponíveis apenas correspondem a uma parte de um conjunto que poderia ser mais heterogéneo.

Contamos também com o contributo das observações bioantropológicas. Porém, até à conclusão deste trabalho, apenas tivemos acesso aos dados de sete depósitos secundários, de um *ustrinum*, de um elemento de sinalização e de uma inumação. O material estudado corresponde, de facto, a uma amostra extremamente reduzida do conjunto total, o que condiciona a enunciação de interpretações conclusivas. No entanto, conscientes que tal pode vir a ser alterado face à quantidade de material osteológico que ainda se encontra por analisar, podemos verificar que não se confirma qualquer tipo de intencionalidade na distribuição espacial dos ossos no interior das urnas. Por sua vez, a identificação de restos de fauna cremada, a par do que acontece com as evidências carpológicas, denuncia a existência de atos de comensalidade ou de oferenda ao morto. No que concerne às inumações, os dados são limitados pela inexistência de evidências

osteológicas, cuja rara presença encontra-se diretamente relacionada com as características químicas do solo granítico, cuja ação corrosiva potenciou a sua dissolução.

Ainda que limitados pela falta de conclusão de algumas análises, julgamos que todos os aspetos estudados, estruturas funerárias e seus espólios (cerâmicas, objetos de adorno, elementos metálicos), restos de fauna e vestígios arqueobotânicos, permitem avançar que os rituais funerários identificados em Braga parecem estar de acordo com as características do cerimonial romano em torno da morte e que se encontra descrito pelos autores clássicos. Assim, embora seja possível identificar e caracterizar determinadas práticas funerárias diferenciadoras, julgamos que tal resultará de particularidades locais, decorrentes de adaptações de ambas as partes envolvidas e não de sinais de resistência promovidos pela população indígena. Para os períodos tardios, verifica-se a superação da inumação em relação à cremação, a partir do século III, embora os dados arqueológicos denunciem a manutenção das práticas crematórias ainda entre os séculos V e VII. Certamente que a livre circulação de ideias provenientes dos cultos orientais, onde o Cristianismo se evidencia, terá potenciado alterações paulatinas na forma como os defuntos eram tratados e sepultados, o que forçou uma série de ajustes dos espaços de necrópole.

Esperamos com este trabalho ter conseguido abrir mais uma janela sobre o conhecimento das mais distintas comunidades que viveram na cidade de Braga nos seus primeiros sete séculos de ocupação. No entanto, existem alguns tópicos que não foram totalmente atingidos e que seguramente poderão a vir a ser resolvidos no futuro, não só com novos trabalhos arqueológicos, sujeitos a metodologias de registo mais rigorosas, aliada a estratégias de recolha de amostras mais eficazes, mas também pela realização de outros trabalhos académicos que podem ter como objeto de estudo o material antropológico e antracológico disponível.

Em suma, julgamos que este tema ainda detém um enorme potencial de investigação principalmente se tivermos em linha de conta que o estudo das práticas funerárias das outras duas principais capitais conventuais, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, ainda se encontra por realizar. Esta matéria talvez possa vir a ser alvo de um projeto internacional que vise a sistematização, análise e comparação das características do *funus* das cidades romanas fundadas por Augusto no Noroeste peninsular, em que sejam consideradas as características funerárias das comunidades indígenas e, posteriormente, das comunidades tardias com vista a entender a evolução dos rituais.

BIBLIOGRAFIA

Abad Mir, S. (2006). Arqueología de la Muerte - Algunos aspectos teóricos y metodológicos. *Historiae*, 3, 1-24 <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2160645>>

Abascal Palazón, J. M. (1990). La muerte en Roma: fuentes, legislación y evidencia arqueológica. In D. Vaquerizo Gil (Coord.), *Cultura Pueblo a Pueblo - Seminario de Arqueología de la Muerte: metodología y perspectivas actuales*, 205-247. Córdoba: Diputación Provincial de Córdoba.

Abásolo Álvarez, J. A. (2002). El Mundo Funerario Romano en el Centro y Norte de Hispania: aspectos diferenciales. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 145-162. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Abreu, J. M. (2002). *Necrópoles romanas no território português*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 245 pgs.

Alarcão, J. (1983). A religião, *Portugal Romano*, (Cap.V, 165-197). Lisboa: Editorial Verbo.

Alarcão, J. & Alarcão, A. (1966). O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conímbriga*, V, 1-104.

- (1974). O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conímbriga*, XIII, 1-27.

Alapont Martín, L. (2016). El Proyecto de Investigación y Formación en el Estudio de las Cremaciones Romanas de la Necrópolis de *Via Ostiense* en Roma. *La Revista*, 32, 29-31 <https://www.academia.edu/30830275/EL_PROYECTO_DE_INVESTIGACIÓN_Y_FORMACIÓN_EN_EL_ESTUDIO_DE_LAS_CREMACIONES_ROMANAS_DE_LA_NECRÓPOLIS_DE_VIA_OSTIENSE_EN_ROMA>

Alapont Martín, L. & Bouneau, C. (2010). The burials of perinatal subjects from the *Vicus of Falacrinae* (Cittareale, Italy). Anthropological evidences of the *suggrundaria* ritual. *Société d'Anthropologie de Paris*, 1-28 <<https://link.springer.com/article/10.1007/s13219-010-0016-9>>

Alapont Martín, L. & Mas Hurtuna, P. (2015). Reconstrucción y representación de los gestos funerarios a partir del estudio antropológico. In L. Alapont Martín; J. Martí Oltra & F. Fernández Tendero (Eds.), *Actuacions sobre el Patrimoni Arqueològic de la Comunitat Valenciana*, 381-394. Quaderns dels Museus Municipals de València.

Alapont Martín, L. & Ribera i Lacomba, A. (2006). Cementerios tardoantiguos de Valencia: arqueología y antropología. *Anales de la Arqueología Cordobesa*, 17, 161-194 <<https://helvia.uco.es/handle/10396/4438>>

Alcock, J. (1996). *Life in Roman Britain*, London: B.T. Batsford, English Heritage.

Alfayé, S. (2009). *Siti Tibi Terra Gravis*: magical-religious practices against restless dead in the ancient world. In F. Marco Simón, F. Pina Polo & J. R. Rodríguez (Coords.), *Formae mortis: el tránsito de la vida a la muerte en las sociedades antiguas*, 181-216. Barcelona.

- (2012). Religiones indígenas e identidades (étnicas) en la *Hispania* Indoeuropea. In J.S. Yanguas & G. Andreotti (Eds.), *Acta 12 Romanización, Fronteiras y Etnias en la Roma Antigua: el caso hispano - Revisiones de Historia Antigua VII*, Cap. 11, 309-334. Vitoria: Departamento de Estudios Clásicos/ Ikasketa Klasikoen saila, facultad de Letras/Letren Fakultatea, Argitalpen Zerbitzua/ServicioEditorial <https://www.academia.edu/5313739/Religiones_indígenas_e_identidades_étnicas_en_la_Hispania_indoeuropea>

Alfayé, S. & Marco Simón, F. (2008). Religion language and identity in *Hispania*: celtiberian and lusitanian rock inscriptions. In R. Häussler (Dir.), *Romanisation et épigraphie. Etudes interdisciplinaires sur l'acculturation et l'identité dans le Empire romain*, 281-305. Montagnac: Archéologie et Histoire Romaine.

Alfayé, S. & Rodríguez Corral, J. (2009). Espacios liminales y prácticas rituales en el noroeste peninsular. *Acta Paleohispánica*, 9, 107-111 <<https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/29/54/10alfayerguezpdf>>

Amaral, A. (1988/89). Necrópole galaico-romana de Laboriz (Amarante). *Portugalia (Nova Série)*, IX-X, 111-114.

Amaral, L. (2007). *As moedas das Carvalheiras* (1ª Edição). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Anderson, J. C. (1997). *Roman Architecture and Society*. Londres: Johns Hopkins University Press.

Anderson-Stojanovic, V. (1987). The chronology and function of ceramic *unguentaria*. *American Journal of Archaeology*, 91, 105-122.

Arce, J. (1988). *Funus Imperatorum – Los funerales de los emperadores romanos*. Madrid: Alianza Forma.

- (2005). La transformación de las creencias, *Bárbaros y Romanos en Hispania 400 – 507 A.C.*, Cap.5, 245-268. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia.

Arévalo González, A. (2010). Interpretación y posibles usos de la moneda en la necrópolis tardo-púnica de *Gadir*. *Mainake*, XXXII (I), 15-36.

- (2010a). Monedas para el más allá. Un primer acercamiento desde la necrópolis de Cádiz. In A. Villedary y Mariñas & V. Gómez Fernández (Coords.) *Las necrópolis de Cádiz - Apuntes de Arqueología Gaditana en homenaje a J.F. Sibón Olano*, 507-527. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz <https://www.academia.edu/8098137/Monedas_para_el_más_allá._Un_primer_acercamiento_a_la_necrópolis_de_Cádiz>

Arezes, A. (2017). *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VII*. Porto: Edições Afrontamento (Coleção Teses Universitárias, nº9).

Argote, J. (1732/1734). *Memorias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanas dedicadas a Elrey D. João V*, Tomo I e II.

- (1738). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Livro V.

Armstrong, S. (2012). *Collegia* and mortuary archaeology: identifying the non-elite of the Roman Empire. *Journal of the Manitoba Anthropology Students Association*, 30, 1-16 <<http://umanitoba.ca/publications/openjournal/index.php/mb-anthro/article/view/128>>

Arquivo Distrital de Braga (2010). *Arquivo da Casa do Avelar - Estudo orgânico e catálogo*. Braga, Universidade do Minho.

Badey, S.; Chimier, J-P & Linger-Riqueier, S. (2016). Expérimentation d'une méthode d'enregistrement du mobilier céramique en contexte funéraire avec un SIG: l'exemple de l'ensemble 1 de la nécropole de la Haute-Cour à Esvres-sur-Indre (indre et Loire). In L. Rivien (Dir.) *Actes du congrès de'Autun 5 – 8 mai 2016 – La céramique en contexte funéraire: approches multiples e actualités des recherches céramiques*, 37-44. Marselha: SFECAG.

Baldassarre, I. (2002). La necropolis dell'Isola Sacra. In D. Vaquerizo Gil (Ed.). *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 11-26. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Barroca, M. (1987). Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV. Trabalho apresentado no âmbito das provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica (texto policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Bassett, S. (1995). *Death in towns – Urban responses to dying and the dead, 100-1600*. Leicester: Leicester University Press.

Beard, M. (2010). Cidade dos mortos, *Pompeia o dia-a-dia da mítica cidade romana (383-388, Cap.5)*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Bejarano Osorio, A. (1996). Tipología de las sepulturas en las necrópolis tardorromanas-cristianas de Mérida: Evolución de los espacios funerarios. *Mérida Excavaciones Arqueológicas - Memoria*, 341-357.

Bel, V. (1996). Étude spatiale de sept incinérations primaires gallo-romaines de la région lyonnaise. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, 8 (3-4), 207-222
<https://www.persee.fr/doc/bmsap_0037-8984_1996_num_8_3_2443>

Bel, V., Barberan, S.; Christol, M.; Contério, M., Figueiral, I.; Forest, V.; Gafà, R.; Manniez, Y. & Rouquet, J. (2016a). Deux ensembles funéraires d'époque romaine : Avenue Jean-Jaurès à Nîmes (Gard) – Deuxième partie. *Revue Archéologique de Narbonnaise. Suppléments*, 44, 54-190.

Bel, V., Blaizot, F.; Bonnet, C.; Gagnol, M.-É.; Georges, P.; Gisclon, J.-L. ; Lisfranc, R.; Richier, A. & Wittmann, A. (2009). L'étape de la crémation: les bûchers funéraires. In F. Blaizot (Dir), *Pratiques et espaces funéraires de la Gaule durant l'Antiquité - Gallia 66.1*, 89-150. Paris: CNRS Editions.

Bel, V.; Garnier, N.; Barberan, S. & Forest, V. (2016). Les analyses chimiques organiques : une nouvelle piste d'étude des pratiques funéraires. In L. Rivien (Dir.), *Actes du congrès d'Autun 5 – 8 mai 2016 – La céramique en contexte funéraire : approches multiples e actualités des recherches céramiques*, 27-36. Marselha: SFECAG.

Beltrán Fortes, J. (2002). La arquitectura funeraria en la Hispania meridional durante los siglos II a.C. – I d.C. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 233-258. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Bendala Galán, M. (1991). El banquete funerario en el mediodía hispano: una observación. In J.M. Blásquez & S. Montero (Coords.), *Alimenta. Estudios en homenaje al Dr. Michel Ponsich, Anejos de Gérion*, II, 181-186 <<http://revistas.ucm.es/index.php/GERI/article/view/GERI9191220181A>>

- (2002). *Virtus y Pietas* en los monumentos funerarios de la Hispania romana. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 67-85. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

- (2002a). Perduraciones y romanización en *Hispania* a la luz de la arqueología funeraria: notas para una discusión. *AEspA*, 75, 137-158 <<http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/viewArticle/132>>

- (2015). Morir en las ciudades hispanorromanas de la Bética. Perduraciones y romanización cuarenta años después. In F. Prados Martínez & H. Jiménez Viálas, (Eds.) *La Muerte en Baelo – Necrópolis y ritual en el confín del Imperio romano - Seria Arqueología*, 31-44. Cádiz: Publicacions Universitat d'Alicant e de la Universitat de Cádiz.

Bernardes, J. (2017). A transformação do espaço funerário no ocidente entre os seculos IV e VI. Ambiguidades e *loci sepulturae* em espaços rurais do sul da Lusitânia: o caso dos templos. In C. Teixeira & A. Carneiro (Coords), *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média - Serie Humanitas Supplementum Estudos Monográficos*, 367-386. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42129/3/A%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20funer%C3%A1rio%20no%20ocidente.pdf>>

Bernardes, J., Fernández Sutilo, L., Campos Carrasco, J. & Pereira, C. (2014). El mundo funerario del Extremo Suroccidental de *Hispania* a través de dos ciudades: *OSSONOBA versus ONOBA*. *Revista ONOBA*, 2, 127-147 <<http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8156>>

Binford, L. (1962). Archaeology is Anthropology. *American Antiquity*, 28 (2), 217-225.

- (1968). Historical versus Processual Archaeology. *Southwestern Journal of Anthropology*, 24 (3), 267-275.

- (1971). Mortuary Practices: Their Study and Their Potential. *Memoirs of the Society for American Archaeology*, 25, 6-29.

Blaizot, F. (2007). Les stratégies d'intervention en contexte de crémation. In A. Ferdière (Dir.), *Archéologie funéraire - Collection Archéologiques*, 147-152. Arles : Éditions Errance.

- (2009). Rites et pratiques funéraires à *Lugdunum* du I^{er} au IV^e s. In C. Goudineau (Dir.), *Rites funéraires à Lugdunum*, Chapitre 6, 155-157, 161, 164-174, 177-178, 183-185. Paris Editions Errance.

Blaizot, F.; Bel, V.; Bonnet, C.; Cabanis, M.; Caillat, P.; Orengo, L. & Wittmann, A. (2009). Les méthodes de l'archéo-anthropologie funéraire. In C. Goudineau (Dir.), *Rites funéraires à Lugdunum*, Annexe I, 205-227. Paris: Éditions Errance.

Blaizot, F.; Bel, V.; Bonnet, C.; Deberge, Y.; Wittmann, A.; Barberan, S. & Tranoy, L. (2007). Inhumation and cremation in Roman Gaul: continuity or discontinuity of burial practices. In H. Faber; P. Fasold; M. Struck & M. Witteyer (Dir.), *Körpergräber des 1. – 3. Jahrhunderts in der Römischen Welt Colloque de Franckfort, 19-20 novembre 2004, Schriften des Archäologischen Museums Frankfurt*, 21, Franckfort, 2007, 305-321. Germany-Franckfort <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01739470>>

Blaizot, F.; Bel, V.; Bonnet, C.; Wittmann, A.; Georges, P.; Gisclon, J.-L.; Tranoy, L. & Vieugué, J. (2009a). Structures secondaires et structures accessoires. In F. Blaizot (Dir.), *Pratiques et espaces funéraires de la Gaule durant l'Antiquité - Gallia 66.1*, Chapitre IV, 175-251. Paris : CNRS Editions.

Blaizot, F.; Bel, V.; Bonnet, C.; Wittmann, A.; Laurence, V.; Deberge, Y.; Georges, P. & Gisclon, J.-L. (2009b). La pratique de l'inhumation. In F. Blaizot (Dir.), *Pratiques et espaces funéraires de la Gaule durant l'Antiquité - Gallia 66.1*, Chapitre I, 15-87. Paris : CNRS Editions.

Blaizot, F. & Bonnet, C. (2010). L'identité des pratiques funéraires romaines : regard sur le centre et sud-est de la Gaule. In P. Ouzoulias & L. Tranoy (Dir.), *Comment le Gaules devinrent romaines*, 267-279. Paris: INRAP/Éditions La Découverte.

Bodel, J. (2000). Dealing with the dead - Undertakers, executioners, and potter's fields in ancient Rome. In V. Hope & E. Marshall (Eds.), *Death and Disease in the Ancient City*, Chapter 10, 128-151. London/New York: Routledge <https://www.academia.edu/3052122/Dealing_with_the_Dead_Undertakers_Executioners_and_Potters_Fields_in_Ancient_Rome_-_2000>

- (2014). The life and death of ancient roman cemeteries: living with the dead in imperial Rome. In C. Haüber; F. Schütz & G. Winder (Eds.), *Reconstruction and the Historic City – an interdisciplinary approach - Band 6*, 177-195. München: Ludwig-Maximilians-Universität München.

Bonnet, C. (2016). Le céramologue au service des problématiques funéraires : approche d'une méthode globale. In L. Rivien (Dir.) *Actes du congrès de 'Autun 5 – 8 mai 2016 – La céramique en contexte funéraire : approches multiples e actualités des recherches céramiques*, 13-26. Marselha: SFECAG.

Borg, B. (2011). 2. What's in a tomb: roman death public and private. In J. Andreu; D. Espinosa, David & S. Pastor (Coord.), *MORS OMNIBVS INSTAT – Aspectos arqueológicos, epigráficos y rituales de la muerte en el Occidente romano*, 51-78. Madrid: Cima Press
<https://www.academia.edu/25524706/Borg_Barbara_2011._Whats_in_a_Tomb_Roman_Death_Public_and_Private_in_J_Andreu_D_Espinoza_and_S_Pastor_eds_Mors_Omnibus_Instat_51-78>

Bouby, L. & Marival, P. (2004). Fruits and seeds from Roman cremations in Limagne (Massif Central) and the spatial variability of plant offerings in France. *Journal of Archaeological Science*, 31, 77–86 <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305440303001018>>

Bourque, N. (2000). An anthropologist's view of ritual. In E. Bisphany, & C. Smith (Eds.), *Religion in archaic and republican Rome and Italy – Evidence and Experience*, Chapter 2, 19-33. London/Chicago: FitzRoy Daerborn Publishers.

Braga, C. (2010). *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*. Tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 333 pgs
<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13913>>

- (2011). Intervenção arqueológica no LSF em Braga. In J. Carvalho, (Coord.), *LSF – Liberdade Street Fashion - Conceito inovador de lojas de rua e retalho comercial em Portugal*, 249-277. Porto: Imoedições.

- (2014). A new sector of Via XVII necropolis in *Bracara Augusta*: the High Empire phase. In J. M. Álvares; T. Nogales & I. Rodá (Eds.), *Actas de XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico, Session 10 - Las necrópolis y los monumentos funerarios en Grecia y Roma*, 1253-1257. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41263>>

- (2015). Entre a vida e morte: rituais funerários e espaços sepulcrais em *Bracara Augusta*. In G. Silva; L. Leite; E. Silva & B. Neto (Orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, 124-139. Vitória: GM Editores.

- (2017). Historiografía de los estudios de las necrópolis de *Bracara Augusta*. In M. Ayarzagüena Sanz; G. Mora & J. Salas Álvarez (Eds.), *150 años de Historia de la Arqueología – Teoría y método de una disciplina, Memorias de la Sociedad de Historia de la Arqueología III*, 143-155. Madrid: Sociedad Española de Historia de la Arqueología.

- (prelo). Rituais, usos e paisagens funerárias da necrópole da Via XVII em Braga. *História Antiga: relações. paisagens urbanas, rurais e sociais*, Vol. II, 115-131. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- (prelo a). Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*? *Atas do II Congresso Internacional As Cidades e a História*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Braga, C.; Marado, L.; Torres, A.; Luís, S. & Luís F. (2017). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Liberdade Street Fashion (Núcleos Arqueológicos da rua do Raio e rua Dr. Gonçalo Sampaio – Braga)*, Braga: UAUM (Relatório policopiado).

Braga, C.; Martins, M. (2015). *Bracara Augusta*: rituais e espaços funerários. *Férvedes*, 8, 301-310.

- (2016). The funerary topography of the Via XVII necropolis in Late Antiquity (Braga). In F. Sabaté & J. Brufal (Dir.), *Arqueologia medieval Hàbitats medievals – Agira*, VIII, 17-34.

Bugalhão, J.; Arruda, A.; Sousa, E. & Duarte, C. (2013). Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, 243-275.

Cabanis, M. (2009). Les dépôts de viande. In C. Goudineau (Dir.) *Rites funéraires à Lugdunum*, 159. Paris : Éditions Errance.

- (2009a). Les dépôts végétaux et préparations alimentaires. In C. Goudineau (Dir.) *Rites funéraires à Lugdunum*, 160. Paris: Éditions Errance.

Caetano, J. C. (2002). Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitânia romana. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 313-334. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Carroll, M. (2006). Memory and Commemoration. In A. Bowman & A. Cooley (Eds.), *Spirits of the Dead Roman Funerary Commemoration in Western Europe*, Chapter 2, 30-58. Oxford: Oxford University Press.

- (2007/2008). 'Vox tua nempe mea est' Dialogues with the dead in Roman funerary commemoration. *Accordia Research Papers*, 11, 37-80.

- (2011). 'The mourning was very good'. Liberation and liberality in roman funerary commemoration. In V. Hope & J. Huskinson, (Eds), *Memory and Mourning studies in Roman Death*, Chapter 8, 126-149). Oxford: Oxbow Books.

- (2011a). Infant death and burial in Roman Italy. *Journal of Roman Archaeology*, 24, 99-120.

Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarense*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Vols. I/II <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8755>>

- (2012). Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de *Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis)*. *AEspA*, 85, 149-166 <<http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/202>>

- (2016). *Bracara Augusta* e as transformações do território. Homogeneização e diversidade. In M. Dopico Caínzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), *Clausus est Ianus Augusto e a transformación do noroeste hispano, PHILTÁTE 1 Studia et acta antiquae Callaeciae*, Vol. I, 285-397. Lugo: Servizo de Publicacións da deputación de Lugo <https://www.academia.edu/34919473/Carvalho_H._2016._Bracara_Augusta_e_as_transformações_do_território_Homogeneização_e_diversidade_Bracara_Augusta_and_the_Transformation_of_the_Territory_Homogeneity_and_Diversity>

- (no prelo). Centurição e reciclagem das formas cadastrais na periferia de *Bracara Augusta*. Roma Nata, Per Italiam Fusa - In Provincias Manat. *La ciudad romana en el noroeste: nuevas perspectivas*. Lugo: Deputación de Lugo.

Carvalho, Teresa (2008). As necrópoles de Monte Mozinho: resultados preliminares. *Oppidum*, Número Especial, 83-113.

- (2009-2010). Análise da *Terra Sigillata*: Necrópole de Monteiras (Bustelo-Penafiel). *Cadernos Museu*, 12/13, 247-267.

- Chapa Brunet, T. (1990). La arqueología de la Muerte: planteamientos, problemas y resultados. In D. Vaquerizo (Coord.), *Cultura Pueblo a Pueblo - Seminario de Arqueología de la Muerte: metodología y perspectivas actuales*, 13-38. Córdoba: Diputación Provincial de Córdoba.
- Chapman, R. (2000). Postprocessual Archaeology. In L. Ellis (Ed.) *Archaeological Method and Theory – An encyclopedia*, Vol. 1707, 494-499. London/New York: Garland Publishing Inc.
- (2003). Death, society and archaeology: the social dimensions of mortuary practices. *Mortality*, 8 (3), 305-312.
- Coimbra, F. (2009). Trísceles, tetrásceles e motivos afins em elementos arquitectónicos castrejos. *Revista Aqvae Flaviae*, 41, 253-267.
- Conant, E.B. (1928). The Laws of the Twelve Tables. *Washington University Law Review*, 13 (4), 231-245.
- Cooremans, B. (2008). The roman cemeteries of Tienen and Tongeren: results from the archeobotanical analysis of the cremation graves. *Vegetation History and Archaeobotany*, 1, 3-13.
- Cortesão, F. (2007). Abordagem ao ritual funerário da cremação. *Al-madan*, IIª série, 15, 40-48.
- (2009-2010). Análise antropológica: restos ósseos cremados da necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel). *Cadernos Museu*, 12/13, 223-246.
- Corzo, R. (1992). Topografía y ritual en la necropolis de Cadiz. *Spal*, 1, 263-292.
- Costa, A. J. (1997). *O Bispo D. Pedro e a organização da Igreja de Braga*, Vol. I. Braga.
- Cruz, M. (2009). *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9883>>
- (2009a). *Vitra Vitri – O vidro antigo em Portugal*. Lisboa: Lab. Oficina de Design.
- (2011). Fragmentos de vidro, fragmentos de memória - Aproximação à actividade vidreira em *Bracara Augusta*. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 2, 83-94 <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10404.pdf>>
- (2012). L'atelier des CTT à *Bracara Augusta* (Braga, Portugal). Nouveau regard sur la production verrière du nord-ouest hispanique. *Bulletin Association française pour l'archéologie du verre 2012*, 40-44 <<http://www.afaverre.fr/pdf/bull2012/08-article%20mario%20da%20cruz.pdf>>

- Cunha, A. (1953). Novíssimas inscrições romanas de Braga, *Bracara Augusta*, 4 (25), 242-252.
- (1953a, 15 de outubro). Necrópole romana em Braga. *Correio do Minho*.
 - (1967, 2 de julho). Relíquias de *Bracara Augusta*. *Correio do Minho*.
 - (1971, 20 de outubro). Relíquias de *Bracara Augusta*. *Correio do Minho*.
- Cunha, A. (1995). *Trabalhos de escavação no Campo da Vinha – relatório da intervenção no sector I*, Gabinete de Arqueologia. Braga: CMB (Relatório policopiado).
- (2004). *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Avenida da Liberdade n.º745*, Gabinete de Arqueologia. Braga: CMB (Relatório policopiado).
 - (2008). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos Edf.ºs n.º111 a 119, Rua do Souto, Freguesia de S. João de Souto*, Gabinete de Arqueologia. Braga: CMB (Relatório policopiado).
 - (2014). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos arranjo urbanístico da Rua de São Victor – Largo Senhora-à-Branca; Avenida Central – Praça da República e Rua dos Chãos / Rua de São Vicente – Praça Alexandre Herculano (Largo dos Penedos) Freguesias de S. Victor e S. Vicente*, Gabinete de Arqueologia. Braga: CMB (Relatório policopiado).
- Cunha, A., D'Encarnação, J. & Lemos, F. (2005). Ara aos *Lares Viales*, de *Bracara Augusta*. *Forum*, 37, 147-155.
- Cunha, A.; Martins, M.; Magalhães, F.; Braga, C.; Peñin, R.; Ribeiro, J.; Fernández, A. & Mendes, D. (2014). Relatório Final da intervenção da Rua D. Afonso Henriques, 42-56 (Braga). *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho – TAUUM*, 48, 4-852 <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/32419>>
- Cunha, M. (2008). As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz) – Do Mundo Romano à Antiguidade Tardia. *O Arqueólogo Português*, Suplemento 4, Museu Nacional de Arqueologia, 9-246.
- Deforce, K. & Haneca, K. (2011). Firewood selection in Roman cremation rituals in Northern Gaul: ritual, functional or opportunistic. *SAGVNTVM EXTRA*, 11, 193-194 <https://www.researchgate.net/publication/268270607_Firewood_selection_in_Roman_cremation_rituals_in_Northern_Gaul_ritual_functional_or_opportunistic>

- (2012). Ashes to ashes. Fuelwood selection in Roman cremation rituals in northern Gaul, *Journal of Archaeological Science*, 39, 1338-1348 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305440311004717>>

Delgado, M. (1984). Sepultura romana encontrada junto ao largo Carlos Amarante – Braga. *Lucerna*, Número extraordinário, 179-187.

Delgado, M.; Martins, M. & Lemos, F. (1987). Escavações de emergência na necrópole da Cangosta da Palha. *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, 179-182 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10378>>

- (1989). Dossier – Salvamento de *Bracara Augusta* (1976-1989), *Forum*, 6, 3-39 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13335>>

Delgado, M.; Morais, R. & Ribeiro, J. (Colab.) (2009). Guia das cerâmicas de produção local de *Bracara Augusta*. CITCEM/Braga: ESAG <<http://www.exofficinahispana.org/Articulos%20y%20Comunicaciones/B00082.pdf>>

Depierre, G. (2015, 1 de julho). *L'étude des crémations : méthodes de fouilles mises en place sur le terrain et leur adaptation en fonction des structures et des problématiques*. Comunicação apresentada no curso de formação “Protocolos d'intervention en archéologie funéraire”, Bordéus - França.

Dias, L. (1993/94). Necrópoles no *Territorium* de *Tongobriga*. *Conimbriga*, XXXII/XXXIII, 107-136.

- (1997). *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.

Díaz, C. (2014). Concilios y obispos en la Península Ibérica (siglos VI-VIII). *Chiese locali e chiese regionali nell'Alto Medioevo*, LXI, 1095-1158.

Dopico Caínzos, M^a (2006). Política imperial y romanización: el papel del emperador Augusto en la transformación de los pueblos indígenas del noroeste hispano. *Gallaecia*, 25, 427-443 <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1997666>>

Duarte, C. (2003). Bioantropologia. *Paleoecologia Humana e Arqueociências*, Cap.7, 263-296. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/29/8.pdf>>

Edmondson, J. (2004). Los monumentos funerarios como espejo de la sociedad emeritense: secretos y problemas sociofamiliares a la luz de la epigrafía. In T. Nogales Basarrate (Ed.) *Augusta Emerita Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*, Capítulo III, 341-371. Mérida: Ministerio de Cultura Museo Nacional de Arte Romano Fundación de Estudios Romanos

- (2006). Granite funerary *stelae* from Augusta Emérita. *Monografías Emeritenses*, 9, 23-73 <https://www.academia.edu/5133560/Granite_Funerary_Stelae_from_Augusta_Emerita._Jonathan_Edmondson>

Edmondson, J.; Nogales Basarrate, T. & Trillmich, W. (Eds.) (2001). Imagen y Memoria – Monumentos funerarios con retratos en la *Colonia Augusta Emerita*. Madrid: Real Academia de la Historia e Museo Nacional de Arte Romano.

d'Encarnação, J. (1997). *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*. Coimbra: Instituto de Letras da Faculdade de Coimbra.

Esteves, A. (2016). *Contributo para o estudo das lucernas romanas de produção local/regional no Norte de Portugal*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 923 pgs (Vol. I/II).

Fabião, C. (1994). Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penélope*, 13, 147-162 <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10874>>

Fabião, C.; Dias, M. & Cunha, M. (Colab.) (2008). Sit Tibi Terra Levis. *Rituais Funerários Romanos e Paleocristãos em Portugal - Catálogo de Exposição*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Fabião, C.; Guerra, A.; Laço, T.; Melro, S. & Ramos, A. (1998). Necrópole romana do Monte Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (1), 199-220.

Fernandes, T.; Paredes, J.; Rebocho, L.; Lopes, M. & Janeirinho, V. (2012). Área funerária romana em Évora: dos restos ósseos aos rituais funerários. *Antropologia Portuguesa*, 29, 183-201 <https://digitalis.uc.pt/es/artigo/area_funeraria_romana_em_evora_dos_restos_ossesos_aos_rituais_funerarios>

Fernández Fernández, A. (2008). Cerámicas del mundo castrejo del NO Peninsular. Problemática y principales producciones. In D. Bernal Casasola & A. Ribera i Lacomba (Eds.), *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, 221-243. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

Fernández Sutilo, L. (2016). *Espacios y usos funerarios en Onoba y su área de influencia entre los siglos II a.C.-VII d. C.*. Tese de doutoramento, Universidad de Huelva, Huelva, 803 pgs (Vol.I) <<http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/12805>>

Ferreira, J. (2012). *O povoamento no vale do rio Este do Neolítico à Idade Média: estudo preliminar*. Tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 145 pgs <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23257>>

Ferreira, O. & Andrade, R. (1966). A necrópole de Valdoca (Aljustrel). *Conímbriga*, V, 1-6.

Figueiral, I.; Fabre, L. & Bel, V. (2010). Considerations on the nature and origin of woodfuel from gallo-roman cremations in the Languedoc region (Southern France). *Quaternaire*, 21(3), 325-331 <https://www.researchgate.net/publication/278821280_Considerations_on_the_nature_and_origin_of_woodfuel_from_gallo-roman_cremations_in_the_Languedoc_region_southern_France_Reflexions_sur_la_nature_et_lorigine_des_bois_utilisees_dans_la_cremation_gall>

Figueiredo, A. (2001). Death in Roman Iberia: Acculturation, resistance and diversity of beliefs and practices, *Era – Arqueologia Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*, 3, 91-107 <https://www.academia.edu/7321583/Death_in_Roman_Iberia_Acculturation_resistance_and_diversity_of_beliefs_and_practices_ERA_3_2001_>

Fontes, L. (1993). Inventários de Sítios Arqueológicos de Concelho de Braga. *Mínia*, 3ª série, 1, 31-88.

- (2008). A igreja sueva de São Martinho de Dume - Arquitectura cristã antiga de Braga e na antiguidade tardia do Noroeste de Portugal. *Revista de História da Arte*, 6, 163-181 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16894>>

- (2009). O período suévico e visigótico e o papel da igreja na organização do território. *Minho, Traços de Identidade*, 272-295 <https://www.academia.edu/5571984/O_PERÍODO_SUÉVICO_E_VISIGÓTICO_E_O_PAPEL_DA_IGREJA_NA_ORGANIZAÇÃO_DO_TERRITÓRIO>

- (2017). Entre pagãos e cristãos: a sacralização da paisagem bracarense na Antiguidade Tardia. In S. Gilvan; S., Érica & N., Belchior (Org.), *Espaços do sagrado na cidade antiga*, 226-244. Vitória: GM Editora <https://www.academia.edu/35729900/PagãosCristãos_Sacralização_PaisagemBracarenseAntiguidadeTardia_2017.pdf>

- (no prelo). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados na rua 25 de Abril, Braga*, UAUM, Braga.

Fontes, L. & Braga, C. (2014/2015). Núcleos arqueológicos do Liberdade Street Fashion, Braga. *Forum*, 49-50, 71-84.

Fontes, L.; Lemos, F. & Cruz, M. (1997/98). *Mais Velho que a Sé de Braga - intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, 137-164 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10299>>

Fontes, L.; Martins, M.; Ribeiro, M. & Carvalho, H. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In A. García (Coord.), *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)*, 255-262. Toledo: *Toletum* Visigodo <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13377>>

Fontes, L.; Martins, M.; Vilas Boas, C.; Braga, J.; Sendas, J. & Magalhães, F. (2008). Escavações Arqueológicas no Quarteirão dos Antigos CTT (Braga), Resultados Preliminares. *Al-madan*, 16 (IIª série), 5-9 <https://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_16>

Fontes, L.; Martins, M. & Andrade, F. (2010a). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados Quarteirão dos CTT – Interligação túnel Avenida da Liberdade*, Braga: UAUM (Relatório policopiado).

Fontes, L.; Martins, M.; Sendas, J.; & Catalão, S. (2010b). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados na ampliação do túnel da Avenida da Liberdade*, Braga: UAUM (Relatório policopiado).

Fontes, L.; Vilar, B.; Carvalho, H. & Ribeiro, J. (2009a). *Coleção de Epigrafia e de Arquitectura Antigas – Vol. II (séculos I a.C – VII d.C.)*. Braga: IHAC – Instituto de História e Arte Cristãs/Arquidiocese de Braga.

Fortes, J. (1908). Necrópole lusitano-romana da Lomba (Amarante). *Portugália*, 2, 252-262.

– (1908a). Casa e necrópole lusitano-romanas de Vilarinho (Amarante). *Portugália*, 2, 477 – 478.

Fuentes Hinojo, P. (2006). Sociedad urbana, cristianización y câmbios topográficos en la *Hispania* tardoromana y visigoda (siglos IV-VI). *Studia Historica. Historia Antigua*, 24, 257-286 <<http://revistas.usal.es/index.php/0213-2052/article/view/5965>>

Gamito, T. (2005). The celts in Portugal. *Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, 6, 571-605
<https://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6_11/gamito_6_11.pdf>

García-Ferrer, A. & Sánchez de la Orden, M. (2002). Ejemplo de metodología informática aplicada al estudio del mundo funerario en *Colonia Patricia Corduba*. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 201-210. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

García-Gelabert Pérez, M.P. & Blázquez Martínez, J. M. (2006). Iconografía de las estelas funerarias del noroeste de la Península Ibérica. *O Arqueólogo Português*, Suplemento 3, 93-130.

García Matamala, B. (2002). Enterramientos con urnas de tradición indígena en *Corduba*. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 275-295. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

García Prósper, E. (2001). Algunos apuntes sobre las prácticas funerarias de época romana en *Valentia*. *SAGVNTVM*, 33, 75-34.

- (2015). *Los ritos funerarios de la necrópolis romana de la calle Quart de Valencia (siglos II a.C. - III d. C.)*. Tese de doutoramento, Universitat de València, València, 722 pgs
<<https://helvia.uco.es/handle/10396/3580>>

García Prósper, E.; Polo Cerdá, M.; Romero Rameta, A. & Iborra, P. (2010). Rituales alimentarios y economía de subsistencia en las tumbas de cámara de la necrópolis romana de La Calle Quart de VALENTIA (SS. II A. C. - III D. C.). *SAGVNTVM EXTRA*, 9, 233-242.

García Prósper, E. & Polo Cerdá, M. (2007). Propuesta de recogida de datos bioantropológicos en los estudios de cremaciones romanas. In F. Barca Durán & J. Jiménez Àvillla (Eds.), *Enfermedad, Muerte y Cultura en Las sociedades del pasado. Importancia de la contextualización en los Estudios Paleopatológicos*, Vol. I, 221-230. Cáceres: Fundación Academia Europea de Yuste.

García Prósper, E. & Guérin, P. (2002). Nuevas aportaciones en torno a la necrópolis romana de la Calle Quart de Valencia (s. II a.C.-IV d.C.). In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 203-215. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Garralda, M. D. & Cabellos, T. (2002). Bioantropología de la población de la *C. P. Corduba*. Primeiros resultados. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 373-391. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Garrido Elena, A.; Mar, R. & Martins, M. (2008). *A Fonte do Ídolo*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Gonçalves, D. (2007). *FUNUS Recomendações para a escavação e análise em laboratório de cremações em urna*. Tese de mestrado. Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 225 pgs <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/30654>>

Gonçalves, D.; Duarte, C.; Costa, C.; Muralha, J.; Campanacho, V.; Costa, A. & Angellucci, D, (2010). The roman cremation burials of Encosta de Sant'Ana (Lisbon), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 13, 125-144 <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21174>>

González Ruibal, A. (2006). Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C - 50 d.C.), *Brigantium*, Vol.18. Coruña: Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón a Coruña <<http://digital.csic.es/handle/10261/26367>>

González Villaescusa, R. (2001). *El mundo funerario romano en el País Valenciano – Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C – VII d. de C.* Madrid/Alicante: Casa de Velázquez, Instituto de Cultura “Juan Gil-Albert”.

Gros, P. (2001). L'Architecture Romaine - du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire. In G. Nicolini, (Dir.), *Maisons, palais, villas e tombeaux - Les Manuels d'Art et d'Archéologie Antiques*, Vol. II, 379-467. Paris : Picard.

Guerra, A. (2001). Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística. *Era-Arqueologia*, 3, 150-164 <https://www.academia.edu/3406123/Resistência_à_aculturação_no_Ocidente_hispânico_Defesa_do_território_e_identidade_linguística>

Guiral Pelegrin, C. (2002). Tumbas pintadas en la Hispania Romana. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 81-104. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Guiral Pelegrin, C. & Zarzalejos Prieto, M. (2010). Tema 16 - Arqueología de la Muerte en el Mundo Romano. In M. Zarzalejos Prieto, C. Guiral Pelegrín & M. Nicolás Pedraz (Eds.). *Historia de la Cultura Material del Mundo Clásico*, 431-454. Madrid: Colección Grado.

Gurt Esparraguera, J. & Sánchez Ramos, I. (2010). Topografía cristiana en Hispania durante los siglos V y VI. In J. Morín de Pablos; J. López Quiroga & T. A. Martínez (Eds.), *Zona Arqueológica - Tiempo de los "Bárbaros". Pervivencia y Transformación en Galia e Hispania (ss. V-VI d. C.)*, 11, 321-345.

- (2010a). Espacios sacros y espacios funerarios en la ciudad tardoantigua. La situación en Hispania. In A. García (Coord.), *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo entre los siglos VI-VII*, 15-29 <https://www.academia.edu/4277372/Espacios_sacros_y_espacios_funerarios_en_la_ciudad_tardoantigua._La_situaci%C3%B3n_en_Hispania>

Gutiérrez Lloret, S. (1997). *Arqueología. Introducción a la historia material de las sociedades del pasado*. España : Publicaciones de la Universidad de Alicante.

Hanut, F. (2014). La conception de la mort chez de Romains. In F. Hanut & D. Henrotay (Dirs.), *Du bûcher à la Tombe – Les nécropoles gallo-romaines à incinération en Wallonie*, 18-21. Namur: Institut du Patrimoine wallon.

Härke, H. (2014). Grave goods in early medieval burials: messages and meanings. *Mortality*, 13, 1-19 (proof only).

Heiss, A.; Pouget, N.; Wiethold, J.; Delor-Ahü, A. & Le Goff, I. (2015). Tissue-based analysis of a charred flat bread (*galette*) from a Roman cemetery at Saint-Memmie (Dep. Marne, Champagne-Ardenne, north-eastern France). *Journal of Archaeological Science*, 55, 71-82 <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305440314004750>>

Hernando Gonzalo, A. (1992). Enfoques teóricos en Arqueología. *Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*, 1, 11-35 <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=176590>>

Hodder, I. (1988). *Interpretación en Arqueología - Corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Crítica.

- (1991) The postprocessual debate. In R. Preucel (Ed.), *Processual and Postprocessual Archaeologies - Occasional Paper*, 10, 30-41.

Hope, V. M. (1997). Constructing Roman identity: funerary monuments and social structure in the roman world. *Mortality: promoting the interdisciplinary study of death and dying*, 2(2), 103-121 <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713685858>>

- (2000). Contempt and Respect: The Treatment of the Corpse in Ancient Rome. In V. Hope & E. Marshall (Eds.), *Death and Disease in the Ancient City*, Chapter 9, 104-127. London/New York: Routledge.

- (2001). Constructing identity: the roman funerary monuments of Aquileia, Mainz and Nimes. *British Archaeological Reports International Series*, Series 960, 1-14 (Pre-page proofs).

- (2003). Trophies and tombstones: commemorating the roman soldier. *World Archaeology*, 35 (1), 79-97.

- (2007). *Death in Ancient Rome - A sourcebook*. London/New York: Routledge.

- (2009). *Roman Death*. London: Continuum.

Jantarada, I. (2016). *Recriação histórica: a Citânia de Briteiros - estudo de caso*. Tese de mestrado, Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 153 pgs.

Jiménez Díez, A. (2002). Necrópolis de época republicana en el Mediodía peninsular: “romanización” y sentimientos de identidad étnica. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 217-232. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

- (2008). A critical approach to the concept of resistance: new “traditional” rituals and objects in funerary contexts of Roman *Baetica*. In C. Fenwick; M. Wiggins & D. Wythe (Eds.) *TRAC 2007: Proceedings of the Seventeenth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*, Oxford, 15-30 <https://www.researchgate.net/publication/320363036_A_Critical_Approach_to_the_Concept_of_Resistance_New_'Traditional'_Rituals_and_Objects_in_Funerary_Contexts_of_Roman_Baetica>

Jiménez Salvador, J.L. (2002). Últimas novedades con relación al mundo funerario romano en el Este y Sureste de Hispania (siglos II a.C. – IV d.C.). In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 181-202. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Jiménez Viálas, H. (2015). Paisajes de la Muerte en las ciudades romanas del estrecho. Necrópolis y espacios periurbanos altoimperiales. In F. Prados Martínez & H. Jiménez Vialás, (Eds.) *La Muerte en Baelo – Necrópolis y ritual en el confín del Imperio romano*, 65-80. Universidad de Cádiz e Universitat de d'Alacant, Seria Arqueologia.

Johnson, M. (2000). *Teoria arqueológica - Una introducción*. Barcelona: Ariel Historia.

Jolivet, V. & Rebillard, E. (2008). Les nécropoles de *Musarna* entre la fin de la République et l'époque tardo-antique, *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 68-80.

Jones, R. (1990). Burial customs of Rome and the provinces. In J. Wachter (Ed.) *The Roman World*, Vol. II, Chapter 34, 812-843). London/New York: Routledge.

Jones, S. (1997). The archaeological identification of peoples and cultures, *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*, Chapter 2, 15-39. London/New York: Routledge.

Laubry, N. (2008). La délimitation de l'espace funéraire. Les apports de l'épigraphie, *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 40-41.

- (2016). Les lieux funéraires dans la Rome ancienne : désignations et configurations (Ile s. av. n. è. - IIIe s. de n. è.). In M. Lauwers & A. Zémour, (Eds). *Qu'est-ce qu'une sépulture? Humanités et systèmes funéraires de la Préhistoire à nos jours*, 75-93. Antibes: HAL Archives-Ouvertes.fr <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01402175/document>>

Leite, J. (1997). *Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados no jardim da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1996*. Braga: UAUM (Relatório policopiado).

Leite, J.; Fontes, L.; Martins, M.; Tomé, J. & Mendes, D. (2012). Relatório Final da intervenção do edifício n.º 20-28 da rua Afonso Henriques e n.º 1-3 da rua de Santo António das Travessas (Braga). *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho – TAUUM*, 25, 4-449 <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19004>>

Lemos, F. (1998). *Bracara Dives*, capital da *Callaecia*. *Forum*, 23, 3-16 <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13361>>

- (1999). O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*. *Forum*, 25, 81-94.

- (2001). *Arredores de Bracara Augusta – escavações arqueológicas na necrópole de S. Vitor, no contexto da via romana para Aquae Flaviae*. *Forum*, 29, 9-38.

- (2002). *Bracara Augusta – A grande plataforma viária do noroeste da Hispania*. *Forum*, 31, 95-127.

- (2007/2008). *Antes de Bracara Augusta*. *Forum*, 42/43, 203-239.

Lemos, F.; Leite, M.I.; Bettencourt, A. & Azevedo, M. (2003). O balneário pré-romano de Braga. *Almadan*, IIª série, 12, 43-46 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/45432>>

Lemos, F.; Martins, M. & Delgado, M. (1995). A descoberta de *Bracara Augusta*: um projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal. *Forum*, 17, 53-60 <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13356>>

Lemos, F.; Martins, M.; Fontes, L.; Leite, J. & Cunha, A. (2002). A muralha romana de *Bracara Augusta*. *Gladius*, Anejos 5, 609-624.

Lepetz, S. & Van Andringa, W. (2001). Caractériser les rituels alimentaires dans le nécropole gallo-romaines – L`apport conjoint des os et des textes. *Bibracte Archéologie des pratiques funéraires Approches critiques*, 9, 161-169.

- (2008). La nécropole romaine de Porta Nocera à Pompéi, *Rome et ses Morts – L`archéologie Funéraire dans l`Occident Romain - Les Dossiers d`Archéologie*, 330, 58-65.

- (2011). *Publius Vesonius Phileros vivos monumentum fecit*: investigations in a sector of the Porta Nocera cemetery in Roman Pompeii. In C. Maureen & J. Rempel (Eds.), *Living through the dead: burial and Commemoration in the Classical World*, Chapter 6, 111-133. Oxford: Oxbow books <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01491310>>

Lindsay, H. (2000). Death-pollution and funerals in the city of Rome. In V. Hope & E. Marshall, (Eds.), *Death and Disease in the Ancient City*, Chapter 11, 152-172. London/New York: Routledge.

Livarda, A. (2013). Date, rituals and socio-cultural identity in the North-Western roman provinces. *Oxford Journal of Archaeology*, 32 (1), 101-117 <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ojoa.12004>>

Lobato, M. J. (1996). *A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova Gaia)*. Faculdade de Tese de mestrado Letras da Universidade do Porto, Porto: 125 pgs.

Lodwick, L. (2015). Identifying ritual deposition of plant remains: a case study of stone pine cones in Roman Britain. In T. Brindle, M. Allen, E. Durham & A. Smith (Eds.), *TRAC 2014: Proceedings of the Twenty-Fourth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*, (54–69). Oxford: Oxbow Books <http://centaur.reading.ac.uk/54473/1/Lodwick_2015_Identifying_ritual_deposition.pdf>

- (2017). Evergreen Plants in Roman Britain and Beyond: Movement, Meaning and Materiality. *Britannia*, 1-39 <http://centaur.reading.ac.uk/68336/1/Lodwick_Evergreen_plants_Roman_Britain.pdf>

López Quiroga, J. (2006). ¿Dónde vivían los "Germanos"? Poblamiento, hábitat y mundo funerario en el occidente europeo entre los siglos V y VIII. Balance historiográfico, problemas y perspectivas desde el centro del reino "Godo" de Toledo, *Zona Arqueológica*, 8 (2), 309-366 <https://www.academia.edu/1090484/Jorge_López_Quiroga_Dónde_vivían_los_Visigodos_Poblamiento_hábitat_ritual_y_mundo_funerario_en_el_Occidente_europeo._Balance_historiográfico_problemas_y_perspectivas_desde_el_centro_del_reino_godo_de_Toledo_>

- (2008). *In Habito Barbaro*: La Arqueología del mundo funerario, un equívoco indicador de identidad. In R. González Fernández (Dir.), *Gentes Barbarae. Los bárbaros, entre el mito y la realidad* – XXV, Capítulo V, 79-94. Murcia: Universidad de Murcia <www.um.es/cepoat/antiguedadycristianismo/wp-content/uploads/2017/12/antiguedadycristianismo_25.pdf>

- (2010). *Arqueología del mundo funerario en la Península Ibérica (siglos V –X)*. Madrid: Biblioteca Básica.

López Vilar, J. (2006). Les basíliques paleocristianes del *suburbi* Occidental de *Tarraco*. El temple septentrional i el complex martiral de Sant Fructuós. *Documenta*, nº44, I-II.

Lourenço, M. (2012). *Objetos do quotidiano de Bracara Augusta*. Tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 430 pgs <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23342>>

Lucretius (1948). *On the Nature of Things*, Tradução de Cyril Bailey. Oxford: Clarendon Press.

Lull, V. & Picazo, M. (1989). Arqueología de la muerte y estructura social. *Archivo Español de Arqueología*, 62, 5-20 <http://asome.uab.cat/LULLyPICAZO_1989_Arqueologia%20de%20la%20muerte.pdf>

MacGregor, G. (1994). Post-processual Archaeology: the Hidden Agenda of the Secret Agent. In I. MacKenzie (Ed.), *Archaeology Theory: Progress or Posture?*, 79-91. Aldershot: Avebery.

Machancoses López, M. (2016). Actualización de la topografía de las necrópolis de *Valentia*: siglos I-III D.C. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 27, 187-214
<<https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/6294>>

Maciel, J. (1996). *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

McKinley, J. (1994). *Spong Hill, VIII: The Cremations (East Anglian Archaeology – 69)*. Norfolk: Field Archaeology Division.

- (2015). In the Heat of the Pyre. In C. Schmidt & S. Symes (Eds.), *The Analysis of Burned Human Remains*, Chapter 10, 181-202.

Magalhães, F. (2010). *A arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. Tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 148 pgs.
<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13619>>

Marado, L. (2017). *Relatório preliminar de Antropologia Biológica Núcleo de necrópole da Via XVII (Bracara Augusta) Acrónimos BRA08CTT, BRA09CTT, BRA09TAVL e BRA16LSF - Perfil biológico e arqueotanatómico de contextos de cremação e inumação*. Braga (ver Anexo 2).

Marado, L. & Braga, C. (no prelo). Roman cremations of *Via XVII, Bracara Augusta* (preliminary analysis). Part I: Paleoanthropology and Archaeoethanatology. *Cadernos do Grupo de Estudos em Evolução Humana – GEEvH*.

- (no prelo a). Roman cremations of *Via XVII, Bracara Augusta* (preliminary analysis). Part II: Paleoanthropology and Archaeoethanatology. *Cadernos do Grupo de Estudos em Evolução Humana – GEEvH*.

Marado, L.; Braga, C. & Fontes, L. (2017, 1 de junho). *Diagénesse óssea na necrópole da Via XVII (Bracara Augusta): Identificação de fatores tafonómicos e ambientais na preservação óssea diferencial*. Comunicação apresentada nas IV Jornadas Internacionais Evolução dos Espaços Urbanos e seus territórios no Noroeste da Península Ibérica, Braga - Portugal.

Marco Simón, F. (2009). *TRADITE MANIBVS*: transferred death in magical rituals. In F. Marco Simón; F. Pina Polo & J. Remesal Rodríguez (Eds), *Formae Mortis: el tránsito de la vida a la muerte en las sociedades antiguas*, 165-189. Barcelona: Col·lecció Instrumenta.

- (2013). Ritual y espacios de memoria en la *Hispania Antigua*. *Acta Paleohispanica XI*, 13, 137-165.

Marinval, P. (1993). Etude carpologique d'offrandes alimentaires végétales dans les sépultures gallo-romaines : réflexions préliminaires. In A. Ferdière (Ed.), *Monde des morts, monde des vivants en Gaule rurale* (I^{er} s. av. J.-C. - V s. ap. J.-C), 6 supplément à la Revue Archéologique du Centre de la France, 45–65. <https://www.persee.fr/doc/AsPDF/sracf_1159-7151_1993_act_6_1_917.pdf>

Marquez Pérez, J. (1998). Aportaciones al estudio del mundo funerario em *Emerita Augusta. Mérida Excavaciones Arqueológicas*, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, Memória 4, 533-545.

Márquez Pérez, J. & Pérez Maestro, C. (2002). El primer *puticuli* documentado en *Augusta Emerita*: contextualización topográfica y cronológica. *Mérida Excavaciones Arqueológicas – Memoria*, 8, 525-547.

Martin, I. (2002). Enterramientos sarcófagicos de plomo en Córdoba. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano, Vol. II*, 311-324. Córdoba : Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Martin-Kilcher, S. (2008). Les pratiques funéraires en Gaule romaine, *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 92-99.

Martinez Peñin, R. (2015). Late Antiquity and early medieval ceramic wares in Braga (Portugal). In Peñin, Raquel (Ed.), *Braga and this territory between the fifth and the fifteenth centuries (47-64)*. Lleida/Braga: Espai/Temps <http://www.lasics.uminho.pt/citcempfp_clabat/wp-content/uploads/2015/08/13.-Martinez-Penin-Late-Antiquity-and-early-medieval.pdf>

Martinez Peñin, R. & Martins, M. (2016). Characterization of Late Antique and Early Medieval pottery production of the city of Braga and its territory, *Agira Colecció – Arqueologia Medieval Habitats Medievalls*, VIII, 53-67 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41643>>

Martins, C. (2008). *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais.

Martins, M. (1988). *O povoado fortificado de Lago, Amares*. Braga: Universidade do Minho - Unidade de Arqueologia (UAUM).

- (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho - Unidade de Arqueologia (UAUM).

- (1991). *O povoado de Santo Ovídeo (Fafe)*. Braga: Universidade do Minho - Unidade de Arqueologia (UAUM).

- (1991a). *Bracara Augusta: a memória de uma cidade*. *Cadernos de Arqueologia*, 8-9, 177-197.

- (1998). *Moldes de sítulas com decoração geométrica*. *Cadernos de Arqueologia*, 5, 23-33.

- (2000). *Bracara Augusta revisitada*. *Bracara Augusta*, vol. XLIX, 103 (116), 265-280.

- (2004). Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, Simulacra Romae. *Roma i les Capitals provincials de l'Occident (149-175)*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

- (2005). *As termas romanas do Alto da Cividade*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

- (2009). *Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo. In M. Dopico Cainzos; M. Villanueva Acuña; P. Rodríguez Alvarez & Cuba Rodríguez, P. (Coords.), *Do castro á cidade: a romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea: actas do curso de actualización sobre a romanización de Galiza*, 181-211. Lugo: Deputación de Lugo, Servizo de Publicacións.

- (2017). Espaços e representações do sagrado em *Bracara Augusta*. O contributo da arqueologia e da epigrafia. In *Colóquio Luso Brasileiro de Estudos Greco-latinos, Espaço, sagrado e festa na cidade antiga*, 245-264. Vitória, Brasil.

Martins, M. & Carvalho, H. (2010). *Bracara Augusta* and the changing rural landscape. In C. Corsi, & F. Vermeulen (Eds.), *Changing Landscapes the impact of Roman towns in the Western Mediterranean*, 281-298. Évora: Universidade de Évora, CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades.

- (2016). As transformações do território: *Bracara Augusta* e o seu cadastro. *Revista de Historiografía*, 25, 181-190 <<https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/3584>>

- (2017). A fundação de *Bracara Augusta* no contexto da política de Augusto. Urbanismo e povoamento rural. *Gerión*, 35, 723-743 <<https://revistas.ucm.es/index.php/GERI/article/viewFile/56170/50833>>

- (no prelo) The Roman city of *Bracara Augusta* (*Hispania Citerior Tarraconensis*): urbanism and territory occupation. *Agri Centuriati*, Itália.

Martins, M. & Delgado, M. (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, série II, Vol.6/7, 41-187.

- (1989/90a). História e Arqueologia de uma cidade romana: *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, série II, Vol.6/7, 12-40.

Martins, M. & Fontes, L. (2010). *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia romana. In R. González Villaescusa & J. Ruíz de Arbulo (Eds.), *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commun européen (111-124)*, Reims: Bulletin de la Société archéologique champenoise.

Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F. & Sendas, J. (2009). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade*. Braga: UAUM (Relatório policopiado).

Martins, M., Fontes, L. & Cunha, A. (2013). Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In J. Arnaud; A. Martins & C. Neves (Coords.), *Arqueologia em Portugal – 150 anos (81-88)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Martins, M. & Jorge, S. (1992). Substrato cultural das etnias pré-romanas no Norte de Portugal. In M. Almagro-Gorbea & G. Ruiz Zapatero (Eds.), *Paleoetnologia de la Península Ibérica, Complutum*, 2-3, 347-372.

Martins, M. & Lemos, F. (1997). Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, 9-21.

Martins, M.; Lemos, F. & Pérez-Lousada, F. (2005). O povoamento romano no território dos galaicos bracarenses. In C. Fernández Ochoa & P. García Díaz (Eds.), *Colóquio Internacional Unidad y Diversidad en el Arco Atlántico (259-276) - BAR IS1371*. Oxford: Archaeopress <<https://zenon.dainst.org/Record/000796522>>

Martins, M.; Magalhães, F.; Peñin, R. & Ribeiro, J. (2016). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. *Agira Colecció – Arqueologia Medieval Håbitats Medievals*, VIII, 53-67.

Martins, M.; Mar, R., Ribeiro, J. & Magalhães, F. (2013). A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*. In C. Ribeiro, & A. Melo (Coords.), *História da construção – Arquitetura e técnicas construtivas*, 41-74. Braga: CITCEM <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27274>>

Martins, M.; Meireles, J.; Ribeiro, M.; Magalhães, F. & Braga, C. (2011). A água e o património cultural da cidade de Braga. *Forum*, 46, 5-36.

Martins, M.; Ribeiro, J.; Magalhães, F. & Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In C. Ribeiro, & A. Melo (Coords.), *História da construção – Arquitetura e técnicas construtivas*, 29-68. Braga: CITCEM <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19522>>

Martins, M.; Ribeiro, J.; Magalhães, F.; Braga, C. & Ribeiro, M. (2017). O espaço construído de *Bracara Augusta* no Alto Império. In M. Dopico Cainzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), *Roma Nata, Per Italiam Fusa - Provincias Manat. La ciudad romana en el Noroeste: nuevas perspectivas – Philtáte 2*, 251-276. Lugo: Servicio de Publicacións de Deputación de Lugo.

Martins, M.; Ribeiro, J.; Mar, R.; Magalhães, F. & R. Martínez Peñin (2015). El teatro romano de *Bracara Augusta* y la urbanización del Noroeste Peninsular. *Férvedes*, 8, 321-330.

Martins, M. & Ribeiro M. (2010). Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar. In M. Martins; I. Freitas & M. Val Valdivieso (Coords.), *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*, 9-52. Braga: CITCEM <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19872>>

Martins, M.; Ribeiro, J. & Ribeiro, M. (2017a). Topografia e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*. In M. Dopico Cainzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), *Roma Nata, Per Italiam Fusa - Provincias Manat. La ciudad romana en el Noroeste: nuevas perspectivas – Philtáte 2 (203-226)*. Lugo: Servicio de Publicacións de Deputación de Lugo.

Masset, C. (2007). La mort aux périodes préhistoriques et protohistoriques (1 000 000 à - 750). In A. Ferdière (Dir.), *Archéologie funéraire - Collection Archéologiques*, 61-92. Arles: Éditions Errance.

Mateo Corredor, D. (2015). Las cerámicas y otros materiales del ambiente funerario baelonense, In F. Prados Martínez & H. Jiménez Viálas, (Eds.) *La Muerte en Baelo – Necrópolis y ritual en el confín del Imperio romano - Seria Arqueología*, 151-160. Cádiz: Publicacions Universitat d'Alicant e de la Universitat de Cádiz.

Matterne, V. (2008). Les végétaux dans les funérailles – l'exemple de la nécropole de Porta Nocera à Pompei. *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 66-67.

Matterne, V. & Derreumaux, M. (2008). A Franco-Italian investigation of funerary rituals in the Roman world, "les rite et le mort à Pompéi", the plant part: a preliminar report. *Vegetation History and Archaeobotany*, 17, 105-112.

Mays, Simon (1998). *The Archaeology of Human Bones*. London/New York: Routledge.

Méniel, P. (2008). Les animaux dans les pratiques funéraires des Trévires. *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 112-113.

Miguel Ibáñez, M. (2010). Estudio osteoarqueológico de la cremación romana de Sos del Rey Católico (Zaragoza). *Zephyrus - Revista de Prehistoria y Arqueología*, 65, 205-210.

Minozzi, S. (2015). Italian Iron Age Cremations. In C. Schmidt & S. Symes (Eds.), *The Analysis of Burned Human Remains*, Chapter 17, 307-321. Elsevier.

Minozzi, S., Fornaciari, G. & Catalano, P. (2008). La Paléopathologie santé et maladies dans la Rome Impériale. *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 20-21.

Moita, I. (1968). Achados da época romana no subsolo de Lisboa. *Revista Municipal*, 116-117, 33-71.

Moita, I. & Leite, A. (1986). Recuperar *Olisipo* a partir de Lisboa – Possibilidades e limitações. *Trabalhos de Arqueologia*, 3, 55-65.

Molina Expósito, A. & Sánchez Ramos, I. (2003). Una aportación a las necrópolis tardorromanas de *Corduba*: el sector funerario de la calle Lucano nº7 y 9 de Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 13-14, 355-389.

Monsieur, P. (2006). Amphora burials and burials with amphorae: on the reuse of Amphorae in the northern necropolis of *Potentia* (Porto Recanati, Marche). In B. Croxford; N. Ray; R. Roth & N. White (Eds). *TRAC – Theoretical Roman Archaeology Conference*, 133-145. Oxford: Oxbow Books.

Monteiro, M. (2003). *A necrópole romana de Casal Pianos (São João das Lampas, Sintra)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 140 pgs.

Monteiro, J. (2012). *Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete – Portugal)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 139 pgs.

Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta. *Forum*, 30, 55-76.

- (2004). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: vol. I/II.

- (2006). Exemplos da autarcia em *Bracara Augusta*. A existência de olarias e as produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades. In C. Milhazes & P. Remelgado, (Org.), *A produção de cerâmica em Portugal*, 27-49. Barcelos: Museu de Olaria <<http://www.exofficinahispana.org/Articulos%20y%20Comunicaciones/B00071.pdf>>

Morais, R.; Fernández Fernández, A. & Braga, C. (2013). Contextos cerâmicos de la transición de Era y de la primera mitad del s.I provenientes de la necrópolis de la Via XVII de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal). In *SFECAG Actes du Congrès d'Amiens*, 313-326.

Morais, R.; Fernández Fernández, A. & Magalhães, F. (2012). El sondeo nº 8 de “As cavaliças”: um contexto augusteo. In *SFECAG Actes du Congrès du Poitiers*, 499-520.

Morais, R.; Soeiro, T. & Fernández Fernández, A. (2014). Necrópolis de finales del s. I a.C. a mediados del s. I d.C. en el *Conventus* bracaraugustano. El caso de la necrópolis de la Vía XVII de *Bracara Augusta* (Braga) y de Monteiras (Bustelo, Penafiel). In J. M. Álvares; T. Nogales & I. Rodá (Eds.), *Actas de XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico, Session 10 - Las necrópolis y los monumentos funerarios en Grecia y Roma*, 1259-1264. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80682>>

Morín de Pablos, J. & Barroso Cabrera, R. (2005). El Mundo funerario de época visigoda en la Comunidad de Madrid. In *Primeras Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*, 183-214. Madrid: Comunidad de Madrid, Consejería de Cultura y Deportes. Dirección General de Patrimonio Histórico.

Morris, I. (1992). “Mos Romanus”: cremation and inhumation in the Roman empire, *Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity*, 31-69. Cambridge: Cambridge University Press.

Murillo, J. F.; Carrillo, J. R.; Moreno, M.; Ruiz, D. & Vargas, S. (2002). Los monumentos funerarios de Puerta de Gallegos. *Colonia Patricia Corduba*. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos*

Funerarios en el Occidente Romano, Vol. II, 247-274. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Musco, S.; Catalano, P.; De Angelis, F. & Iannaccone, A. (2008). L'Hypogée du haut-Empire de Tor Cervara, *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 42-47.

Nieto Ramírez, C. (2011). El mundo funerario de celtas y celtíberos en la Península Ibérica. *Revista de Claseshistoria*, 235, 2-7.

Nogales Basarrate, T. & Márquez Pérez, J. (2002). Espacios y tipos funerarios en *Augusta Emerita*, In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 113-144. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Norman, N. (2002). Death and burial of roman children. The case of the Yasmina Cemetery at Carthage – Part I, setting the stage. *Mortality*, 7 (3), 302-323
<https://www.researchgate.net/publication/249002505_Death_and_burial_of_Roman_children_The_case_of_the_Yasmina_Cemetery_at_Carthage-Part_I_setting_the_stage>

- (2003). Death and burial of roman children. The case of the Yasmina Cemetery at Carthage – Part II, The archaeological evidence. *Mortality*, 8 (1), 36-47
<https://www.researchgate.net/publication/249002509_Death_and_burial_of_Roman_children_the_case_of_the_Yasmina_cemetery_at_Carthage-Part_II_The_archaeological_evidence>

Noy, D. (2000). Building a roman funeral pyre. *Anthichthon*, 34, 30-45
<https://www.academia.edu/1338254/Building_a_Roman_Funeral_Pyre>

Nunes, F. (2016). *Lucernas romanas importadas no Norte de Portugal. Contributo para o seu estudo*. Tese de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 637 pgs.

Nunes, H. & Oliveira, E. (1988). Documentos de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, 5, 95-154.

Oliveira, C.; Vaz, F. & Tereso, J. (2018). *Relatório técnico preliminar de arqueobotânica da necrópole da Via XVII de Bracara Augusta - No âmbito do projeto "Estudo Histórico da Cidade de Braga"*. Porto (ver Anexo 1).

Oliveira, E. & Torres, M. (1967/1968). *Alguns achados de uma necrópole romana da Bracara Augusta* (manuscritos), 1-28.

Ortega Pascual, S. (2016). Aproximación a un sector funerario tardoantiguo hallado en Ronda del Marrubial, Esquina c/ Poeta Solís y c/ Sagunto. *ROMVLA*, 15, 309-333.

Pascoal, A. & Pascoal, L. (1982). *Relatório sobre a intervenção efectuada na Av. Da Imaculada Conceição (Rodovia)*. Braga: UAUM (Relatório policopiado).

Pearce, J. (2010). Burial, identity and migration in the Roman World. In H. Eckardt, (Ed.) *Roman Diasporas: Archaeological Approaches to Mobility and Diversity in the Roman Empire - Journal of Roman Archaeology*, Supplementary series, 78, 79-98.

- (2015). Status and Burial. In M. Millet; L. Revell & A. Moore (Eds.) *The Oxford Handbook of Roman Britain*, Chapter 17, 341 – 362. Oxford: Oxford University Press.

- (2015a). Urban exists: commercial archaeology and the study of death rituals and the dead in towns of Roman Britain. In M. Fulford & N. Holbrook (Eds.), *The Towns of Roman Britain. The Contribution of Commercial Archaeology since 1990*, Britannia Monograph Series 27, Chapter 8, 138-166.

Pereira, C. (2014). *As necrópoles romanas do Algarve - Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. Tese de doutoramento, Departamento de História - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. Vols. I/II.

- (2015). The Roman Necropolis of Algarve (Portugal) About the spaces of death in the south of *Lusitania*. *Archaeopress Publishing Ltd*, 2-21.

Pérez Maestro, C. (2017). La convivencia de ritos funerarios, incineración e inhumación en el Altoimperio emeritense – intervención arqueológica realizada en un solar de la C/ Arturo Barea s/n. *Mérida Excavaciones Arqueológicas*, 12, 271-278.

Pigière, F. (2014). Les rituels alimentaires dans la nécropole à crémation de Wallonie. In F. Hanut, & D. Henrotay (Dir.), *Du bûcher à la Tombe – Les nécropoles gallo-romaines à incinération en Wallonie*, 63-64. Namur: Institut du Patrimoine wallon.

Pinto, G. (1996). *A necrópole de Montes Novos – Croca, um cemitério da Gallaecia Tardorromana*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: 313 pgs.

Pinto, J. (1990/91). A necrópole galaico-romana da Corredoura (Valongo). *Portugalia*, Nova Série, XI-XII, 150-153.

Pinto, S. & Athaide, A. (1957). A necrópole de S. Victor – Braga (séc. IX – X). *Bracara Augusta*, VIII, 1-2 (35-36), 106-111.

Pitillas Salañer, E. (2009-2010). Algunas consideraciones en torno a la *impregnación* (asimilación) de lo romano sobre las poblaciones indígenas del Norte y Noroeste de *Hispania*. Un punto de vista crítico y general. *Hispania Antiqua*, XXXIII-XXXIV, 169-186.

Prados Martínez, F. (2015). *Baelo Claudia* y La Arqueología Alicantina. Un siglo después. In F. Prados Martínez & H. Jiménez Viálas (Eds.), *La Muerte en Baelo – Necrópolis y ritual en el confín del Imperio romano - Seria Arqueología*, 15-22. Cádiz: Publications Universitat d'Alicant e de la Universitat de Cádiz.

- (2017). La semántica de los símbolos - Prácticas funerarias en la necrópolis de *Baelo Claudia*. In L. Brassous & S. Lemaître (Coords.), *La ville antique de Baelo, cent ans après Pierre Paris - Dossier des Mélanges de la Casa de Velázquez - Nouvelle série*, 47 (1), 73-96.

Prados Martínez, F. & Jiménez Viálas, H. (2016). La materialidad de la muerte en la necrópolis de *Baelo Claudia*. Ritos y creencias en contexto. *Archivo Español de Arqueología*, 89, 273-291.

Prados Martínez, F.; García Jiménez, I. & Jiménez Viálas, H. (2012). Excavación arqueológica en la necrópolis de *Baelo Claudia*. Novedades de la Campaña de 2012. *Aljaranda*, 84, 6-14.

- (2014). Cien años de Arqueología funeraria en el Estrecho de Gibraltar: nuevas investigaciones en la necrópolis de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz). *SAGVNTVM (P.L.A.V.)*, 46, 93-110.

Prados Martínez, F. & García Jiménez, I. (2009). Aproximación al paisaje funerario de la necrópolis oriental de *Baelo Claudia*. *Aljaranda*, 72, 4-12.

Preiss, S.; Matterné, V. & Latron, F. (2005). An approach to funerary rituals in the Roman provinces: plant remains from a Gallo-Roman cemetery at Faulquemont (Moselle, France). *Vegetation History and Archaeobotany*, 14, 362-372.

Polo Cerdá, M.; García Prósper, E. & De Haro Pozo, S. (2009). El ritual de la cremación en *Valentia* (ss. II a.C.- III d.C.): análisis bioantropológico preliminar. In M. Polo Cerdá & E. García-Prósper (Eds.), *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado - Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatología*, 755-761. Valencia: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatología.

Portela, M^a H. (1998). *Necrópoles romanas do concelho de Amarante*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 223 pgs.

Puech, H.-Ch. (1997). La religión romana, *Las Religiones Antiguas*, Vol.III, 224-289. Madrid: Siglo XXI.

Quiroga Castillo, J.; Loza Uriarte, M. & Niso Lorenzo, J. (2013). Identidades y ajuares en las necrópolis altomedievales. Estudios isotópicos del cementerio de San Martín de Dulantzi, Álava (siglos VI-X). *Archivo Español de Arqueología*, 86, 215-232.

Quiroga, F. (2013). Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela. *Revista da Faculdade de Letras Ciência e Técnicas do Património*, XII, 181-201.

Redentor, A. (2011). *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis) - Percursos pela sociedade Brácará da Época Romana*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Vols. I/II.

Remesal Rodríguez, J. (2002). Aspectos legales del mundo funerario romano. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. I, 369-378. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Retief F. & Cilliers L. (2005). Burial customs and the pollution of death in ancient Rome: procedures and paradoxes. *Acta Theologica Supplementum*, 7, 128-146.

Ribeiro, J. (2010). *Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, vol.I.

- (2013). *Arquitetura romana em Bracara Augusta – Uma análise das técnicas edilícias*. Porto: Edições Afrontamento (Coleção Teses Universitárias, n^o5).

Ribeiro, M. & Fontes, L. (2015). The urban morphology of Braga between Late Antiquity and the fourteenth-fifteenth centuries. In Martínez Peñin, R. (Ed.). *Braga and this territory between the fifth and the fifteenth centuries*, 29-45. Lleida/Braga: Espai/Temps.

Ribeiro, M. & Martins, M. (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In J. Correia & M. Bandeira (Eds.), *Os espaços da Morfologia Urbana - Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana - Os Espaços da Morfologia Urbana*, 27-38. Braga/Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho/Lab2PT.

Ripoll López, G. (1989). Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de *Hispani. Espacio, tiempo y forma, Serie I, Prehistoria y Arqueología*, 2, 389-418.

Rodríguez Hidalgo, S. (2004). Excavación de un área funeraria de época bajo imperial en torno al acueducto de Los Milagros. *Mérida Excavaciones Arqueológicas – Memoria*, 10, 91-102.

Rolo, A. (2010). *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 224 pgs.

Rottoli, M. & Castiglioni, E. (2011). Plant offerings from Roman cremations in northern Italy: a review. *Vegetation History and Archaeobotany*, 20, 495–506.

Ruiz Osuna, A. (2009). *Topografía y monumentalización funeraria en Baetica: Conventus Cordubensis y Astigitanus*. Tese de doutoramento, Universidad de Córdoba, Corduba, 535 pgs.

Sábada, J. L. (2002). O homem e a morte na Lusitânia, *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, 301-305. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Sales Carbonell, J. (2016). Pobreza y riqueza en las primeras necrópolis cristianas hispanas (ss. IV-V): paradojas e indicadores arqueológicos. *Actas del XLII Incontro di Studiosi dell'Antichità Cristiana*, 537-544. Roma: *Instituutum Patristicum Augustianum*.

Sampaio, H. (2014). *A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 863 pgs.

- (2017). Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na bacia hidrográfica do rio Ave (Noroeste de Portugal). *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão (AAP)*, 787-799.

Sánchez Ramos, I. (2005). Las necrópolis de *Corduba* durante la Antigüedad Tardía. *AnMurcia*, 21, 165-177.

- (2006). La cristianización de la topografía funeraria en las ciudades occidentales: *Corduba* en la Antigüedad Tardía. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17, 85-101.

- (2007). La cristianización de la necrópolis de *Corbvba*. Fuentes escritas y testimonios arqueológicos. *Archivo Español de Arqueología*, 80, 191-206.

- (2010). *La cristianización de la topografía funeraria en las provincias occidentales del imperio: exemplum cordubense*. Tese de doutoramento, Universidad de Córdoba, Córdoba, 753pgs.

Santos, L.; Le Roux, P. & Tranoy, A. (1983). Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga. *Bracara Augusta*, 37 (83-84), 183-205.

Santos Cancelas, A. (2014). Las identidades de la religión castreña: propuesta de estudio. *Revista Historia Autónoma*, 5, 13-26.

- (2016). Muchas teorías y pocas fuentes: religiones castreñas. In A. Cisneros; J. Herrera Rando & P. Lanau Hernáez (Coords.), *Problemas y limitaciones en el estudio de las fuentes - Actas de las I Jornadas Doctorales en Ciencias de la Antigüedad*. Universidad de Zaragoza, 14-28. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.

Santos Yanguas, N. (2009). Ejército romano y urbanismo en territorio de los astures. *Gérion*, 27, 1, 361-385.

Sevilla Conde, A. (2009). El impacto de la “romanización” en los territorios de la *Provincia Tarraconensis* a través de la arqueología funeraria. Una primera aproximación. *SALDVIE*, 9, 229-247.

- (2014). *Funus Hispaniense – Espacios, usos y costumbres funerarios en el Hispania*. Great Britain: ArcheoPress - BAR (Internacional Series, 2610).

Severo, R. (1905-1908). Necrópoles lusitano-romanas de inhumação. *Portugalia*, II, 419-431.

Sevillano Fuertes, M^a (2014) Apuntes arqueológicos para Historia Antigua de Astorga, *Cuadernos*, Centros de Estudios Astorganos Marcelo Macías, 31, 84-96.

Sevillano Fuertes, M^a & Vidal Encinas, J. (2002). Urbs Magnífica. *Una aproximación a la Arqueología de Astúrica Augusta (Astorga, León)*. Museo Romano. Guía-catalogo.

Silva, A. (1999). Novos dados sobre organização social castreja. *Portugalia*, Nova Série, 2-3, 83-94.

Silva, A.; Lemos, P.; Abreu, J. & Ribeiro, M. (2013). Necrópole romana da Bóca (Canelas, Arouca). Primeiros elementos arqueológicos. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 6, 61-76.

- Silva, F. C. (2007). Abordagem ao ritual funerário da cremação. *Al-madan*, IIª série (15), 40-48.
- (2009-2010). Análise antropológica: restos ósseos cremados da necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel). *Cadernos Museu*, Museu Municipal de Penafiel, 12/13, 223-246.
- Silva, R. (2012). Arqueologia viária romana de Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira, *Atas mesa redonda "De Olisipo a Ierabriga"* - CIRA – ARQUEOLOGIA I (74-87). Lisboa: Câmara Municipal de Vilas Franca de Xira <https://issuu.com/cmvmfx/docs/cira_1/5>
- Soeiro, T. (1984). Monte Mozinho - Apontamentos sobre a ocupação entre o Sousa e o Tâmega em época romana. *Penafiel*, Boletim Municipal de Cultura, 3ª série, 1, 293-299.
- (1992/93). Notícia suméria acerca de duas necrópoles romanas – Paço de Sousa, Penafiel. *Portugália*, Nova Série, XIII – XIV, 281-285.
- (2009/2010). Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos. *Cadernos Museu*, Museu Municipal de Penafiel, 12/13, 5-222.
- (2015). A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III - IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal). In G. Branco; L. Rocha; C. Duarte; J. Oliveira & P. Bueno Ramirez (Eds.), *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário - Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*, 159-174. Évora: CHAIA. <<http://www.chaia.uevora.pt/uploads/pdfs/1b135d1559846ae81a13bea96b99d20d5caa8c7d.pdf>>
- Šoštarić, R.; Dizdar, M.; Kušan, D.; Hršak, V. & Mareković, S. (2006). Comparative Analysis of Plant Finds from Early Roman Graves in Ilok (*Cuccium*) and Šćitarjevo (*Andautonia*), Croatia – A Contribution to Understanding Burial Rites in Southern Pannonia. *Coll. Antropologia*, 30 (2), 429-436 <<https://hrcak.srce.hr/file/6964>>
- Sousa, J.J.R. (1966). Inventário de materiais para a arqueologia bracarense. *Bracara Augusta*, vol. XX, nº43-44 (55-56), 165-178 (Estampas I – IX).
- (1968). *Sepultura de inumação da necrópole da Avenida Gomes da Costa* (manuscritos).
- (1973). Subsídios para a carta arqueológica de Braga. *Studia Archaeologica*, 23, 7-27.
- Stevens, S. (1991). Charon's Obol and Other Coins in Ancient Funerary Practice. *Phoenix*, 45 (3), 215-229.
- Teixeira, J. (1910). *Apontamentos arqueológicos da cidade de Braga* (manuscritos).

Tejerizo García, C. (2011). Las necrópolis altomedievales de la cuenca del Duero: límites y posibilidades de estudio. *Estrat Crític. Revista d' Arqueologia (Actas Jornadas de Joves en Investigación Arqueológica - JIA2010)*, III, 5, 2, 410-425
<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5010178>>

- (2011a). Ethnicity in early middle age cemeteries. The case of the “visigothic” burials. In J.A., Quirós Castillo (Ed.), *Dossier Archaeology and ethnicity. Reassessing the “Visigothic necropoleis”* - *Arqueología y Territorio Medieval*, 18, 29-43
<https://www.researchgate.net/publication/260763134_Ethnicity_in_early_middle_age_cemeteries_The_case_of_the_visigothic_burials>

Tenreiro Bermúdez, M. (2009). Pasados bárbaros, presentes romanos. Sincretismo e identidad religiosa. *Revista Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, 22, 261-274
<<http://revistas.uned.es/index.php/ETFII/article/view/1749/1628>>

Tereso, J. (2008). *Introdução ao estudo de macro-restos vegetais em sítios arqueológicos* (1ª Edição). Porto: Cibio – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Energéticos e Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
<https://www.academia.edu/1736636/Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Arqueobot%C3%A2nica>

Theuws, F. (2013). Grave goods, ethnicity, and the rhetoric of burial rites in Late Antique Northern Gaul. In T. Derks & N. Roymans (Eds.), *Ethnic Constructs in Antiquity – The role of power and tradition*, 283-319. Amsterdam: Amsterdam University Press
<https://www.academia.edu/1889695/Grave_goods_ethnicity_and_the_rhetoric_of_burial_rites_in_late_antique_northern_Gaul>

Thuillier, F. (2007). Les bûchers en fosse de la nécropole gallo-romaine des “Obléts” à Théroouanne (Pas-de-Calais). In A. Ferdière (Dir.), *Archéologie funéraire - Collection Archéologiques*, 142-144. Arles : Éditions Errance.

Torres, C.; Macias, S.; Lopes, V.; Dias, M. (1993). *Museu de Mértola, Basilica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

Toynbee, J.M.C. (1996). *Death and Burial in the Roman World*. London: The John's Hopkins University Press.

Tranoy, L. (2007). La mort en Gaule romaine In A. Ferdière (Dir.), *Archéologie funéraire - Collection Archéologiques (115-176)*. Arles: Éditions Errance.

- (2009). Organisation interne des espaces funéraires – Les sites de La Favorite et La Favorite II. In C. Goudineau (Dir.) *Rites funéraires à Lugdunum*, Chapitre 6, 107-112. Paris : Éditions Errance.

Tranoy, A. & Le Roux, P. (1989/90). As necrópoles de *Bracara Augusta* – B - Les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia*, série II, Vol.6/7, 187-232 <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10272>>

Trellisó Carreño, L. (2001). La acción del fuego sobre el cuerpo humano: la Antropología Física y el análisis de las cremaciones antiguas. *Cypsela*, 13, 87-117. <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1213885>>

Trigger, B. (1992). *A History of Archaeological thought*. Great Britain: Cambridge University Press.

Van Andringa, W.; Creissen, T. & Duday, H. (2014). La nécropole romaine de Porta Nocera à Pompéi: le secteur 26 OS - La campagne 2014, *Chronique des Activités Archéologiques de l'École Française de Rome - Les cités vésuviennes*, 1-16 <<https://journals.openedition.org/cefr/1352?lang=es>>

- (2015). Scavo 2015 della necropoli romana di Porta Nocera a Pompei: nascita e sviluppo di un paesaggio funerario romano (I sec. a.C. - I sec. d.C.). *Journal of Fasti Online*, 1-9 <<http://www.fastionline.org/docs/FOLDER-it-2016-363.pdf>>

Vaquerizo Gil, D. (2002). Espacios y usos funerarios en *Corduba*. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 141-200. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

- (2007). La Muerte en *Hispania* Romana. Ideología y prácticas. In F. Barca Durán & J. Jiménez Ávila (Eds.), *Enfermedad, muerte y cultura en las sociedades del pasado: importancia de la contextualización en los estudios paleopatológicos - Actas del VIII Congreso Nacional de Paleopatología – I Encuentro hispano-luso de Paleopatología*, Vol. II, 135-158. Cáceres: Fundación Academia Europea de Yuste <http://www.uam.es/otros/sepal/actas/actas_files/trabajos/08_Caceres/15%20Com.07.pdf>

- (2007a). El mundo funerario en la *Malaca* Romana. Estado de la cuestión. *Mainake*, XXIX, 377-399 <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2582390.pdf>>

- (2008). Topografía y Usos Funerarios en la capital de *Baetica*. *Archeologia Classica*, “L’Erma” di Bretchneider, LIX, 63-111.

- (2008a). Entre lo público y lo privado. *Indicatio pedature* en la Epigrafía funeraria hispana. *Archivo Español de Arqueología*, 81, 101-131 <<http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/42>>
- (2008b). *Funus Florentinorum*. Muerte e ritos funerario en la *Iliberri* Romana. *Granada en la época romana: Florentia Iliberritana*, Museo Arqueológico y Etnológico de Granada, 131-144 <https://www.academia.edu/3757763/Funus_Florentinorum._Muerte_y_ritos_funerarios_en_la_Iliberri_romana>
- (2009). *Vita Brevis, Spes Fragilis...*1 Escatología y singularidades rituales en el mundo funerario de la Bética. In E., Ferrer Albelda; F. Lozano Gómez, F. & J. Mazuelos Pérez, J. (Coords.), *Salvación, Infierno, Olvido Escatología en el mundo antiguo - SPAL MONOGRAFÍAS, XIV*, 87-227. Sevilla: Universidad de Sevilla. Secretariado de Publicaciones Arzobispado de Sevilla <https://www.academia.edu/3772275/Vita_brevis_spes_fragilis..._Muerte_y_ultratumba_en_el_mundo_romano>
- (2010). Espacios y usos y funerarios en el *Gades* Romano: ¿un lujo sacrificable...?. In A. Villedary y Marinãs & V. Gómez Fernández, (Coords.), *Las necrópolis de Cádiz - Apuntes de Arqueología Gaditana en homenaje a J.F. Sibon Olano*, 341-385. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Cádiz e Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz <https://www.academia.edu/3772299/Espacio_y_usos_funerarios_en_el_Gades_romano_Un_lujo_sacrificable_>
- (2010b). *Necrópolis urbanas en Baetica (Documenta, 15)*. Tarragona: Universidad de Sevilla e Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- (2011). 1. Espacios, usos y hábitos funerarios en la *Hispania* romana: reflexiones y últimas novedades. In J. Andreu; D. Espinosa & D. Pastor Espinosa (Coords.), *MORS OMNIBVS INSTANT – Aspectos arqueológicos, epigráficos y rituales de la muerte en el Occidente romano*, 191-231. Madrid: Liceus Historia Antigua <https://www.academia.edu/3763660/Espacio_usos_y_habitos_funerarios_en_la_Hispania_romana_reflexiones_y_ultimas_novedades>
- (2011a). De la agonía al luto. Muerte y *funus* en la *Hispania* Romana. In C. Pacheco Jiménez (coord.). *La Muerte en el tiempo. Arqueología e Historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*, 95-125. Talavera de la Reina: Colectivo de Investigación Histórica Arrabal <https://www.academia.edu/3990773/De_la_agon%C3%ADa_al_luto._Muerte_y_funus_en_la_Hispania_romana>
- (2012). Enterramientos anómalos en el mundo romano. *Andalucía en la Historia*, Sevilla, 38-42 <https://www.academia.edu/3799067/Enterramientos_an%C3%B3malos_en_la_Hispania_romana>

Vargas, S. (2002). El conjunto funerario de La Constancia (Córdoba). Ajuares y cronología. In D. Vaquerizo Gil (Ed.), *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, 297-310. Córdoba: Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.

Vasconcelos, J. (1918). Braga Romana. *Archeologo Portugues*, série I, 23 (1/2), 356-369.

Vaz, F.; Braga, C.; Tereso, J.; Oliveira, C.; Marado, L.; Fontes, L. & Martins M. (2017, 1 de junho). *Estudo arqueobotânico da necrópole da Via XVII de Bracara Augusta: primeiros dados*. Comunicação apresentada nas IV Jornadas Internacionais Evolução dos Espaços Urbanos e seus territórios no Noroeste da Península Ibérica, Braga - Portugal.

- (2017, 2 de setembro). *The study of the necropolis of Via XVII, Bracara Augusta, NW Iberia: a combined effort of archaeobotany, archaeology and anthropology*. Comunicação apresentada no 23rd Annual Meeting of The European Association of Archaeologists, Maastricht – Holanda.

Vaz, F.; Martín-Seijo, M^a; Carneiro, S. & Tereso, J. (2016). Waterlogged plant remains from the Roman healing spa of *Aquae Flaviae* (Chaves, Portugal): Utilitarian objects, timber, fruits and seeds. *Quaternary International*, 404, 86-103 <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S104061821500957X>>

Villedary y Mariñas, A. & Gómez Fernández, V. (2010). Captación y uso del agua en contextos funerarios y rituales. Estructuras hidráulicas en la necrópolis de Cádiz (siglos III a.C. – I d.C.). In J.G. Lagóstena Barrios, J.L.; Cañizar Palacios & Pons Pujol, L. (Eds.), *Aquam perducendam curavit: captación, uso y administración del agua en las ciudades de la Bética y el Occidente romano*, 511-532. Cádiz: Universidad de Cádiz <https://www.academia.edu/1449580/Captaci%C3%B3n_y_uso_del_agua_en_contextos_funerarios_y_rituales._Estructuras_hidr%C3%A1ulicas_en_la_necr%C3%B3polis_de_C%C3%A1diz_2010_>

Vicent-García, J. M (1995). Problemas teóricos de la arqueología de la muerte. Una introducción. In R. Fábregas Valcarce, F. Pérez Losada & C. Fernández Ibáñez (Coords.), *Arqueoloxía da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata Medioevo – Actas del Curso de Verán Arqueoloxía da Morte*, 13-31. Xinxo de Limia: Universidad de Vigo.

VV. AA. (2017). In tempore sueborum: *El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585): el primer reino medieval de Occidente*, Deputación Provincial de Ourense, Catálogo de Exposição.

Wahl, J. (2015). Investigations on Pre-Roman and Roman Cremation Remains. In C. Schmidt & S. Symes (Eds.), *The Analysis of Burned Human Remains*, Chapter 9, 163-176. Elsevier.

Williams, H. (2004). Death warmed up: the agency of bodies and bones in Early Anglo-Saxon cremation rites. *Journal of Material culture*, 9 (3), 263-291
<https://works.bepress.com/howard_williams/41/>

- (2004a). Potted histories: cremation, ceramics and social memory in early Roman Britain, *Oxford Journal of Archeology*, 23 (4), 417-427 <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-0092.2004.00219.x>>

- (2015). Towards an Archaeology of Cremation. In C. Schmidt & S. Symes (Eds.), *The Analysis of Burned Human Remains*, Chapter 15, 259-293. Elsevier.

Witteyer, M. (2008). La nécropole de Mayence-Weisenau – Une voie pour les vivants et les morts. *Rome et ses Morts – L'archéologie Funéraire dans l'Occident Romain - Les Dossiers d'Archéologie*, 330, 114-119.

Woolf, G. (1998). *Becoming roman - The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press.

- (2013). Ritual and the Individual in Roman Religion, *The Individual in the Religions of the Ancient Mediterranean*, Chapter 6, 136-160, First Proof. Oxford Scholarship Online
<https://www.academia.edu/4885216/Ritual_and_the_Individual_in_Roman_Religion>

Zach, B. (2002). Vegetable offerings on the Roman sacrificial site in Mainz, Germany – short report on the first results. *Vegetation History and Archaeobotany*, 11, 101-106
<<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs003340200011.pdf>>